

## MARIA LUIZA DE CASTRO MUNIZ

### *Opinião pública e Opinião publicada:*

representação política, *Diretas Já* e a *grande imprensa* nos (des)caminhos da *abertura*

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal Fluminense (UFF) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

### **Data de aprovação:**

### **Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Theotonio dos Santos – Presidente da Banca Examinadora (UFF).

---

Membro interno: Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho (PPGCP/UFF)

---

Membro externo: Prof. Dr. Aluizio Alves Filho (PUC-RIO).

### **SUPLENTES:**

---

Suplente externo: Prof<sup>a</sup> Dra. Beatriz Bíssio (UERJ)

---

Suplente interno: Prof<sup>a</sup>.Dra. Gizlene Neder (UFF)

**Setembro/ 2010**

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado ao longo de quase três anos. Nesses anos conheci algumas pessoas com quem aprendi bastante e que, certamente, influenciaram não apenas as concepções depositadas nesta dissertação, mas outras que carrego para minha vida.

Agradeço a Eduardo Heleno pela força desde os primeiros passos na elaboração do projeto de pesquisa e pela companhia na Biblioteca Nacional. A todos os funcionários daquela ‘casa de memória’ que me ajudaram na consulta e reprodução dos incontáveis periódicos consultados. O mesmo agradecimento faço àqueles que me auxiliaram na Biblioteca Central do Gragoatá, se empenhando para que eu tivesse acesso à farta bibliografia.

Aos queridos colegas da *Escola de Niterói*, sou grata por contribuírem para realização deste trabalho por meio da feliz partilha de ideias realizada nos debates em sala de aula ou em encontros descontraídos ao redor da nossa UFF: Henrique Cesar Barahona Ramos, Thiago Quintella de Mattos, Flávio Rodrigues Barbosa, Amaury Cesar Pereira, Ruy Lopes Cordeiro, Thais Kronenberg, Lilian Janin, Ricardo Bruno Ferreira, Flávia Mendes, Eden Louro, Marcelo Neder Cerqueira, Márcio Malta...

Agradeço particularmente ao amigo Alexandre Alves Pinto pelas palavras de incentivo, pelo exemplo de dedicação apaixonada e empenho na produção acadêmica.

Ao querido amigo Luiz Fernando Vieira V. de Miranda, agradeço por compartilhar comigo seus livros e conhecimentos, bem como pela chance de aprimorar e reforçar minhas ideias, não raro, em contraposição às suas.

A Mônica Bruckmann, pelas oportunidades oferecidas, especialmente a de conhecer novas práticas de pesquisa e sua *práxis*.

Ao professor Aloysio Henrique Castelo de Carvalho, bem como a todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Em particular ao professor Gisálio Cerqueira Filho. Agradeço a ele pela *Gramática dos Sentimentos na América Latina* e pelas novas perspectivas que essa disciplina despertou ao final do ano de 2008.

Agradeço ao mestre Theotônio dos Santos pela acolhida e pelas reflexões que sua obra inspira em face de renovados questionamentos rumo a uma sociedade mais igualitária e humana.

Agradeço aos professores do Instituto de Arte e Comunicação da UFF e aos professores da Escola de História da Universidade Federal do Estado do RJ (UNIRIO), especialmente a João Batista de Abreu, Denis de Moraes e Icleia Thiesen.

Aos amigos Guilherme Gonçalves, Priscila Serejo, Anna Carolina Cardoso, Renata Cunha, Irinete Agostinho, Juan Agulló, Raimundo e Sonia Muniz.

A Breno Costa, meu companheiro e confidente, por sua inteligente obviedade, seu resistente otimismo e pelo “horizonte de expectativas”...

Dedico este trabalho ao meu tripé sempre inabalável: Benedito Paulo, Clelia Maria e Pedro Eugenio.

Malu  
Agosto de 2010

### **Jardineira**

*(Maria Luiza de Castro Muniz, 30/07/2007)*

Plantei uma muda no meu jardim  
Um pé de vamos-ver-no-que-dá  
Plantei uma muda no meu jardim  
Um pé de ao-sabor-do-vento

Minha muda ainda é miudinha  
Muda, mudinha  
Mundo, mundinho, miudinho...

Juntei terra e água  
Cavei um buraco no chão  
E fiz lama e fiz limo e fiz leme

Plantei uma muda no meu jardim  
Deixei o vaso num canto  
Ficou vazio o vasinho

Agora, vou regando minha muda  
Pra ver se ela muda  
E vira um pé de caminho...

## RESUMO

O presente trabalho foi dedicado ao estudo de editoriais publicados durante a campanha pelas *Diretas Já* por dois jornais da chamada *grande imprensa*: a *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Por meio do destaque à opinião publicada busquei demonstrar aspectos da visão de classe impressa pelos veículos analisados e pelo setor da burguesia que eles representam. Esta análise, feita a partir de *eixos temáticos* delimitados, consistiu ainda na abordagem do “horizonte de expectativas” traçado pela *grande imprensa* no período de *abertura, transição* e, especialmente, ao longo do processo sucessório de 1984. Procurei valorizar, como contraponto, perspectivas destoantes, as quais acabaram por evidenciar as preferências editoriais por determinada interpretação do passado recente, do presente em curso e do futuro projetado nas páginas dos jornais. A compreensão do posicionamento político-ideológico da imprensa burguesa e liberal demandou o estudo da própria assimilação do ideário liberal no Brasil, sendo considerados os compromissos conservadores que fizeram parte deste processo. No intuito de fornecer uma perspectiva mais ampla das opiniões impressas, as conjunturas nacional e internacional foram analisadas, sendo ressaltada a interferência desta última sobre os rumos político-econômicos do Brasil. Diante do ‘desvio’ representado pela mobilização em torno das *Diretas já*, os jornais selecionados divergiram quanto aos limites e alcances da participação popular. Já em vista das convergências opinativas, prevaleceu a defesa dos interesses de classe defendidos pela *grande imprensa*, burguesa e liberal. Esta busca legitimar-se na nova conjuntura democrática como porta-voz dos anseios nacionais, determinando caminhos válidos e descaminhos ultrapassados.



## ABSTRACT

This work was dedicated to the study of editorials published during the campaign *Diretas Já*, by two newspapers of the mainstream media: the *Folha de S. Paulo* and *O Globo*. By the emphasis on published opinion I tried to demonstrate aspects of the class vision printed by the newspapers analyzed and by the sector of the bourgeoisie which they represent. This analysis, made with *themes* previously defined, consisted of the approach to “horizon of expectations” outlined by the mainstream press in the *opening* period, *transition*, and especially during the succession process in 1984. I tried to enhance dissonant prospects, as a counterpoint, which eventually showed preferences for certain editorial interpretation of the recent past, the present and future projected in the pages of the newspapers. Understanding the political and ideological position of the bourgeois and liberal press demanded to study the assimilation of liberal ideology in Brazil and its conservative commitments that were part of this process. To provide a broader perspective of the opinions printed, national and international conjunctures were analyzed together, and it was highlighted the influence of the latter on the political and economic direction of Brazil. Since there was the 'deviation' represented by the mobilization around the *Diretas Já*, selected newspapers differed regarding the limits and scope of popular participation. But considering the convergence between the newspapers, prevailed the defense of class interests preserved by the mainstream press, bourgeois and liberal. This seeks to legitimize itself in the new situation as democratic spokesman for the national expectations, determining valid ways and exceeded invalid ways.

## SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	<u>7</u>
PUBLICANDO OPINIÕES E IMPRIMINDO IDEOLOGIA	
UM ESTUDO SOBRE A 'VOZ DO JORNAL': QUEM FALA, QUEM OUVI, QUEM CALA?	
CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	
<u>CAPÍTULO 1- A AMÉRICA LATINA E OS CAMINHOS DA ABERTURA</u>	<u>39</u>
REGIMES MILITARES E AS TRANSIÇÕES PARA O <i>FUTURO PASSADO</i> (1970-1980)	
UMA ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE AUTORITARISMO E "MODERNIZAÇÃO"	
<u>CAPÍTULO 2 - IMPRENSA E POLÍTICA NO BRASIL</u>	<u>75</u>
IMPRENSA E LIBERALISMO: BREVE HISTÓRICO D' <i>O GLOBO</i> E DA <i>FOLHA DE S. PAULO</i>	
DAS ESPONTÂNEAS CONSPIRAÇÕES AO "ACORDO FORÇADO"	
HEGEMONIA IMPRESSA E "NOVO SINDICALISMO" NO CALENDÁRIO DA <i>ABERTURA</i>	
<u>CAPÍTULO 3 - DIRETAS JÁ E A OPINIÃO PUBLICADA</u>	<u>128</u>
<i>EIXOS TEMÁTICOS</i> E A SOCIEDADE EM MOVIMENTO (JANEIRO – ABRIL DE 1984)	
<u>CAPÍTULO 4 - "A SERVIÇO DO BRASIL" E "COM OS ANSEIOS NACIONAIS"</u>	<u>184</u>
UM DESFECHO EM DOIS ATOS: DO 'RACHA' À <i>ALIANÇA</i> (MAIO - AGOSTO DE 1984)	
❖ <b>PROJETO FOLHA</b> : UM 'MANDATO' PARA A VANGUARDA	
ATO FINAL - OS "HORIZONTES" DA <i>GRANDE IMPRENSA</i> (SETEMBRO/84 - JANEIRO/85)	
<u>CONCLUSÃO</u>	<u>269</u>
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	<u>280</u>
<u>ANEXOS</u>	<u>291</u>

## INTRODUÇÃO

Para quem abrir os jornais neste ano de 2010 e ver notícias sobre corriqueiras declarações, ações e reações políticas típicas de um jogo de tabuleiro pré-eleitoral chega a parecer estranho que no recente passado brasileiro tenha ocorrido uma enorme mobilização nacional em favor do direito à eleição direta para presidente da República. Vinte e seis anos distanciam as duas realidades. Pouco para um historiador acostumado a trabalhar com dimensões mais amplas do tempo, especialmente àqueles atentos aos fenômenos de *longa duração* de Braudel. Mas, provavelmente, terá passado muito tempo na visão do jornalista, cada vez mais confrontado com um enorme fluxo de informações, num ritmo ditado pelo *fetichismo* da velocidade instantânea de acompanhamento e registro dos fatos no país e no mundo. É nesse ritmo, por vezes atordoante que, não raro, *o presente avança sobre o passado* (e vice-versa), produzindo inúmeras reconstruções e ressignificações.

Aquele que evoca o passado aponta para o futuro desejável. Com base nesta ideia escolhi abordar o período da abertura e transição democráticas, enfatizando a visão que a imprensa, ou parte significativa dela, imprimiu acerca daquele processo. Tornou-se inviável um recorte temporal mais amplo que, como previsto inicialmente, englobaria todo o decênio (1974-1984) em que transcorreram as mudanças, alianças, negociações, adaptações e conversões da passagem de um regime governado por militares para outro governado por lideranças civis. O foco da presente análise foi centrado no curto, embora emblemático período das *Diretas Já!* E se estendeu sobre o decorrer do processo sucessório que, a despeito da não aprovação da Emenda Dante de Oliveira em 25 de abril de 1984, esteve marcado pela mobilização nacional em favor do voto direto para eleição do presidente civil que substituiria o general João Batista Figueiredo (1979-1985). O respaldo popular à Campanha pelas *Diretas Já* foi habilmente utilizado em favor de um desfecho conciliatório liderado pela cúpula peemedebista e por dissidência pedessista. Assim, o pleito indireto via Colégio Eleitoral acabou ocorrendo à revelia da vontade expressa pela população em manifestações que chegaram a reunir milhões de pessoas em praça pública, nas diversas cidades ao redor do país.

Apesar da ênfase sobre o posicionamento da imprensa acerca da Campanha pelas *Diretas Já!* e do processo sucessório subsequente, a compreensão daquela conjuntura demandava, a meu ver, uma perspectiva histórica, não apenas em relação ao regime

militar, mas também à atuação da imprensa – desde as conspirações golpistas de 64 até o início da distensão e a abertura tutelada pelos militares. Assim, não se trata de analisar de maneira isolada a conjuntura sócio-política em torno das *Diretas Já!*, mas estudá-la como parte de um processo que começara desde a década anterior, com relevantes aspectos sociais, políticos, ideológicos e econômicos. Trata-se, portanto, de tomar um caso particular em torno de representantes da chamada *grande imprensa* para compreensão mais geral da mesma, cuja caracterização será destacada mais adiante como parte do conjunto de premissas teórico-metodológicas balizadoras da pesquisa realizada.

O presente trabalho tem por objetivo principal analisar os posicionamentos da *grande imprensa* brasileira, particularmente dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* acerca do processo de distensão e transição. Por meio da reprodução e análise de editoriais publicados pelos dois jornais busquei uma caracterização em função de posicionamentos político-ideológicos e de relações estabelecidas com o Estado e a sociedade. Este estudo de caso centra-se, portanto, na análise da *opinião publicada* por dois dos maiores jornais em circulação<sup>1</sup> no Brasil atualmente, os quais serviram como fonte principal para a análise dos posicionamentos editoriais impressos ao longo de todo o ano de 1984. Pontualmente, considero os posicionamentos assumidos por outros veículos, também importantes no âmbito jornalístico e político – especialmente no eixo Rio-São Paulo.

As opiniões nitidamente contrastantes dos dois jornais em relação às *Diretas Já!* motivaram o recorte temático feito inicialmente. A possibilidade do contraste e a intenção de captar as razões da diferença constatada pareceram atraentes o bastante como objeto de estudo. Contudo, os avanços para compreensão da *grande imprensa*

---

<sup>1</sup> Em 12 março de 1995, após investir em estratégia de atrair potenciais consumidores por meio da distribuição de brindes, a *Folha* atingia a circulação paga de 1,6 milhão de exemplares, maior da história da imprensa brasileira (LINS DA SILVA: 2005. 29). Há vários anos é o jornais mais vendido no país. Em 2002, a circulação diária era de 346.333 exemplares/ dia. No ano passado, 2009, foram 295.558 exemplares/ dia. Nesse período, O Globo também esteve entre os mais vendidos – 4º lugar no ranking com 266.185 exemplares/ dia em 2002 e 3º em 2009 com 257.262 (2º entre os de formato standard). Entre 2003-2007 O Globo esteve em 2º lugar. Já em 1989, O Globo era o segundo jornal brasileiro com maior venda nos dias de semana (258 mil exemplares, perdendo apenas para *Folha* (308 mil) Aos domingos eram, respectivamente, 443 e 382 mil exemplares. Dados citados a partir de: CONTI, 1999; 161. Para os mais recentes, <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/majores-jornais-do-brasil> (acessado pela última vez em maio de 2010)

como ator político – suas características históricas, políticas e ideológicas –, com o avançar da pesquisa, fez diluir parcialmente o suposto contraste fronteiro entre o jornal pró-diretas e aquele contrário à mobilização social.

A primeira vista, nota-se que *O Globo* se caracterizava por uma postura mais conservadora, plenamente alinhada com o regime militar e defensor incondicional das condições tuteladas de abertura e transição. Já a *Folha de S. Paulo* imprimia uma imagem mais afinada com os “anseios democráticos” da sociedade civil, principalmente a partir de sua reformulação editorial concebida por volta de 1974. O jornal da família Frias reforçou ao final dos anos 70 uma postura crítica em relação ao regime e de oposição às manobras de tutela e continuísmo impostas durante os governos Geisel e Figueiredo.

No período enfatizado, a divergência central entre os dois jornais se dava em torno da mobilização social pela aprovação das eleições diretas em 1984. Enquanto *O Globo* se opunha à mobilização nacional fazendo uso de uma série de argumentos e justificativas em defesa da representação do povo pelos parlamentares eleitos, a *Folha* advogava em favor da pressão popular, nas ruas e praças, fazendo ecoar um uníssono desejo pelo voto direto para escolha do presidente da República. Com o desenvolvimento da pesquisa, o apoio ou não à campanha deixou de ser o divisor de águas ou o aspecto central para a presente análise e caracterização dos posicionamentos assumidos pelos veículos selecionados. Convergências entre as percepções publicadas nos dois jornais acabaram despontando como indicativos de elementos do ideário liberal sobre o qual a *grande imprensa* se sustenta política e ideologicamente. Assim sendo, o estudo deste setor hegemônico da imprensa, burguesa e liberal, incluiu necessariamente a compreensão de tais termos que a caracterizam.

De que forma seria possível analisar o conteúdo autoritário exibido e defendido num passado recente pela *grande imprensa*, quando a mesma ostentava sua filiação aos valores liberais amplamente propagados em editoriais numa contraposição à ditadura militar decadente e à ‘macrocefalia estatal’ a ele associada? Teria a particularidade de nossa “transformação burguesa” (Neder: 1993) influenciado a aparente contradição de uma imprensa liberal portadora de conteúdos conciliatórios e autoritários? No intuito de responder tais questões, procurei compreender a *grande imprensa* à luz das especificidades nacionais do liberalismo, as quais estiveram por sua vez associadas à

natureza da inserção brasileira no quadro de internacionalização do modo de produção capitalista. Entre as tais especificidades um almejado acesso à “modernidade” motivou, no século XIX, mecanismos de *ajuste* do ideário liberal europeu aos interesses da classe dos proprietários rurais e aos de grupos a ela vinculados. Como resultado, é identificado um nexos ideológico destinado a ocultar primeiro a escravidão e, depois, a dar continuidade às práticas repressivas e à violência como regra do controle social, especialmente em âmbito simbólico: “*o liberalismo amalgamado ao favor provoca a sua racionalização, isentando-o dos compromissos conservadores e do arbítrio, pelo menos do ponto de vista ideológico*” (Cerqueira Filho: 1993; 20).

O *favor* ou a “ideologia do favor”, como poderoso vetor de “dominação pelo alto” – ou seja, *conciliação* –, teve sua eficiência equilibrada sobre o fato de que ele participa da trama do *padrão paternalista* (“autoritarismo & favor”), acoplado ao liberalismo<sup>2</sup>. O “(des)ajuste” das ideias liberais à nossa base material, antes verificado como produtor dos “compromissos conservadores do liberalismo no Brasil” (Neder: 1979), num desfecho dialético, revela o caráter dependente de nossa inserção no sistema internacional de produção<sup>3</sup>.

Com a perspectiva apresentada busco valorizar a abordagem da opinião impressa as marcas da “ideologia da conciliação e cordialidade” associadas ao “padrão paternalista de comportamento social”, bem como à “ambiguidade e indecisão presentes nas práticas sociais correntes na sociedade brasileira”. Assim, busco evidenciar a

---

<sup>2</sup> O *favor*, segundo Cerqueira Filho, também pode ser entendido como “dádiva da camaradagem” – numa referência à expressão de Mario de Andrade – ou simplesmente “solidariedade”, “o interesse no outro em detrimento de uma relação de dominação ou submissão fundada no toma lá, dá cá”. Esta reflexão do autor, a qual tento incorporar parcialmente no presente estudo, encontra-se presente no artigo *Fronteiras entre o favor e desfavor* – Versão escrita de intervenção oral realizada no colóquio *Favor e Desfavor* promovido pelo Laboratório Cidade e Poder/ UFF entre 9-11 de abril de 2001.

<sup>3</sup> Um conjunto de leituras, com enfoques diferenciados, contribuiu para o desenvolvimento desta reflexão, ficando sob minha responsabilidade a confluência das mesmas no presente trabalho: CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A Ideologia do Favor e a Ignorância Simbólica da Lei*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial/RJ, 1993; C. F., G. e NEDER. G. *Brasil violência e conciliação no dia a dia*. Porto Alegre: Fabris, 1987; NEDER, G. “Modernização conservadora” ou “via prussiana”? – mimetismo e imaginação sociológica no Brasil. Em: *Cadernos do ICHF*; vol. 57; julho de 1993. 39p.; NEDER. G. *Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda. 1979. Há que citar ainda a conhecida análise sociológica de Roberto Schwarz, realizada em dois livros a partir das obras de Machado de Assis: SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, 1990; SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977. Por último, devo registrar minha dívida com os participantes da disciplina *Tópicos Especiais em Ciência Política: A teoria política no Brasil e o Brasil na teoria política a partir de Raízes do Brasil* de Sergio Buarque de Holanda, ministrada pelo professor Gisálio Cerqueira Filho na “Escola de Niterói” (PPGCP-UFF), 2008/1.

atuação político-ideológica dos proprietários da *grande imprensa* de forma que, num primeiro plano, o caráter *liberal* da *grande imprensa* é concebido sob a marca da tensão existente entre o *liberalismo* e o *favor*. Ou seja, tendo em vista as elites que conciliam os benefícios de dois universos, buscando conjugar o prestígio de sustentarem opiniões avançadas – ditas “modernas” – com as vantagens do “atraso” (Rouanet: 1993; 320).

Nesse sentido, é importante deixar claro que o conteúdo reacionário e autoritário do liberalismo de nossas elites agrárias, industriais ou financeiras é concebido para além da simples oposição autoritarismo *versus* liberalismo, já que “ambos se embolam na constituição da revolução burguesa”<sup>4</sup>. Tendo em vista uma “suposta unidade básica do pensamento político burguês”<sup>5</sup>, a matriz desse pensamento é identificada por duas expressões do contratualismo anglo-saxão: de um lado o padrão autoritário (Hobbes) e de outro o padrão liberal (Locke)<sup>6</sup>.

Como parte desta perspectiva, denota-se o liberalismo como ideologia política da burguesia e marca de sua fase ascendente, quando o mercado possibilita margens de lucro. Por outro lado, na época dos monopólios e da planificação econômica, a burguesia optou

---

<sup>4</sup> CERQUEIRA FILHO, G. e NEDER, G. “A Teoria Política no Brasil & O Brasil na Teoria Política”. Fonte: [http://www.historia.uff.br/artigos/gizlene\\_4encontro.pdf](http://www.historia.uff.br/artigos/gizlene_4encontro.pdf). Artigo apresentado no 4o Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política, 21-24 de julho de 2004 (PUC/ RJ)

<sup>5</sup> Numa referência ao estudo do professor canadense Crawford Brough Macpherson (1911 - 1987) desenvolvido no livro *A teoria política do individualismo possessivo* (1962), Cerqueira Filho (2005) destaca a caracterização do modelo de sociedade de mercado simples, em que a não existência de uma divisão impositiva do trabalho é uma de suas características; e o modelo de mercado possessivo resultante do acréscimo de postulados como o de que a capacidade de trabalho de cada indivíduo é de sua propriedade, e é alienável. Macpherson identifica em seu livro correspondências entre *sociedade e mercado possessivos* e a obra de Thomas Hobbes, embora o autor do século XVII não tivesse na cabeça um modelo plenamente construído. Ver: CERQUEIRA FILHO, G.: 2005; 107. Para os propósitos da ênfase posta neste texto, vale uma breve citação das palavras do próprio autor canadense no âmbito da análise mencionada: “Hobbes, corrigido por Locke, no tocante à questão do soberano que se perpetua, forneceu assim a estrutura principal da teoria liberal inglesa” (Macpherson: 1979;282). Em trecho anterior do livro, Macpherson observa ainda que a “grandeza do liberalismo do século XVII foi sua afirmação do indivíduo racional livre como critério para a boa sociedade”; sua tragédia, por outro lado foi que “essa mesma afirmação era inevitavelmente uma negação do individualismo à metade da nação” (p. 273). Para mais, ver: MACPHERSON, C.B. *Teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Coleção Pensamento crítico, v.22).

<sup>6</sup> Esta abordagem advém de leitura do livro *Autoritarismo afetivo – A “Prússia” como sentimento*, onde Cerqueira Filho (2005) evidencia a combinação inesperada de duas expressões vistas como antagônicas: “Aquilo que Thomas Hobbes teme, e do temor faz emergir o conceito de Estado absolutista, é exatamente o que dá segurança a Adam Smith e substância ao conceito de mercado” (p.105). Daí a ideia de que a diferença entre os dois seria mais de contextualização histórica e não tanto de natureza político-ideológica. Respectivamente, Estado intervencionista e a “mão invisível” do mercado, cumprem para cada um a função de controle e domesticação daquilo que o pensamento conservador (totalitário ou liberal) registra por metáforas para não referir-se à *luta de classes*. Ver: CERQUEIRA FILHO: 2005, pp. 104-5.

pelo Estado autoritário, seja o fascista, seja o de capitalismo de Estado (Bobbio et alli: 2007; 699). Logo, é preciso compreender a democracia liberal advogada pela *grande imprensa* em função de questionamentos que exponham padrões contidos no ‘gene’ do pensamento político burguês. Ontem e hoje tais padrões podem ser reconhecidos em seu discurso (ideologia) e ação (prática política). Pois não foram os liberais que recorreram ao golpe civil-militar para derrubar líderes populares eleitos? Assim, a abordagem aqui privilegiada deverá valorizar uma crítica às confusões teóricas e práticas que, no contexto da abertura brasileira, equacionaram os seguintes elementos: liberalismo político = liberalismo econômico = democracia = antiestatismo (Dos Santos: 1991; 133).

Dito isto, o presente trabalho orienta-se também no sentido de demonstrar que, através da *linha editorial* adotada no período destacado, os veículos selecionados – pertencentes a *oligopólios familiares*, como parte significativa dos grupos empresariais de comunicação no Brasil – expressavam sua *visão de classe* como se fossem portavozes, representantes da opinião pública ou mesmo numa suposta expressão dos anseios e interesses da totalidade da *Nação*. Além disso, a análise do posicionamento editorial dos jornais perpassa outra ideia: a de que a *ideologia do favor*, cujas práticas sociais conectam a *ideologia da conciliação nacional* e da *cordialidade* à dominação e violência – especialmente em âmbito simbólico –, encontra nas empresas familiares jornalísticas um favorável *locus* de sustentação e reprodução.

No caso específico da *Folha*, o projeto editorial desenvolvido a partir de 1984 promoveu mudanças que – em torno do tripé jornalístico “crítico, moderno, **pluralista e apartidário**” – deveriam qualificar o jornal para exercer um papel de intérprete do interesse nacional. Busco chamar atenção para a auto-imagem desenvolvida pelo jornal paulista em projeto editorial: na realização do compromisso expresso em *slogan* (“*a serviço do Brasil*”), sob propaganda inspiração vanguardista, a *Folha* apresenta-se como mandatária de seus leitores-consumidores-cidadãos e portadora do “novo”. Embora tenha sido o jornal que mais pragmaticamente expôs essa relação jornal/ leitor, não pode-se dizer que seja exclusividade de sua linha editorial. Tanto *O Globo* quanto a *Folha* consolidaram institucionalmente a perspectiva de irradiação de determinada *visão de mundo*, uma percepção de como as coisas deveriam funcionar na “nova” democracia em construção: antiestatizante e com relações sociais (especialmente as trabalhistas)



sendo orientadas pela solitária regulamentação da economia de mercado – em detrimento de influências ideológicas consideradas ultrapassadas.

Valerá refletir em que medida tais diretrizes apontadas contradizem essencialmente a mensagem balizadora de uma linha editorial que exhibe caráter “apartidário” e “pluralista”. Portanto, cumpre questionar também que elementos justificam uma eventual caracterização de “jornais como partidos políticos” ou instrumentos de disputa por um futuro desejado (Venâncio: 2009)<sup>7</sup>. Isso porque, representante de “anseios democráticos” liberais, a *grande imprensa*, mesmo lançando-se em defesa de renovados valores democráticos, não deixou de ser portadora da diversidade restrita ao universo do pensamento político burguês positivista e pragmático.

Enfim, a partir de perspectiva histórica e da opinião publicada (editoriais), a despeito das posturas opostas quanto às *Diretas Já!* (participação x representação), destaco a convergência opinativa em aspectos que denotam, de certa forma, a preservação dos valores incorporados na ruptura de 1964. Cito, por exemplo, as revisões do “populismo” no período pré-golpe que justificam posturas antiestatizantes dos anos 80 ou as posturas “*anti-revanchistas*” favoráveis à superação (leia-se: *esquecimento*) do passado recente. Identifico aqueles valores no âmbito do conteúdo autoritário historicamente associado ao caráter liberal da *grande imprensa*. Aliás, valerá retomar os idos de 1964 – quando a regra democrática era ao mesmo tempo evocada e transgredida – como conjuntura chave para melhor compreensão da abertura e transição de 10 ou 20 depois. A análise de valores e posicionamentos defendidos nos editoriais passará também pela ênfase aos conceitos temporais, como os paradigmas de *progresso* e a

---

<sup>7</sup> O termo “imprensa como partido” utilizado por Perseu Abramo destina-se a designar um processo de confronto entre a mídia e os partidos políticos pela representatividade dos anseios populares da sociedade. Em trabalho monográfico, Rafael Duarte de O. Venâncio recorre a conceitos presentes no arcabouço leninista dentro da *Teoria de Organização Partidária* a fim de abordar o jornal como partido político, numa análise comparativa do conteúdo jornalístico publicado entre 2007-8 por quatro veículos com linhas editoriais bastante díspares – *Granma* (Cuba); *Brasil de Fato* (Brasil); *Folha de S. Paulo* (Brasil); *USA Today* (EUA). Tomando escritos como *Que fazer?* e *Carta a um camarada*, de Vladimir Ilitch Lenin, são exploradas as relações entre os conceitos leninistas e as elaborações em torno da importância do jornalismo tanto para organizar a sociedade quanto para busca de uma sociedade futura. Particularmente a ideia do “jornal como andaime” indica determinado papel pensando por Lenin no âmbito do “plano de uma organização geral do Partido”, e brevemente expressado no libelo *Por onde começar* (1901). Ver: VENÂNCIO, R. D. de O. *Jornalismo e linha editorial: construção das notícias na imprensa partidária e comercial*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009. 242p.

dicotomia “modernização” *versus* “atraso”. A ideia de harmonia social como negação do conflito de classes também merece espaço nas abordagens realizadas.

Com tais perspectivas, acredito ser possível oferecer um estudo que não reduz os meios de comunicação, em particular a imprensa escrita, à condição de mera caixa de ressonância das aspirações, dos medos, ansiedades e interesses de diferentes grupos sociais. Antes, é importante percebê-los como instrumento da ação político-ideológica de seus proprietários, empresários do ramo da comunicação associados a outros setores produtivos. Através dos veículos de comunicação, diferentes grupos sociais disputam pela possibilidade de promover o “consenso” sociopolítico em torno de seus objetivos estratégicos. Em alguns casos, como diz o uruguaio Álvaro Rico, buscam *hacer orden con las palabras*<sup>8</sup>. Os meios de comunicação e (cada vez mais) de interação, não são os únicos instrumentos, mas integram um conjunto de mecanismos disponíveis, com potenciais a serem explorados pela Ciência Política.

### **Publicando opiniões e imprimindo ideologia**

Considerando que a ênfase neste trabalho repousa sobre jornais representantes da chamada *grande imprensa*, julgo necessário expor relevantes premissas sobre a mesma. Maria Aparecida de Aquino (1999) apresenta ao início de seu estudo sobre *O Estado de S. Paulo* e o alternativo *Movimento* a qualificação adotada para o termo *grande imprensa*: imprensa que se opõe àquela de menor porte, compreendendo órgãos “cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para a sua sobrevivência”. Destaca-se ainda: uma “conotação liberal” e o significativo alcance com esquemas de distribuição nacional ou mesmo internacional<sup>9</sup>. Restringindo o recorte à *grande*

---

<sup>8</sup> O professor da *Universidad de la República*, Álvaro Rico, coordenou a *Red Temática de la UDELAR Dictadura, memoria(s) y derechos humanos* e da investigação promovida pela presidência da República em 2005 sobre *Detenidos Desaparecidos y el Terrorismo de Estado en Uruguay (1973-1985)*. Cito aqui *Los usos de la dictadura en la democracia posdictadura y las formas de dominación por el consenso*, trabalho apresentado no *Colóquio Internacional Sociabilidades, Poder e Cultura Política: Circulação de Ideias e apropriação cultural* na Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 27 a 29 de maio de 2009. Texto disponível em: <http://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v1n2a32009.pdf>

<sup>9</sup> Para uma caracterização do liberalismo da *grande imprensa*, ver Aquino (1999). A autora dá ênfase ao jornal *O Estado de São Paulo* (OESP) e às temáticas da censura prévia à imprensa, bem como à “construção do discurso da censura em um órgão da grande imprensa”. Segundo Aquino, “a posição do grupo que representa os interesses dos proprietários do jornal [OESP], conspirando abertamente contra o governo constitucional de João Goulart, é teoricamente justificável nos moldes do liberalismo *lockeano*”. A partir de sua análise, a autora compreende a “coerência da postura liberal com o apoio ao golpe de 1964, e posteriormente sua [dos proprietários d’OESP] oposição quando do recrudescimento repressivo do regime militar”.

*imprensa* diária e aos jornais de maior circulação do eixo Rio - São Paulo, eis os mais destacados àquela época: *Folha de S. Paulo*, *OESP*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*. Revistas semanais de destaque nacional – como a *Veja*, da editora *Abril Cultural* – também estão inseridas entre os veículos da *grande imprensa*, atendendo ao quesito *dimensão empresarial*. Tais veículos, reconhecidos por serem representativos ou majoritários, constituam a imprensa dominante, mais bem sucedida comercialmente. Ao passo que a *imprensa alternativa* estava relacionada a um caráter mais crítico, inclusive em relação ao regime militar.<sup>10</sup> Bernardo Kucinski (1991) apresenta significados variados contidos na palavra *alternativa*: “o de algo que não está ligado a políticas dominantes; de saída para uma situação difícil; e ainda um sentido relacionado ao desejo das gerações dos anos 60 e 70 de protagonizar as transformações sociais defendidas pelos setores de esquerda (Kucinski: 1991; XIII)<sup>11</sup>.”

É possível, portanto, identificar na *imprensa alternativa* uma expressão contra a hegemonia de uma versão oficial presente na *grande imprensa*, oferecendo aos seus ‘adeptos’ uma ‘válvula de escape’ em oposição às ações repressivas do regime militar, bem como para divulgação de ideais revolucionários. O autor considera ainda que, entre as concepções vigentes na imprensa alternativa, havia uma forte presença de inspiração gramsciana. Os jornais, entendidos como entidades autônomas (aparelhos privados de hegemonia), estavam imbuídos do propósito de contribuir para a formação de uma consciência crítica nacional. Como observa Denis de Moraes em sua abordagem dos meios de comunicação sob o prisma da *teoria ampliada do Estado*, o “aparelho de hegemonia não está ao alcance apenas da classe dominante que exerce a hegemonia, como também das classes subalternas que desejam conquistá-la” (Moraes: 2009; 40).

---

<sup>10</sup> Numa relação abrangente publicada em 1982 e citada por Smith, passava de 800 o número das publicações identificadas como alternativas. Entre as mais destacadas, cita-se: *Pasquim*, *Opinião*, *Coojornal*, *Versus*, *Em tempo*, *Crítica*, *Repórter*, *EX*, *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Lampião*. É válido considerar as diferenças político-ideológicas entre a *grande imprensa* e a *imprensa alternativa* ou *nanica*, existente durante o período de exceção; ou ainda a imprensa partidária – onde vários jornalistas, nos anos 50 e 60, tiveram os primeiros contatos com a profissão –, e a imprensa comunitária. Esta última irradiar-se pela América Latina na forma de rádios comunitárias já nos anos 1950, servindo nas décadas seguintes como canal de divulgação dos temas de interesse comunitário e como instrumento de mobilização social e revolucionária (Moraes: 2009; 155). Antes de constituir uma rede anti-hegemônica, alternativa à *mídia corporativa*, a imprensa comunitária ganhou espaço durante o período da abertura no Brasil, aflorando juntamente com a progressiva organização dos movimentos sociais na apresentação de suas reivindicações e de suas próprias visões de mundo.

<sup>11</sup> KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

Tanto no que concerne às iniciativas contra-hegemônicas quanto à *grande imprensa*, as contribuições de Gramsci são bastante úteis à consideração do processo de construção da *hegemonia* que atravessa o *jornalismo* em toda sua extensão prática. Para além da dimensão estratégica dos processos comunicativos, da sua organização e interação com o conjunto dos poderes, Franco Ottolenghi destaca da obra do autor italiano as projeções para formas de uma nova cultura, de um novo espírito público, no sentido dos potenciais de inversão da relação governantes-governados<sup>12</sup>.

Gramsci acresce sua contribuição à teoria marxista “clássica” *do Estado* fixando dois grandes “planos” superestruturais distintos: a *sociedade civil* – conjunto de organismos ‘privados’ – e a *sociedade política ou Estado*, num sentido restrito. A primeira é identificada como “portadora material da figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre a infra-estrutura econômica e o Estado em sentido restrito” (Coutinho: 1999). Deve-se compreender, contudo, que a análise separada de cada uma das duas esferas do momento superestrutural não corresponde à realidade prática. “Não existe realmente”, afirma Hugues Portelli, “entre sociedade civil e a política, entre o consenso e a força, uma separação orgânica. Um e outro colaboram estreitamente” (Portelli: 1972; 32-3), de forma que a “divisão funcional deve situar-se no quadro de uma unidade dialética em que consenso e coerção são utilizados alternativamente”, numa fluidez mais que a aparente.

Tomando como base o conceito de *hegemonia* e a *teoria ampliada do Estado* de Gramsci<sup>13</sup>, objetivo situar os jornais como integrantes do conjunto mais amplo das organizações responsáveis à elaboração e difusão das ideologias, onde são inseridos o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais e, finalmente, a organização material da cultura. Como aqui o foco está lançado sobre a *grande imprensa*, interessa oferecer um maior aprofundamento acerca de sua base ideológica, bem como de sua posição em relação à sociedade e ao Estado. Ao invés de descolar do Estado a *sociedade civil*, como alguns quiseram sugerir em fins de 1970, numa releitura de Gramsci que favorecia a mobilização “de costas para o Estado”; a ampliação proposta pelo autor inovava no campo da teoria política moderna

---

<sup>12</sup> Ottolenghi, Franco. *Jornalismo*. Em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=651> (Acessado pela última vez em 13 de abril de 2010).

<sup>13</sup> GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira, 2ª Ed. 1978; GRAMSCI, A. *Maquiavel e a Política do Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.

ao apresentar a concepção de que o poder estatal contemporâneo não se esgotava nos aparelhos repressivos e coercitivos (Coutinho: 1996; 117).

Ao situar *A batalha da mídia* na trincheira da “guerra de posições” – estratégia gramsciana de uma longa batalha pela hegemonia e pelo consenso, travada no interior e através da *sociedade civil* – Denis de Moraes afasta acertadamente a proposição gramsciana de leituras liberais e social-democratas, “segundo as quais a *sociedade civil* seria um lugar de harmonização de interesses e de emergência de um “terceiro setor” situado para além do Estado e do mercado” (2009; 39)

Smith sustenta uma visão do papel da *grande imprensa*, a despeito do número de leitores, relativamente reduzido<sup>14</sup>: “Os jornais são e sempre foram o veículo das elites no Brasil, mas provocam repercussões muito além do que indica o número dos seus leitores” (Smith: 2000; 51). Atualmente há que se considerar cada vez mais a enorme interação multimídia, com destaque ao espaço ocupado pelo jornalismo *on line*, via *sites* e *blogs*, às novas ferramentas e à imposição de ritmos ainda mais acelerados para a circulação da notícia. No passado dos *anos do chumbo*, a *imprensa alternativa* driblara as limitações da impressão à quente em tipografias clandestinas. Há de se reconhecer, na atualidade, que as novas tecnologias possibilitam a renovação e ampliação de iniciativas contra-hegemônicas<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Em 1972, eram 37 jornais por mil habitantes contra 154, no caso da Argentina (Smith: 2000; 50). Smith cita a ONU como fonte dos dados. Além disso, acrescenta em nota que, conforme estimativas dos anos 90, os quatro principais jornais diários do Brasil possuíam circulação combinada inferior a 5 milhões para uma população de 150 milhões de habitantes. Considerando os índices de analfabetismo em comparação com a *circulação por mil habitantes*, com a leitura dos dados a autora conclui que a tiragem dos jornais vem caindo na América Latina desde a década de 1950, apesar da diminuição do analfabetismo. Em 1970, o índice de analfabetismo estava em 26,3%, ao passo que a circulação de jornais por mil habitantes era de 74,3. Em 1980, o índice cai para 19,2% e a circulação também cai para 70,2.

<sup>15</sup> No que se refere à concentração hegemônica no setor da comunicação social, Moraes (2001) apresentava já no início desta década um diagnóstico da participação das tradicionais empresas de comunicação em consórcios destinados à administração de companhias telefônicas privatizadas ou de telefonia celular. O autor afirmara: “Mastodontes da telecomunicação se associam à televisão por cabo ou via satélite. Fabricantes de softwares se coligam a agências eletrônicas de notícias” (Moraes, 2001; 16). Além disso, segundo Moraes, ao adquirir participações em telefonia, um grupo de mídia teria em mente o acesso e a transmissão para sinais de TV e tráfego de dados. Ao passo que telefônicas não paravam de investir em Internet. Essas movimentações de empresas de comunicação social são identificadas como retratos da concentração multinacionalizada, paradigma que estaria se impondo há dez anos “alinhando a indústria da comunicação aos setores mais dinâmicos do capitalismo, sob efetiva hegemonia dos EUA como pólo de produção e difusão de conteúdos”. Moraes ainda enfatiza que “o predomínio exacerbado dos oligopólios foi incentivado tanto pelas desregulamentações como pela deliberada omissão dos poderes públicos” (2001; 25).

Incorporo no presente trabalho a ideia de que justificativas “técnicas” para “racionalização” e aceleração da lógica produtiva no jornalismo caracterizam construções ideológicas e reforçam relações hegemônicas. Em seu estudo do processo de “fetichização da informação” e da presença de mecanismos ideológicos que a sustentam e corroboram, Sylvia Moretzsohn destaca construções discursivas que constituem e comercializam, por exemplo, a “ideologia da velocidade”<sup>16</sup>. Apoiada no conceito marxista de fetichismo da mercadoria – definido como o processo através do qual os bens são produzidos pelo homem e, quando postos no mercado, parecem existir por si, ganhando vida própria e escondendo a relação social que lhes deu origem – Moretzsohn aborda o consumo da própria *velocidade* como fetiche, sobretudo sob o avançar da Internet.

Observa-se a mudança na rotina das redações com a incorporação mais rápida das novas tecnologias em contraposição à imagem de submissão da rotina industrial à força da notícia. Não totalmente descolado da realidade, o estereótipo do jornalista incansável a serviço da informação (leia-se, da *verdade*), que adentra a redação aos brados de “parem as máquinas!” corrobora, numa acertada percepção da autora, a referida construção ideológica.

A *Folha de S. Paulo* produziu a partir do ano de 1984 edições renovadas do *Manual de Redação da Folha de S. Paulo*. Na edição de 1987, ao verbete *rapidez* correspondia o seguinte enunciado: “É essencial combinar qualidade com rapidez. (...) Assim, o jornal deve fechar mais cedo que os concorrentes, sem perder em quantidade ou qualidade de informações”. Na edição de 2001, reitera-se a ideia de que por jornais e os jornalistas estarem submetidos ao mesmo tempo “na dinâmica veloz dos acontecimentos”, isso deveria servir como “estímulo para que cada profissional encontre a melhor forma de associar essas diversas condições, em vez de utilizá-las umas contra as outras. A falta de tempo ou de papel [espaço] não é argumento contra a profundidade.” Diante das citações, Moretzsohn apresenta as seguintes conclusões: 1. a velocidade é reconhecida na dinâmica dos fatos e não nas rotinas de produção adotadas para cobri-los; 2. o enfrentamento bem sucedido dessas condições, ao que sugere o

---

<sup>16</sup> A autora se propõe a contextualizar o modelo do “tempo real”, analisando como ele “vende” a ideia de liberdade de escolha, “encobrendo a fabricação da opinião a partir da suposta valorização do público como consumidor, a quem o jornal apenas “serve”, excluindo-se aí o papel político do jornalista como mediador” (Moretzsohn: 2002; 120)

*Manual*, ficaria a cargo do talento e esforço dos próprios jornalistas<sup>17</sup> (2002; 139-40). A visão da autora deve ser comparada com a do próprio Otávio Frias Filho em relação à alta rotatividade que caracterizou o período pós-Projeto *Folha*. Para o dono do jornal, haveria uma “*seleção natural*” de forma que “algumas pessoas simplesmente não aguentam o ritmo e pulam fora” (Lins da Silva: 2005; 195).

A autora ainda destaca o caráter ideológico presente no conceito e preceito da “objetividade” jornalística e do discurso em torno da “verdade dos fatos”. A autora chama atenção para a busca dos veículos com o intuito de eliminar as mediações discursivas que dão aos fatos o *status* de notícia. Sobre esse tema específico, Adelmo Genro Filho (1987) – autor d’*O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo* – disserta sobre a “ideologia da objetividade e imparcialidade” do jornalismo, a qual “corresponde não ao fato ou possibilidade real de que as necessidades sociais objetivas e universais de informação”, mas sim ao fato de que estas “só podem ser supridas conforme uma visão de classe”. Nos dizeres do autor, uma necessidade preexistente forneceria as bases para o “mito ideológico de que o jornalismo pode vincular-se direta e abstratamente a essas necessidades gerais, segundo um interesse político global da sociedade, que se revela como mesquinho interesse de manutenção da ordem burguesa” (Genro Filho: 1987; 146).

No sentido de uma determinada abordagem ideológica, valerá atentar para a perspectiva de Gramsci em relação ao autor d’*O capital*: “Para Marx as ‘ideologias’ não são meras ilusões e aparências, são uma realidade objetiva e atuante. Só não são a mola da história” (Gramsci *apud* Konder)<sup>18</sup>. Slavoj Žizek, por sua vez, expressa a questão nos seguintes termos: “a ideologia (...) não é simplesmente uma mentira, mas uma mentira

---

<sup>17</sup> Atualmente, a *Folha de S. Paulo* apresenta uma proposta consolidada de formação de seus profissionais. Essa formação inclui a oferta de cursos, seminários e subsídios para extensões acadêmicas no exterior. São iniciativas coordenadas pela Editoria de Treinamento do jornal – segundo o *site* da própria editoria, com patrocínio de empresas como Odebrecht e Philip Morris. Entre suas atribuições está a responsabilidade de, a cada semestre, ‘recrutar’ e treinar entre 10 e 12 jovens jornalistas, ou mesmo daqueles com formação em outras áreas. Em paralelo a essa estratégia, a editoria realiza seminários e palestras no próprio jornal, obrigatórios para determinadas editorias, dependendo do convidado. Mais recentemente, por exemplo, o ex-Ministro Delfim Neto foi convidado a realizar palestra sobre a situação econômica no governo Lula (2003-2010). Há ainda convênios com cursos de idioma, sendo oferecidos subsídios que ultrapassam 80% da mensalidade. Cursos técnicos, como dicas de investigação jornalística, também são oferecidos com frequência.

<sup>18</sup> Fonte: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv61.htm> - texto capturado em 4 de abril de 2010. A questão da ideologia em Gramsci, por Leandro Konder. O autor faz a citação a partir do original GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. Edição crítica do Instituto Gramsci, org. Valentino Gerratana, 1977, Ed. Einaudi, Torino.

vivenciada com uma verdade, uma mentira que pretende ser levada a sério” (Zizek: 1996; 313).<sup>19</sup>

Já Armand Mattelart, sociólogo especializado no estudo da comunicação e crítico do monopólio mundial neste importante setor, dá destaque ao caráter basicamente ilusório da “ideologia dominante” e seu entendimento como “falsa consciência”. Em *La comunicación masiva en el proceso de Liberación*, ao explicar o *modus operandi* que caracterizaria as construções ideológicas, o autor ressalta um “imaginário coletivo” responsável por conferir ao indivíduo a ilusão de que a sociedade na qual vive e as relações reais que nela vivencia estariam situadas sob o signo da harmonia social, escapando à luta de classes (1973; 32-3).<sup>20</sup>

Numa instância ideológica da dominação social, caberia aos meios de comunicação (como aos demais “aparatos conformadores de ideologia” – governo, escola, família etc.) o papel de materializar a concepção de mudança do sistema imperialista, reproduzindo cotidianamente uma retórica que, na verdade, seria contrária à alteração do modo de produzir característico do sistema.

Em outro sentido, talvez complementar ao adotado por Mattelart, cumpre valorizar uma concepção da *ideologia* segundo a qual esta não representa apenas uma ilusão, mas produz este efeito, de forma que “o efeito de ilusão é uma das alusões da ideologia, uma dentre outras”. Para tanto, as palavras de Cerqueira Filho (1983)

---

<sup>19</sup> Ver: Zizek, S. Como Marx inventou o sintoma? Em: Zizek, Slavoj (org). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1996.(pp. 297-331)

<sup>20</sup> Ao afirmar que “toda notícia é ideológica”, Mattelart destaca que “a notícia defende os interesses determinados de uma classe e entra em seu projeto de dominação”. Para ele, “a notícia do diário liberal e seu modo de organização implícito expressa a estratégia da burguesia contra seu inimigo de classe”, de forma que a “rede de notícias traduz as relações de classe e indica até que ponto a burguesia se mobiliza e mobiliza [manipula] todos os acontecimentos ao redor de seu objetivo principal, a permanência de seu aparato” (1973; 55) – tradução livre do original em espanhol. Genro Filho, por sua vez, critica a abordagem de Mattelart por compreender que este enxerga os meios de comunicação apenas como *meios*, ou seja, “mediações usurpadas pelas classes dominantes”, sendo que “algumas dessas mediações, inclusive pela sua natureza técnica, são consideradas instrumentos de fragmentação das massas, favorecendo a manipulação coletiva e a ruptura de relações sociais mais criativas” (1987; 125). O autor de *O segredo da pirâmide* defende que “o jornalismo não desintegra e atomiza a realidade, pelo simples motivo que essa realidade não se oferece imediatamente à percepção como algo íntegro e totalizado”. A tese defendida é a de que, no jornalismo, “o singular se abre para um contexto particular e sugere uma significação universal, um conteúdo”, se inserindo em determinadas cosmovisões pré-existentes (1987: p.212). Nesse sentido, o jornalismo tanto poderia reforçar a cosmovisão dominante, em virtude da propriedade privada dos meios de comunicação, como a apreensão e reprodução do fato jornalístico poderia estar alicerçada numa perspectiva oposta, revolucionária. Para tanto, recorre-se à Lênin e sua percepção do “potencial revolucionário da imprensa enquanto instrumento de organização da vanguarda e como ligação desta com os segmentos avançados das massas” (1987: p.218).



oferecem uma visão oportuna sobre as construções ideológicas, inclusive desfazendo equívocos quanto à própria percepção de Marx a respeito do tema:

“Não sendo pura inversão imaginária do real (até porque o imaginário existe, é real), a ideologia não deixa, todavia, de apontar para uma representação simbólica que, guardando permanente relação com a realidade não-discursiva, aparece necessariamente como abstração e inversão [ilusão]. (...) Trata-se portanto de colocar ênfase na ideologia como dimensão da práxis social que partindo da realidade não discursiva constrói-se abstratamente como uma síntese de formações discursivas ou representações sobre a realidade social” (Cerqueira Filho: 1983; 116-7).

Essa concepção favorece um entendimento para além da “falsidade” de determinado conjunto de ideias, contribuindo para sua compreensão dentro da formação social brasileira e como parte dela. O duplo efeito de desconhecimento/ reconhecimento ao qual se refere Cerqueira Filho resulta da d’*A ideologia alemã*, de Marx e Engels, para além do caráter ideológico comumente destacado – qual seja o de *ilusão* (abstração e inversão). Busca-se tornar objeto de estudo a pertinência à realidade não-discursiva, ou seja, a *alusão* também presente na ideologia. Em publicação posterior, é proposta uma *Análise social da ideologia* (1988), que explore as múltiplas associações entre três eixos: o do discurso político (pensar/ estrutura ideológica), dos sentimentos (sentir/ estrutura psíquica) e da ação política concreta (agir/ estrutura política/ *luta de classes*).<sup>21</sup>

Zizek afirma que “a ideologia não é simplesmente uma “falsa consciência”, uma representação ilusória da realidade; antes, é essa mesma realidade que já deve ser concebida como “ideológica””. Numa linha de raciocínio que avança sobre o que seria o *sintoma* marxista – “um certo desequilíbrio “patológico” que desmente o universalismo dos “direitos e deveres” burgueses – Zizek toma como exemplo a *liberdade*. Esta, a exemplo de todo “Universal ideológico”, segundo o autor, é “falsa” na medida em que necessariamente inclui um caso específico que rompe sua unidade, que expõe (ou alude) ao elemento de sua falsidade. O autor explica que às várias liberdades – de fala e de imprensa, liberdade de consciência, de comércio e política – soma-se uma liberdade

---

<sup>21</sup> A teoria da ideologia desenvolvida dá ênfase não apenas à relação pensar/agir – estrutura ideológica *versus* estrutura política –, mas também à relação pensar/ sentir – estrutura ideológica *versus* sistema de inconsciente. A meta apresentada por Cerqueira Filho consiste, portanto, em “tornar consciente o inconsciente”, buscando a “recuperação da história enquanto história pessoal e coletiva, simultaneamente relacionadas”. Citando J. Carlos Plá, o autor complementa: “tornar consciente o inconsciente é recuperar a pertinência pessoal a um grupo familiar, a uma classe social, a uma época, recuperar uma parte da história coletiva” (1998: 25). Para mais, ver: CERQUEIRA FILHO, G. *Análise social da ideologia*. São Paulo: EPU, 1998.

específica: a do trabalhador vender livremente sua força de trabalho no mercado. E esta acaba por subverter a noção universal, à medida que “essa é o oposto da liberdade efetiva: ao vender “livremente” sua força de trabalho, o trabalhador *perde* sua liberdade – o conteúdo real desse livre ato de venda é a escravização do trabalhador ao capital”. Eis o que caracteriza a noção universal de uma liberdade paradoxal, encerrando o círculo das “liberdades burguesas” (Zizek: 1996; 305-6)<sup>22</sup>.

De volta a Mattelart, a *liberdade de imprensa* é concebida como liberdade da propriedade, sendo funcional aos proprietários dos meios de produção. Por isso, o meio de comunicação de massa liberal não poderá emitir mensagens que não apontem a projeção de seus interesses (1973; 66). Na concepção habbermasiana, a liberdade regida constitucionalmente é o resultado dos embates pela autonomia da esfera pública burguesa ante o Estado. Este processo tornou a imprensa um canal de expressão dos conflitos sociais. Entretanto, o exercício da imprensa foi moldado de acordo com as questões e os espaços em que se situava, sendo necessário considerar os interesses daqueles que percebem a (liberdade de) imprensa não como um serviço público, mas sobretudo, como um *negócio*. Na *História da Imprensa no Brasil*, cuja primeira edição data do ano de 1966, Nelson Werneck Sodré associou a transformação da imprensa com o avanço das relações capitalistas e, com ele, a ascensão burguesa. O jornal passa a ser uma empresa jornalística e tem início a redução no número de periódicos, o que, entre altos e baixos, ocorrerá progressivamente ao longo do século XX, em especial na segunda metade. A respeito das transformações que se acumularam na passagem do século XIX para o século XX, Sodré observa: “É agora muito mais fácil comprar um jornal do que fundar um jornal; e é ainda mais prático comprar a opinião do jornal do que comprar o jornal”.

Outras afirmações do autor destoam da abordagem aqui adotada, especialmente a respeito de uma “burguesia economicamente ascensional, embora sem continuidade, mas ainda politicamente débil” (1999; 276). A “debilidade”, identificada por Sodré com a “acomodação entre a burguesia e o latifúndio pré-capitalista”, é reconhecida também na imprensa, a despeito da sua estrutura capitalista. Sodré afirma que a imprensa “é forçada a acomodar-se ao poder político que não tem ainda conteúdo capitalista, pois o Estado serve principalmente à estrutura pré-capitalista tradicional”. Numa visão diversa,

---

<sup>22</sup> Ver: Zizek, S. Como Marx inventou o sintoma? Em: ZIZEK, Slavoj (org). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro : Editora Contraponto, 1996.(pp. 297-331)

ao contrário dessa *estrutura pré-capitalista*, identificamos os elementos característicos da presença “do capitalismo internacional no encaminhamento [contra-revolucionário] da hegemonia burguesa no Brasil” (Neder: 1993; 39), determinando nossa “transformação burguesa”. Esta é aqui associada à transformação da imprensa burguesa amplamente abordada por Werneck Sodré.

### **Um estudo sobre a ‘voz do jornal’: quem fala, quem ouve, quem cala?**

Quanto à presença de gêneros opinativos no jornalismo brasileiro, ele aparece de variadas formas: editorial (empresa jornalística); crônica, caricatura, comentário, resenha, coluna e artigos (de colaboradores e/ou jornalistas). Há ainda os espaços dedicados às cartas do leitor. Dependendo da política editorial do veículo, o leitor poderá contribuir através de outros gêneros.<sup>23</sup>

Com sua ênfase ao efeito ilusório das construções ideológicas, Mattelart considera que ao rechaçar o deciframento secundário do seu discurso, o editorialista de determinado jornal liberal argumentaria que sempre atuara com total liberdade e que nenhuma determinação foi imposta por forças distintas de sua vontade ou intenção (1973; 37). Mais adiante, Mattelart, apenas como exemplo, chega a contestar a aparente autonomia e independência do editorialista de *O Globo*. Segundo ele, estas seriam ilusórias e, na verdade, o jornalista estaria submetido às determinações tácitas estabelecidas entre os proprietários da *Sociedade Interamericana de Imprensa*. As observações destacadas convergem, em certa medida, com a percepção de José Marques de Melo. Para o autor, o editorial não reflete tão somente a “opinião do dono”, tendo em vista que a transição das instituições jornalísticas nas sociedades capitalistas fizera delas não apenas propriedades individuais ou familiares, mas organizações complexas. O editorial passara a refletir, portanto, não exatamente a opinião de seus proprietários nominais, mas um consenso entre as opiniões emanadas de diferentes núcleos – ainda que fosse mantida uma visão de classe. Estes núcleos, por sua vez, ao passo do desenvolvimento das sociedades capitalistas passaram a reunir acionistas majoritários, financiadores que subsidiassem a operação das empresas e também anunciantes, cujos recursos regulares para empresa garantissem a compra de espaços no jornal.

---

<sup>23</sup> A *Folha de S. Paulo* criou, em 1984, após a reprovação da Emenda Dante de Oliveira, uma pequena seção denominada *A opinião de quem não vota*. Através de pequenas notas, o leitor podia opinar sobre o processo sucessório, que prosseguia com a disputa entre Tancredo Neves e Paulo Maluf pelos votos do Colégio Eleitoral. Enfatizava-se assim não apenas a impossibilidade do (e)leitor expressar suas preferências diretamente através do voto, como a possibilidade de fazê-lo por meio do jornal.

Para Melo, o editorial afigura-se como um espaço de contradições. Seu discurso constitui, na visão do autor, uma teia de articulações políticas e por isso representaria um exercício permanente de equilíbrio semântico. “Sua vocação é a de apreender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana” (Melo: 1985; 79). Ao analisar determinadas contradições presentes nos editoriais – entre posturas mais ou menos democráticas, mais ou menos conciliadoras –, a perspectiva teórica aqui adotada consiste em percebê-las como decorrentes em grande parte da assimilação de um ideário liberal marcado por especificidades nacionais.

A presente análise contraria, ao menos parcialmente, a ideia de que, no Brasil, em função da inexistência de uma “sociedade civil forte e organizada” e da atuação de um Estado “todo-poderoso”, os editoriais seriam dirigidos apenas formalmente à *opinião pública*, encerrando na verdade um diálogo com o Estado. Essa hipótese é apresentada por Melo em *A opinião no jornalismo brasileiro* (1985). O autor sugere que a leitura dos editoriais dos jornais diários indicava que as instituições jornalísticas “procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos”. Segundo Melo, “não se trata de uma atitude voltada para perceber as reivindicações da coletividade e expressá-las a quem de direito”. O autor observa que as opiniões então impressas eram dedicadas muito mais a “coação” do Estado para a defesa dos interesses dos segmentos empresariais e financeiros representados pelo jornal (Melo: 1985; 80). É preciso observar, contudo, um movimento cada vez mais expressivo da sociedade civil que emerge a partir de meados dos anos 1970, influenciando a própria relação entre o jornal e o leitor.

Na verdade, o que se depreende dos editoriais analisados e de alguns estudos recentes é mais a percepção de um certo esforço dos jornais em desempenharem um papel representativo, mais que simplesmente mediador. Em *Metamorfoses do contrato representativo*, Albuquerque e Holzbach (2008), apontaram transformações ocorridas nos anos 80 na *Folha de S. Paulo*. Os autores ilustram como o modelo norte-americano, em que imprensa seria dotada de um *Quarto poder*, foi interpretado no Brasil. Na ‘tradução’ transformou-se o contrato comercial (a compra do jornal na banca ou sua assinatura) em um contrato representativo, cujas regras são expressas no *Manual da Redação* editado pela *Folha* em 1984, 1987 e 1992. O ‘contrato’, expresso no *Manual*, estabelecia que o jornal atuasse sobre o leitor “formando a sua opinião” e, desta forma,

pressionando as instituições políticas. Os autores destacam que o verbete “formação de opinião” na primeira edição do *Manual* apresenta o jornal como “um sujeito ativo, que intervém no sentido de educar o público e afetar o funcionamento das instituições”. Na edição de 1992, os autores observam uma complementação segundo a qual a “força” de um jornal “mede-se ainda pelo número de exemplares que vende. O jornal também é formado pela opinião pública, que o influencia e pressiona” (*Novo Manual da Redação apud* Albuquerque e Holzbach: 2008; 161).

Em *Sociologia do Jornalismo*, Erik Neveu (2006)<sup>24</sup> afirma que os “jornalistas perderam o *status* de porta-vozes diretos da opinião pública no período das campanhas eleitorais”. O autor observa que, na França, até os anos 1960, era o panorama dos editoriais de imprensa que surgia como expressão da tal *opinião pública*. Vale lembrar os famosos editoriais “Basta!” e “Fora!” publicados pelo Correio da Manhã às vésperas do golpe de 1964 para mencionar um caso marcante da experiência brasileira.

É válido ainda atentar para a concepção de opinião pública oferecida por Mattelart: “A opinião pública se converte no ator imaginário— apoio aos interesses de uma classe – que permite transpassar uma opinião privada como se fosse pública”<sup>25</sup>. Para o autor, a *opinião pública* deve ser concebida como um dos “conceitos do amorfismo social” (1973; 30-31), tal como *sociedade de massa*, *sociedade de consumo* ou *sociedade moderna*. Estes são considerados termos de suporte da dominação social, e parte de uma fórmula que permite dissolvê-la “no universo eufórico da modernidade, do consumo, da publicidade”. Não será demais lembrar aqui a referência de Foucault às condições reais da *opinião*, “uma materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder em forma de imprensa, edição, depois cinema e televisão” (1979: p.224)<sup>26</sup>.

Os meios de comunicação exerceriam uma função representativa, paralela àquela exercida pelos representantes eleitos, atuando na confecção da agenda e do debate públicos em nome dos cidadãos (Miguel *apud* Albuquerque e Holzbach: 2008; 167). Ao menos é este papel que se outorgam os meios de comunicação. De tempos em

---

<sup>24</sup> NEVEU, Erik. *Sociologia do Jornalismo*. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2006.198P.

<sup>25</sup> Tradução minha do original em espanhol.

<sup>26</sup> FOUCAULT, Michel. *O olho do poder*. Em: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp.209-227.

tempos, buscam renovar essa espécie de contrato representativo supostamente firmado com o consumidor-leitor-cidadão<sup>27</sup>.

Tendo em vista as transformações sofridas pelo país em diversos âmbitos ao longo do decênio estudado, os editoriais foram percebidos como espaços através dos quais os meios de comunicação impressos, apoiadores de primeira hora do golpe civil-militar, buscaram redefinir seus papéis em face do processo de distensão. Este processo dividira a cena política com a ascensão de uma sociedade civil cada vez mais reivindicante, e que foi forçando a ampliação das brechas e concessões liberalizantes oferecidas pelo governo Geisel.

Tomando como base a gramsciana *teoria ampliada do Estado*, os jornais – aparelhos privados de hegemonia – são incluídos no conceito de *sociedade civil* utilizado pelo autor, tornado-se invariavelmente espaços de disputa por *hegemonia*. Essa visão se contrapõe àquela que identifica a imprensa como espaço para ação de um *Quarto poder*, árbitro do jogo político. Ao contrário, observo que os periódicos da *grande imprensa*, atuantes politicamente no processo de abertura, influenciaram e foram influenciados pelo processo; em parte por conta do fato de que as novas condições políticas demandavam diferentes estratégias para lidar com os demais *aparelhos privados de hegemonia*, com a *sociedade política* e com o leitor.

### **Caminhos teórico-metodológicos**

Este trabalho foi concebido em dois momentos: o da análise das “condições de produção do discurso” e o da “organização argumentativa”<sup>28</sup>. Não como momentos

---

<sup>27</sup> Em campanhas publicitárias recentes tanto *O Globo* quanto a *Folha* convidam o leitor a exercer sua cidadania através da compra do jornal, da sua assinatura ou da interação em determinada plataforma *online*. O jornal carioca criou a campanha “Nós e você, já são dois gritando”. A intenção é estimular o leitor a expressar sua opinião *online*, elegendo principais assuntos a serem debatidos e medidas que devem ser cobradas do poder público. Já o jornal com sede em São Paulo, veicula a seguinte peça publicitária: “A sua assinatura faz a Folha ser cada vez mais a Folha”. O título é explicado pela locução do comercial veiculado em 5 capitais: “Quando você assina a Folha, você está assinando por um Brasil mais plural, moderno e democrático. Você assina embaixo pelo respeito às diferenças. Pelo respeito à liberdade e à divergência de opinião. Você diz sim às novas idéias. E à verdade acima de tudo. Assine. Sua assinatura faz a Folha ser cada vez mais a Folha”. Nos dois casos, o que está em evidência é o triplo papel do público alvo: leitor de notícias, consumidor de informação e cidadão brasileiro. (fonte: <http://www.vitrinepublicitaria.net/noticiasdomercado2.asp?menucodigo=3982&PagAtual=196>)

<sup>28</sup> As ideias de “condições de produção” e “organização argumentativa” decorrem de inspiração, e não exatamente reprodução, de métodos presentes em *Argumentação e discurso político* do pesquisador Haqira Osakabe, que dá ênfase em seus estudos à área da lingüística. Reconhecendo a importância de outras ciências humanas para a investigação, o autor afirma que o discurso deve ser dimensionado em duas direções: em direção às informações que ele, enquanto individualidade, revela; e às que se revelam

separados e distintos, mas como duas etapas do estudo entrelaçadas. Aqui estes momentos consistem no reconhecimento do *lugar* (histórico, social, político e ideológico) de onde são emitidas as *opiniões publicadas*. Concordo, nesse sentido, que “o modo de organização social condiciona a constituição dos sujeitos da ação, suas falas e significados” (Sader: 1988; 145). Além disso, fez-se necessário compreender e apreender “os meios de reelaboração das experiências e os papéis da atribuição de significados” acerca do processo estudado. Como indica Thompson, o objetivo da análise argumentativa desenvolvida é o de “reconstruir e tornar explícitos os padrões de interferência que caracterizam o discurso”, rompendo o corpo deste em conjunto de afirmativas e tópicos em termos de determinados operadores lógicos (implicação, contradição, pressupostos, exclusão etc. (2002: p. 374)<sup>29</sup>

No trabalho de Eder Sader sobre *experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)* – observando as diametrais divergências entre os ‘personagens centrais’ da análise, já que no presente trabalho busca-se compreender as ‘falas’ do proprietário e não do trabalhador – o caminho é semelhante: identificar “como é nomeado o vivido; que valores são invocados, como são nomeados os atores a que se faz referência e que predicados lhes são atribuídos; que objetivos são visados e que conclamações são feitas”. Sader orienta sua análise para reconstrução de “matrizes discursivas”, tidas como modos de abordagem da realidade, que implicam diversas atribuições de significado, e cuja “produção e reprodução dependem de lugares e práticas materiais de onde são emitidas as falas”. Caso adotasse a ideia da constituição das *matrizes*, teria que considerar o fato de que, pela própria natureza do jornalismo, a *opinião publicada* acaba sendo produto da convergência de diversas matrizes.

Além dos ‘momentos’ definidos acima, algumas questões nortearam este estudo em vista dos objetivos da análise proposta:

---

pelo seu relacionamento com outros discursos. Mediando as duas direções, haveria a organização argumentativa, favorecendo a captação dos mecanismos pelos quais o locutor se contacta com o ouvinte e favorecendo ainda a explicitação das motivações que determinam o conjunto dos discursos. Ver: OSAKABE, H.: 1999. Longe de adotar opções metodológicas oferecidas pela Linguística e da esquematização proposta por Osakabe, recorro à análise sócio-histórica e política das referidas condições de produção do discurso por meio da identificação dos posicionamentos dos jornais sobre eventos destacados na conjuntura político-econômica analisada. Dentre eles, os principais são: movimentos grevistas, mobilização social, crise da dívida externa, processo sucessório (Campanha pelas *Diretas Já!*), abertura democrática etc.

<sup>29</sup> THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação* de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

- De que forma a conjuntura política e econômica externa influenciou a brasileira? E qual o posicionamento da *grande imprensa* perante essa conjuntura?
- Considerando o caráter liberal da *grande imprensa* brasileira, como explicar posicionamentos político-ideológicos autoritários ao longo do século XX, especialmente nos 21 anos que sucederam o golpe civil-militar de 1964?
- Que aspectos da *opinião publicada* caracterizam a visão de uma determinada classe não só sobre o processo de abertura, como sobre os caminhos para redemocratização e sobre a reordenação das relações político-econômicas do Brasil com o exterior?
- Quais as características do(s) ‘projeto(s)’ de construção democrática são defendido(s) através dos editoriais?
- Há elementos da *opinião publicada* que evidenciem a permanência de princípios e valores das “aspirações revolucionárias” de 1964?
- Qual a opinião de cada um dos jornais analisados sobre outros *aparelhos privados de hegemonia* e seus papéis no processo de abertura?
- De que forma construções ideológicas definidoras da atividade jornalística ou mecanismos argumentativos favorecem a *hegemonia* da *grande imprensa* ou validam determinado papel social?

Numa conjuntura de transição, além do presente e do futuro, o passado vem à tona em reconstruções e reelaborações. A esse respeito, são úteis as ideias de Braudel, para quem “os quadros mentais também são prisões de longa duração”. O tempo curto, segundo o historiador, é a “medida dos indivíduos, da vida cotidiana, de nossas ilusões, de nossas rápidas tomadas de consciência – o tempo, por excelência, do cronista, do jornalista”. Mais adiante, ele sugere: “cada um compreenderá que haja um tempo curto de todas as formas de vida, econômica, social, literária, institucional, religiosa e mesmo geográfica (...) assim como política”. O autor, entre uma e outra dimensão do tempo, se ocupa da sua multiplicidade, destacando o valor excepcional do tempo longo. Ao passo que o tempo curto, diz ele, “é a mais caprichosa, a mais enganadora das durações” (Braudel: 1978; 46-50).

A fim de definir o *lugar* de onde são emitidas as *opiniões publicadas* busquei, sobretudo, valorizar uma *perspectiva histórica*, tanto em relação aos acontecimentos políticos marcantes no período analisado quanto em relação à história do próprio veículo e às transformações editoriais ao longo do processo de abertura.

A valorização da análise conjuntural em âmbito político e econômico tornou-se, no decorrer da pesquisa, condição essencial para análise das inúmeras referências e



correlações presentes nos editoriais – este que são o “acontecimento comentado” conforme a tipologia de Charaudeau<sup>30</sup>.

Por esse mesmo motivo, procurei incluir uma *abordagem conceitual* de termos recorrentes no período, dando ênfase a determinado ideal de “modernização”, característico das projeções e expectativas para construção do “Brasil grande”; ou seja, moderno, desenvolvido, civilizado. Algumas contribuições do historiador Koselleck foram convertidas em ferramentas para pensar o processo de construção da ideia de “modernização” e da “temporalização” de conceitos como artifícios político-ideológicos em favor da determinação do presente. Diante do contexto latino-americano e particularmente o brasileiro (1970-1980), procurei denotar o uso dos conceitos mencionados como núcleo explicativo das orientações econômicas e políticas elaboradas sobre países “periféricos/ subdesenvolvidos”. Tomando emprestada a categoria histórica de Koselleck, procurei na primeira metade deste estudo reconhecer “horizontes de expectativa” em disputa no contexto das reconquistas democráticas latino-americanas. Considere-se que “os conceitos em que as experiências são reunidas e as expectativas enfeixadas não são meros epifenômenos da assim chamada história real” (Koselleck: 2006; 268). As palavras de Koselleck apontam para a interferência mútua dos conceitos históricos sobre os acontecimentos políticos e sociais.

E se, concordando com Braudel, ratificamos que “a história é a soma de todas as histórias possíveis – uma coleção de misteres e de pontos de vista, de ontem, de hoje, de amanhã” (Braudel: 1978; 53), será forçoso aceitar também que é um erro escolher uma dessas histórias com exclusão das demais. Daí o esforço para identificar construções de sentido, contradições e marcas de determinada construção ideológica realizada nas páginas dos jornais implica, a meu ver, um estudo dos *descaminhos*, desses “horizontes”

---

<sup>30</sup> Os modos discursivos, segundo o pesquisador Patrick Charaudeau, organizam-se em torno de três categorias: “relatar o acontecimento”, “comentar o acontecimento” e “provocar o acontecimento”. Respectivamente, a *reportagem*, o *editorial* e o *debate* são identificados com cada uma das categorias, embora a tipologização acabe por restringir/solidificar aquilo que, na prática, é mais fluido. O *editorial*, por exemplo, apresenta enorme potencial para “provocar o acontecimento” ao invés de apenas comentá-lo, isso porque se encontra num “lugar de construção de sentido”, como se refere o próprio Charaudeau, social e economicamente privilegiado; poder-se-ia dizer *hegemônico*. O pesquisador das ciências da linguagem dedica-se ao estudo da “lógica simbólica das mídias”. Estas são definidas como suporte organizacional que se apossa de noções como “informação” e “comunicação” para integrá-las em suas lógicas: econômica, “fazer viver uma empresa”; tecnológica, “estender a qualidade e a quantidade da difusão”; e simbólica, “servir à democracia cidadã”. Em sua abordagem, expressa no livro *Discurso das mídias*, o autor parte ainda do pressuposto de que o universo da informação midiática não é um simples reflexo do que acontece no espaço público, mas um universo construído, de forma que a linguagem precisa “despertar o interesse tocando a afetividade do destinatário da informação”. Para mais, ver: CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. Trad. Angela S. M. Correa. São Paulo: Contexto, 2006, 283p.

possíveis, em disputa por hegemonia, fazendo emergir possibilidades omitidas, sentidos suprimidos, alternativas desconsideradas. A “atualidade” aqui estudada foi composta pelo autoritarismo e pela *liberalização*; pela abertura e pelos continuísmos; pelo endividamento e por sua crise; por mobilizações sociais e pelo desfecho conciliador para o processo de transição. A análise dos diferentes eventos deve ser acompanhada segundo a observação de Braudel: “o tempo de hoje data, ao mesmo tempo, de ontem, de anteontem, de outrora” (1978; 54).

Pesquisa empírica: os editoriais como fonte – Ao todo foram compilados 543 editoriais d’*O Globo* e da *Folha*, publicados ao longo do ano de 1984. Desse total, foram reunidos (transcritos e/ou reproduzidos) 185 editoriais d’*O Globo* e 358 da *Folha*. É preciso observar que a diferença quantitativa entre o material selecionado de cada jornal deve-se a uma presença diária numericamente maior de editoriais no jornal paulista que no carioca.

Os editoriais da *Folha* são quase sempre publicados na página 2 e, excepcionalmente, na capa do jornal. Vale notar que, ao longo dos primeiros meses de 1984, *O Globo* passa por sutis mudanças quanto aos espaços reservados para a opinião do jornal. Inicialmente, o editorial aparece na capa, mas após algumas modificações ganha espaço fixo no alto da página 4, ao lado da *Coluna Política*, que deixa a página 2 para ocupar um espaço reservado exclusivamente para a opinião do jornal. A presença de editoriais na capa do jornal passa, a partir de então, a ganhar um significado de destaque ao assunto tratado em determinada edição e, não raro, refere-se à manchete do dia.

Ainda sobre a disparidade no número de editoriais selecionados, fruto da diferença mencionada, ela parece ser indicativo também da postura editorial adotada por cada jornal. Isso porque a *Folha* se colocara explicitamente como adepta da Campanha pelas *Direta Já*. O reflexo sobre as páginas 2 e 3 (*Tendência/ Debate*) é evidente. A *Folha* empenha estes espaços quase diariamente à defesa da campanha ou, no caso da página 3, ao debate sobre questões em evidência. Através da *Pergunta da Folha*, o jornal oferece aos defensores de diferentes opiniões a chance de expressarem seus pontos de vista, consolidando o espaço como uma arena política. Por exemplo: em 25.04.1984, a página 3 apresentara o SIM de Ulysses Guimarães e o NÃO de Aloysio Chaves sobre a “restauração imediata do direito popular ao autogoverno”, ou seja, ao

voto direito para presidência da República. Após a reprovação, a *Folha* ainda usava o espaço como arena de debate sobre novas questões ou antigos dilemas reelaborados: “As oposições devem ir ao Colégio Eleitoral?” Em 28.07.1984, a resposta SIM foi defendida pelo governador do Paraná anteriormente engajado na campanha das *Diretas Já*, José Richa; já a defesa do NÃO foi feita pela deputada federal petista Bete Mendes. A deputada, atriz e militante foi presa e torturada durante a ditadura. Ela esteve entre os parlamentares expulsos do Partido dos Trabalhadores pelo voto a favor de Tancredo Neves na eleição indireta.

A seleção dos editoriais foi feita em duas etapas. Primeiro *O Globo*, depois a *Folha*. Embora o tema central privilegiado na seleção fosse o processo sucessório, compreendi que outros temas concorriam para uma melhor compreensão da conjuntura político-econômica no decênio estudado (1974-84).

O processo sucessório foi marcado pela atuação direta ou indireta de vários grupos sociais: líderes políticos com suas filiações partidárias, movimentos sociais e populares, sindicatos, Igreja, entidades profissionais, militares, empresários etc. Diante dessa variedade de grupos e atores sociais, e tomando-a como um elemento de classificação dos editoriais, busquei facilitar a abordagem proposta identificando cinco *eixos temáticos*, com determinados grupos ou atores destacados: *regime militar*; *sistema representativo*; *sociedade mobilizada*; *questão econômica*, *conjuntura internacional*. Estas terminologias não indicam uma divisão rígida, sendo consideradas as naturais intersecções entre o eixo *regime militar* e *sistema representativo*, por exemplo. Sendo o Partido Democrático Social (PDS) um partido governista, formado por destacados quadros do governo Figueiredo, é compreensível que num editorial sobre o vice-presidente Aureliano Chaves ou o Ministro Mario Andreazza os dois eixos temáticos estejam representados. Contudo, se a questão abordada no editorial é a possibilidade de indicação de um desses nomes como candidato na Convenção do Partido, o tema em relevância deixa de ser uma questão própria da administração Figueiredo – ainda que esteja no âmbito de uma estratégia do governo – e passa a gravitar em torno do eixo *sistema representativo*. A rigor, é claro, o próprio presidente Figueiredo, chefe do executivo federal, se passava por representante do povo. Assim, para efeito de análise, Partido e Governo foram considerados como esferas separadas, embora não desconexas.

Esclarecimento análogo deve ser feito em relação ao eixo *sociedade mobilizada*, no qual foram incluídos, entre outros, o grupo dos *empresários*. É fato que estes poderiam estar no eixo *questão econômica*, como de fato estão incluídos no *setor produtivo nacional / internacional*. Novamente, não deve ser percebido qualquer sentido de compartimentar as atividades desconectando a ação política daquela produtiva, econômica e financeira. Em alguns casos, os editoriais gravitam em torno de todos ou de quase todos os eixos definidos. Isso porque, ao abordar a ação da *sociedade mobilizada*, o jornal poderá fortalecer seus argumentos apoiando ou criticando a interferência dos militares. Ao tratar do *sistema representativo* é possível que o jornal se oponha ou incentive a pressão popular sobre o poder legislativo. Essas conexões determinam, portanto, a presença de mais de um eixo nos editoriais analisados.

Convém fazer uma observação quanto aos *Sindicatos/Unidades sindicais*. A inclusão desse segmento em *sociedade mobilizada* denota o viés de análise privilegiado neste trabalho. Poderia ser valorizada outra abordagem em que o eixo de classificação mais apropriado talvez fosse o da *questão econômica*. Uma greve poderá ser compreendida sob diferentes perspectivas: como questão social, por tratar-se de segmentos da sociedade mobilizados em favor de reivindicações salariais ou mesmo de conquistas políticas, como a aprovação de uma emenda constitucional; como questão econômica, tendo em vista os impactos sobre a produção ou sobre a prestação de determinado serviço durante a paralisação de motoristas de ônibus ou de professores da rede pública; e ainda pode ser abordada como questão estritamente policial, sendo destacados aspectos indicativos de “desordem”, “subversão”, “baderna”, “vandalismo”. A opção por uma ou outra perspectiva representa a adoção de um específico viés político-ideológico, e no caso do presente trabalho, metodológico.

Ao situar o Estado na órbita de um eixo específico, busco evidenciar a abordagem antiestatista da imprensa no período. Portanto, num esforço de classificação – como tal limitado desde o ponto de partida – procurei valorizar referências à função do Estado como agente econômico.

Os cinco eixos temáticos - editoriais d'O Globo e da Folha de S. Paulo	
Eixos	Instituições/ grupos políticos
Regime militar	Governo
	Presidente
	Ministros e outros membros do governo
	Forças militares
Sistema representativo	Partidos Políticos
	Colégio Eleitoral
	Lideranças político-partidárias
	Outros
Sociedade mobilizada	Sindicatos / Unidades Sindicais
	Movimentos sociais
	Entidades profissionais
	Igreja (CNBB)
	Empresários
Questão econômica	Outros
	Estado (agente econômico)
	Setor produtivo nacional / internacional
Conjuntura Internacional	FMI/ Banco Mundial (investidores estrangeiros)
	Países da América Latina
	Ditaduras militares
	Outros

Já no caso da Igreja, cuja ação é ampla demais para qualquer delimitação, aqui a instituição ganha *status* de *aparelho privado de hegemonia*. Desde a mobilização do bispado até a inserção nos movimentos de base, com a forte influência da teologia da libertação, todos os editoriais referentes à instituição católica serão inseridos na órbita da *sociedade mobilizada*. Este eixo possui um forte caráter de *sociedade civil* gramsciana, portanto, a exemplo do conceito do teórico italiano, não convém uma dissociação completa das demais esferas, a despeito dos recursos de classificação aqui adotados. Quanto ao eixo *conjuntura internacional*, creio ser auto-explicativo. Sua criação decorreu da necessidade de inclusão na análise daqueles editoriais que situavam ou mesmo comparavam a conjuntura político-econômica brasileira com a dos demais países.

*Tópicos argumentativos*: decorrentes da análise de conteúdo, numa interpretação exploratória e mais espontânea dos editoriais. Essa análise, amparada numa perspectiva histórica do contexto sobre o qual versavam as opiniões publicadas,

consistira na identificação das ‘teses’ defendidas por cada jornal acerca da Campanha das *Diretas Já* ou do processo sucessório como um todo e de temas correlatos – mobilização social, sistema representativo, regime militar, conjuntura internacional e questão econômica. No caso d’*O Globo*, foram percebidas as seguintes ‘teses’ ou tópicos argumentativos:

- “Solução de consenso”: em defesa do calendário da abertura estabelecido pelo governo e do “interesse nacional”;
- Crítica político-ideológica: contra o “maniqueísmo ideológico” de grupos mais radicais da oposição;
- Defesa de princípios (clássicos) de representação política e participação;
- Referências ao panorama conjuntural: necessidade de “realismo” e “racionalidade” político-econômica ao pensar soluções para crise sucessória;
- Perspectiva comparativa: o (mau ou bom) exemplo das experiências estrangeiras (Ex: os perigos da “argentinização”);
- Revisão histórica: os erros do passado como lição para o presente (Ex.: radicalismo dos trabalhadores que conduziu à necessidade do “Movimento de 1964”).

No caso da *Folha de São Paulo*, os dois últimos tópicos são mantidos, o que demanda atenção para com os pontos de convergência entre os dois jornais, defensores de ‘teses’ bastante díspares. A *Folha* apresenta algumas diferenças em relação ao jornal carioca:

- Solução da maioria: “vontade consensual da Nação” *versus* tutela e continuísmo representados por grupos mais conservadores;
- Questão da ilegitimidade do Colégio Eleitoral: a quem pertence, quem representa e como é exercido o Poder político?
- Três elementos pró-diretas: preservação da “unidade”; ênfase ao caráter de “demanda cívica” e constante “vigilância” do sistema representativo;
- Referência ao panorama conjuntural: efeitos (político-econômicos) negativos de uma liderança fraca, sem apoio popular, a frente de um governo fruto do voto indireto.

Tais *tópicos*, desenvolvidos nos dois últimos capítulos deste trabalho, são dedicados à análise dos argumentos presentes nos editoriais publicados no decênio final da ditadura militar e, especialmente, no ano da última sucessão presidencial sob aquele regime. Num intuito de orientar e organizar melhor a análise dos recursos argumentativos utilizados pelos jornais, aos artifícios metodológicos inicialmente adotados, foi somada a contribuição dos estudos de enquadramento, particularmente, no que diz respeito aos chamados “esquemas argumentativos” ou “pacotes

argumentativos”. Estes, referidos a um assunto específico, “fornecem amplos repertórios de recursos [ou *tópicos*] argumentativos para a elaboração de “relatos” a respeito de eventos significativos”.

Os “pacotes” são estruturados a partir dos seguintes elementos: núcleo da questão; núcleo de posição (opinião publicada); metáfora/ imagem visual/exemplo histórico...; responsabilização (caracterização dos responsáveis pelo ‘problema’); causas; consequências; princípios. Eles ajudam a estruturar uma discussão pública, constituindo um “esquema argumentativo matricial, onde se encontra o conjunto de recursos argumentativos a partir do qual a “versão” e o “relato” são elaborados” (Fuks: 1998). Desse modo, são organizados a partir de um universo formado por idéias-chave, metáforas, frases de efeito e referências a princípios morais; para enfim servirem como guias gerais para se pensar e agir (Gamson e Modigliani, 1989; Fuks e Paiva, 2006)<sup>31</sup>. No primeiro caso, para percepção dos artifícios que indicam como pensar sobre o assunto em evidência, são identificadas as (1) metáforas; (2) exemplos (Ex.: exemplos históricos a partir dos quais são extraídas lições – “Movimento de 1964” ou “Estado Novo”); (3) frases de efeito; (4) representações; e (5) imagens visuais (Ex.: a *Folha* convidara os leitores em 12 de fevereiro de 1984 a usar *Amarelo, sim*, a cor como símbolo das *Diretas Já*<sup>32</sup>; a caricatura de Teotônio Vilela no traço de

---

<sup>31</sup> Algumas referências foram úteis na elaboração da presente intercessão metodológica. Agradeço especialmente pela sugestão do professor Mário Fuks que, ao ler meu trabalho apresentado no I Fórum Nacional de Pós-Graduação em Ciência Política (outubro de 2009, UFMG), sugeriu que os *tópicos argumentativos*, ali apresentados parcialmente, poderiam ser associados ao difundido conceito dos *pacotes argumentativos*. Com vistas a essa breve intercessão, recorri aos seguintes artigos: GAMSON, W. A. e MODIGLIANI, A. *Media Discourse and Public Opinion on Nuclear Power: A Constructionist Approach*. Em: *The American Journal of Sociology*, The University of Chicago Press, Vol. 95, No. 1 (Jul., 1989), pp. 1-37. Fonte (Acessado em 22 de outubro de 2009): <http://www.jstor.org/stable/2780405>; FUKS, M. *Arenas de Ação e Debate Públicos: Conflitos Ambientais e a Emergência do Meio Ambiente enquanto Problema Social no Rio de Janeiro*. Dados, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, 1998. Fonte (Acessado em outubro de 2009): [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581998000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000100003&lng=en&nrm=iso); FUKS, M. e PAIVA, Daniela. *Persuasão e deliberação sobre políticas públicas: a propaganda política no “referendo das armas*. Fonte (Acessado em outubro de 2009): [http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2006/Fuks\\_e\\_Paiva\\_2006.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2006/Fuks_e_Paiva_2006.pdf);

<sup>32</sup> No editorial *Amarelo, sim* o jornal conclamava a usar a cor amarela para “afastar corajosamente as nuances do espectro político para abraçar apenas uma delas, cristalina como a luz do dia, que dispensa apresentações”. Dois dias depois, presidentes dos partidos de oposição pró-diretas lançaram a campanha *Use amarelo pelas diretas*. A partir do dia 18 de abril, a *Folha* passava a ser publicada com uma faixa amarela, onde estavam impressos os mesmos dizeres: “Use amarelo pelas diretas-já”. Acima da manchete *Nação Frustrada*, em 26 de abril a *Folha* substituiu aqueles dizeres por outro: “Use preto pelo Congresso Nacional”. Vale notar que o símbolo de uma campanha promovida anos antes pela Aerp era um arco-íris amarelo, simbolizando, nos dizeres da Agência, “paz, bonança, tranquilidade e aliança”; “o arco-íris da solidariedade, o arco-íris do patriotismo”. É o historiador Carlos Fico quem observa uma interessante coincidência, já que o símbolo concebido em 1971 possuía características de outros, mais

Henfil foi uma espécie de ícone da Campanha pelas *Diretas Já*. Quanto aos artifícios que justificam determinada ação defendida são citados: (1) raízes (Ex: análises causais); (2) consequências (Ex.: um efeito em particular); (3) apelos a um princípio específico (Ex.: princípios morais) (Gamson e Modigliani: 1989).

\*\*\*

### *Apresentação dos capítulos*

O **Primeiro Capítulo**, *A América latina e os caminhos da abertura*, foi dividido em duas partes: *Regimes militares e as transições para o futuro passado (1970/1980)* e *Uma abordagem teórica sobre “autoritarismo” e “modernização”*. Na primeira parte, busquei apresentar uma contextualização em torno da conjuntura latino-americana, reconhecendo as influências do imperialismo norte-americano e da reorientação do capitalismo internacional sobre os processos político-econômicos nacionais. Não se trata, contudo, da exposição de meros ‘fatores externos’. Afinal, como escrevera Aníbal Quijano (*Dependencia, cambio social y urbanización en Latinoamérica*, 1967), a situação internacional “*es tomada como condición general, no como demiurgo del proceso nacional, porque la forma en que esa situación actúa sobre la realidad nacional es determinada por los componentes internos de esta realidad*” (Quijano *apud* Dos Santos: 1994; 96). Em torno de uma “teoria do autoritarismo”, a existência de perspectivas conflitantes refletiu-se também na produção intelectual do período aqui enfatizado, apresentando diferentes horizontes: a irreversibilidade do desenvolvimento dependente e a possibilidade de compatibilizá-lo com a democracia representativa; ou aquele delineado no sentido do socialismo, com a perspectiva imediata de enfrentamento do capitalismo dependente, de suas expressões monopólicas e interesses articulados com o capital internacional, mirando para além dos objetivos liberais de desestabilização e substituição das ditaduras por regimes democráticos. As (re)construções de sentido em torno dos termos “autoritarismo” e “modernização” foram identificadas na base argumentativa dos jornais analisados. Nesse sentido, pretendi inserir esse conflito de perspectivas como parte expressiva da contextualização histórica, bem como subsídio para reflexões subsequentes.

---

contemporâneos e utilizados na Campanha das Diretas ou durante a Nova República. Em outro ponto do livro, o autor observa a retomada dos símbolos nacionais pelo povo, a inserção desses símbolos e de sua carga legitimadora em novo contexto, ante *novas autoridades*. Ver: FICO, Carlos. 1997, p.60 e p.126.



O **Segundo Capítulo**, *Imprensa e política no Brasil*, foi dividido em partes: *Imprensa e liberalismo no Brasil: breve histórico d'O Globo e da Folha de S. Paulo e Das espontâneas conspirações ao "acordo forçado"*. Primeiramente, exponho a visão privilegiada da *grande imprensa* brasileira e do liberalismo, buscando situar política e ideologicamente a instituição no contexto de nossa formação histórica e social. Em seguida, apresento uma contextualização histórica no âmbito da própria imprensa, de sua atuação (e eventual redefinição) política em relação ao golpe de 1964 e, especialmente, ao longo do período de distensão. Há ainda o terceiro subitem: *Hegemonia impressa e "novo sindicalismo" no calendário da abertura*. Dedico esta parte do trabalho a desenvolver, com base em alguns editoriais publicados ao final dos anos 70, uma reflexão sobre a visão priorizada pelos jornais acerca das relações capital-trabalho. Atribuo ao período um destaque especial por compreender que, naquele momento, visando descolar-se do autoritarismo e conferir um desfecho próprio à transição conciliada, o empresariado nacional (do qual fazem parte os proprietários dos jornais) ergueu oportunas representações da ditadura: *atraso econômico-social + interesses corporativos e oligárquicos + autoritarismo das lideranças operárias + nacionalismo = ditadura militar* ("modernização conservadora").

No **Capítulo 3**, *Diretas já e a opinião publicada*, diferenciados registros 'do som que vinha das ruas' entre janeiro e abril de 1984. As diferentes e divergentes percepções em relação à aprovação das eleições diretas são abordadas neste capítulo, bem como os posicionamentos dos jornais em relação à pressão sobre o Poder Legislativo, que votou a Emenda Dante de Oliveira. A análise dos editoriais se dá em torno dos *eixos temáticos*, apresentados anteriormente. Em meio à contextualização de algumas questões em evidência (crise econômica; *revanchismo*; representatividade dos partidos; manifestações grevistas; conjunturas internacionais etc.) e de forças em disputa no cenário político, destaco a relação entre a *opinião pública* e o papel que os jornais reivindicam para si perante a chamada *opinião pública*. Por fim, no **Capítulo 4**, *"A serviço do Brasil" e "com os anseios nacionais"*, as etapas sucessórias subsequentes são abordadas em duas partes com *Um desfecho em dois atos: do racha à Aliança (maio-agosto de 1984) e Ato final: os "horizontes" da grande imprensa (setembro/84 – janeiro/85)*. A proposta comparativa entre os dois jornais analisados possibilita a visualização das algumas das tendências políticas presentes naquele contexto, bem como das trajetórias sucessórias e pós-ditadura em disputa no país. Ganham destaque as

auto-imagens construídas em editoriais no sentido de legitimação pelos jornais das próprias 'teses' em relação à representatividade das lideranças políticas, bem como aos espaços ação política do *povo* e dos próprios veículos de comunicação.

\*\*\*

## CAPÍTULO 1 - A AMÉRICA LATINA E OS CAMINHOS DA ABERTURA

Neste capítulo destaco o contexto da América Latina como forma de contextualizar a conjuntura política que envolvia o país. Procuo abordar a ação imperialista norte-americana na região para enfatizar a influência dos EUA em meados de 1970 sobre os processos de *liberalização* em países latino-americanos, inclusive o Brasil. Pretendo demonstrar como as mudanças de orientação político-econômica daquele país constituem fatores relevantes no contexto abordado e, portanto, demandarão atenção em capítulos seguintes. Na segunda parte do capítulo, proponho uma discussão conceitual que forneça subsídios para analisar tendências teóricas destoantes desenvolvidas no âmbito de distintos ‘projetos’ de redemocratização. Ao identificar a importância da temática da *dependência* e sua abordagem sob diferentes perspectivas, pretendi incluí-la num esforço de contextualização, mas também com o intuito de expor percepções em jogo naquele período. Essa extensão teórica revelou-se fundamental para abordagens subsequentes – especialmente aquelas referentes à crise da dívida e ao esgotamento do modelo de desenvolvimento adotado pela ditadura em parceria com representantes do capital nacional e internacional.

## Regimes militares e as transições para o *futuro passado* (1970/1980)

“O tempo não tolera ser marcado.  
Mas se você se der bem com ele,  
ele pode fazer tudo o que você quiser com o relógio.”  
(*Alice no país das maravilhas* – Lewis Carrol)

Considerem-se as representações de uma almejada *modernização* latino-americana. Somem-se a elas expectativas de *progresso*; perspectivas de integração mais ampla ao sistema de produção capitalista internacional, alimentadas pelos índices de crescimento dos “milagres” econômicos. “Milagres” artificialmente catalisados à custa do endividamento externo, da repressão política e da *superexploração* de trabalhadores. Tais são alguns dos elementos compartilhados por ditaduras militares na América Latina dos anos 1960 e 1970. Acrescentem-se também as projeções no sentido de uma necessária *união nacional* em torno de específicos ideais de *democracia* e *desenvolvimento*. Ao reunir estes elementos predomina, a meu ver, a ideia de um “futuro desejado”, despontando no cenário latino-americano como “um campo de possibilidades finitas”, que rouba do presente a “possibilidade de se experimentar como presente” (Koselleck: 2006 [1979]; 37).

Já ao longo da década de 1960, a conjuntura política latino-americana esteve fortemente marcada por conceitos (ou deveríamos falar em ideologias?), como o de *segurança nacional*, que justificaram o apoio à instauração de regimes ditatoriais em diversos países, bem como a elaboração de complexos aparatos repressivos. A política externa norte-americana esteve intimamente vinculada a tais processos<sup>33</sup>. Em muitos casos, desde a concepção até a concretização, e mesmo depois de deflagrados os golpes de Estado.

Num artigo publicado em 1987, ficava em evidência a reorientação do pensamento militar latino-americano que colocou os países em consonância com a ascensão de um movimento democrático na década anterior. Com *A nova democracia latino-americana*<sup>34</sup>, Ruy Mauro Marini identifica as mudanças que colocaram na ordem do dia um problema aos líderes dos regimes militares vigentes na região: como seria possível conseguir um lugar adequado no esquema institucional e político que

---

<sup>33</sup> Para uma abordagem histórica da influência norte-americana sobre a ditadura militar brasileira, ver: FICO, Carlos. Da operação Brother Sam aos anos de chumbo - *O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. São Paulo: Editora Livraria Resposta, 2008 (320p).

<sup>34</sup> MARINI, Ruy Mauro. A nova democracia latino-americana. Em: Revista Humanidades 13. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: maio-julho de 1987; ano IV. (pp. 5-11)

substituiria as ditaduras então em vigor? Questões semelhantes vinham sendo equacionadas pelos Estados Unidos desde o governo Carter (1977-1981). Aquele país buscava, à época, restabelecer seu prestígio internacional abalado pela derrota no Vietnã, em 1975, pelos atritos com os aliados europeus e pelo avanço dos movimentos revolucionários da Ásia, África e Oriente Médio.

Durante a gestão do presidente Jimmy Carter, contudo, era demonstrado um intencional afastamento do conceito de “democracia governável” para a adoção de novos parâmetros em favor de uma “democracia viável”, ou seja, de “um regime de corte democrático-representativo tutelado pelas Forças Armadas” (Marini: 1987). Assim, abandonava-se, em certa medida, a política de fomento aos golpes militares e o apoio aberto às ditaduras, que predominara em anos anteriores, em detrimento da retórica dos valores democráticos e dos direitos humanos. Neste contexto, Zbigniew Kazimierz Brzezinski – cientista político, geopolítico e estadista estadunidense, de origem polonesa – foi o condutor da equipe de intelectuais que ascendeu aos postos de assessoria e comando em Washington. A busca por princípios e mecanismos que proporcionassem governabilidade às democracias na América Latina e nos próprios países ditos centrais fazia parte da fórmula oferecida por outro influente intelectual e então professor da Universidade de Harvard, Samuel Huntington. Sua influência, conforme indica Antonio Rago Filho<sup>35</sup>, se expandia para além do território estadunidense. Nos dizeres do historiador, Huntington foi “uma das referências teóricas não apenas da cúpula do bonapartismo brasileiro, no pós-1964, como também dos liberais conservadores brasileiros”. Como exemplo, Rago Filho cita Roberto Campos – economista e ministro do Planejamento do primeiro presidente do regime militar brasileiro, Humberto de Alencar Castelo Branco –, quem se servira “de ideólogo da capital imperial para caracterizar a “onda de autoritarismo”<sup>36</sup> que inundava as formas de poder da América Latina, com seu terrorismo oficial”. E ainda “para amenizar suas tarefas de serviçal da autocracia burguesa bonapartista, mascarando, dessa maneira, o período ditatorial como sendo uma forma de “autoritarismo de transição”<sup>37</sup>” (Rago Filho: 2008).

---

<sup>35</sup> RAGO FILHO, Antonio. Os ensinamentos de Samuel Huntington para o processo de auto-reforma da autocracia burguesa bonapartista. Em: Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. CD-ROM.

<sup>36</sup> As aspas são do autor.

<sup>37</sup> As aspas são do autor. As citações de Rago Filho foram extraídas das seguintes publicações: CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A Lanterna na Popa*. Vols. 1 e 2. Rio de Janeiro: Topbook, 1994.

Ressaltando a influência de Huntington sobre os rumos liberalizantes do regime militar, Rago Filho retoma trechos de uma reportagem publicada em março de 1982, no *Jornal da Tarde*. Nela são destacados aspectos do estudo *Abordagens da Descompressão Política*, que teria sido preparado a pedido de João Leitão de Abreu. Este, à época da reportagem de autoria do jornalista José Márcio Mendonça, era chefe do Gabinete Civil do presidente Figueiredo, tendo ocupado a mesma função no governo Médici, quando “Huntington foi trazido a Brasília para uma conversa no Palácio do Planalto” (Mendonça *apud* Rago Filho: 2008).

As novas orientações dos EUA em meados de 1970, longe de representarem uma ruptura, mantinham a “doutrina de contra-insurgência” em defesa de uma terceira fase (de construção democrática), após as de aniquilamento do inimigo interno e reconquista de bases sociais pelas Forças Armadas. A redemocratização articulada com a militarização na América Central – como foi o caso de El Salvador, Honduras, Guatemala, Panamá e mesmo da Costa Rica – evidencia, em grande parte, o não abandono, mas a reelaboração da doutrina de contra-insurgência. Essa visão da política internacional norte-americana, presente no breve artigo de Marini, inicialmente citado, foi desenvolvida desde fins de 1970 em análises como as reunidas no livro *Democracia e Socialismo no capitalismo dependente*, de Theotonio Dos Santos (1991).

Segundo Dos Santos, emergem das mudanças verificadas as preocupações do Pentágono e do conselho de segurança norte-americano com a “perigosa autonomização do militarismo nacionalista de direita na América Latina e suas ramificações africanas”. Como um bom exemplo dessa “autonomização” e da reação decorrente pode ser citada a Guerra das Malvinas. Esta opôs os militares argentinos ao liberalismo conservador da “dama de ferro” da Grã-Bretanha, a primeira ministra Margaret Thatcher (1979-1991). Huntington, teórico de uma Comissão Trilateral formada por David Rockefeller, defendera anos antes que o nacionalismo militar, de esquerda ou de direita, seria o “principal inimigo da ação civilizadora do processo de transnacionalização em curso sob a hegemonia das corporações multinacionais” (Dos Santos: 1991; 206-7)

A intenção propagada era a de que a universalidade dos valores morais e éticos defendidos pelos Estados Unidos prevalecesse frente às denúncias de violações aos direitos humanos, da liberdade de expressão e organização na União Soviética, de forma que uma crítica similar fosse direcionada aos antigos aliados latino-americanos e às suas

violentas ditaduras (Silva: 2003; 251). Em 6 de julho de 1977, a primeira dama dos EUA, Rosalyn Carter, desembarcara no Brasil como representante de seu marido e missionária dos direitos humanos.

Em sua análise do processo, Dos Santos (1991) enfatiza o avanço das contradições entre capitalistas e assalariados; entre os países imperialistas (como EUA, Japão e Alemanha); os chamados países capitalistas desenvolvidos e os países capitalistas dependentes, subdesenvolvidos. A combatividade do movimento operário no plano interno e dos movimentos de libertação nacional dos países dependentes e coloniais no plano internacional é identificada com o fator importante daquela conjuntura e permite compreender a eleição de Carter no âmbito de uma renovação política, econômica e ideológica do capitalismo.

Nos anos seguintes, ao longo do governo Ronald Regan (1981-1989), o apoio ao grupo dos *Contras*, que fazia oposição ao governo sandinista, e as intervenções diretas feitas na Guatemala e na República Dominicana mostraram os limites e contradições entre o discurso e a prática dos EUA – fortemente ligado à implantação dos regimes autoritários da América do Sul e Central. A chegada dos revolucionários nicaraguenses ao poder foi vista como “uma ameaça à segurança interna dos EUA” e, por esse motivo, o governo Reagan apoiou grupos contra-revolucionários nicaraguenses, e os regimes militares de El Salvador e Guatemala, colaborando no treinamento das forças de segurança destes países, fornecendo apoio bélico e financeiro.

O raio de percepção pode ser ampliado se observada ainda a leitura oferecida pelo sociólogo equatoriano Agustín Cueva. No pós-fácio do livro *El desarrollo del capitalismo en América Latina, Ensaio de interpretación histórica* (1994), Cueva analisa esse período do pós-1980 como tendo sido marcado pela ascensão de uma determinada corrente política e ideológica dos países mais “avançados” do Ocidente, a “nova direita”. Além de Reagan, Thatcher é considerada, ao lado de outros líderes, como representante dessa tendência que configurou o *neoliberalismo*. Nas palavras de Cueva, este é o *neodarwinismo* aplicado ao campo da economia, com o mercado como “selecionador natural” das “espécies” empresariais melhor dotadas (Cueva: 2007 [1994]; 97). A América Latina não escapou da virada à direita, como demonstra o autor. Nas palavras de Cueva, a administração de Carter representou uma etapa posterior à do “trabalho sujo”, a qual tivera Henry Kissinger como seu ideólogo e executor. Kissinger

foi Secretário de Estado dos EUA durante parte do governo de Richard Nixon (1969-1974) e de Gerald Ford (1974-1977), além de conselheiro para política estrangeira desde a administração do presidente Eisenhower (1953-1961). A nova fase projetada com Carter permitiria começar sem temor uma etapa “construtiva”, promovendo a chamada “democracia viável”, pró-americana e liberal. As lutas populares e os movimentos guerrilheiros arraigados às massas, como no caso de El Salvador e Guatemala; a crescente mobilização dos trabalhadores e de outros setores populares urbanos; a politização ativa do campesinato indígena em alguns países; enfim, inúmeras mobilizações populares indicavam, contudo, que a “nova direita” teria que disputar espaço com outras correntes latino-americanas, da América Central e do Caribe, igualmente dispostas a conquistar a hegemonia política ou simplesmente a reivindicar espaços de diálogo mais significativos do que aqueles oferecidos até então.

O mar do Caribe era considerado uma zona altamente explosiva, observa Cueva, citando o documento “Santa Fé I”<sup>38</sup> – *As relações interamericanas: proteção da segurança do Novo Mundo e espada da projeção do poder global dos Estados Unidos*) –, segundo o qual a região central do continente era um verdadeiro “lago marxista-leninista” e ponto nodal do conflito Leste-Oeste. Cueva aponta como causa para o caráter “explosivo” da região, não a mera influência do Leste (URSS), mas o fato de a região ser o “elo relativamente mais fraco da dominação imperialista [capitalista] no hemisfério ocidental”. Ou seja, um espaço onde “o desenvolvimento subordinado do capitalismo acumulara o maior número de contradições” (2007 [1994]; 103).

Para exemplificar estas contradições, o sociólogo equatoriano destaca a criação de situações semicoloniais particulares, como a do Panamá, cuja trajetória é marcada geograficamente pelo corte na Zona do Canal; e a de Honduras, identificada nos anos 80, na expressão de Gregório Selser, como “*república alquilada*” (*apud* Cueva: 2007 [1994]; 104). Os dois processos tiveram determinante interferência dos EUA, assim

---

<sup>38</sup> Este documento teve outras versões em anos posteriores, tendo sido produzido por um comitê de intelectuais com sede na cidade californiana do mesmo nome, Santa Fé. Em maio de 1980 surgiu o primeiro, *Documento Santa Fé*, delineando os rumos da política norte-americana para a América Latina durante a gestão do ultraconservador Presidente Ronald Reagan. O diagnóstico elaborado apontava a perda de controle dos EUA sobre territórios influenciados pela União Soviética. Sendo assim, “os ideólogos apontavam a necessidade de revigorar a Doutrina Monroe através de acordos de assistência militar e econômica para contenção do comunismo na região” (SANTOS: 2007; p.42). Estas ações faziam parte do chamado *Conflito de Baixa Intensidade*, o qual envolvia a promoção de alianças entre os EUA e os governos ou grupos contra-revolucionários da América Latina e, especialmente, da América Central e do Caribe. Para mais, ver: SANTOS, Marcelo. O poder norte-americano e a América Latina no pós-guerra fria. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007 p.42. (256p.)



como tantos outros em que as invasões e ocupações estadunidenses representavam “a constante tentativa de frustrar qualquer desenvolvimento nacional *autônomo*”<sup>39</sup>.

Conforme aponta Dos Santos, nos países latino-americanos o que se viu ao longo do século XX foi a inquietude social, uma rebeldia permanente e a instabilidade dos avanços populares em contraposição à ampla utilização da violência e da repressão pelas classes dominantes. Na visão do autor, amplamente acolhida neste trabalho, a despeito dos parciais retrocessos, é possível perceber uma capacidade crescente das forças populares de condicionarem a vida econômica, social e política da região. É essa tensão que permeou o processo de *liberalização*<sup>40</sup> de regimes militares repressivos como no Brasil (1964), na Argentina (1966, 1975), na Bolívia (1971), Chile (1973), Uruguai (1973) e El Salvador (1971-1973). A estes somam-se as ditaduras históricas do Paraguai, Haiti e Guatemala; além das experiências de golpes militares com conteúdo relativamente mais progressista no Peru, Panamá e Equador.

#### *Forças Armadas e autoritarismos vizinhos*

As experiências de alguns países da região latino-americana – especialmente do Cone Sul – foram abordadas em alguns editoriais como exemplo do que deveria ou não ser feito no caso brasileiro. É fato que, metodologicamente, a comparação oferece possibilidades de compreensão da realidade nacional. A maior ou menor personalização do regime militar; os níveis distintos de institucionalização e o grau de estabilidade democrática conquistada; os níveis variados de repressão e o alcance das agendas de

---

<sup>39</sup> Ênfase em *itálico* reproduzida a partir da tradução livre do original de Cueva (2007 [1994]) em espanhol.

<sup>40</sup> Uma reflexão sobre as diferenças entre *liberalização* e *democratização* aparece em *Transições do regime autoritário – Primeiras conclusões*, de Guillermo O’Donnell e Philippe C. Schmitter (São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988). Inicialmente, a *liberalização* é identificada como o processo de redefinição e de extensão de direitos, em que no âmbito das garantias, para indivíduos e grupos, são incluídos elementos clássicos da tradição democrática liberal: *habeas corpus*, respeito à privacidade, inviolabilidade da correspondência, direito à defesa num julgamento baseado em leis preestabelecidas, liberdade de movimento, de expressão e de apelação (no nível individual); liberdade quanto à punição para expressões de dissensão face à política governamental; liberdade quanto à censura os meios de comunicação de massa; e liberdade de associação (no nível dos grupos) e etc. Considerando a inexistência de um conjunto único de instituições ou regras específicas que defina por si mesmo a *democracia*, os autores identificam um “mínimo procedural” que “atores contemporâneos consentiriam em considerar necessários á democracia política”: voto secreto, sufrágio universal, eleições regulares, competição interpartidária, reconhecimento das associações voluntárias e responsabilidade executiva dos governantes (p.25). Para além do “mínimo”, os problemas e desafios da construção da democracia pós-ditaduras militares, assim como o ciclo “autoritarismo-transição-democracia” fizeram parte de farta literatura nos anos que sucederam os regimes militares. Para algumas leituras, ver: MOISÉS, José A. e ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (orgs). Dilemas da consolidação da democracia. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1989; STEPAN, Alfred (org.). Democratizando o Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1988; WEFORT, Francisco. Que democracia? São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

punição e rememoração das violências cometidas; a duração do período autoritário; o aprofundamento da desmilitarização do sistema político ao final das ditaduras; a relação restabelecida entre civis e militares; a tentativas de (re)estruturação de um sistema partidário representativo; enfim, são incontáveis os temas abordados pela literatura dedicada, sob diferentes perspectivas, ao tema das ditaduras, *aberturas* e transições democráticas na América Latina. Menos que apresentar novos elementos vale retomar brevemente o contexto regional, especialmente em relação às pressões e influências externas ou possíveis comparações com o caso brasileiro.

No ano de 1974, o Brasil era apresentado às novas condições da “descompressão controlada”, delineada pelo grupo do presidente Geisel. Para chilenos e uruguaios, no entanto, estava apenas começando um período de submissão ao “Estado de exceção, de caráter burocrático e centralizado, que instrumentalizaria uma política econômica do grande capital internacional”, visando destruir o movimento popular, “as bases clientelísticas da fase de mobilização política de tipo populista e suas concessões ao movimento operário e popular” através do terror e de formas radicais de repressão (Dos Santos: 1991; 118). Eis as características que, na visão de alguns autores, fariam do autoritarismo latino-americano uma nova versão do *fascismo* italiano<sup>41</sup>. A despeito das controvérsias quanto ao uso do termo em questão<sup>42</sup>, a descrição apresentada serve aos propósitos de caracterização e compreensão das ditaduras militares latino-americanas<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> Dos Santos publicou no final da década de 1970 o livro *Socialismo ou Fascismo: o novo caráter da dependência e o Dilema Latino-americano*, Edicol, México, 1978. Uma primeira versão, contudo havia sido publicada em 1966, dois anos após o golpe militar brasileiro: *Crise Econômica e Crise Política no Brasil*. Nas obras citadas, Dos Santos desenvolve sua tese a respeito do autoritarismo na região, dando ênfase à tendência crescente para a formação de governos autocráticos e autoritários que convergiriam para um tipo de “*fascismo dependente*”.

<sup>42</sup> Para uma leitura divergente quanto ao uso do termo *fascismo* no caso das ditaduras militares latino-americanas, tendo em vista que o conceito estaria relacionado à “singularidade dos processos histórico-estruturais”, ver: CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975 (p.18).

<sup>43</sup> Outro conceito foi bastante difundido com os estudos acerca do que configuraria *O novo autoritarismo na América Latina*. Uma coletânea de artigos publicada com este título pela Universidade de Princeton no ano de 1979 foi organizada em torno do *autoritarismo-burocrático* (AB), sob coordenação de David Collier. A versão em português data do ano de 1982. Collier, organizador e co-autor do livro, sugere o uso do conceito de AB como farol que identifique utilmente um assunto partilhado, mesmo com variações, por diferentes países: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai (algumas análises incluem também o Peru pós-1968 e mesmo o México). Eis algumas características citadas pelo argentino Guillermo O’Donnell, co-autor da publicação e um dos principais responsáveis pela disseminação do conceito: (1) a base social principal do estado AB é a alta burguesia, altamente oligopolizada e transnacionalizada; (2) em termos institucionais, o AB “é composto de organizações nas quais os especialistas em coação têm peso decisivo, bem como aqueles cujo objetivo é conseguir a “normalização” da economia”; (3) é um sistema de exclusão política e econômica do setor popular; (4) “promove uma transnacionalização crescente da estrutura produtiva”; (5) por meio de suas

No Uruguai, o presidente Juan María Bordaberry e o alto comando das Forças Armadas haviam formalmente instaurado a ditadura em junho de 1973. Em setembro daquele mesmo ano, o general Augusto Pinochet (1973-1990) conduziu o golpe militar que derrubou o presidente socialista Salvador Allende e inaugurou o violento regime ditatorial chileno através de uma junta militar.

Apenas em 1985 viria a assumir, no Uruguai, um governo eleito legitimamente, chegando ao fim o período de crescente autoritarismo iniciado em 1968. Na coletânea *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul* Selva Lôpez afirma que, em determinado momento, as Forças Armadas se opuseram ao “projeto claramente corporativista-fascista” de Bordaberry<sup>44</sup>, defendendo uma reinstitucionalização com base no retorno da competição partidária – permeada pela esquerda, mas com forte presença da “tutela” militar. A ditadura argentina, três anos depois, viria a reforçar uma conjuntura de repressão coordenada em todo Cone Sul e fez coincidirem os momentos mais cruéis do terror de Estado e de violação dos direitos humanos na sub-região. Ao contrário do caso chileno, que integra no mesmo ano que o Uruguai o grupo de países comandados por ditaduras militares, a *abertura* uruguaia tem início com a derrota militar em um plebiscito convocado, em 1980, justamente para institucionalizar a democracia tutelada (Lôpez: 2000; 185-6).

Em 24 de março de 1976, um golpe militar depôs a presidente argentina, María Estela Martínez de Perón (Isabelita), sendo instituída uma junta militar. Em 1983, a transição *por colapso*<sup>45</sup> viria a ter no caso argentino seu melhor exemplo, não restando

---

instituições o AB “busca despolitizar as questões sociais tratando-as em termos dos critérios supostamente neutros e objetivos da racionalidade técnica”; (6) “envolve o fechamento dos canais democráticos de acesso ao governo” e “dos canais de acesso à representação dos interesses populares e de classe” (O’Donnell: 1982 [1979]; 273-275). O’Donnell dedica-se ao estudo do conceito no caso argentino em: *El Estado burocrático-autoritário: Argentina, 1966-1973* (Buenos Aires, Belgrano, 1982). E, numa análise mais abrangente, em: *Modernization and bureaucratic-authoritarianism: studies in South America politics* (Berkeley, University of California, 1973).

<sup>44</sup> O ex-ditador uruguaio Bordaberry foi condenado no início de desde ano de 2010 pela Justiça daquele país a 30 anos de prisão pelos vários crimes cometidos durante seu governo militar (1973-1985), entre os quais o homicídio de desaparecidos cujas ossadas foram encontradas há alguns anos. Quando foi dada a sentença em fevereiro, Bordaberry já cumpria prisão domiciliar por outra condenação, também de 30 anos, pela responsabilidade no homicídio de 14 uruguaios detidos durante seu governo de fato. Ver: <http://www.telesurtv.net/noticias/secciones/nota/66763-NN/justicia-uruguay-condena-a-30-anos-de-prision-al-ex-dictador-bordaberry/>, link acessado em 12 de fevereiro de 2010.

<sup>45</sup> A distinção do processo de transição em duas formas é feita por Guillermo O’Donnell. A *transição por colapso* é identificada como aquela que se dá através de forma rápida e com forte ruptura com o autoritarismo vigente. A outra, *transição pactuada ou acordada* é aquela lenta, gradual e segura para as forças no poder, fruto de acordo entre os setores conservadores e as forças moderadas opositoras.

aos militares condições favoráveis para a busca de uma *transição pactuada*, a qual lhes possibilitasse ocupar espaços de poder no novo governo de Raúl Ricardo Alfonsín (1983-1989). Entre os principais fatores de desgaste do regime militar estão a já mencionada Guerra das Malvinas (1982-1983), o processo de fragmentação política e a crise profissional nas Forças Armadas, a qual punha em xeque desde os pressupostos doutrinários vigentes a partir do início da década de 1960 até sua estrutura orgânico-funcional e seu espírito de corpo (Sain: 2000; 20). A experiência argentina, identificada pela disseminação de um forte sentimento “revanchista” na sociedade, produziu reações entre os militares brasileiros e os setores mais conservadores, que temiam uma “argentinização” do processo de transição brasileiro nos últimos meses do governo Figueiredo. O dito “revanchismo” de grupos opositores aos regimes militares deve ser analisado, contudo, sob o prisma das disputas pela *memória*. As propagadas buscas pela reconciliação nacional – esta defendida, em tempos de crise da dívida externa, como condição para a estabilidade econômica – se opunham, à época, às reivindicações de grupos da sociedade organizada em favor do julgamento e punição de torturadores e agentes do regime, responsáveis pelos crimes cometidos em nome da *segurança nacional* (censura e prisão sem ordem judicial, “desaparecimentos” e crimes de lesa-humanidade). A disputa pela *memória* passara a ser, portanto, uma das principais frentes de batalha e, para muitos, a única forma de lidar com perdas sofridas num passado ainda latente. Nos capítulos seguintes, será oportuno analisar a reação à experiência argentina presente nos editoriais de 1984, durante o processo sucessório brasileiro – no ano seguinte à eleição direta do presidente Alfonsín, da União Cívica Radical, com 52% dos votos.

A Bolívia, também viveu sua história de golpes e instabilidade institucional. A saída dos militares dos holofotes no cenário político boliviano, contudo, se deu sem que houvesse acordos e calendários mais ou menos estabelecidos por meio de um “consenso”. Nesse ponto específico, o caso boliviano apresenta, segundo Juan Ramón Quintana, diferenças em relação aos casos uruguaio, brasileiro ou peruano<sup>46</sup>. O *consenso* ou a

---

Respectivamente, os casos da Grécia, Argentina, Bolívia e, diferentemente, da Espanha, Chile e Brasil (Silva: 2003; 273).

<sup>46</sup> A inclusão do Peru nessa comparação feita pelo autor deve ser ponderada com outra comparação apresentada por O'Donnell e Schmitter. Segundo os autores, transições da cena contemporânea – sendo citadas as do Peru, Bolívia, Equador, República Dominicana e da Argentina – são caracterizadas pela ausência de pactos políticos e econômicos. Nesse ponto, a exceção apresentada pelos autores é o Brasil,

*transição pactuada* – inspirada no modelo oferecido pela Espanha e que cativou militares latino-americanos<sup>47</sup> – significaram, na prática, determinados níveis de tutela militar sobre o processo de abertura e transição, bem como a permanência e interferência de integrantes do regime anterior na vida política pós-ditadura<sup>48</sup>. A turbulência deixou uma marca mais forte na transição boliviana, iniciada em 1978 após a derrubada de Hugo Banzer Suárez (1971-1978; 1997-2001), encerrada em 1982 e classificada como *transição por colapso*. “Até outubro de 1982, data em que foi restaurada a democracia, o país atravessou uma traumática experiência de golpes, conspirações e contragolpes que o levaram à beira de uma guerra civil” (Quintana: 2000; 57).

O governo militar peruano ou a chamada “revolução peruana” emergida em 1968 guarda peculiaridades em relação aos demais casos. Julio Cotler (1982) observa que a primeira fase da ditadura peruana, destoando em relação às ditaduras do Cone Sul, é marcada por extenso programa nacionalista do governo militar. Este incluía reforma agrária e nacionalização da indústria pesqueira, bem como a nacionalização de algumas companhias de petróleo, de vários bancos e mineradoras. Contudo, Cotler observa que, embora o governo usasse uma retórica nacionalista, o capital estrangeiro acabou sendo compensado “em excesso” pelas expropriações. Os EUA, apreensivos com o risco de “cubanização” ou “chilenização” do Peru, foram atuantes na mediação (ou pressão) pela compensação ao capital estrangeiro. Inaugurada a segunda fase do militarismo peruano, esta assumiu caráter mais à direita. Ao final da década de 1970, com a intensificação da crise econômica, a submissão à política econômica do Fundo Monetário Internacional (FMI), as greves e mobilizações nacionais fizeram parte da conjuntura daquele país, a exemplo do que ocorreria no Brasil. O equatoriano Cueva acredita que o retorno

---

onde o que denomina-se “pacto militar” e “pacto político” foi feito “de forma clara, senão explícita”. O’DONNEL, G. e SCHMITTER, P. op. cit, p. 79.

<sup>47</sup> Stepan e Linz afirmam que a Espanha foi um caso de “transição de iniciativa do regime”, embora sobre pressão da sociedade. O Pacto de Moncloa assinado em 1978 transformou-se, segundo os autores, num padrão de referência na discussão sobre o papel dos pactos na estabilização dos processos de transição. Ver: LINZ e STEPAN: 1999; 115. O’Donnel e Schmitter distinguem, de um lado, o caso do Brasil e da Espanha e, de outro lado, o da Grécia, Peru e Argentina. O primeiro caso é caracterizado pelo fato de a decisão pela *liberalização* ter sido tomada pelo alto escalão, pelo pessoal dominante do regime instalado, diante de uma fraca e desorganizada oposição. No segundo caso, a decisão de abrir o regime foi, segundo os autores, fortemente influenciada pela presença de poderosas forças oposicionistas na população. Ver O’DONNEL, G. e SCHMITTER, P. op. cit, p. 42:

<sup>48</sup> Para outras leituras sobre a atuação dos militares no pós-ditadura e as relações com processos de abertura e transição, ver: ZAVERUCHA, Jorge. Rumor de Sabres: Tutela militar ou controle civil. São Paulo: Ática, 1994. 272p.; STEPAN, A. C. Os *militares*: da Abertura à Nova *República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986; CASTRO, Celso e D’ARAUJO, Maria Celina (Organizadores). Militares e política na Nova República. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2001. 360p.

constitucional do Equador, em 1979, seguido pelo Peru no ano seguinte, se deve ao caráter relativamente mais “brando” da ditadura nos dois países.

O mesmo não se pode dizer da longa ditadura do general Alfredo Stroessner (1954-1989) no Paraguai, frequentemente analisada como um caso à parte – um pouco porque a derrubada do presidente Federico Chávez ocorrera ainda em 1954. A marca da forte personalização na ditadura paraguaia é um dos seus diferenciais<sup>49</sup>, particularmente em relação ao caso brasileiro. Destaque-se que no Chile também houve uma extrema personalização do regime na figura do general Pinochet, embora tenha sido mantida a separação entre instituição militar e governo. Além disso, após o início da transição, Pinochet permaneceu durante vários anos como personagem central do cenário político chileno (D’Araujo e Castro: 2000; 13). A Constituição de 1980 não foi alterada após o fim do regime militar e teve continuidade constitucional o conceito de poder arbitral das Forças Armadas, bem como seu alto grau de autonomia. A transição *pactuada* chilena incorporou o plebiscito, através do qual, em 1988, o governo obteve 43% dos votos. Tal resultado, utilizado como um elemento produtor de consenso e legitimação, para o pesquisador Francisco Rolas Arayena, tanto por sua gestação quanto pelo nível do debate e pela forma como foi aprovado, não espelhou o conjunto da sociedade chilena. “Foi um plebiscito em que estiveram ausentes os elementos básicos de qualquer consulta democrática” (Arayena: 2000; 131)<sup>50</sup>.

---

<sup>49</sup> Quanto à personalização, Velasco Alvarado (1968-1973), no Peru, e Onganía (1966-1970), na Argentina, também são citados, embora não tenham permanecido tanto tempo no poder como no caso da ditadura paraguaia. O’DONNEL, G. e SCHMITTER, P. op. cit. p. 63. A respeito do governo de Alvarado, O’Donnel identifica como um “regime militar-populista” com “alvos e bases sociais diferentes das outras experiências” analisadas em *Transições do regime autoritário – Primeiras Conclusões* (p.43).

<sup>50</sup> Em janeiro deste ano foi inaugurado no Chile o Museu da Memória construído para recordar as milhares de vítimas da ditadura do general Augusto Pinochet (1973-1990). O evento de inauguração ocorreu a seis dias das eleições presidenciais, nas quais se enfrentaram Eduardo Frei e Sebastián Piñera, candidato da direita que trabalhou com Pinochet. Destaco o editorial *Memoria respetable, pero parcial*, em que o jornal El Mercurio afirma que, no Chile, a Unidad Popular ao admitir o uso generalizado da força ilegal contra seus opositores os violentara profundamente. E, ao não garantir a segurança das pessoas, caiu em uma espiral de cujas repercussões todos os setores lamentariam. “Un gobierno que permite la anarquía y el desorden abre siempre la puerta a una violación extendida de los DD.HH.” Mais adiante, contra o suposto unilateralismo do Museu, afirma-se: “el Museo de la Memoria expresará sólo una interpretación político-ideológica de un trozo de nuestra historia, respetable, pero una entre varias no menos válidas.” Eis um exemplo que evidencia perfeitamente a disputa pela memória, ainda existente e, vale destacar, ganhando espaço em editorial de um dos principais jornais chilenos.

Fonte (acessado em janeiro de 2010): <http://blogs.elmercurio.com/editorial/2010/01/13/memoria-respetable-pero-parcia.asp>

### *Os rumos da esquerda latino-americana*

A respeito da conjuntura latino-americana acima descrita – com inevitável referência à América Central –, um dos núcleos explicativos importantes para compreensão do cenário em questão aponta no sentido da tese defendida por Theotonio Dos Santos desde 1966: “o padrão de desenvolvimento econômico dominante na América Latina, de caráter dependente, superexplorador, monopolista, concentrador, excludente e marginalizador não é compatível com uma democracia burguesa” (1991; 117). A defendida incompatibilidade associava diretamente o tipo de desenvolvimento priorizado e as soluções autoritárias na América Latina. Ela ainda permanecia à época da publicação do livro denotando a permanência do dilema de difícil solução para o capitalismo latino-americano: “Ou consegue completar-se o esforço democratizador da região, com profundas mudanças sociais e econômicas ou a base ainda tênue da democracia será outra vez vencida pela violência e pela ditadura aberta”, considerava Dos Santos em vista de um novo cenário que despontava nos anos 1990 (Dos Santos: 1991; 205). Este trabalho não abriga pretensões de um avanço até as questões referentes à *consolidação democrática*, embora as reflexões aqui expostas possam ser desenvolvidas futuramente como uma contribuição a mais nesse sentido.

O período de abertura e transição democrática caracterizou-se, no âmbito dos grupos opositores de esquerda, pela solidificação ou redefinição de alguns pressupostos, a partir de diferentes correntes marxistas. O marxismo foi aplicado na América Latina sob perspectivas variadas, incorporado à base ideológica das mobilizações sociais contra as quais, aliás, as ditaduras militares direcionaram todo seu aparelho repressivo. Com o desenvolvimento de tendências como o castrismo/guevarismo, o trotskismo e o maoísmo na região, após os anos 1960, diferentes vertentes desafiaram a hegemonia dos partidos comunistas tradicionais sobre o movimento operário (Löwy: 1999; 52), inserindo novas concepções do processo revolucionário e de estratégias que se misturariam à luta pela redemocratização.

A reorientação das práticas políticas de esquerda no continente decorreu em grande parte das dificuldades impostas pela brutal repressão imposta durante a década de 1970. A dificuldade ou incapacidade de um enraizamento orgânico nas massas operárias e camponesas inspirou a busca de setores da esquerda por novas formas de enfrentamento aos regimes autoritários. Em meio às lutas pela construção de sociedades

verdadeiramente democráticas visualizava-se no horizonte o caminho para o *socialismo*. Dessa forma, a ideia de superação da limitada democracia burguesa e o alcance da democracia proletária; a problemática da transição do capitalismo ao socialismo; o papel histórico destinado às burguesias nacionais, tendo em vista a teoria da revolução por etapas, de Stálin; o papel das liberdades democráticas no processo de luta contra a ditadura ou de uma luta revolucionária mais ampla; enfim, estas constituíram algumas das principais indagações e disputas no interior dos setores de esquerda.

Em relação ao papel das liberdades democráticas, questionava-se seu polêmico enfraquecimento, ou mesmo completa ausência nos países do chamado *socialismo real*. Uma parte da esquerda, em conflito com o próprio passado, fez da crítica uma autocrítica e posterior revisão de antigos pressupostos. Outra parte dedicou-se a reafirmar os ideais socialistas, tendo em vista as limitações das liberdades política e individual garantidas pelo Estado democrático burguês, submetido ao controle do poder econômico e transformado em aparelho de execução dos interesses do capital, em detrimento da representação da vontade cidadã. A separação entre representação política e participação, bem como a manipulação da cultura e dos meios de informação pelo capital foram vistas como impeditivos à liberdade de informação e expressão prometida pela democracia burguesa. O socialismo figurava como única alternativa para superação da “fantasia aclassista proposta pela democracia burguesa e [de] seu falso conceito de cidadão como indivíduo totalmente independente de sua condição social”. O tripé *liberté, égalité, fraternité* apenas alcançaria sua plenitude no socialismo, mediante abolição da propriedade dos meios de produção e associação livre do trabalho (Dos Santos: 1991; 126)

Ainda na década de 1970, nos primeiros anos do processo de transição, a relação entre *revolução, democracia e socialismo* fazia a esquerda revolucionária rivalizar, no Brasil, com a perspectiva pecebista de uma estratégia democrático-burguesa para a “constituição do que seria uma *frente democrática* de oposição”. Tal perspectiva faria convergir o fim da ditadura militar com a implantação de regime democrático burguês, caminho que estava em sintonia com a histórica concepção pecebista da revolução por etapas (Grabois: 2007; 101)<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> Em dissertação intitulada *A luta desarmada: a esquerda revolucionária e o debate da questão democrática nos anos 1970*, Mario Almada Grabois observa que “os esforços se concentravam na luta teórico-política para que a esquerda revolucionária [armada] assumisse a luta democrática como uma questão sua e como um eixo-chave para o enfrentamento à ditadura” (Grabois: 2007; 95).



Em fins da década de 1980, a queda do Muro de Berlim; o fim da URSS, a ofensiva capitalista de uma “terceira via” neoliberal; e, de maneira especial, a derrota sandinista na Nicarágua – que contribuía para o desenvolvimento de frentes revolucionárias na América Central naquela década – levaram vários intelectuais ou dirigentes de esquerda “realistas” a proclamarem, em definitivo, o fim do período aberto nas selvas cubanas pela primeira revolução socialista da América, alheia ao molde ideológico do comunismo stalinista. Segundo uma percepção que vinha sendo desenvolvida desde meados de 1970, iniciava-se uma época de valorização do “consenso democrático”, caracterizado pela política moderada de reformas dentro do quadro da economia capitalista de mercado (Löwy: 1999; 61), em face de uma diagnosticada ‘macrocefalia estatal’<sup>52</sup>.

A perspectiva lançada por Dos Santos questiona o consenso democrático estabelecido no Brasil, por trás do qual, estaria “a preparação das classes sociais para o grande choque em torno do destino do capitalismo brasileiro e latino-americano”, com ênfase ao esforço da classe dominante para evitar a mudança do modelo econômico. “O inimigo passou a ser o Estado autoritário e não o domínio de classe exercido sobre ele”, afirma o autor. “A ditadura deixou de ser resultado de necessidades específicas da dominação de classe”, observa o autor, chamando a atenção para o fato de que a oposição da grande burguesia passava a demonstrar, erroneamente, “que não havia relação de determinação entre dominação imperialista, grande capital, superexploração e ditadura” (Dos Santos: 1991; 252). Nesta perspectiva, diante do processo de abertura e transição alguns pontos polêmicos não chegaram a figurar no debate impresso sob pena de rupturas indesejáveis aos olhos de setores dominantes – nacionais e estrangeiros.

---

<sup>52</sup> O’Donnel e Schmitter observam, citando obra de Cardoso e Luciano Martins, que parte da burguesia brasileira teria optado por uma democratização de alcance limitado devido a sua preocupação com a expansão e a cada vez maior autonomia dos órgãos estatais que acompanharam o crescimento econômico durante a década de 60. O’DONNEL, G. e SCHMITTER, P. op. cit., p. 43

## Uma abordagem teórica sobre “autoritarismo” e “modernização”

“... a memória, indispensável e portentosa, é também frágil e vulnerável. Não está ameaçada somente pelo esquecimento, seu velho inimigo, mas também pelas falsas recordações que vão invadindo-a dia após dia.

... a memória é invadida constantemente pela a imaginação e fantasia, e dado que existe a tentação de acreditar na realidade do imaginário, acabamos por fazer uma verdade da nossa mentira...”  
(Luis Buñuel)

A *grande imprensa* se fizera historicamente porta-voz de uma determinada concepção de “modernização”/“desenvolvimento” identificada com o modelo evolutivo e universal aplicado às nações ditas periféricas/subdesenvolvidas desde os tempos coloniais. Por meio desta concepção busco concluir a caracterização do pano de fundo necessário à compreensão do posicionamento de classe da *grande imprensa* liberal brasileira incorporando algumas contribuições do historiador alemão Reinhart Koselleck, autor de *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Neste livro, o autor apresenta semânticas envoltas no conceito temporal em destaque.

De forma simplificada, diria que a ênfase do autor repousa sobre a relação entre passado, presente e futuro na história moderna<sup>53</sup>. Ele trata, portanto, do processo que caracterizou a modernidade e também fizera com que a “dimensão inescapável do devir” empurrasse a ação social desde os “espaços da experiência” aos “horizontes da expectativa” – duas categorias históricas utilizadas pelo autor. Conforme a tese de Koselleck, através dessa mudança, a história (*Geschichte*) pareceu estar disponível aos homens, numa forma peculiar de aceleração que caracterizaria a “nossa modernidade”. É a respeito do início dos tempos modernos e da “perspectiva que se descortina a partir daquele futuro concebido pelas gerações passadas” – o *futuro passado* – que o historiador formula suas análises. Tais percepções relacionadas ao uso do *tempo* como ferramenta metodológica se revelaram úteis à compreensão dos processos de abertura, transição e redemocratização na segunda metade do século XX na América Latina.

---

<sup>53</sup> A abordagem de Koselleck repousa sobre o conceito singular e coletivo de história – a História (*Geschichte*) – forjado no remoto século XVIII. Nesse sentido, retrata em detalhes a mudança ocorrida na passagem de uma concepção plural, de inúmeras histórias, para a de uma única história, no singular. Antes da referida mudança, a expressão latina “*historia*” (*Historie*) guardava a sabedoria acumulada do passado, a ciência das coisas e dos acontecimentos. Com a mudança progressiva, a história como realidade e como reflexão passou a ser designada por um único conceito (*Geschichte*).

A “singularização” semântica da História, representando a inclusão de toda a humanidade em um único processo temporal, atribuiu à história um sentido universal. Como parte desse processo, uma visão eurocêntrica do mundo, imposta e sobreposta às colônias além-mar, acompanhou a nova concepção semântica, sendo impostos aos demais continentes valores e padrões pretensamente universais. Embora a viagem possa parecer longa demais para uma abordagem mais contemporânea, entendo que estas questões são essenciais para compreensão das projeções, anseios, medos e construções que caracterizaram nossas transições latino-americanas.

\*\*\*

*Como promover ou facilitar a “modernização” dos vínculos de países subdesenvolvidos, de industrialização tardia, com o sistema capitalista internacional?* Esta questão, enunciada de diferentes formas ao longo do século XX, foi amplamente explorada em busca de diferentes caminhos para a superação do que se entendia como indicativo de “atraso” perante países centrais/desenvolvidos. Percepções do que simbolizava “modernização”, no âmbito das expectativas e projeções para o futuro, eram confrontadas com o caráter “tardio”, no âmbito das experiências locais, do presente. Tais considerações colocam este trabalho na rota das contribuições de Koselleck sobre o *tempo* e conceitos correlatos. Busco evidenciar as formas pelas quais, como é característica de conjunturas transicionais, a determinação do *novo* e do *velho* acabou integrando, com a ajuda de manipulações conceituais, a “realidade do imaginário” de que trata o cineasta espanhol Luis Buñuel.

Koselleck aborda a história do Ocidente num momento em que, pela aceleração do *tempo* – “construção cultural que em cada época determina um modo específico de relacionamento entre o já conhecido e experimentado como passado e as possibilidades que se lançam ao futuro como horizonte de expectativas” – foi produzida uma “nova configuração de mundo”. Nesta nova configuração, com o *futuro* transformado em enigma, ocorre a inclusão de todas as histórias em um único processo da história universal. O trecho abaixo sintetiza bem o que procuro enfatizar, caracterizando a experiência básica do “*progresso*”:

“Olhando-se para a América selvagem a partir da Europa civilizada, olhava-se também para trás... (...) As comparações ordenaram a história do mundo, que passava a fazer parte da experiência, interpretada como um *progresso* [ênfase minha] para objetivos cada vez mais avançados. Um impulso constante para a comparação progressiva proveio

da observação de que povos, estados, continentes, ciências, corporações ou classes estavam adiantados uns em relação aos outros, de modo que por fim – desde o século XVIII – pôde ser formulado o postulado da aceleração ou – por parte dos que haviam ficado para trás – o do alcançar ou ultrapassar” (Koselleck: 2006; 284-285).

Como parte de uma experiência fundamental do movimento, ou seja, da mudança no sentido de um futuro indefinido, Koselleck denota o surgimento de outros conceitos, como “desenvolvimento”, no “reservatório de palavras de ordem formadora de opinião”. Tais expressões foram transformadas em “conceitos de movimento da história”, de maneira que o *tempo* passara a influir na terminologia da vida social e política por meio da “temporalização” dos conceitos, fazendo-os “penetrar no campo das alternativas temporais”. Assim, palavras como *ditadura*, *revolução* ou *liberalismo* adquirem “coeficientes temporais de mudança”, *podendo ser organizados segundo a conformidade com os fenômenos a que se referem*. Eis as palavras do autor com relação aos reinos da significação conceitual:

“É típico da moderna terminologia política o fato de ela conter numerosos conceitos que, tomados ao pé da letra, são antecipações. Baseiam-se na experiência da perda da experiência, e por isso não podem deixar de despertar novas expectativas. E mais: *por razões morais, econômicas, técnicas ou políticas, esses conceitos exigem fins que abrigam desejos maiores do que até então a história pudera satisfazer*. Essa situação semântica (...) corresponde aos efeitos da Revolução Francesa e da Revolução Industrial. Para reorganizar a sociedade que deixara para trás a hierarquia das ordens (...) era preciso recorrer à antecipação do futuro” (Koselleck: 2006; 300)<sup>54</sup>.

No século XIX, são afiadas, aprimoradas ou mesmo construídas as ferramentas científicas com vistas a essa antecipação, cuja necessidade era aguçada na medida das novas tecnologias e da aceleração da comunicação. A “modernização” como modelo evolutivo e universal aplicado às nações consideradas periféricas/ subdesenvolvidas contou com a concepção sócio-cultural de uma perspectiva naturalista, amparada pelo evolucionismo darwinista e pela filosofia positivista de Auguste Comte. Ao positivismo evolucionista, que norteou a produção científica desde o século XIX, não escapou o próprio desenvolvimento das ciências sociais, em grande parte, ancoradas na dicotomia “atraso” *versus* “modernização” e nas pretensões de *universalidade* do conhecimento.

Em *Abrir las ciencias sociales*, Immanuel Wallerstein e demais autores (1996), apontam o tipo de ciência social que deveríamos construir. O encontro da resposta passa pela percepção das influências do darwinismo social como variante particular da

---

<sup>54</sup> Ênfases minhas.

doutrina do progresso inevitável. *Faz parte do discurso do darwinismo social qualificar como irracional e/ou irrealista qualquer concepção associada aos perdedores do processo evolutivo, observam os autores*<sup>55</sup>. Em sentido diverso, para uma ciência social mais “multicultural” e ou “intercultural” – e práticas políticas correspondentes – torna-se essencial abandonar o argumento chave de que o progresso é o resultado da luta social na qual a competência triunfa e que interferir nessa luta significa interferir no progresso social. Argumentos dessa ordem atravessaram, ao longo de todo século XX, visões hegemônicas quanto à *questão social* no Brasil (Wallerstein et. alli: 1996; 93)<sup>56</sup>.

A contextualização histórica do período aqui enfatizado demonstra que a abordagem do “autoritarismo” e da “modernização” no Brasil passa pelas metas históricas impostas pela ideologia positivista: alcance da civilização via desenvolvimento da indústria, da tecnologia e da “ciência”. É em torno do desenvolvimento do capitalismo fora da Europa Central, afastadas as condições que confluíram para a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, que o mencionado modelo de “modernização” ganha os contornos de outra “via” de construção da dominação burguesa. Tomando como base pressupostos modernizadores que delineavam um moderno “horizonte de expectativas”, foram traçados em países como Alemanha, Itália, Rússia, EUA, Japão, Índia, China e Brasil caminhos diferenciados para consolidação do capitalismo.

#### *“Transformação burguesa” e “modernização”*

O entendimento da “transformação burguesa” a partir dos jogos e alianças da burguesia com os setores previamente dominantes da formação social – os *junkers* prussianos ou os agroexportadores do Brasil oitocentista – é condição *sine qua non* para pensar a construção de uma ordem burguesa intimamente ligada à internacionalização do capitalismo. Nesse sentido, é bastante oportuna a abordagem oferecida por Gizlene Neder (1993) acerca da “via prussiana” e das possibilidades de aplicação ao caso brasileiro.

---

<sup>55</sup> Essa análise será bastante útil à reflexão em torno dos recursos argumentativos utilizados particularmente pelo jornal *O Globo* para desqualificar propostas contrárias aos interesses dominantes refletidos em suas páginas.

<sup>56</sup> WALLERSTEIN, Immanuel (coord.) *Abrir las ciencias sociales*. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 1996.

A adoção da perspectiva em questão vai de encontro ao conceito de “*modernização conservadora*”, expressão comumente usada em referências à eclosão dos regimes (militares) autoritários na América Latina, e em particular no Brasil. Isso porque esta expressão aproxima supostos contrários, de forma que o segundo termo (*conservadora*) designaria a maneira autoritária, via Estado centralizador, pela qual se dava o primeiro – ou seja, a “modernização”, burguesa e liberal.

Noutro sentido, a incorporação da “via prussiana” como dimensão explicativa dos elementos que “obstaculizam a prática política liberal e democrática ainda hoje no Brasil” faz transparecer aspectos autoritários presentes desde a implantação do capitalismo, bem como o papel contra-revolucionário assumido pela burguesia no âmbito da luta de classes<sup>57</sup>. Disso decorreu a “transformação burguesa, ao invés da Revolução Burguesa” – lá e cá<sup>58</sup>. Ou seja, dadas as devidas especificidades sócio-históricas e tendo em vista as “fantasias ideológicas de longa duração a ensejar efeitos

---

<sup>57</sup> Gisálio Cerqueira Filho (2005) apresenta a “via prussiana” associada a três movimentos: 1. à aliança de classes na passagem ao capitalismo, culminando em transformações capitalistas específicas no campo agrário (Lênin); 2. às transformações presentes na implantação do capitalismo, acompanhando a formação do Estado Nacional Burguês, com destaque à incorporação de aspectos contra-revolucionários da burguesia na Alemanha (Lukács); 3. e, finalmente, à permanência histórica de longa duração de idéias e sentimentos que favorecem a aliança de classes pelo alto, bem como a ação indutora do Estado como agente autoritário que empreende políticas de modernização econômica e social. Este último movimento, abre espaço para percepção da “via prussiana” nos termos explorados por Cerqueira Filho, “*como metáfora/ metonímia para um contexto de afetos, emoções e sentimentos inconscientes (ancorados na escravidão e na ideologia do favor) que obstaculizam a prática política liberal e democrática ainda hoje no Brasil*”. O autor privilegia o estudo de sentimentos e emoções, sobretudo inconscientes, de caráter passadista e de longa duração que “retiram o vigor da ação política transformadora e miram um certo “retorno do reprimido” de um tempo que ficou para trás” (p.22). Ver: CERQUEIRA FILHO, Gisálio. Autoritarismo afetivo: a Prússia como sentimento. São Paulo: Editora Escuta, 2005. 136p.

<sup>58</sup> Gizlene Neder (1993) apresenta relevante reflexão para compreensão do sentido em que avançam algumas perspectivas no período da abertura e transição democrática. Para a autora estão equivocadas aquelas análises que valorizam a “inevitável presença do Estado e, por conseguinte, do autoritarismo para levar a cabo a Revolução Burguesa”. Em grande parte da historiografia brasileira o Estado é visto como *terceiro elemento* no jogo das classes agrária e industrial, de forma que ele teria um suposto caráter de “neutralidade” e “mediação”. Esta concepção que coloca a questão do poder político fora da questão da luta de classe estaria ratificando “a argumentação presente no pensamento político burguês, sobretudo em sua vertente liberal”, conforme expressa Neder. Desde modernizações até repressões políticas são imputadas ao Estado. A distinção oferecida por Otávio Guilherme Velho (*Capitalismo autoritário e campesinato*. SP, Difel, 1976) entre o “capitalismo autoritário” – relativo a países que não experimentaram uma revolução política comandada pela burguesia nos moldes da ascensão do capitalismo na Europa Ocidental – e o “capitalismo burguês”, ainda de acordo com Neder, reforça a visão criticada. A crítica então proposta pela autora desemboca na seguinte avaliação: “enquanto o foco das análises sobre o Brasil se localizar no Estado, até mesmo as análises de cunho marxista não conseguirão escapar da cilada de identificar a presença permanente do autoritarismo atravessando de maneira inevitável o processo histórico brasileiro”. Ver: NEDER, Gizlene. “Modernização conservadora” ou “via prussiana”? – mimetismo e imaginação sociológica no Brasil. Em: Cadernos do ICHF; vol. 57; julho de 1993. 39p.

de natureza política e mesmo afetiva” (Cerqueira Filho: 2005; 17), relaciona-se a “base antidemocrática” da Prússia oitocentista com a formação social brasileira.

Ao longo de nossa “via brasileira”, a “modernização” esteve associada à idéias-força como o lema positivista da bandeira brasileira – “ordem e progresso” –, reatualizado entre os anos 50 e 60 na forma das diretrizes *segurança nacional* e *desenvolvimento*. Desde a primeira metade do século XX, foi incorporada à esquerda a ideia de uma aliança em favor da “revolução democrático-burguesa”, sendo posta em evidência o problema da inexistência de uma burguesia nacional incapaz de exercer seu papel<sup>59</sup>. Com algumas variações, esse raciocínio começou a ser questionado através da reinterpretção do papel das chamadas “economias pré-capitalistas” e do passado supostamente feudal da região<sup>60</sup>.

Em sentido diverso, aos poucos foram sendo percebidas as limitações fundamentais na lógica dos intercâmbios políticos e econômicos estabelecidos, no passado, entre os países industrializados e aqueles em que o setor exportador aliava-se ao capital internacional – com sua estrutura exportadora latifundiária ou mineira, assentada sobre o trabalho forçado e a economia monocultora –, cultivando nacionalmente sua hegemonia política e econômica.

Na década de 1950, esta mesma hegemonia foi vista como obstáculo ao processo de industrialização de países como o Brasil. Numa perspectiva influenciada pelo pensamento da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) – criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas –, viabilizar a industrialização tornou-se questão central do debate em torno do desenvolvimento/subdesenvolvimento<sup>61</sup>. Entre as abordagens da primeira metade do

---

<sup>59</sup> Para uma crítica a essa percepção em face da conjuntura do golpe civil-militar brasileiro, ver: MARINI, Ruy Mauro. *La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil* (1966). Em: (texto extraído de Ruy Mauro Marini, *Subdesarrollo y revolución*, México, Siglo XXI, 12ª edición, 1985, pp. 2-105): <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/03dialectica.pdf>

<sup>60</sup> Alguns autores foram responsáveis por formar um conjunto de críticas contundentes à tese do caráter feudal da economia colonial. Entre eles: Roberto Simonsen, o historiador argentino Sérgio Bagú, Luis Vitale, Caio Prado Júnior e Celso Furtado. Além disso, destaca-se o trabalho André Gunder Frank que, com base nos autores mencionados, defendera uma “mudança de paradigma” ao defender que não se falasse de economia feudal na região, mas de “modalidades de expansão” do capitalismo comercial e, posteriormente, do capitalismo industrial (Dos Santos: 2000; 90).

<sup>61</sup> Sob a liderança de Raúl Prebisch, a CEPAL foi configurada como apoio constitucional para a busca de bases autônomas de desenvolvimento na região. Dos Santos observa que a burguesia industrial latino-americana, nascida do processo de industrialização por substituição de importações das décadas de 1930-40 se via numa situação difícil em relação ao capital internacional. Coube à CEPAL tentar enfrentar,

século XX, as teorias de “desenvolvimento” e “modernização” foram elaboradas como títulos principais de uma abrangente literatura científica<sup>62</sup> dedicada a pensar formas de atingir determinadas metas gerais, que correspondessem a um certo estado de *progreso* do homem e da sociedade cujo modelo – de sociedade moderna, industrial, de massas etc. – fosse abstraído a partir das sociedades mais desenvolvidas daquela época.

A “modernização” simbolizava o “pleno desenvolvimento da sociedade democrática”. Com este intuito, a racionalidade econômica moderna ditava a “busca da máxima produtividade, [para] a geração de poupança e a criação de investimentos que levassem à acumulação permanente da riqueza dos indivíduos e, em consequência, de cada sociedade nacional” (Dos Santos: 2000; 15-16). Noções de modelos ideais compatíveis com a sociedade moderna foram desdobradas em ações econômicas, sociais, políticas e culturais que deveriam balizar a escolha a ser feita diante da bifurcação que separava “atraso” e “modernização”<sup>63</sup>. Uma escolha que, vale dizer, perpassava fronteiras ideológicas: “As teorias da modernização que buscávamos superar”, afirma Dos Santos, “se cristalizavam sob a forma de um marxismo de inspiração positivista, no qual predominava um evolucionismo mecanicista” (Dos Santos: 2000; 47)<sup>64</sup>.

---

conceitual e praticamente, a questão de reorientar o investimento internacional colocando-o como elemento de apoio essencial ao desenvolvimento econômico e industrial dos países da região (Dos Santos: 2000; 81-86).

<sup>62</sup> Desde o século XIX pensadores fundadores das ciências sociais modernas – tais como, Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber – já haviam identificado, ainda que sob perspectivas distintas, valores e comportamentos atrelados à *racionalidade econômica moderna*. No século XX, inúmeros autores imprimiram em suas obras a valorização de um modelo ideal coerente com a *sociedade moderna*. Alguns acresciam técnicas de verificação empírica para detectar o “grau de modernização” alcançado por sociedades concretas. Orientava-os, especialmente, a concepção da *modernidade* como um fenômeno universal, um estágio social que todos os povos deveriam atingir mediante a substituição de práticas tradicionais de comportamento não-racional e de valores comunitários limitados pela condição de sociedades modernas, racionais, universalistas etc. Dos Santos (2000) cita alguns autores que incorporam tais premissas de diferentes formas e em diferentes abordagens: Talcott Parsons, Merton, Levy-Buruhl, Franz Boas, Herkovics; ou ainda Singer, Lewis, Harrod, Domar, Nurske, Hirschman, Myrdal etc. (Dos Santos: 2000; pp.15-21).

<sup>63</sup> Entre os nomes citados por Dos Santos, ganha destaque o do economista Walt Whitman Rostow que defendera a necessidade de que o Estado desenvolvimentista fosse um Estado forte. Seus trabalhos como consultor da CIA, observa o autor, “foram uma das principais referências das políticas de golpes de Estado modernizadores praticados nas décadas de 60 e 70, a partir do golpe brasileiro de 1964” (Dos Santos: 2000; p.17).

<sup>64</sup> Os pressupostos da teoria do desenvolvimento foram organizados em trabalhos anteriores pelo autor, como em *Imperialismo y Dependência* (México: Ediciones Era, 1978, pp. 281-187). Em trecho reproduzido sob o título *La teoría del desarrollo y su crisis* (México, D.F., UNAM, 1994), parte de uma coletânea, Theotonio dos Santos buscou discutir os princípios epistemológicos que orientavam as posições incluídas sob o rótulo das *teorias do desenvolvimento*. Três pressupostos gerais foram expostos: 1. o de que, conforme as distintas escolas de pensamento, países subdesenvolvidos deveriam avançar no sentido do mencionado modelo, eliminando obstáculos representados pelas “sociedades tradicionais”, por “sociedade feudais” ou pelos “restos feudais”; 2. procedimentos econômicos, políticos e psicológicos poderiam ser distinguidos e os recursos nacionais mobilizados de forma mais racional, a fim de que, catalogados, tais meios pudessem ser usados num melhor



Conforme os pressupostos da “teoria da modernização” o subproduto democrático seria a diferenciação social, e esta decorrente do desenvolvimento econômico, bem como “da especificidade crescente de papéis sociais requerida pela secularização e racionalização crescentes da sociedade, pela necessidade de estandardização e generalização de normas universais, mas afins com uma sociedade industrial moderna” (Cardoso: 1988; 460). A industrialização mais adiantada estaria, associada à emergência da democracia e da igualdade<sup>65</sup>.

O Estado repressivo e concentrador, bem como o *imperialismo* colocavam em xeque, entretanto, as análises que atrelavam industrialização à democracia. A análise de conjuntura oferecida por Marini, em 1966, com *La dialética del desarrollo capitalista en Brasil* possibilita – em sentido bastante diverso daquele apontado nos parágrafos anteriores – reconhecer orientações político-ideológicas e econômicas em conflito no contexto interno, especialmente no que concerne à burguesia. Esta, conforme enfatiza o autor, necessitava das massas populares urbanas como respaldo para impor sua política de classe, tendo ao mesmo tempo que enfrentá-las no contexto pré-golpe para tentar conter o avanço das reivindicações salariais. Passado o golpe de 1964, Marini identifica uma nova etapa do processo de luta de classes, caracterizado, entre outras coisas, por uma cisão horizontal que “deixa de um lado a coalizão dominante – essencialmente a burguesia, os empresários estrangeiros e os grandes proprietários de terra – e do outro as massas trabalhadoras da cidade e do campo”. O golpe, dessa forma, selou o restabelecimento da aliança com as classes oligárquicas vinculadas à exportação e, principalmente, a valorização de uma integração imperialista. Esta se deu, particularmente, via integração militar do continente, a qual transformava o Brasil num

---

planejamento; 3. seria necessária uma base ideológica a organizar a vontade nacional dos distintos países para realizar “as tarefas do desenvolvimento”. Ver: DOS SANTOS, Theotonio. *La teoría del desarrollo y su crisis*. Em: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (compiladores). *La teoría social Latinoamericana. Textos escogidos*. (Tomo II - La Teoría de la dependência). México, D.F.: UNAM, 1994 (pp. 37-46).

<sup>65</sup> Três estudos são citados em *O novo autoritarismo na América Latina* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982) como inicialmente decisivos, diante da ampla literatura que aborda esses aspectos da industrialização, no âmbito da teoria da modernização. São eles: *Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy*, de Seymour Martin Lipset, em *American Political Science Review*, 53 (março 1959), pp. 69-105; *Conclusion: The Political Systems of the Developing Areas* de James S. Coleman, em *The Politics of the Developing Areas* de Gabriel A. Almond e James S. Coleman (Princeton: Princeton University Press, 1960); e *National Political Development: Measurement and Analysis*, de Philips Cutright, *American Sociological Review*, 27 (abril 1963), pp. 253-64.

centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina, incluindo premissas de um poderio militar próprio (Marini: 1985 [1966]; pp. 2-105)<sup>66</sup>.

Na década de 1960 novos aportes de orientação marxista estiveram voltados ao estudo do *subdesenvolvimento* como resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo, de forma que o equacionamento de antigos dilemas dera origem às correntes da *teoria da dependência* e a *teoria do autoritarismo* (Sader: 2005 [1996])<sup>67</sup>.

Leituras divergentes acerca do binômio autoritarismo-desenvolvimento se confrontaram, posteriormente, no cenário de abertura e transição democrática. Como num jogo de palavras, as variadas relações estabelecidas entre “modernização” e “atraso”; “democracia” e “autoritarismo”; “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”; ou ainda entre “autonomia” e “dependência” se tornam perceptíveis quando destacados alguns representantes da vasta produção bibliográfica dedicada ao dilema autoritarismo/desenvolvimento na América Latina dos anos 70. O reforço, explícito ou não, à concepção do “atraso” latino-americano acabava dando vazão à sustentação

---

<sup>66</sup> As citações entre aspas foram traduzidas a partir do original em espanhol. No referido trabalho, Marini identifica como etapa *subimperialista* a que o Brasil seguia, impulsionado pelas necessidades de grupos estrangeiros. À época, Marini defendera que, devido à necessidade de proporcionar um “sobrelucro” ao seu sócio maior norte-americano, o subimperialismo brasileiro tenderia a agravar a exploração do trabalho (“superexploração”) no marco da economia nacional, num esforço para redução dos custos de produção. Ao contrário de representar uma contradição própria do capitalismo brasileiro, observa o autor, tratar-se-ia de algo comum ao capitalismo em geral: expandir a produção ao mesmo tempo em que se restringia cada vez mais a possibilidade de criar para ela um mercado nacional, de forma que os níveis internos de consumo eram comprimidos, aumentando constantemente o exército industrial de reserva – explica Marini. A respeito da inserção do Brasil, especialmente pós-golpe, numa nova ordem internacional do trabalho, o autor afirma que, tanto a grande burguesia quanto a média e pequena compreenderam que, naquele momento, estaria em xeque todo o sistema capitalista brasileiro e, deixando de lado outras pretensões, se uniram em torno de um único objetivo: salvar o sistema. Ver: MARINI, Ruy Mauro. *La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil* (1966). Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/03dialectica.pdf> (texto extraído de Ruy Mauro Marini, *Subdesarrollo y revolución*, México, Siglo XXI, 12ª edición, 1985, pp. 2-105); e, do mesmo autor, *Dialéctica de la dependencia* (1973). Disponível na página eletrônica (acessado em agosto de 2009): <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/04dialectica2.pdf> (Extraído de *Dialéctica de la dependencia*, México: Ediciones Era, 11ª reimpresión, 1991, pp. 9-77).

<sup>67</sup> Uma interessante leitura do período e de questões aqui abordadas foi anteriormente exposta por Emir Sader no artigo “Nós que amávamos tanto o capital – fragmentos para a história de uma geração” (1996). Neste artigo, o autor identifica, de um lado, Marini e, do outro, F. H. Cardoso e José Serra (estes últimos, autores de *Las desventuras de la dialéctica de la dependencia*, Revista Mexicana de Sociología, México, Ano XL, Vol. XL, Número Extraordinário, 1978) como protagonistas da “mais importante polêmica sobre o caráter da dependência”, justamente ao longo do período aqui enfatizado – ao final dos anos 1970. Sader revela uma sintomática ausência: *A Dialéctica de la dependencia*, principal obra de Marini, publicada originalmente no México, tivera dezenas de edições, nenhuma delas no Brasil – até o momento em que o autor escrevia. A partir dessa ausência e das reflexões a respeito das perspectivas teóricas em disputa, Sader conclui que a “concepção hegemônica sobre a natureza do Estado durante o período da ditadura militar, e conseqüentemente, sobre o que significa a transição para um regime democrático foi a *teoria do autoritarismo*, versão de Fernando Henrique Cardoso” (Sader: 2005 [1996]; 165).

político-ideológica que conduziu à ascensão de soluções autoritárias na América Latina. Tais soluções podem ser compreendidas, em última instância, como mecanismo perpetuador de uma lógica *dependente*<sup>68</sup>, ou ainda dos termos inerentes à “via brasileira” de passagem ao capitalismo.

*O retorno do “desleixo”: (re)leituras do Brasil autoritário*

Considerem-se debilidades, incapacidades, insuficiências internas ou ainda a percepção de um tardio desenvolvimento; enfim, uma relação de condições a serem superadas no sentido da “modernização”. Essa percepção atravessou inúmeras abordagens sobre a América Latina e os seus (des)caminhos rumo a um “horizonte de expectativas” modernizadoras. Do amplo acervo de perspectivas nesse sentido, cito um trecho do artigo *Portugalization of Brazil?* (1973), de Philippe C. Schmitter, publicado na destacada coletânea denominada *Authoritarian Brazil*:

“Esquemáticamente, especulei que certas características do atraso econômico e da transformação social do Brasil “conspiraram” para fazer com que se tornasse altamente improvável que se pudesse replicar o liberal-pluralismo evolucionário ou a rota nacionalista-coletivista revolucionária para a modernidade política. De um lado, uma urbanização pré-industrial, empregos proporcionalmente baixos em fábricas, industrialização a partir da substituição de importações, estagnação no setor rural e uma forte dependência de capital e tecnologia estrangeiros parecem ter ofuscado algumas das principais linhas que proporcionaram o dinamismo político em experiências anteriores de desenvolvimento. Acima de tudo, esses variados fatores contextuais tiveram a tendência de fragmentar a consciência de classe ou até mesmo a sensibilização de grupos corporativos, tornando difícil o estabelecimento e a sustentação de movimentos, partidos e associações autônomos e agressivos” (Schmitter: 1973; 184-185).<sup>69</sup>

*Portugalization of Brazil?* (1973), assim como outros artigos reunidos na coletânea, trata das conveniências e limitações da criação de uma fórmula de estabilidade institucional e de constitucionalização das “regras do jogo”. Vai ao encontro de uma das principais preocupações do período nas esferas de poder e nos círculos acadêmicos. Mais adiante, já no governo Geisel, a normalização institucional, além de cumprir o objetivo político central de *liberalização* do autoritarismo, funcionaria como válvula de escape utilizada pelo regime para enfrentar, entre outros,

---

<sup>68</sup> Para uma visão dessa perspectiva, utilizei, entre outros: MARINI, Ruy Mauro. *La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil* (1966) e *Dialéctica de la dependencia* (1973), op. cit.; DOS SANTOS, T. *Democracia e Socialismo no capitalismo dependente*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1991 (especialmente parte III); BAMBIRRA, Vania. *Capitalismo dependente latinoamericano* (1974), México, Siglo XXI Editores, 1979.

<sup>69</sup> Livre tradução a partir do original em inglês.

os problemas da recessão econômica e controlar manifestações sociais sem intensificar o emprego de métodos coercitivos.

Os parâmetros para a análise de Schmitter eram o salazarismo luso, o franquismo espanhol e a “mexicanização” (via consolidação do partido único; Partido Revolucionário Institucional, no caso do México). Nesse sentido, o autor ressalta elementos que estariam afastando o “estado revolucionário” brasileiro dos fundamentos necessários à legitimidade e estabilidade da autoridade racional-legal. No trecho antes destacado são considerados os aspectos do “atraso” como causadores de insuficiências, ao invés de serem percebidos como consequências advindas e inseridas na ordem mundial capitalista.

Vânia Bambirra, por sua vez, contesta a ideia de que a dependência não seja a razão do atraso. Ela defende que o atraso das condições estruturais internas que mantém a dependência e explica em última instância a evolução das economias latino-americanas. Representante de corrente mais radical da *teoria da dependência*, assim como Theotonio dos Santos e Marini, Bambirra defende em *Teoría de la dependencia: una anticrítica* que o desenvolvimento das forças produtivas na América Latina deveria ser “impulsionado por um sistema econômico-social superior, vale dizer, socialista” (Bambirra: 1983 [1978]; 88)<sup>70</sup>.

*A dialética da dependência*, de Rui Mauro Marini (1973), se somara a outras publicações destinadas a analisar o subdesenvolvimento dentro do quadro global do *imperialismo* e condicionado historicamente pela expansão do sistema capitalista. “Não é porque cometeram abusos contra as nações não industrializadas que estas se tornaram economicamente fracas, é porque eram fracas que se abusou delas”<sup>71</sup> (Marini: 1994 [1973]; 236), afirma Marini no livro que viria a ser uma das leituras referenciais do pensamento defendido pela corrente mais à esquerda da *teoria da dependência*. O cientista político complementa: “Não é tampouco porque produziram mais do que o devido que a posição comercial se deteriorou, mas foi a deterioração comercial que as forçou [às nações economicamente fracas] a produzir em maior escala”. Em pleno contexto de “milagre econômico”, o autor questionou ainda o equívoco de se “reivindicar relações comerciais equitativas entre as nações”, destacando a exploração

---

<sup>70</sup> Tradução minha a partir do original em espanhol.

<sup>71</sup> Tradução a partir do original em espanhol.

internacional através das trocas desiguais. Acompanhando a perspectiva exposta acima, o autor de *El nuevo carácter de la dependencia* observa que:

“A dependência não permite, pois, que se analise o subdesenvolvimento como fenômeno de certas estruturas atrasadas, ainda não capitalistas. Desde o princípio, o conceito de dependência nos permite superar este ponto de vista que se origina em uma visão a-história do problema, pois, como dissemos, o subdesenvolvimento é um produto de uma situação mundial que se explica pela expansão do capitalismo no mundo” (Dos Santos: 1994 [1978]; 99):

O “atraso”, portanto, perde nestes estudos o sentido de demérito atribuído aos países periféricos/subdesenvolvidos para estar relacionado à lógica desigual em que as nações desfavorecidas buscariam compensar a perda gerada em favor do capital internacional através do recurso a uma maior exploração do trabalhador, conforme Marini sintetiza no conceito *superexploração*<sup>72</sup>. A análise da conjuntura latino-americana parecia exigir, portanto, uma percepção para além da realidade *singular* dos equívocos e contradições de cada país. Tratava-se de analisar o sistema capitalista internacional atrelado às *particularidades* locais que só podem ser plenamente compreendidas em interação dialética no cenário *universal*.

Voltando ao artigo de Schmitter – autor de destacada produção teórica sobre o tema das *aberturas e transições democráticas* –, ganha destaque uma suposta predisposição do brasileiro. Contrário à institucionalização da norma autoritária, este último estaria predisposto a adotar o consenso como base de suas relações e aderir às soluções negociadas (*pactualismo*), baseadas no pragmatismo, na tolerância, nos arranjos “para-legais” (*jeitos* ou *jeitinhos*), na procrastinação; enfim, em heranças supostamente enraizadas num passado de práticas pré-republicanas, trazidas indevidamente para o pós-30 varguista (Schmitter: 1973; 215). Deve ter sido um pouco

---

<sup>72</sup> Para uma ampla abordagem do conceito de *superexploração*, passando por diferentes fases de integração da América Latina (e especialmente do Brasil) com o mercado mundial, ver, entre outros: MARINI, R. M. *Dialética de la dependencia* (1973). Disponível na página eletrônica (acessado em agosto de 2009): <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/04dialectica2.pdf> (Extraído de *Dialéctica de la dependencia*, México: Ediciones Era, 11ª reimpresión, 1991, pp. 9-77). Uma análise oposta à adotada por Marini é apresentada, por exemplo, em: CARDOSO, F. H. Autoritarismo e democratização, op. cit. (especialmente capítulo I). Além disso, no artigo *Las desventuras de la dialéctica de la dependencia* (*Revista Mexicana de Sociología*, Mexico, Año XL, Vol. XL, Número Extraordinário (E), UNAM, 1978, pp. 16-27), Fernando H. Cardoso e o economista José Serra buscam desconstruir o conceito de *superexploração* identificando como “reducionismo economicista” as análises de Marini. Isso porque estariam destinadas a fazer repousar a impossibilidade da expansão capitalista da periferia em limites estruturais conduzindo o país ao “catastrofismo”. Vale destacar que, ao retornar do exílio para o Brasil, o economista José Serra tornou-se pesquisador do Cebrap e foi editorialista da Folha de S. Paulo (Fonte: <http://educacao.uol.com.br/biografias/jose-serra.jhtm>).

premature, sugere o autor, pedir que o tradicional *homem cordial* fosse substituído pelo agressivo *homem radical*<sup>73</sup>, com sua maior consciência de classe. Assim, a análise de Schmitter acerca da *cordialidade*<sup>74</sup> como característica de uma natural *predisposição do brasileiro* conduz o autor ao equívoco de considerá-las como obstáculos à institucionalização pretendida. Ao contrário, como já mencionado, a referida cordialidade encontra-se inserida no *padrão paternalista* de comportamento social (“autoritarismo & favor”), que dá especificidade histórica ao autoritarismo no Brasil.

Convém desenvolver, ainda que brevemente, esta questão da suposta impropriedade da democracia brasileira, onde “fidalgos e plebeus” se confraternizam, num reflexo radicado na “infixidez das classes sociais em Portugal”. Em sua contribuição ao debate, Silviano Santiago refere-se à *máscara de homem cordial*, que marca o retorno do *desleixo* à cena da escrita de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. A tradicional cordialidade que o brasileiro assume é a *deformação* do íntimo, do familiar e do privado. Como *máscara*, afirma Santiago, “a cordialidade preserva o *familiar* e o *íntimo* neste mundo que se moderniza pela hostilidade – ou a transgressão – a esses valores” (2006; 244).

A *máscara*, que não simplesmente dissimula, mas revela, é a *fórmula* de defesa do indivíduo contra a sociedade, artifício que se naturaliza, convertido em *forma* – afirma Santiago. O autor favorece assim uma leitura de Sérgio Buarque que permite revolucionar a metáfora da árvore e de suas raízes, fincadas na terra e alimentando desde a origem nossas imperfeições e “atrasos” oriundos do berço ibérico. Este talvez

---

<sup>73</sup> O *homem cordial*, na acepção utilizada por Schmitter, é tema também de obra homônima de Cassiano Ricardo, interlocutor que polemiza com Sérgio Buarque de Holanda, após este ter utilizado a controvertida expressão em *Raízes do Brasil*. Já *homem radical*, conforme indicação de P. Schmitter, aparece na seguinte obra: MORAIS, Pessoa de. Sociologia da revolução brasileira. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965.

<sup>74</sup> Um dos principais defensores da perspectiva expressa por Schmitter é o antropólogo Roberto da Matta, autor do livro *Carnavais, malandros e heróis*, entre outros. Dois dias após a rejeição da emenda Dante de Oliveira, em 28 de abril de 1984, a *Folha de S. Paulo* lançou um questionamento que estava na ordem do dia: *Em que condições concretas a negociação deve ser considerada um instrumento legítimo na política?* (Folha, seção *Tendências/Debates*, p.3). Da Matta afirma que o problema residiria não da ausência, mas do duplo excesso de leis, da *rua* e da *casa*: o “excesso cria a confusão, a confusão inventa a ideia de impunidade, a impunidade engendra a ideologia rapineira, esta ideologia demanda garantias autoritárias de continuidade no poder, a continuidade no poder gera o medo de mudar e todo esse conjunto nos remete a nossa questão central: negociação”. A sequência estabelecida desemboca, conforme apontou Cerqueira Filho, na formação de um “*ethos do jeitinho*”, bem como na “ficção da ideologia burguesa e [de] seus atributos numa sociedade vocacionada para o favor” (1993; 33). Eis as palavras conclusivas do antropólogo: “... para que isso se torne verdade [a criação de um sistema de leis que todos jurem obedecer] será preciso juntar a casa com a rua, o amigo com a moralidade pública, a vida pessoal com a ideologia. Caso contrário, a negociação pode virar negociata. E mais uma o Brasil não agüenta”.

seja o caminho para reconhecer a presença da *ambiguidade* presente nas palavras finais de *Raízes do Brasil*:

Podemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo esquemas sábios e de virtude comprovada, mas há de restar um mundo de essências íntimas que, esse, permanecerá sempre intato, irredutível e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso próprio ritmo espontâneo, à lei do fluxo e do refluxo, por um compasso mecânico e uma harmonia falsa” (Holanda: 1995; 188).

O suposto descompasso entre o ritmo do mundo e a contradança brasileira não deve ser tomado pelo viés do “atraso” que se buscou impor através da “modernização conservadora”. Sérgio Buarque, como explica Santiago, tenta com um pé escapar do passado e com o outro do presente, “ambos unidos na busca da *autoridade*” Esta não é sinônimo de *autoritarismo*, nem viria da propagada superioridade de relações racionais, impessoais e anônimas para construção do Estado Novo (2006; 234). Haveria sim de corresponder à *função paterna* que – com espaço ao arcabouço psicanalítico - “me limita, me coíbe e, por assim dizer, em troca, me outorga cidadania, um lugar simbólico e alguns ideais básicos de referência” (Calligaris: 1991; 80). Portanto, a ausência simbólica da *lei* (figura paterna) deveria ser pensada como a noção concreta de limite (social e individual) que falta-nos vivenciar. E aí residiria nossa carência de fato (Cerqueira Filho: 1993).

(Des)Caminhos da transição: “estagnação” versus “dinamismo”

No intuito de serem identificados os *(des)caminhos* da transição no Brasil – que incluem caminhos adotados e possibilidades tangentes – cumpre atentar para visões díspares em torno do *autoritarismo* e do *desenvolvimento*, especialmente a partir de meados de 1970. A esse respeito, Emir Sader (1996) apresenta sua crítica à *teoria do autoritarismo* na versão oferecida por Cardoso<sup>75</sup>. Segundo Sader, aquela teoria teve origem numa versão dada por Juan Linz<sup>76</sup> para a evolução do franquismo, “inicialmente

---

<sup>75</sup> Numa das principais defesas da perspectiva criticada, Fernando Henrique Cardoso questionara no seu livro *Autoritarismo e Democratização* (1975) a tese de que a penetração das empresas multinacionais levava os Estados locais a uma política expansionista. Para Cardoso, no estilo de dominação burocrático-autoritária, os grupos empresariais eram beneficiários automáticos do crescimento econômico, embora essa condição não os transformasse, necessariamente, em protagonistas importantes da cena político-estatal. Este papel foi atribuído, ao contrário, à chamada “burguesia de Estado” (executivos e *policy-makers* das empresas estatais) que mantinha um “pacto de dominação” com funcionários (militares e civis) e grande capital privado (nacional e estrangeiro), além de setores das “novas classes médias”. Ver: Cardoso: 1975; pp.35-7;80;215. Em sua crítica, aqui priorizada, Emir Sader destaca o pensamento desenvolvido por Cardoso em três livros: *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1968); *O modelo político brasileiro* (1972); *Autoritarismo e democratização* (1975).

<sup>76</sup> Em “Regimes autoritários”, tradução de Beatriz Vianna Boeira (ou no original *The future of an authoritarian situation or the institucional of na Authoritarian Regime: the case of Brazil*), Linz tenta

caracterizado como um regime fascista, cuja evolução, porém, teria produzido um regime híbrido, para o que Linz formulou a noção de Estado autoritário” (Sader: 2005 [1996]; 165). Na visão de Cardoso, o Brasil era uma sociedade baseada em um desenvolvimento capitalista, mas *dependente-associado*, baseado no domínio da empresa estatal. O nervo do capitalismo dependente, conforme observa Sader, seria definido pela presença de uma “burguesia de Estado” e do autoritarismo. A existência da “burguesia de Estado” estaria configurada a partir do fato de que “o controle das empresas estatais não se daria conforme critérios públicos, mas de forma privada” (Sader: 2005 [1996]; 166). Nas palavras de Cardoso, formar-se-ia, em sentido estrito, uma camada não burocrática de dirigentes de empresa. Tendo como ideologia o expansionismo estatal, essa “burguesia de Estado” nutriria objetivos autônomos de acumulação, típicos de uma classe social. Novamente, recorre-se às palavras de Cardoso, segundo o qual “se formou um setor de classe no conjunto dos interesses burgueses – ou seja, capitalismo – que passou a disputar a hegemonia no bloco de poder formado pelas classes dominantes” (Cardoso *apud* Sader: 1996; 166).

Em trabalhos publicados ao longo de 1970 e 1980, Cardoso dedicou-se a desenvolver o conceito de “novo modelo de desenvolvimento dependente-associado”, inicialmente apresentado também no livro *Authoritarian Brazil*, organizado por Alfred Stepan (1973, versão em inglês).

Ao longo do artigo *Associated-dependent development: theoretical and practical implication*, Após uma retrospectiva das questões políticas e econômicas em torno do regime “populista” pré-golpe de 1964 e das motivações de setores “anti-populistas” militares e tecnocratas, Cardoso dedicou-se a explicar a relação entre as transformações da *nova divisão internacional do trabalho* e as características do modelo de capitalismo dependente-associado. *Desenvolvimento e dependência*, conforme tal modelo, não deveriam ser percebidos como noções separadas ou contraditórias. Com a imersão do capital industrial nas “economias periféricas” um elemento dinâmico estaria sendo posto em operação no mercado interno, de forma que, com o crescimento das corporações

---

formular uma tipologia dos regimes autoritários. Como Neder (1993) afirma em nota, é de fato interessante notar que o formalismo positivista de sua tipologia deixa transparecer, nas entrelinhas, a “superioridade” e “civildade” das “democracias competitivas”. A historiadora considera que a subordinação das especificidades da dinâmica do processo histórico ao esquematismo detalhista da tipologia apresentada (1993; 24). Para leitura de Linz, ver: LINZ, J. *The future of an authoritarian situation or the institutional of na Authoritarian Regime: the case of Brazil*. Em: STEPAN, A. (editor). *Authoritarian Brazil: origins, policies and future*, 1973 (pp. 233-54).



multinacionais, seria necessária uma reformulação da visão tradicional do imperialismo econômico, caracterizada até então por defender que a relação básica entre um país capitalista desenvolvido e um subdesenvolvido é aquela da exploração extrativista que perpetua a *estagnação* (Cardoso: 1973; 149).

Anos depois, a respeito d’*Os regimes autoritários na América Latina*, Cardoso questionaria a afinidade entre o autoritarismo – caracterizado pelo conceito de *autoritarismo-burocrático* – e “os grandes negócios”, buscando dissociar um do outro. Não seria correto, na visão do autor, atribuir uma visão mecanicista daqueles laços (entre o autoritarismo e os grandes negócios), sustentando que só o regime militar pudesse ser bem sucedido em estabelecer a produção de bens de capital e em assumir o controle da tecnologia moderna num país em desenvolvimento (Cardoso: 1982; 56-57). A dissociação se repete ao considerar-se que sistemas econômicos baseados em empreendimentos multinacionais se estabeleciam tanto sob regimes militares quanto sob sistemas democráticos. Enfatizando a distinção entre regime político e tipos de Estado, Cardoso refere-se à “criação de uma base econômica auto-sustentada para seu próprio poder”, tendo como resultado imediato a “criação de camadas burocráticas dotadas de capacidade empresarial”. Considera-se a emergência de uma camada social criada dentro do Estado e que, “paradoxalmente, consegue até certo ponto uma base distinta de poder e pode finalmente entrar em choque com o governo em determinadas circunstâncias” (Cardoso: 1982; 58). A partir disso, acrescenta o autor: “é difícil acreditar que a dependência decorra da forma autoritária militar desses regimes”. Dissocia-se a opção pelo desenvolvimento *dependente* e o *autoritarismo* para, em seguida, concluir: “qualquer que seja o regime, as classes dominantes, dada a internacionalização crescente da produção, são forçadas a fazer acordos com os interesses estrangeiros e a reorganizar o sistema interno de exploração econômica a fim de enfrentar as novas realidades” (Cardoso: 1982; 60).

Segundo Alfred Stepan<sup>77</sup>, o sociólogo que viria a tornar-se presidente da República, buscara enfrentar um desafio como “teórico da dependência e político

---

<sup>77</sup> Alfred Stepan, autor de importantes títulos dedicados à temática da redemocratização brasileira e latino-americana, organizou a coletânea intitulada *Democratizando o Brasil* (1988) a qual reúne, a exemplo da publicação de 1973 inúmeros artigos de destacados pesquisadores do cenário intelectual brasileiro, incluindo alguns brasilianistas: Albert Fishlow, Bolívar Lamounier, Edmar Bacha, Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso, Margaret E. Keck, Maria Campello de Souza, Pedro Malan, Ralph Della Cava, Scott Mainwaring, Sonia E. Alvarez, Thomas E. Skidmore. Segundo Stepan, *Democratizando o*

democrático”: reconciliar a teoria democrática com a teoria da dependência, denotando tipos de formações sociais e estruturas econômicas produzidas “pelo caso mais industrializado do mundo de desenvolvimento dependente associado” (Stepan: 1988; 21). Na visão de Sader, aqui incorporada, foi outra a reconciliação obtida pelo sociólogo e ex-presidente da República:

“Absolvendo a responsabilidade e a participação do capital multinacional e nacional no bloco de poder do regime militar, e descaracterizando este como ditadura mediante o apelativo autoritário, fez-se a prestidigitação que permitiria compatibilizar interesses sociais tão dissimiles e contraditórios. (...) A teoria do autoritarismo transformou-se, assim, na ideologia da transição conservadora do Brasil (Sader: 2005 [1996];169)”.

Para além da *teoria do autoritarismo* e das análises advogadas por Cardoso, o período de *abertura e transição democrática* foi caracterizado pela atuação expressiva de atores políticos – entre as quais proprietários da *grande imprensa* – dedicados a articular ideologicamente a “aliança de classes que se opôs ao regime militar em sua última fase e, principalmente, permitiu a transição política, sob a forma conservadora que ela assumiu” (Sader: 2005 [1996]; 168)<sup>78</sup>. Esta aliança, segundo Sader, decorre antes de uma ideologia que interpela as classes como setores sociais, “forjando suas identidades, para poder compatibilizar seus interesses”. Em parte pela *teoria do autoritarismo* ocorrera “a interpelação de todas as classes sociais como participantes dissolvidas na sociedade civil, subjugadas e espoliadas pelo Estado autoritário e por sua força dirigente – a burguesia do Estado”.

Acompanhando o raciocínio acima exposto, é possível inferir que esforços político-ideológicos convergiram para a diluição de contradições entre as forças que integravam a frente opositora durante a transição democrática. Aglutinado em torno do adjetivo “autoritário”, o setor oposicionista brasileiro acabou reunindo, portanto, diversas orientações políticas, inclusive daqueles que, de última hora, se reciclaram

---

*Brasil* – com publicação em inglês pela Oxford University Consolidation – analisa a interação entre a lenta decomposição do projeto de desenvolvimento autoritário e a consolidação gradual de uma alternativa democratizante (p.10).

<sup>78</sup> A crítica de Emir Sader, publicada pela primeira vez à época do segundo ano de governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, identifica o final da primeira etapa da redemocratização com a remoção do chamado “entulho autoritário”. Em seguida aponta o que seriam as duas etapas seguintes, conforme a *teoria do autoritarismo*: “desconcentração do poder político em torno do executivo” e “desconcentração do poder econômico em torno do Estado, base material do poder hegemônico da burguesia de Estado”. Esta última etapa, afirma o autor, “se cristalizaria na versão brasileira do neoliberalismo, justamente pelas mãos daquele que havia formulado a teoria do autoritarismo”. Ver: SADER, Emir. Nós que amávamos tanto o capital – fragmentos para a história de uma geração. Em: Sociologia, Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul/dez 2005, pp. 150-177 (p. 171).

como dissidentes do regime militar, aproveitando o embalo da polarização malufismo/anti-malufismo na disputa indireta dentro do Colégio Eleitoral.

Com o foco direcionado à análise da chamada “via brasileira” e à tradução que dela fizera-se<sup>79</sup>, Neder (1993), por sua vez, enfatiza que ao “considerar o autoritarismo um atributo exclusivo do Estado, a burguesia fica isenta de qualquer responsabilidade neste autoritarismo” (1993; 38).

A referência aos *descaminhos* da transição democrática consiste, portanto, na recuperação de perspectivas que não conquistaram o *status* de discurso hegemônico naquela conjuntura nem maior visibilidade entre as opiniões publicadas pela *grande imprensa*. Onde alguns viram acentuação da *dependência* latino-americana outros valorizaram, e hegemonzaram, possibilidades de desenvolvimento através da associação entre capital nacional e estrangeiro; onde um grupo de intelectuais viu os efeitos da *superexploração*, outros identificavam desajustes históricos a serem superados internamente no sentido da *modernização capitalista e associada*.

A oposição fora deslocada ao longo do eixo “dinamismo” *versus* “estagnação”, denotando, no âmbito econômico, visões divergentes entre as correntes da *teoria da dependência*<sup>80</sup>. A opção do “*dinamismo* da industrialização da periferia” durante o

---

<sup>79</sup> A crítica da autora é direcionada especificamente aos seguintes trabalhos inspirados na abordagem de Barrington Moore sobre a “modernização conservadora” (*Los Orígenes sociales de la dictadura y de la democracia*, Barcelona, Ed. Península, 1973): GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e Trabalho*, RJ, Campus, 1979; VELHO, Otávio G. *Capitalismo autoritário e campesinato*. SP, Brasiliense, 1976.

<sup>80</sup> Uma das correntes é identificada com a “crítica ou autocrítica estruturalista dos cientistas sociais ligados à CEPAL que descobrem os limites de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo”. Neste grupo são incluídos: Oswaldo Sunkel, Celso Furtado, Raúl Prebisch e, às vezes, Cardoso. A segunda é identificada como “corrente neomarxista”, composta por Dos Santos, Marini e Vania Bambirra, entre outros pesquisadores do Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile – CESO. A terceira é reconhecida como “marxista ortodoxa”, tendo em vista “sua aceitação do papel positivo do desenvolvimento capitalista e da impossibilidade ou não necessidade do socialismo para alcançar o desenvolvimento”. Os representantes identificados com essa corrente são Cardoso e Enzo Faletto. Já a quarta e última é atribuída André Gunder Frank que, embora também possa ser incluído na segunda, representaria melhor a “cristalização da teoria da dependência fora das tradições marxista ortodoxa ou neomarxista”, uma vez que o autor assume a posição clara de negar seu vínculo teórico estreito com o marxismo, defendendo um “esquema de expropriação internacional mais ou menos estático”, afastado do enfoque dialético dos outros neomarxistas. Dos Santos não descarta que a distinção de autoria dos economistas Magnus Blomström e Bjorn Hettne seja passível de crítica. Considera, por exemplo, a aparente desconsideração dos muitos matizes entre os neomarxistas. Frank (*El desarrollo del subdesarrollo – Un ensayo autobiográfico*. Nueva Sociedad, Caracas, 2001), por sua vez, resume em um único quadro *As escolas da teoria do desenvolvimento na América Latina*, relacionando os autores mais citados no debate sobre a *teoria da dependência* de acordo com cinco livros publicados entre 1989-90. Além disso, ainda diferencia tais autores entre as teorias da modernização, do estruturalismo e da dependência – esta última dividida entre reformistas, não marxistas, marxistas, neomarxistas. Ver: DOS SANTOS, Theotonio. *A teoria da dependência – balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2000. 175p.

período da transição democrática foi oposta à outra, atribuída à Marini e identificada, segundo Cardoso, com a “estagnação” do modelo “colonial-exportador”. “Naturalmente”, diz Cardoso, “para os autores que confundiram dependência com estagnação e desenvolvimento da periferia com renovação dos vínculos imperialistas tradicionais, o exemplo da industrialização brasileira é suficiente para por em xeque o castelo de cartas de um edifício teórico mal acabado” (Cardoso: 1988; 444).

De um lado, portanto, a *burguesia de Estado* e as potencialidades do desenvolvimento dependente fizeram parte de estudos sobre a origem e o futuro do Estado autoritário na década de 1970. De outro, desde a década anterior vinha sendo atribuído ao *imperialismo* um papel central no núcleo explicativo daquela conjuntura, sendo destacados no âmbito dos processos latino-americanos de “modernização conservadora” os traços da acelerada desnacionalização – e, por conseguinte, de integração com o capital internacional –, bem como da implantação de um crescente desnível entre o marco tecnológico e as necessidades de emprego para uma população em explosão demográfica (Marini: 1994 [1975]; 19).

A ênfase sobre o *imperialismo* atribuía um peso diferente às transformações inauguradas à época que, por meio do golpe de Estado, cerrara-se a porta ao avanço nacional-democrático, conduzindo-se o país pelo caminho do desenvolvimento dependente, “apoiado no capitalismo internacional e em um ajuste estratégico com o sistema de poder mundial” (Dos Santos: 2000; 34). A *dependência* estava fundada em uma divisão internacional de trabalho que permitia o desenvolvimento industrial de alguns países e limitava em outros, submetendo estes últimos à lógica de expansão do centro hegemônico mundial. Destaque-se o bloqueio do desenvolvimento das forças produtivas ou as condições de *superexploração* e da transferência de excedentes desde o Terceiro Mundo até os chamados países centrais. A “estrutura da dependência” foi dividida segundo suas formas históricas: 1, colonial, comercial-exportadora; 2, financeiro-industrial; 3, tecnológico-industrial (Dos Santos: 1994 [1978]; 95). A respeito desta última ganham relevância as consequências de relações comerciais baseadas no monopólio de mercado e na transferência de excedentes. Entre elas, superexploração da mão de obra, a qual se converte em limitação para o desenvolvimento de um mercado interno, das capacidades técnicas e culturais.

---

“Falamos de desenvolvimento combinado”, afirma Dos Santos, por ser a “combinação destas desigualdades e da transferência de recursos dos setores mais atrasados e dependentes [economicamente] aos mais adiantados e dominantes”. Isso, ainda segundo o autor, “explica essa desigualdade, a aprofunda e a transforma em um elemento necessário e estrutural desta economia mundial” (Dos Santos: 1994 [1978]; 110-111).

Também Marini, autor de *A dialética da dependência* (1973)<sup>81</sup>, enfatiza os limites impostos pela lógica do capitalismo internacional de forma que o “sistema misto de servidão e de trabalho assalariado que se estabelece no Brasil, com o desenvolvimento da economia de exportação para o mercado mundial, é uma das vias pelas quais a América Latina chega ao capitalismo”, diz Marini (Marini: 1973; 130). Em termos econômicos: “chamada a ser coadjuvante da acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho nos países [ditos] centrais, a América Latina teve que fazê-lo mediante uma acumulação fundada na superexploração do trabalhador” (Marini: 1973; 132). Marini conclui afirmando que nesta contradição está radicada a essência da dependência latino-americana.

\*\*\*

As perspectivas e distintas correntes teóricas aqui expostas certamente vão além do que pude expor nessa breve abordagem. Ainda assim, creio ter sido possível compor o cenário de perspectivas apresentadas para América Latina em geral, e para o Brasil em particular no período de abertura. Logo, é possível perceber a projeção de diferentes horizontes: a irreversibilidade do desenvolvimento dependente e a possibilidade de compatibilizá-lo com a democracia representativa; ou aquele delineado no sentido do socialismo, com a perspectiva imediata de enfrentamento do capitalismo dependente, de suas expressões monopólicas e interesses articulados com o capital internacional, mirando para além dos objetivos liberais de desestabilização e substituição das ditaduras por regimes democráticos (Dos Santos: 2000; 103).

Na América Latina do século XX, em diferentes momentos e níveis, soluções autoritárias, civis ou militares, serviram para forjar um equilíbrio entre grupos

---

<sup>81</sup> Marini, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia* (1973). In: América Latina, dependencia y globalización. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Antología y presentación Carlos Eduardo Martins. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008. A versão, em espanhol, citada neste trabalho foi capturada em 10 de setembro de 2009 no site: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/04dialectica2.pdf>

hegemônicos com interesses divergentes ou ainda para regular *pelo alto* o fluxo das demandas populares, intensificado em função da lógica de *superexploração* capitalista reproduzida localmente.

Durante a *abertura* brasileira, é preciso destacar manobras políticas em nome de um “consenso democrático” interclasses que – refletidas pelas opiniões impressas no jornal *O Globo* e na *Folha* – se sobrepuseram à visão mais crítica dos pilares inicialmente balizadores do golpe civil-militar.

O “milagre” da década de 1970 cobrou seu preço no decênio seguinte. Ainda que a avassaladora crise da dívida externa tenha evidenciado suas bases artificiais, a receita para os “desajustes” internos do capitalismo nos anos 80 foi ‘mais capitalismo’. A manutenção da “via brasileira” reatualizou a oposição autoritarismo *versus* liberalismo e encaminhava a análise, novamente, para uma falsa oposição: centralização *versus* descentralização (Neder: 1993; 1979). Deslocava-se o centro da questão para a diagnosticada macrocefalia estatal.

Com o esforço até aqui empenhado busquei expor perspectivas destoantes quanto ao par autoritarismo/modernização. Conectadas a projetos políticos e ideológicos que se hegemonizaram através das ditaduras militares latino-americanas, determinadas leituras acabaram convergindo para aspectos mais conservadores da abertura e transição democráticas, favorecendo a *conciliação* com importantes protagonistas da ditadura militar. Tais aspectos, não raro, estiveram impressos nos meios de comunicação, na forma cristalizada de um *liberalismo conservador*. Por isso, busco evidenciar como os proprietários da *grande imprensa*, à frente de destacados veículos de comunicação, se relacionaram com as demais forças políticas concorrentes, não apenas na qualidade de canais divulgadores de informação, mas como atores políticos empenhados em legitimarem-se como porta-vozes da chamada *opinião pública*.

## CAPÍTULO II - IMPRENSA E POLÍTICA NO BRASIL

Com este capítulo busco analisar política e ideologicamente a atuação da imprensa em geral e, em particular, dos dois jornais selecionados – *O Globo* e a *Folha de S. Paulo*. A ênfase inicialmente repousa sobre o caráter liberal da *grande imprensa* brasileira tendo em vista a “ideologia do *favor*” e sua relação com o conteúdo autoritário que marca a atuação política dos chamados *homens de imprensa*, à frente de suas empresas familiares. Assim, pretendo tratar da experiência da *grande imprensa* entre ‘laços de sangue’ e alianças de classe, especialmente na segunda metade do século XX. No intuito de valorizar uma perspectiva histórica, destaco a participação política dos donos de veículos jornalísticos na conjuntura do golpe civil-militar de 1964 e no período posterior da *liberalização* tutelada, iniciada em 1974. Nestes dois contextos observo que, em nome de valores liberais (“democráticos”), a *grande imprensa*, favorável à intervenção militar em meados de 60, redefine seus discursos e práticas no sentido de imprimir a própria visão hegemônica e ocupar novos espaços – inclusive como legítimo canal de expressão dos anseios democráticos da sociedade civil emergente.

## **Imprensa e liberalismo no Brasil: breve histórico d'O Globo e da Folha de S. Paulo**

“Aprendi a teoria das idéias e da razão pura.  
Especulei filósofos e até cheguei aos eruditos.  
Aos homens de grande saber.  
Achei que os eruditos nas suas altas  
abstrações se esqueciam das coisas  
simples da terra. Foi aí que encontrei Einstein”.

(*Soberania*, Manuel de Barros)

Como diz Adelmo Genro Filho, no capitalismo, o jornalismo é atravessado pela ideologia burguesa como uma fruta é passada por uma espada, ou seja, “de modo flagrante, evidente e doloroso”. Nem por isso, observa o autor, fruta seria sinônimo de espada (1987:112). Uma das principais questões que orienta a abordagem do presente trabalho é a forma pela qual a atividade da imprensa está historicamente integrada ao sistema capitalista, sendo marcada pelas transformações sócio-econômicas, políticas, culturais e psicológicas decorrentes de um novo ritmo de produção e comercialização. São considerados valores e ideias decorrentes da “aceleração do tempo” que, no século XIX, coroou o advento da “modernidade”.

Desse modo, a imprensa deve ser analisada sob o prisma dos princípios liberais que, em nível ideológico, foram progressivamente incorporados à realidade material brasileira através do pensamento ibero-americano. Como dito anteriormente, é indispensável que se adote em relação à imprensa liberal brasileira uma perspectiva destinada a perceber aquela incorporação ou acolhimento como um processo de acoplamento, em que “o liberalismo amalgamado ao favor provoca a sua racionalização, isentando-o dos compromissos conservadores e do arbítrio, pelo menos do ponto de vista ideológico” (Cerqueira Filho: 1993; 20).

A história da vinda da família real para o Brasil relatada por Laurentino Gomes no livro *1808* inclui uma passagem referente ao *Correio Brasiliense*, primeiro jornal brasileiro, embora fosse publicado em Londres, onde residia seu fundador, o jornalista Hipólito José da Costa. Maçom, processado pela Inquisição, é identificado como *English wig* pelo historiador norte-americano Roderick Barman em referência aos liberais que no Parlamento britânico defendiam os direitos individuais e a limitação dos poderes do rei. “Acreditava numa constituição equilibrada e justa, num Congresso forte, em liberdade de imprensa e religião, no respeito pelos direitos individuais” (Barman *apud* Gomes: 2007; 135). Gomes destaca que o mesmo jornalista defensor da liberdade



de expressão e de ideias liberais acabara “inaugurando o sistema de relações promíscuas entre imprensa e governo no Brasil ao estabelecer um acordo secreto por meio do qual D. João subsidiava a impressão do jornal de Hipólito com o objetivo de prevenir radicalizações nas opiniões expressas no jornal. O acordo, negociado pelo embaixador português em Londres, D. Domingos de Sousa Coutinho, constituía no pagamento de uma pensão anual em troca de críticas mais amenas ao governo de D João. Opositor da Independência brasileira, o jornal de Hipólito da Costa teve sua impressão suspensa em 1922 e o fundador foi nomeado por D. Pedro I como agente diplomático do Brasil em Londres, cargo que envolvia o pagamento de uma nova pensão pelos cofres públicos, observa Gomes<sup>82</sup>.

O registro, embora nos remeta a um contexto longínquo no tempo, ajuda a ilustrar o posicionamento de parte da imprensa no Brasil, tendo em vista a assimilação do ideário liberal pelas elites brasileiras. A conexão que proponho inicialmente neste capítulo deve conduzir à análise da chamada *grande imprensa* como o espaço através do qual são manifestos os chamados “compromissos conservadores do liberalismo” – a conciliação/tensão entre a *ideologia do favor* e o ideário liberal; entre o liberalismo enquanto filosofia e enquanto prática social concreta na sociedade brasileira (Cerqueira Filho: 1993; 23)

Em referência ao livro *Ao vencedor as batatas – forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro* (1977), de Roberto Schwarz, a ausência ou impropriedade do liberalismo na sociedade brasileira foi abordada por outros autores, com citações – algumas das quais contrárias – à ideia de que o pensamento liberal não encontraria uma expressão ajustada à formação social do Brasil, o que faria dele uma “idéia fora do lugar”<sup>83</sup>.

---

<sup>82</sup> GOMES, Laurentino. 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

<sup>83</sup> A abordagem em torno das *ideias fora do lugar* foi tema de alguns trabalhos posteriores ao de Schwarz. Em *Os arautos do liberalismo*, Maria Helena Capelato (1989) se dedica a analisar os mecanismos pelos quais, com base nos parâmetros do liberalismo, os representantes dos periódicos da imprensa paulista intervieram na vida política e social do país entre 1920 e 1945. A autora, crítica da abordagem de Schwarz, se aproxima daquela defendida por Maria Sylvania de Carvalho Franco para quem *As ideias estão no lugar* (in *Cadernos de Debate*) e não seria correto falar do liberalismo como ideologia desvinculada da realidade à qual se refere, uma vez que a ideologia liberal burguesa apareceria no processo constitutivo das relações de mercado às quais é inerente. Capelato observa que, mesmo sendo o liberalismo uma “ideia importada”, e a despeito dos novos prismas entre sua produção e reprodução em situações particulares, não há descompasso nem inadequação à realidade brasileira. Cerqueira Filho (1993) e Neder (1979) oferecem uma leitura alternativa, destacando o desacerto de

A expressão é referente a um sistema de forças em que a norma moderna vale e não vale, apontando, no Brasil, para a discrepância da mútua acomodação entre o mundo “moderno” e o “tradicional” (Rouanet: 1993). Em *Um mestre da periferia no capitalismo* (1991), Schwarz continua seu estudo acerca do estilo machadiano e das particularidades da sociedade brasileira, escravista e burguesa ao mesmo tempo. Vale ponderar que o enriquecimento de liberais europeus – como o Voltaire e Locke – e de norte-americanos com o tráfico negreiro indica que aquele ideário não estava, originalmente, na contramão da escravidão.

Schwarz desenvolve, por meio de sua análise da obra machadiana, a percepção da disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as idéias do liberalismo europeu, na medida em que “o lucro como prioridade subjetiva é comum às formas antiquadas do capital [nossa lavoura cafeeira] e às mais modernas [movidas a vapor ou explosão]”. Segundo o autor, “a liberdade do trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também; mas lá correspondiam às aparências, encobrendo o essencial – a exploração do trabalho” (Schwarz: 1977; 14-15). O efeito ilusório das ideias se repetia no Brasil, embora em sentido diverso, como o autor destaca em suas obras complementares – desde a ficção realista de José de Alencar à segunda fase de Machado de Assis.

A primeira parte do trabalho do autor se concentra na abordagem das formas pelas quais, através do *sintoma* de incoerências literárias, “a diferença apareceria involuntária e indesejadamente” presente no hiato e nas incongruências da figuração de um cotidiano – das relações familiares, especialmente – em que o molde europeu combinava-se à matéria local. Estava evidenciada a conciliação entre o clientelismo e a ideologia liberal. A partir dos meandros da narrativa machadiana o autor analisa as manifestações sociais pelas quais o *favor* é convertido em norma, mando e obediência. É através dele que os homens livres, não proprietários e sem salário, participam da riqueza social. Sob a mediação da religião, a ideologia familiar e paternalista convive numa dinâmica particular com “uma nostalgia subterrânea de satisfação individual completa” ao ponto que as contradições se acentuam,

---

tomar-se literalmente e não como metáfora a expressão em destaque. A expressão acabara, de acordo com o primeiro, sendo assimilada “como topos para o caráter imitativo da cultura brasileira” e em vista da “fundação não exitosa da ordem simbólica porque imitativa” (Cerqueira Filho: 1991; 24). Menos que tentar identificar a real intenção do autor, o que seria improdutivo, tomo as ideias de Schwarz como subsídios para reflexões necessárias a respeito da relação entre o liberalismo e a “ideologia do favor”, da qual o autor se ocupa em seu trabalho sobre a produção literária de Machado de Assis e sua análise sociológica.

sem que sejam expressas de fato como um antagonismo entre classes. Eis a *longa duração* da *Casa Grande* que figura irmanada com a *senzala*, numa metáfora convertida em simbologia do padrão de dominação das relações sociais. Daí, a barreira que Machado de Assis parece transpor com seu *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, obra analisada por Schwarz em *Um mestre na periferia do capitalismo*.

“Ao lado da norma liberal e com a presença tão sistematizada quanto a dela, há aqui [na história de Brás] uma ideologia familista, calcada na parentela de tipo brasileiro, com seu sistema de obrigações filiais e paternais abarcando escravos, dependentes, compadres, afilhados e aliados, além dos parentes. Esta ideologia empresta familiaridade e decoro patriarcal ao conúbio difícil de relações escravistas, clientelistas e burguesas. (...) À *condenação* liberal da sociedade brasileira, estridente e inócua, soma-se a sua *justificação* pela piedade do vínculo familiar, cuja hipocrisia é outra especialidade machadiana. (...) Fica clara, assim, a intenção de sintetizar um tipo representativo de classe dominante brasileira através das relações que lhe são peculiares” (Schwarz: 1991; 68).

Em análise que oferece a possibilidade de uma leitura complementar à da *impropriedade* (desajuste ou desconcerto) das ideias liberais, Neder (1979) retoma o contexto do século XIX observando no processo de transição do trabalho escravo ao assalariado, bem como na formulação de leis anti-escravistas e na ação dos movimentos abolicionistas as marcas da expansão do sistema capitalista atravessando a formação social brasileira. A ideia produzida em sociedades capitalistas centrais, quando assimilada, é ao mesmo tempo *imprópria* e *própria*, caracterizando simultaneamente um *desajuste* e um *ajuste* – ou, numa grafia alternativa, um “(des)ajuste”. A historiadora destaca mecanismos pelos quais, especialmente no caso brasileiro, a penetração do ideário liberal – ajustada conforme conveniências particulares – esteve vinculada amplamente aos hegemônicos interesses de classe dos proprietários rurais e dos grupos a eles vinculados. A autora lembra que, nos momentos de crise crônica da sociedade brasileira, quando o autoritarismo por si só não apresentara alternativas, o pensamento dominante buscou auxílio no liberalismo – o contrário também é válido. “Assim o foi na crise do regime monárquico e do escravismo, na redemocratização após a ditadura varguista, e o é no presente momento” (Neder: 1979; 12), defende a autora, referindo-se por último justamente à conjuntura da abertura democrática aqui enfatizada.

A leitura que faço a partir das contribuições citadas é a seguinte: o fato de o pensamento liberal ser considerado *impróprio* em relação à realidade material brasileira não quer dizer que ao mesmo tempo nosso liberalismo “para inglês ver” não

fosse também *próprio*, uma vez que aludia, através das marcas de impropriedade ou desajuste, às incongruências do próprio liberalismo e do sistema internacional capitalista ao qual estava atrelado. A visão do “(des)ajuste” aqui considerada não implica uma forma impura ou imperfeita de um modelo copiado. Ao contrário, note-se que o próprio liberalismo europeu estava originalmente vinculado a um padrão autoritário – e poderia dizer *dogmático*?<sup>84</sup> – que constituiu a matriz do pensamento político burguês<sup>85</sup>.

Assim, por um lado, denoto a filiação capitalista e liberal da imprensa em geral, e da *grande imprensa* brasileira em particular, que tem seus princípios mais caros sustentados no direito à propriedade e à liberdade de expressão. Por outro lado, busco apresentar limitações inerentes ao ideário liberal para concretização dessa liberdade. Especificamente, em função da *ideologia do favor*, cujas práticas sociais conectam a *ideologia da conciliação nacional* e da *cordialidade* à dominação e violência – especialmente em âmbito simbólico. Este estudo volta-se, portanto, para uma abordagem da imprensa sob a marca da tensão existente entre o *liberalismo* e o *favor*. Acredito que outra percepção circunscrita apenas em seu caráter liberal não daria conta de caracterizá-la dentro do espectro político e ideológico brasileiro, marcado justamente pelo encontro/confronto dos valores liberais com práticas tradicionais assentadas na *ideologia do favor*.

Como forma de situar melhor o referencial adotado torna-se necessário conhecer um pouco da trajetória dos jornais selecionados abrindo espaço para outros exemplos da *grande imprensa*. A densa contextualização histórica do posicionamento dos veículos

---

<sup>84</sup> Numa análise que ajuda a corroborar a ideia acima apresentada, Ricardo Borrmann aborda “permanências” de cunho religioso (tomistas ou agostinianas) arraigadas nos “novos” valores “científicos” da “civilização” anglo-saxã que – tendo fundamentado pensamentos nem sempre convergentes como o de Hobbes, Locke, Newton e Smith – desembocaram na construção das “instituições políticas liberais”, hoje tidas como “democracia”. Como uma ideia de *longa duração*, considera-se, desde São Tomás de Aquino até a obra de Adam Smith, a propagada *missão* de salvar/salvaguardar o *mercado perfeito* (a *indivisible hand*) como garantia de um *sistema de liberdade natural*. Neste complexo arranjo ideológico, prevaleceram, na verdade, as liberdades da comunidade de proprietários privados ingleses de dispor de suas riquezas individuais. O autor dedicara-se ao tema – aqui exposto de forma bastante simplificada – em dissertação de mestrado e oferece no artigo *Os fundamentos religiosos do ideal de mercado perfeito em Adam Smith (Revista Passagens, Rio de Janeiro: vol. 2 no.3, janeiro 2010, p. 113-129)* um recorte em torno de dogmas da “ciência moderna” fundamentados em noções e conceitos religiosos, especialmente da teologia medieval. Disponível em (acessado pela última vez em junho de 2010): <http://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v2n3a62010.pdf>

<sup>85</sup> Op. cit nota 6. Retomo aqui observações já feitas na Introdução deste trabalho, com base na leitura de CERQUEIRA FILHO, G. 2005. O autor cita em seu livro a análise comparativa entre Hobbes e Locke oferecida por Macpherson. Para mais, ver: MACPHERSON, C.B. Teoria política do individualismo possessivo de Hobbes até Locke. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 (Coleção Pensamento crítico, v.22).

servirá para demonstrar a realidade da nossa imprensa liberal, com seus avanços e recuos em relação à democracia e ao autoritarismo na segunda metade do século XX.

*Famílias e empresas: a grande imprensa entre laços de sangue e alianças de classe*

Dentre os trabalhos elaborados sobre a atuação da *grande imprensa* brasileira durante a ditadura militar, alguns se dedicaram a expor os diferentes caracteres da relação estabelecida com o regime de exceção (1964-1985): desde a acomodação, a passividade, o consentimento, negociação, cumplicidade, até a cooperação de fato, a conivência explícita e o chamado *colaboracionismo* (Kushnir, 2004; Smith, 2000; Duarte, 1987; Marconi, 1980; entre outros). Nestes trabalhos, bem como aqui, não são desconsiderados os aparatos repressivos elaborados e aprimorados pelo regime. Com a abertura multiplicavam-se os espaços para a denúncia dos arbítrios cometidos contra a liberdade de imprensa e os jornalistas, em nome da segurança nacional e dos “ideais revolucionários” – vale destacar as disparidades quanto à ofensiva do regime e o enfrentamento ou resistência da *grande imprensa* e da imprensa alternativa, (Aquino, 1999; Kucinski, 1991; Soares, 1989; Marconi, 1980; entre outros)<sup>86</sup>

No denso estudo realizado por René Armand Dreifuss, *Golpe de 1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*, em alguns trechos ganha ênfase a participação dos donos de grandes jornais no contexto pré-golpe ao longo da conspiração político-ideológica que resultou no regime militar em 1964. Defendo a ideia de que interesses de classe motivaram os proprietários da *grande imprensa* brasileira, assim como empresários representantes de diversos setores a apoiarem a intervenção projetada desde o alto escalão das forças armadas. Mais que isso, tendo a analisar essa ‘motivação autoritária’ na imprensa burguesa e liberal brasileira pelo mesmo prisma da *ambiguidade* inerente ao par liberalismo/*favor* característico da nossa formação social.

---

<sup>86</sup> Em *Um acordo forçado – O consentimento da imprensa à censura no Brasil*, Anne-Marie Smith lembra, em nota referente ao capítulo *Autocensura*, que tanto o *Jornal do Brasil* quando a *Folha de São Paulo* publicaram, respectivamente, em 18 de junho de 1978 e 5 de março de 1978, os *bilhetinhos da censura*. O *livro negro* destes e de outros jornais reuniam a compilação de centenas de *bilhetinhos*, notas que revelam a burocracia da censura, conforme observa Smith, através de breves ordens “sem qualquer base jurídica” que proibiam qualquer menção aos mais variados assuntos. Diz Smith: “Embora o papel comum ocultasse a autoridade de onde provinha a ordem, o policial uniformizado que o entrega da indicava com bastante clareza quem era ela” (p.141). A bibliografia utilizada por Smith e pelos demais autores citados oferece uma relação de trabalhos acadêmicos, reportagens e memórias produzidas acerca da censura e tortura contra a imprensa brasileira no período.

É verdade que a imprensa de forma mais geral ostentava uma pluralidade relativamente maior dentro do espectro político-ideológico dos anos 60, sendo um equívoco desconsiderar essa característica em contraste com as décadas seguintes. É também verdade que, para uma análise que pretenda englobar a *grande imprensa* como um todo, seria necessário atentar para importantes papéis desempenhados por outros jornais que não apenas os selecionados neste trabalho. Como exemplo, pode-se citar o protagonismo político e jornalístico da família Mesquita, à frente do tradicional *O Estado de S. Paulo*; do empresário Assis Chateaubriand, proprietário dos *Diários Associados*; ou ainda de Manuel Francisco Nascimento Brito, dono e diretor do *Jornal do Brasil* (em vias de extinção). Nas décadas de 50 e 60, tais jornais eram, ao mesmo tempo, símbolo e fonte do prestígio e poder político de seus donos. A referência àqueles e outros veículos de comunicação, bem como aos seus respectivos donos, contudo, possui papel complementar ao enfoque dado prioritariamente aos jornais *O Globo* e à *Folha de S. Paulo*.

Entre os aspectos relevantes para compreensão do comportamento da imprensa nas décadas seguintes àquele período de transição<sup>87</sup>, vale observar o que Dreifuss reconhece como uma fase de “transformismo” de grupos inteiros da burguesia – podendo-se incluir a *grande imprensa* – que teriam se transferido, entre 1961 e 1964, para o campo “modernizante-conservador militante”<sup>88</sup>. Esta teria sido a progressiva reação de um núcleo organizado do “bloco multinacional e associado”, nos termos empregados por Dreifuss, diante da crescente dificuldade em “se conter a massa popular dentro do sistema populista”.

Menos que uma simples atitude reativa ou decorrente de uma transformação de fato, convém considerar a adesão dos tais grupos da burguesia nacional à solução autoritária como a ação de uma classe cujo ideário liberal caracteriza-se especialmente pela *volubilidade* na incorporação de aspectos conservadores. Em outras palavras: ainda que a imprensa se propagasse desde os anos 50 como um *locus* do “paradigma da objetividade” – supostamente mais condizente com o fazer jornalístico moderno e, principalmente, com os princípios liberais que buscava espelhar –, aquela mesma imprensa era conduzida por

---

<sup>87</sup> Ver: ABREU, Alzira Alves; RAMOS, Plínio de Abreu (org.) [et. al.]. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996

<sup>88</sup> O uso da expressão “modernização conservadora” deve ser ponderado a partir das considerações em torno da “via prussiana” expostas no primeiro capítulo deste trabalho.

proprietários mais ou menos identificados com o “projeto moderno-conservador das oligarquias paulistas”. Este era um projeto autoritário por excelência e sustentado em parcerias com o capital internacional – modelo de capitalismo voltado para os vínculos com o mercado externo, resultando na exclusão das classes populares.

*O histórico da atuação política dos proprietários dos jornais*

Em 29 de julho de 1925, *O Globo* foi criado por Irineu Marinho, em sociedade com Herbert Moses (presidente da Associação Brasileira de Imprensa entre 1931 e 1964) e Justo de Moraes. De defensor das demandas populares, *O Globo* passou a desenvolver nos anos posteriores seu “conservadorismo pragmático”. Em determinados momentos optou por certa “equidistância entre as facções”, em outros assumiu explicitamente seu apoio aos “pólos mais conservadores do espectro político e ideológico” (Lattman-Weltman: 2003; p. 16). De 1931 e por todo o século XX, Roberto Marinho (1904 – 2003) herdou a empresa de seu pai, Irineu, e foi responsável por sua ampliação, criando uma cadeia de rádios e uma rede de televisão, a *Rede Globo*. Esta última fundada com a concessão do regime militar, em abril de 1965<sup>89</sup>.

Sintonizado inicialmente com o movimento tenentista, *O Globo* tendeu a se afastar dos tenentes e do presidente Getúlio Vargas (1930-1945; 1951-1954) em 1937, ao início do *Estado Novo*. Exercendo seu “pragmatismo” na defesa de “compromissos liberais permanentes”, *O Globo* no pós-guerra aproxima-se das teses da União Democrática Nacional (UDN): ortodoxia monetarista e da austeridade fiscal, oposição à intervenção estatal na economia e ao planejamento econômico (Lattman-Weltman: 2003; p. 17). Expressava-se, assim, a ideia de manter o país no caminho “natural” do

---

<sup>89</sup> A história da Rede Globo de televisão tem no dia 26 de maio de 1977 um marco na passagem de uma empresa com uma cúpula profissional para uma empresa familiar. Esse foi o dia da demissão de Walter Clark, passo definitivo para redivisão do poder interno. Em 1983, o primogênito Roberto Irineu chegaria à Rede Globo ocupando um cargo no alto escalão acima do daquele ocupado por José Bonifácio de O. Sobrinho (Boni), até então oficialmente responsável pela operação da Rede Globo. Outro fato marcante, ainda no processo de criação da empresa, foi o caso envolvendo o grupo estadunidense *Time-Life*. O apoio técnico e capital obtido para criação da rede de televisão, ainda nos anos 60, violava a legislação brasileira sobre participação de estrangeiros em grupos de comunicação. O acordo com a participação estrangeira foi resolvido em 69, após a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Mas a Globo já havia se destacado tecnicamente das outras emissoras brasileiras e alavancou seu predomínio por meio dos aportes de parceiros estrangeiros. Credenciava-se, dessa forma, perante os governos militares para ocupar a posição de vetor da “integração nacional”, verdadeira obsessão geopolítica do regime autoritário. Para mais detalhes da relação entre a Rede Globo e o regime militar, ver: MIGUEL, Luis Felipe. Política e mídia no Brasil: episódios da história recente. Brasília: Plano Editora, 2002. 137 p. (pp. 27-60)

mercado mundial e a constante oposição em relação ao que representou a política nacionalista e o trabalhismo varguista. Chegando aos anos 60 apoiando o udenismo, *O Globo* se opõe à posse de João Goulart – herdeiro político de Vargas – e concorda com a solução parlamentarista que saiu vitoriosa. Conhecendo, ainda que de maneira superficial e simplificada, a trajetória política do jornal na primeira metade do século XX, bem como tendo em vista o avanço da mobilização social em defesa de direitos sociais no contexto de polarização internacional dos anos 60, torna-se compreensível seu alinhamento político e ideológico com os setores golpistas de 1964 e com o regime repressivo militar instaurado naquele ano e consolidado nas duas décadas seguintes.

Se a história de *O Globo* expõe certa regularidade, em parte por ter tido praticamente um único dono ao longo de todo o século XX, a história da *Folha de S. Paulo* não o acompanha nesta característica. Não por acaso, a referência feita às *Folhas* já denota sua identidade editorial, relativamente, mais variada. O jornal foi criado, originalmente, com o nome de *Folha da Noite*, em 1921, por Olival Costa e um grupo de amigos. Assim como fizera *O Globo* à época, o jornal apoiou as revoltas militares no Rio de Janeiro e em São Paulo. O apoio, contudo, custou ao jornal a proibição de circular e acabou redundando na criação da *Folha da Tarde*. Em 1925, quando a *Folha da Noite* voltou a circular, foi criada a *Folha da Manhã*. Ao tratar da primeira fase do jornal (1921-31), Capelato e Mota observam que, como parte da doutrina positivista, a neutralização dos conflitos sociais e da luta de classes foi apoiada pelas *Folhas*. O mote era “minimizar tensões” (Capelato e Mota: 1981; p. 34).

No início dos anos 1930, numa posição reformista e já contra o movimento que conduzira Vargas ao poder, as *Folhas* passaram a ser editadas pela *Empresa Folha da Manhã S.A.* Sob a direção de um novo dono, Otaviano Alves de Lima, os jornais expressavam apoio aos interesses rurais do estado de São Paulo, em oposição a Getúlio e a seu crescente intervencionismo econômico (Lattman-Weltman: 2003; p. 346)

Ao fim do primeiro governo de Vargas teve começo, com Nabantino Ramos, uma nova fase em termos administrativos e de uma “nova visão empresarial” que marcou de maneira geral outros veículos imprensa brasileira. Na divisão de Capelato e Mota a fase seguinte do jornal paulista (1962-1981) será caracterizada pela passagem “da autonomia financeira à busca de um projeto político-cultural”. Já unificado sob o nome *Folha de S. Paulo* e sob a direção de Carlos Caldeira Filho e Octávio Frias de



Oliveira (1912-2007), o jornal apoiou “discretamente” o golpe militar (Lattman-Weltman: 2003). Autodefinida como “liberal e democrática”, a *Folha* lançou mão da ideologia do “jornal novo” associada à da “modernização”<sup>90</sup> (Capelato e Mota: 1981, p. 194). Os autores demarcam o contraste entre as cores do liberalismo proclamado pela *Folha* e o de outros considerados mais conservadores, embora igualmente autoproclamados liberais. Entre dois pontos extremos, defendem Capelato e Mota, o jornal paulista buscava se identificar com o caminho do meio; ou seja, um equilíbrio improvável entre o “populismo reformista” do tipo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o liberalismo oligárquico do tipo do Partido Social Democrata (PSD) ou da UDN.

Esse pretendido equilíbrio não impediu que Octavio Frias se associasse ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), assim como diversos jornalistas e outros proprietários de jornal. Através do estudo de Dreifuss também é possível conhecer com riqueza de detalhes o complexo formado pelo IPES e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), bem como os integrantes que deram forma e conteúdo à estrutura nacional direcionada à campanha ideológica burguesa “contra o governo nacional-reformista de João Goulart e contra o alinhamento de forças sociais que apoiavam a sua administração” (Dreifuss: 1981; 161). O complexo IPES-IBAD, segundo faz concluir a análise oferecida por Dreifuss, deve bastante de sua dimensão à participação dos *homens de imprensa* como parte da “elite orgânica” daquele complexo. O assalto à *opinião pública* dependera do acesso aos mais importantes jornais, rádios e televisões nacionais, entre os quais estão: a poderosa rede de veículos de comunicação dos *Diários Associados* que tinha como diretor-geral Edmundo Monteiro, líder do IPES; *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde*, pertencentes ao grupo Mesquita, ligado ao IPES e diretamente envolvido com o Grupo de Opinião Pública do instituto. Na relação de nomes e veículos oferecida por Dreifuss constam: ativistas ipesianos do *Jornal do Brasil*; *O Correio do Povo*, jornal rio-grandense; *O Globo*, das Organizações Globo do grupo Roberto Marinho, que controlava também a influente *Rádio Globo*, de alcance nacional. No Rio de Janeiro, o IPES contava ainda com a colaboração do jornal *Tribuna da Imprensa*, anti-janguista e propriedade de Carlos Lacerda. Fora do eixo Rio-São Paulo, o *Diário de*

---

<sup>90</sup> Neste primeiro semestre de 2010, a *Folha de São Paulo* ostentou a reforma gráfica do jornal como sendo a criação do “Jornal do Futuro”. Na propaganda veiculada em canais de rádio e TV, a atriz e colunista do jornal Fernanda Torres anuncia: “Enquanto discutiam o futuro do jornal, a Folha fez o jornal do futuro”. A mensagem evidencia a busca continuada do jornal por transmitir ao consumidor-leitor uma imagem de veículo vanguardista, moderno, à frente do próprio tempo, capaz de antecipar-se às mudanças.

*Pernambuco* abrigava a coluna “Periscópio”, de Pedro Malta, com várias “denúncias anticomunistas”, inclusive direcionadas ao governador Miguel Arraes.

O IPES, segundo Dreifuss, foi capaz de articular e canalizar o apoio de companhias internacionais de publicidade e propaganda, com o fim de garantir inúmeros espaços para veicular mensagens políticas e ideológicas contra o governo do presidente João Goulart e até mesmo implantando notícias alarmantes sobre a invasão comunista no país<sup>91</sup>. Além disso, o *Levantamento da Infiltração Comunista na Imprensa*, elaborado pelo líder ipesiano Nei Peixoto do Valle, expunha entre empresários, militares e demais “formuladores” de opinião aqueles jornalistas e intelectuais acusados por adotarem pontos de vista esquerdistas<sup>92</sup>.

Por outro lado, havia jornalistas vinculados e orientados pelo IPES para “engajar os jornais a que estavam ligados”, a fim de propiciarem a cobertura dos eventos e a necessária ressonância de mensagens de orientação ipesiana. Entre elas estavam objetivos e ideais da *Aliança para o Progresso*. Em nota, Dreifuss conta que, ao estreitar laços com elites político-empresariais dos EUA, o IPES organizaria empresas multinacionais e associadas para apoiar a edição especial d’*O Globo* de 28 de fevereiro de 1962 sobre o *Programa Aliança para o Progresso*. O cientista político observa que essa aproximação destinava-se, em última instância, a “encurrular e isolar o Executivo brasileiro” (Dreifuss: 1981; 264). Mais que simples indícios, essas informações

---

<sup>91</sup> Uma dessas notícias, sem atribuição de fonte ou indicação de pagamento, informava que a União Soviética impor a instalação de um Gabinete Comunista no Brasil, exercendo pressões internas e externas com esse fim. Em nota, Dreifuss destaca ainda uma curiosa referência feita em carta de João Batista Leopoldo Figueiredo por ocasião de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada para investigação de supostas atividades irregulares do complexo IPES-IBAD. Na carta, fazia-se menção à compra de espaço editorial em *O Globo* e ao apoio que seria conferido a um jornal de direita lançado em breve. Ver: DREIFUSS, René A., 1981; p. 262.

<sup>92</sup> Em trabalho anteriormente desenvolvido analisei a atuação jornalística e política de jornalistas militantes em partidos ou organizações da esquerda – armadas ou não. Por meio das memórias daqueles profissionais, foi possível identificar as lembranças, reconstruções de parte de uma geração que viveu experiências entre a militância e a profissão, dividida em alguns casos entre a clandestinidade da resistência ao regime militar, em defesa do comunismo, e o ofício jornalístico em jornais da *grande imprensa*, burguesa e liberal. Ou seja: em empresas capitalistas, cujos donos defendiam os “ideais da Revolução”, ainda que a insatisfação geral se intensificasse com o avanço repressivo. Se numericamente os casos analisados não foram mais significativos, por outro lado, possibilitam uma reflexão acerca da disputa cotidiana de orientações político-ideológicas mais diversas presentes na redação dos jornais (justamente num período de maior repressão política), bem como ajuda a esclarecer possíveis influências sócio-políticas da ampla rede de relações interpessoais estabelecidas desde o espaço de produção da notícia. *Entre a militância e a profissão: memórias de jornalistas sobre a produção da informação e a repressão durante o regime militar*. Monografia elaborada sob Orientação de Icleia Thiesen, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), 2006, 114p.

forneem uma base sólida para compreensão da ação política muitas vezes em conjunção com o próprio fazer jornalístico.

Vale lembrar que essa conjunção vai de encontro ao “paradigma da objetividade”<sup>93</sup> que influenciara a forma de apresentação da notícia e reforça no imaginário social a ideia do jornalismo como detentor de uma espécie de “missão”, com *status* de mediador social e protetor das instituições democráticas.

### **Das espontâneas conspirações ao “acordo forçado”**

“Se havia alguém inofensivo naquele tempo,  
era o envelhecido e desiludido Coronel  
Aurélio Buendía, que pouco a pouco foi perdendo  
todo o contato o contato com a realidade da nação.”  
(...)

“Não fale de política”, dizia o coronel.  
“O que nos interessa é vender peixinhos”

(*Cem anos de Solidão* – Gabriel García Márquez)

Em conjunturas como a enfatizada aqui, a questão da *memória* torna-se ainda mais importante, envolvendo disputas em âmbito político e ideológico pela prevalência de uma ou outra versão do passado. Diversos atores e grupos políticos concorrem na sociedade pela possibilidade de (re)escrever a história, mantendo ou impedindo a manutenção de “esquecimentos”, valorizando ou não determinados fatos, bem como

---

<sup>93</sup> O processo de construção da “objetividade jornalística” se destacou pela influência da imprensa norte-americana, pela superação da longa fase do “jornalismo literário” e por sua substituição pela “fase empresarial”. A carga opinativa dos textos, uma característica da imprensa francesa, perdeu espaço no noticiário em detrimento de um jornalismo que valorizasse a informação e a notícia, separando o comentário pessoal da transmissão objetiva dos fatos. De acordo com Lattman-Weltman (1996), a propaganda “objetividade jornalística” pode ser compreendida “como uma espécie de norma que implica num texto mais isento e sintético, que transmita a “informação”, o “fato”, ou “evento” de modo mais direto, que, enfim, estabeleça uma espécie de ponte imediata entre a fonte e o receptor da notícia” Caracterizada pela “mercantilização do trabalho intelectual” e participação ainda mais expressiva na receita dos jornais dos anunciantes, em especial do governo; a nova fase do jornalismo brasileiro é contemporânea da idéia do *desenvolvimentismo*. A partir do pós-guerra e em especial a partir dos anos 50, as mudanças significativas na estrutura produtiva do país, caracterizaram-se por uma maior diversificação da atividade industrial. Nelson Werneck Sodré aponta a revolução das técnicas da imprensa como o ponto de partida para a produção em massa que permitiu a redução do custo e a aceleração extraordinária da circulação. O autor descreve a interligação entre o desenvolvimento da imprensa e o sistema capitalista, ambos acompanhados pelo desenvolvimento das bases da produção em massa, pelo surto demográfico da população ocidental e sua concentração urbana, pela abertura aos novos mercados e pela importância conferida à propaganda. O autor destaca também o *anúncio* como um traço ostensivo das ligações entre a imprensa e as demais formas de produção de mercadorias. Ver, entre outros: Lattman-Weltman, F. Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”. Em: ABREU, Alzira Alves; RAMOS, Plínio de Abreu (org.) [et. al.]. A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996; e, para uma abordagem mais aprofundada, SODRÉ, Nelson Werneck. A história da imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

distribuindo ao sabor de interpretações hegemônicas os papéis de “heróis” e “bandidos”. A imprensa tem grande importância nesse processo de *(re)construção da memória*, inclusive no que tange seus próprios atos ou omissões.

No artigo de Schmitter anteriormente citado, o autor destaca a frustração de apoiadores do golpe que consideravam aquela a oportunidade histórica de deter o ‘estatismo’ (“*statism*”) reduzindo o papel e os recursos intervencionistas das instituições governamentais. Os editoriais d’*O Estado de São Paulo*, continua o autor, são um eloquente testemunho desse “liberalismo frustrado” (Schmitter: 1973; 191). Tomando como base a análise de Neder (1993), a observação do autor faz ecoar como núcleo explicativo da ditadura brasileira a tradicional oposição autoritarismo *versus* liberalismo, centralização *versus* descentralização. Ao priorizar o “prussianismo” em detrimento da expressão “modernização conservadora”, Neder escapa da dicotomia e destaca o fato de a ascensão da burguesia no Brasil ter se dado por uma via autoritária, não necessariamente oposta ao liberalismo. “Ou seja, liberalismo e autoritarismo constituem-se em “duas faces de uma mesma moeda”” (1993; 23).

No capítulo em que Dreifuss trata d’*A ação de classe da elite orgânica: o complexo IPES/IBAD e os outros militares* destaque-se o item dedicado aos *extremistas de direita*: “um grupo marginal, com posições fanáticas anticomunistas e antipopulistas, a favor da modernização industrial conservadora, um ponto que tinham em comum com a corrente central do movimento civil e militar anti-Goulart” (1981; 370). Entre os integrantes do grupo paulista, membros do IPES-São Paulo, estão Júlio de Mesquita Filho, então diretor do jornal *O Estado de São Paulo* e Luiz Carlos Mesquita<sup>94</sup>; e ainda o jornalista e homem de TV Flávio Cavalcanti e o jornalista Hélio Fernandes, diretor do jornal lacerdista *Tribuna da Imprensa*<sup>95</sup>.

---

<sup>94</sup> Luiz Carlos Mesquita era irmão de Julio Mesquita Neto e Ruy Mesquita, que sucederam o pai, Julio de Mesquita Filho, em 1969 à frente dos negócios da família. Além do OESP, com a expansão dos negócios, novos veículos foram sendo criados: a Rádio Eldorado foi fundada em 1954 e o Jornal da Tarde em 1966. Mais tarde, surgiram a Agência Estado (1970), a Oesp Mídia (1984), a Oesp Gráfica (1988), a AE Broadcast (1991) , bem como o portal [estadao.com.br](http://www.estadao.com.br) (2000).

Fonte: [http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100314/not\\_imp524029.0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100314/not_imp524029.0.php)

<sup>95</sup> Em nota, Dreifuss afirma que este jornal havia sido fundado, segundo registros da Polícia do Estado da Guanabara, com o apoio do *American and Foreign Power (Bond and Share Group)*, do qual o intelectual do IBAD Eugênio Gudín era diretor. Ver: DREIFUSS, R., 1981; p. 405 (nota 62). Posteriormente, a *Tribuna da Imprensa* seria um dos mais combativos jornais contra o regime militar, tendo se tornado o jornal diário a permanecer mais tempo sob *censura prévia*. Depois de ter passado pelas mãos de M. F. do Nascimento Brito, a *Tribuna* foi adquirida pelo jornalista Hélio Fernandes. Este se tornaria ferrenho crítico do regime militar, com quem romperia logo após a edição do primeiro Ato Institucional, ainda

Ao caracterizar o IPES, Dreifuss explica que aquele era “o núcleo de uma elite orgânica empresarial de grande visão, uma força-tarefa estrategicamente informada, agindo como vanguarda das classes dominantes” (1981; 185). A ação se dava através de Grupos de Estudos e Ação. Um desses grupos era o GOP, *Grupo de Opinião Pública*, cuja meta principal, segundo um de seus líderes era “conquistar a opinião pública”; ou ainda, “desenvolver a penetração ideológica, neutralizar a oposição, protelar a organização política das classes trabalhadoras industriais e impedir a consolidação da posição nacional-reformista dentro das Forças Armadas”. Tudo isso “através de intensa campanha de imprensa e mobilização das classes médias conduzidas pelo IPES pouco antes do golpe de 1964”. O *Grupo de Publicações/ Editorial* (GPE) estava operacionalmente ligado ao GOP. Uma das formas de ação estava voltada para publicação de livros “dentro do que o IPES considerava ser uma linha democrática moderna”, ou seja, “democracia” e empresa privada equiparadas, gerando assim benefícios sociais (Dreifuss: 1981; 193). O apoio de jornalistas de diferentes veículos era bastante expressivo.

Um exemplo interessante envolve o Primeiro Congresso Brasileiro para definição de Reformas de Base, onde ocorreria a apresentação de demandas empresariais visando uma “modernização conservadora”, bem como a expressão pública da oposição às reformas de cunho trabalhista. O Congresso, realizado na Faculdade de Direito de São Paulo, ocorreu em janeiro de 1963, com um público estimado em vinte e duas mil pessoas durante os sete dias de duração. Interessa destacar que, os jornais *Folha de São Paulo* e *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro, foram os responsáveis pela organização do Congresso, tendo este representado, na visão de Dreifuss, um esforço conjunto dos Grupos de Estudo e Doutrina do IPES-RJ e do IPES-SP (Dreifuss: 1981; 243).

A penetração ideológica se expandia para outros grupos sociais, sob o financiamento do IPES. As esferas de atuação alcançavam, por exemplo, o movimento de mulheres, via custeamento, organização e orientação política para grupos

---

durante o governo Castello Branco (Marconi: 1980). No dia seguinte à morte de Castello Branco, Fernandes fez circular na primeira página do jornal fortes críticas contra o primeiro mandatário do regime militar: “Com a morte de Castello Branco, a humanidade perdeu pouca coisa, ou melhor, não perdeu coisa alguma. Com o ex-Presidente, desapareceu um homem frio, impiedoso, vingativo, implacável, desumano, calculista, ressentido, cruel, frustrado, sem grandeza, sem nobreza, seco por dentro e por fora, com um coração que era um verdadeiro deserto do Saara”. Em reação ao editorial, o jornalista foi detido por 60 dias, o que não pôs fim a sua postura de enfrentamento ao regime militar (Fonte: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/pronunciamento/detTexto.asp?t=342265>).

conservadores católicos e de cunho familiar, dentre os quais se encontrava o *Movimento de Arregimentação Familiar* (MAF), liderado por Antonieta Pellegrini, irmã de Júlio Mesquita Filho. Dreifuss ainda registra que ativistas ipesianos ligados ao jornal trabalhavam como orientadores do MAF (Dreifuss: 1981; 295). Vale ressaltar que a primeira reunião do CAMDE realizou-se no auditório d’*O Globo*, no Rio. O autor observa que a importante organização, criada em 1962, esteve em evidência desde então, tanto no jornal como na rádio de mesmo dono.

Desde abril de 1963, em reunião realizada no apartamento de Júlio Mesquita Filho, com a presença do General Mourão Filho – um dos principais chefes da conspiração civil-militar –, o proprietário d’*OESP* ficara encarregado do grupo responsável por assuntos políticos e orientações ideológicas. O proprietário deveria manter apoio para os ativistas do golpe através da mídia (1981; 387). Já em 1964, a estratégia de mobilização da opinião pública contra o governo de João Goulart contava, em Minas Gerais, com a atuação providencial dos *Diários Associados*, cujo diretor-geral, em São Paulo, era Edmundo Monteiro, líder do IPES. Ganhavam ampla cobertura os comícios e marchas organizados pelo IPES-Belo Horizonte com a intensa participação das organizações de ativistas femininas de classe média. Facilitava bastante poder contar com o apoio de Chateaubriand, dono “do complexo de mídia mais poderoso de Minas Gerais”.

Por volta de 1974, Golbery teria dado a entender para Octávio Frias de Oliveira, proprietário da *Folha de S. Paulo*, que gostaria se houvesse um segundo diário de prestígio em São Paulo, a fim de contrabalancear o poder com o jornal da família Mesquita. Afinal, *OESP* havia sido antigetulista, constitucionalista em 1932, e ativo conspirador em 1964, mas não aceitara passivamente a *autocensura*<sup>96</sup> e em meados de 70 estava no auge. “*O Estado* era uma voz forte na cena política. A *Folha* pouco mais que um sussurro” (Conti: 1999; 317).

---

<sup>96</sup> Para Smith (2000), autocensura é uma expressão imprópria: “A autocensura é uma categoria da censura. Existe algo a dizer, você sabe disso mas não diz. Não é o silêncio da ignorância ou da falta de discernimento, e sim o da abstenção consciente. (...) A avaliação do elemento “auto” em autocensura tem a ver exatamente com a maneira como essa privação de liberdade é mascarada” (pp. 136;138). A autora destaca da terminologia da repressão a palavra “bilhetinho” para designar as proibições expedidas e apresentadas pela Política Federal entre 1968-78. O *tom informal* conferido merece destaque, bem como a incorporação do caráter legal inexistente, de forma que a palavra enfatizada também denota o *anonimato*. Este reforçado pela expressão “de ordem superior”, utilizada no início de cada “bilhetinho”.

Acrescento aqui válidas considerações sobre os parâmetros do liberalismo que, incorporado pelos dois diários paulistas citados acima, orientou a intervenção dos mesmos na vida política e social na primeira metade do século XX. A exemplo da ligação entre os demais jornais com produtores e comerciantes de café, como era o caso do proprietário das *Folhas* à época, os Mesquita também eram donos de fazendas de café. Contudo, conforme análise da autora, não se pautariam por interesses imediatistas, ocupando-se “em pensar os problemas do país de uma forma mais ampla e a longo prazo. Eles foram os principais articuladores do projeto liberal de oposição na década de 20” (1989; 58).

Objetivando analisar a ideologia e a prática política dos representantes da imprensa liberal paulista de oposição aos governos dos anos 20 e ao governo Vargas (1930-45), Capelato procura confrontar duas vertentes ideológicas – liberal e antiliberal. Além disso, a autora defende que o liberalismo é ao mesmo tempo democrático e autoritário (Capelato: 1989; 24). “Na essência”, diz a autora logo nas primeiras considerações, “o projeto liberal não se distingue do antiliberal: ambos fundamentam a dominação. Nesse sentido, concluo que os liberais são também autoritários”. Esta última frase aproxima a perspectiva adotada neste trabalho e a tese sustentada por Capelato.

Contudo, para a autora, a imprensa liberal fez uma *concessão* às medidas repressoras e antiliberais “para defender os próprios interesses e os da classe”. Daí um distanciamento com a análise aqui privilegiada. Apoiaram o “tirano”, arremata Capelato, e depois foram vítimas dele. “Diante dos perigos da “patuléia exaltada” (a expressão é do *OESP*), as *concessões* são consideradas legítimas. Em tal postura não há ambiguidade, pois esse é o limite da democracia liberal” (Capelato: 1989; 246). Menos que uma *concessão* creio que será mais adequado falarmos de um *acolhimento* às soluções de caráter autoritário pela imprensa liberal. A palavra *concessão* embute, a meu ver, um distanciamento em relação ao autoritarismo, transformando-o num *mal necessário*, ao qual a burguesia em geral – e a *grande imprensa*, em particular – se viu, em determinado momento, forçada a sucumbir como forma de defender suas propriedades, bem como demais valores inspirados no liberalismo *lockeano*. A pequena mudança de termos parece fazer significativa diferença para a compreensão daquilo que muda (e do que permanece) desde as *conspirações espontâneas* ao “acordo forçado” no

rumo da *liberalização* dos anos 70 orquestrada pelo governo Geisel (1974 – 1979). Vale lembrar que o abrandamento da censura em alguns veículos funcionou como um voto de confiança do regime, podendo ser suspenso ao menor sinal de abuso. Ganharam espaço no período as práticas de *autocensura*. A *liberdade de imprensa* seria, curiosamente, a defesa de Geisel contra a extrema direita que tentava se impor.

Em torno da censura prévia, como já foi dito anteriormente, um dos temas mais candentes é a *autocensura*. Em *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)* são postas duas posturas diametralmente opostas. De um lado, a declaração de M.F. Nascimento Brito, presidente da Associação Interamericana de Imprensa (SIP) e vice-presidente do *Jornal do Brasil* – à época um dos, senão o mais importante diário da imprensa carioca e brasileira. “Ninguém bota a cabeça de fora porque os perigos são grandes”, afirmou em edição do dia 27 de janeiro de 1971. De outro lado, anos depois, o proprietário da *Tribuna da Imprensa*, Hélio Fernandes, reconheceria em 22 de setembro de 1978 o “clima de intimidação”, que não era propício ao jornalismo. Mas adotava – por temperamento pessoal, talvez – uma postura mais agressiva ao dizer: “Se você resolve fazer um jornal, mesmo que o clima seja intimidativo, enquanto não botam a garrucha na sua garganta você é obrigado a gritar. Meu lema foi sempre esse”. Vale lembrar que, à frente do jornal que havia pertencido a Carlos Lacerda, Fernandes foi um dos que rendeu apoio aos golpistas de 1964. Posteriormente, veria a *Tribuna da Imprensa* sofrer política e financeiramente os impactos da censura prévia, imposta por cerca de 10 anos de forma ininterrupta.

Marconi destaca a partir das duas declarações a divergência quanto à postura dos donos de jornais em relação ao regime militar, porém, mais que isso, enfatiza o que viria a ser uma espécie de *liberalização seletiva* concedida pelo governo Geisel.

“Houve também censura prévia à revista *Veja* e aos jornais *O Estado de São Paulo* e *Jornal da Tarde*, mas só durante o tempo necessário para que os donos desses órgãos aceitassem se submeter ou a um acordo com as autoridades ou então a se livrar dos jornalistas que, pela ótica do poder, eram indesejáveis.” (Marconi: 1980; 60)

Segundo o autor, por uma questão de pragmatismo e mais por conveniência econômica do que convicção política, alguns órgãos acabaram não se indispondo com os poderosos “e passaram a acatar todos os desejos e caprichos transmitidos pela Polícia Federal [via informais *bilhetinhos* ou proibições telefônicas], com uma fidelidade que em outras circunstâncias seria invejável” (Marconi: 1980; p.61). Dada a sua importância



para uma visão mais ampla da *grande imprensa*, volto a tomar como exemplo o jornal da família Mesquita, buscando esclarecer os termos e limites do “acordo forçado” e da *liberalização seletiva*, características da conjuntura de *abertura* em âmbito jornalístico. A imposição da censura prévia em *OESP* durou desde 1972 até 1975. A primeira experiência com a censura prévia no regime militar ocorreu com a apreensão de exemplares dos dois jornais da família Mesquita – *OESP* e *Jornal da Tarde* – por ocasião do famoso editorial *Instituições em frangalhos*<sup>97</sup>, publicado no dia 13 de dezembro de 1968, dia da edição do Ato Institucional nº5. O editorial, sem dúvida um marco na história de *OESP*, foi o último escrito por Julio Mesquita Filho, que viria a falecer no ano seguinte.

Segundo Aquino, a reação através do editorial *Instituição em frangalhos* correspondia, na ótica do grupo que representava os interesses do proprietário do jornal, à legítima manifestação da sociedade civil ao abuso do poder por parte dos governantes, “pecado capital nos parâmetros de uma democracia liberal”. Tal abuso se dava, entre outras coisas, pela transgressão legal cometida pelo próprio Presidente da República ao pressionar a comissão de justiça da Câmara dos Deputados para conceder a licença de processar o deputado Márcio Moreira Alves; destaque-se a quebra de fidelidade partidária por parte da ARENA, a qual, sendo situacionista, votou contrariamente à indicação governamental (Aquino: 1999; 51).

Julio Mesquita Neto foi o sucessor do pai na direção do jornal *OESP*. Anos depois, a censura prévia foi instalada de fato na redação, com a presença da polícia armada de metralhadoras em volta do prédio. O estopim foi um telegrama enviado por Ruy Mesquita – irmão de Júlio Mesquita Neto – ao então Ministro da Justiça Alfredo Buzaid. Ao final, Ruy Mesquita escreveu:

“O Senhor Ministro, deixará de sê-lo um dia. Todos os que estão hoje no Poder dele baixarão e, então, Senhor Ministro, como aconteceu na Alemanha de Hitler, na Itália de Mussolini, ou na Rússia de Stalin, *o Brasil ficará sabendo a verdadeira história desse período em que a Revolução de 64 abandonou os rumos traçados pelo seu maior líder, o Marechal Castelo Branco*, para enveredar pelos rumos do caudilhismo militar que já está fora de moda, inclusive nas repúblicas hispano-americanas. Cheio de vergonha por ver meu País degradado a essa condição, subscrevo-me humilhado” (Mesquita *apud* Marconi: 1980; 65)<sup>98</sup>.

---

<sup>97</sup> *Instituições em frangalhos*, *OESP*, São Paulo, 13 de dez. 1968, p.3

<sup>98</sup> Ênfase minha em itálico.

O telegrama circulou através de milhares de cópias xerográficas. Em Porto Alegre, o *Correio do Povo* foi apreendido por publicá-lo. Segundo o jornalista ítalo-brasileiro Mino Carta, que trabalhou no *Jornal da Tarde*, a “esquerda brasileira a certa altura achou que *O Estado* era o seu órgão, era talhado para expor seus pensamentos”<sup>99</sup>. A censura prévia d’*OESP* foi suspensa em janeiro de 1975, ano em que o jornal completava seu centenário. Segundo Ruy Mesquita, havia uma “*espécie de acordo de cavalheiros entre o jornal e o governo*”. Assim, antes mesmo da suspensão da censura, permitia-se que o jornal justificasse ao público a não publicação de notícias, algo vetado para outros veículos. “Eles conosco têm uma condescendência especial, baseada na nossa atuação no tempo da conspiração revolucionária” (Mesquita, Ruy *apud* Marconi: 1980; 66).

Em *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil* Smith aborda um ponto delicado para a imprensa brasileira, já explícito no título do livro. Sendo a liberdade de imprensa uma das principais instituições democráticas, a censura torna-se o grande algoz da sociedade em geral em contextos autoritários. É interessante notar que, sem abandonar por um minuto sequer seu caráter repressivo, este algoz poderia ser “maleável” em determinados casos. Além de *OESP* e do *Jornal da Tarde*, *Veja* foi também recompensada com relativa liberdade em 1976. Compreende-se que ao cederem às pressões e desejos superiores, os donos dos veículos se habilitavam, na visão dos militares, para administrar a concessão com responsabilidade. No caso da revista, que estivera sob censura prévia algumas vezes, ministros do governo pressionavam pela demissão do diretor e fundador, Mino Carta<sup>100</sup>.

Veículos como o *Pasquim*, o semanário *Movimento*, *O São Paulo* e a *Tribuna da Imprensa* sofreriam por mais algum tempo os impactos políticos e, especialmente, econômicos da censura. Essa última, aliás, foi a primeira a receber a visita de censores, antes mesmo do AI-5 (Marconi: 1980; 80).

Em seu trabalho, Smith destaca o relato de Nascimento Brito, do *Jornal do Brasil*: “Nunca tivemos a plasticidade que certos donos de jornal têm”, diz Brito, o que,

---

<sup>99</sup> Depoimento de Mino Carta a Marconi (1980), 18 de set. 1978.

<sup>100</sup> Roberto era filho de Vitor Civita, dono da editora Abril e criador de *Veja*. De acordo com os padrões, Mino divergia da percepção e dos interesses em jogo, ao valorizar aspectos negativos do país, dando destaque às torturas e perseguições políticas na revista. Roberto Civita achava que o Brasil estava progredindo e se modernizando. Buscava expandir os negócios através de empréstimos no exterior. As transações dependiam, porém, de uma dose de boa vontade do governo, a fim de que os trâmites legais não encalhassem nas mesas de ministros (Conti: 1999; 371-2). Em abril de 1976, cedendo às pressões do então Ministro da Justiça Armando Falcão, o diretor foi demitido. Não tardou para que a revista fosse liberada da censura prévia.

segundo a autora, seria uma referência ao principal concorrente, *O Globo* (Smith: 2000; p. 172). Smith afirma que os proprietários de prestígio, de fato, podiam fazer uso de seus contatos na elite, vivendo momentos de “negociação e acomodação” nas batalhas contra a censura. Roberto Marinho e Armando Falcão, por exemplo, mantiveram durante determinado período laços pessoais estreitos, que depois seriam rompidos publicamente. Smith observa ainda que o peso desproporcional do Estado como cliente, tendo mais ou menos 30% das contas das agências de propaganda, abria espaços para abusos. Isso porque os jornais brasileiros dependiam de maneira especial da publicidade para suas receitas. Entre 1969 e 1973, segundo a autora, o *JB*, “que à época contava com bastante publicidade oficial”, aceitara as proibições nos termos do processo denominado “autocensura”. Com o início do governo Geisel em 1974 as proibições foram reduzidas, mas não o cerceamento da imprensa. Consta que a situação do *JB* modificara-se por volta de 1977-78, quando além das restrições na concessão da publicidade oficial, Nascimento Brito encontrava dificuldades para obter do governo a concessão para uma estação de TV: “Fazer televisão, hoje em dia, além de exigir muito dinheiro, implica em ter uma coluna curvada, bem flexível”, afirmara publicamente em 1977 o vice-presidente Executivo do *JB* (Brito *apud* Marconi: 1980; 131-2).

Os múltiplos relatos acerca da história da imprensa nesse período podem ser ilustrados como um cabo de guerra entre imprensa e Governo. Smith sugere que, mais que simples cerceamento, talvez Geisel houvesse sacrificado a liberdade de imprensa em algumas ocasiões como elemento de barganha, uma concessão ao *linha-dura* general Hugo Abreu para que este colaborasse em outras frentes da *liberalização*. O general, segundo a autora, manteve negociações rotineiras com o ex-supervisor do *JB*, Walder de Góes. Através do controle sobre a publicidade oficial controlava-se o jornal. Outros, como o *Correio da Manhã*, de Niomar Sodré Bittencourt, experimentaram em doses ainda mais elevadas esse ‘antídoto’ do regime.

Portanto, entre os variados graus de apoio ao regime ou de disposição para cooperar com ele Smith identifica alguns casos ou circunstâncias em que eles se deram. Destaque-se, entre outros: *apoio ponderado* daqueles que concordavam com a tese da ameaça comunista e aceitavam os meios do regime em função dos fins; *oportunismo pragmático* em nome de uma “consciência empresarial”; resistência na busca por *autonomia* ainda que *circunscrita*; *medo* da repressão estatal; *burocratização* da censura

incorporada à prática jornalística e a consequente *impotência; legitimidade* da censura “legalizada”; *vulnerabilidade das audiências estrangeiras e internas*. A última, segundo a explicação proposta pelo regime, sustentava-se na “vulnerabilidade do povo” ignorante, despreparado e atrasado culturalmente (Smith: 2000; p.191). Por isso, devia ser protegido contra a manipulação orquestrada pelos opositores do regime.

São muitos os exemplos na imprensa brasileira. Inúmeros casos e análises importantes para serem lembrados e desenvolvidos. Busquei até aqui enfatizar alguns de maior destaque e que contribuem para percepção do *fluxo e contra-fluxo da abertura no âmbito da liberdade de imprensa*, perpassados pela tensão/conciliação entre regime e imprensa. O entendimento desta como um dos valores mais caros à imprensa liberal permite compreender como a *abertura* ocorrera por dentro da imprensa, mais propriamente da *grande imprensa* burguesa. A relação entre *grande imprensa* e regime militar não necessariamente colocava-os em lados opostos na disputa político-ideológica. Se a imagem do cabo de guerra é oportuna para representar os termos do “acordo forçado” com os militares, pode-se dizer que em alguns momentos os donos dos jornais cederam, deixando de fazer força em sentido contrário. Noutros casos, ao tencionarem ao máximo, a corda arrebentou do lado mais fraco.

\*\*\*

Destaque-se a visão de Evandro Carlos de Andrade, jornalista responsável pela missão de “renacionalizar” *O Globo* na função de diretor do jornal a partir de 1971. Coube a ele fazer do jornal “novamente um interlocutor apto a intervir no debate nacional em igualdade de condições com os principais rivais” (Lattman-Weltman: 2003, p. 18). “Esse estado de revolução [a partir de 1922 até pelo menos 1988] significa o seguinte: sobreviveu quem teve mais tino político, a par da capacidade empresarial”, considera Andrade. Ele prossegue atribuindo à “capacidade de adaptação” d’*O Globo* seu sucesso em conseguir, ao contrário de outros<sup>101</sup>, resistir econômica e politicamente.

O “tino político” a que se referiu Andrade implicou mais numa convergência de valores, percepções e interesses que propriamente em destacada astúcia. Além disso, parece que o posicionamento de *O Globo* mesclava *apoio ponderado e oportunismo*

---

<sup>101</sup> Como exemplo, pode-se citar *O Diário Carioca* que fechou em 1965 e o *Diário de Notícias* que fechou em 1976. Ver: COTTA, Pery. Calandra: O sufoco da imprensa nos anos de chumbo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 e ANDRADE, Jeferson de. Um jornal assassinado: a última batalha do Correio da Manhã (em colaboração com Joel Silveira. Rio de Janeiro, José Olympio, 1991.)

*pragmático* em doses cuidadosamente medidas pelo patriarca da família Marinho, proprietário do jornal e homem influente. A exemplo do que ocorrera com o jornal da Empresa Folha da Manhã S/A, *O Globo* também passara por uma espécie de mudança: “De um vespertino, chapa branca, pró-ditadura e protetor dos poderosos, *O Globo* se tornou um matutino ágil, com espaço para todas as notícias e, ainda mais, opiniões diversificadas” (Conti: 1999; 161). O período em que se buscou mudar a imagem do jornal no sentido apontado coincidiu com o fim da ditadura, a transição para a democracia e a “longa transição do mando” sobre *O Globo* de Roberto Marinho para seu filho João Roberto.

No livro-reportagem *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*, o jornalista Mario Sergio Conti reúne histórias sobre os mais importantes veículos da imprensa brasileira, não apenas em torno do tema central (o ex-presidente), mas sobre a ação política de seus proprietários no passado. Em suas relações com governos, afirma o jornalista, Marinho tinha uma postura “reivindicante e cautelosa”. A primeira seria por conta de certa recusa do proprietário em ‘pagar tributo’ político apoiando indiscriminadamente os governos por possuir concessões de rádio e televisão. Estas seriam, na visão do proprietário de *O Globo*, nada mais que um direito, tendo em vista o *homem de imprensa* que se tornara. A segunda característica seria decorrente do temperamento dado a evitar rupturas e aberto para reconciliações com opositores. É uma tarefa mais complexa a de decifrar as motivações subjetivas do dono de jornal e ultrapassa as intenções aqui depositadas. Em todo caso, é fato que, junto com os negócios, cresceu também a influência política de Roberto Marinho. A expansão da *Rede Globo* cumpriu papel decisivo nesse processo, passando a integrar da verdadeira gigante da comunicação no Brasil<sup>102</sup>.

---

<sup>102</sup> Segundo Conti, em 1989, ano das primeiras eleições diretas para presidente da República, *O Globo* era o segundo jornal brasileiro de maior venda nos dias de semana, com 258 mil exemplares. Perdia apenas para a *Folha*, com seus 308 mil. Aos domingos, contudo, o jornal carioca vendia ainda mais que o paulista: 443 mil contra 382 mil (p.161). Talvez o retrato mais recente e aprofundado da comunicação na América Latina seja oferecido por Denis de Moraes no livro *A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios*. O autor lista as famílias que controlam parte expressiva dos meios de comunicação na América Latina, dentre as quais estão as brasileiras Marinho, Civita, Frias, Mesquita, Sirotsky, Saad e Sarney. Ele aponta que quatro maiores empresas de mídia e entretenimento da América Latina retêm 60% do faturamento total dos mercados e das audiências. São elas: *Globo*, do Brasil; *Televisa*, do México; *Cisneros*, da Venezuela; *Clarín*, na Argentina. Destaque-se que a *Globo*, sozinha, detém 54% da audiência da TV brasileira. Estes e outros dados apresentados pelo autor levam-no a uma conclusão sobre o cenário da comunicação social na América Latina e no Brasil em particular: “Um reduzido número de megagrupos controla, de maneira oligopólica, expressiva parcela da produção e da difusão de dados, sons e imagens, exercendo larga

Smith utiliza a ideia de “acatamento sem endosso” para referir-se à postura assumida por Marinho frente aos militares em determinadas situações. Uma delas está relacionada às imagens de bons profissionais adquirida pelos jornalistas comunistas, tendo em vista a pontualidade e disciplina, que eram características supostamente esperadas dos militantes de esquerda. A orientação ideológica dos jornalistas não era necessariamente um problema para o patrão, contanto que fossem evitadas maiores desavenças com o governo. Nesse sentido, Smith destaca os termos da contratação de um jornalista militante ex-membro da Dissidência Comunista e ex-presos político pelo jornal *O Globo*. Como a “cota de subversivos” do jornal já estava cheia, diz a autora, a recusa em assinar a carteira de trabalho do jornalista durou quatro anos, até o dia da Lei de Anistia (Smith: 2000; p. 165). A postura reivindicante, porém cautelosa do dono de *O Globo* parece, nesse exemplo, se coadunar com a expressão usada por Smith: acatava-se publicamente, buscando driblar e conciliar com interesses pessoais e profissionais as intervenções ostensivas do regime militar.

Há exemplos que demonstram, por outro lado, uma postura bastante intransigente com os adversários políticos do regime militar. Até meados de 70, os militares enfrentaram a resistência armada, cuja debilidade se fizera sentir, em grande parte, como decorrência da fragmentação das organizações e das limitações para sensibilização da sociedade no sentido de um enfrentamento direto. Aqueles que percorreram esse caminho foram automaticamente convertidos em inimigos da Nação, “subversivos”, o “outro” da sociedade; numa só palavra: *terroristas*. Em trabalho anterior, o jornalista e integrante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Álvaro Caldas, autor do livro *Tirando o capuz*, apresentou sua visão da postura, em certa medida conivente, que a *grande imprensa* assumira e que parte expressiva do noticiário reflete:

“Então a ditadura, através da imprensa, é preciso que se diga, ela contribuiu muito para essa deformação, para essa manipulação do sentimento popular, porque usando a imprensa - e a imprensa foi dócil nisso - ela nos transformou em terroristas ferozes, quer dizer, ela não nos tratava como presos políticos não, nós para o povo, para a imagem que ela passava através da imprensa, nós éramos terroristas. Cartazes foram fixados nas ruas, nos aeroportos, nas estações rodoviárias com fotos nossas, daquelas fotos 3x4 ampliadas, como se fossem bandidos mesmo, procurados, oferecendo recompensa e

---

*influência na conformação do imaginário social*”. Ver: MORAES, Denis de. A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009. 272p.

pedindo as pessoas que delatassem. Então, a ditadura construiu no imaginário popular uma imagem dos opositores dela...”<sup>103</sup>

Em *As manobras da informação - análise da cobertura da luta armada no Brasil*<sup>104</sup>, o jornalista e professor João Batista de Abreu (2000) analisa, numa terminologia policialesca, a presença de termos como “terrorista”, “subversivo” ou “baderneiros” em jornais da *grande imprensa*. São identificadas intenções político-ideológicas para a utilização, bem como os significados associados a tais termos. A referência a Marighela ou Lamarca como “chefe terrorista” e líder de “bando” (*O Globo*, 5 de novembro de 1969), transformando-os em criminosos comuns, ignorava “a inserção política dos guerrilheiros”, militantes, acentuando “seu comportamento desviante” (2000; 170). A partir da análise de outros casos, considera-se que “a maioria dos jornais encampava o discurso oficial, transcrevendo notas e assumindo como única a versão dos órgãos de segurança” (2000; 188). Os conceitos incorporados pelos jornais em relação à “guerrilha” e ao “terrorismo”, por diferentes razões (entre elas, rotinização da censura na produção jornalística), coincidiram muitas vezes com a versão oficial. No que concerne aos empresários de comunicação pode-se dizer que a eventual discordância quanto aos meios não significou necessariamente uma posição semelhante em relação aos fins. Daí que a percepção do *oportunismo pragmático* identificado por Smith parece útil para a compreensão da relação entre a *grande imprensa* e os governos militares.

Marconi afirma que a identidade entre os pontos de vista da imprensa e do governo não se ateve ao golpe de 1964. Como exemplo, observa o fato de a ruptura com o Chile em 1970 ter sido aplaudida pela *grande imprensa* por causa da ascensão à presidência do socialista Salvador Allende. As proibições da censura vetavam à *imprensa brasileira* a publicação de notícias “enaltecendo o Governo Allende”. Vale enfatizar ainda que o governo militar chileno reconheceu, posteriormente, os bons serviços prestados pelo *O Globo* concedendo ao diretor redator-chefe de jornal carioca, Roberto Marinho, a mais alta condecoração<sup>105</sup> (Marconi: 1980; 141).

---

<sup>103</sup> Entrevista realizada pela autora em 01/07/2004. Em: MUNIZ, M.L. de C. Entre a militância e a profissão: memórias de jornalistas sobre a produção da informação e a repressão durante o regime militar. Monografia elaborada sob Orientação de Icleia Thiesen, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2006, 114p.

<sup>104</sup> ABREU JR, J. B. . *As manobras da informação - análise da cobertura da luta armada no Brasil*. 1. ed. Niterói: EdUFF/Mauad, 2002. 272p

<sup>105</sup> *O Globo*, 8 de junho de 1977; p.2

Em pesquisa realizada anteriormente acerca da militância clandestina de jornalistas atuantes na *grande imprensa*, analisei a experiência do jornalista Flávio Tavares, um dos presos trocados pelo embaixador dos Estados Unidos, Charles Elbrick, seqüestrado em 1969. Sob o título *Quem é quem no terror*, a matéria do jornal *O Globo* a respeito do resgate apresentava uma descrição dos 15 presos que constavam na lista feita pelos seqüestradores, incluindo Tavares. Ao identificar o jornalista, *O Globo* destacara que este havia *confessado* em 1967 a sua participação no episódio de Uberlândia<sup>106</sup>. Contudo, em *Memórias do Esquecimento*<sup>107</sup>, as aspas acompanham o verbo “Confessei”, indicando a inadequação de seu uso. Num interrogatório que durou 72 horas consecutivas, Flávio conta que daquela vez só escapou da tortura porque sua prisão “criara um reboiço na Câmara dos Deputados, com a oposição protestando e o governo não sabendo dar explicações” (Tavares: 1999; p. 210).

Em contundente estudo, a historiadora Beatriz Kushnir abordou a experiência da *Folha da Tarde em Cães de guarda – jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. A autora dedica-se a analisar a história da transformação que teria havido no jornal do Grupo *Folha da Manhã* – o mesmo da *Folha de S. Paulo* – a partir de julho de 1969, com destaque à atuação de jornalistas conhecidos por suas atuações policiais. Através de entrevistas com jornalistas e censores, bem como da consulta aos jornais e demais fontes relativas ao período estudado, Kushnir constatara uma reformulação significativa na equipe que trabalhou no jornal a partir de outubro de 1967. Nomes como Jorge Miranda Jordão, Frei Betto (que assinava com seu nome, Carlos Alberto Libanio Christo), Raimundo Pereira, Thereza Cesário Alvim, entre outros, fizeram parte

---

<sup>106</sup> O GLOBO, ANO XLV - Nº 13293, Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1969, p. 9. Depois de ter sido preso em 1967, apontado como o mentor da “guerrilha de Uberlândia”, Flávio Freitas Hailliot Tavares foi reconhecido como sendo o misterioso “Dr. Falcão”, o mentor de uma ação “subversiva”. Segundo relato do entrevistado, embora tivesse sido amplamente divulgada pela imprensa, esta ação nunca existiu de fato. A declaração do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, o sentenciou à clandestinidade. Em agosto do ano seguinte, Tavares sofrera a terceira e mais brutal prisão. A partir de 1965, Flávio integrou o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), apoiando as mobilizações no sentido de criar um foco guerrilheiro. A sigla esteve relacionada com a “Guerrilha de Caparaó”, que não passou de uma seqüência de treinamentos militares realizados em Minas Gerais, onde, em março de 1967, os envolvidos foram presos e alguns acabaram exilados. A participação mais efetiva de Tavares em ações armadas ocorreria somente no Movimento de Ação Revolucionária (MAR). Em: MUNIZ, M.L. de C. Entre a militância e a profissão: memórias de jornalistas sobre a produção da informação e a repressão durante o regime militar. Monografia elaborada sob Orientação de Icleia Thiesen, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2006, 114p.

<sup>107</sup> TAVARES, F. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Ed. Globo, 1999



da primeira redação da *Folha da Tarde* – diferenciada pela autora através do nome “*Folha da Tarde* do logotipo vermelho”, numa alusão à expressiva presença de jornalistas que militavam diretamente ou se identificavam com a ideologia e luta das organizações de esquerda. Segundo Kushnir, tratava-se de um jornal renascido numa brecha ainda aberta em fins de 1967. A *Folha da Tarde* já havia existido entre 1949 e 1959, mas fora relançada com novo perfil, sendo considerada um “*locus* embrionário de um jornalismo contestador que a repressão fez sucumbir” (Kushnir: 2004; 234).

Claudio Abramo, importante nome do processo de transformação editorial que marcou a trajetória da *Folha de S. Paulo* ao longo da distensão democrática, relatou um “período negro” da repressão – entre 1969 e 1972 –, quando a *Folha* “não tinha condições de resistir às pressões do governo, e por isso não provocara”. Segundo o jornalista, nessa época se formou o “núcleo policial da Agência Folha, composto por remanescentes do grupo que estava na *Folha*” em 1965. “Esse pessoal mais tarde”, prossegue Abramo, “passaria para a *Folha da Tarde*, transformando-o no jornal mais sórdido do país” (Abramo *apud* Kushnir: 2004; 230). Kushnir, por sua vez, é categórica: “a *Folha da Tarde* tornou-se um exemplo claro de colaboracionismo de parte da imprensa com o poder autoritário no pós-AI5”. A afirmação se assenta na análise da cobertura jornalística daquele jornal, bem como da presença de jornalistas/censores e jornalistas/policiais após a referida reformulação da redação em detrimento de profissionais que eram ou tinham amigos próximos engajados politicamente. Isso fez com o jornal ficasse conhecido como sendo o de “maior tiragem”, numa referência não ao número de exemplares, mas à presença de policiais dos órgãos de informação da ditadura na redação<sup>108</sup>. Como um “bem maior”, a manutenção do jornal como instituição está entre as justificativas para a submissão ou, em alguns casos, flagrante alinhamento ao regime militar<sup>109</sup>.

---

<sup>108</sup> Em um dos trechos dedicados no *Notícias do Planalto...* ao histórico da *Folha*, Mario Sergio Conti afirma que Frias, o pai, se considerava em meio a uma guerra à época da “dominação da *Folha da Tarde* pelos terroristas de direita”. Sob ameaças de “terroristas”, seu filho, à época com 14 anos, chegara a aprender a usar armas num curso de tiro na Delegacia de Ordem Política e Social (Deops). Frias Filho, segundo Conti, ouvira anos depois na universidade relatos sobre o envolvimento da empresa da família com os órgãos de repressão política, inclusive sobre o uso de caminhonetes na caça e transporte de esquerdistas. O pai, questionado pelo filho, teria respondido: “Se aconteceu, foi à minha revelia”. E ainda: “Nunca me pediram isso” (Conti: 1999; 306-7).

<sup>109</sup> Entre os exemplos emblemáticos de como a cobertura jornalística esteve a serviço da versão oficial, estão aqueles de “morte anunciada” ou “legalização” das mortes sob tortura. O primeiro diz respeito à publicação da notícia sobre a morte de Joaquim Seixas, preso com seu filho Ivan Seixas em 16 de abril de 1971. Ambos pertenciam ao grupo MRT – militância operária, atuante na Grande S. Paulo e vinculado à

Até 16 de janeiro de 1974, a *Folha* ainda utilizava a palavra “Revolução” para designar o que depois seria denominado como o “Movimento de 1964”. Na análise de Capelato e Mota, embora fechasse com Geisel e seu projeto de distensão, a mudança terminológica prenunciava a intenção de um distanciamento do regime. Uma nova demarcação dos horizontes ideológicos do jornal sucederia um difícil período em que a *Folha* colecionava opositores à esquerda e à direita.

Considerado um dos principais elementos de resistência na fase mais áspera, o jornalista Claudio Abramo foi o grande responsável pelas mudanças editoriais que ganhavam mais força dentro do jornal à medida que, do lado de fora, avançavam os movimentos de oposição ao regime autoritário. Antes da *Folha*, Abramo já havia passado pelo jornal *OESP* de onde se demitiu em 1963, por conta da radicalização da luta política, da divisão em alas de esquerda e direita e do alinhamento dos Mesquita com os militares golpistas (Conti: 1999; 315). Abramo é descrito como o homem que se debatera entre suas convicções de esquerda anti-stalinistas e a prática profissional de prestação de serviços a jornais da *grande imprensa*. “Viveu e se consumiu nessa contradição como talvez nenhum outro jornalista da época, alternando períodos de pragmatismo com outros de revolta e ressentimento”, descreveu Sergio Conti. Em 1965, Abramo foi nomeado chefe de produção do jornal e, dois anos depois, secretário geral. Afastado da direção durante o governo Médici, Abramo foi mantido na *Folha* como colaborador.

---

Frente Armada (ALN, VPR, MR-8, PCBR) – e estavam *cobrindo um ponto*, ou seja, estavam em determinado lugar aguardando um companheiro de militância, quando *caíram*. Ivan relatou em entrevista à historiadora que, no dia 17, vira de dentro de uma viatura policial a manchete da *Folha da Tarde* noticiando a morte de seu pai, o qual ainda encontrara vivo naquele dia ao retornar ao prédio da Oban (sigla para Operação Bandeirante), na rua Tutóia, em São Paulo. Segundo o relato indica, a ‘antecipação da morte’ em um dia na página do jornal reforçava a versão oficial da morte de Joaquim Seixas. Ivan ainda contou que ele e o pai sofreram sessões de tortura e depois ele fora levado por policiais para rodar pela cidade. “‘Roque’ [Joaquim] reagiu violentamente à ordem de prisão e morreu na troca de tiros com os policiais”, anunciara o jornal vespertino em 17/4/1971 numa versão que destoa daquela apresentada por Ivan e de outra presente no próprio material do Deops paulista. A versão do Deops e aquela veiculada pelo jornal se cruzavam num ponto: atribuía-se a Joaquim a autoria do assassinato do industrial Henning Boilsen. Kushnir afirma que a interligação dos fatos ocorridos, prisão de pai e filho e assassinato do industrial, também ocorreu em *O Globo* na manchete “TERROR METRALHA INDUSTRIAL PELAS COSTAS EM SÃO PAULO”. O *JB*, por sua vez, publicara em editorial: “A opinião pública exprime a sua repulsa a esse jogo de violência e, conseqüentemente, apóia as autoridades que tratam de coibir a sanha homicida de fanáticos que, em nome de uma pretensa e caricata justiça, assalta, rouba e mata.” Ivan Seixas chegou a cumprir pena de seis meses num presídio de segurança máxima sem nunca ter sido condenado formalmente e foi solto aos 22 anos, em 1976 (Kushnir: 2004; 287-300).

Em entrevista a Paolo Marconi, Abramo afirmara que “muito do que se fez de censura, de pressão, de chantagem ideológica se deve ao fato desta intimidade que se estabeleceu entre certas áreas jornalísticas e o centro de poder”. Para o jornalista, não havia qualquer motivo para estranheza no fato de as empresas jornalísticas aceitarem as pressões do governo: “os donos dos jornais”, defendia o jornalista, “pertencem a uma classe social definida que estão ou tem estado até agora protegidos pelo Sistema. Então eu acho normal” (*apud* Marconi: 1980; 178). No livro *As regras do jogo*, Cláudio Abramo conta sobre o dia em que, às vésperas do golpe, foi chamado por Jango na Granja do Torto. Ao receber o convite do então presidente João Goulart, o jornalista afirma ter mantido uma postura em defesa do estabelecimento de uma série de medidas – todas legais, sublinha ele – em relação aos jornais e emissoras de TV. As medidas colocariam 99% da imprensa sob controle do governo, recorda o jornalista.

“Essencialmente, tratava-se de cobrar à vista as dívidas dos jornais no Banco do Brasil e ao mesmo tempo retirar a subvenção do dólar, de que eles desfrutavam para importar papel. Com isso, só agüentariam o Estado e o Jornal do Brasil. Eu conhecia a situação dos jornais... Naquela conversa com Jango não estava o jornalista, mas o sujeito que queria impedir o golpe” (Abramo: 1989, p. 84).

No mesmo livro, uma declaração do jornalista evidencia as diferenças que viriam a emergir no espaço da redação com a transição democrática: “Como havia censura prévia durante o regime militar, para muitos jornalistas ingênuos ficou a impressão de que eles e o patrão tinham o mesmo interesse em combater a censura”, observara o profissional da imprensa e exímio ‘jogador’. Mais tarde, a abertura política faria transparecer as diferenças de opinião entre as duas pontas de uma mesma linha de produção. Em sua observação sobre a função do editorial nos jornais da *grande imprensa*, Cláudio Abramo afirmara que o editorial se dirige a uma parcela mínima da população, a uma parcela da elite. Para ele, este era “o meio mecânico de interlocução entre o jornal e o poder, entre o jornal e setores da sociedade” (Abramo: 1989, p. 118).

Simbolicamente, um jornalista da classe média e um operário, ainda que involuntariamente, ajudariam a por em xeque o aparato repressivo da ditadura e, certamente, tiveram papéis significativos no processo de *abertura* que entrava pelas portas das redações dos jornais. Em 31 de outubro de 1975, chegava a 8 mil o número de pessoas presentes ao ato ecumênico realizado na Catedral da Sé a pedido do Sindicato dos Jornalistas e da família de Wladimir Herzog, vítima de tortura no DOI-

CODI de São Paulo. A celebração foi realizada por Dom Evaristo Arns e pelo Rabino Henry Sobel, com mais de duas dezenas de sacerdotes de outras Igrejas. Cerca de 800 policiais armados bloqueavam os acessos à Catedral<sup>110</sup>. A morte de Herzog foi sem dúvida um dos momentos-chaves de luta contra a chamada linha-dura e contra o próprio regime militar. Segmentos específicos das elites empresariais e intelectuais, a citar órgãos da grande imprensa (brasileira e internacional), intensificaram as críticas ao aparato repressivo militar. Em circunstâncias semelhantes, e também provocando grande indignação entre setores da sociedade civil, a morte do operário Manuel Fiel Filho em janeiro de 1976 resultou no afastamento do general Ednardo D'Ávila Melo, comandante do II Exército<sup>111</sup>.

Aqueles acontecimentos tiveram influência sobre as mudanças que marcariam a história da *Folha* desde meados de 70. Ainda em 1974, o tom pragmático da *Folha* podia ser percebido no elogio irrestrito a Delfim Neto (Ministro da Fazenda entre 1967 e 1974), considerado um técnico que conquistara a qualidade de “estadista”, e na ausência de referências ao custo social do “milagre”. A *Folha* se valeu em princípio de expressões como “pragmatismo responsável” ou “realismo prudente” para resguardar determinados limites na adoção de uma linha mais crítica. No ano seguinte, contudo, já se percebe em editorial as pistas da nova linha: “O Estado não é um fim em si mesmo, porém é um meio de realizar o bem-estar da população que o integra” (Capelato e Mota: 1981; p. 231). Convém lembrar que não havia um censor *in loco* na redação, o que aumentava a responsabilidade da empresa em caso de eventual transgressão.

Desde a posse do presidente Geisel até o episódio *Diáféria* – grande crise que ocorreu na *Folha* em setembro de 1977 – o jornal passou por uma “fermentação crítica”. Somado ao impacto do caso *Herzog*, a reação do regime à crônica “Herói. Morto.

---

<sup>110</sup> Fonte: Jornal da ABI, Órgão Oficial da Associação Brasileira de Imprensa, novembro/dezembro de 2005 – número 303 B. Suplemento Especial - *Vlado, 30 anos*.

<sup>111</sup> A demissão de D'Ávila Melo, ordenada diretamente pelo presidente Geisel numa tentativa de recuperar seu poder perante a corporação e a sociedade, não freou por completo as ações repressivas. Ainda em 1976, ocorreu o Massacre da Lapa, quando militantes dirigentes do PCdoB foram mortos em ação policial militar. As chamadas *mortes em combate* não sofreram represálias. No mesmo ano, uma primeira bomba explodiu na sede da ABI (Associação Brasileira de Imprensa) no Rio de Janeiro, e outra foi encontrada na OAB. Ambas eram “instituições civis de caráter oposicionista” que passaram a estar na mira da extrema-direita (Silva: 2003; p. 266). Em agosto de 1980 uma nova bomba explodiu na OAB, matando a funcionária Lyda Monteiro. E em 30 de abril de 1981 o frustrado atentado do Rio Centro se tornou um dos episódios que marcaria a decadência do regime militar.

Nós”<sup>112</sup>, de Lourenço Diaféria, seria parte do fermento que fez crescer o bolo das mudanças no perfil do jornal. O texto, publicado na Semana da Pátria e considerado ofensivo às Forças Armadas, levou à prisão do cronista. Com a publicação de um espaço em branco no lugar da coluna, a pressão de Brasília aumentou ainda mais e a *Folha* foi ameaçada com o fechamento por um mês. Diante disso, Octávio Frias retirou seu nome do expediente de todos os periódicos da empresa, afastou-se formalmente da presidência do jornal e suspendeu os editoriais e alguns artigos (Capelato e Mota: 1981; p. 236). Decidiu-se ainda afastar Claudio Abramo do cargo de editor-responsável. O jornalista Boris Casoy o substituiu, permanecendo na direção da redação até 1984, quando esta é assumida por Otávio Frias Filho. A partir de 1974, registra-se sua crescente participação, secretário do Conselho Editorial desde 1978 e defensor de um “liberalismo democrático”.

Ainda em 1974, Abramo foi a um seminário sobre a imprensa brasileira na Universidade Stanford, na Califórnia. Frias Filho o acompanhou. Das conversas em Stanford e do encontro dos dois com Frias de Oliveira em Nova York surgiram ideias para reformulação da *Folha* (Conti: 1999; 318-9).

Capelato e Mota distinguem três fases distintas da empresa: numa primeira etapa da sociedade Frias/Caldeira, entre 1962-1967, reorganização financeiro-administrativa e tecnológica; entre 1968-74, “revolução tecnológica”; e entre 1974-81, projeto político-cultural. Em alguns casos, o crédito de “transformador editorial” da *Folha* é dado a José Reis, que trabalhava no jornal desde 1948. Contudo, é inegável a influência de Abramo. Mota e Capelato o identificam como responsável pelo reforço ao caráter opinativo, bem como por atrair para o jornal algumas personalidades: Paulo Francis, Alberto Dines, Perseu Abramo, Osvaldo Peralva, Mino Carta, Pimenta Neves, A. Gambirasio, Luiz Alberto Bahia e Tarso de Castro (1981; 233). Conti, por sua vez, afirma que a criação fora atribuída por Octávio Frias a seu filho, e vice-versa.

---

<sup>112</sup> Eis um trecho da crônica: “Todavia eu digo com todas as letras: prefiro esse sargento herói ao duque de Caxias. O duque de Caxias é um homem a cavalo reduzido a uma estátua. Aquela espada que o duque ergue ao ar aqui na Praça Princesa Isabel — onde se reúnem os ciganos e as pombas do entardecer — oxidou-se no coração do povo. O povo está cansado de espadas e de cavalos. O povo urina nos heróis de pedestal. Ao povo desgosta o herói de bronze, irretocável e irretoquível, como as enfadonhas lições repetidas por cansadas professoras que não acreditam no que mandam decorar” - DIAFÉRIA, Lourenço. “Herói. Morto. Nós.” Folha de S. Paulo, 01 de setembro de 1977.

Fonte: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos\\_cruciais-02a.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02a.shtml)

Com o processo de distensão controlada, ganhavam fôlego contra a ditadura instituições como a Comissão de Justiça e Paz; a Ordem dos Advogados do Brasil de Raymundo Faoro; a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com nomes como D. Paulo e D. Ivo Lorscheiter; a Associação de Advogados de São Paulo, sobretudo na gestão de Miguel Reale Junior; entre outras (1981; p. 233). A seção *Tendências/Debates* – inovação até hoje mantida na *Página Três* – reforçara naquele contexto a estratégia de ampliação do espectro de opiniões da “nova sociedade civil”.

Entre os nomes impressos na *Página Três* estavam o do economista Bresser Pereira; mais à esquerda, Almino Affonso; o jurista Dalmo de Abreu Dallari, que foi presidente da Pontifícia Comissão Justiça e Paz; o ex-ministro Severo F. Gomes; Plínio Correia de Oliveira, da *Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade*; *Fernando Henrique Cardoso*; *Plínio de Arruda Sampaio*; *Gilberto Freyre etc.* A lista é muito maior, abrangendo novas frentes de pensamento da época representadas, entre outros, por *Marilena Chauí*, *Francisco Weffort* e *Lula. Mota e Capelato consideram que, tal é a variedade das correntes presentes na Página Três que, para uma futura história das ideologias no Brasil, valeria dispor das opiniões, estudos e críticas publicados na seção.* Esses autores, que contam a *História da Folha de S.Paulo (1921-1981)*, observam que o jornal transitou desde especulações distencionistas até uma discussão sistemática da formulação de uma nova ordem democrática, em 1980. A preferência pela posição de centro, que identificará o jornal como sendo de “frente ampla”, se expressava em termos partidários pela oscilação entre a esquerda do Partido Popular (PP) de Tancredo Neves, logo após o fim do bipartidarismo em 1979, e a direita do Partido dos Trabalhadores (PT) de Luíz Inácio da Silva, o Lula – líder sindical que se destacava em fins de 70 nos movimentos grevistas em São Paulo (1981; 235), conquistando a simpatia não só das bases populares, mas de intelectuais e jornalistas da classe média.

Dentre as etapas da história da *Folha* identificadas acima, pode-se considerar que a última estendeu-se até 1984. Portanto, ao longo de dez anos uma nova política editorial foi sendo moldada. Após o período que Mota e Capelato denominam “fermentação crítica” (1974-7), 1978 é marcado pela criação do Conselho Editorial e pelo seu *Levantamento de Pontos Indicativos de Posição Editorial e Avaliação Sintética*

*do Momento Político*. O documento é considerado “extremamente significativo, por traduzir a percepção da subordinação da “Folha de S. Paulo” ao sistema capitalista”; por oferecer “uma visão explícita da História do Brasil e a crítica ao regime autoritário, entendido como expressão política do capitalismo concentracionista” (1981; 239). No referido documento, àquela época reservado, registrava-se a tônica da primeira reunião do Conselho Editorial: “a preocupação com referência a uma definição clara e metódica da tendência política e ideológica da *Folha*”.

No trecho que tratava da *Avaliação do momento*, o Conselho observara que “a sociedade civil brasileira é muito bem organizada desde um certo nível de renda para cima”, sendo nas camadas médias da população onde ocorria a ampliação inicial do espaço público. Quase ao final do documento, destaca-se a “virada do descontentamento das camadas médias da população” desde as eleições de 1974, bem como a ocorrência de novos fatos políticos provocados “não pelo calendário institucional, mas por iniciativa da sociedade civil (manifestações de estudantes, advogados, jornalistas, padres, bispos e até cientistas)”. Tendo em vista exemplos de participação e mobilização, o documento registra que o setor avançado das camadas superiores dos empresários liberais demonstrara sua insatisfação no ano anterior. “Primeiro, descontentamentos de ordem material que depois são formulados de forma mais sofisticada e com conteúdo político”. Em seguida, afirma-se que “o próprio setor avançado das camadas subalternas da sociedade” havia começado a se mobilizar naquele ano. Entre parênteses são citadas as greves em São Paulo e no ABC.

O manifesto dos empresários – Em 1978, a Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base (ABIDB), aliada do regime militar desde seu início, não conseguiu consolidar uma política industrial voltada para os bens de capital em aliança com o governo. Divulgara naquele mesmo ano o *Manifesto dos Oito* – um documento assinado por importantes empresários<sup>113</sup> em oposição à

---

<sup>113</sup> Assinaram o documento: Antonio Hermínio de Moraes, Cláudio Bardella, Jorge Gerdau, José Mindlin, Laerte Setúbal Filho, Paulo Velhinho, Paulo Villares e Severo Fagundes Neto. Em sua maioria, representantes do setor de bens de capital. Segundo Carlos Lessa, o manifesto seria a mais precisa crítica político-econômica do empresariado contra a administração Geisel. Vários fabricantes produzindo os mesmos tipos de equipamentos, ausência de uma reserva de mercado para os produtos nacionais, concorrência com empresas multinacionais acarretando uma desnacionalização do setor; enfim, estas e outras expectativas frustradas fizeram com que o II PND perdesse apoio de seu maior aliado. Fonte: MOTTA BRANDÃO, Rafael Vaz da. A ABDIB e a Política Industrial no Governo Geisel Em: (artigo apresentado no XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007):

<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Rafael%20V%20M%20Brand%E3o.pdf>

política econômica do governo Geisel. O documento seria interpretado<sup>114</sup> como a ruptura de uma aliança autoritária estabelecida em função do medo do comunismo.

Tendo em vista a sensível retração do movimento operário e sindical brasileiro nos chamados *anos de chumbo*, e sob a perspectiva das relações entre o Estado brasileiro e o empresariado, é possível afirmar que a parceria entre este último e o regime produziu efeitos disciplinadores, deixando poucos espaços de manobra diante do arrocho salarial, do silêncio e da repressão – custos sociais do dito “milagre”. Em pesquisa<sup>115</sup> realizada com 132 empresários paulistas, constatou-se que 82,3% daqueles que iniciaram seus negócios antes de 1964 apoiaram o golpe. Consta ainda que estes empresários viriam, nos anos seguintes, a colher “os frutos desse apoio, passando a ocupar importantes cargos governamentais e influir decisivamente nas diretrizes econômicas no período da ditadura militar”<sup>116</sup>. A ABDIB, por exemplo, que contava com 35 associados no início do primeiro ano do regime militar, dez anos depois passara a ter 89 empresas, demonstrando substantivo aumento. Assim sendo, torna-se equivocada qualquer abordagem que ignore a associação entre aspectos sociais, econômicos e políticos que compuseram a chamada “modernização conservadora”, que ganhou fôlego com o golpe civil-militar de 1964. Raciocínio semelhante deverá valer para a análise da aliança estabelecida entre o governo e empresários de outros setores, como o de Comunicação – a despeito das especificidades da “mercadoria” *notícia*.

---

<sup>114</sup> Para uma visão contrária à apresentada neste trabalho, ver: BRESSER-PEREIRA, Luiz. Pactos políticos: do populismo à democratização. São Paulo: Brasiliense, 1985. Para o autor, a burguesia brasileira não seria essencialmente autoritária, e apenas o medo do comunismo a teria feito aliar-se ao regime militar. Em outra publicação, Bresser-Pereira (2003) afirma que a redemocratização foi uma conquista da sociedade civil e a “abertura” foi uma estratégia autoritária e não uma estratégia democratizante dos militares. Prova disso seria a “troca” imposta como parte do “cronograma de abertura”: a extinção do AI-5 pela garantia da eleição, via Colégio Eleitoral, de João Batista Figueiredo. O autor ainda indica que “foi a adesão da burguesia à ideia de redemocratização o fato novo que tornou a “abertura” inevitável para o governo”. Neste caso, a prova seria o comportamento dos principais líderes empresariais, que em 26 de junho de 1978, publicam o “*manifesto das oito*”, intitulado “Primeiro Manifesto dos Empresários”. Essa mudança – a “ruptura da aliança entre a burguesia industrial e a tecnoburocracia militar” –, teria aberto espaço, na visão do autor, para outros grupos (estudantes, advogados, trabalhadores, Igreja) manifestarem-se mais fortemente a favor da redemocratização pela qual vinha lutando há bastante tempo. Ver: BRESSER-PEREIRA, L.C. *Desenvolvimento e crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula*. São Paulo: Editora 34, 2003; 456p.

<sup>115</sup> PAYNE, L. A. *Brazilian Industrialists and Democratic Change*. Baltimore: The Johns Hopkins University, 1994, p.25. *apud* MOTTA BRANDÃO, R.V. da. A ABDIB e a Política Industrial no Governo Geisel, 2007.

<sup>116</sup> Fonte: MOTTA BRANDÃO, Rafael Vaz da. A ABDIB e a Política Industrial no Governo Geisel Em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Rafael%20V%20M%20Brand%20E3o.pdf> (artigo apresentado no XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007)



Em 1981 começou a ser delineado no papel o que seria o *Projeto Folha*, lançado em 1984. A campanha das *Diretas Já* representou, de certa forma, um ‘ponto de virada’ no roteiro que vinha sendo escrito pelo jornal. Em maio, Frias Filho assumiu a direção da Redação<sup>117</sup>, substituindo Boris Casoy, que passava a editar a coluna política *Painel*. Em junho, o Conselho Editorial produziu o documento *A Folha depois das Diretas-já*. Segundo Carlos Eduardo Lins da Silva, este seria o marco, ou um dos marcos de consolidação do projeto editorial do jornal, definindo questões técnicas e organizacionais como prioritárias da Redação. Dois outros documentos anteriores que marcaram o processo de transformações são: *A Folha e alguns passos que é preciso dar* (1981) e *A Folha em busca do apartidarismo, reflexo do profissionalismo* (1982).

Ainda em 1978 encerrava-se no jornal paulista um período (1974-78) de “criação de impacto opinativo”, assim identificado pelo próprio Conselho no documento de 1981. Para Capelato e Mota 1978 foi um ano decisivo para a fixação da nova identidade da *Folha de S. Paulo*. O jornal retomava a publicação dos editoriais – suspensos desde o episódio Diaféria no ano anterior – com *Nosso direito e nosso dever* (7.05.1978). No dia 13, o editorial *A lógica do risco* expôs um longo balanço, ponto a ponto, do processo de descompressão realizado até então. Recordava-se, em meio a críticas, as eleições de 1974, o *Pacote de Abril*<sup>118</sup> – “que violou as regras do jogo” de 1969 – e a Lei Falcão, “que tirou a Oposição do vídeo”<sup>119</sup>.

---

<sup>117</sup> Atualmente, Luiz Frias, filho mais novo de Octávio Frias de Oliveira, é o presidente da *Folha*; Otávio Frias Filho ocupe o cargo de diretor de redação. O Conselho Editorial é formado por Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Marcelo Coelho, Janio de Freitas, Gilberto Dimenstein, Clóvis Rossi, Carlos Heitor Cony, Celso Pinto, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Otavio Frias Filho (secretário do Conselho). A Empresa *Folha da Manhã*, da qual Frias de Oliveira passou a deter a totalidade do controle acionário em 1992, edita o diário *Folha de S.Paulo*, o jornal *Agora*, o maior portal de internet do país, *Universo Online* (UOL). Além disso, parte da empresa o Instituto *Datafolha*, a editora *Publifolha*, a gráfica Plural e o diário *Valor Econômico* – este numa parceria com as *Organizações Globo*.

<sup>118</sup> Um conjunto de mudanças constitucionais manteve as eleições indiretas para os governadores de estado e a composição do Colégio Eleitoral passou a privilegiar a representação municipal em detrimento da representação estadual. Como a ARENA possuía maioria dos governos municipais, esta medida reduzia o peso das maiorias do MDB em alguns legislativos estaduais. Com relação ao Senado Federal, como a renovação das cadeiras em disputa consistiria em 1978 a 2/3 das cadeiras, o artifício encontrado pelo governo foi restringir a renovação pela eleição direta a apenas 1/3 das cadeiras. O outro 1/3 seria eleito pelo mesmo Colégio Eleitoral de maioria arenista, garantindo a maioria para governo. A composição da Câmara Federal passou a ser calculada de forma proporcional à população dos estados e não mais pelo tamanho do eleitorado. Com isso, a quantidade de cadeiras passou de 364 para 420 aumentando a representação dos estados das regiões Norte e Nordeste onde a ARENA possuía mais força. Além dessas medidas, o governo reduziu o quorum constitucional de 2/3 para maioria simples com exclusivo intuito de impedir que o MDB conseguisse vetar emendas à constituição.

<sup>119</sup> Nome pelo qual a Lei nº 6.339, de 1º de julho de 1976, ficou conhecida, em vista de ser o seu autor o então Ministro da Justiça Armando Falcão. Esta lei deu nova redação ao art. 250 do Código Eleitoral,

Importantes desdobramentos do processo de *abertura* marcaram o período. Em janeiro, o presidente Jimmy Carter visitou o Brasil e expressou sua insatisfação com a política de direitos humanos, bem como em relação ao Acordo Nuclear Brasil-Alemanha. A visita somava-se à pressão internacional pela *liberalização* política, já que a autonomização do militarismo nacionalista de direita na América Latina e suas ramificações africanas se tornavam perigosas e indesejáveis (Dos Santos; 1991). Em análise das relações entre Brasil e EUA realizada por Herbert de Souza e Theotônio dos Santos (1979) destacou-se que a viagem do presidente norte-americano ao Brasil incluía não apenas a visita aos poderes institucionais de maior tradição liberal, mas também um encontro com o cardeal de São Paulo, um dos líderes na luta pelos direitos humanos no país. Segundo os autores, o “jogo duplo” fazia parte da política do grupo Geisel-Golbery-Figueiredo no sentido da “abertura liberal controlada”, passando inclusive pelo fortalecimento de setores moderados da oposição. Nesse sentido, evitava-se a possibilidade de uma radicalização da luta democrática no país (Souza & Dos Santos: 1979; 188)<sup>120</sup>.

O Congresso aprovou naquele ano a revogação do AI-5 e do Decreto-Lei 477 (o “AI-5 das Universidades”); foi restabelecido o *habeas corpus* para crimes políticos e a permissão para o reinício das atividades políticas de cidadãos cassados há mais de 10 anos. Tais medidas sinalizavam aos exilados a possibilidade de voltar para casa, reforçada com a Lei de Anistia no ano seguinte. Em 12 de maio de 1978, metalúrgicos da Saab-Scania de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, iniciariam a primeira greve de trabalhadores do país, após o AI-5<sup>121</sup>.

A categoria dos jornalistas não ficou de fora e a greve de 1979 foi considerada um elemento catalisador de mudanças, inaugurando uma nova relação entre os jornalistas e

---

determinando que, na propaganda eleitoral, os partidos se limitassem a mencionar a legenda, o currículo e o número do registro do candidato na Justiça Eleitoral, bem como a divulgar, pela televisão, sua fotografia, podendo ainda mencionar o horário e o local dos comícios.

<sup>120</sup> Um estudo realizado pela equipe de Golbery, *Doutrina social da Igreja e diretrizes do governo do Brasil* reconhecesse a recém-descoberta necessidade da Igreja de envolver-se em assuntos temporais como resultado da maior preocupação pastoral adotada pelo Vaticano II. O documento, dedicado a avaliar as causas do conflito entre Igreja e Estado, concluía que ambos convergiam em muitos pontos; para Serbin, uma conclusão superficial, especialmente quanto à conjuntura pós-68 (Serbin: 2001; 257). Mas, para Golbery, talvez fosse a conclusão necessária aos intentos de avaliar possibilidades de cooperação com aquela instituição em favor da abertura projetada.

<sup>121</sup> Na verdade, em maio o governo apresentou uma série de medidas, incluindo o fim do AI-5, a serem votadas pelo Congresso dali a alguns meses. O AI-5 teve revogação sancionada em 31-12-1978, fim do principal instrumento de arbítrio da ditadura, que durou 10 anos e 18 dias.

os empresários de comunicação<sup>122</sup>. Mais adiante, entre 1981 e 1988 os sindicatos de jornalistas do Rio de Janeiro e São Paulo tiveram eleições polarizadas entre militantes dos dois partidos. Em 1984, durante um encontro da categoria realizado em Salvador, a questão sucessória atravessou a pauta e os jornalistas acabaram se dividindo “entre a proposta do PCB [não oficial], de apoiar o voto oposicionista em Tancredo Neves, e a do PT, de rejeitar a eleição indireta no Colégio Eleitoral” (Silva: 2007, p. 207). É importante constatar que a mudança de relações entre os donos do jornal e os jornalistas nas redações dos jornais espelhavam transformações profundas (avanço tecnológico, alterações na política editorial, redução de postos de trabalho) que se consolidariam nos anos seguintes no espaço de produção da *notícia*.

O jornalista José Arbex Jr., crítico ferrenho do Projeto *Folha*, ressalta a paralisação nas redações paulistas em fins de 70 como um dos estopins para que, em 1981, fosse redigido um dos textos que serviram de base àquele projeto. O diagnóstico presente no texto *A Folha e alguns passos que é preciso dar* identificava que o jornal, nos anos 70, havia passado por uma “hipertrofia no plano político”. Daí, a reafirmação do apartidarismo entre os princípios do jornal paulista. Considerando o que seria uma postura contraditória, já que a porta-voz da democracia passara a praticar uma política de rígido controle industrial e tecnológico, Arbex defende que a *Folha* “apenas adotou a estratégia para transformar a luta pela democracia em *marketing*” (Arbex Jr.: 2002, p.144). E nisso o autor inclui a intensa cobertura da Campanha pelas *Diretas Já*.

Marco Antonio Roxo afirma que, o desenvolvimento empresarial dos jornais foi acompanhado pela ideia de um antagonismo de classe, expresso por uma das várias correntes políticas em que se dividiram os jornalistas durante a greve de 79:

---

<sup>122</sup> Julgada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, a greve de 1979 pode ser considerada como um dos elementos-chave para se compreender melhor o processo pelo qual boa parte, senão todas as redações dos grandes jornais passaram na década de 80. Reivindicação de 25% de aumento salarial e imunidade para os representantes sindicais nas redações foram duas das exigências dos jornalistas de São Paulo que aderiram à greve aprovada por 90% dos mais de 1.500 profissionais presentes à votação no dia 22 do mês de maio (e considerada ilegal seis dias depois). Autor do artigo *Os jornalistas e sua greve: consciência de classe e debate político*, Marco Antonio Roxo (2004) afirma que não tanto a divisão política, mas sim “a nova estruturação produtiva que os jornais iam adquirindo com o incremento da tecnologia no fazer profissional” ajuda a entender a o episódio da greve de 1979. Roxo atribui à paralisação o papel de um recorte sincrônico entre dois tipos de jornalismo, bem como de uma arena de debates sobre as configurações que a profissão estava adquirindo naquele momento histórico. Ao confrontar diversos olhares de jornalistas sobre as motivações que os levaram à greve e sobre as causas da derrota, o autor se propõe a analisar os discursos da época associados ao debate sobre o papel social que o jornalista deveria ocupar na sociedade. Ver <http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd/gtjornalismo.htm>; acessado em 18 de julho de 2007.

O jornal deixou de ser propriedade de jornalista e praticamente virou uma grande empresa, manipulada por grandes negociantes que o transformaram numa fonte de lucro, numa fonte de poder. Ainda que se oponha ao governo, o jornal não se opõe ao Estado, ao domínio de classe. Em face disso, o jornal é uma potência muito maior que no passado<sup>123</sup>.

Desde meados de 1970, o núcleo dirigente da *Folha* parecia perceber os rumos da abertura política e passou a investir nela. A *Folha* já vinha buscando desde os anos anteriores afinar-se com as demandas da sociedade civil, dentre as quais aquela que emergiria por completo em 1984: “o voto secreto popular sempre se fará sentir na exigência de alternativas do Poder, a esse voto popular cabendo o direito de escolher por via direta ou indireta, com o colégio eleitoral ampliado ou não”. Como um “fim maior” o jornal expunha o projeto político existente na expectativa da Nação “desde que o chefe do Governo [Geisel] abriu a perspectiva de normalização institucional”<sup>124</sup>. Por ocasião do fechamento do Congresso em 1977, vemos um tom bastante crítico em relação ao calendário da abertura, o que denota um progressivo afastamento daquela postura de completo alinhamento assumida pelo jornal *O Globo* no mesmo período.

Nos dizeres de Mota e Capelato, o jornal “ia mais longe”, não se contentando em defender o liberalismo *tout court* e buscando anexar um qualificativo: “verdadeiramente democrático”. Esta expressão, presente em editorial de 30.3.1975, é tida como indicativo da crítica feita em relação a “um liberalismo vago, genérico e preso à tendência oligarquizante e superada” (1981; 232). A compreensão acerca desse “liberalismo democrático” deslizava para dentro da Redação como entendimento de um novo papel do jornalista e do jornal perante a sociedade e o Estado. Tal percepção ajudou na composição de uma nova identidade jornalística e empresarial para *Folha*. Uma identidade que, sendo (re)construída gradativamente, acompanha o processo sócio-político aqui analisado. Na Apresentação de *Mil Dias: seis mil dias depois*, de Lins da Silva, Frias Filho deixa em evidência um elemento importante daquela (re)construção:

“Mais recentemente, a industrialização da imprensa tornou possível ao mercado, regular o que era antes regulado apenas pela ideologia. Um compromisso impessoal, milimétrico e quantitativo, com a superfície pública que paga pela informação que consome, tende a substituir os compromissos fluidos, baseados no favor e na missão, com o Estado ou a sociedade” (2005; 48).

---

<sup>123</sup> Jornal *Unidade* do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, 49, agosto de 1979, p. 4. In: <http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd/gtjornalismo.htm>

<sup>124</sup> *Folha* de S. Paulo, 1º de abril de 1977, editorial *Os meios e os fins*, p.2.

Transformado em norma, a primazia do *mercado* possibilitaria o alcance da modernidade, a conquista dos valores do “Ocidente” calcados no código liberal, nas noções de lei e autonomia individual (Cerqueira Filho: 1993. 33). Anos depois das primeiras implementações do *Projeto Folha*, o contexto da “globalização” conduziu o geógrafo Milton Santos a identificar uma tendência à suposta dissolução das ideologias, de forma que ideologias múltiplas atuavam para agravar a sensação de que não havia outro *futuro* senão aquele que nos viria como um *presente ampliado*. É possível observar uma visão equivalente ao que Frias Filho refere-se como sendo a regulação pelo *mercado* daquilo que, num passado recente, era regulado apenas pela ideologia. Mas o que é, senão uma construção ideológica, a idealização do “mecanismo de mercado” como regulador dominante do metabolismo social?

A respeito de uma determinada “mentalidade gerencial”, constituída como “mentalidade de mercado”, Mattelart traça esse caminho acompanhado da globalização do mercado financeiro nos anos 80, denotando a reabilitação da empresa jornalística como instituição social “cidadã”. Os princípios de gerenciamento se erigem em dogma, afirma o autor, e se tornam a “versão técnica do político”. A força do “dogma do gerenciamento” estaria na impregnação de seus modelos no conjunto de outras instituições que, para resolverem suas crises, apelam aos critérios de desempenho e flexibilidade tidos como aprovados no *mercado*. Assim, nos dizeres de Mattelart, “o modelo de comunicação empresarial se naturalizou como tecnologia de gestão simbólica das relações sociais e se difundiu no conjunto da sociedade como o único eficaz” (*apud* Moretzsohn: 2002; 112)<sup>125</sup>.

O diretor de redação da *Folha*, Otávio Frias Filho, por sua vez, destacara os benefícios do “taylorismo” implantado a partir dos *Mil dias* que dão título ao livro, destacando as preocupações na “racionalização da tarefa jornalística” em benefício de uma outra espécie de missão para com o leitor-consumidor-cidadão. Trata-se da ‘missão’ representativa. Em outro trecho, Lins da Silva cita as palavras do diretor quanto à questão da estratégia de mercado discutida no texto “Vampiros de papel”: “é o caráter mercadológico da notícia” que, para o proprietário da *Folha*, “institui, numa ponta, a imprensa burguesa, na outra o público burguês, e entre ambos uma simbiose de interesses complementares” (Silva: 2005; 57).

---

<sup>125</sup> A autora cita a seguinte obra: MATTELART, A. *Histoire de l'utopie planétaire – de la cite prophétique à la société globale*. Paris, La Découverte, 1999.

## Hegemonia impressa e “novo sindicalismo” no calendário da *abertura*

Na visão de Eder Sader, os discursos então emitidos pelo chamado “novo sindicalismo” eram feitos desde um lugar social – os próprios sindicatos – que integrava a institucionalidade estatal. O lugar de onde falavam condicionava suas modalidades discursivas. Contudo, aquela mobilização crescente revelaria, por outro lado, as potencialidades para “a geração de discursos capazes de interpelar as mentalidades formadas pelos discursos dominantes” (Sader: 1988). Nesta última parte deste capítulo, centrando o foco de análise no importante exemplo de mobilização social que foi o “novo sindicalismo” e as manifestações no seu entorno, buscarei demonstrar como a *grande imprensa* imprimiu sua visão hegemônica de classe ao opinar sobre a emergência de “novos sujeitos sociais” no cenário político.

O “novo sindicalismo” surgiu da ação dos metalúrgicos das montadoras automobilísticas multinacionais e dos que trabalhavam nas empresas siderúrgicas nacionais concentradas em torno da cidade de São Paulo. Entre suas características, destaca-se a determinação de se manterem independentes do controle do Estado. O movimento chegou em 1979, ano do restabelecimento do multipartidarismo, com força capaz de reunir três milhões em greve, abrangendo diversas categorias profissionais, inclusive trabalhadores rurais.

No rastro do ambiente de efervescência social constituído ao declínio da ditadura militar, foram eclodindo inúmeros movimentos sociais: estudantil, de mulheres, de negros, urbanos, contra a carestia etc. A luta democrática do período teve no movimento dos trabalhadores um ponto importante de sustentação. A greve dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978, por exemplo, abre passagem para a paralisação de outras categorias, forçando uma ruptura com os limites impostos pela lei antigreve. Marco Aurélio Santana destaca a campanha de reposição salarial, resultante da denúncia contra maquiamento dos índices de inflação durante o governo Médici e liderada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, então sob a presidência de Lula. Segundo o sociólogo, esta campanha fertilizaria o terreno para as mobilizações futuras (Santana: 2003; p.287).

A ideia de *autonomia sindical* defendida por parte dos trabalhadores ao final dos anos 1970 era bem vista pelos jornais e até desejável. A busca por um novo padrão de negociação entre patrões e empregados, não regulada pelo Estado, chegou a ser saudada

como prova de superação da herança de um sindicalismo considerado artificial e paternalista, criado pelo Estado Novo para servir a si próprio muito mais do que aos trabalhadores. A defesa da nova proposta foi feita sob a premissa de que ao longo do regime militar o movimento sindical – vinculado ao Estado até 1964 através da “mobilização das cúpulas sindicais em torno do governo Goulart e a favor de suas teses conspiratórias” – “foi depurado das influências espúrias”<sup>126</sup>. Essa interpretação, ainda que com tonalidades diferentes, era compartilhada por quatro dos principais jornais da época – *O Globo*, *JB*, *OESP*, e até mesmo a *Folha*, mais sensível às reivindicações trabalhistas.

À época das primeiras mobilizações grevistas, as reivindicações foram reconhecidas como o justo esforço do trabalhador para obter maior participação no processo de construção do país. Na capa d’*O Globo* de 1º.5.1978, por exemplo, o jornal anunciava a escolha d’*O operário padrão de 1978*. Tratava-se de uma campanha do jornal e do Serviço Social da Indústria (SESI) criada 23 anos antes para escolha anual do operário padrão e reconhecimento de “méritos individuais não apenas do trabalho, mas também no lar e na comunidade, de todos os milhões de brasileiros que, no anonimato das fábricas, dão todos os dias, valiosa colaboração para o enriquecimento e o progresso da comunidade”<sup>127</sup>. A disciplina na fábrica e no meio social era valorizada pelo jornal que, no mesmo ano, justificou a tutela estatal sobre os sindicatos nos governos posteriores a 64 em vista das “necessidades de uma política econômica que incluí, entre seus pontos básicos, o severo controle de salários e de preços”<sup>128</sup>.

Meses depois, em 2.11.1978, *O Globo* fez *A Reavaliação das greves*. Nela constata-se: “esse delicado campo das relações entre capital e trabalho precisa reencontrar uma fórmula consistente de disciplina”. Mais adiante, a reavaliação aponta que o “Governo aceitou um *modus vivendi* com as negociações diretas, inclusive atendendo à postulação de certos empresários animados pelo caráter apolítico e pacífico das primeiras greves metalúrgicas”. Convém lembrar que, como afirma o historiador Antonio Rago Filho, entre as proposições apresentadas por Huntington, o cientista político de Harvard consultado pelos militares, figurava a necessidade de antecipar as

---

<sup>126</sup> *O Globo*, 1º de maio de 1978, editorial *Dia do trabalhador*, Capa.

<sup>127</sup> *Idem*, *O operário padrão de 1978*, Capa.

<sup>128</sup> *Idem*, 1º de maio de 1978, editorial *Dia do trabalhador*, Capa.

demandas da sociedade civil para não perder o controle do governo. A animação dos empresários se dava sob a “condição de que os aumentos acima dos níveis máximos da fórmula oficial não fossem repassados aos preços dos produtos, algo só viável até determinado ponto e determinado prazo” – observava o jornal. Visto que, em termos de qualificação e remuneração, os metalúrgicos representavam um segmento especial das categorias operárias, seria necessário, conforme o jornal, extrair dos metalúrgicos paulistas um padrão de salário que se adaptasse ao quadro geral do país. A dificuldade em obter aceitação à solução proposta conduzia o jornal à seguinte consideração: “Admitamos um misto de politização e de imaturidade nas pressões sindicais ora aacionadas. No momento em que a radicalização salarial pretende impedir a possibilidade de lucro das empresas, ela também solapa a fonte geradora de empregos”. O quadro argumentativo é completo pelo prejuízo que seria imposto à empresa, incapaz de “exercer a sua função social”, “inseparável do modelo capitalista democrático”.<sup>129</sup>

Os argumentos expostos pelo jornal denotam posicionamento em favor da classe de proprietários a que pertencem os próprios donos das empresas de comunicação. Ignora-se completamente que os operários há anos vinham amargando perdas salariais em benefício do crescimento de um bolo, cuja partilha era colocada num futuro mais-que-imperfeito, indefinido. Pela Lei 4.725 de 1965, os reajustes deveriam ser determinados com base no “salário real médio” dos 24 meses anteriores, com acréscimo de uma taxa correspondente ao “aumento da produtividade nacional” no ano anterior. Todos esses dados eram fornecidos – e eventualmente manipulados<sup>130</sup> – pelo governo (Sader: 1988; 179).

Em *Os avanços da abertura* (11.04.79), *O Globo* citava o projeto político de Figueiredo, que incluía a concessão de anistia ampla, graduada em três etapas ao longo de 1979 e excetuando apenas os “terroristas”. O projeto do novo governo abrangeria também “a reforma da lei de greve e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) como instrumento capaz de garantir ao trabalhador o lugar que lhe cabe nas relações com o capital”. Mas que lugar seria este?

---

<sup>129</sup> *O Globo*, 2.11.1978, editorial *A reavaliação das greves*, Capa

<sup>130</sup> Com maior repercussão social, a campanha de reposição dos 34,1% dos operários de São Bernardo do Campo em 1977 resultara da descoberta da manipulação do índice de inflação em 1973. Alguns operários e ativistas acreditavam que esta campanha foi responsável por levar o sindicato para as fábricas, contribuindo enormemente para seu prestígio e desmoralização da política salarial do governo. Ver: OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O movimento operário em São Paulo – 1970-85*. Em SADER, Emir (orgs). *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987. p. 28.



No 1º de maio daquele mesmo ano, o editorial *Responsabilidade sindical*<sup>131</sup> trazia no próprio título a condição para a inserção do trabalhador na economia capitalista. Desde o título à conclusão a falta de *responsabilidade* e o *irrealismo* são relacionados às seguintes atitudes: (1) na relação com os empresários, “reivindicar o impossível”, “criar impasses e “abusar do direito de greve”; (2) na relação com o governo, “favorecer a inflação”, “comprometer a liberalização do processo institucional”, “provocar respostas e medidas drásticas no interesse do respeito à lei e da manutenção da ordem”. Recaía sobre os trabalhadores, historicamente o elo mais fraco e desfavorecido nas relações capitalistas, a responsabilidade pelas consequências de sua superexploração. E ainda de sua repressão, já que os próprios trabalhadores, dizia o jornal, “provocam respostas e medidas drásticas”. Assim, ignorando a *luta de classes* e a própria realidade política marcada pela vigência de uma ditadura militar, o jornal defende as supostas condições caracterizadas pelo “pacto social”, pelo “pluralismo” e pela possibilidade de uma “aliança” em substituição perfeita ao “confronto sistêmico”.

A ideia é reforçada no editorial do dia seguinte, *Os trabalhadores e a realidade nacional* (2.5.1979), através da sustentação ao pronunciamento do presidente Figueiredo: “O progresso material por todos almejado... só acontecerá na paz social, harmonizadas as aspirações sociais dos vários grupos da sociedade, com perseverança, respeito recíproco e boa vontade”. Saindo em defesa do apelo presidencial, *O Globo* afirma em outro parágrafo: “Não é um pedido de colaboração sem contrapartidas que o Presidente da República faz aos assalariados”. Acontece que a proposta defendida pelo jornal, em favor de medidas como “modernização da Consolidação das Leis do Trabalho” e da “instituição de uma nova política salarial”, era respaldada por exemplos como o da conservadora primeira-ministra britânica. Seriam buscadas, ao mesmo tempo, a “justa paga do trabalhador”, o “aumento da produtividade nacional”, e principalmente a “melhoria da distribuição de renda”.

Como contraponto e contextualização ao discurso d’*O Globo* e do presidente em relação à “modernização” da CLT, convém observar que, na prática, o termo entre aspas tornou-se eufemismo para “precarização”. Não será demais lembrar que entre as transformações advindas do Programa de Ajuste Estrutural, receituário exigido pelo FMI e pelo Banco Mundial – e adotadas em diversos países da América Latina, total ou

---

<sup>131</sup> O Globo, 1º de maio de 1979, editorial *Responsabilidade Sindical*, página 2.

parcialmente –, estivera a chamada “flexibilização do mercado de trabalho”. O Chile, por exemplo, começara ainda nos anos 1970, durante a ditadura totalitária de Pinochet (1973-1989), a implementação de reformas orientadas para o mercado. O ajuste neoliberal foi implementado como “terapia de choque” e, além de privatizações e reformas estruturais de abertura externa, um Plano Laboral foi criado em 1981, formalizando a liberalização do mercado de trabalho e privatizando a seguridade social. Assim, estavam abertas as condições de flexibilização e precarização das contratações da força de trabalho, e desarticulava-se, por consequência, a ação contestatória dos sindicatos (Santos: 2007; 105). De acordo com o PNUD de 2006, o Chile se tornara o segundo país mais desigual da América Latina em distribuição de renda. Na sua frente, em primeiro lugar, estava o Brasil. A Argentina, ainda mais aplicada na implementação daquele mesmo receituário, passou por privatizações, desnacionalizações, aguda desindustrialização, enfraquecimento da previdência social e, novamente, drástica redução dos direitos trabalhistas. Em dimensões diferentes, especialmente nos anos 1990, o Brasil passara pelas mesmas transformações. Entre as consequências, uma presença invariável: precarização das relações trabalhistas (2007; 119).

As primeiras greves e mobilizações trabalhistas da década de 80 são percebidas pelo jornal *O Globo* como *Uma ofensa ao trabalhador* (13.05.1980), ele próprio afetado pela “intranqüilidade social num quadro brasileiro já marcado por tantas preocupações”. Vale lembrar que a crise econômica avançava, com ameaças de forte recessão. “Na economia de mercado” – analisava *O Globo* – “todos os fatores devem funcionar como num sistema de vasos comunicantes e segundo regras bem definidas [e] equitativas”<sup>132</sup>. A visão auto-regulável do mercado e a necessidade de o país adequar sua política econômica ao fluxo econômico e financeiro internacional, mesmo que ao preço do aumento da desigualdade social e superexploração do trabalho, colocava as reivindicações dos metalúrgicos em greve na “lista de exigências a extremos jamais alcançáveis”. O jornal defendia a tese da ilegalidade da greve, apontando como “uma espécie de ação terrorista” a palavra de ordem do boicote ou sabotagem à produção para substituir a continuação da falta ao trabalho (a notícia no alto da página indicava: *Calma em São Bernardo no primeiro dia da volta ao trabalho*).

---

<sup>132</sup> O Globo, 3 de maio de 1980, editorial *Vasos comunicante*, p.4

A *Folha de S. Paulo* apresenta uma abordagem diferenciada. A postura do jornal em relação ao “novo sindicalismo” e às demais mobilizações sociais que desembocam nas *Diretas Já* esteve diretamente relacionada às mudanças editoriais iniciadas a partir de 1974<sup>133</sup>. Muitos jornalistas – que ocupavam cargos relativamente importantes, como de editores, por exemplo – eram militantes de esquerda e aderiram desde a primeira hora ao Partido dos Trabalhadores, fundado oficialmente em fevereiro de 1980. Acirradas discussões sobre a proposta de organização de um partido dos trabalhadores já vinham ocorrendo desde 1978 no meio sindical. Para Carlos Alberto F. de Melo, a *Folha* ajudou a difundir a ideia de criação do partido, já que o novo projeto editorial do jornal oferecia aos leitores “um amplo espaço de debate nas páginas 2 e 3, aberto à participação de intelectuais e lideranças políticas que discutem primeiro a possibilidade de fundação do PT e depois as vicissitudes de sua organização” (1996; 178). O processo de mobilização social que emerge em meados de 70 – tendo como marco a morte do jornalista Herzog – alcançou seu ápice com as *Diretas Já!*, assim como a *Folha de S. Paulo* chegava ao auge de sua visibilidade política como uma espécie de porta-voz da sociedade civil e dos movimentos populares que se organizaram, alargando o conteúdo político da década anterior. A partir do ápice alcançado, a *Folha* buscava se adaptar à nova conjuntura, em que a ‘aliança’ das esquerdas com a burguesia deixaria de ser abastecida pelo anseio comum de conquista de “valores universais” incorporados à democracia liberal. Eis a trajetória expressa no entender do herdeiro da *Folha*:

“Havia uma forte influência petista na redação e à medida em que o jornal foi se politizando, a tendência a um engajamento em questões cada vez mais setoriais e partidárias foi crescendo. (...) Mas a partir do governo Sarney, se começa a ter a partidáriação muito grande e os conteúdos passam a ser conteúdos que não têm esse valor geral, não têm um valor universal para a sociedade como um todo. (...) Nesse momento até por conta de se manter minimamente fiel à sua vocação de ser um jornal de informação geral de classe média, a *Folha* se advertiu muito logo do perigo de uma partidáriação, de uma sectarização. Então houve um processo às vezes violento, às vezes doloroso de despartidáriação do jornal, que já começou no período Boris e que teve, digamos, os seus lances mais conflitivos no começo do período em que eu tenho estado na direção da redação”<sup>134</sup>.

Em editorial intitulado *Preparação para o futuro* (19.8.1977) o periódico paulista colocava em discussão a preparação para a “prática diária da existência democrática” ao

---

<sup>133</sup> Embora internamente outros jornais possam ter experimentado alguma espécie de transformação editorial ao longo do período de abertura, não foram identificados registros de quaisquer outros processos que tenham sido tão programados, projetados e nitidamente orientados em favor de uma reflexão acerca do papel político-ideológico do jornal em meio às mudanças dos anos 70 e 80. Talvez, futuros estudos evidenciem estratégias semelhantes, abrindo espaços interessantes para uma análise comparativa, inclusive.

<sup>134</sup> FRIAS FILHO, Otávio. Entrevista concedida a Carlos Alberto Furtado de Melo em 11/03/1996

mesmo tempo em que se considerava a presença de um adjetivo numa referência à “democracia substantiva”. Para Mota e Capelato, a posição expressa pelo jornal definia com clareza sua postura em face do Estado e do liberalismo tradicional, com defesa aos “novos modos de participação e decisão”. O jornal expressava o entendimento de que o futuro não deveria conter a política “dentro dos limites estreitos e formais do liberalismo”. Para os historiadores, na preparação para o futuro, a *Folha* anunciava a rejeição ao liberalismo “dos mais iguais”. No último capítulo, retomarei esta questão, tendo em vista principalmente algumas contradições verificadas com a visão de *mercado* regulador e do processo de “racionalização” da produção jornalística.

*No fio da navalha* (8.04.1979) trata de um momento crítico na greve do ABC, dos metalúrgicos, quando naquele ano o Tribunal Regional do Trabalho declarara a greve ilegal. “Não há exagero em dizer-se que a distância da violência mediu-se pelo fio da navalha” – afirmava a *Folha*, concluindo que “uma ordem social não pode confiar em legislação e instituições impotentes para encaminhar conflitos inevitáveis de interesse”. A solução apresentada era a seguinte: “rever, com alta prioridade, inclusive em nome do combate à inflação, a legislação que regula as relações entre capital e trabalho, para que cessem as ambiguidades e se tornem desnecessárias as mediações informais e improvisadas”<sup>135</sup>.

A *Folha*, ao contrário de outros jornais, expressava maior sensibilidade para com as reivindicações trabalhistas, dedicando alguns editoriais à importância da “formulação de um novo contrato social democrático”. Fragmentos extraídos do mencionado editorial demonstram algumas medidas sustentadas sob o risco de um profundo corte no tecido social: “restaurar o status social da classe trabalhadora organizada”; “relacionar a política reivindicatória de salários com as demais políticas” (de investimentos, tributária e creditícia...); defende-se a “demanda dos que ganham salários e vencimentos precisa estar presente nos conselhos oficiais de decisão da política econômica e não apenas as demandas do capital”; “o Congresso tem a palavra decisiva a dizer na formulação do novo contrato social democrático”; defende-se a formulação de uma “lei reguladora do contrato social democrático”; enfim, “impedir que a liberalização autorizada se converta em mobilização

---

<sup>135</sup> Folha de S. Paulo, 8 de abril de 1979, editorial *No fio da navalha*, p.2

social demandante sem intermediações aptas na articulação da sociedade com o poder do Estado”<sup>136</sup>.

O reconhecimento da legitimidade dos dirigentes metalúrgicos, à época destituídos de seus postos nas diretorias dos sindicatos (*Governo e sindicatos*, 17.04.1979), já evidenciava diferenças no trato que a *Folha* e *O Globo* davam ao tema em seus respectivos editoriais. Contudo, é nas convergências busco os significativos aspectos da hegemonia impressa.

Apesar da postura cada vez mais afinada com as manifestações sociais em geral e, particularmente, com o “novo” movimento sindicalista, trechos do editorial *Duro e inábil* (3.05.1979) sugerem uma referência ao passado que aproxima a visão da *Folha* daquela publicada pelos demais jornais, inclusive por seu concorrente direto: *OESP*. “*Ninguém negará* ao líder sindical metalúrgico Luís Inácio da Silva as qualidades pessoais de direção nem sua extremada visão sindicalista da vida” – iniciava o editorialista, demarcando um abrangente espaço convergência com o leitor. Nos parágrafos seguintes, são feitas ponderações e críticas quanto ao “pecado mortal” de um dirigente “com pretensões hegemônicas” que, “em lugar de ser aglutinador, é antes de timbre fortemente separatista”. A reprovação decorre, em parte, da designação de “inconscientes” àqueles que preferiram assistir ao jogo no estádio do Pacaembu a participar no quadro dos festejos oficiais do 1º de Maio de 1979. Mas os piores trechos do discurso proferido por Lula no grande comício daquele 1º de Maio, em São Bernardo, eram aqueles em que o dirigente lançava uma desafiadora perspectiva: a de que os operários viessem a “mandar” na sociedade; “pretensão que tem sido frustrada ao longo da história até mesmo, e principalmente, nos países onde se fizeram revoluções sociais profundas” – afirmava a *Folha*. O jornal prossegue sua abordagem crítica destacando pontos de confrontação excessiva:

“Seu apelo final “mas façamos a greve”, é uma palavra de ordem carregada de gravidade. Ou o líder metalúrgico demonstra cabalmente o desejo de negociar um acordo que lhe permita, como ele próprio afirma, sair do episódio com dignidade, ou ele enrijece sua posição, convidando o campo oposto a fazer o mesmo. (...) Lula falou como o guerreiro vitorioso diante de inimigo derrotado, quando, na verdade, é o líder de uma categoria fundamental e bem organizada, mas que, por si só, não representa toda a força de trabalho, e muito menos, os múltiplos setores sociais, operários e não operários, que desejam cumprir a tarefa de democratização.

---

<sup>136</sup> Folha de S. Paulo, 8 de abril de 1979, editorial *No fio da navalha*, p. 2. (Ênfases minhas em itálico)

Houve tempo em que o triunfalismo oficial foi a tônica de toda uma atuação. Ele nos conduziu à situação em que estamos. É essencial que não caiamos, agora, na mesma espécie de vícios e que, aos apelos de união democrática, substituam, canhestamente, palavras de ordem que, em última instância, jogam água no moinho autoritário.”<sup>137</sup>

Ao afirmar *Houve tempo...*, a *Folha* conduz seu leitor a um passado mais passado que o regime militar vigente. Seria uma referência à suposta ameaça de uma “república autoritária sindicalista” que, incontida por Jango, levara à intervenção militar? Daí explica-se a continuação *Ele nos conduziu à situação em que estamos?* Sendo este de fato o sentido da afirmação, ela reflete uma visão conservadora do liberalismo que, segundo Rago Filho<sup>138</sup> (2008), atribui ao “populismo janguista” e ao “brizolismo varguista” a culpa pelo destino trágico do povo brasileiro. Na versão da “autocracia burguesa bonapartista”, explica o autor, o grande culpado da “necessidade” do golpe militar – ou civil-militar, melhor dizendo – foi o caos e a desordem propiciados pela manipulação política do “populismo”. A partir das palavras de um dos membros do poder castelista, o economista Roberto Campos, questionou-se a ideia do populismo como sinônimo de um “nacionalismo estatizante” que, num movimento de esquerda, mantinha os sindicatos de trabalhadores atrelados ao poder. Ideólogos orgânicos descaracterizavam com esta versão os *projetos sociais em luta*, as reformas democráticas assentadas numa plataforma econômica de *estatuto popular e nacional*, a qual o trabalhismo inscrevia na realidade nacional, lutando em defesa da democratização da propriedade de terra, da reforma educacional, entre outras. Com tal operação, acrescenta o autor, eram abstraídas as condições “estruturais do modo de ser do capitalismo brasileiro, dos projetos ideológicos envolvidos, dos interesses do imperialismo e dos embates sociais que estavam em jogo”.

É possível encontrar enfoque semelhante nos concorrentes locais da *Folha* e d’*O Globo*. Transcorrido cerca de um ano, o editorial *A lei e o 1º de Maio* é introduzido com a seguinte referência: *Herança intocada da ditadura getulista, as comemorações oficiais do Dia do Trabalho, marcadas pela falsa pompa dos espetáculos do circo romano...* Na sequência, destaca-se a “tutela e a subordinação das entidades sindicais ao Estado”, desde a ditadura Vargas passando pelos governos da “Revolução” (sic). O jornal reitera sua opinião

---

<sup>137</sup> Folha de S. Paulo, 3 de maio de 1979, editorial *Duro e inábil*, p.2.

<sup>138</sup> RAGO FILHO, Antonio. Os ensinamentos de Samuel Huntington para o processo de autoreforma da autocracia burguesa bonapartista. Em: Fonte: <http://www.anpuhsp.org.br/downloads/cd%20xix/pdf/autores%20e%20artigos/antonio%20rago%20filho.pdf>

“sempre contrária à subordinação dos sindicatos ao Estado”, bem como o desejo de que “a liberdade e a autonomia dos sindicatos” impedisse, nas relações de trabalho, o império de “desenfreada irracionalidade” – a expressão é referente às manifestações grevistas em curso. Como exemplo de uma conjuntura a ser evitada, retoma-se um contexto passado. O destaque à *revisão histórica* nos ajuda, portanto, a esclarecer a perspectiva *d’OESP* – e dos demais veículos – ao valorizar a *autonomia sindical* naquele presente:

“No governo João Goulart tivemos a grande lição, não aprendida, neste setor os sindicatos foram os agentes da desordem e da perturbação da atividade econômica, porque a agitação social e o caos econômico interessavam então aos propósitos esquerdizantes do próprio governo.

(...) Assim, vê-se mais uma vez que a lei getulista [CLT, lei trabalhista] e as que a ela sucederam são um instrumento que pode ou não ser usado no momento julgado mais conveniente pelo governo, para conter ou acelerar os movimentos reivindicatórios. É, pois uma lei ineficaz, mais um biombo a separar o Estado da Nação, e que precisa ser urgentemente reformulada para que ambos se encontrem e se harmonizem.”<sup>139</sup>

Em 22 de março de 1979, no Estádio da Vila Euclides, após 8 dias de uma greve já declarada ilegal, Lula falava para 90 mil trabalhadores, tendo como pano de fundo a ameaça de intervenção no sindicato e cassação do seu mandato – o que ocorrera no dia seguinte. Ao analisar o discurso do líder metalúrgico, Sader (1988) identificou elementos da “fala de um ator não domesticado pelas regras instituídas”, montado em clima de convocação, de um chamado para que os interlocutores se engajassem, de forma que àquela época o conflito social passava a ser investido de um significado maior. Manter a greve, observa Sader, era muito mais do que lutar por um índice de reajuste contra outro. Consistia, sobretudo, em *afirmar a própria dignidade contra o desrespeito com que pretendiam tratá-los*. “E a dimensão histórica desse conflito é determinada pela presença de uma diretoria sindical que, ao se comprometer com a classe trabalhadora, desafiou os grandes” (Sader: 1988; 191).

Para fechar o quarteto dos grandes jornais do eixo Rio-SP, vale citar, ainda que pontualmente, o *JB* de Nascimento Britto. Em editorial da época defendia-se que, acima de tudo, seria necessário que se jogasse “o jogo franco e leal do capitalismo, sem interferência do Estado”. No 1º de maio de 1980, com *Novas relações* volta-se à questão apontada nos primeiros atos da mobilização do ABC: “a greve tem sido ponto de partida quando deveria ser o último recurso, a ser aplicado depois de esgotadas todas as etapas

---

<sup>139</sup> O Estado de S. Paulo, 1º de maio de 1979, editorial *A lei e o 1º de Maio (Notas e Informações)*.

para ajustar divergências que não são nem podem ser incompatíveis”. O mérito da greve é questionado, defendendo-se que esta não deveria ser uma “forma desesperada de luta nem aventura para gerar tensões políticas”; não poderia, segundo o jornal, ser decidida “no impulso de emoções manipuláveis coletivamente”. O título do editorial era uma referência à necessidade de substituição das “precárias relações entre o capital e o trabalho” – estas citadas logo no primeiro parágrafo em vista da “tensão social gerada em São Paulo”. O jornal conclui com a perspectiva de que as reivindicações passassem a ter encaminhamento prévio nas negociações que, por sua vez, refletiriam “outro nível de consciência”: “Haverá a natural triagem para que as reivindicações sejam escalonadas segundo um critério de viabilidade que estará protegido da megalomania política, de que não estão imunes as lideranças sindicais.”<sup>140</sup>

“*Por quem os sinos doam?*”: notas sobre a *missão* da Igreja

Ainda que não haja espaço para a desejada abordagem da questão, vale observar visões distintas a respeito de outro *aparelho privado de hegemonia* que não os sindicatos: a Igreja. *O Globo* e a *Folha* destoavam acerca dos limites e alcances da “missão terrena” da Igreja Católica. Vale lembrar que no âmbito dessa instituição vieram algumas das primeiras manifestações públicas contra o regime. Mas a Igreja esteve longe de ser um bloco homogêneo e sua ação no período aqui enfatizado foi marcada por diversidades e divergências; por negociações e conciliações de cúpula, mas também por prisões, torturas e mortes. De um lado, segurança nacional, militarismo e catolicismo tradicional combinavam com o autoritarismo anticomunista, conforme explica Kennet P. Serbin. De outro, revolução, ativismo social e a Igreja progressista encontravam afinidade com o antiamericanismo e o apoio do bloco soviético ao Terceiro Mundo. “No Brasil, os bispos caminhavam sobre uma corda bamba, entre o ativismo social e a luta contra a subversão” (Serbin: 2001)<sup>141</sup>.

---

<sup>140</sup> Jornal do Brasil, 1º maior de 1980, editorial *Novas relações*.

<sup>141</sup> Em *Diálogos nas sombras*, Kennet P. Serbin analisa com riqueza de detalhes a constituição da Bipartite (1970-74), um fórum de comunicação e negociação privilegiado entre as cúpulas da Igreja e do regime. No fórum em que o sigilo era ingrediente indispensável e a cada uma das partes – Igreja e Exército – cabia fortalecer sua posição perante seu interlocutor, a Bipartite tornara-se um campo de batalha em que a tradição brasileira da conciliação de elites era um dos elementos favoráveis ao tenso diálogo. Ambos os lados prezavam pela hierarquia, disciplina e obediência. Logo, a maior causa de atritos entre eles era a falta de controle sobre suas respectivas bases. Assim, conforme descreve Serbin, a *intelligentsia* eclesiástica e militar agia para conciliar suas respectivas instituições. Ver: SERBIN, Kennet P. *Diálogos das sombras: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.



O papel da Igreja perante a *questão social* ganhou tratamento especial do Vaticano com a liberalização eclesiástica do Concílio do Vaticano II (1962-1965). Além disso, o alcance progressista foi ainda maior com a divulgação do documento oficial da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín (*Presença da Igreja na atual transformação da América Latina*, 1968)<sup>142</sup>.

Nos anos 80, a *missão* da instituição católica veio à tona em editoriais quando o bispado brasileiro assumiu papel de protagonista na luta pelas causas sociais, particularmente ao dar abrigo institucional às Comunidades Eclesiais de Base (as CEBs) e apoiar as intensas mobilizações grevistas do ABC. *O Globo* e *Folha* destoaram, por exemplo, em face do envolvimento político de bispos mais progressistas, como D. Jorge Marcos de Oliveira e D. Cláudio Hummes<sup>143</sup>, nas manifestações grevistas.

De um lado, *O Globo* ressaltava a *natureza atemporal do poder da Igreja*, defendendo que “a política é assunto privativo da temporariedade terrena” (*Igreja sem partido*, 14.05.1980, CAPA). Além disso, para *O Globo*, o poder da instituição católica deveria estar restrito ao âmbito da *salvação* – e, portanto, do julgamento – da alma, não do corpo. A *Folha*, ao contrário, demonstrava aceitar as intervenções da alta hierarquia eclesiástica, contanto que esta se submetesse às responsabilidades decorrentes de sua inserção em meio às questões ‘terrenas’: “Os riscos e as ameaças contidas no impasse do

---

<sup>142</sup> Como exemplo, vale observar o item *Tensões internacionais e neocolonialismo externo* e o subitem *Monopólios internacionais e o imperialismo internacional do dinheiro*: “Com isso queremos sublinhar que os principais culpados da dependência econômica de nossos países são aquelas forças que, inspiradas no lucro sem freios, conduzem à ditadura econômica e ao «imperialismo internacional do dinheiro» condenado por Pio XI na *Quadragesimo Anno* e por Paulo VI na *Populorum Progressio*”. Fonte: (Acessado em 20 de fevereiro de 2010): <http://www.clerus.org/clerus/dati/2009-01/09-13/medellin.html>

<sup>143</sup> D. Claudio Hummes, bispo de Santo André que, em 11 maio de 1980, havia sido ameaçado de enquadramento na Lei de Segurança Nacional, sendo acusado de fomentar e dirigir a greve dos metalúrgicos do ABC. A informação consta no caderno *Folhetim* (15 páginas) da *Folha*, especial com vários artigos relacionados à “República de São Bernardo”. Uma entrevista com o bispo anunciava ao título: *Puebla começa pelo ABC*. “Ficar ao lado dos pobres é ficar ao lado do povo”, explicara d. Cláudio. Ao longo da entrevista, também é citado D. Jorge Marcos de Oliveira, conhecido como “o bispo dos operários”. Em 1979, ocorreu a Conferência de Puebla. Um ano antes, o documento *Subsídios para Puebla* (1978) indicava algumas das preocupações e propostas dos Bispos do Brasil, dez anos após Medellín. Eis algumas das orientações: aprofundamento das CEBs; “opção prioritária, mas não excludente, pelos pobres e oprimidos”; “procurem-se as causas da marginalização, evitando concentrações desumanas causadas por imperialismos gananciosos de grupos”; “encaminhamento de temas que criam perplexidades e tensões” – tais como a teologia da libertação, “o problema da “análise marxista”, socialismo, capitalismo liberal e luta de classes; abordar a questão da sociedade de consumo; e etc Fonte:

[http://www.cnbb.org.br/site/component/docman/doc\\_download/75-13-subsidios-para-puebla](http://www.cnbb.org.br/site/component/docman/doc_download/75-13-subsidios-para-puebla)

ABC são por todos conhecidos; cabe também à Igreja não agravá-los e, pelo realismo e pelo bom senso, contribuir para que se dissipem” (*Igreja e ABC*, 24.04.1980).<sup>144</sup>

A *Folha* adotava ao início dos anos 80 uma linha argumentativa contrária ao “descompasso existente entre a legislação e a realidade econômico-social”<sup>145</sup>, contrapondo-se aos excessos de ambos os lados e apostando na institucionalização das negociações entre capital e trabalho. A partir dos editoriais brevemente abordados, é possível observar que o jornal paulista destoa d’*O Globo* com seu discurso implacável sobre as greves, ao ponto de usar contra elas a alcunha de “terrorismo”. Já a opinião publicada pela *Folha*, desde meados dos anos 70, caracterizava-se por um enfoque sensível às reivindicações sócio-econômicas da época e mais aberto às manifestações emergentes na sociedade – tanto em espaços dedicados ao gênero opinativo quanto nos demais. Essa diferença se torna clara se destacado o simples reconhecimento da legitimidade de demandas trabalhistas. Ao argumentar em favor da “formulação do contrato social democrático amplo e abrangente” para “aumento do poder aquisitivo do mercado interno”, o jornal paulista não faz menção ao fato de que os tais “aspectos da política econômica” em curso divergissem frontalmente de uma eventual harmonia entre os interesses do empresariado e os do trabalhador. E isso fica ainda mais claro no momento em que o núcleo dirigente da *Folha* resolve assumir o pioneirismo do *Projeto Folha*, determinando questões inconciliáveis e resultando em centenas de demissões – todas sob a justificada *profissionalização* e o imperativo atendimento às exigências do *mercado*.

\*\*\*

Por fim, uma reflexão se faz necessária em torno da defesa da *autonomia sindical* pela *grande imprensa*. Compreendo que, no calendário da *abertura*, o “bombardeio dos meios de comunicação” teve papel central e através dele foram firmadas teses hegemônicas sobre processo histórico, político-econômico e social recente: a questão da dependência teria perdido relevância num mundo interdependente e a tarefa mais importante seria, portanto, “retirar o poder do autoritarismo estatal e abrir caminho à sociedade civil, à livre iniciativa”. Nesse sentido, eis a equação da *abertura* e da transição defendidas: *Sociedade civil + livre iniciativa – Estado = Democracia* (Dos Santos: 1991; 133). Os interesses concentradores e marginalizadores do grande capital

---

<sup>144</sup> Ver editoriais em ANEXO 1 e 2

<sup>145</sup> Folha de S. Paulo, 1º de maio de 1980, editorial *Hoje versus ontem*, p.2

internacional foram eximidos das responsabilidades sobre o autoritarismo latino-americano. Este seria fruto tão somente dos interesses corporativos dentro das sociedades subdesenvolvidas. Logo, tornou-se hegemônica a visão que associava os problemas da região ao seu “atraso” e não à sua inserção dependente na economia mundial. Novamente, variáveis foram reunidas numa equação que reconstruía a história recente nos seguintes termos: *atraso econômico-social + interesses corporativos e oligárquicos + autoritarismo das lideranças operárias + nacionalismo = ditadura militar*. A solução foi equacionada da seguinte forma: *liberalismo econômico = liberalismo político = democracia*.

Nos capítulos seguintes, busco demonstrar através da opinião publicada a forma pela qual “o jornal das *Diretas*” valorizou a simbiose de seus interesses com os de seus leitores, destacando o *contrato* estabelecido entre o jornal e seu leitor-consumidor-cidadão. Por outro lado, será possível compará-lo com o jornal *O Globo* e sua percepção cambiante da função representativa – *direto de participar* como *direito de ser representado*. Tudo isso sob o pano de fundo de uma conjuntura marcada pela crise da dívida externa, por manifestações sociais, pela reivindicação de direitos, pelos processos vizinhos de transição democrática e pelo esforço de atores políticos brasileiros para (re)definirem suas próprias identidades a caminho da chamada “Nova” República.

### CAPÍTULO 3 – DIRETAS JÁ E A OPINIÃO PUBLICADA

Apresento aqui as opiniões publicadas em 1984 acerca das campanhas sucessórias pelas *Diretas Já*. Em meio à necessária contextualização histórica são destacados os *mecanismos argumentativos* utilizados (imagens, revisões históricas, figuras de linguagem etc.) pelos jornais, em defesa de seus posicionamentos. Uma contraposição principal é estabelecida: participação popular direta x representação. No intuito de sustentar sua opinião pró-*Diretas*, a *Folha* expõe o histórico de manobras da *abertura* democrática que fizeram do Colégio Eleitoral um instrumento ilegítimo, de continuísmo da lógica autoritária, contrário aos princípios da soberania popular e da autogestão. *O Globo*, por outro lado, destaca a importância de respeitar-se o “calendário da abertura”, bem como oferece interpretação que isenta o instrumento homologatório do regime militar. Cada veículo analisado a partir dos *eixos temáticos* se apresenta, sob argumentos próprios, dedicado a imprimir o desejo democrático da maioria da Nação.

## ***Eixos temáticos e a sociedade em movimento (janeiro – abril de 1984)***

“As ruas fervilham novamente  
com granadas da alma  
e paixão transcendente  
das janelas, sorrisos  
e senhoras nostálgicas  
ofertando músicas, flores, vivas  
ninguém está de fora  
a revolução inconsciente  
derruba sua bastilha  
fulminando o muro  
entre as gerações  
ao jovem, tolerância  
ao homem, liberdade...”

(*Fantasmagorias de Aquarius* – Guilherme Gonçalves)

As primeiras mobilizações em favor das *Diretas Já* começaram em meados de 1983. A 15 de junho, Goiânia (GO) foi cenário de uma espécie de ensaio da direção nacional do PMDB para testar as repercussões de uma eventual campanha popular. Na ocasião, as cinco mil pessoas que lotaram o ginásio de esportes onde deveria ocorrer o evento obrigaram os organizadores a realizar o ato do lado de fora. Ainda naquele mês, partidos de oposição começaram a articular uma frente suprapartidária reunindo PT, PMDB, PTB e PDT. Os dois primeiros buscaram atrair a chamada sociedade civil – representada pelas OAB, CNBB, UNE e ABI (Rodrigues: 2003; 30-1). Enquetes e consultas à opinião pública, como a realizada pelo Instituto *Gallup*, indicavam crescente preferência pelas diretas para presidente: de 63% em 1981 passara para 80% em junho de 1983. Uma enquete publicada pela *Folha* em julho daquele ano apontava a opção de 76,2% dos entrevistados pelo “sim” diante da seguinte pergunta: “o governo e a oposição deveriam iniciar entendimentos pra negociar uma saída para crise?”. Destes, 40,8% acreditavam que as eleições diretas para escolha do sucessor de Figueiredo deveriam ser o ponto central do “entendimento”. Apenas 12,7 preferiam a escolha do candidato “de consenso” via Colégio Eleitoral (Rodrigues: 2003; 30).

Diante desse contexto, Alberto T. Rodrigues, autor de *Diretas Já – Um grito preso na garganta* observa: “Aos poucos, entrava no horizonte a hipótese de que a simples preferência manifesta em pesquisa se transformasse em um movimento capaz de criar fatos políticos determinantes para o rumo de “negociações” desenvolvidas no âmbito institucional”. O autor afirma também que, em novembro de 1983, 10 dos 12 governadores situacionistas já haviam expressado a intenção de apoiar uma campanha

popular pelas eleições diretas. Entre eles são citados Gonzaga Mota (CE), Roberto Magalhães (PE), Espiridião Amim (SC) e Jair Soares (RS).

Em Curitiba, a 12 de janeiro de 1984, novos números já demonstravam sua crescente dimensão: 2,5 milhões de panfletos, 15 mil cartazes, 30 mil cédulas simbólicas para votação simulada, três mil camisetas e 15 chamadas na TV Globo-PR nos intervalos do *Jornal Nacional*. Vale lembrar que no dia 13 de janeiro, portanto no dia seguinte ao primeiro grande ato pelas eleições diretas, a Federação dos Jornalistas e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais encaminharam protesto ao dono do jornal *O Globo* e da *Rede Globo de Televisão* pela omissão da campanha nos noticiários da emissora<sup>146</sup> (Kotscho: 1984; 96). Em Curitiba, tudo foi custeado pelo Diretório Nacional do PMDB (Rodrigues: 2003; p. 42) e organizado juntamente com o Governo do Paraná, liderado por José Richa. Rodrigues destaca apenas um “incidente” no ato da Praça Charles Müller, que reuniu em torno de 30 mil pessoas: peemedebistas teriam decidido suspender a apuração da eleição simulada em que o pedetista Leonel Brizola<sup>147</sup>, governador do Rio de Janeiro, despontava como o mais votado.

Mobilizações maiores estavam por vir entre janeiro e abril. No dia 25 de janeiro, na Praça da Sé (SP), estimativas da época indicavam a presença de 250 mil manifestantes. Aquele comício teve a meticulosa preparação feita por uma comissão suprapartidária, envolvendo “diferentes personagens, muitos dos quais ferrenhos adversários, entre partidos políticos, entidades sindicais e centrais sindicais, associações

---

<sup>146</sup> É emblemática a fala do presidente Emílio Médici à época da mais intensa repressão do regime militar: “Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir o jornal. Em outros países, greve, atentados, conflitos. No Brasil, não. O Brasil marcha em paz rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranquilizante, após um dia de trabalho”. A citação é feita por Luis Felipe Miguel em referência ao papel estratégico da Rede Globo, rede de TV da família Marinho, e do seu *Jornal Nacional* na difusão de uma imagem positiva do regime. Foi o *Jornal Nacional*, aliás, que noticiou o comício pró-*Diretas* do dia 25 de janeiro de 1984 em São Paulo, na Sé, despido de seu caráter político. O espetáculo de 300 mil pessoas foi noticiado como sendo a simples comemoração pelo aniversário da cidade. Ver: MIGUEL, Luis Felipe. Política e mídia no Brasil: episódios da história recente. Brasília: Plano Editora, 2002.

<sup>147</sup> Exatamente a um mês da votação da Emenda Dante de Oliveira (25.03.1984) a Página 3 da *Folha* foi ocupada com o texto *O mito de Brizola e o medo das diretas*, do cientista político Gláucio Ary Dillon Soares. Entre suas considerações, o pesquisador afirmava: “O medo de Brizola se baseia num preconceito. Ao vê-lo como um demagogo carismático, capaz de manipular as massas, os que o temem acreditam que, implicitamente, as massas são manipuláveis (...) mas as elites e as classes médias não”. A conclusão em parágrafo posterior era a seguinte: “Brizola não foi um candidato de classe”, ou seja, dos pobres contra os ricos. Apontava-se que o governador do RJ ganhara eleitores sim, mas numa faixa de desfavorecidos, exatamente nas camadas com baixo alistamento eleitoral e alta abstenção. Perdera, por outro lado, entre a classe média. Considerando o medo do revanchismo de Brizola presente em redutos “arquiconservadores”, o autor buscava assim questionar, munido de estatísticas eleitorais e de intenções de voto, a “fé na vitória inexorável de Brizola” em pleito direto para escolha do novo Presidente. Fonte: *Folha de S. Paulo*, 25 de março de 1984, Seção Tendências/Debates (1º Caderno), p.3.

e igrejas as mais diversas” (2003; p 44). Farto material de divulgação – cinco milhões de folhetos, 200 mil cartazes preto e branco e 25 mil coloridos, 600 *outdoors* – foi distribuído por estudantes arregimentados pela União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP), militantes de diversos diretórios zonais do PT, membros de associações de moradores dos bairros periféricos, Comunidades de Base da Igreja Católica<sup>148</sup>, sindicalistas. Os registros de Kotscho ilustram alguns pontos altos daquele dia:

“Os presidentes do PMDB, Ulysses Guimarães, e do PT, Lula, são anunciados. De todos, o que recebe a maior ovação é Lula, que anuncia: “No próximo comício, vamos levar um milhão de pessoas”. Fala Bruna Lombardi, Chico canta “Apesar de Você”, sem acompanhamento, só acompanhado pela multidão. Fala Mário Covas, que pede ao final um minuto de silêncio para Teotônio Vilela e, em seguida, Fafá de Belém canta “Menestrel das Alagoas”. Beth Mendes lembra Elis Regina, a emoção vai num crescendo. (Kotscho: 2003; 26)”

A pesquisa do *Gallup* divulgada na semana do chamado *showcomício* apresentava as seguintes porcentagens: 75% dos eleitores do PDS apoiavam as *Diretas já*, assim como 87% dos peemedebistas, 90% dos petistas e 94% dos pedetistas. As manifestações prosseguiram num movimento ascendente e quase um mês depois, em 24 de fevereiro, foi a vez de Minas Gerais reunir 300 mil em comício realizado na capital. Conforme observação do autor de *Diretas Já – Um grito preso na garganta* a necessidade de mobilizar esforços para realização de um comício à altura do de São Paulo representava um impasse para o governo mineiro. Por um lado deveria “assegurar hegemonia sobre uma ampla parcela da estrutura peemedebista”, se mostrando “inequivocadamente em sintonia com a clara preferência popular”. De outro, buscava “obter credibilidade junto aos setores ditos moderados do regime em favor da solução negociada” (2003; 48-9). Outros protagonistas, como o vice-presidente Aureliano Chaves, também encaravam a questão dessa maneira, se dividindo, ao menos publicamente, entre o “sentimento do povo” e os bastidores das negociações sucessórias.

---

<sup>148</sup> A *Folha* publicou em 22.01.1984 uma pesquisa sobre a participação da Igreja na mobilização pró-diretas. Na reportagem *Católicos divididos sobre a mobilização da Igreja*, p.10 (Ver ANEXO 3), dizia-se que metade dos católicos de SP apoiava a mobilização da Igreja, enquanto uma parcela de 40% acreditava que religião e política não deveriam se misturar. Entre os que eram favoráveis à participação da Igreja, uma minoria de 20% achava que esta deveria ocorrer de forma direta, nas missas, e o dobro (43%) achava que a ação da Igreja deveria ser indireta, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A divisão de opiniões a respeito da ação da Igreja também dividia os jornais analisados. *O Globo* defendia que a Igreja cuidasse apenas da parte espiritual, ao passo que a *Folha* era favorável e apoiava a ação política da instituição católica.

Naquele início de 1984 já tramitavam pelo Congresso cinco emendas que, com redações diferentes, apresentavam uma única proposta: eleições diretas. Um acordo entre os partidos fez com que todas se unissem à Dante de Oliveira. O presidente do Senado, Moacyr Dalla, reuniu-se com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, fixando a data de 11 de abril para apreciação no Congresso – na verdade, esta ocorreu no dia 25. Depois de submetida à votação na Câmara dos Deputados, obtendo dois terços dos votos, a emenda seria encaminhada ao Senado.

Para compreender o processo político que desembocaria na foz conciliatória entre um grupo pedessista e a aglutinação de forças liderada pelo PMDB, convém atentar para uma disputa, nem tão velada, que transcorria no interior do grande partido oposicionista. Trata-se da contradição entre Ulysses e Tancredo, a qual, segundo o jornalista Elio Gaspari, assumira durante o processo de abertura – particularmente no impasse anterior do fechamento do Congresso em 1977 – o caráter de uma cordial divergência: “Tão elegantes quanto dissimulados, eles conviveram por mais de onze anos sem atritos públicos e sem nenhuma confiança.” Acompanhando o raciocínio que Gaspari atribui ao deputado Thales Ramalho, considere-se que: “O futuro de Tancredo dependia de uma saída negociada da ditadura, o de Ulysses, do colapso.” Ou, em melhores termos: o líder da ala moderada contava com a eleição indireta para levar a presidência, o outro acreditava que só teria chance pela via direta (Gaspari: 2004; 360).

#### *Observações gerais sobre a opinião publicada pelo “jornal das diretas”*

A emenda Dante de Oliveira foi apresentada no Congresso Nacional ao segundo dia de março pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT). Em *Explode um novo Brasil - Diário da Campanha das Diretas*, o então repórter da *Folha de S. Paulo*, Ricardo Kotscho<sup>149</sup>, conta que “nenhum registro de destaque foi notado nos jornais de peso”. Em sua cronologia das *Diretas Já*, ele registra que em editorial publicado ao 27 de março a *Folha* já SE declarava favorável ao pleito direto, em todos os níveis<sup>150</sup>. Na

---

<sup>149</sup> Ainda em 1984, o repórter da *Folha de S. Paulo* Ricardo Kotscho lançou o livro *Explode um novo Brasil – Diário de Campanha das Diretas*, com prefácio de Ulysses Guimarães. Além disso, Kotscho homenageava com livro a nomes como Teotônio Vilela, Leonel Brizola, Luiz Inácio Lula da Silva e Ulysses Guimarães, segundo ele, “símbolos da resistência”. Ver: KOSCTHO, Ricardo. *Explode um novo Brasil – Diário de Campanha das Diretas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. Uma das muitas reportagens do jornalista pode ser vista no ANEXO 4, quando a campanha pelas diretas estava no seu auge, e no ANEXO 5, com a desmobilização meses depois.

<sup>150</sup> Merece registro a chamada no alto da capa da *Folha de S. Paulo* publicada em 12.12.1982: “Na ‘Folha’, governadores defendem diretas em 84”. Em letras menores, um complemento, indicando as



introdução ao seu “diário”, Kotscho conta como sucederam, em novembro de 1983, as primeiras iniciativas para que o jornal paulista fosse reconhecido meses depois como “o jornal das Diretas”:

“Chegando em casa, nem esperei para saber o resultado do jogo do meu time, e fui logo pra máquina escrever aquilo que tinha sonhado de olhos abertos: por que a *Folha de S. Paulo*, o último jornal liberal do País<sup>151</sup>, não empunhava de uma vez esta bandeira das eleições diretas, como fazia a Imprensa, antigamente, quando se apaixonava por uma causa?

No dia seguinte, as três laudas que havia entregado ao chefe de reportagem, Adilson Laranjeira, foram logo parar nas mãos de Otávio Frias de Oliveira, o proprietário do jornal. Frias convocou imediatamente a cúpula da redação da *Folha*, leu aquele texto para todos, e mandou tocar o pau na máquina. Na mesma hora, formou um grupo para cuidar da cobertura da campanha, sob a coordenação de Otávio Frias Filho, secretário do Conselho Editorial” (Kotscho: 1984; 5).

A *Folha* não só declarou apoio explícito desde o início como a partir de dezembro de 1983 começou a publicar *O Roteiro das Diretas* e a cobrir detalhadamente todo o debate parlamentar, político, cultural e sindical em torno das *Diretas Já*. Nos meses seguintes colocaria seus espaços opinativos, mais fartos e bem delimitados que os *d’O Globo*, a serviço do debate efervescente nas ruas. A *Pergunta da Folha*, publicada na Página Três abordaria as diversas questões e impasses em torno do processo sucessório, da participação popular, dos caminhos institucionais etc.

Ainda naquele mesmo mês de novembro, 15 mil manifestantes estiveram diante do Estádio do Pacaembu (SP). Kotscho relata que, àquela altura, o número considerado reduzido fez com que alguns desacreditassem “não só do poder da Imprensa, mas da própria capacidade do povo brasileiro de se organizar contra a ditadura, a favor da

---

páginas da matéria e do editorial: “Montoro (SP), Magalhães (PE), Tancredo (MG) e Brizola (RJ) debatem tema “Brasil, novos caminhos”. Págs. 16 e 17 e editorial “Algo de novo” na pág.2”.

<sup>151</sup> As palavras destacadas por mim na ênfase em itálico expressam uma distinção que, supostamente, separava a *Folha de S. Paulo* e todos os demais jornais – não liberais. É difícil fazer maiores inferências sobre a afirmação feita ‘ao calor dos acontecimentos’. Mas é possível compará-la com outra, feita pelo jornalista Alberto Dines, autor da coluna *Jornal dos Jornais* (1975-77), e espécie de precursor do *ombudsman* (cargo de crítico interno criado no Brasil, pioneiramente, pela *Folha*). No texto *O muito e o pouco desta “Folha”* (27.06.1976), Dines afirmava: “pode-se perceber que mudou sensivelmente a colocação esquemática dos grandes diários no tocante a questões ideológicas e econômicas”. Adiante, o jornalista caracteriza os quatro maiores jornais da seguinte forma: “Posição conservadora: JB e “O Estado””; “Posição de centro: “O Globo””; “Posição independente”: “Folha de S. Paulo””. Ao meu ver, uma equivocada visão desconectada do *liberalismo* e do *conservadorismo* da *grande imprensa* leva o colunista a caracterizações igualmente equivocadas, como a ideia de que *O Globo* estaria no “centro” mesmo com seu expresso conservadorismo. Observa-se ainda: “...os dois grandes jornais, tidos formalmente como bastiões do liberalismo brasileiro hoje, devido às suas posições no campo econômico, inclinam-se para posturas nitidamente conservadoras”. Pois as posições mais conservadoras durante o regime militar não se deram justamente em favor de princípios economicamente liberais? (*apud* Mota & Capelato: 348).

democracia sem adjetivos”. Além disso, naquela mesma tarde do comício do Pacaembu, a 27 de novembro, morria Teotônio Vilela, o “menestrel das Alagoas”. O ex-arenista se tornara um dos principais entusiastas do mote *Diretas já* e pelas mãos do cartunista Henfil foi transformado numa espécie de mascote da campanha que alcançaria surpreendente visibilidade no ano seguinte.

As opiniões d’*O Globo* e da *Folha de S. Paulo* em editoriais oferecem, sobretudo, um registro interessante de perspectivas presentes entre os mais diversos grupos da sociedade civil. O jornal paulista, ao contrário de outros veículos, se engajou<sup>152</sup> profundamente na campanha, conclamando a sociedade às ruas através dos inúmeros editoriais publicados ao longo dos meses que antecederam a votação da emenda Dante de Oliveira (janeiro/abril de 1984) e posteriormente. A adesão ao lema *Diretas Já* incluía o empenho daquele jornal em confrontar as lideranças partidárias representantes das “aspirações nacionais” que, por um motivo ou outro, demonstrassem pouco ou nenhum comprometimento com a causa “inegociável” do pleito direto para escolha do sucessor de Figueiredo. O jornal da família Frias questionou em diversos editoriais a legitimidade de atores e instituições do “sistema representativo”, especialmente em face do “mostrengo político do Colégio Eleitoral”<sup>153</sup>. O próprio regime militar, personificado na figura do presidente e de seus ministros, não escapou das críticas e apelos feitos pelo jornal no sentido de defender uma solução diretista, e já!

Ao contrário d’*O Globo*, a *Folha* destacava em diversos editoriais os “remendos” à constituição, forjados pelo Planalto de forma a transformar o Colégio Eleitoral em uma “colcha de retalhos”. A *Folha* expressara também que, a exemplo da Emenda Constitucional nº 22, alterações à Carta teriam produzido a “figura totalmente deformada” do Colégio Eleitoral, ferindo “o princípio da representatividade das unidades federativas no Regime Republicano”<sup>154</sup>, com a “manipulação que desigualou o

---

<sup>152</sup> Em *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*, os autores Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, que emprestou seu nome à emenda, narram em detalhes a história da campanha que mobilizou o país em 1984. Ganha destaque a atuação da imprensa na divulgação e, em alguns casos, na ajuda à causa democrática. Entre outros, os autores destacam “o apoio explícito e decidido da *Folha de São Paulo*, que a partir de dezembro [de 1983] começou a publicar “O Roteiro das Diretas” e cobrir detalhadamente todo o debate parlamentar, político, cultural e sindical em torno do tema”. Ver LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 328.

<sup>153</sup> *Folha de S. Paulo*, 2 de fevereiro de 1984, editorial *Muito ruído por nada*, p.2

<sup>154</sup> Jairo Nicolau diz que durante o período autoritário, de fato, houve uma grande instabilidade nas regras de alocação das cadeiras da Câmara dos Deputados, todas elas derivadas de emendas à Constituição de 1967, convergindo para a desproporcionalidade: Emenda Constitucional nº 1, de 1969 (legislaturas eleitas em 1970 e 1974); Emenda Constitucional nº 8, de 1977 (legislatura eleita em 1978); Emenda

peso de estados tão desiguais em população fixando um mesmo número de delegados nas assembleias legislativas do Colégio, independente do número de eleitores inscritos ou de habitantes”<sup>155</sup>. As “manobras” do regime, segundo a *Folha*, comprometiam a capacidade do futuro presidente de governar apoiado sobre as bases fracas de uma escolha tão ilegítima quanto a do Colégio Eleitoral. “Já é lugar comum reprisar os riscos que advirão da escolha do futuro chefe do estado por meio desse Colégio Eleitoral em que ninguém confia e onde ninguém se vê representado.”<sup>156</sup>

A *Folha* se dedicara ainda a evidenciar posturas vacilantes ou ambivalentes daqueles que diziam defender as *Diretas já*, mas estariam participando de “obscuras” negociações, visando somente interesses pessoais. Um exemplo emblemático pode ser visto no editorial publicado em 26.02.1984, cujo título em referência à candidatura do vice-presidente é auto-explicativo: *Pela renúncia de Aureliano*. A relação entre as atitudes “à luz do dia” e outras “obscuras” é várias vezes exposta para identificar, respectivamente, as ações no âmbito da “campanha popular” e outras no âmbito do Planalto ou de determinada “cúpula partidária” – governista ou oposicionista.

Nos editoriais em que a *questão econômica* é abordada, o jornal reforça a importância das eleições diretas na busca por soluções eficientes para os impactos internos, não só da “crise internacional generalizada” como dos “equivocos das políticas governamentais do passado e do presente não remoto”<sup>157</sup>.

Somavam-se, contudo, duas restrições aos estímulos conferidos à mobilização em favor das *Diretas já!* Primeiro, a “campanha cívica” pelo restabelecimento das eleições diretas deveria afastar-se do “fantasma do revanchismo argentino”, como defendido em *Argentina, outra realidade*, (12.01.1984). Além disso, já em fase adiantada da campanha a *Folha* posicionou-se contra a “paralisação” aprovada pelo *Comitê Nacional*

---

Constitucional nº 22, de 1982 (legislatura eleita em 1982). Ver NICOLAU, Jairo Marconi. *As Distorções na Representação dos Estados na Câmara dos Deputados Brasileira*. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997.

<sup>155</sup> Folha de S. Paulo, 1º de março de 1984, *O senado e as diretas*. Sobre a atribuição ao governo autoritário do agravamento das distorções representativas, por intermédio da sobre-representação da região Nordeste, onde o partido governista (ARENA e, depois, PDS) teria seu reduto eleitoral, e da sub-representação das regiões Sul e Sudeste (redutos eleitorais do MDB), Jairo Nicolau (1997) observa que a hipótese se confirma parcialmente. No caso do Sudeste, que foi crescentemente sub-representado ao longo do regime autoritário, mas não para as regiões Sul e Nordeste. Nicolau destaca que a região Sul, pelo contrário, foi sobre-representada nas legislaturas eleitas em 1970, 1974, 1978 e 1982. Enquanto a região Nordeste, embora tenha sido sobre-representada em 1978 e 1982, chegou a ser sub-representada em 1970 e 1974. Ver NICOLAU: Jairo Marconi, Op. cit. 1997.

<sup>156</sup> *Folha de S. Paulo*, 19 de fevereiro de 1984, editorial *Um apelo ao presidente*.

<sup>157</sup> Folha de S. Paulo, 3 de março de 1984, editorial *A mensagem dos escribas*, p. 2

*Suprapartidário Pró-Diretas*. Este era formado por representantes de todos os partidos de oposição, pela CUT, Conclat <sup>158</sup>, ABI, OAB, Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) e UNE.

A segunda restrição viria meses depois em função da “paralisação”, prevista para o dia 25 de abril, quando da votação da emenda. Esta foi uma das decisões ratificadas numa sessão plenária que reunira representantes de 180 entidades sindicais, além das principais lideranças do momento. A primeira delas, “chocando-se de frente com o grupo conciliador do PMDB”, determinava: “as Diretas Já são inegociáveis” (Rodrigues: 2003; 70). O presidente da OAB, Mário Sérgio Duarte Garcia, traduzia a paralisação nacional como sendo “a título de vigília, para que todo o país possa acompanhar, pelo rádio e pela televisão, a posição dos deputados”. Já no entendimento do secretário-geral da CUT, Paulo Paim, a decisão na plenária, “traduzida na linguagem de peão, é greve geral”. Em meio às interpretações desencontradas pode ser identificada a segunda ressalva da *Folha* em relação aos possíveis rumos da campanha: *Greve é contra diretas-já*, defendera em editorial (5.4.1984). Voltarei a analisar mais adiante esta postura do jornal.

Quanto à primeira restrição, o jornal afirmara que a vitória das forças oposicionistas nos principais estados do Brasil com as eleições diretas de 1982, contrariando alguns receios, “não despertou o sentimento revanchista”. Diante d’*O legado político de 1983*, foi destacado, logo nos primeiros dias do ano seguinte, o “notável processo no sentido da pacificação nacional” e da “superação dos ressentimentos provocados pelos *excessos* tanto da resistência ao regime militar quanto

---

<sup>158</sup> No final dos anos 70 e início dos anos 80, o cenário político-partidário sofreu significativas alterações com mobilizações mais intensas, com a criação do PT em 1980 e de organismos intersindicais de cúpula. A perspectiva de uma base de unificação, no entanto, encontrou obstáculos nas tensões acerca das práticas e orientações pretendidas pelos grupos envolvidos (Santana: 2003; p. 289). Basicamente, foram constituídos dois blocos: o autodenominado “combativo”, das chamadas *Oposições Sindicais*, e o da *Unidade Sindical*. O primeiro, via PT, defendia o enfrentamento mais direto do regime e considerava a estratégia da *Unidade Sindical* como “*negocista, conciliadora e reformista*”. Esta, que incorporava militantes da esquerda dita “tradicional” (PCB; PC do B e MR-8), acreditava que o outro setor era desestabilizador. Por isso, buscava “evitar enfrentamentos diretos com o regime, conquistar o apoio de amplos setores da sociedade, trabalhando firmemente no sentido de enfraquecer o regime militar e garantir a continuidade do processo de transição”, mesmo tendo que reduzir o ímpeto reivindicativo (Santana: 2003; p. 291). Este dois grupos se colocaram em lados opostos ao longo do processo sucessório de 1984. As tensões e negociações que se estenderam pela década de 80 deram origem à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) – esta a partir de 1986 torna-se a Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

da repressão oficial”<sup>159</sup>. Na contramão da história, a palavra “excesso” produz o efeito de retirar das ações arbitrárias cometidas por oficiais a serviço do regime militar sua sistematicidade<sup>160</sup> característica. Tendo em vista o complexo sistema de repressão atuante ao longo do período identificado posteriormente como *anos de chumbo*, o uso da palavra “*excesso*” numa referência aos ‘desaparecimentos’ e às práticas de tortura evidencia o recurso a uma figura de linguagem que visa suavizar determinada informação; trata-se, portanto, de eufemismo.

Ao início de 1984, buscando afastar o “fantasma do revanchismo argentino”<sup>161</sup>, a *Folha de S. Paulo* apresenta uma opinião reforçada algumas vezes ao longo da Campanha pelas *Diretas Já* e dos meses subsequentes. A defesa do *anti-revanchismo* pelo jornal acaba por reservar ao golpe civil-militar de 1964 um lugar silencioso e seguro contra críticas e desmistificações. Meses depois da publicação dos editoriais acima citados, quando a campanha das *Diretas Já* alcançava porcentagens de quase unânimes nas pesquisas de opinião pública, o jornal paulista divulgou o resultado da Pesquisa *Folha*, realizada em seis capitais (São Paulo, Salvador, Curitiba, Belo Horizonte, Porto Alegre e Rio de Janeiro). Publicada em 1º de abril de 1984, a pesquisa revelava em porcentagens a opinião dos 2.999 entrevistados sobre *Os 20 anos do Movimento de 64*. A primeira pergunta respondida nas seis capitais foi: “Há 20 anos, no dia 31 de março de 1964, os militares alcançaram o poder no Brasil. Na sua opinião, isto, para o Brasil foi: BOM/ RUIM/ BOM NO INÍCIO E DEPOIS FOI DESVIRTUADO/ RUIM NO COMEÇO E DEPOIS MELHOROU/ NÃO SABE.” Já a segunda pergunta questionava: “Na sua opinião, este evento político desencadeado em 1964: JÁ TERMINOU SEU CICLO/ PERMANECE COM A MESMA FORÇA/ ESTÁ EM FASE DE EXTINÇÃO/ NÃO SABE”.

Algumas reflexões do jornal em torno dos resultados obtidos com a pesquisa foram expostos em *64, rumo à posteridade* (2.04.1984), editorial publicado no dia

---

<sup>159</sup> Folha de S. Paulo, 3 de janeiro de 1984, editorial *O legado político de 1983*, p.2. (grifo meu)

<sup>160</sup> Em *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois* (1964-2004), Daniel Aarão Reis afirma que a sociedade brasileira, após aderir a valores e às instituições democráticas, “enfrenta grandes dificuldades em compreender como participou, num passado ainda muito recente, da construção de uma ditadura, que definiu a tortura como política de Estado” (grifo meu). Ver: REIS, D. A. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. Em: REIS, D.A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R.P.S. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois* (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.334p.

<sup>161</sup> Em 26.02.1984 a *Folha* publicou *Revanchismo, palavra fora do dicionário oposicionista* entre as incontáveis matérias incluídas sob o título *A sucessão pelas urnas* (título geral que aparecia no alto da página). Folha de S. Paulo, página 8 (1º Caderno, Política): ver ANEXO 6.

seguinte à divulgação da Pesquisa *Folha*. Entre as observações, merece citação a conclusão apresentada ao final do editorial (e aqui ressaltada com trecho em itálico):

“(…) Contudo, os juízos negativos sobre essa fase da história brasileira não caracterizam uma unanimidade como a que se verifica hoje a favor do seu encerramento por meio das eleições diretas para presidente. A diferença mais flagrante é que, enquanto praticamente não há indecisos a respeito das diretas, exceto na bancada do PDS, a Pesquisa “Folha” encontrou uma parcela considerável de pessoas sem opinião formada sobre os resultados (21,4%) e perspectivas (24,1%) do movimento de 64.

A aparente discrepância, na certa, tem a ver com a falta de informação sobre o passado político recente. É o que sugere o fato de a proporção de respostas “não sei” entre os entrevistados de São Paulo variar acentuadamente na razão inversa da renda e da idade. Por falta de informação e, talvez, ainda mais por falta de vivência pessoal, o fato é que nada menos que 42,4% dos jovens paulistanos entre 14 e 19 anos declararam não saber se a ascensão dos militares foi boa ou foi ruim para o Brasil. *Supondo que esse resultado possa ser extrapolado para o resto do país, não poderia haver sinal mais claro de que o movimento de 1964 se incorpora à história e deixa de ser um dado significativo para as oposições políticas das novas gerações*”<sup>162</sup>.

A conclusão, obtida a partir dos dados da Pesquisa *Folha*, corrobora em certa medida a perspectiva “*anti-revanchista*” defendida pelo jornal. Isso porque, embora incorporado o “movimento de 64” a “posteridade”, a pesquisa comprovava “objetivamente” a pouca relevância para as gerações futuras.

Aos abordar a “mistificação da história” produzida a partir de inúmeras “(re) construções históricas”, à esquerda e à direita do espectro político, Marcelo Ridenti recupera o combate à tese de que “a sociedade brasileira viveu a ditadura como um pesadelo que é preciso exorcizar, ou seja, a sociedade não tem, e nunca teve, nada a ver com a ditadura” (Reis *apud* Ridenti: 2004; 60). Segundo a crítica de Daniel Aarão Reis, retomada por Ridenti, determinadas reconstruções desfazem os elos entre passado e presente, como se a ditadura fosse um período de *trevas*, rompido com as *luzes* da democracia que a sucedeu. “Num contexto em que todos reivindicam essas luzes e renegam as trevas”, ocorreram “(re)construções históricas, verdadeiros *deslocamentos de sentido* que se fixaram na memória nacional”<sup>163</sup>. Em cada um dos jornais analisados, a *Revisão histórica* é utilizada como importante recurso argumentativo: ora corroborando a imperativa finalização do projeto de abertura traçado pelos militares,

---

<sup>162</sup> Folha de S. Paulo, 2 de abril de 1984, editorial 64, *Rumo à posteridade*, p.2

<sup>163</sup> Grifos do autor. Ver: RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura – armadilhas para pesquisadores. Em: REIS, D.A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R.P.S. (orgs.). O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004, 334p.

contornando o quanto antes o imprevisto representado pela Campanha das *Diretas Já*; ora reforçando a importância da via diretista sustentada pela manifestação popular.

Em referência ao livro *Ditadura militar, esquerdas e sociedade* (2000), de Aarão Reis, Ridenti enfatiza reconstruções em torno da suposta inserção das esquerdas armadas como “parte integrante da resistência democrática”. Se por um lado é aceita a pertinência deste propósito desmistificador presente na obra de Aarão Reis, observa-se também uma apropriação em sentido oposto ao pretendido. Em reportagem d’*O Globo* – “Resistência democrática, dogma que desaba”, 29. 03. 2004, p. A-8 – Ridenti identifica um exemplo emblemático de interpretações que isentam a sociedade de qualquer cumplicidade com a ditadura, ao passo que esta, no limite, é justificada como caminho “para livrar a sociedade brasileira dos socialistas revolucionários”. Segundo o autor, o reconhecimento de que a valorização de determinada ideia de democracia pelas esquerdas ocorreria só a partir de meados de 70, não deve inibir o fato de que, antes e depois do golpe de 1964, a questão democrática situava-se no contexto da Guerra Fria. Isso faz lembrar que “os Estados Unidos não hesitaram em apoiar golpes militares para garantir o poder de seus aliados na América Latina, ditos liberais e defensores da democracia...” (Ridenti: 2004; 62). A fim de evitar os anacronismos de uma análise centrada na “falta de democracia das esquerdas”, afirma Ridenti, é necessário o cuidado de não basear o estudo daquele passado numa ideia de *democracia* estabelecida apenas posteriormente, e consolidada no presente – ainda com limites a serem realçados, analisados e superados.

*Na rota da democracia*<sup>164</sup> contém referências ao “espírito cívico e ordeiro”, bem como ao “alto grau de maturidade política” demonstrado pelos 700 mil brasileiros que até aquele 17 de fevereiro haviam saído às ruas em favor das eleições diretas. Tendo como temática principal uma recorrente contestação à ideia de que as forças armadas seriam contra as *Diretas Já*, são reproduzidas as palavras tranquilizadoras do ministro do Exército Valter Pires (1979-85): “As circunstâncias que conduziram as forças armadas a uma participação objetiva no processo político nacional desde 1964 já se acham perfeitamente superadas”.

Em *O Brasil das diretas* (24.2.1984), publicado na semana seguinte, o jornal dá ênfase às diferenças entre as mobilizações pré-64 e aquela então apoiada pela *Folha*.

---

<sup>164</sup> Folha de S. Paulo, 17 de fevereiro de 1984, editorial *Na rota da democracia*, p.2

Tomando aquele ano (1964) como divisor de águas, o jornal observa que antes a “população [era] arrastada por lideranças carismáticas”. Por outro lado, passados “Os 20 anos do Movimento de 1964” – título da série de reportagens publicadas pela *Folha* na semana do aniversário do golpe – é reconhecido o “alto grau de maturidade” e de “organização e consciência política” característico dos adeptos à Campanha pelas *Diretas Já*. A distinção é reforçada pelo “estado de espírito das massas, de manifestantes nos quais o sentimento de esperança e de cautela parece predominar francamente sobre a possível ira oposicionista”. Assim, um conjunto de características denotava o “caráter pacífico e ordeiro das manifestações”. Destacava-se ainda que a “distância em relação ao período do chamado populismo” era “ainda mais sensível em vista da amplitude geográfica da campanha”, enfatizando que não eram só as capitais marcavam presença<sup>165</sup>.

O estigma de passividade atrelado às manifestações pré-64 não só demonstra desconsideração pelo processo histórico de construção de identidade dos movimentos sociais como acaba contribuindo para reforçar, em certa medida, a fala dos militares representados pelo ministro Valter Pires. Este se refere às “circunstâncias” que teriam conduzido as forças armadas a uma “participação objetiva no processo político nacional desde 1964”. Estas circunstâncias, do ponto de vista dos militares, estavam diretamente relacionadas a uma herança “populista” de Vargas, manifesta por meio das radicalizações em favor das *reformas de base* no governo Goulart. Contra essa perspectiva, vale destacar um “esforço de revisão do populismo, sobretudo na área da História, não tanto para retirá-lo do rol dos regimes autoritários, mas para negar o caráter inteiramente subordinado e passivo dos movimentos dos trabalhadores” (Oliveira: 2004; 117-8)<sup>166</sup>.

#### *O Globo: características gerais em nome da harmonia e da representatividade*

*O Globo* foi no início frontalmente contrário às *Diretas Já*. Vale observar que as matérias sobre os primeiros “*showmícios*” pró-diretas se destinaram, predominantemente, a fornecer informações sobre o esquema policial de segurança no entorno do local onde ocorreriam as manifestações, privilegiando o enfoque da

---

<sup>165</sup> Folha de S. Paulo, 24 de fevereiro de 1984, editorial *O Brasil das diretas*, p.2

<sup>166</sup> Ver: OLIVEIRA, Francisco. Ditadura militar e crescimento econômico: a redundância autoritária Em: REIS, D.A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R.P.S. (orgs.). O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.334p.



manutenção da *ordem*. Enquanto a *Folha* usa a perspectiva da “solução da maioria” em contraposição à tutela e o continuísmo representados pelo Colégio Eleitoral e por negociações de cúpula, o jornal carioca, desde o início de 1984, batia na tecla do respeito ao calendário da abertura como verdadeiro “interesse nacional”. Propostas contrárias a este núcleo da posição d’*O Globo* são criticadas pelo jornal como exemplos de “maniqueísmo ideológico”, imaturidade, irrealismo ou mesmo oportunismo. Em torno de cada um dos *eixos temáticos* aqui identificados se repetem e sustentam as lógicas argumentativas verificadas.

Ao longo dos primeiros meses de 1984, *O Globo* passou por sutis mudanças quanto aos espaços reservados para opinião do jornal. Inicialmente, o editorial era publicado quase invariavelmente na capa do jornal, mas após algumas modificações ganha espaço fixo no alto da página quatro, ao lado da *Coluna Política*, que deixa a página dois para ocupar este espaço reservado exclusivamente para o gênero opinativo. A presença de editoriais na capa representa a partir de então um maior destaque ao assunto tratado em determinada edição e, em repetidos casos, ‘dialogava’ com a manchete do dia. Em alguns casos especiais os editoriais eram assinados pelo dono do jornal, Roberto Marinho.

Ao dia 12 de janeiro de 1984, o jornal expôs em *Exigência Sucessória*<sup>167</sup>, sua opinião a favor do Colégio Eleitoral e contra as eleições diretas, oferecendo “apoio irrestrito ao presidente Figueiredo”. Ciente dos efeitos que as manifestações populares poderiam ter sobre o partido do governo, *O Globo* alertava: “[que] as divergências naturais e democráticas [dentro do PDS] não se transformem em cisão”. Ao contrário da *Folha*, os conflitos internos do partido governista eram vistos com certa preocupação pelo seu potencial divisionista.

Como sustentação para a tese da sucessão do presidente Figueiredo pelo pleito indireto, *O Globo* também defendeu, em inúmeros editoriais a tese do *anti-revanchismo*. Este, contudo, era diretamente associado às manifestações da Campanha pelas *Diretas Já*. Ao contrário da abordagem da *Folha*, eram fartos os argumentos utilizados em defesa da legitimidade do Colégio Eleitoral na escolha do sucessor de Figueiredo e, portanto, da necessidade de uma “solução de consenso” para completar a transição democrática e para superação da crise econômica. Outra clara preocupação era a de

---

<sup>167</sup> *O Globo*, 12 de janeiro de 1984, editorial *Exigência Sucessória*.

evitar os iminentes riscos de um “fechamento” político deflagrado em virtude da desordem representada pelas manifestações cada vez mais expressivas. A *Coluna Política* do dia 14.01.1984 – com teor de editorial, já que não havia a assinatura de um colunista específico – destacava *Os riscos da emergência*, expondo cogitações sobre uma possível decretação do Estado de emergência na área metropolitana de São Paulo em função do comício previsto para o dia 25 de janeiro daquele ano.

A citação abaixo ilustra bem a tentativa de negação da mobilização, a qual se somara ao equívoco de trocar a comemoração do aniversário de São Paulo com outra festividade.

“No comício da Praça da Sé reuniu-se anteontem cerca de 1% da população da capital de São Paulo. Para esse expressivo comparecimento de mais de 100 mil pessoas, convocadas insistentemente pelos meios de comunicação à disposição do Governo estadual e municipal, por certo não apenas a propaganda atuou como atrativo: muitos concorreram para o êxito da promoção também o anúncio do “show” de numerosos artistas, entre os mais populares do País, e haverem os governantes determinado a gratuidade de todos os meios de transporte: ônibus, trens, metrô. A tudo isso, somando-se a presença de políticos opositoristas de vários Estados, chamou-se o Comício de São Paulo pelas diretas.

Comemorava-se mais um aniversário do Grito do Ipiranga [sic], festividade que costuma reacender o entusiasmo e o orgulho do povo paulista. (...) <sup>168</sup>

Quanto ao mote político do comício de São Paulo - as eleições diretas - não há dúvida que corresponde à preferência de uma grande parte do eleitorado brasileiro. É uma tese que não se choca de maneira alguma, antes pelo contrário, com os princípios democráticos. Mas esses princípios democráticos convivem perfeitamente com numerosíssimas formas de provimento dos cargos públicos, sendo mesmo a maioria dos países mais adiantados do mundo submetida a regimes políticos em que os cargos de governo são providos por voto indireto” <sup>169</sup>.

O *anti-revanchismo* seria o caminho para a superação do “antagonismo entre civis e militares” e para “afastar toda sombra de dúvida sobre a estabilidade das instituições democráticas”. Essas palavras, proferidas pelo presidente argentino Raul Alfonsín (1983-1989), foram reproduzidas no editorial *Sem revanchismos*, publicado em 17.1.1984. Nele, o jornal reconhecia o presidente recém-eleito como um “estadista”, cujo desejo seria o de “realmente promover a pacificação nacional”, evitando o “revanchismo antimilitar [que] constituiria a pior alternativa para a Argentina

---

<sup>168</sup> Retificação publicada no dia seguinte pelo jornal: “Um equívoco causou uma inversão no editorial “O comício da Praça da Sé”, publicado ontem pelo GLOBO. Ao contrário do que ali está dito, o comício se realizou na data magna de São Paulo, e a festa popular promovida pelas Organizações Globo há alguns anos ocorreu no aniversário do grito do Ipiranga.”. Publicado em: O Globo, 28 de janeiro de 1984, Seção O País.

<sup>169</sup> O Globo, em 27 de janeiro de 1984, editorial *O Comício da Sé*, Capa.

democratizada”<sup>170</sup>. Em vias de decomposição após o episódio das Malvinas, o aparelho militar argentino não se assemelhava ao brasileiro, o que, segundo *O Globo*, era determinante às significativas variações entre os dois processos de abertura – o brasileiro e o do país vizinho. Assim, mais uma vez, no âmbito do eixo da *conjuntura internacional*, a Argentina é identificada com um exemplo de abertura que não deveria ser seguido.

Aspectos da postura *anti-revanchista* mantida pela *Folha* e pelo jornal *O Globo* merecem destaque, pois antes de representar um caráter meramente pacifista, revelam traços não tão evidentes da conciliação com o regime militar, postura assumida em maior ou menor grau por parte significativa da *grande imprensa* em relação ao passado.

Abaixo, exponho o “pacote argumentativo” central de cada veículo analisado. Considerando a *(i)legitimidade do Colégio Eleitoral* como o *núcleo da questão*, busco organizar e sintetizar a abordagem de cada um, que será objeto de análise nas páginas seguintes:

---

<sup>170</sup> *O Globo*, em 17 de janeiro de 1984, editorial *Sem revanchismos*.

**O GLOBO/ Diretas Já!**

<i>Núcleo da Questão</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Legitimidade do Colégio Eleitoral</i></li> </ul>
<i>Núcleo da Posição</i>  <i>opinião publicada</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A favor da “<i>solução de consenso</i>”</li> <li>• Defesa do voto indireto x pressão popular sobre o Congresso</li> <li>• Defesa do sistema representativo x participação direta da população</li> <li>• <b><i>Contra a aprovação da Emenda Dante de Oliveira</i></b></li> </ul>
<i>Metáfora/ Imagem</i> <i>Visual/ Exemplo</i> <i>Histórico...</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Revisão histórica: superação do passado</i> pré-“revolucionário” (fim do ciclo)</li> <li>• <i>Perigos da “argentinização”</i> (“anti-revanchismo”)</li> <li>• Poder legislativo = “força moderadora de radicalismos”</li> <li>• “Cérebros e computadores oficiais” x opinião popular “passional”</li> <li>• Terra X Céu/ Razão x Emoção</li> <li>• Realismo/ racionalismo x passionalismo oposicionista</li> <li>• Votação da emenda na “intimidade do plenário parlamentar”</li> <li>• Evocação de instâncias últimas: “Nação”; “povo”; “família brasileira”; “consciência democrática do país”; “interesse nacional” etc. (metonímia)</li> </ul> <p><i>Ordem x desordem</i></p> <p><i>Avanço x retrocesso ou estagnação do processo democrático</i></p>
<i>Responsabilização</i>  <i>caracterização dos responsáveis pelo ‘problema’</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oportunismo de líderes oposicionistas</li> <li>• Clima emocional do povo</li> <li>• <b><i>Diretas Já:</i></b> “maniqueísmo ideológico”; “imaturidade”; “irrealismo”; “histeria”</li> <li>• Aventureiros “populistas” ou “bonapartistas”</li> </ul>
<i>Causas</i>  <i>Justificativas ao núcleo de posição</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manutenção do calendário de <i>abertura</i></li> <li>• Riscos da desordem nas ruas</li> <li>• A gravidade da conjuntura (crise econômica; transição democrática...) exige a escolha mais segura;</li> </ul>
<i>Conseqüências</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agravamento da crise econômica;</li> <li>• Endurecimento de forças conservadoras</li> <li>• Descumprimento do calendário da <i>abertura</i></li> </ul>
<i>Princípios</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípios (clássicos) de representação política e participação popular</li> <li>• <i>Mandato não imperativo</i> (até abril, anti-<i>Diretas</i>)</li> <li>• <i>Mandato imperativo</i> (pós-abril): fidelidade ao mandato (pró-Tancredo)</li> <li>• Realismo e racionalidade político-econômica;</li> </ul>

<b>FOLHA DE S. PAULO/ Diretas Já!</b>	
<i>Núcleo da Questão</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Ilegitimidade do Colégio Eleitoral</i></li> </ul>
<i>Núcleo da Posição</i>  <i>opinião publicada</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Defesa do voto direto x tutela do processo sucessório</i></li> <li>• <i>Defesa da “vontade consensual da Nação” = “solução da maioria”</i></li> <li>• <b><i>Pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira</i></b></li> </ul>
<i>Metáfora/ Imagem Visual/ Exemplo Histórico...</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Massas manipuladas pré-64 x mobilização pró-<i>Diretas Já!</i> (“alto grau de maturidade”; “organização e consciência política”)</li> <li>• “Acertos obscuros” x “negociações às claras”</li> <li>• Evocação de instâncias últimas: “Nação”; “povo”; “interesse nacional” etc</li> <li>• Campanha suprapartidária: “unidade da pressão pacífica e ordeira”</li> <li>• Elementos pró-diretas: preservação da “unidade”; ênfase ao caráter de “demanda cívica” e constante “vigilância” do sistema representativo;</li> <li>• Convocação 1: “Use amarelo pelas diretas-já” (faixa no alto da capa do jornal). Convocação 2: “Use preto pelo Congresso Nacional” (capa do dia 26.04.1984).</li> </ul> <p>Sociedade mobilizada x sistema representativo (ilegítimo) Sociedade civil = “<i>nós</i>”</p>
<i>Responsabilização</i>  <i>caracterização dos responsáveis pelo ‘problema’</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Omissão do presidente no processo sucessório</li> <li>• Líderes “ambíguos”, preocupados com interesses particulares, incapazes de atender ao desejo expresso nas ruas.</li> <li>• Grupos conservadores “continuístas”</li> <li>• Radicalizações divisionistas à esquerda (anti-Greve geral)</li> </ul>
<i>Causas</i>  <i>Justificativas ao núcleo de posição</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Caráter pacífico e ordeiro das manifestações”</li> <li>• Restituição do direito ao “autogoverno” pela população: fundamental para avanço democrático</li> <li>• Sufrágio universal: requisito básico para a solução de problemas sócio-econômicos</li> <li>• Pacificação sem “revanchismo” já conquistada com Leis de Anistia; remotas chances de retrocesso institucional</li> </ul>
<i>Conseqüências</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presidente eleito por via indireta: sem “respaldo popular” para enfrentamento da crise econômica</li> <li>• Fragilidade do “pacto social” (especialmente com <i>Aliança Democrática</i>)</li> <li>• “Continuismo”</li> </ul>
<i>Princípios</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípio da “soberania popular”</li> <li>• <i>Mandato imperativo</i> dos representantes parlamentares</li> <li>• Jornal representa uma <i>associação</i> cujos membros são os leitores-consumidores-cidadãos (Manual de Redação, 1984)</li> <li>• Jornal como “organizador coletivo”; “<i>vanguarda</i>”</li> </ul>

*O som que vem das ruas...*

O Globo e o sistema representativo – Em oposição à alternativa defendida pela Campanha pró-*Diretas Já*, *O Globo* coloca ainda valores como “ponderação e prudência”; sobretudo em vista da validade do processo sucessório indireto, legitimado “pela eleição popular de 1982, que compôs, com o voto livre, secreto e universal, o Colégio Eleitoral”. Na direção de uma democracia que evoluísse “com segurança” o jornal defende ainda:

“Urgente apenas é o sôfrego oportunismo de uns tantos opositoristas vorazes pelo poder... não hesitam em forçar caminhos perigosíssimos para a paz pública e, em última instância para o processo de abertura democrática, até aqui sustentado, sobretudo pela paciência com que é gradativamente conduzido. Aqueles que zelam pela democracia, desejando a sua evolução com segurança, não se deixarão perturbar pela gritaria e pela parafernália propagandística dos defensores das diretas imediatas.”<sup>171</sup>

Ao que se pode perceber pela leitura dos editoriais publicados por *O Globo*, especialmente entre janeiro e abril de 1984, há um esforço argumentativo no sentido de demarcar aqueles que seriam os princípios (clássicos) de representação política e da participação popular direta. *O Globo* via a pressão popular sobre o Legislativo – assim identificadas as manifestações públicas em favor das eleições diretas – como uma “heresia democrática”<sup>172</sup> e manteve intacta sua defesa de instituições forjadas no âmbito do regime autoritário, sem rupturas. Não se tratava de invalidar os anseios populares, mas de garantir que eles seriam atendidos seguindo a “lógica oportuna de um desdobramento democrático”<sup>173</sup>. A ação popular direta, através de marchas ou greves, caminhava em sentido contrário ao da democracia, tendo em vista aquela conjuntura política, econômica e social. Embora reunissem milhares de pessoas, as formas de mobilização e pressão nos moldes adotados pelos movimentos sociais ligados às bases populares e as entidades civis, com apoio dos partidos políticos, não são identificadas como a expressão direta da vontade popular. Ao contrário, o jornal caracterizava as manifestações como sendo movidas por pretensões individualistas, “unilaterais”, incapazes de traduzir uma sociedade “pluralista”.

---

<sup>171</sup> *O Globo*, em 27 de janeiro de 1984, editorial *O Comício da Sé*, Capa.

<sup>172</sup> *O Globo*, 18 de fevereiro de 1984, editorial *Avanço sem pressões*.

<sup>173</sup> *O Globo*, 19 de fevereiro de 1984, editorial *O voto sem radicalizações*.

“(…) Pretender, portanto, que o Congresso decida em clima de esmagadora e irresistível pressão multitudinária, como estava nos planos da [marcha] “sobre Brasília” ou eventualmente venha ainda a cogitar-se, a partir do comício que a substituirá, constitui inominável heresia democrática.

Pressão popular nesses moldes pouco tem a ver com vontade popular, plena e democraticamente considerada. Ao passo que o voto traduz as múltiplas tendências da sociedade pluralista, comícios, passeatas e movimentos de massa semelhantes demonstram apenas posições unilaterais ou parciais do conjunto social. Não é que lhes falte legitimidade, mensagem ou importância, mas lhes faltam as indispensáveis condições de abrangência e plenitude.

(…) Se a mobilização pró-diretas produzir consequências de intranqüilidade, agitação e desordem, sobretudo para infiltração ideológica a serviço da perturbação da abertura, isso resultará na sua autocondenação independentemente das avaliações e dos juízos do governo.”<sup>174</sup>

Dois modelos de democracia serviram de inspiração para outras sociedades que não aquelas onde foram estabelecidos inicialmente: a *democracia grega* e a *democracia liberal*. Dois institutos herdados da primeira e que constituem a democracia direta são a assembléia dos cidadãos deliberantes sem intermediários e o *referendum*. Afastada do ideal da democracia rousseauiana, a segunda foi criada com o propósito de atender às demandas do Estado moderno. Sua principal expressão se deu como subproduto da Constituição dos EUA, estruturada pelos idealizadores do Colégio Eleitoral norte-americano, os chamados *pais fundadores*. O federalista James Madison (1751-1836), por exemplo, em artigo a respeito da *Utilidade da União como preservativo contra as facções e insurreições*, defendia que em um “governo é mais possível que a vontade pública, expressa pelos representantes do povo, esteja em harmonia com o interesse público do que no caso de ser ela expressa pelo povo mesmo, reunido para este fim”.<sup>175</sup> Considerava ainda que pudesse haver homens “de caráter faccioso, cheios de prejuízos, filhos de circunstâncias locais ou de projetos sinistros” que, “por intriga, por corrupção ou outros meios” obtivessem os votos do povo para “atraiçoar-lhes depois os interesses”.

A confrontação de tais “modelos” com a postura d’*O Globo*, longe levar a comparações anacrônicas, possibilita inferir que o jornal advogava a favor dos marcos da

---

<sup>174</sup> *O Globo*, *Avanço sem pressões*, 18 de fevereiro de 1984.

<sup>175</sup> MADISON, James. *Utilidade da União como preservativo contra facções e insurreições*. In: HAMILTON, Alexander; JAY, John; MADISON, James. *O Federalista*. Coleção *Os pensadores*. São Paulo: Victor Civita Editor, 1985, p. 98.

democracia representativa e liberal, mas o fazia com o intuito de sustentar uma continuidade nos moldes autoritários do regime militar. Falava-se numa *democracia* que restringia os meios de expressão da soberania popular, mesmo considerando-se os termos da democracia liberal (voto direto e universal e a alternância de poder) inspirados nos “clássicos” do passado longínquo e nas experiências dos anos subsequentes.

*O Congresso e os comícios*<sup>176</sup>, publicado no início do mês de março de 1984, expressa o seguinte anseio: “[que o] Poder Legislativo se afirme perante a Nação como força moderadora dos radicalismos de qualquer espécie político-ideológica”. Com o avanço dos *showmícios* em defesa das *Diretas já* e a menos de um mês da votação da emenda pelo Congresso, o jornal, contrário aos “horizontes imediatistas do voto direto”, reforçara sua opinião no editorial *Os limites da vontade popular*:

“Os comícios são, obviamente, expressões (parciais) da vontade popular. Mas se é verdade que essa forma de manifestação da vontade tem em geral caráter democrático e serve à democracia, nem por isso o regime representativo a aceita e assimila antes de instrumentalizadas, quer dizer antes de passar pelos mecanismos de processamento do sistema.

A tendência popular definida nos comícios, assim como nas pesquisas de opinião pública, não vai diretamente para o processo decisório da democracia. Os partidos políticos e o Congresso estão basicamente incumbidos de promover a intermediação seletiva dessas propensões, para que elas possam chegar, no final, representando a média do pensamento, das aspirações e das reivindicações de toda a sociedade.

Na prática existe sensível diferença entre o que se deseja ou reclama espontânea e publicamente e o que pode transformar em decisão de conveniência generalizada, imposta por meios legais e assemelhados. Os Poderes Executivo e Legislativo aí estão para fazer a triagem necessária, em nome da política governamental e em nome do próprio povo.

(...) Tampouco a opinião popular tem a obrigação de ser racional e sutil nas suas manifestações, sobretudo as de rua: para isso há o Governo e o Congresso servidos de farta assessoria técnica, há cérebros e computadores oficiais encarregados de cotejar as espontaneidades e as complexidades que compõem o modo de vida democrático e daí extrair as fórmulas praticáveis.

(...) Quando assumem o caráter de máquina de pressão e se apoiam nos valores intimidativos da quantidade, eles [os comícios] significam o oposto da negociação, da busca de fórmulas consensuais, e, portanto se afastam de princípios fundamentais da democracia.”<sup>177</sup>

---

<sup>176</sup> O Globo, 2 de março de 1984, editorial *O Congresso e os comícios*.

<sup>177</sup> O Globo, 20 de abril de 1984, editorial *Os limites da vontade popular*.



É possível perceber uma mudança de tom em relação ao editorial *O comício da Sé*, onde menos que reconhecer qualquer expressão da “vontade popular” através dos comícios, o mesmo jornal referia-se à “gritaria” e “parafernália propagandística dos defensores das diretas imediatas”. Os meses foram passando, as manifestações em favor das *Diretas Já!* reuniam cada vez mais adeptos e milhões compareciam aos comícios e passeatas, produzindo recordes históricos. Assim sendo, *O Globo* exhibe, relativamente, mais parcimônia quando considera: “se é verdade que essa forma de manifestação da vontade (popular) tem em geral caráter democrático e serve à democracia”... Para, na sequência, o jornal argumentar em favor do ‘filtro’ das instituições representativas. Acrescentam-se ainda, como recurso argumentativo, os “limites da vontade popular”, não sendo aqueles impostos pelo regime, mas pela própria incapacidade dessa vontade de se expressar racionalmente. Como em alguns editoriais publicados naquele ano, a oposição *realismo x irrealismo* ou *razão x emoção* – de forma que os segundos termos são a causa do demérito e inabilidade dos manifestantes pró-diretas – torna-se também um mecanismo para argumentar em defesa do Colégio Eleitoral e do calendário da abertura previamente estabelecido.

Com base na análise aqui desenvolvida, é possível verificar nos editoriais d’*O Globo* a abordagem conjunta de dois eixos temáticos: *sistema representativo* e *sociedade mobilizada*. Assim como no caso d’*Os limites da vontade popular*, noutros editoriais em que há referência à mobilização social, particularmente em torno da campanha nacional pelas *Diretas Já*, são expostas, como contraponto, referências às instituições representativas – sua importância para a democracia e suas prerrogativas no processo sucessório.

Nos primeiros dias do ano, matérias como “Maximiano reafirma que pega em arma por livre iniciativa”<sup>178</sup> sugerem a convergência da cobertura jornalística com a opinião do jornal, numa abordagem que privilegia ameaças de “desordem” e “agitação”. Na matéria publicada em 7.01.1984, o Ministro da Marinha destacava os custos de uma eleição direta, bem como a agitação que seria provocada com a sua execução. Em outra matéria, que ocupava uma página inteira, o jornal publicara “Três personalidades, três teses no PDS para sucessão”, dando ênfase aos tramites sucessórios que seriam decididos no âmbito do partido governista – no caso, por Calim Eid (“soldado de

---

<sup>178</sup> O Globo, 7 de janeiro de 1984, p.4.

Maluf”), pelo deputado mineiro Homero Santos e por Wellington Moreira Franco (articulador da candidatura de Aureliano Chaves, com quem se uniria na *Frente Liberal*). O destaque aos primeiros dias do ano era justamente a avaliação do cenário político após a atribuição ao PDS da coordenação sucessória, da qual o presidente Figueiredo abdicara publicamente. Após a morte, no início do ano, da ex-deputada e presidente nacional do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) Ivete Vargas<sup>179</sup>, especulava-se sobre uma provável aliança do PTB com o PDS. Estas especulações levaram a *Folha* a publicar editorial em março daquele ano criticando o histórico “*fisiologismo petebista*”. Tal expressão parecia refletir uma desconsideração quanto ao caráter de contestação e mobilização social presente na origem daquele partido contra o liberalismo do patronato, cujas restrições contrapunham-se aos direitos do operário – à greve, à organização sindical etc.

Conjuntura internacional – O *Resgate da América Central*, publicado em 13 de janeiro de 1984 oferece uma amostra da concepção de “política preventiva” defendida por *O Globo*. Esta deveria atuar no sentido de uma “solução similar à do vitorioso Plano Marshall” a fim de “neutralizar... tendências responsáveis pelos fenômenos cubano e nicaraguense.” O necessário resgate daquela parte do globo seria indicativo de que “praticamente toda América Latina”, observara *O Globo*, “reclama uma nova prioridade e novos critérios de avaliação e comportamento a partir de Washington”. Assim sendo, “a partir de Washington” deveriam vir “[o]s parâmetros de legitimação democrática, do desenvolvimento econômico, da justiça social, da verdadeira cooperação internacional” para “compor o balizamento insubstituível do caminho a seguir.”<sup>180</sup> A postura d’*O Globo* fica ainda mais clara a partir da leitura de outros dois editoriais: *Democracia latino-americana* (7.05.1984) e *A verdadeira segurança nacional* (13.9.1984) – este último analisado mais adiante.

---

<sup>179</sup> O PTB foi reestruturado após redefinição das regras partidárias de 1979 e a disputa vencida pela herança da legenda. Em 12.12.1982, a *Folha* publicou a seguinte manchete: *Brizola aceita discutir fusão PDT-PTB*. Segundo entrevista “exclusiva” ao jornal o recém-eleito governador do Rio de Janeiro havia dado aval às primeiras conversações com representantes dos dois partidos. Depois de perder o direito à legenda trabalhista do PTB, Brizola criou o Partido Democrático Trabalhista (PDT). A possibilidade de fusão anunciada pela *Folha* nunca se concretizou. A ligação histórica com as três letras do *trabalhismo* varguista consta em trecho da *Carta de Lisboa* (17.06.1979), registro de fundação do PDT: “Analisando a conjuntura brasileira, concluímos pela necessidade de assumirmos a responsabilidade que exige o momento histórico e de convocarmos as forças comprometidas com os interesses dos oprimidos, dos marginalizados, de todos os trabalhadores brasileiros, para que nos somemos na tarefa da construção de um Partido Popular, Nacional e Democrático, o *nosso PTB*. Tarefa que não se improvisa, que não se impõe por decisão de minorias, mas que nasce do encontro do povo organizado com a iniciativa dos líderes identificados com a causa popular” (grifo meu).

<sup>180</sup> O *Globo*, 13 de janeiro de 1984, editorial *O resgate da América Central*

Abordando “a esperada vitória do candidato José Napoleón Duarte em El Salvador”, apoiado pelos EUA, *O Globo* apresentou no início de maio sua perspectiva acerca da *Democracia latino-americana* e da conjuntura política na região. O jornal destacara que a América Central havia se tornado “um dos grandes barris de pólvora da política internacional, saindo em poucos anos do seu velho lugar de penumbra e esquecimento aos olhos do mundo para o papel destacado de corda sensível dos desentendimentos Leste-Oeste”. *O Globo* expressava uma visão alinhada com os interesses dos EUA, ainda que reconhecesse como “nada compensador” para aquele país o custo do projeto de invasão da Nicarágua sandinista:

“A intervenção política e militar de Washington está e estará circunscrita à área centro-americana, pelo envolvimento físico e contíguo dos interesses estratégicos dos Estados Unidos diante dos quais a expansão marxista na região, tanto mais à sombra do apoio cubano-soviético, afigura-se inaceitável. Todavia, o projeto de invasão da Nicarágua sandinista encontra o repúdio (vide o episódio das minas) dos aliados europeus dos Estados Unidos, enfraquece a OTAN e, portanto cobra um custo interno e externo nada compensador. Por outro lado, é extremamente difícil que os sandinistas consigam sustentar resistência ilimitada às pressões exercidas sobre o seu regime, daí podendo se viabilizar a fórmula capaz de pacificar o cenário e neutralizá-lo como foco de irradiação revolucionária cubana”<sup>181</sup>.

A *Folha*, por sua vez, numa comparação entre o Brasil e o México, por ocasião da reunião entre os chefes de Estado dos dois países, publicara em 30.03.1984 um editorial em que são abordados temas semelhantes aos destacados acima, contudo sob uma perspectiva um tanto diferente d’*O Globo*. Acredito que, mesmo um pouco extenso, vale reproduzir o editorial que, pelas possibilidades de contraste com a opinião destacada nos parágrafos anteriores, torna-se esclarecedor não só em relação à opinião da *Folha* acerca da *conjuntura internacional* (regional), mas percepção comparativa com a opinião expressa pelo jornal da família Marinho (grifos meus):

“No plano retórico, as políticas externas do Brasil e do México coincidem em alguns pontos cruciais. Ambos condenam veementemente *a impermeabilidade dos países desenvolvidos à proposta de uma ordem econômica internacional em crise e cujos mecanismos comerciais e financeiros prejudicam de maneira insuportável as nações em desenvolvimento*. Ambos preconizam uma solução negociada para os conflitos centro-americanos, com base em *princípios de auto-determinação e não intervencionismo militar*.

Essas coincidências serão naturalmente enfatizadas nos comunicados conjuntos da visita do presidente Miguel de la Madrid ao Brasil, como foram quando da visita do presidente Figueiredo ao México, em 1982.

---

<sup>181</sup> O Globo, 7 de maio de 1984, editorial *Democracia latino-americana*,

Mais uma vez, contudo, é pouco provável que daí resultem ações conjuntas efetivas em relação às duas ordens de problemas mencionadas. Pouco provável, pesa reconhecer, sobretudo, por limitações inerentes à posição brasileira.

As diferenças são de circunstâncias históricas e geográficas. Para começar, *a vizinhança inquietadora com o superpoderio dos Estados Unidos* e com a instabilidade política crônica da América Central, forçaram o México a dar provas efetivas de audácia diplomática ao longo de 153 anos de existência independente. Nesse meio tempo, o Brasil em seu plácido isolamento sul-americano pôde cultivar uma discricção pouco afetada pelas variações de tom e conteúdo estratégico de sua diplomacia.

Além disso, há variáveis políticas internas que repercutem diferentemente sobre a política externa dos dois países. Lá, um presidente no começo de um mandato conquistado em eleições diretas, e mais disputadas que as anteriores, tem no nacionalismo mexicano um dos ingredientes para retemperar o desgastado regime do Partido Revolucionário Institucional, no poder desde 1929. Aqui, um presidente em fim de mandato, à frente de um regime hesitante entre seu projeto de institucionalização democrática e o desejo de conservar o poder a qualquer preço padece de evidente falta de respaldo para dar maior consequência prática à retórica terceiro-mundista ostentada em fóruns internacionais (...).<sup>182</sup>

O editorial acima instiga uma maior investigação sobre os potenciais comparativos entre os dois países. As limitações deste trabalho obrigam-me a restringir a comparação a termos econômicos; particularmente no que se refere à “bancarrota” que, expondo condições estruturais, atingiu as principais potenciais industriais latino-americanas: Brasil, Argentina e até mesmo o México – rico em Petróleo (Mészáros: 2003; 51).

Questão econômica – Tanto a *Folha* quanto *O Globo*, tendo em vista a relevância da conjuntura econômica dedicaram entre janeiro e abril alguns editoriais aos desdobramentos da crise da dívida externa. Logo no primeiro dia do ano, a *Folha*, por exemplo, publicara o extenso editorial *Balanço econômico* no qual fazia uma retrospectiva dos últimos anos daquela “fase recessiva”. A extensa citação abaixo se justifica, acredito, pela possibilidade de contextualizado daquela conjuntura recessiva:

“Terceiro da fase recessiva inaugurada em 1981, o ano que passou foi um dos que mostrou pior desempenho da economia brasileira ao longo de sua história. A inflação de 211% ao ano, a queda do PIB estimada em 4% e a forte ascensão do desemprego constituem evidências de uma crise sem precedentes. Foi em 1983 que culminou todo o processo de agravamento de desajustes econômicos internos e externos. Sobre o primeiro aspecto, vale recordar que no início do ano continuavam em andamento os entendimentos iniciados no final de 1982 com a comunidade financeira internacional visando a renegociação dos compromissos da dívida externa brasileira. Foi dessa comunidade que veio a exigência de um programa de ajustamento econômico subjacente a qual estava a ameaça de interrupção dos créditos necessários à rolagem de uma dívida que sabidamente o país não tem meios de pagar nas condições de prazos e de juros em que está assentada.

---

<sup>182</sup> Folha de S. Paulo, 30 de março de 1984, editorial *Brasil e México*, p.2. Os grifos em *italico* realizados por mim devem contribuir para enfatizar os aspetos destoantes da postura advogada pelo jornal *O Globo* em seus editoriais.

Incapaz de formular, propor e sustentar um programa alternativo, o governo brasileiro acabou aderindo à ortodoxia do FMI, principal responsável pela negociação e fiscalização do programa de ajustamento. Em sua essência estabelece um ajuste de caráter recessivo procurando-se conter os componentes básicos da demanda global – os gastos dos consumidores, das empresas e do governo – para que isso se traduza em menores importações e num elevado *superávit* na balança comercial (exportações menos importações) capaz de facilitar a rolagem da dívida ao diminuir a necessidade de novos empréstimos. Paralelamente espera-se que esse desaquecimento da demanda facilite também o controle da inflação interna principalmente pela redução do *déficit* do setor público.

É para esse esforço de contenção da demanda global que convergiram em 1983 todos os estamentos da política econômica. (...)

Na ausência de medidas mais audazes restou à política econômica um melancólico traço unificador que foi a moldagem às exigências ortodoxas do programa negociado com o FMI. E ainda assim com grandes percalços, pois de início o governo tentou blefar assinando uma carta de intenções com metas irrealistas e que pouco depois deixou de ser cumprida. (...) Conquanto o FMI tenha revelado satisfação com os novos rumos adotados liberando finalmente as parcelas do empréstimo negociado no início de 1983, os banqueiros internacionais continuam relutantes no cumprimento de seus compromissos de rolagem da dívida. A assinatura do empréstimo “jumbo” já foi adiada sucessivas vezes e agora acabou postergada para o início de 1984. É nesse quadro de dificuldades que a crise da dívida externa deverá continuar a se manifestar no ano que se inicia.

(...) Do ponto de vista interno, não vemos perspectivas de que o impasse recessivo desse ajuste externo possa ser minimizado com políticas alternativas. A política econômica permanece presa a dilemas como taxa de juros e taxa de câmbio e a convivência com um sistema de indexação que propaga e perpetua o processo inflacionário. Para um governo que em cinco anos de gestão não mostrou capacidade adotar medidas mais ousadas é difícil esperar que venha fazê-lo no último ano. Tudo se passa como se sua preocupação fosse apenas a de passar o bastão ao próximo corredor. Só que é uma corrida às avessas, no caminho do retrocesso.<sup>183</sup>

O jornal destacava, em tom crítico, os impactos da “ortodoxia do FMI” sobre as políticas salarial, monetária, fiscal e cambial do governo Figueiredo. Duas ideias principais emergem do editorial: 1. os credores, representados pela comunidade financeira internacional, impõem duras condições ao país, afetando a produção nacional e, conseqüentemente, os trabalhadores que sofrem os efeitos recessivos dos programas de ajustamento econômico – supostamente dedicados a ‘oxigenar’ a economia brasileira dando condições de renegociação dos compromissos da dívida externa brasileira; 2. o presidente Figueiredo fracassara em cumprir as metas acordadas com o FMI, por irrealismo ou por falta de empenho pessoal tendo em vista a proximidade do final do mandato. Essas duas ideias se repetem em editorial posterior, publicado por ocasião da

---

<sup>183</sup> Folha de S. Paulo, 1º de janeiro de 1984, editorial *Balanço econômico*, p.2.

liberação d' *O dinheiro do jumbo*<sup>184</sup> no dia 16.02.1984. Segundo a *Folha* o “empréstimo jumbo” era um “paliativo”, evidenciando “necessidade de o país renegociar sua dívida em termos mais satisfatórios” no que se referia a prazos de pagamentos e taxas de juros. As condições, conforme reiterava o jornal, “implicavam a manutenção de elevados superávits na balança comercial por um longo período”, mantendo para o país a perspectiva de uma recessão continuada. Mais adiante, a *Folha* opina: “Tudo se comporta de tal forma que os atuais acordos financeiros internacionais venham a permitir que os problemas sejam empurrados até o final da administração Figueiredo”. Ao que acrescentava o fato de haver com o fim daquele governo “toda uma incerteza quanto à identidade e a atitude dos que, do lado brasileiro”, estariam atuando no processo de renegociação da dívida. Ao final, o jornal enfatizara novamente que, dentro de alguns meses, “novos interlocutores brasileiros” estariam “à procura de um sucesso” que os interlocutores naquele momento não logravam alcançar.

Marcelo Santos observou em seu livro que, para os representantes de Washington, “a crise econômica latino-americana não tinha raízes externas, como a alta dos preços de petróleo, a majoração das taxas de juros internacionais, a deterioração dos termos de troca e a reestruturação do capitalismo mundial”. Dizia-se, ao contrário, que a crise estava relacionada a problemas internos dos Estados latino-americanos: “excessiva intervenção do Estado na economia, caracterizada pela existência de muitas empresas estatais, protecionismos, subsídios e regulamentos”; bem como “o populismo macroeconômico, diagnosticado pela incapacidade de os governos controlarem o déficit público” (Santos: 2007; 96-7)<sup>185</sup>. Note-se: apesar das críticas e claras demonstrações de

---

<sup>184</sup> Folha de S. Paulo, 16 de março de 1984, editorial *O dinheiro do jumbo*, p. 2. “A inflação esteve em 53,9%, entre 1974 e 1980, e em 157,5%, entre 1981 e 1984, o que agravou o quadro de miséria e a credibilidade do governo, criticado por partidos de oposição, sindicatos, empresários e parlamentares governistas, em manifestações onde proclamavam “estamos a fim da cabeça do Delfim”. Em 1983, quando a dívida externa estava em US\$ 90 bilhões e a interna em aproximadamente 31 trilhões de cruzeiros, Delfim conseguiu um “empréstimo Jumbo” com o FMI, de US\$ 6,5 bilhões, metade usado para pagar dívidas bancárias e comerciais no exterior. Neste ano, Delfim foi convocado por seu partido, o PDS (Partido Democrático Social), sucessor do Arena, para explicar ao Congresso o tamanho da dívida externa”. Este trecho foi extraído do *site* (acessado pela primeira vez em janeiro de 2009): <http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/delfimNetto.html>.

<sup>185</sup> O autor destaca em seu livro, *O poder norte-americano e a América Latina no pós-Guerra Fria*, a lista de reformas para solucionar a crise latino-americana cujos temas, abordados pelo economista John Williamson, posteriormente seriam parte do chamado Consenso de Washington: “disciplina fiscal com o objetivo de abolir o déficit público; mudança de prioridades em relação aos gastos públicos, abolindo subsídios e aumentando gastos com saúde, educação primária e infra-estrutura; reforça tributária (...); liberalização comercial com redução das taxas alfandegárias; o investimento externo direto não deveria sofrer restrições; privatização de empresas estatais; a desregulação das atividades econômicas, com a

insatisfação com os efeitos da conjuntura recessiva, estão ausentes do balanço acima exposto quaisquer perspectivas que verdadeiramente pusessem em xeque o caráter dependente do desenvolvimento econômico brasileiro ou as origens da crise da dívida externa latino-americana.

Passados os três primeiros meses de 1984, a chegada do mês de abril trazia o ineditismo de um acordo internacional abordado pela *Folha de S. Paulo* no editorial *O apoio à Argentina*. O jornal afirma que, à última hora, o acordo permitira o resgate de débitos com bancos norte-americanos, impedindo que a Argentina fosse declarada inadimplente. Destaca-se a importância do evento “pela convergência de interesses de que resultou e pelo precedente estabelecido ao envolver um grupo de países devedores num acordo relativo à dívida de um deles”. Ainda segundo o jornal, o país vizinho vinha insistindo na rolagem de compromissos, com atrasos no pagamento da própria dívida, e recusando-se “a pagá-los em caráter definitivo a partir de suas reservas cambiais”. Ao fornecerem recursos ao país endividado um conjunto de países (Brasil, México, Venezuela, Colômbia e Estados Unidos) e um grupo de bancos credores possibilitaria que prosseguissem as negociações de rolagem da dívida. O problema não chegava ao fim e o jornal mostrava ciência da difícil realidade: “a se manterem as difíceis condições atuais do serviço da dívida, esse país [Argentina] ou outro grande devedor poderá permitir os riscos da inadimplência a continuar sofrendo os enormes sacrifícios impostos por essas condições”. Diante dos efeitos da crise e das duras condições impostas pelos credores, a *Folha* enfatizava a importância da *solidariedade* entre os países devedores, sugerindo ao final do editorial que estes deveriam unir-se, especialmente, para fazer frente aos credores.

“O envolvimento de países devedores no socorro a um deles é novidade principalmente pelo vulto da operação realizada e pela importância econômica e política dos países que chegaram a um acordo. Seria precipitado afirmar que já se esboçam os contornos de um “cartel de devedores”, mas é evidente que a solidariedade agora manifestada facilitará entendimentos com vistas a uma futura tomada de posição menos baseada no individualismo com que os esquemas de renegociação até agora vem sendo elaborados”.

---

abolição de regulamentações que impeçam a entrada de novas empresas ou restrinjam a competição; Direito de propriedade garantido, sobretudo para o setor informal (Williamson *apud* Santos: 2007; 96). Segundo a análise de Marcelo Santos, o que se viu na década de 1990, foi a interpretação do receituário idealizado por economistas como Williamson pelo governo norte-americano. Este, em favor de objetivos geoeconômicos e geopolíticos, com apoio de países centrais aliados e de instituições financeiras internacionais, “transformou esse consenso numa agenda dogmática e ideológica para todo o mundo” (2007; 98).

É precisamente porque a convergência de interesses entre devedores e credores pode deixar de repetir-se que os países devedores devem cultivar a solidariedade que cultivaram nesse evento”<sup>186</sup>.

No artigo *A “crise da dívida” e o Estado na América Latina*<sup>187</sup>, a historiadora Christiane Laidler observa que chefes de Estado se reuniram em janeiro de 1984 em Quito para debater o problema em comum, tendo exposto na *Declaração de Quito* a “necessidade do reconhecimento dos efeitos sociais da crise e da corresponsabilidade da comunidade internacional para um equacionamento das dívidas, o que deveria incluir uma flexibilização das negociações de prazos, comissões e créditos adicionais”. A despeito de tentativas como a realizada no Equador, conforme observa a autora, o que houve foram processos negociais individuais, favorecendo “enormemente os credores internacionais, ameaçados por uma crise efetiva de todo o sistema financeiro no caso de uma suspensão generalizada dos pagamentos”.

*O Globo*, por sua vez, aborda a questão no editorial *Dívida solidária* (26.5.1984). Como se para isentar o governo diante de uma fatalidade, em tal sentido inevitável, o jornal afirma: “Não há dúvida de que houve erros e descaminhos ao longo da acumulação da dívida brasileira. Entretanto (...) o País não se livraria de encontrar-se hoje esmagado por um endividamento volumoso”. A afirmação encontrava o reforço da equivalência com as realidades das economias e países como México, Argentina, Colômbia, Venezuela, Peru, Bolívia etc. O jornal menciona a “mobilização latino-americana contra altas taxas de juros e o protecionismo comercial praticado pelos países ricos e credores”, destacando estarem “quase todas as nações do Continente unidas sob protesto”. Já no primeiro mês do ano, *O Globo* também dedicou-se ao tema no editorial *Antes e depois da dívida* (24.01.1984). Ainda em meio às incertezas quanto ao empréstimo-jumbo, chama atenção a conexão evidenciada logo no primeiro parágrafo do editorial com o processo sucessório brasileiro: “E se o primeiro jumbo já enfrenta os obstáculos gerados pelo enigma sucessório brasileiro, em que perspectivas de confiabilidade política o governo partiria para um segundo neste dia de mandato?” O *Globo* expressava adiante a confiança numa convergência de interesses entre devedores e credores: “É claro que o empréstimo também interessa ao sistema bancário

---

<sup>186</sup> Folha de S. Paulo, 5 de abril de 1984, editorial *O apoio à Argentina*, p. 2

<sup>187</sup> LAIDLER, C. A. *A “crise da dívida” e o Estado na América Latina*. Em (acessado pela primeira vez em janeiro de 2010): <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Christiane%20Laidler.pdf>



internacional, pois a inadimplência do devedor por sua vez perturba a posição do credor.” O pós-dívida era pensado nos seguintes temas: 1. “arquivar a opção pelo do desenvolvimento com endividamento”; 2. evitar, contudo, a “reativação de um nacionalismo xenófobo”.

“Daqui por diante o Brasil terá que arquivar a opção pelo do desenvolvimento com endividamento, cujos azares imprevistos (choques do petróleo e dos juros etc.) nos conduziram à crise destes anos 80, enquanto grandes projetos financiados pela poupança externa continuam ainda sem produzir os frutos propostos pelo prolongamento natural ou intencional de sua maturação. (...) Os diversos presidencialistas certamente estarão voltados para essas premissas. Não ignorarão as prioridades do mercado interno, que incluem a mudança do perfil de consumo do brasileiro para inverter a curva de deapuperamento – que atinge em cheio a classe média – determinada pela recessão.

(...) É preciso apenas que não sejamos paralisados pelas preocupações da dívida externa ou pela reativação de um nacionalismo xenófobo que se lance furibundo contra as alternativas do investimento estrangeiro, querendo cavar-nos a sepultura do anacronismo científico e tecnológico”<sup>188</sup>.

A aparente intenção de isentar o governo de maiores responsabilidades pela crise da dívida externa ou de valorizar os esforços na sua contenção, fica mais evidente em *Espaço de recuperação* (08.02.1984): “As pressões inflacionárias continuam neste começo de 1984, apesar do tratamento tecnicamente bem articulado que o Governo vem aplicando ao problema nos últimos meses, dentro de uma política monetária contracionista avalizada e acompanhada pelo FMI”. Note-se que a percepção vai de encontro àquela exposta pela *Folha* em editorial ao primeiro dia do mês de janeiro. Nos trechos abaixo destacados fica evidente a forma pela qual, no eixo das temáticas econômicas, *O Globo* faz convergir com os imperativos da conjuntura econômica o seu posicionamento contra o “clima emocional”<sup>189</sup> de “radicalizações”, provocador de instabilidade e atribuído à Campanha pelas *Diretas Já*. Sem mencionar as mobilizações pró-diretas, a referência está implícita na oposição estabelecida entre *equilíbrio* (acerto) e *agitação* (erro), uma vez que a associação desta última com os comícios e passeatas encontra inúmeros exemplos na opinião publicada pelo jornal.

“... o Vice-presidente Aureliano Chaves, tanto no seu discurso de candidato como em declaração posterior, entende que o êxito das medidas antiinflacionárias fica dependendo, basicamente, das respostas de confiabilidade a elas oferecida pela sociedade brasileira. E, segundo ele, o Governo ainda não encontrou essa correspondência por parte da opinião pública, donde há necessidade de se levar em maior consideração o tratamento político de uma matéria que até aqui tem sido conduzida, sobretudo pelo ângulo técnico.

<sup>188</sup> O Globo, 24 de janeiro de 1984, editorial *Antes e depois da dívida*

<sup>189</sup> O Globo, 15 de abril de 1984, *Emoção e racionalidade*

“(…) Esse panorama só faz fortalecer a convicção de que precisamos chegar a conclusões conciliatórias no capítulo crítico do combate à inflação. *Os ingredientes técnicos e políticos deverão operar equilibradamente na terapêutica governamental, e parece indiscutível a exigência de um clima psicológico favorável dentro do qual possa ocorrer a reversão das expectativas inflacionárias.* (...)”

Entretanto, nem mesmo uma inflação de 200 por cento está podendo desestabilizar econômica e politicamente o País, ou mesmo provocar tensões sociais insuportáveis. Subsiste assim um espaço de potencialidade e de recuperação que não é menor do que o espaço de crise. Saber ocupá-lo é a grande arma que nos resta e *só erraremos se preferirmos submeter a atual etapa do processo de abertura à provas temerárias de antagonismo político e de agitação.*”<sup>190</sup>

Em editorial publicado no dia anterior (07.02.1984) ao citado acima, *O Globo* novamente fizera referência ao presidenciável Aureliano Chaves – “democrata histórico” e “participante fiel de um governo que vem conduzindo sem recuos a abertura política”, referia-se o jornal. Comentando o pronunciamento feito pelo vice-presidente, o diário da família Marinho enfatizara o posicionamento do político em relação à economia deixando amostra a sua própria visão sobre o tema (grifos meus em itálico):

“(…) Muitos são os pontos a destacar no discurso de Aureliano Chaves, bastaria porém a categórica condenação que faz da excessiva centralização federal e do gigantismo da estatização brasileira para notabilizar esse documento. Apoiado em firmes convicções privatistas, *o Vice-presidente vê o processo estatizante não só desservindo ao ágil funcionamento da economia de mercado e ao espírito empreendedor do homem brasileiro*, mas ainda descaracterizando a Federação e prejudicando até o pleno exercício da vida democrática no Brasil. A redução do déficit público, a diminuição da sobrecarga fiscal, o ordenamento da dívida interna etc. *serão alguns dos resultados saneados que vão depender da limitação do papel do Estado às suas atribuições normais numa democracia política e econômica.*

A necessidade de retorno ao crescimento econômico – não obstante a luta sem tréguas contra a inflação a partir de suas causas e o pagamento correto da dívida externa negociada “dentro de um quadro político superior” e respeitando a nossa independência e soberania – constitui por outro lado uma definição do candidato Aureliano Chaves que neste momento encontra eco na generalidade das expectativas e dos anseios nacionais”<sup>191</sup>.

Em *Um estadista para o Brasil*, publicado no final do mês de fevereiro, há novamente exemplos do que pode ser considerado como recurso argumentativo d’*O Globo*: associar os imperativos da *questão econômica* com a decisão próxima acerca do método de escolha do próximo chefe da nação.

---

<sup>190</sup> O Globo, 8 de fevereiro de 1984, editorial *Espaço de recuperação*

<sup>191</sup> O Globo, 7 de fevereiro de 1984, editorial *Ética e ação*

“(…) Na ordem lógica das coisas, as diretas deveriam coroar um processo de reforma constitucional em profundidade, dentro da qual o presidente da República eleito pelo voto do povo se tornasse realmente comprometido com as responsabilidades do mandato, as expectativas da maioria nacional e os inconfundíveis interesses do país.

(…) O GLOBO vem precisamente defendendo esses dois pontos básicos. Em primeiro lugar, entendemos que não é só o voto direto que elege estadistas e aí estão a comprová-los os numerosos exemplos internos e internacionais. O segundo ponto refere-se ao imperativo de uma escolha presidencial ao nível da magnitude e da complexidade dos desafios impostos ao Brasil destes dias de crise e de tantas incertezas.

Quer para liderar o processo de reforma constitucional e complementar a obra de abertura do Presidente Figueiredo, quer para desdobrar o programa antiinflacionário da recessão ou negociar a dívida externa, o País precisa de um supremo mandatário especialmente qualificado e com a plena consciência de sua *missão* histórica.

(…) Assim como a crise brasileira não é uma simples expressão formal, o seu tratamento adequado tampouco está na dependência de um exclusivo formato democrático. O estadista acrescenta a qualquer moldura representativa a substância de sua capacidade de liderança, de sua competência e de sua autoridade política e moral”<sup>192</sup>.

Há uma afirmação que o jornal não chega a explicitar: seguindo a “ordem lógica das coisas”, o voto do povo ainda não seria garantia da escolha de um estadista para o Brasil, “realmente comprometido”. E, como “não é só o voto direto que elege estadistas”, o “imperativo de uma escolha presidencial ao nível da magnitude e da complexidade dos desafios impostos” seria correspondido mais rapidamente pela via indireta. Em *Tampão intolerável* (24.04.1984), às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira, o jornal argumenta contrariamente à solução do mandato-tampão (mandato de menor duração que abriria espaço para escolha de um novo presidente pela via direta após a eleição de 1985). E, novamente, a questão econômica ganha espaço entre os argumentos do jornal:

“O avanço democrático brasileiro constitui hoje a viga-mestra de uma montagem de confiança pública que está longe de limitar-se aos efeitos do interesse interno. Converteu-se, na verdade, em sustentáculo também dos nossos compromissos internacionais, dentre os quais avulta nesta hora o do considerável e intrincado endividamento. (...) Os credores do Brasil aceitaram apostar no nosso projeto de estabilização econômica, por sua vez apoiado no embasamento da estabilidade política. Para renunciarem às exigências do curto prazo, permitindo-nos o fôlego de uma recuperação programada, teriam que levar em conta as perspectivas de uma

---

<sup>192</sup> O Globo, 27 de fevereiro de 1984, editorial *Um estadista para o Brasil* – grifo meu na palavra *missão* que denota um entendimento da *política como missão*, o qual se opõe à ideia de *política como arte/ciência*. Cerqueira Filho observa que, na fundação do imaginário social no Brasil, a primeira está ligada às opções ibéricas pelo tomismo em oposição ao maquiavelismo como fio condutor da tensão entre indivíduo (liberalismo) e pessoa (ideologia do favor). “A política será vista sempre de forma desqualificadora”, afirma o autor, acrescentando que a política será vivida como positiva quando elevada à categoria de missão. Ver: Cerqueira Filho: 1933; 19.

continuidade institucional bem servida de potencial decisório. E o fizeram, segundo se evidencia [a partir] dos acertos financeiros alcançados no início do ano. (...) Como iríamos responder a tais provas de confiabilidade com o casuísmo-mor do mandato-tampão?”

Vale lembrar que a tese vinha sendo defendida especialmente pelo governador do Rio. A proposta, ainda defendida por Leonel Brizola meses após a rejeição da emenda na Câmara (06.07.1984), provocaria críticas direcionadas ao governador – que, sendo adversário político da família Marinho, estivera em lado oposto à Rede Globo no episódio do Proconsult (1982), quando da conturbada estreia da emissora na cobertura de eleições livres<sup>193</sup>:

“Depois de ter se engajado na tese da candidatura única das oposições contribuindo com essa linha para animar o lançamento do Governador Tancredo Neves, volta agora o Governador Leonel Brizola a defender o mandato de transição de dois anos do próximo Presidente da República, que se incumbiria de preparar as eleições gerais e a Constituição em 1986.

O governador de Minas não aceitou nem poderia aceitar a exigência brizolista embutida no apoio ao seu nome. (...) Falar-se em mandato de transição numa hora como a que o Brasil está vivendo revela falta de sensibilidade para as múltiplas e graves urgências da realidade nacional, absolutamente necessitadas de soluções estáveis nos planos político, administrativo e sócio-econômico”<sup>194</sup>.

Regime militar e revisão histórica – A menção a fatos históricos, mediante uma retomada do passado à luz do presente, é também convertida em mecanismo argumentativo pelos jornais analisados. E isso ocorre não exclusivamente em espaços destinados ao gênero opinativo, como é possível observar no *Especial 31 de março – 20 anos d’O Globo*. No alto da página 3, o jornal imprimiu um breve resumo do histórico em torno da data ‘comemorativa’, sedimentando uma visão pacifista e republicana do golpe:

“A Revolução de 64 foi feita sem derramamento de sangue porque os dois lados evitaram o confronto armado. A trajetória do movimento nestes 20 anos foi uma sucessão de negociações – entre partidos e forças políticas e sociais, entre Governo e sociedade, entre Executivo e Legislativo – entrecortada de hiatos mais ou menos longos, mais ou menos profundos; períodos de predomínio da contestação armada, períodos, com ou sem contestação, de exceção e arbítrio. É nos processos de sucessão presidencial que as crises

---

<sup>193</sup> Na cobertura da primeira escolha para governador em vinte anos, a emissora de TV de Roberto Marinho decidiu que, no acompanhamento da contagem de votos no Rio, usaria os números totalizados pela Proconsult, empresa contratada pelo Tribunal Regional Eleitoral. Fechadas as urnas, a Globo divulgou os números da empresa segundo os quais Wellington Moreira Franco (PDS) venceria Brizola (PDT). Este último era, no entanto, apontado como grande favorito à disputa eleitoral e os números divulgados na televisão poderiam ser indício de fraude. Alertado, o futuro governador do RJ mobilizou outros canais de televisão para denunciar o que seria uma manobra para alterar a vontade popular. O barulho fez efeito e a Globo ofereceu a Brizola um espaço em seu *Show das Eleições*. A entrevista foi ao ar ao vivo, a pedido do gaúcho que desejava evitar edições tendenciosas. Ver: CONTI, M.S. 1999, p.35-6.

<sup>194</sup> *O Globo*, 6 de julho de 1984, editorial *Transição para o pior*

se condensam: *a Revolução, nesse sentido, não representou uma ruptura tão radical com a tradição republicana*” (grifo meu).

A *Folha*, em matérias e editorial, também fazia menção à data. Publicado em 31 de março, o editorial *20 anos depois* oferecia ao leitor uma versão do golpe de 64 que valorizava a incompetência de Jango, sua fraqueza como chefe da Nação e perigosa permissividade aos movimentos populares – fonte de seu ‘descontrole’ – como elementos responsáveis pela ruptura político-institucional:

“(…) Forçoso é reconhecer, antes de tudo, que a ruptura das instituições então em vigor correspondeu às exigências de significativos setores da sociedade brasileira, inseguros quanto aos destinos do País. *O governo João Goulart não se mostrou capaz de conter dentro dos limites da ordem e da lei o caudal de pressões políticas e reivindicações sociais*. Concomitantemente a um desempenho adverso da economia, as freqüentes invasões de terras, o emprego abusivo da arma da greve, a quebra da disciplina e da hierarquia nos quartéis, tudo isso gerou uma crise que desembocou na deposição do Presidente” (...).

O tom crítico do jornal se faz sentir, nos parágrafos seguintes, acerca da intervenção das Forças Armadas no processo político, feita “em nome da salvaguarda da democracia”: “Em verdade, apesar do batismo oficial de Revolução, o movimento não realizou uma obra digna deste conceito”<sup>195</sup> – criticava a *Folha*, antes de desfiar o rosário dos equívocos e fragilidades do projeto de construção do “Brasil-grande-potência”, “oitavo do mundo capitalista”.

Sistema representativo e sociedade mobilizada – Como visto anteriormente, *O Globo* defende a atuação independente do Congresso, lançando mão de princípios da democracia liberal e representativa em seus editoriais. As práticas democráticas, entretanto, voltavam-se na direção da *liberalização tutelada*, caracterizando o tom conciliatório com o regime em declínio. Vale lembrar que a especificidade do autoritarismo brasileiro em relação às outras ditaduras latino-americanas é justamente uma aparência democrática sob o amparo das leis.

---

<sup>195</sup> Em meio à série de reportagens intitulada *Os 20 anos do Movimento de 64*, em 1º de abril de 1984, a *Folha* publicou a reportagem *Processo político leva muitos a mudar de lado*. Na mesma página o jornal publica uma série de fotos do presidente Figueiredo e, a imagem de uma ‘carta’ que o leitor era convidado a enviar ao presidente: “Recorte esta carta e mande para Brasília. Assim, o presidente vai saber quantos brasileiros realmente querem eleições em 1984”. Dizia-se numa legenda abaixo: “Corrente pelas diretas: quem a quebrar, terá Maluf na Presidência” (p.4; 1º Caderno). No mesmo dia, na p.6, o jornal publicou matéria destacando a postura da *Folha* em relação aos “excessos” do regime: *Na reação aos excessos, a posição da “Folha”*. Ver ANEXO 7/ 7.1 e 8

Numa visão resumida, tendo sido mencionadas as abordagens do jornal acerca dos definidos eixos temáticos, diria que, nessa primeira fase (janeiro-abril de 1984), *O Globo* passa por quatro ‘momentos’ – não definidos ou divididos rigidamente numa linha cronológica – em relação à campanha das *Diretas Já*.

Primeiro, aquele da já abordada negação (Ex.: *O comício da Sé*); na sequência, oposição/ confrontoção (Ex.: *Avanços sem pressões, O voto sem radicalização, Respeito às instituições*<sup>196</sup> etc.); oposição/ “sintonização” (Ex.: *Espaço de negociação, Os parâmetros da negociação, Porta de negociação, Sintonização de propósitos, Convergência para a mudança*<sup>197</sup>); e, por fim, conformação/ conciliação (Ex.: *O dia seguinte, Não é o fim do mundo, A lição do povo, No rumo da negociação, A alma brasileira*<sup>198</sup>). Os editoriais que melhor se encaixam nos dois primeiros momentos foram analisados anteriormente. Os dois últimos indicam a mudança de abordagem com a proximidade da votação e, depois, com a rejeição da emenda.

Em seus editoriais, por outro lado, a *Folha* atravessara momentos de crescente envolvimento com a Campanha das *Diretas*. Este fora entrecortando, especialmente a partir de março, por uma série de editoriais que indicavam *Manobras suspeitas, Imprecisão perigosa* ou, em *Tancredo, a precipitação*<sup>199</sup>. Destacando-se entre os demais, o jornal paulista carregava nas cores da vontade e da participação popular, inclusive com conclamações às entidades da sociedade civil<sup>200</sup> na organização da manifestação suprapartidária em defesa das *Diretas Já* – vide, por exemplo, *Entidades e diretas*, publicado em 22.02.1984:

“Sendo esse um movimento cívico que atravessa as várias camadas sociais, profissões e partidos, incluindo bases municipais e lideranças nacionais expressivas do PDS, cabe não

---

<sup>196</sup> Idem. 18 de fevereiro de 1984; 19 de fevereiro de 1984; 25 de fevereiro de 1984, respectivamente.

<sup>197</sup> Idem. 10 de março de 1984; 12 de março de 1984; 1º de abril de 1984; 3 de abril de 1984; 18 de abril de 1984, respectivamente.

<sup>198</sup> Idem. 25 de março de 1984; 19 de abril de 1984; 27 de abril de 1984; 28 de abril de 1984; 29 de abril de 1984, respectivamente.

<sup>199</sup> Os editoriais citados em itálico foram publicados pela *Folha* de S. Paulo, respectivamente, em 15 de março, 3 de abril e 24 de abril de 1984. Entre outros, são editoriais que indicam vacilações ou ambiguidades de lideranças partidárias ou de outros representantes entusiastas das *Diretas Já*!

<sup>200</sup> Na véspera da votação da emenda Dante de Oliveira, a *Folha* levou a sociedade civil para ‘dentro do jornal’. Isso porque o jornal publicou na capa “uma fotografia histórica, [feita] no heliporto da “Folha”, [e] expressando a esperança da sociedade civil na aprovação das diretas-já pelo Congresso Nacional” – 60 de seus representantes, das mais diferentes áreas, apareciam na foto. A explicação foi lembrada no dia 22.07.1984 (VER ANEXO 28), quando a notícia da derrota já esfriara por completo e a nova questão levava o jornal a ouvir 42 fotografados. Dentre eles, 23 já aceitaram a solução aliancionista, mas todos concordavam em continuar lutando pelo voto direto. *Ida ao Colégio divide opiniões na sociedade civil*, reportagem publicada pela *Folha* de S. Paulo, 27.09.1984, p.6 (Política).

só a estes, mas igualmente às entidades da sociedade civil as iniciativas no sentido da organização e da mobilização das aspirações populares. Na verdade o trabalho em nível dos partidos e das entidades civis são dois caminhos não excludentes, se não que se complementam”<sup>201</sup>.

A *Folha* expunha argumentos, segundo os quais os representantes eleitos pelo povo não deveriam contrariar, no Congresso Nacional, “a vontade expressa, atuante e quase unânime de seus representados”, sob pena de que, se fazendo surdos no momento da votação da emenda, não tivessem apoio das bases eleitorais nas eleições para renovação do Legislativo em 1986. Ao longo do mês de abril foram publicados três editoriais em que defendia a independência do Congresso, não em relação à pressão popular, mas ao executivo federal: *Congresso sem pressões* (10.04.1984); *Congresso sem tutela* (18.04.1984); e, por fim, no dia da votação, *Congresso soberano já* (25.04.1984).

*O Globo*, por sua vez, contradizia o jornal da família Frias, com a seguinte assertiva: “O próximo dia 25 não será um divisor de águas e muito menos o dia do dilúvio na vida institucional do País”. Mais adiante, criticava indiretamente a postura assumida pela *Folha*: “Colando no índice aqueles de opinião contrária ao seu radicalismo, os novos inquisidores revivem velhos comportamentos obscurantistas e fascistas”<sup>202</sup>. Em *Metamorfoses do Governo Representativo*, Bernard Manin (1995) afirma que o governo representativo nunca foi um sistema em que os eleitos tivessem a obrigação de realizar a vontade dos eleitores e complementa: “esse sistema nunca foi uma forma indireta de soberania popular” (Manin: 1995, p. 10). Segundo o autor, a diferença entre governo representativo e governo do povo pelo povo não estaria na existência de um corpo específico de delegados, mas na ausência de *mandatos imperativos*. Para *O Globo*, numa analogia com a percepção de Madison no século XVIII, a superioridade do sistema representativo se encontrava no fato de permitir um distanciamento entre as decisões do governo e a vontade popular.

A *Folha* passou por mudanças significativas, no que concerne à própria identidade, até tornar-se defensora do princípio da “soberania popular”. A postura do jornal foi influenciada por profissionais mais progressistas no interior da redação e pela

---

<sup>201</sup> Folha de S. Paulo, 22 de fevereiro de 1984, *Entidades e diretas*. As entidades citadas no editorial são: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa, (ABI) e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (ABCP).

<sup>202</sup> O Globo, 19 de abril de 1984, editorial *Não é o fim do mundo*.

própria emergência de uma sociedade civil reivindicante e ativa ao longo do processo de distensão. Algumas dessas transformações são apresentadas na dissertação de mestrado intitulada *Imprensa e democracia: a transformação da Folha de São Paulo e a criação do Partido dos Trabalhadores*, de Carlos Alberto Furtado de Melo. Na visão do autor, o conflito entre mercado e sociedade ganhou “um contorno de complementação mútua, de síntese de um momento histórico onde as forças da sociedade ao se desenvolverem configuraram-se, também, num mercado” (Melo: 1996; 193). A associação pretendida entre *democracia* e *mercado* é explicada por Otávio Frias Filho nos seguintes termos:

“... [A *Folha*] tem tido a felicidade, seja por sorte, seja porque a conjuntura histórica favoreceu isso, ela tem tido a felicidade de fazer isso: que a sua política de mercado, ao mesmo tempo cresça junto com, e seja perfeitamente compatível, com sua política pública, sua política institucional, sua política como um veículo de idéias, um veículo de disseminação de idéias, veículo de disseminação de opinião, de controvérsia etc...”<sup>203</sup>

No próximo capítulo, tratarei desta abordagem, analisando tal *fortuna* da *Folha*, parte do discurso consolidado através do pioneiro *Projeto Folha* (1984). Vigilante em relação às movimentações nos bastidores, contrárias certamente aos interesses de seu leitorado, a *Folha* questionava a postura do *PTB no varejo* (9.3.1984), expondo argumentações que evocavam deficiências do passado atreladas à legenda.

“As negociações que o PTB vem desenvolvendo em diversas partes, em diversos níveis com agremiações que se acham no poder assentam-se sobre o mesmo valor de troca: a obtenção de cargos na administração pública como retribuição ao apoio parlamentar que se dispõe a conceder à bancada governista”<sup>204</sup>.

Segundo o jornal, com a deputada Ivete Vargas (que tinha um grau de parentesco com Getúlio Vargas) houve a “preocupação de colorir a barganha com algumas pinceladas programáticas”, mas tais “pudores logo desapareceram e as reivindicações reais se tornaram transparentes”. Como observado anteriormente, identifica-se a legenda com um histórico *fisiologismo petebista*, que poderia automaticamente rimar com *trabalhismo varguista*.

“(...) Quem conhece a história do PTB não tem razões para surpreender-se com essa conduta que outrora era denominada de fisiológica. Baldados foram os esforços de alguns de seus líderes, como Roberto Pasqualini, que pretendia reestruturá-lo dando até uma base política ideológica à imagem e semelhança do *Labor Party* inglês ou como o deputado Fernando Ferrari que comandava a facção das “mãos limpas” como a denominavam para distingui-la dos fisiológicos”.

---

<sup>203</sup> Otávio Frias Filho em entrevista a Carlos Alberto Furtado de Melo.

<sup>204</sup> Folha de S. Paulo, 9 de março de 1984, editorial *PTB no varejo*, p. 2.



Em *Exercício de poder* (09.04.1984), *O Globo* manifestou-se contra a “idéia absurda [da oposição] de “pressionar” o Congresso para votar dessa ou daquela maneira”, particularmente em relação à emenda Dante de Oliveira. Na visão expressa através do jornal, os limites da soberania popular não deveriam ultrapassar o depósito do voto nas urnas. Assim, conferia-se aos representantes eleitos o direito e a responsabilidade pelas decisões políticas. O jornal contestava, portanto, iniciativas que visassem interferir além dos limites expostos, com traços de uma *democracia representativa*, sustentada pela atuação do Congresso Nacional:

“Em matéria de pressões sobre o Congresso, as únicas que se podem considerar pertinentes – e que são absolutamente pertinentes – são as que se exercem durante as campanhas eleitorais, quando se escolhem os parlamentares. (...) A paralisação, ou greve geral, ou vigília, ou qualquer nome que tenha, com que a Oposição ameça perturbar um ato normal do processo democrático, é uma hipótese política surrealista. Denuncia o fato de que a pregação democrática ainda padece de lamentáveis equívocos, mostra grupos políticos afoitos com alguma propensão à histeria”.

A exatamente um mês da votação da emenda, *O Globo* publicara *O dia seguinte*. Considerando alternativas caso não fossem aprovadas as *Diretas Já* na Câmara, o jornal alertava para “o perigo que significa[ria] a campanha oposicionista pró-diretas na base da pretendida infalibilidade da emenda pró-diretas e da alegada ilegitimidade irreparável do Colégio Eleitoral”. Entre as preocupações expressas estão a intranquilidade da linha-dura – dos que “jamais aceitaram a reabilitação das instituições e o projeto brasileiro de redemocratização”. Observa-se ao final do editorial a possibilidade de fracasso do longo processo de abertura, visto que “sempre foi mais fácil abalar os fundamentos da democracia e da República, algo que cabe nas simples dimensões de um golpe de Estado, do que construí-los e consolidá-los”. Além da ameaça iminente, argumenta-se em favor da *legitimidade* da escolha pela via indireta, bem como das instituições que a dariam respaldo.

“...quando o *PMDB radical* condena o Secretário-Geral do partido, o Senador Afonso Camargo Neto<sup>205</sup>, por ter previsto a derrota da emenda Dante de Oliveira na sua conversa com o Ministro Rubem Ludwing, isso se traduz como uma atitude de intolerância política inteiramente cega às alternativas próprias da dinâmica democrática.

Ora, quem bate na tecla da ilegitimidade do Poder Legislativo, sob qualquer aspecto de suas funções, e ainda se propõe a deixar sem alternativas democráticas o processo sucessório, só pode estar querendo abrir caminho para a aventura populista ou bonapartista” (...).

---

<sup>205</sup> Afonso Camargo presidiu a ARENA por cinco anos, foi indicado como senador biônico em 1978, seguiu Tancredo ao Partido Popular e depois ao PMDB. Em 1985, assim como outros, seu nome foi mantido por Sarney no Ministério dos Transportes, pasta que ele deixaria para ser reeleito senador em 1986.

Na verdade, não há o Congresso do Colégio Eleitoral. As responsabilidades deste fundamentam-se nas responsabilidades dos congressistas perante o povo e o País. As raízes de natureza popular são as mesmas e os poucos membros oriundos do voto indireto (os chamados “senadores biônicos”) que participaram da escolha presidencial sempre estiveram estritamente ligados à atividade política.

(...) E se pretenderem obstinar-se no anátema do Colégio Eleitoral, apontado-o ao descrédito e à execração pública, inestimável serviço estarão prestando a quantos jamais aceitaram a reabilitação das instituições e o projeto brasileiro de redemocratização.”<sup>206</sup>

Foi com os olhos postos realisticamente no dia seguinte que o Senador Affonso Camargo procurou o Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, General Rubem Ludwig (...).” A imaturidade da linha oposicionista radical torna-se assim assombrosa. Todas as fichas são jogadas no poder de pressão dos comícios populares pró-diretas e nada fica para apostar em soluções conciliatórias que também representam substancial avanço democrático.”

Destaco abaixo duas linhas de correspondências (sujeito/característica/ núcleo de posição) estabelecidas no editorial acima:

1. PMDB radical/ linha oposicionista radical => atitude de intolerância política/ imaturidade => todas fichas jogadas no poder de pressão dos comícios populares pró-diretas;
2. Secretário-Geral do partido, o Senador Affonso Camargo Neto => olhos postos realisticamente no dia seguinte / atitude esclarecida e lógica => alternativas próprias da dinâmica democrática/ soluções conciliatórias/ substancial avanço democrático.

No livro-reportagem elaborado por Dimenstein e outros jornalistas, destaca-se a proximidade entre Camargo e Tancredo, inclusive quando este se baseara no apoio parlamentar que obtivera com a formação de uma corrente tancredista para articular, no segundo semestre de 1983, uma divisão paritária dos cargos da Comissão Executiva Nacional do PMDB. À época, Tancredo Neves era o nome à frente do grupo *Unidade*, enquanto Ulysses Guimarães liderava o *Travessia*. No princípio de dezembro daquele ano, o primeiro grupo conquistara cinco dos 13 postos de direção do PMDB. Ulysses permanecera na presidência do partido, contrariando a vontade expressa do deputado Fernando Lyra, que estando próximo a Tancredo chegara a sugerir o nome de Fernando Henrique Cardoso. Numa manobra cuidadosa para ocupar espaços sem provocar abertas divergências, Tancredo escolheu Camargo para ser o secretário-geral.

*O Globo* já se colocava explicitamente a favor de “soluções conciliatórias”, de forma que ideias como a “*marcha sobre Brasília*” – deslocamento de militantes

---

<sup>206</sup>O Globo, 25 de março de 1984 editorial *O dia seguinte*.

oposicionistas de todo o Brasil à capital federal, prevista em fevereiro – ou a “paralisação” – aprovada no início de abril pelo Comitê Nacional Suprapartidário Pró-diretas – iam de encontro com a opinião do jornal e do grupo conciliador peemedebista. Inicialmente um entusiasta da idéia de marchar sobre a capital federal, e identificado como seu idealizador, Ulysses recuou diante de uma contramarcha mais conservadora. Leonelli e Oliveira sugerem que as decisões quanto à não realização da marcha e da “paralisação”, embora tenham significado a “unidade das forças que sustentavam a campanha no *front* dos comícios”, podem ter sido um claro sinal para os deputados pedessistas de que não haveria maiores consequências caso eles votassem contra a Emenda no dia 25 de abril.

Os contrastes internos ao próprio movimento, que caracterizavam sua pluralidade e abrangência, eram evidenciados pela divisão do mesmo palanque entre o então expoente do “novo sindicalismo”, o Lula, e Tancredo Neves, que seria o “nome de consenso” de um vasto espectro político-ideológico; de pecebistas à direita militar. À frente de 300 mil pessoas na manifestação realizada em 24 de fevereiro de 1984, em Minas Gerais, o líder sindical expunha a ferida: “Devo dizer que nossas bandeiras estão vermelhas é de vergonha pelo que fizeram neste país” (Leonelli e Oliveira: 2004, pp. 420-21). Tancredo, ao contrário, enfatizara a tranqüilidade daquele comício como demonstração de civismo. Desempenhava o papel mais conciliador, que garantiria sua escolha pelo Colégio Eleitoral ao lado de seu vice, José Sarney (PMDB, ex-PDS), ambos cumprindo papéis de fiadores da transição democrática. As diferenças de tom presentes no movimento pró-diretas, indicavam maiores possibilidades de acordo à margem da via direta de escolha do presidente, a qual ampliaria enormemente o grau de incerteza do desfecho sucessório. Daí porque os dois não-eventos – a marcha e a paralisação – parecem de fato relevantes nestas reflexões sobre a opinião publicada.

*Manifestações “anti-povo”: greve, paralisação, marcha, vigília...*

Consideradas do ponto de vista da “desordem” e dos efeitos desfavoráveis à economia, as greves não encontravam respaldo em boa parte das opiniões publicadas pelos principais veículos da imprensa brasileira – menos ainda se incorporadas reivindicações para além do espaço tolerado de “barganha” entre patrões e empregados. Nos meses de março e abril de 1984, *O Globo* publicou *Greve contra o País* (1º.03.1984), *Greves sem bandeira* (4.04.1984) e *Vigília irresponsável* (6.04.1984).

Desde meados de março, já são notados alguns editoriais de “sintonização” com os setores pró-diretas mais moderados, não sem uma nítida oposição às manifestações de rua. Em *Greve contra o País*, argumentos em torno da *questão econômica* sustentam a opinião do jornal, sendo ressaltado o caráter “extremamente lesivo” da paralização da produção, caracterizando uma “estratégia antipovo”<sup>207</sup>.

“Além de paralisar a siderúrgica líder na produção de aços planos para o nosso parque industrial, do que resulta uma perda diária de 3 bilhões e 500 milhões de cruzeiros, a greve dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) atinge o programa brasileiro de exportação desse produto nobre, prejudicando-o na obtenção de receita, na imagem de pontualidade das encomendas e, finalmente, na consolidação do mercado comprador.

Por aí se vê o caráter extremamente lesivo de uma greve dessa natureza, agravado pelas circunstâncias de crise que rodeiam a economia e as condições sociais internas. (...) É como se as engrenagens do desenvolvimento brasileiro, e particularmente aquelas atividades produtivas que ainda mantêm a sua vitalidade em plena recessão, sofressem um ataque predatório fora de qualquer compreensão racional.

As estruturas empresariais do Brasil vivem um momento de muitas incertezas e aguda fragilidade. Numerosas empresas do setor privado que não suportam as pressões da inflação, dos juros, dos custos financeiros e trabalhistas etc., acabam irremediavelmente no precipício da falência. (...)

É dentro de tal quadro de instabilidade que os operários da Cosipa decidem converter as suas reivindicações salariais num movimento grevista capaz de tirar a grande siderúrgica da linha de produção, a partir daí abalando o desempenho e os compromissos de mercado de um setor considerável da indústria nacional. (...)

Não tem cabimento, portanto, que os operários da Cosipa, ou os da Belga-Mineira também em greve, ou os de qualquer empresa privada ou estatal, desfraldem bandeiras reivindicatórias para o atendimento de situações isoladas, específicas, ao custo da desobediência aos critérios gerais da lei e de lesões aos interesses da coletividade produtiva e trabalhadora e do país como um todo.<sup>208</sup>

Os operários, orientados por perspectivas supostamente isoladas dos “interesses da coletividade produtiva e trabalhadora” são postos em lado oposto ao da lei e daqueles que a respeitam. Os imperativos da crise são recorrentes como mecanismos argumentativos. A restrita perspectiva do jornal impedia que fosse demonstrada a incapacidade de o sistema autoritário brasileiro encontrar respostas aos agudos problemas sociais que, decorrentes de determinado modelo econômico e político imposto em 20 anos de ditadura, “se alastraram com suas sequelas de incultura,

---

<sup>207</sup> Idem, 12 de outubro de 1984, *A grande vítima, o povo*.

<sup>208</sup> *O Globo*, 1º de março de 1984, *Greve contra o país*.

marginalização, desespero e protesto” (Dos Santos: 1991; 236). Se os momentos de crise aguda não se mostram adequados ao ascenso dos movimentos sociais, as conversações com o capital internacional para mais um montante de empréstimos oxigenadores da economia nacional, talvez expliquem as mobilizações que se avultavam com a recuperação ainda precária de 1984, conforme afirma Theotonio dos Santos. Numa alusão a tais negociações, o autor explica que, ao apoiar-se em grande parte no setor exportador, contraindo importações para criar um superávit de divisas necessárias ao pagamento da dívida externa, produzia-se uma combinação de efeitos explosivos, com geração de alta inflação e baixos salários.

Algumas greves tiveram caráter setorial, sendo isoladas umas das outras e dedicadas à reivindicação básica de aumento de salário – como as greves de categorias profissionais como professores, bancários, empregados de correios etc. Tais mobilizações não possuíam conotação mais orgânica e política, mas ainda assim há de se enfatizar que, neste período histórico, os movimentos sociais se afirmavam como “novo sujeito social”, com a “ânsia participacionista e democrática” de um povo relegado nos seus direitos básicos de cidadania por 20 anos de ditadura “militar-empresarial” (1991; 237).

Tendo em vista a trajetória econômica brasileira, passando pelo “milagre” até a recessão dos anos 1980, talvez seja válida uma referência à “socialização dos prejuízos” do Ministro do Planejamento no governo Jango, Celso Furtado, em seu livro *A formação econômica do Brasil*. Apesar de conjunturas distintas – o pós-crise de 29 e os anos 80 –, parece haver correspondência no que se refere às intenções de “*socializar as perdas que os mecanismos econômicos tendiam a concentrar em seus lucros*”<sup>209</sup> (Furtado: 1972; p. 165).

““Inoportuna, ilegal e impatriótica”. Com esses três adjetivos, muito bem colocados, o Governador Tancredo Neves fulminou a manifestação grevista do magistério mineiro”. Começa assim o editorial *Greves sem bandeira*, onde o jornal privilegia novamente a ideia de que a greve é “antipovo”: “A greve no serviço público, proibida na Constituição, é a greve por excelência contra o povo, destinatário desses serviços”. Esse argumento é grave se considerarmos que tal afirmação tende a excluir os grevistas da categoria “povo” e, ao fazê-lo em nome dos interesses da Nação, o jornal exclui boa parte de seus integrantes.

---

<sup>209</sup> FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972 (Ênfase minha)

Na sequência, o jornal defendia que aquela greve dos professores mineiros caracterizava uma “anomalia” em “níveis ainda mais perigosos e deploráveis”, porque eram mestres “rebelados” que começariam daquela maneira “por transmitir aos seus alunos o péssimo ensinamento da desobediência ao Governo e à lei.” Abaixo, a continuação do editorial, que se soma a outros exemplos como amostra do material sobre a qual são desenvolvidas as presentes reflexões quanto ao caráter classista das opiniões publicadas:

“As dificuldades econômico-financeiras impostas aos Estados pela crise deveriam constituir matéria do conhecimento obrigatório de quem adota a profissão (já nem falamos em sacerdócio) do ensino. É incompreensível, portanto, uma campanha salarial de professores que despreza por completo as finanças estaduais e demais limitações da administração que os emprega, para bater-se por exigências mirabolantes em qualquer possibilidade de atendimento.

Enquanto isso os metalúrgicos da indústria automobilística paulista entregam-se a exercício idêntico de *inoportunidade e irrealismo*, praticando atos contra a produção das fábricas em nome de propostas que extrapolam flagrantemente das normas estabelecidas para todas as categorias assalariadas.

Isso ocorre quando começam a despontar os primeiros indícios de recuperação no mercado de trabalho. Em vez de ajudarem na consolidação das condições de retomada do emprego, as lideranças grevistas dos metalúrgicos passam a operar em sentido contrário. Pois é evidente que prejudicando os interesses do País (no campo da exportação, particularmente), esses trabalhadores comprimem mais uma vez as oportunidades de absorção da mão-de-obra desempregada.

A advertência dirigida pelo Governador Tancredo Neves ao magistério aplica-se também ao movimento dos metalúrgicos paulistas. Eles não são funcionários públicos, não estando legalmente impedidos de entrar em greve ou realizar operações - tartaruga, mas *se colocam da mesma forma a serviço de uma causa inadequada, impatriótica e lesiva das condições de segurança e tranqüilidade que o avanço democrático do País ora requer.*”<sup>210</sup>

Em *Vigília irresponsável* (6.04.1984), *O Globo* condena o que identifica como fruto de “*imaturidade política e de irresponsabilidade social e cívica*”. O jornal estimula determinada reação da chamada opinião pública: “Os promotores desse *exótico movimento grevista* devem merecer, pela via mais direta possível, a condenação de toda a opinião pública, independentemente de diferenças partidárias”. Além disso, busca uma espécie de respaldo nos “próprios Governadores do PMDB [que] não se entusiasmaram pela absurda proposta”. Citando Montoro e Tancredo Neves, destaca-se: “ambos sentem na carne o que significam essas paralisações, uma

---

<sup>210</sup> O Globo, 4 de abril de 1984, editorial *Greves sem bandeira*. (ênfases minhas)

vez que já enfrentam os problemas causados por greves de metalúrgicos e professores”. Quanto ao governador do Rio, é observado que Leonel Brizola igualmente acentuara a imprudência de se levar o povo “a uma aventura”. Já num momento de maior busca por “sintonização”/ conciliação, o jornal não deixa de considerar que “os comícios pró-diretas inscrevem-se dentro de legítimas manifestações democráticas e merecem respeito”. Mas o reconhecimento chega ao seu limite quando esbarra em um “movimento destinado a afastar o País de suas atividades produtivas e perturbar as suas condições habituais de tranquilidade interna, apenas porque o Congresso estará votando uma emenda constitucional *na intimidade do plenário parlamentar*”<sup>211</sup>.

A respeito da greve geral convocada para o dia 25 de abril de 1984, a *Folha de S. Paulo* expressara sua opinião em *Greve é contra diretas-já* (5.04.1984). A manchete do dia seguinte corroborava a posição do jornal: “SOCIEDADE CIVIL CRITICA PROPOSTA DE GREVE NO DIA 25”. O jornal informa que, segundo decisão unânime do Comitê Suprapartidário Pró-diretas, reunido em Brasília, seria convocada uma “paralisação nacional” das atividades produtivas do país. A expressão é citada como eufemismo para “greve geral”. São citadas em reportagem as opiniões de governadores contrários à decisão do Comitê, tendo em vista a inadequação daquela forma de pressão sobre o Legislativo. Alguns dias depois, publicara ainda *Vitória, fim da greve* (13.04.1984) sobre uma decisão “de cunho essencialmente político” do Governo do Estado de São Paulo, a qual demonstrava “que a negociação entre as partes ainda é o melhor caminho para a resolução de conflitos trabalhistas”. O jornal afirma, ao início do editorial, que o movimento grevista lograra a devolução imediata de quantias que haviam sido retiradas do professorado durante o governo Maluf, alcançando “um aumento salarial em torno de 27%”, o que, por sua vez, acarretaria “o incremento de 175 bilhões de cruzeiros nas despesas do Estado” até o final daquele ano. O governo estadual aceitara ainda “a incorporação imediata ao estatuto do magistério da contagem do tempo de serviço em dias corridos para efeito de aposentadoria e demais benefícios da carreira”, somando-se “a não punição dos grevistas e o não desconto dos dias

---

<sup>211</sup> O Globo, 6 de abril de 1984, editorial *Vigília irresponsável*, CAPA (ênfases minhas)

paralisados”. Diante das vantagens e benefícios garantidos pela categoria a *Folha* assinalava, em vista da gravidade financeira que atingia os cofres públicos, que:

“[t]alvez, tão ou mais difícil do que iniciar um movimento reivindicatório, seja perceber o expoente mais adequado de recuar organizadamente preservando aquilo que se ganhou e mantendo, ao mesmo tempo, a força moral e política elevada, como reserva essencial para futuros encaminhamentos e negociações. Nesse sentido, seria extremamente louvável que os educadores – cujas bases e direções têm demonstrado até aqui ter alto grau de maturidade, conduzindo de forma ordeira e pacífica a maior mobilização da história do funcionalismo, que só encontra paralelo entre os metalúrgicos – na assembléia geral de hoje deliberassem pela volta imediata às aulas, certo de que terão aumentado o respeito e a confiança de que dispõem como categoria profissional junto a pais, alunos, demais servidores e a opinião pública.

Em outro contexto, ao expressar sua discordância em relação à decisão do Comitê Pró-diretas, a *Folha* não a justifica com argumentos econômicos, como é o caso d’*O Globo*. Ao contrário, fundamenta sua opinião sobre a tese da necessidade de *união* contra o forte potencial fragmentador da “paralisação”. Em editorial, o jornal de Octávio Frias de Oliveira caracterizou a decisão como fruto de um “entusiasmo juvenil” e da “desesperança”. A *Folha* previa “consequencias desastrosas” e uma “profunda fratura no movimento sem precedentes” que vinha exigindo “em uníssono a restauração do direito popular ao alto governo.” O jornal passa adiante a enumerar três razões que justificam sua posição contrária à proposta de paralisação no dia da votação da emenda.

“A convocação de uma greve geral – deixando de lado os eufemismos – introduz uma profunda fratura num movimento sem precedentes que vem exigindo, em uníssono, a restauração do direito popular ao alto governo. A unidade da pressão pacífica e ordeira em favor das diretas, construída e ampliada a tão duras penas, corre o risco de se desmanchar da noite para o dia caso a proposta de greve seja levada adiante. Em segundo lugar, o instrumento é descabido. A paralisação do trabalho é um recurso que se cristalizou ao longo das lutas sociais da humanidade, e que os sistemas democráticos reconhecem como legítimo, *desde que utilizado com o objetivo concreto de afastar a reabertura de renegociações trabalhistas que tenham chegado a um impasse. A forma da eleição do presidente da República não é uma questão de caráter social, mas de caráter político. Ela exige o emprego de instrumentos próprios da luta política.*

Em terceiro lugar, a paralisação proposta para o dia 25 veste com uma luva a tese insidiosa daqueles que pretendem associar o movimento pró-Diretas Já com o intuito de desestabilizar a ordem e convulsionar o país se efetivada, coisa de que duvidamos, a paralisação geral parecerá a muitos como corolário do rastilho de greves setorializadas que começam a eclodir aqui e ali. Essa vinculação entre reivindicação social e política é a melhor arma ideológica que se poderia oferecer aos adversários do movimento Diretas Já, e constitui a fórmula exata para desarticulá-lo, dividi-lo e desfazê-lo.



Por essas razões, e com a autoridade de quem insiste a meses e com firmeza em favor do restabelecimento imediato da escolha popular, a **Folha** é contrária à proposta irresponsável de greve geral para o dia 25”<sup>212</sup>.

Carece chamar atenção para um detalhe bastante interessante na postura da *Folha*, qual seja a separação pelo jornal de um caráter social e político das greves, sendo apenas o primeiro considerado válido. A meu ver, o jornal acaba dissociando as questões trabalhistas da luta política de então, separando-as como partes distintas de processos distintos. Menos que discutir se a “paralização” seria ou não uma estratégia favorável à causa das *Diretas Já*, interessa aqui observar os argumentos que ganham espaço com o esforço de conter aquela mobilização, abortada aos primeiros dias de abril de 1984. Vale ainda enfatizar que aquele episódio evidenciara divergências no seio da campanha *suprapartidária*, reflexos dos interesses díspares das classes aglutinadas em torno da aprovação da emenda Dante de Oliveira. Aquela campanha com forte conteúdo popular, apesar do grito “uníssono” pró-diretas, não eliminava os conflitos inerentes a uma sociedade de classes, a despeito da exaltação em torno do seu “caráter cívico unitário”. Abaixo, apresento um *resumo* dos recursos argumentativos adotados pelos jornais acerca da questão trabalhista, incluindo os já abordados no **segundo capítulo**:

“PACOTE ARGUMENTATIVO” / QUESTÃO TRABALHISTA		
	O GLOBO	FOLHA DE S. PAULO
Núcleo da questão	<b>Negação da luta de classes</b>	
Núcleos da posição	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Modernização das CLT”</li> <li>• Pacto social x confrontação</li> <li>• Greve é ilegal e “antipovo”</li> <li>• <b>Defesa da autonomia sindical = crítica liberal ao “antiestatismo”</b></li> <li>• Manifestações grevistas = desordem</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Legislação e instituições impotentes para encaminhar conflitos”</li> <li>• <b>Defesa da autonomia sindical = crítica liberal ao “antiestatismo”</b></li> <li>• Questão trabalhista = questão social</li> <li>• Reivindicações trabalhistas legítimas</li> </ul>
Metáfora/ Imagem/ Exemplo Histórico etc.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pré-64: caos social, “subversão e anarquia”</li> <li>• Trabalhador como “acionista” do sistema capitalista</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pré-64: descontrole, excessos; “vícios” do passado que “jogam água no moinho autoritário” do presente.</li> <li>• Líder “aglutinador” x “timbre fortemente separatista”</li> </ul>

<sup>212</sup> *Folha de S. Paulo*, 5 de abril de 1984, *Greve é contra diretas-já*. Entre maio e junho *A Pergunta da “Folha”* se repetiu por, pelo menos, duas vezes: *Qual o papel e os limites do instrumento de greve numa sociedade democrática?* O questionamento foi dirigido a Luís Inácio Lula da Silva, Guilherme Afif Domingos (empresário e presidente da Associação Comercial de SP), Almir Pazzianotto Pinto (deputado e secretário de Trabalho do governo de SP), Luís Eulálio Vidigal (empresário e presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de SP), Boris Fausto (advogado e historiador). Ver ANEXOS 9 e 10.

Responsabilização  <i>caracterização dos responsáveis pelo 'problema'</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Trabalhadores indisciplinados, irresponsáveis, irrealistas.</li> <li>• “Politização e imaturidade nas pressões sindicais</li> <li>• <i>Mercado</i> auto-regulável = “<i>sistema de vasos comunicantes</i>”</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Legislação ultrapassada para regular relação capital-trabalho.</li> <li>• “vícios” do passado</li> <li>• <i>Mercado</i>= “compromisso impessoal, milimétrico e quantitativo”</li> </ul>
Causas/ Consequências  Justificativas ao núcleo de posição/ Riscos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Evitar agravamento da situação econômica; impacto sobre inflação</li> <li>• Greve x desempenho da “função social” das empresas afetadas (geração de lucros e empregos)</li> <li>• Combater “intranquilidade social num quadro já marcado por tantas preocupações”</li> <li>• Defesa do <i>calendário da abertura</i> x endurecimento de forças conservadoras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Evitar “profundo corte no tecido social</li> <li>• “cumprir a tarefa de democratização”</li> <li>• Relacionar “política reivindicatória de salários” com “demandas do capital”</li> </ul>
Princípios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Princípio liberal anti-estado</li> <li>• <i>Mercado</i> como regulador social</li> </ul>	

Longe de diminuir seu papel de destaque no tabuleiro sucessório e a relevância história daquela campanha, que surpreendera seus próprios organizadores pela enorme adesão da população brasileira, sugiro aqui a interpretação de uma *unidade* forjada em detrimento das visões e interesses alheios àqueles hegemônicos – ou seja, os dos militares, do capital internacional e de representantes da (alta) burguesia nacional. Seria a referida *unidade* capaz de conter a *pluralidade* no processo de transição democrática?

Em *Reinventando o otimismo*, Carlos Fico observa que a “união”, a “solidariedade” e a “alma nacional” estavam entre os temas caros à propaganda política dos militares. Um símbolo como o arco-íris amarelo, concebido no auge do regime militar em 1971, segundo Fico, sobreviveria ao tempo passando pela Campanha das *Diretas* e chegando à Nova República. Segundo o historiador, são traços simples e sintéticos com uma mensagem forte: “aliança” (Fico: 1997; p. 126). O autor destaca ainda a presença do “congraçamento social” em alguns comerciais do período ditatorial. Buscava-se vender a idéia de que tal congraçamento deveria unir o povo e os militares; em outros casos, insistia-se na visão da “união de todas as classes em prol de um objetivo comum” (Fico: 1997; p.128).

Convém observar um artifício argumentativo presente no uso de expressões aglutinadoras como “vontade da Nação” e “voto popular”. Há outras que destaco dos editoriais analisados, tanto d’*O Globo* quanto da *Folha*: “Pátria”; “coletividade”; “consciência nacional”; “opinião pública”; “civilização”; “consciência democrática”;

“direito popular”; “campanha cívica”; “demanda cívica”; “interesses da Nação e do povo”; “forças representativas”, “realidade nacional”; “família brasileira” etc. Seja em referência à *expectativa da Nação* ou à *vontade da Nação*, cada jornal evoca os desejos diretamente expressos ou expectativas de uma coletividade supostamente representada, incorporando-os como sustentadores dos discursos e valores impressos. Considerando algumas das “condições de produção do discurso político”<sup>213</sup> deve ser realçado o recurso argumentativo e persuasivo que permite ao jornal, neste caso, dimensionar no plano das determinações mais longínquas e mais amplas a própria posição. A exemplo de artifícios usados em discursos políticos merece atenção a evocação da noção de poder público. Assim, a opinião publicada – tal qual a plataforma de um candidato – encontra ali sua sustentação perante o (e)leitor.

Ainda em torno da ideia de *unidade*, Cerqueira e Neder analisam a bibliografia didática utilizada em escolas públicas durante o regime militar como instrumento de difusão e reprodução ideológica que nega o conflito social na história brasileira; reforça a inferioridade do negro e o etnocentrismo; perpetua o mito da democracia racial; apresenta a violência como elemento externo à estrutura social brasileira, inclusive no caso da missão civilizadora da Igreja; e etc. Eis a imagem do brasileiro típico, segundo material didático das disciplinas de Moral e Civismo e Organização Social e Política Brasileira: “religioso, pacífico, cordial, individualista, cômico dos seus deveres cívicos”. Os autores afirmam que tais atributos “se inter-relacionariam no comportamento não-violento que se apoiaria na “vocaçãõ inata” do brasileiro para a conciliação” (Cerqueira Filho e Neder: 1987, p. 50).

Uma breve referência à valorização desses temas pelo regime militar oferece uma amostra das intenções que determinadas imagens e discursos podem carregar, com “capacidade de articulação histórica de representações simbólicas diferentes” (Eugênio: 1995; p. 216) conforme seu arranjo e contexto. Convém, por um lado, atentar para a possibilidade de que o uso daquelas referências simbólicas do regime militar em meio a um movimento contestatório pudesse consistir na subversão da ordem autoritária dentro

---

<sup>213</sup> Devo esta interpretação à abordagem presente no livro *Argumentação e discurso político*, de Haquira Osakabe (1999). Neste livro, o autor analisa o discurso político de Getúlio Vargas usando as ferramentas metodológicas da Linguística e da Análise do discurso. Sem que essa citação signifique a pretensão de um maior contato com essas disciplinas dedicadas ao estudo da língua e da linguagem, parece útil a ideia, oferecida pelo autor, de enfatizar como proposta metodológica as *condições de produção do discurso*. Neste esforço, a perspectiva histórica e a Ciência Política podem cumprir um papel central. Ver: OSAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (p.82).

de seu próprio acervo simbólico. Mas, de acordo com Marcos Francisco N. de Eugênio, a imprensa captou o caráter festivo do movimento das *Diretas*, “procurando fazer circular a imagem de uma sociedade que, mesmo oprimida, não perdia o senso de humor e a “cordialidade” (Eugênio: 1995; p. 214). O autor observa ainda que a ênfase sobre o caráter festivo dos comícios destoara do discurso implacável com os protestos que espalhavam o “caos” na cidade paulista em 1983. “Ao fazer o elogio da transgressão simbólica da ordem”, sugere Eugênio, “talvez a Grande Imprensa procurasse expiar a perspectiva da desagregação social contida no protesto e a tensão natural da presença popular nas praças e ruas” (Eugenio: 1995; p. 214).

O autor de *Diretas já: o grito preso na garganta* chega ao desfecho da votação da Emenda concluindo que a incapacidade dos atores pró-diretas de retomar os níveis de mobilização vistos até abril de 1984 revelava que a “lógica da negociação” se sobrepusera à “lógica da ruptura”. Rodrigues afirma que a agenda a partir de então imposta pela institucionalidade política passou a limitar o raio de ação dos atores que agiram desde a dimensão societal, levando à desmobilização dos mesmos.

Ao início de fevereiro, a ideia da marcha sobre a capital federal fez com que o porta-voz do governo, Carlos Átila, sugerisse a possibilidade de decretação de um estado de emergência em Brasília, a exemplo do que ocorrera em outubro de 1983 durante a votação do decreto-lei 2.045. Ao final de abril, a votação das *Diretas Já* ocorreria sob o *estado de emergência* e com a proibição da transmissão da decisão pelos meios de comunicação, o que contrariava a defesa da construção de uma atmosfera democrática propagada pelo governo. As medidas foram baixadas em 18 de abril, para Salvaguarda das Instituições sobre o Distrito Federal e mais dez cidades de Goiás.

No dia 16 de abril, o ato no Anhangabaú reunira “mais de um milhão” marcando o ápice de muitos meses da campanha. Naquele mesmo dia, o Planalto encaminhava ao Congresso sua própria emenda e, propondo 58 alterações constitucionais, o governo apostava na possibilidade de “arrebatar a simpatia de parlamentares”. Eis as principais medidas: eleição direta só em 1988; eleição direta dos prefeitos das capitais junto com a dos governadores e com mandato de igual duração; eleição direta dos prefeitos das estâncias hidrominerais, em 1985, e redução do número de municípios considerados áreas de “segurança nacional”; restabelecimento da inviolabilidade do mandato parlamentar perdida em 1969; limitação do instrumento do decreto-lei.

Um dia antes, havia sido apresentado ao presidente um documento do SNI em que era prevista a intensificação da campanha pelas eleições diretas, havendo multiplicação dos comícios. O texto ainda chamava atenção para a necessidade de frear a campanha enquanto houvesse tempo, “sugeriu algum tipo de ação para evitar que o Vice-presidente insistisse em perfilar teses da Oposição”; e ainda apontava alternativas ante a conjuntura política do país: 1. aceitação, pelo Governo, das eleições diretas para sucessão de Figueiredo; 2. eleição do sucessor via Colégio Eleitoral, como previsto na Constituição; 3. prorrogação do mandato do presidente Figueiredo; ou 4. Retrocesso, com suspensão do projeto de redemocratização do país (Dimenstein et. ali: 1985; pp.40-1).

A *Folha* se opusera mais enfaticamente que *O Globo* às medidas de emergência – vide *Medidas de desatino* (19.04.1984), *Pressões constrangedoras* (20.04.1984) e *Basta de emergência* (26.04.1984). Para *O Globo*, por mais que as considerasse dispensáveis, ratificava sua “inquestionável base constitucional”. E garantia, conclusivamente: “As medidas de emergência passarão com o fim da emergência. A abertura permanecerá”<sup>214</sup>. O jornal da família Frias elogiara meses antes a atuação das *Mulheres com as diretas*<sup>215</sup>. Em 24 de fevereiro as paulistas haviam comemorado o 52º aniversário da conquista do direito de votar cobrindo a cidade de amarelo e lilás (cores dos movimentos das Diretas e feministas). A professora da PUC-SP Sílvia Pimentel ressaltara à época a evolução no conteúdo ideológico da participação feminina na política, já que um número bem maior e mulheres havia desfilado em 1964 “para defender uma causa que não era sua nem do povo” (Pimentel *apud* Leonelli e Oliveira: 2004; 446).

*O Globo*, contudo, não aprovou a Marcha das Mulheres que, no dia seguinte ao ato do Anhangabaú, reunira em Brasília 6 mil mulheres de todos o país. Elas se juntaram em frente ao Congresso Nacional para pressionar os parlamentares em favor das *Diretas Já*. O jornal carioca, com os argumentos da desordem, viu nessa mobilização um detonador para as salvaguardas. Além disso, o veículo da família Marinho expunha em editorial uma distinção com aparente teor sexista, já que fazia divergir a referência às milhares de mulheres “[i]gnorantes da prática do verdadeiro regime democrático”, destituídas de legitimidade para manifestarem-se, com o “cavalheirismo de seus forçados anfitriões” (os representantes parlamentares).

---

<sup>214</sup> *O Globo*, 20 de abril de 1984, editorial *Do ultimato à emergência*.

<sup>215</sup> *Folha de S. Paulo*, 26 de fevereiro de 1984, *Mulheres com as diretas*, p.2.

“A rigor, as salvaguardas deveriam partir do próprio Congresso, no caso de sentir-se sob pressões de intimidação. O Governo, entretanto, tomou a dianteira, certamente impressionados com as características do ultimato que certas manifestações pró-diretas passaram a assumir e de que foi exemplo flagrante a chamada Marcha das Mulheres, nesta terça-feira em Brasília.

(...) No caso da Marcha das Mulheres, o que se viu em Brasília foi um *subproduto típico das distorções da campanha pró-diretas*.

Meia-dúzia de belas atrizes coadjuvantes celebrizadas pelas telenovelas investindo-se de suposta liderança de centenas de mulheres que se comportavam adequadamente, puderam-se a invadir gabinetes e até residências na Capital do País para submeter aos invadidos não a argumentos, mas a desaforos.

Releva notar que dessa demonstração relativamente feminina não participavam as personalidades que realmente se vem fazendo notar nos palanques das “diretas-já”, podendo-se daí inferir o quanto de oportunismo pretendiam as mais ardorosas disfarçar, com linguagem desabrida por todos os motivos respeitáveis.

*Ignorantes da prática do verdadeiro regime democrático, supuseram as demonstrantes ter legitimidade para tais afrontas, porém erravam. E se foram recebidas cordialmente, isso se creditará mais à hospitalidade e ao cavalheirismo de seus forçados anfitriões* do que, obviamente a temores que elas se julgassem capazes de causar.

*Não havia perigo, portanto. Mas havia desordem.* E ao Governo cumprem o dever e a responsabilidade de, verificada a ocorrência de desordem, acionar os instrumentos constitucionais disponíveis para garantir a ordem. Apenas se pode lamentar que, ao exercer o seu direito de escolher o instrumento apropriado no arsenal da Constituição, o Governo o fizesse municinando canhões para atingir aves de arribação.

Estabelecida a premissa de que as medidas de emergências se destinam a proteger o Congresso e jamais a coagi-lo, a votação do dia 25 continuará refletindo as propensões já existentes nas bancadas em relação à emenda Dante de Oliveira e aquelas eventualmente alteradas por fatores novos e legítimos de proselitismo, como as que resultam do trabalho de persuasão e advertência do Presidente Figueiredo junto aos membros do grupo pró-diretas do PDS”<sup>216</sup> [ênfases minhas].

Entre as manifestantes do dia 17 estavam Lucélia Santos, Ruth Escobar, Marina Colassanti, Marta Suplicy; entre outras, que se dirigiram aos gabinetes dos deputados para reivindicarem a aprovação da emenda Dante de Oliveira e protestarem.

#### *As reações ao minoritário e vitorioso NÃO*

Poucos dias após a derrota da emenda Dante de Oliveira (ver **Tabela 4.1**), os editoriais de ambos os jornais aqui analisados expressaram alguns rumos das negociações políticas, no âmbito dos acordos partidários e/ou da reorganização da mobilização popular.

---

<sup>216</sup> Globo, 20 de abril de 1984, editorial *Do ultimato à emergência*.

As percepções acerca dos passos seguintes no tabuleiro do jogo sucessório sugerem mais uma vez o afastamento entre *O Globo* e a *Folha de S. Paulo*. A divergência entre as opiniões publicadas deve ser inserida no contexto mais amplo de um campo de forças político-econômicas dispostas na sociedade brasileira e cujos vetores não necessariamente apontavam para lados opostos.

**Tabela 4.1** - Votação da Emenda Dante de Oliveira – Diretas –Câmara Federal. (25 de abril de 1984).

Partidos	PDS		PMDB		PTB		PDT		PT		Total
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	
Favorável	55	18,5	200	67,1	12	4,0	23	7,7	8	2,7	298
Contra	65	100	0	0	0	0	0	0	0	0	65
Abstenção	3	100	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Ausentes	112	99,1	0	0	1	0,9	0	0	0	0	113
Total	235	49,1	200	41,8	13	2,7	23	4,8	8	1,7	479

Em *A lição do povo*<sup>217</sup>, publicado dois dias após a votação da Emenda, a mudança de abordagem d’*O Globo* chega a surpreender, tendo em vista os inúmeros argumentos desfechados contra a mobilização nas ruas e a “pressão popular”. A mudança denota um momento de *conciliação* com o povo brasileiro, incluindo tanto o sonoro coro que entoava “Um, dois, três, quatro, cinco, mil, queremos eleger o presidente do Brasil” quanto aquele que gritava: “O povo não é bobo, abaixo a Rede Globo!”. Mario Sergio Conti afirma em seu *Notícias do Planalto* que, nos atos públicos e nas passeatas as últimas palavras de ordem eram gritadas com entusiasmo. Ainda à época do momento de ‘negação’, um diretor de comercialização teria advertido Roberto Marinho: “Se a Globo continuar ignorando as diretas, corre o risco de perder verbas publicitárias” (Conti: 1999; 37). Conti afirma que, “de contínuos a vice-presidentes”, incluindo os herdeiros Roberto Irineu e João Roberto Marinho, todos percebiam nos primeiros dias do ano o quanto a *Globo* estava “na contramão da vontade popular”<sup>218</sup>. Ao destacar A

<sup>217</sup> *O Globo*, 27 de abril de 1984, editorial *A lição do povo*, CAPA.

<sup>218</sup> A *Folha de S. Paulo* abriu espaço na sua página 3 (*Tendências/ Debates*), no dia 9 de março de 1984, para a questão das concessões de rádio e TV através do texto *A Globo é nossa?*, de Murilo Cesar Ramos e Venício Artur de Lima. O debate que se desenvolve ainda nos dias de hoje, em meio a indefinições e disputas políticas, girava em torno de decretos, do Conselho Nacional de Comunicação e do caráter

*lição do povo* o jornal reconhecia quão “grato foi comprovar-se que o povo brasileiro está preparado para a Democracia”. A referida lição consistia, desde os primeiros comícios e passeatas, numa “tranquilidade e até mesmo no zelo pela ordem como características entre todas marcante das grandes manifestações populares”. Por outro lado, são destacados produtos da aplicação das medidas de emergência, como “[g]rotescos e humilhantes interrogatórios nos pontos de chegada à Capital” e o uso de fuzis para silenciar um ‘buzinaço’ em protesto. As responsabilidades sobre estes últimos “excessos” recaíram à época sobre o general Newton Cruz (do Comando Militar do Planalto) – imagem destemperada da autoridade militar em crise.

“O desfecho frustrante e amargo para tantos milhões de brasileiros (...) corou esse espetáculo de civismo, raro no mundo, qual seja o de um povo atormentado pela crise econômica e pela decepção política acolher em paz a decisão tomada pelos seus representantes – os deputados federais – e retirar-se em silêncio das praças onde concentrava a sua esperança, enquanto aguardavam o resultado a se anunciar em Brasília.

(...) Em contraste com o comportamento impecável das multidões, o País assistiu estupefocado aos desmandos de autoritarismo, vizinhos da histeria que constrangeram e humilharam a população de Brasília e arredores a partir de um precipitado e descabido uso de medidas de emergência. Grotescos e humilhantes interrogatórios nos pontos de chegada à Capital, brasileiros tratados em sua terra como se fossem estrangeiros, invasões, prisões arbitrárias, demonstrações de vã arrogância – ao ponto de controlar-se o trânsito com fuzis para silenciar as buzinas –, excessos na censura à Televisão e ao Rádio com o radicalismo primário que denuncia o deplorável despreparo dos executores da exceção.

(...) Cabe ao Governo contribuir para isso (vencer as dificuldades sócio-econômicas) revogando as medidas de emergência, fazendo refluir ao silêncio seus funcionários que com tanta insistência se mostram incapazes para o sereno exercício do arbítrio. E da Oposição, legitimamente derrotada no plenário do Congresso, espera-se que desarme suas prevenções para encetar um diálogo construtivo, montado na capacidade de transigir no secundário para preservar o fundamental, que é Democracia.”

Como ponto de contato entre os jornais, note-se a percepção comum, e bastante óbvia, de que a crescente falta de unidade dentro do PDS favorecia a oposição. No entanto, a *Folha* e

---

público dos serviços de radiodifusão. Eis a conclusão dos autores: “...não podemos continuar permitindo que empresários, com a cumplicidade do Estado, se apropriem de concessões públicas, transformando-as em instrumentos eternos dos seus nem sempre louváveis interesses particulares”. Já no dia 5 de maio de 1984, *A Pergunta da “Folha”* colocava em questão, na ‘arena’ do jornal, o seguinte questionamento: “Que modificações a campanha direta-já introduz na relação entre os meios de comunicação e a opinião pública?”. Para respondê-la foram convidados Décio Pignatari, professor de Semiótica e Comunicação da PUC, com o texto *Meio & Mensagem*; o jornalista e à época secretário editorial da Editora Abril Alberto Dines, com *A voz do dono pode ser a voz do povo*; e com *Meios mostram poder* opinou também Said Farhat – jornalista, ex-editor da revista *Visão* e ex-ministro da Comunicação Social do governo Figueiredo. Ver ANEXOS 11 e 12.



*O Globo* divergiam quanto o melhor caminho a ser adotado dali em diante. *O Globo* defendia que o país seguisse *No rumo da negociação* (28.04.1984) e, para tanto, evocava a “tradição de negociar” que caracterizaria a *Alma brasileira* (29.04.1984). Vemos aqui a história sendo reconstruída nas palavras impressas a respeito de um Brasil pacífico e “cordial”, cuja harmonia das relações sociais teria evitado violentas transformações. Numa omissão do conflito social, toma-se o histórico brasileiro de *conciliações* (leia-se: “dominação pelo alto”) como sendo de negociações pacíficas, cordiais (grifos meus):

“Campanha popular como a das “Diretas Já” também nunca se viu neste País – até porque ele nunca foi tão urbanizado, tão alfabetizado, tão integrado pelos meios de comunicação. Mas de quantos países se poderia dizer que viveram mobilizações semelhantes?”

(...) Entretanto, o momento é excepcional também pelo caráter imperioso e, ao mesmo tempo, espinhoso da negociação mediante a qual se espera que as forças políticas correspondam às aspirações mais transparentes do povo. Aqui, contudo, o País se reencontra com algumas de suas mais preciosas tradições político-sociais. Sobretudo com a tradição de negociar.

Grandes e difíceis negociações ocorreram em horas críticas à beira do abismo da confrontação. Como em 1930, quando as tropas revolucionárias vindas do Sul se defrontaram com as tropas legalistas na fronteira de São Paulo com o Paraná, e a negociação permitiu que se evitasse uma escalada da guerra civil.

Como em 29 de outubro de 1945, quando a ditadura do Estado Novo caiu sem derramamento de sangue. Como em 1954, quando Getúlio preferiu se suicidar, e o novo Governo se absteve de usar a força contra o desencadeamento da ira popular. Como em agosto de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. Como em março de 1964, quando o Governo não tentou uma resistência militar contra as forças que o derrubaram.

*A negociação está na alma brasileira. Na alma social do Brasil, 161 anos depois de sua constituição como Nação, não há, pode-se dizer, tendências para os choques fratricidas como uma Guerra de Secessão, uma Guerra Civil Espanhola, uma República de Salò.*

(...) Concretamente, [a negociação depende] de que a Oposição e o Governo definam quem negocia por quem. De que haja interlocutores claramente definidos e com autoridade inquestionável.”

Ao povo, afirmada sua vontade a plenos pulmões, caberia naquele instante permitir que se cumprisse a função representativa e o destino conciliador da Nação: “Hoje, portanto, a negociação não depende da sociedade. Depende das forças políticas” – concluíra o jornal, acrescentando as últimas assertivas. “Definam-se os interlocutores e os temas, acelere-se o entendimento, siga-se a nobre tradição brasileira. Os resultados, tão necessários, virão, com a compreensão e o apoio do povo”.

Os títulos de alguns dos editoriais publicados dias após a votação da Emenda (e analisados no próximo capítulo) ilustram por si só o tom assumido por cada jornal. Enquanto o *Já* é reproduzido em vários dias pela *Folha*, a palavra *negociar* rapidamente ganha ênfase em vários editoriais d’*O Globo*.

<b>Data</b>	<b>Folha de S. Paulo</b>	<b>O GLOBO</b>
27/04/1984	Negociar sem desmobilizar	A lição do povo
	Diretas-Já, nova fase	
28/04/1984	Agora, o 13 de maio	No rumo da negociação
29/04/1984	Negociação sim, terror não	Alma brasileira
01/05/1984	Diretas na Praça	A vontade de negociar
02/05/1984	Maio das Diretas-Já	
03/05/1984	Negociação à luz do dia	Ponto final
04/05/1984	Congresso não, diretas já	Contrafração institucional
05/05/1984	Negociação em voz alta	Elo de entendimento
06/05/1984	Governadores, volver	No Colégio Eleitoral
07/05/1984		Democracia latino-americana
08/05/1984	Cidadania presente	
10/05/1984	Falando às claras	
11/05/1984	Política da ambiguidade	Sob o império do realismo

A *Folha* imprimiu a cor do luto: *Use preto pelo Congresso Nacional* – diz uma faixa da mesma cor no alto da página ao dia 26 de abril. Em caixa alta a manchete noticiava um sentimento, algo estranho aos preceitos da objetividade jornalística: A NAÇÃO FRUSTRADA!<sup>219</sup> Uma grande tabela indicava nominalmente o SIM e o NÃO de cada deputado, de cada Estado. Ao lado, o editorial *Cai a emenda, nós não*:

“Frustrou-se a esperança de milhões. Uma compacta minoria de maus parlamentares disse não à vontade que seu próprio povo soube expressar com transparência, firmeza e ordem. Nunca a sociedade brasileira se ergueu com tal vulto, nunca um movimento se irradiou de modo tão amplo nem o curso da história se apresentou assim palpitante e inconfundível. Em poucos meses a campanha pelas diretas-já dissolveu fronteiras de todo tipo para

<sup>219</sup> É possível perceber as marcas do posicionamento editorial da *Folha* na reportagem: *Governadores dizem que manterão a intransigência*. Sob o título *Marcha da decepção*, o jornal paulista fez ampla cobertura da derrota da emenda e da expectativa da população que acompanhava a votação. Ver ANEXOS 13 e 14. O destaque contrasta bastante com a abordagem d’*O Globo*. Manchete do dia 26.04.1984: CONGRESSO REJEITA DIRETAS JÁ. A chamada de uma das matérias na capa indicava o fim de um ciclo: *PDS e Oposição decidem estratégia da próxima etapa*. Sem editorial acerca do assunto, o qual seria publicado apenas no dia seguinte, ganhou destaque naquela edição o acompanhamento da votação pela população, mesmo com censura imposta às telecomunicações. ‘Chamada’ da matéria na CAPA: “Apesar da censura imposta às telecomunicações, o País inteiro acompanhou a sessão do Congresso Nacional e nas capitais e grandes cidades realizaram-se vigílias cívicas, nas quais os manifestante recebiam informações por meio de alto falantes. (...)”

imantar o espírito dos brasileiros numa torrente serena, profunda, irrefreável. Um povo sempre acusado de abulia e de inaptidão para a vida pública ofereceu, ante a surpresa de observadores locais e estrangeiros, o espetáculo de seu próprio talento para se organizar e manifestar com responsabilidade, energia e imaginação.

A tudo isso alguns congressistas disseram não. Evitemos insultar a memória do passado e as gerações de amanhã chamando-os congressistas: *são representantes de si próprios, espectros de parlamentares, fiapos de homens públicos, fósseis da ditadura*. Antes votar não a omitir-se covardemente, como muitos fizeram; *melhor, porém, era renunciar ao mandato do qual não conseguiram mostrar-se à altura, devolvendo-o com um pedido de desculpas a sua fonte legítima de origem*. Não foi o que fizeram e eles sabem o que fazem. Mas não sabem que o Brasil - felizmente! - mudou, que a sociedade civil resgatará seus compromissos, a população exigirá seus direitos tantas vezes postergados e os eleitores retribuirão na mesma moeda: não mais terá votos quem lhes negou o direito ao voto.

Esta “Folha” não foi a primeira nem a única a exigir diretas-já. Mas não mediu esforços, desde o início, para que a campanha se transformasse nesse grande festival de civilização política que vimos presenciando e estimulando. É nessa condição que dirigimos agora um apelo aos nossos leitores e a todos os brasileiros, cidadãos desta Pátria renascida. (...) Em lugar da violência, a participação; em lugar do tumulto, a tranqüilidade; em lugar de desespero, a persistência; em lugar do desânimo, a vitalidade renovada a cada revés. (...) Acima de tudo é necessário manter a ordem, a paz e a tranqüilidade. Não somos o primeiro povo a lutar por sua emancipação definitiva e a lição das experiências análogas é que a luta é sempre longa, difícil e penosa. *A emenda Dante de Oliveira está derrotada, não nós*. Ainda que já tivéssemos reconquistado as diretas haveria um extenso caminho a percorrer. *Continuemos com a mesma intransigência e com a mesma esperança*. (...)”

Ao menos dois elementos destacados nos trechos aqui grifados chamam atenção por contrastarem com a postura exibida pelo jornal carioca: 1. as já mencionadas características da função representativa (mal exercida); 2. a aproximação entre jornal e (e)leitor através do pronome *nós* e da função apelativa de linguagem. Diante da derrota, o jornal se coloca do mesmo lado da ‘trincheira’ que o leitor, como porta-voz ele próprio da frustração e dos anseios da sociedade civil; da sua indignação e esperança; já desempenhando o papel que viria a ser delineado como uma versão particular do *contrato representativo* – tão mais fortalecido quanto mais numerosos e sólidos forem os ‘*mandatos*’ delegados através da aquisição habitual nas bancas ou de assinaturas do jornal (Albuquerque e Holzbach: 2008).

\*\*\*

## CAPÍTULO 4 - “A SERVIÇO DO BRASIL” E “COM OS ANSEIOS NACIONAIS”

No título deste capítulo estão expressos os termos dos compromissos assumidos pelos jornais analisados; o primeiro em *slogan* da *Folha de S. Paulo* e o segundo em editorial publicado na capa do jornal *O Globo* e assinado pelo seu dono (*O Julgamento da Revolução*). Neste capítulo final busco, portanto, dar sequência à exposição dos diversos posicionamentos adotados pelos veículos ao longo do ano sucessório, tendo em vista o papel reivindicado pelos próprios jornais no auge de suas “*transições discursivas*”, ou seja, “da luta pelo significado da palavra pública e da ressignificação de identidades”, num “exercício de predominante violência simbólica que vinha a substituir a violência física exercida diretamente sobre os corpos da ditadura” (Rico: 2009). Por fim, pretendo demonstrar, através da exposição da *opinião publicada*, a forma pela qual os discursos acerca dos futuros (des)caminhos político-econômicos fizeram parte de uma disputa em que jornais participaram ativamente na condição de *aparelho privado de hegemonia*. Supostamente “a serviço do Brasil” e “com os anseios nacionais”, *O Globo* e a *Folha* são, por fim, apresentados como exemplos da *grande imprensa* brasileira que imprime opiniões e, em muitos pontos, exprime uma *visão de mundo* restrita ao pensamento político burguês e Ocidental.

## Um desfecho em dois atos: do ‘racha’ à *Aliança* (maio-agosto/ 1984)

“O povo, no entanto, é o cão  
e o patrão – o lobo.  
Ambos são povo.  
E o povo, sendo ambíguo,  
é o seu próprio cão e lobo”.

(*Que país é este?* - Affonso  
Romano de Sant’Anna)

Maio-junho/ 1984 – A recusa em ‘bançar’ um candidato conferiu a Figueiredo o papel de agente passivo na própria sucessão. Uma passividade ativa, tal qual um *pai* que faz presente a sua ausência. Independente das possíveis origens de sua atitude, após a votação da Dante de Oliveira ficou ainda mais nítida a consequência direta de sua omissão: o clima de conflito entre seus auxiliares mais próximos e a própria desagregação do partido governista.

Ainda em fevereiro, às vésperas de anunciar o envio ao Congresso da emenda que marcava as diretas para 1988, em dois turnos, Figueiredo reunira os aspirantes a candidato do PDS – Aureliano, Maluf, Andreazza e Marco Maciel. Diante do avanço da Campanha das *Diretas Já*, foram então oferecidas aos candidatos duas opções: a renúncia coletiva para facilitar o encontro de um novo nome capaz de unir o PDS ou um pacto que comprometeria os derrotados a apoiarem o vencedor da convenção. Aureliano e Maciel aceitaram a primeira; Maluf e Andreazza ficaram com a segunda. Segundo registros apresentados no livro-reportagem *O complô que elegeu Tancredo* (1985)<sup>220</sup>, os dois primeiros teriam saído daquela reunião ainda mais convencidos de que a saída anti-Maluf era negociar com a Oposição a escolha de um “candidato de consenso”.

Esse “consenso”, na verdade, vinha sendo delineado já ao início do governo Baptista Figueiredo, tendo a figura de seu vice grande destaque na preparação para uma conjuntura política mais liberal. Chaves foi convidado em fins de 70 ao Centro de Estudo Brasileiros da Escola de Estudos Avançados da *John Hopkins University* – centro acadêmico apoiado por instituições bancárias e empresariais brasileiras e norteamericanas reunidas em torno do

---

<sup>220</sup> Cinco jornalistas com seis a doze anos de profissão, exercidos nos mais variados veículos da *grande imprensa*, publicaram uma “ampla e minuciosa reportagem sobre os bastidores da sucessão do Presidente João Figueiredo”. Gilberto Dimenstein, José Negreiros, Ricardo Noblat, Roberto Lopes e Roberto Fernandes são autores desse livro-reportagem produzido a partir das experiências profissionais de cada um no período; de 200 relatórios (mais de 300 páginas) que “reproduzem diálogos nunca publicados”; e de muitas horas de entrevistas e depoimentos – a maioria não identificada por conta do compromisso de sigilo assumido pelos autores.

*Brasil-US Business Council*, estabelecido em 1976. Tais instituições correspondiam às mais poderosas corporações multinacionais e bancos internacionais. O vice-presidente brasileiro foi recebido em sua visita por ninguém menos que David e Nelson Rockefeller, tendo se reunido ainda com o presidente do *Bank of America* (A.W. Clausen) e com o vice-presidente Mondale, além de outros políticos liberais e altos executivos. O protagonismo de Chaves era identificado pelo Centro de Estudos Brasileiros: “um dos políticos mais experientes do Brasil, do qual se espera que venha a desempenhar um papel de protagonista na política de liberalização” (*apud* Dos Santos & Souza: 1979; 189).

Ao final de 1983, o então governador mineiro Tancredo Neves se aproximara do vice-presidente e conterrâneo dando contornos mais sólidos ao chamado *Acordo de Minas*<sup>221</sup>. Em entrevista, o então vice-presidente garantiu posteriormente que o acordo consolidado após a rejeição da Dante de Oliveira não havia resultado de uma “articulação político-partidária”: “mas da responsabilidade de cada um de nós em relação ao futuro do Brasil”<sup>222</sup> – relatara Aureliano, deslocando a decisão de firmar o *Acordo* para uma dimensão externa a si e às próprias ambições políticas (Couto: 1999; p. 99)<sup>223</sup>. O vice-presidente, ex-udenista, atribui o apoio à candidatura de Tancredo às próprias “razões de mineiridade”<sup>224</sup>, por “reconhecimento do valor político de Tancredo Neves”. O *Acordo*, segundo seu relato, colocava “os companheiros do [futuro] PFL em pé de igualdade com os do PMDB no plano federal”<sup>225</sup>. Reconhecido pelo “papel importante na materialização da dissidência” do PDS, José Sarney (também ex-

---

<sup>221</sup> O acordo foi costurado aos poucos, tendo arremates decisivos, com uma “visita exploratória” do deputado Fernando Lyra a Aureliano Chaves em dezembro de 1983. O vice-presidente adiou até 10 de julho do ano seguinte sua primeira manifestação clara e pública de apoio aos tancredistas. “Admitimos [ele e seus companheiros da Frente Liberal] a hipótese de nos aliarmos à oposição” – dissera em solenidade após reunião com o ex-presidente Ernesto Geisel (Dimenstein et. ali: 1985)

<sup>222</sup> Entrevista do autor com Aureliano Chaves.

<sup>223</sup> No livro de Rogério Christofolletti a *ilusão de exterioridade* é considerada como manobra de desvio, de mascaramento das condições em que o sujeito está inserido. “O sujeito do discurso, então, se coloca numa posição de fala imparcial, de visão mais ampla e muitas vezes, como testemunha do acontecimento discursivo”. O autor observa que, em alguns casos, esta ilusão é operada para o estabelecimento de novas territorializações, de novas identidades na superfície discursiva, fazendo com que o sujeito se coloque alheio a uma situação, estado ou cena. Essa *ilusão* pode ser percebida tanto na fala do vice-presidente quanto nos próprios editoriais aqui analisados, como já foi destacado anteriormente. Ver: CHRISTOFOLETTI, R. O discurso da transição – mudança, ruptura e permanência. Itajaí: Ed. Univali. 2000. (p.69)

<sup>224</sup> Em referência à tensão entre favor e liberalismo na sociedade brasileira, Gisálio Cerqueira Filho (1993) observa que o estado de Minas Gerais e os mineiros, sendo “vistos como alvo preferencial da ideologia da conciliação nacional, da cordialidade, da “mineiridade”, fornecem o protótipo do perfil da ambiguidades e indecisão no plano sócio-político e mesmo convivial” (Cerqueira Filho: 1993, p. 23). Tancredo Neves, com sua inscrição nas soluções conciliatórias, parece representar bem esse perfil contexto analisado.

<sup>225</sup> Entrevista do autor com Aureliano Chaves.

udenista) foi o escolhido pela *Frente Liberal* – dissidência pedessista que constituiria, ao final de 84, o Partido da Frente Liberal (PFL).

Entre maio e junho de 1984, dois fatos determinaram novos rumos do processo sucessório. Primeiro, como se costumava dizer, os governadores “tancredaram” abertamente. O verbo indicava um acolhimento fortuito da *negociação* em torno de uma candidatura única para concorrer no Colégio Eleitoral. Já em meados de maio, o governador de São Paulo foi um dos que acelerou articulações para escolha do “nome de consenso”. Luciano Coutinho, um dos principais assessores do “Dr. Ulysses”, recorda que “tudo mudou quando se efetivou a articulação Minas-São Paulo e o Roberto Gusmão, secretário de governo do Montoro, entrou pesado, articulando o grande empresariado, os setores conservadores”. Coutinho ainda acrescenta que a própria indicação de Maluf favorecia o governador mineiro, “que mantinha laços muito fortes com o lado conservador do país, como o Olavo Setúbal, a família Mesquita”<sup>226</sup>. Na memória reconstruída por André Franco Montoro, o nome do governador mineiro teria emergido “naturalmente” e, em meio a sondagens, “chegou o momento em que todos convergiram para o Tancredo”, “um homem mais hábil, mais mineiro, para a necessária costura política”<sup>227</sup>. O “Sr. Diretas” era incompatível com a imagem tecida ao “candidato de conciliação”. Coube a Fernando Henrique Cardoso, comunicar a Ulysses, o “aglutinador”, que a candidatura de Tancredo seria apoiada por Montoro em São Paulo. Na ocasião, conta Cardoso que ele próprio sugeriu ao presidente do PMDB assumir a coordenação da candidatura, “antes que um aventureiro” pusesse a mão<sup>228</sup>.

O segundo fato marcante foi a ruptura de José Sarney com o partido que ele próprio presidia após a recusa de Figueiredo em apoiá-lo na realização da prévia eleitoral, um elemento para escolha de um candidato fora do domínio da convenção partidária, que já estaria controlada por Maluf<sup>229</sup>.

---

<sup>226</sup>Entrevista concedida às autoras: MELHEM, Celia e RUSSO, Sonia. Dr. Ulysses. São Paulo: Arteemios, 2004. (p.191)

<sup>227</sup> Idem, p.39

<sup>228</sup> Idem, p. 95.

<sup>229</sup> Na véspera da eleição indireta, em 14.01.1985, *O Globo* publicou caderno especial sobre a candidatura Tancredo-Sarney, em que enfatizava a reação do ex-presidente do PDS como sendo motivada pela defesa de uma candidatura “popular”: “Rompeu com o PDS depois de tentar, através de uma prévia, escolher um candidato popular para disputar a Presidência”. *O Globo*, 14 de janeiro de 1985, perfil político intitulado *Sarney, o político*. (Caderno Especial *Tancredo Neves, um liberal na presidência*). Ver Anexos 20 e 21

A *transição pactuada*, alheia à marca popular presente na Campanha das *Diretas Já*, enfraquece a idéia de que a vitória da candidatura Tancredo-Sarney tenha representado uma derrota de fato para os militares. O político mineiro representou um papel-chave no âmbito da abertura *lenta gradual e segura* preconizada por Geisel, Golbery e Petrônio Portela – este último frequente interlocutor de Tancredo. O caráter conciliador e perfil político conservador davam-no o *status* de “linha auxiliar do projeto governista”, adquirido pelo ex-ministro da Justiça de Getúlio Vargas em função do papel de “interlocutor qualificado da ditadura” (Silva: 2004; p. 274).

“Realistas” e “vigilantes” – É diante das novas configurações políticas, estruturadas após a rejeição da emenda Dante de Oliveira, que duas perspectivas são reforçadas quase diariamente nos editoriais analisados: a *realista* e a *vigilante*. Elas foram, respectivamente, expressas pelos jornais *O Globo* e *Folha*. Em opiniões situadas no âmbito dos eixos *sistema representativo* e *regime militar*, o ato de *negociar* ganhava destaque, de forma que o “*realista*” advogara contra a inércia, o imobilismo e o retrocesso. Já o “*vigilante*” referia-se à “nação mobilizada e em vigília permanente”, a qual “tende[ria] a acompanhar passo a passo as negociações nelas influenciando decisivamente”<sup>230</sup>.

Cumprir marcar aqui uma distinção entre os dois jornais: a *negociação* na visão expressa pelo jornal *O Globo* reforçava uma espécie de “ethos conciliador” do brasileiro. Valorizando essa predisposição do brasileiro, caberia ao “povo” ir ao encontro de sua identidade, aceitando as definições que começavam a despontar nos bastidores da política. A *rua* (*desconfortável, violenta, selvagem*) manifestara sua vontade por meio das *Diretas Já* – um “desvio” tido como incomodo, mas superado, de certa forma. Passada a exaltação, a *casa* acolheria e daria forma aos desejos expressos.

O liberalismo publicamente expresso pela *Folha*, ao contrário, não comportava essa opção de “pacto social”. Entendo que o questionamento impresso pelo jornal paulista pode ser explicado, em parte, pela valorização do *Ocidente* (sociedade individualista) em detrimento do *Oriente* (sociedade holística)<sup>231</sup>, de forma que nossa “modernização” passaria pelo abandono da “velha política” – calcada no *favor*, no patrimonialismo – em benefício de novas noções de lei, de cidadania, de autonomia, liberdade, independência etc. Calcadas, enfim, no código liberal e no *mercado*. Essas visões são expressas também

---

<sup>230</sup> Idem, 5 de maio de 1984, editorial *Negociação em voz alta*.

<sup>231</sup> Essa compreensão foi inspirada pela caracterização Ocidente/Oriente retomada em CERQUEIRA FILHO, 1993.



por meio do *Projeto Folha*, o qual, segundo defendo aqui, representa não apenas um direcionamento jornalístico, mas uma projeção da atuação política do jornal/representante.

A propósito da reunião em que governadores do nordeste do país renderiam apoio à mediação das negociações pelo governador mineiro<sup>232</sup>, *O Globo* afirma: “Eis aí [na escolha de Tancredo Neves como mediador] uma demonstração indubitável de *desejo realista de negociação*, tanto mais porque provinda de lideranças que constituem a grande base partidária do Governo e por se tratar de um ato de políticos nordestinos”.<sup>233</sup> *O Globo* identifica no PDS o “espírito continuísta a qualquer preço” lado a lado com “a vontade incondicional de mudança”. Na visão do jornal, nos partidos oposicionistas, “radicais e moderados” preservavam as suas incompatibilidades “à sombra do clamor solitário das “diretas já”, desdobrável em “Constituinte Já”. Diante de tal contexto, o jornal questiona: “Como obter um mínimo de ajustamento nesse contexto de tendências desavindas?” E responde:

“Por enquanto, importa principalmente, que substituam imaturas ameaças de auto-exclusão do processo de transferência do poder por atitudes de participação ativa nesse dominante episódio institucional. Os comícios das pró-diretas esgotaram a parte que cabia ao estágio plebiscitário da sucessão.”<sup>234</sup>

A postura *realista* estava atrelada à ideia de que o processo sucessório se dividira em duas etapas: uma que contou com a ampla participação popular e a segunda, que prescindia dos “radicalismos”. Contrária à opinião expressa pelo jornal carioca, a *Folha* reprovava essa visão “etapista” do processo sucessório:

“Não tem cabimento nenhum a tese assumida por alguns setores oficialistas – entre eles com destaque aos governadores dos estados mais importantes do país – segundo a qual o momento e o lugar da mobilização é necessariamente anterior e exterior ao momento e lugar da negociação. Essa é uma concepção “etapista” e mecânica arraigada em certa tradição autoritária das elites e esquerdas brasileiras que concebem o povo como ente abstrato, mera figura de retórica ou massa de manobra para os conchavos de cúpula. O fato é que os governadores Tancredo Neves, Franco Montoro, Leonel Brizola e José Richa – para citar os mais expressivos em termos de eleitorado e de liderança nacional – portanto aqueles com maiores responsabilidades políticas no processo de transição democrática, continuam a agir com se nada tivesse ocorrido no Brasil nos últimos cinco meses, como se a palavra que empenharam em praça pública diante de milhares de

---

<sup>232</sup> *O Globo*, *Governadores do Nordeste querem que Tancredo seja o mediador*, manchete publicada em 28 de abril de 1984.

<sup>233</sup> *O Globo*, 1º de maio de 1984, editorial *A vontade de negociar*. Ênfase minha.

<sup>234</sup> *Idem*. 17 de maio de 1984, editorial *Com os pés no chão*.

cidadãos não valesse hoje coisa alguma. Como se a mobilização popular tivesse agora que refluir para dar passagem aos “experts” da política, que decidirão mais uma vez em nome da sociedade à luz de velas o que ela não quer e contra o que ela exige”<sup>235</sup>.

A concepção “etapista” ganhou espaço nos editoriais d’*O Globo* somente após a rejeição da Emenda. Em poucos meses ou dias a Campanha das *Diretas Já* deixava de ser uma ilegítima e inoportuna forma de pressão popular para se tornar um “estágio plebiscitário” já esgotado.

Em *Elo de entendimento* (5.05.1984), publicado no dia anterior, *O Globo* aborda um discurso proferido em Uberaba (MG) pelo governador mineiro na presença de Figueiredo. Tancredo é apontado como o “elo” em questão, de forma que o “entendimento” em torno de eventual candidatura deveria ser estabelecido “muito mais em torno de um programa de ação administrativa e política do que de nomes e grupos, cabendo ao Congresso dar legitimidade jurídica às diretrizes traçadas.” Segundo o jornal, a “resposta dos adversários leais do Governo jamais poderá ser a da intransigência, do imobilismo, para assim cristalizar o impasse institucional e tudo quanto dele decorre contra *os interesses da Nação e do povo*”. Vale destacar que, além de recorrer a um julgamento moral dos adversários (des)leais do Governo, *O Globo* evocava instâncias últimas (como as grifadas em itálico), úteis à sanção de qualquer ato ou entidade política (Osakabe: 1999; 111) – o mesmo que no caso das referências à “coletividade”, “consciência nacional”, “bem”/“mal” etc.

O eixo temático *questão econômica* também integra os recursos argumentativos utilizados pelo jornal: “grandes dificuldades sócio-econômicas que estamos enfrentando derivam em primeiro lugar de uma ordem internacional injusta”, reconhece *O Globo*, reproduzindo as palavras de Tancredo. Em seguida, a conclusão: “nada mais lógico do que buscarmos na união interna as respostas da legítima defesa, através da ação política articulada”. Destaca-se ainda um “clima reinante” de negociação. Embora ainda fosse cogitada a alternativa das *Diretas Já*, o espaço político estaria “dominado pela movimentação pacífica em tono da emenda Figueiredo”. Esta, ampla demais, foi retirada em 28 de junho pelo presidente, após controvérsias – especialmente aquelas vindas de Ministros insatisfeitos com itens que afetavam suas pastas. A retirada da emenda, aliás, pode ser considerado o terceiro fato importante ocorrido nos dois meses que sucederam a rejeição das diretas pela Câmara.

---

<sup>235</sup> Folha de S. Paulo, 6 de maio de 1984, editorial *Governadores, volver*, p.2

Partindo do argumento da *(i)legitimidade*, ambos os jornais buscam sustentar percepções distintas do processo sucessório. *O Globo* continuava a defender a legitimidade do Colégio Eleitoral, reconhecendo-o como “uma espécie de delicada dobradiça, de articulação entre passado e futuro”<sup>236</sup>. Dois dias antes (4.05.1984), diante da cogitada possibilidade de utilização do Congresso Nacional como alternativa ao Colégio Eleitoral, a *Folha* se opunha, enfatizando sua *ilegitimidade* fruto da formação sob o regime de exceção e da deformação com o *Pacote de Abril*. Considerava-se também a crise de confiabilidade do Congresso ante a opinião pública, provocada, segundo o jornal paulista, pela tradição elitista das instituições brasileiras e pela função de “mera caixa de ressonância do poder central”.

Logo nos primeiros dias do mês de maio, a *Folha* publicara uma série de editoriais em que não só anunciava a nova fase de mobilizações, como também conclamava: “Urge que todas as lideranças de partidos e entidades civis reagrupem suas forças a fim de preparar mais uma demonstração unitária e pacífica da cidadania.”<sup>237</sup> Seguindo sua perspectiva *vigilante*, o jornal paulista exortava as lideranças à *Negociação à luz do dia*, além de reunir *mobilização* e *representação* como duas faces da mesma moeda:

“...insistimos em considerar improcedente a tese, comum em certos ciclos da oposição, que pretende separar os planos da mobilização e da negociação como realidades descontínuas no tempo e no espaço. Nesse sentido, a responsabilidade dos governadores, de oposição e das lideranças políticas é imensa e irrecusável. A mobilização da sociedade não pode ser abandonada; deve antes ganhar novo ímpeto. É a única via eficaz para impedir a ressurreição ostensiva ou disfarçada de um monstro virtualmente morto – Colégio Eleitoral”<sup>238</sup>.

A *Folha* caracterizava-se por chamar a atenção do leitor para determinada liderança, suas omissões, erros, titubeios ou ações contraditórias. Com a condução dos rumos da política sucessória apontando para a candidatura única de Tancredo, este esteve na berlinda. Passados

---

<sup>236</sup> Idem, 6 de maio de 1984, *No Colégio Eleitoral*

<sup>237</sup> Folha de S. Paulo, 2 de maio de 1984, *Maio das diretas-já*

<sup>238</sup> Folha de S. Paulo, 3 de maio de 1984, *Negociação a luz do dia.. A Folha*, na Página 3 do dia 16 de junho de 1984, através d'A *Pergunta da Folha*, deu forma ao ‘embate’ que indiretamente vinha sendo travado com o jornal *O Globo* por meio das opiniões publicadas. Questionava-se: *O entusiasmo pela democracia participativa, característico dos movimentos sociais recentes, significa uma condenação da democracia representativa?* A pergunta foi respondida por Carlos Chiarelli (senador, PDS/RS), José Augusto Guilhon Albuquerque e José Álvaro Moises – ambos cientistas políticos. Ao final do ano (24.11.1984) o questionamento (participação/ representação) era mantido em outros termos: *É necessário o voto popular para legitimar o mandato do próximo presidente?* A *Folha* apresentara as resposta do então senador Fernando H. Cardoso, de Said Farhat e do diretor de Redação da *Folha*, Otavio Frias Filho. Ver ANEXOS 15 e 24.

os primeiros dias desde a votação da Emenda, e tendo em vista o avanço das negociações entre lideranças do PMDB e PDS, a *Folha* publicou uma sequência de editoriais, começando por *Política da ambiguidade*<sup>239</sup>. A este se somaram *Diretas já, exige o povo*<sup>240</sup> (amparado em dados da *Pesquisa Folha*), *Dispensam-se as tutelas*<sup>241</sup>, *Não à ambivalência*<sup>242</sup>, *Quem quer o Colégio Eleitoral*<sup>243</sup>. No mesmo dia em que foi publicado este último, a manchete anunciava: TANCREDO ACEITA SER O AMBIVALENTE. No dia anterior à votação da emenda (24.04.1984) a *Folha* questionava atitude e discurso de “efeito desmobilizador” do então governador mineiro, cujos “argumentos mais amplos” eram “dedicados às possibilidades de entendimentos com o governo federal”. A precipitação conciliatória de Tancredo era comparada a do senador Afonso Camargo. “É como se alguém de dentro da fortaleza viesse em ajuda dos que a cercam” – comparou a *Folha*<sup>244</sup>.

Por outro lado, ao final de maio, a cobrança do jornal paulista voltou-se ao presidente peemedebista através do editorial *A renúncia de Ulisses*. Citando palavras atribuídas ao deputado dias antes, a *Folha* considerava subtraída a “grandeza de seu gesto de desprendimento”, já que recuava na atitude de abdicar de vez da própria candidatura em nome “do interesse da Nação”. Uma candidatura que sequer “surgiu da imposição das bases”<sup>245</sup>, mas por iniciativa dele mesmo, afirmara o jornal.

O jornal referia-se ainda à política da *ambiguidade* associada à postura do presidente, “prisioneiro de forças contraditórias que coabitam em seu governo” ou ainda do “impasse representado pelas duas candidaturas favoritas da Convenção do PDS”, a de Andreazza e a de Maluf, “ambas repudiadas pela opinião pública” – afirmava a *Folha*. O jornal argumentava que, ao manter-se na “ambiguidade”, o presidente Figueiredo prestava um serviço inequívoco a todos que possuíam “interesses personalistas e investidos na armadilha continuísta do Colégio Eleitoral”. O chefe da Nação, dessa forma, estaria queimando “o apreço que ainda merecia da opinião pública pelo papel desempenhado até as eleições de 1982, como avalista da abertura democrática”<sup>246</sup>.

---

<sup>239</sup> Idem, 11 de maio de 1984, editorial, p.2

<sup>240</sup> Folha de S. Paulo, 13 de maio de 1984, editorial, p.2

<sup>241</sup> Idem, 15 de maio de 1984, editorial, p.2

<sup>242</sup> Idem, 16 de maio de 1984, editorial, p.2

<sup>243</sup> Idem, 17 de maio de 1984, editorial, p. 2

<sup>244</sup> Idem, 24 de abril de 1984, editorial *Tancredo, a precipitação*, p.2

<sup>245</sup> Idem, 30 de maio de 1984, editorial *A renúncia de Ulysses*, p.2

<sup>246</sup> Idem, 11 de maio de 1984, editorial *Política da ambiguidade*, p.2

Contra esse estado de coisas, a defesa de uma “vigília ativa” – vigilância + reivindicação – deveria incluir a contínua mobilização em torno das alternativas para aprovação das diretas pelo Congresso, incluindo a aposta numa subemenda à “emenda Figueiredo”, assim apelidada. Os editoriais da *Folha* abordavam também os indícios de tutela do processo sucessório: “Não cumpre discutir aqui se o Brasil precisou ou não um dia de forças armadas que carregassem o ônus de atuar como poder moderador [e] árbitro da política. O fato é que hoje não precisa mais.”<sup>247</sup> Note-se pelo trecho citado que, em espaço opinativo, a *Folha* não se esforçava discursivamente para revolver o passado ou, numa linguagem informal, passá-lo à limpo. A preocupação era mais imediata, com ênfase ao compromisso assumido em praça pública durante a Campanha das *Diretas Já*. Contra a clareza das ruas, estavam os obscuros acertos de cúpulas partidárias; a representação ilegítima era contraposta à “restauração plena e imediata do direito ao auto-governo”, atrelada à reconquista do pleito direto para escolha do presidente da República:

“(…) Tudo ainda relembra o velho estilo do conchavo. Que representam hoje os mais de 5 milhões de brasileiros que compareceram em praça pública para repudiar o Colégio Eleitoral e exigir a restauração plena e imediata do direito ao auto-governo?

(…) Ou a luta pelas diretas-já continua como objetivo central – e nesse caso as oposições devem concentrar esforços simultâneos na retomada da mobilização popular e da ação parlamentar visando a aprovação da subemenda ao projeto do Planalto alterando para 1984 a data das eleições presidenciais; ou então que esses líderes tenham coragem cívica de expor à opinião pública as razões que levaram à sua mudança repentina de posição. A eventual ameaça de vitória do candidato Paulo Maluf ao Colégio Eleitoral tem servido até o momento muito mais como espantalho para justificar recuos do que como argumento político plausível e devidamente fundamentado”<sup>248</sup>.

*O Globo*, por outro lado, apostava suas fichas na chamada “Emenda Figueiredo”, reconhecendo o máximo de concessão do governo em *Sob o império do realismo*:

“A insistência na tese das “diretas já”, desta vez na forma de subemenda à emenda Figueiredo, não pode atingir o extremo de criar dificuldades insuperáveis ao entendimento partidário em torno das conquistas há tanto tempo e tão intensamente reclamadas pela *consciência democrática do País*. (...) O Governo já deixou exaustivamente claro que as diretas em 1988 constitui a sua concessão máxima.”<sup>249</sup>

É interessante notar que a metáfora do *claro x escuro* é também utilizada pelo jornal carioca, mas no sentido de afirmar que identificar o “salto no escuro” do

<sup>247</sup> Idem, 15 de maio de 1984, editorial *Dispensam-se tutelas*, p.2

<sup>248</sup> Folha de S. Paulo, 17 de maio de 1984, editorial *Quem quer o Colégio Eleitoral*, p. 2

<sup>249</sup> Folha de S. Paulo, 11 de maio de 1984, editorial *Sob o império do realismo*, p. 2 (ênfase minha)

“irrealismo” de grupos mais radicais da oposição: “... fora da linha da moderação e do equilíbrio que as circunstâncias da crise brasileira particularmente exigem, fica restando apenas a vocação para a movimentação dispersiva e inconsequente ou, quem sabe, o salto no escuro”<sup>250</sup>. Assim seguirá *O Globo*, fornecendo diretrizes para negociação *Acima dos dogmas* e *Com os pés no chão*<sup>251</sup>: “Para haver pelo menos começo de negociação é preciso que o espaço político destinado ao esforço de entendimento esteja desobstruído de dogmas, avaliações irrealistas e expectativas paradoxais”<sup>252</sup>.

Para *O Globo*, a “tese do “candidato já” à Presidência da República” que as oposições colocavam em movimento era “infinitamente mais articulada, realista e operativa do que a campanha das “diretas já””<sup>253</sup>. É interessante observar as imagens visuais elaboradas pelo jornal ao expor seus argumentos: “Ai sim a estratégia sucessória oposicionista *sai das nuvens dos palanques para caminhar com os pés no chão*. Pois o tempo urge e a Oposição se arrisca, de outra maneira, a deixar-se vencer pelos “slogans” da *inércia*”<sup>254</sup>. As ênfases em itálico indicam imagens que remetem à velha dicotomia *céu x terra*, para em seguida recorrer a outra ideia: *inércia x movimento* (avanço). Analisando a conjuntura política da época, não seria mais correto afirmar que a solução conciliatória defendida pelo jornal correspondia melhor à propriedade da *inércia*, uma vez que representava justamente a ausência de “forças externas” a alterar o movimento do calendário da abertura definido ao longo dos governos Geisel e Figueiredo?

Quando surge a possibilidade das prévias – consulta às bases pedessistas – para escolha do candidato do partido governista, novamente os jornais apresentam visões destoantes. Curiosamente, a possibilidade de reduzir a um único nome o número de presidenciáveis dentro do PDS levava *O Globo* a defender os aspectos positivos de se “constituir essa unidade de baixo para cima, precedendo-a de irrestrita oferta de opções para que a convergência final” ocorresse “da maneira mais natural e espontânea possível.” Bastante favorável à ideia das prévias, o jornal logo assegura: “Ninguém encontrará motivos institucionais ou racionais para contestar vantagem de métodos de escolha de candidatos que assegurem o máximo de unidade e coesão partidária”. Daí

---

<sup>250</sup> Idem.

<sup>251</sup> *O Globo*, 12 de maio de 1984, editorial *Acima dos dogmas*; e *O Globo*, 17 de maio de 1984, editorial *Com os pés no chão*.

<sup>252</sup> Idem, 12 de maio de 1984, editorial *Acima dos dogmas*.

<sup>253</sup> *O Globo*, 17 de maio de 1984, editorial *Com os pés no chão*.

<sup>254</sup> Idem.

porque se tornara válida a iniciativa aventada pelo presidente do PDS, José Sarney. As prévias possibilitariam, na visão do jornal, “arejar as expectativas da escolha a ser feita pela Convenção do PDS”, propiciando, “pela enorme autoridade com que se apresentará o favorito das amplas bases pedessistas, o estabelecimento da unidade partidária indispensável à sua vitória no Colégio Eleitoral”<sup>255</sup>. Dois dias depois, a *Folha* alertava em manchete: PRÉVIA SUCESSÓRIA AMEAÇA IMPLODIR PDS (10.06.1984).

Segundo a opinião publicada em editorial, o regime, o governo e o partido governista viviam uma “dúvida angustiante: como acomodar seus interesses num fórum de decisão suficientemente amplo para dar à escolha pelo menos uma aparência de legitimidade democrática, mas suficientemente restrito para mantê-la sobre seu controle exclusivo?” Para a *Folha* a Convenção Nacional do PDS não seria o fórum adequado e as bases pedessistas constituiriam uma maioria restrita demais por desembocar “não numa disputa democrática, mas no jogo de cartas marcadas pelo Colégio Eleitoral”. Com o impasse gerado no núcleo do PDS, a expectativa expressa era a de que “a brecha política por onde avançou a tese das diretas-já” pudesse “alargar-se para além dos 55 votos pedessistas dados à emenda Dante de Oliveira”<sup>256</sup>.

A consumação do impasse veio nas respectivas edições do dia 12: PRÉVIA DERRUBA SARNEY E RACHA PDS, foi a manchete da *Folha*. Já *O Globo* parecia amortecer a ruptura, anunciando o início de uma crise que, em verdade, chegava ao seu auge: RENÚNCIA DE SARNEY ABRE CRISE NO PDS. No dia seguinte, o diagnóstico indicava a *Fratura exposta*: “Quanto a recompor sua unidade, nada sugere neste momento que haja mais como alcançar tal objetivo”. Essa foi a afirmação conclusiva num editorial em que a renúncia do Senador José Sarney à Presidência do PDS foi destacada como “atestado das boas intenções democráticas e das preocupações com a unidade e o fortalecimento partidário que o levaram a propor a realização da prévia para a indicação do candidato pedessista à sucessão presidencial”. As razões do impasse recaíram sobre “a resistência da corrente Paulo Maluf” e a indefinição do próprio presidente Figueiredo que “na véspera da reunião da Comissão Executiva estabeleceu a pré-condição do apoio de todos os presidenciais”, evidenciando-se “a impossibilidade de levar a iniciativa a bom termo.” Com a fratura, portanto, passavam a “afigurar-se viáveis as mais diversas combinações de votos da Oposição e de votos de

<sup>255</sup> O Globo, 8 de junho de 1984, editorial *Democracia sem discriminação*.

<sup>256</sup> Folha de S. Paulo, 10 de junho de 1984, editorial *A prévia e o PDS*, p.2

pessedistas no foro da eleição indireta”<sup>257</sup> *O Globo* identificou, no dia 15 de junho, *Inversões de percurso*: “o processo político erodindo os partidos, a sucessão presidencial desarticulando as peças do sistema que o regime destina à sua montagem”. Até o final do mês de junho a candidatura de Tancredo ganharia o reforço de governadores do PMDB e do PDT que se reuniram no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, para expressar seu apoio. A dissidência do PDS se materializava cada vez mais como um movimento anti-Maluf, e esse fator contribuiu para atrair novos adeptos para formação da *Aliança das Forças Democrática*, ou apenas *Aliança Democrática*.

O jornal paulista fizera, num domingo (17.06.1984), manchete do resultado da Pesquisa *Folha* realizada em seis capitais. Apresenta-se os números da impopularidade do ex-governador paulista, Paulo Maluf: MAIS DE 60% SÃO CONTRA MALUF. Na CAPA, logo abaixo da manchete, o editorial *Diretas contra as sombras do futuro* expunha duas responsabilidades: primeiro, a do presidente e dos indiretistas do seu partido pela “sucessão autocrática” em andamento, inaugurada “sob a forma de uma das maiores frustrações políticas a que os brasileiros foram alguma vez submetidos”; e, depois, a do PMDB pela “desmobilização intencional da pressão popular”<sup>258</sup>. No sentido de uma comparação com a posição que vinha sendo adotada pelo *O Globo*, vale ainda enfatizar que para o jornal paulista seria “necessário pressionar os políticos, para fazê-los agir e agir adequadamente”. Acrescenta-se ainda que, com a expectativa de uma segunda e última “batalha parlamentar”, tornava-se “imprescindível retomar com rapidez e energia a campanha pela aprovação das diretas”. Não obstante, ficava evidente que os partidos opositoristas já se inclinavam “pela mais temerosa das operações”, fortalecendo a estratégia de “uma candidatura única e ambivalente” que, “articulada fora e além das *diretas-já*” acabaria por buscar “legitimação de um mandato presidencial ilegítimo”<sup>259</sup>. Essa ideia é reforçada dias depois em *Legitimação do ilegítimo* (24.06.1984), onde a visão do Colégio Eleitoral e do pleito indireto é mantida: “ausência de legitimidade para quem quer que triunfe; Maluf ou Tancredo”<sup>260</sup>.

Ainda sobre a CAPA do dia 17, ao lado do editorial, uma grotesca caricatura de Maluf ilustrava a manchete citada, reforçando o conteúdo opinativo da página. Na

---

<sup>257</sup> *O Globo*, 13 de junho de 1984, editorial.

<sup>258</sup> Ver CAPA em ANEXO 16.

<sup>259</sup> Folha de S. Paulo, 17 de junho de 1984, editorial *Diretas contra as sombras do futuro*, p.2

<sup>260</sup> Folha de S. Paulo, 24 de junho de 1984, editorial *Legitimação do ilegítimo*.



chamada da matéria, os números: “49% dos entrevistados estão totalmente contra Maluf, acompanhados de 11,8% moderadamente contra, o que totaliza 61,2% de rejeição ao seu nome”. Em entrevista ao jornalista Claudio Abramo, o candidato indireto se dizia ironicamente mais à esquerda que Tancredo Neves e, se eleito, admitia fazer um “governo de conciliação nacional”, bem como o máximo de “esforço físico e mental para chegar a índices melhores” que os apresentados na manchete. Em *Malufismo isolado*, editorial publicado na página dois acerca da manchete daquele domingo, a *Folha* dizia que, para o malufismo, “ao invés de estar a serviço dos interesses em nome dos quais se elegem e podem ser punidos”, os políticos seriam eleitos “para administrar interesses de que estão previamente e secretamente investidos ou de que almejam fazer-se investir”. Daí a conclusão sobre aquela corrente política, caracterizada pelo jornal como desprovida de “identificação com as propostas, os avanços e o próprio clima desses anos de abertura política.” A Pesquisa *Folha*, conforme a abordagem privilegiada, emprestava “objetividade à discussão sobre o Malufismo”, representando um “avanço objetivo e estímulo para crítica política e racional”.

Dias antes, o mesmo jornal expunha sua assertiva: “o único movimento político capaz de unificar não só as diversas correntes do PMDB, mas igualmente o conjunto dos partidos oposicionistas e até um setor significativo do PDS foi a campanha popular das Diretas-já”. Mantinha-se o repúdio, “com veemência”, à “utilização do Colégio Eleitoral por [ser] espúrio e não representativo.”<sup>261</sup> A defesa de sua opinião incluía, como já dito, a referência direta à lideranças, inclusive chamando-as às responsabilidades a elas creditadas. O vice-presidente estivera na berlinda algumas vezes, como em *Pelo exemplo* (22.05.1984); *Boas intenções* (23.05.1984); *Aureliano em ação* (25.05.1984); *A interinidade de Aureliano* (31.05.1984); e, por fim, em *Aureliano, hora da decisão* (14.06.1984). Neste último, denota-se que os últimos fatos colocavam o vice-presidente entre duas alternativas: “repugnar-se à ostentação de força de Paulo Maluf e desistir de disputar a Convenção Nacional do PDS, ficando com isso privado de qualquer liderança política; ou assumir plenamente a batalha das diretas-já” esforçando-se junto aos seus correligionários para que aderissem “de imediato ao clamor da vontade nacional” – este ainda podendo ser expresso pela aprovação de subemenda das *Diretas*

---

<sup>261</sup> Folha de S. Paulo, 12 de junho de 1984, editorial *PDS e oposições sem rumo*, p.2.

Já. A escolha da segunda opção seria, na visão do jornal, a última chance de Aureliano desempenhar um “papel relevante” naquele “grave momento da história do país”.

À medida que avançavam as negociações do processo sucessório pela via indireta, eram mantidas por parte do jornal paulista conclamações às diretas – como em *Diretas já* (20.06.1984) ou *Nação e Congresso face a face* (28.06.1984). Estas iam de encontro a fatos como a reunião dos 10 Governadores da oposição no dia 19 daquele mês para lançamento do nome do Governador de Minas ou como a retirada da emenda proposta pelo governo (apelidada de emenda Leitão-Figueiredo), sob o risco de aprovação das diretas através de uma subemenda. Ao final de junho, portanto, a *Folha* identificava uma *Nação frustrada*, ao passo que Figueiredo perdia a oportunidade de “recuperar a imagem de seu governo, completamente desgastada perante a opinião pública reconciliando-se com a nação e conquistando a consagração da História”. Diante de um “quadro sombrio, repleto de perplexidade”, afirmava o jornal, “parece só restar uma certeza: a de que a sociedade brasileira, novamente frustrada em suas legítimas aspirações, continuará a lutar pelo direito de traçar o próprio destino”. Restaria ainda outra frente, representada pela emenda Theodoro Mendes, também em tramitação no Congresso, e que possibilitava as diretas, já e em dois turnos.

A abordagem d’*O Globo* e da *Folha* convergiu numa contrariedade comum – ainda que sob argumentos diferentes – expressa em relação às ações do Palácio do Planalto, especialmente após a retirada da emenda pelo governo. Através dos trechos abaixo, com alguns destaques em itálico, destaco a evolução dos argumentos e posicionamentos que, assumidos pelo jornal carioca, desaguam num “divisor de águas”: diante da “concentração de tendências liberais”, empenha-se apoio à solução conciliatória, com base numa candidatura única, “de inspiração moderada” porque “anti-revanchista” e “extravasando as fronteiras das legendas políticas”. *O Globo*, a caminho de “tancredar”, considerava uma salvação para o PDS que seria a consulta às bases:

- *Competição democrática* (21.06.1984)

“Ao lançamento da candidatura de Tancredo Neves também se pode atribuir o propósito tático de influenciar a aprovação da subemenda pró-diretas. *O fantasma de um candidato radical, revanchista, substituído por uma escolha de inspiração moderada, vista com respeito e tranqüilidade no próprio Palácio do Planalto*, evidentemente oferece outro quadro para as preocupações e para os controles governistas em relação à eleição direta.”

- *Perdas e danos* (24.06.1984)

“... a Oposição assumiu o comando do processo e é agora quem dá as cartas, depois que ficou praticamente assentada a candidatura única do Governador Tancredo Neves. *Candidatura de grande impacto não só porque de convergência mas por representar também linha afinal predominante da moderação, da prudência, do anti-revanchismo*, na decisão oposicionista equacionada pelos Governadores do PMDB e PDT”.

- *Divisor de águas* (26.06.1984)

“*As prévias valem assim como um mecanismo redutor da distância que separa os compromissos indiretos do PDS de uma realidade hoje sensibilizada pelas motivações e pressões do voto direto*. Colocam-se de resto na mesma linha da emenda Figueiredo, concebida em grande parte para atender sem mais delongas aos anseios de plena retomada democrática do povo brasileiro.

O Brasil vive um *instante notável de concentração de suas tendências liberais*, sempre localizadas em todos os partidos, mas só agora *extravassando as fronteiras das legendas políticas*. A candidatura do Governador Tancredo Neves, levantada como um dos elementos polarizadores dessas inclinações de fonte e horizontes comuns, graças a cujas influências a hipótese antes tão enigmática da alternância no poder se torna a cada dia uma perspectiva mais natural e pacífica.

- *Avanço ou estagnação* (27.06.1984)

“Muita água correu debaixo da ponte desde a rejeição da emenda Dante de Oliveira, *tempo em que a dissidência pedessista não havia chegado aos extremos de hoje nem havia uma candidatura Tancredo Neves capaz de somar os setores liberais dos vários partidos*. Será uma lástima, porém, se a falta de entendimento se notar na retirada de última hora da emenda pelo governo ou na sua derrota pura e simples no Congresso. No segundo caso, teremos um extraordinário paradoxo: *a estagnação democrática do país decretada pelo próprio Congresso*, o principal beneficiário desse passo praticamente exclusivo da abertura”.

- *Tábua de salvação* (30.06.1984)

“ (...) [O PDS] Cometerá erro histórico de incompetência política se rejeitar a tábua de salvação que lhe resta – a consulta às bases partidárias sobre o candidato adequado à sucessão presidencial.”

Julho-agosto/1984 – Nestes dois meses houve a consolidação das alianças e negociações estabelecidas, já no clima de campanha presidencial. A exemplo da “fé antimalufista” do senador pedessista catarinense Jorge Bornhausen (Dimenstein et. alii; p. 67), a candidatura de Tancredo atraiu outros anti-malufistas já nas primeiras horas após a renúncia de Sarney, no mês anterior.

Diante da estruturação de uma *Frente Anti-Maluf* a *Folha* afirma: “está havendo uma condução equivocada desses esforços os quais deveriam concentrar-se em nova

batalha pela pronta restituição do direito ao autogoverno.”<sup>262</sup> No dia seguinte à publicação desse trecho em editorial, diante da renúncia de Aureliano Chaves e Maciel às suas candidaturas, o jornal paulista questionava prontamente: “Como se nada mais tivesse acontecido no país nos últimos meses os políticos apressam-se a conduzir o processo sucessório de volta aos velhos trilhos do conchavo. Que resta das empolgantes manifestações de massa em favor das diretas-já?”

Ao contrário do que defendia *O Globo*, para a *Folha* o processo institucionalização democrática do país deveria passar necessariamente pelo prosseguimento da campanha pelas *Diretas Já*. O caminho indireto do lançamento da candidatura do governador Tancredo Neves à presidência da República fazia crer que “a nitidez do compromisso com o princípio da soberania popular” havia sido trocada “por acertos de bastidor”. Em *Povo, o grande ausente* (6.07.1984) são repetidas as considerações acerca da iminência de “um acordo de elites que nada ficaria a dever ao estilo dos velhos caciques políticos”, cujos métodos no passado convertiam o eleitorado em mero instrumento de interesses pessoais ou de grupos. Boa parte dos editoriais publicados nesse período segue nessa linha argumentativa: destaque ao (des)compromisso de lideranças políticas e ratificação da opção pró-diretas do jornal<sup>263</sup>.

Em 8.07.1984, a *Folha* publicou *PT e o Colégio Eleitoral*, questionando a redefinição dos grupos da oposição a respeito de ser “inalcançável a implosão do Colégio Eleitoral” e da chance de eleger um candidato das oposições pela via indireta. “Entre as forças que se ergueram com mais veemência contra essa ideia sem dúvida tão espúria<sup>264</sup> quanto o próprio Colégio estava o Partido dos Trabalhadores, tendo a frente seu presidente

---

<sup>262</sup> Folha de S. Paulo, 3 de julho de 1984, editorial *Frente anti-Maluf*, p.2. A manchete do dia 5 anunciava: MONTORO ABANDONA AS DIRETAS-JÁ; BRIZOLA QUER MANDATO-TAMPÃO.

<sup>263</sup> No que se refere à cobertura jornalística da *Folha*, chama atenção a presença de artifícios opinativos em meio à *notícia*. Em reportagem do dia 27 de junho de 1984 a ausência de Tancredo foi enfatizada por meio de uma espaço em branco no meio da página do jornal, com a seguinte legenda: “Espaço para a foto de Tancredo, que não veio ao comício” (p.5). Outro artifício de pressão corrente continuava sendo a *Pesquisa Folha*. Em reportagem do dia 22 de julho de 1984, anunciava-se: *População exige que Tancredo restabeleça diretas* (p. 6). Ver ANEXOS 22 e 23. Embora não tenha sido possível reproduzir trechos do jornal *O Globo* por conta das dificuldades encontradas para reprodução do material, é necessário observar que a presença de elementos opinativos em meio à *notícia* (como no caso da não-foto) não eram e nunca foram exclusividade do jornal paulista.

<sup>264</sup> Eis o significado do termo destacado em itálico (es.pú.rio), segundo o Dicionário *Michaelis*: *adj (lat spurii)* **1** Adulterino, bastardo. **2** Incestuoso. **3** Não genuíno; simulado, falso. **4** Degenerado. **5** Apócrifo, suposto. **6** Estranho à boa linguagem. **7** Diz-se do filho de pessoas legalmente impedidas de casar-se entre si (...). *Antôn* (acepção 7): *legítimo*.

Luiz Inácio Lula da Silva” – afirma o jornal. Em seguida, expõe a seguinte caracterização do PT: “Partido jovem e em formação parecia guardar coerência com as posições assumidas em praça pública sem concessões a interesses imediatistas”. Acrescenta-se que o partido parecia ter os “olhos voltados apenas para o povo” a cujo exame todos os políticos teriam de submeter-se nas urnas de 1986. Mas, argumenta a *Folha*, “esta impressão que o PT vinha transmitindo começa a desvanecer-se...” De forma menos categórica e com alguns condicionantes por vezes apresentados em linguagem metafórica, o presidente do partido parecia, na visão expressa pelo jornal, titubear quanto ao Colégio Eleitoral. Disso resulta, ao final do editorial, a constatação: “Lamentavelmente, mais cedo do que seria de esperar, Lula, o metalúrgico, o líder operário, aprendeu com os políticos mais hábeis a usar as palavras para esconder o pensamento.” Pode-se compreender que, na visão impressa pela *Folha*, vacilando em não aderir às teses *espúrias* ligadas ao pleito indireto, Lula e PT, “expuros”, abandonavam sua genuinidade – e por que não dizer sua *pureza*? – em defesa das causas operárias para aderir aos velhos métodos políticos. A previsão não se concretizou, pois o partido não participou do Colégio, e acabou expulsando dissidentes que votaram em Tancredo Neves no pleito indireto.

Destaca-se em *A crise dos partidos* (19.07.1984) um contexto que estaria marcado, entre outras coisas, pela “crise institucional nos quadros partidários”. A *Folha* assinala a influência do regime autoritário sobre a formação destes últimos, contra a estruturação de uma sólida organização partidária. É evidenciada a necessidade de “reformulação do quadro partidário” para “tornar mais autêntica a representação” e “contribuir para elevar o nível da nossa educação democrática”.

Em *A Folha e a sucessão* (22.07.1984) é reconhecida a quebra do amplo consenso, estabelecido “não em torno de pessoas ou grupos, mas de uma tese simples e clara, a tese da restituição à sociedade do direito ao autogoverno, através do sufrágio universal”. Este seria o requisito básico para a busca de solução dos graves problemas econômicos, sociais e políticos do Brasil. Diante dos fatos, no mesmo editorial, a *Folha* reconhecia que “a dúvida se infiltrou na opinião pública minando a esperança que, tanto quanto a cor amarela, deu o tom inconfundível de alegria às manifestações pró-Diretas”. A conclusão era então confirmada, “de maneira eloquente”, pelos números da Pesquisa

*Folha*<sup>265</sup>. Números de pesquisa anterior indicavam: 50,3% dos habitantes de São Paulo e outras cinco capitais achavam o Colégio “inaceitável”. Além disso, haveria uma “incipiente polarização na opinião pública entre os dois candidatos indiretos mais cotados”, o deputado Paulo Maluf (13,5%) e o governador Tancredo Neves (47,3%). Mas resultados mais recentes permitiam, segundo a avaliação do jornal, compreender que “para a maioria, a sorte do candidato opositor ao pleito indireto só interessa como forma de chegar às Diretas logo, senão já!” A maior parte dos entrevistados (31,6%) esperava que o governador mineiro, convocasse eleições diretas e renunciasse ao mandato outorgado pelo Colégio, caso fosse eleito. Outras fatias: 15,9% concederiam ao presidente eleito dois anos para convocar as eleições diretas; 14,3% optavam pela convocação imediata de uma Assembléia Nacional Constituinte, que deliberaria sobre a extensão do mandato presidencial; e, uma “sólida maioria” de 61,8% não admitiria, senão como nitidamente transitória, uma solução imanada do Colégio. Expostos os dados, a *Folha* define sua atuação no processo sucessório – em favor do “desejo de participação”, “da vontade da maioria”, “plenamente justificável pela gravidade da crise brasileira” – seguindo os preceitos do Projeto *Folha*. Além disso, define o papel do (e)leitor, sob julgo do qual estão políticos e jornal. No primeiro caso, a sentença seria dada nas urnas; no segundo, nas bancas (grifos meus):

“Não está no programa desse jornal aderir a candidaturas, agora ou no futuro, nem eleições diretas, como foi o caso no pleito estadual de 1982, muito menos na verdadeira loteria de números que promete ser a disputa presidencial indireta. *Está em nosso programa fazer um jornalismo moderno, crítico, pluralista e apartidário. Isto não significa neutralidade em relação às questões de interesse público, a começar pela grande questão da construção da democracia brasileira. Significa, sim, uma atitude de distância, de reserva e, em última análise, de dúvida sistemática em relação aos partidos e indivíduos que se propõem a liderar, politicamente, essa empreitada.*

*O leitor é o melhor juiz da fecundidade dessa linha editorial. (...) Ontem, como hoje, identificamo-nos com a maioria dos brasileiros no repúdio enérgico a essa regra sucessória feita a golpes de arbítrio para distorcer, em vez de expressar a vontade da maioria.*

---

<sup>265</sup> Novamente em *Voto de desconfiança* (29.07.1984) recorre-se às pesquisas de opinião pública, denotando a coincidência entre seus resultados e a postura adotada pelo jornal. Esta era caracterizada pela crítica aos opositoristas que, enquanto contabilizavam os votos privilegiados do Colégio, ainda esperavam “capitalizar o anseio popular de mudança condensado pela bandeira do direito às Diretas”. Dos entrevistados pela Pesquisa *Folha* que sabiam o que era a Frente Liberal, 49,8% se manifestavam contra e 35,7% a favor da ideia de entregar à agremiação a vice-presidência na chapa do governador Tancredo Neves. Ver ANEXO 17: Manchete, MAIORIA IGNORA EXISTÊNCIA DE FRENTISTAS.

Impõe-se um alerta, em todo caso, aos políticos que, exclusivamente por sua conta e risco, enveredam por esse caminho. Mesmo a relativa simpatia que venham a captar da opinião pública se dissipará, inapelavelmente, ao ficar visível a distância entre aquelas promessas e o desejo de participação que a campanha pelas Diretas trouxe à luz”.

Dois dias depois a *Folha* relatara o processo sucessório desde a renúncia de coordenação da candidatura por Figueiredo até a reunião ocorrida entre o presidente, seu vice e governadores eleitos do PDS. Já sem as prerrogativas do AI-5 presentes em gestões anteriores, as “ambições” de impor um candidato único do partido governista, estariam de antemão condenadas ao fracasso. Para influir positivamente sobre a escolha de seu sucessor faltava, na opinião da *Folha*, um “gesto de grandeza” do presidente: apoiar a solução apontada pela maioria da sociedade<sup>266</sup>. No mesmo dia, o jornal apontava um *Dilema para Tancredo* (24.07.1984), tendo em vista sua negativa em relação à opinião pública expressa através da Pesquisa *Folha* dias antes – eleição e renúncia para realização das diretas ou “mandato-tampão” e diretas. A recusa do candidato opositorista em aderir às soluções propostas representaria baixa adesão na campanha em comícios, nas ruas; daí o dilema: “mudar de posição curvando-se a vontade do povo ou mudar o tipo de campanha para impor sua própria vontade”.

Aliança e “anti-revanchismo” – Uma das principais, senão a principal condição para fechamento definitivo do chamado *Acordo Mineiro*, que tem sua melhor expressão nas imagens de Aureliano Chaves e Tancredo Neves, chegara à manchete da *Folha* através dos seguintes dizeres: AURELIANO EXIGE QUE TANCREDO PRESERVE O MOVIMENTO DE 64 e TANCREDO DIZ QUE 64 JÁ É HISTÓRIA, publicados respectivamente em 25 e 27 de julho. Entre um dia e outro, 26, o jornal considera o efeito da recente condição posta pelo vice-presidente Aureliano Chaves para o acordo da Frente Liberal do PDS com o PMDB. A formação da aliança dependia de que, nos termos apresentados pelo jornal, as oposições, enquanto durasse a candidatura indireta do Governo Tancredo Neves à presidência da República, abrissem mão daquilo que foi “a tônica dos seus discursos” ao longo de 20 anos, isto é, “a crítica do Movimento de 1964 [sic] e dos governos dele oriundos”. O próprio jornal questionava: “Como o eleitorado reagirá daqui a alguns anos à perda de nitidez do discurso opositorista?” Para em seguida responder: “faz parte do preço que o PMDB se dispõe a pagar pelo apoio dos frentistas no Colégio Eleitoral, como também parece disposto a pagar o preço

---

<sup>266</sup> Folha de S. Paulo, 24 de julho de 1984, editoriais *Falta o gesto de grandeza e Dilema para Tancredo*, p.2

da inclusão de um nome por eles indicado como candidato a vice na chapa do senhor Tancredo Neves”. Para a *Folha*, tanto do lado do PMBD quanto da Frente Liberal, assistia-se “a dificuldade de conciliar o interesse político do presente com os simbolismos do passado”. O vice-presidente não estaria exigindo dos seus aliados apenas “comedimento verbal”, mas também “garantias contra o revanchismo fantasma que, embora sempre exorcizado” ainda estaria assombrando setores sensíveis do regime. No trecho seguinte, o jornal paulista expõe seu posicionamento em relação ao chamado “revanchismo”:

“Tais casos [de eventual punição de militares] já estão enquadrados na Lei de Anistia de 1979, *portanto, cobertos pelo esquecimento*. Bem ou mal essa lei assegurou a reintegração dos que pegaram em armas contra o regime, o que foi um passo decisivo para *pacificação política do país*. Até por uma questão de coerência as oposições devem reconhecer pública e explicitamente que o mesmo benefício se aplica aos agentes de repressão acusados de abuso.

Só não é admissível na perspectiva da normalização democrática qualquer acordo público ou privado destinado a obstruir a ação da justiça comum na apuração de crimes comuns. Mas não podemos conceber que uma cláusula dessa natureza esteja implícita na exigência do vice-presidente Aureliano Chaves aos seus aliados; nada indica, por outro lado, que qualquer governo que suceder o atual terá sequer possibilidade de reeditar o espetáculo deplorável dos inquéritos policiais militares e comissões gerais de investigação...”<sup>267</sup>

Como observa Álvaro Rico em relação ao caso uruguaio, ao impor a convivência pacífica entre vítimas e ‘algozes’ se traduziu na consigna “sem vencidos nem vencedores”, a qual justificava a impunidade dos responsáveis pelas violações aos direitos humanos. A respeito daqueles que denunciavam publicamente os fatos ocorridos durante a ditadura uruguaia dizia-se que tinha “*los ojos en la nuca*” ou buscavam “revanchismo”. Rico fala do “*olvido institucional*” após referir-se à *Ley de Caducidad de la Pretensión Punitiva del Estado* de 1986. Esta, na prática ao menos, equivale à nossa Lei de Anistia, a qual aparece no editorial acima bastante próxima da palavra “esquecimento”.

Vale aqui retomar a ideia de Michael Pollack, para quem “o longo silêncio [da memória subterrânea] sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (Pollack: 1989, p. 5). E tais “*memórias subterrâneas*”, opostas à “memória oficial”, não permanecem

---

<sup>267</sup> Folha de São Paulo, 26 de julho de 1984, editorial *Ainda o revanchismo*, p.2



herméticas e intactas. Ao contrário, elas “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa”. Pollack, oportunamente ainda acrescenta que os “objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes.” Nesse sentido, parece válido sugerir que os manifestantes em 84, para além do direito ao voto, tenham desaguado suas ‘memórias silenciadas’ ao longo de 20 anos no manancial das *Diretas Já*.

Na chamada de capa da manchete do dia 25 daquele mês, *O Globo* informava: “Aureliano adiantou que não subirá em palanques para fazer campanha nem admitirá que se façam críticas à Revolução de 1964”. Acrescentando logo em seguida que, após reunião entre as cúpulas do PMDB e da Frente Liberal do PDS, o Senador Marco Maciel anunciara a escolha do candidato a vice-presidente na chapa de Tancredo Neves, o senador José Sarney.

O *Globo* identificava já ao início daquele mês uma *Transição para o pior* (6.07.1984), criticando a alternativa do mandato de transição e opinando que cogitar tal possibilidade seria “falta de sensibilidade para as múltiplas e graves urgências da realidade nacional, absolutamente necessitadas de soluções estáveis nos planos político, administrativo e sócio-econômico”.

Ao final do editorial *A bússola da moderação* (29.07.1984), esta característica é associada ao “anti-revanchismo”, tido como um dos “ingredientes fundamentais” para a transição democrática “pacífica e irreversível”. A respeito do movimento de contenção das mudanças, o argentino Guillermo O’Donnell referiu-se ao “medo de que os adversários – que apesar do seu silêncio, existem bastante claramente – se galvanizem” em torno de questões como dos direitos humanos “numa grande explosão que destrua não só o AB [autoritarismo-burocrático], mas também o sistema de domínio social que ele ajudou a impor (O’Donnell: 1982: p.294)”.

O tema acima abordado não se encontra num passado inerte e intacto. Ao contrário, voltou à pauta dos jornais, por meio de mobilizações da sociedade civil. Este ano, em decorrência de uma ação da OAB com vistas à revisão da Lei de Anistia julgada improcedente pelo Supremo Tribunal Federal, o historiador Daniel Aarão Reis expôs um importante contraponto à opinião publicada em 1984 pelos jornais aqui analisados, em especial no que se refere à inadequação do termo “*revanchismo*”:

“A ideia de que, numa eventual revisão da Lei da Anistia, seria necessário julgar os dois lados só pode ser fruto da desinformação ou do cinismo. Porque os militantes de esquerda já foram julgados. Frequentemente sem direito de defesa. Passaram por sofrimentos inomináveis, batidos e torturados. Muitos, os mortos e os desaparecidos, nem chegaram a ser julgados. Foram condenados à morte antes do julgamento. Os que sobreviveram foram anistiados. Já os torturadores, nem o nome deles se sabe, salvo em listas informais de denúncias. A sociedade precisa conhecê-los. Os tribunais, julgá-los, dando a eles o direito de defesa que não foi concedido aos militantes de esquerda. *Não se trata de revanchismo, pois ninguém deseja condená-los sem julgamento, ou sem ouvir sua defesa. Apenas julgá-los, porque cometeram crimes contra a Humanidade, imprescritíveis, segundo tratados que este país assinou.* Depois de julgados e eventualmente condenados, caberá à sociedade anistiá-los ou não, conforme decidirem os representantes eleitos”<sup>268</sup>.

A respeito das questões partidárias, *O Globo* publica *A difícil conciliação* (10.07.1984), onde argumenta que um “Governo de conciliação nacional” naquela altura dos acontecimentos e dos antagonismos declarados parecia uma hipótese longínqua. Na visão impressa pelo jornal, para a conciliação possível cumpria abandonar “o fetichismo da organização partidária como fator básico da redemocratização do País”, o qual predominara no início da abertura. Como retorno, demonstrava-se bem mais viável que uma “política de união nacional” fosse desenvolvida pelo futuro presidente. Aí, sim, provavelmente haveria “clima para a busca de pontos e interesses comuns” que facilitassem “a administração da crise interna e dos desafios externos”. Nesse sentido, para driblar as dificuldades da conciliação, as posições doutrinárias e sucessórias teriam que se desprender dos limites partidários, tendendo a “aglutinações inspiradas em outras afinidades”. Ultrapassados os “mitos de periculosidade e de malignidade da Oposição”, os grupos oposicionistas moderados logravam, até então, “estabelecer a predominância daquelas inclinações e opções realistas” que faltavam ao PDS.

Vê-se nos editoriais d’*O Globo* argumentos que se destacam cada vez mais das posturas assumidas anteriormente quanto ao presidente Figueiredo e ao partido governista. Essa mudança acompanha as negociações entre a Frente Liberal e os “moderados” oposicionistas, produzindo conclusões categóricas como a seguinte: “não existe mais oportunidade nem mesmo razão de ser para a coordenação da candidatura única do PDS pelo Presidente Figueiredo”. Ou ainda pela seguinte avaliação da postura assumida pelo presidente: “Figueiredo poderia, também, demonstrar preferência por

---

<sup>268</sup> *Anistia, uma revisão*. Texto publicado em *O Globo*, 14 de janeiro de 2010, Seção *Opinião*. Fonte: <http://oglobo.globo.com/opiniao/mat/2010/01/14/anistia-uma-revisao-915527695.asp> (grifos meus)

qualquer dos postulantes. Não quis fazê-lo, porém, adotando a atitude da imparcialidade”.

*Sucessão às claras* (13.07.1984) traz a rejeição às “soluções mágicas”, especialmente “aquelas que se servem dos velhos cacoetes da suposta intimidação militar – quando os militares brasileiros são hoje os mais interessados em transferir o espaço político inteiramente à responsabilidade civil”. Os militares são isentados e a responsabilidade pelo entrave sucessório recai sobre quem se recusa a promover o “milagre da reunificação partidária”, possível apenas mediante sua própria auto-exclusão do processo. Mas, observa o jornal, “o Sr. Paulo Maluf nem de longe admite essa hipótese neutralizadora de todo seu projeto pessoal desenvolvido nos últimos anos”. Daí que, a título de conclusão, *O Globo* defende e adverte:

“... se grande parte da sociedade brasileira estiver de fato interessada em eleger um candidato presidencial mais aproximado de suas convicções e suas expectativas, poderá chegar a esse nome afastando do caminho os obstáculos representados por posições grupais, personalistas, preconceituosas ou quaisquer outras que se colocam bem abaixo das convergências gerais do regime e da Nação”.

O ex-governador paulista que, sendo alvo de ampla rejeição perante a classe política, teve um papel de destaque no processo sucessório, ainda que às avessas. Em face do *antimalufismo*, foram disseminadas imagens dicotômicas dos candidatos à presidência da República, bem como dos grupos por eles representados. Note-se ainda que *O Globo* adota expressões que, até então, caracterizavam a postura da *Folha* – vide o “às claras” e o “já”, transplantado da campanha diretista.

Contra a posição assumida pela *Folha*, *O Globo* publica *Legitimismo equivocado*, onde se opõe à “resistência “legitimista” do Grupo Só-Diretas do PMDB e de outras correntes da Oposição”. Segundo o jornal, num momento em que as oposições se defrontavam com a “perspectiva real de acesso ao poder”, surgia um “tipo de radicalização” a rejeitar uma inesperada oportunidade por considerar “ilegítimo” o Colégio Eleitoral. Logo na sequência, a ênfase à palavra “espúria” – antes sublinhada – sugere um ‘diálogo’ entre os jornais analisados: “... o Presidente da República eleito pela instituição “espúria” estaria contaminado da mesma e insanável ilegitimidade”. No sentido de rebater tal “resistência tipicamente residual, fadada a deixar-se absorver pela própria dinâmica dos fatos”, *O Globo* tenta encontrar uma definição de “legitimidade”, opondo-se aos argumentos contrários por meio da alegada maleabilidade histórica do termo.

“No período da Revolução Francesa os legitimistas eram os partidários da realeza. Na revolução americana, os legitimistas eram aqueles que queriam a colônia mantida sob o domínio da Coroa Britânica. A Independência brasileira foi um ato de ilegitimidade de D. Pedro I. O legitimismo soviético, em nosso tempo, é o encarnado pela ditadura comunista, assim como em Cuba, Fidel Castro representa a sagrada legitimidade do marxismo-leninismo latino-americanizado.

Nada mais plástico, portanto, do que o conceito doutrinário e operacional de legitimidade política, no espaço e no tempo.

A legitimidade popular das democracias representativas do Ocidente, que substituiu o legitimismo monárquico vigorante ao longo de tantos séculos, em nada se compara com a legitimidade também dita popular do socialismo totalitário. Na URSS e no seu sistema planetário, assim como na China do comunismo dissidente, esse requisito preliminar vira pressuposto e dispensa comprovação de qualquer espécie, muito menos a procedida pelo voto direto”<sup>269</sup>.

Merece atenção o argumento referente à nossa Independência, pois, se de fato ela adveio de um ato de ilegitimidade, este não poderia ter sido protagonizado por ator mais legítimo, ao menos do ponto de vista de sua filiação à coroa portuguesa. Em nossa Independência, portanto, a legitimação veio de além-mar, de uma filiação legítima que habilitava D. Pedro I a conduzir o processo de independência – sem ruptura – entre colônia e metrópole.

Considere-se à parte as manobras argumentativas utilizadas pelo jornal, lançando mão de comparações desencontradas no tempo e no espaço para defender a fluidez histórica do termo em destaque. Esta fluidez, levada ao extremo pelo jornal, faria com que “no mesmo dia da posse o Presidente “ilegítimo” saído do Colégio Eleitoral” estivesse “de mãos livres para livrar-se de sua contaminação autoritária”.

Não será demais ressaltar a automática redefinição que atores políticos recém-saídos do partido governista foram aglutinados sob um mesmo rótulo político: “liberais”. Ruy Mauro Marini (1985), ao tratar das *Possibilidades e limites da Assembleia Constituinte*, observou os deslocamentos que corresponderam à afirmação da hegemonia burguesa no PMDB. Passando pela “neutralização da extrema direita civil e militar e pelo isolamento e dispersão de setores populares contestatórios” buscava-se uma reunificação no âmbito burguês. O êxito desta tática, consagrada pela formação da *Aliança Democrática*, afirmou o autor, permitira à burguesia impor-se como força dirigente no processo de liquidação da ditadura que apoiara durante boa parte dos seus

---

<sup>269</sup> O Globo, 17 de julho de 1984, editorial *Legitimismo equivocado*.

21 anos de duração. A partir disso, torna-se necessário questionar as condições reais do novo presidente de “livrar-se de sua contaminação autoritária”.

LIBERAIS DIZEM AO PMDB QUE GARANTEM TANCREDO. Esta foi a manchete do dia 13, dando conta de que a Frente Liberal do PDS estava convencida de poder garantir a eleição do Governador Tancredo Neves no Colégio Eleitoral com 24 votos de vantagem sobre o deputado Paulo Maluf. No dia anterior, 12, no alto da capa, os dizeres RADICAIS NÃO se referiam ao desmentido do secretário de Governo Roberto Gusmão quanto à possibilidade de Tancredo entregar Ministérios para setores “radicais” da oposição em troca do apoio para eleger-se presidente.

A garantia também viria do próprio candidato da Aliança Democrática, sendo ecoada na manchete TANCREDO: NENHUMA CONCESSÃO A RADICAIS (20.07.1984). Naquele mesmo dia, como exemplo significativo da postura assumida em relação às questões sociais, o editorial do jornal *O Globo* – aqui situado no eixo *sociedade mobilizada* – identificava uma *Greve sem parâmetros*. Em face de uma situação específica de “confronto entre o magistério superior e o governo”, o jornal reiterava a própria “convicção de que a falácia da Universidade gratuita” estaria “na base do impasse, por isso mesmo devendo dar lugar a um sistema misto no qual o ensino seja cobrado de quem pode pagar e assegurado sob a forma de bolsas – tantas quantas necessárias” – àqueles que comprovassem “condições de pobreza”. A questão social das reivindicações salariais, sob decisivo pano de fundo das bandeiras político-econômicas, é abordada com base em valores morais, os quais estariam sendo prejudicados pela escandalosa greve em questão.

“Inaceitável é submetermos a produção do saber, no Brasil, a um regime de insegurança que a greve atual sublinha e escandaliza. E não se trata apenas dos prejuízos pedagógicos. O confronto entre o magistério superior e o governo, nos termos em que está colocado, danifica também, e gravemente a escala dos valores hierárquicos e morais da sociedade brasileira. Alunos sem aulas, e vendo os seus mestres envolvidos numa situação de desafio à lei e às autoridades, por certo nada de edificante recolhem desse penoso testemunho”.

Assembleia Constituinte e “contaminação autoritária” – Raymundo Faoro afirma que, em seu “discurso de regozijo pela sagração do Colégio Eleitoral”, o presidente Tancredo Neves aludiu ao poder constituinte e aos deputados constituintes, mandatários da soberania popular. A hipótese da Constituinte autônoma, segundo o ex-presidente da OAB (1977-79), provocara a “réplica indignada” do ex-Governado mineiro. Tratava-se

de preservar o Congresso para que ele fosse o motor das reformas. Na visão de Faoro, uma Constituinte, “expressão direta do povo, poderia alterar a equação de poder, que formou a situação e o oficialismo nascente” (Faoro: 1985; 12). As alternativas em torno daquele tema foram debatidas já no contexto de definição das candidaturas e os editoriais dos jornais analisados espelham, pelo menos, duas visões em disputa.

Uma delas é apresentada no editorial *Constituinte impossível* (21.07.1984), em que é questionada a proposta defendida pelo Governador do RJ no documento em que censurava o acordo PMDB-Frente Liberal: Dizia *O Globo*: “o Governador Leonel Brizola exige, para aceitar as indiretas, “um grande e respeitável cidadão na presidência da República”, com a missão específica e limitada de convocar a Assembleia Constituinte e preparar as eleições gerais de 1986.” Diante da solução defendida por Brizola, o jornal questionava: “Para cumprir esse papel intermediário, e a bem dizer interino, seria necessário buscar um homem público da estatura do Sr. Tancredo Neves e fazê-lo sacrificar, tão prematuramente, o Governo de Minas Gerais?”

Em seguida, argumenta-se que “por haver sido o único candidato capaz de atender a todas as correntes da Oposição e ao mesmo tempo fazer-se respeitado (pessoal, política e moralmente) pelo sistema governista”, Tancredo Neves não concordaria em reduzir-se à “missão de tal modo restrita e condicionada, depois de vitorioso em disputa problemática no Colégio Eleitoral”. Na visão d’*O Globo*, o “projeto brizolista” não tinha “nenhum chão político ou jurídico onde sustentar-se”, tendo em vista que o Congresso tinha mandato até 15 de março de 1987. “Constituinte antes disso só fechando esse Congresso e cassando seu mandato, dando um golpe de Estado” – afirmava a ‘voz do jornal’. Tendo em vista “a hipótese do realismo e do bom senso”, o novo Congresso ou uma Constituinte teriam as mesmas funções, não sendo justificado, portanto, qualquer “hiato na sistemática legislativa democrática do País”. Ao convocar a Constituinte – *O Globo* apresentava empecilhos – o Chefe do Executivo ficaria autorizado a governar através de decretos-leis, já que nenhuma Assembleia Constituinte gozaria de prerrogativas para legislar ordinariamente. Daí a conclusão quanto à proposta de Brizola: “em nome de mais democracia o líder do PDT está pregando, certamente sem querer, e ainda que transitoriamente, uma reprise do arbítrio”.

A exemplo do que ocorrera em *A Folha e a sucessão*, *O Globo* também marcou sua posição editorial com os sucessivos *A bússola da moderação* (29.07.1984),

*Governo sem hiato* (30.07.1984) e *Nem equívocos, nem farsa* (31.07.1984). Nos editoriais, que encerram o significativo mês no âmbito das definições sucessórias, é expressa a oposição do jornal em relação à “radicalização”. Especialmente ao “radicalismo do inviável, do compromisso incongruente ou inatingível”, que estaria criando “dificuldades artificiais ao desdobramento tranquilo da vida institucional do país”. A bússola do jornal carioca apontava definitivamente para o Governador Tancredo Neves – ainda não desincompatibilizado à época –, “virtual candidato da Aliança Democrática à Presidência da República”. Entre suas qualidades, dizia-se que ele ostentava “uma marca de moderação” alheia às “modalidades menos viróticas de radicalismo”. Reproduzindo palavras do Governador, o jornal observou como Tancredo estaria demonstrando aos “solistas da “Constituinte Já”” a inconsistência e impraticabilidade daquela tese: “O importante” – diz ele – “é que o futuro Congresso tenha poderes constituintes, como se fosse uma Assembléia Constituinte plenamente convocada”. Enfatizando a convergência com a opinião anteriormente expressa em editorial, o jornal reproduz as palavras do político mineiro sobre a existência de “um poder de representação nacional funcionando no País”, com mandato até março de 1987, e não um vazio desse poder que justificasse e permitisse a convocação da Assembléia Constituinte”. Denotando uma suposta falta de representatividade do adversário político, o jornal da família Marinho expunha a condição: “Se o Governador Brizola possuísse suficiente capacidade de pressão para exigir uma Constituinte imediata, como preço dos seus votos no Colégio Eleitoral, o destinatário dessa pressão nunca seria o candidato à Presidência da República e sim o Congresso”.

Para Marini a Assembleia deveria constituir-se na “crista de uma vasta campanha popular”. Em sentido oposto ao anti-estatismo liberal, o autor defendia a luta por uma Constituição que, em termos gerais, garantisse e respeitasse a autonomia popular frente ao Estado: “isto é, por uma Constituição que não seja simplesmente liberal, como pretende a burguesia, mas essencialmente democrática”. Enfatizou-se a importância de assegurar a todas as forças políticas o direito de representação na Assembléia Constituinte.

Vale destacar no artigo do cientista político, a referência a um tema – concessões outorgadas pelo Estado para estações de rádio e televisão – que ainda hoje requer regulamentação. “A nação deve ter presente que (...) cabe reformular o Conselho Nacional de Telecomunicações (...) a fim de que a sociedade possa orientar e fiscalizar eficazmente o

uso dessas concessões” – ressaltou na coletânea *Constituinte e Democracia no Brasil hoje* (1985: 23). Contudo, iniciativas nesse sentido esbarram na enorme resistência dos grupos de comunicação, os quais se defendem amparados especialmente sobre o princípio da liberdade de expressão<sup>270</sup>.

O transplante do Já! – Na visão refletida em editoriais d’*O Globo*, o “realismo e racionalismo” do Governador mineiro no capítulo sucessório das *Diretas Já*, por exemplo, divergira de “argumentos do passionalismo oposicionista”.

Já no caso das questões econômicas, atribuía-se ao candidato da Aliança Democrática um mérito em particular: o de defender “posições equilibradas que não fecham caminhos nem nos desacreditam aos olhos do sistema financeiro internacional”. Rejeitando a ruptura com o FMI, a moratória ou o calote, defendia-se a “renegociação da dívida preservando a independência e a soberania brasileiras”, rejeitando tudo o que parecesse “opressão e violência contra nossas aspirações de desenvolvimento”, e de maneira que não ficássemos condenados “às penas da eterna recessão”. A moratória, contudo, acabou sendo decretada em 20 de janeiro de 1987 pelo vice de Tancredo, José Sarney. Note-se que em face da intensa mobilização social verificada no período, a *questão social* se misturava às preocupações em torno da “retomada do desenvolvimento”:

“As idéias de Tancredo Neves (...) contêm-se, todas, dentro dos desejáveis parâmetros do equilíbrio. Com propriedade e prudência ele adverte que “a retomada do desenvolvimento não se faz da noite para o dia”, donde a necessidade de um programa de emergência dirigido às classes mais carentes e sacrificadas com a crise econômica”<sup>271</sup>.

Em sua análise da correlação de forças, Marini, por sua vez, observa que a burguesia não parecia capaz de manter sua unidade sob a hegemonia do grande capital, ao mesmo tempo em que o grau de desenvolvimento das organizações sociais era, talvez, o mais alto já registrado em nossa história. Tendo em vista este último fator, segundo o autor da *Dialética da dependência*, o liberalismo forjou “disfarces de corte social-democrata”, orientados no sentido de dividir e dispersar o movimento popular. A

---

<sup>270</sup> Embora a implantação do Conselho de Comunicação Social estivesse prevista já na Constituição de 1988 (art. 224), o mesmo só foi instituído em 2002. No final de 2006, no entanto, o CCS fez sua última reunião e os membros para um terceiro mandato não foram indicados. O Conselho a deixar de existir não foi apenas uma questão burocrática, mas uma questão política, permitindo a continuidade de desrespeitos à lei com a não regulação de monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação social ou das concessões de rádio ou TV.

<sup>271</sup> *O Globo*, 29 de julho de 1984, editorial *A bússola da moderação*.



disposição para concessões aos setores mais combativos visava isolá-los do movimento de massas ao qual se impunha o conjunto da hegemonia burguesa (1985; 36-37).

Embora ainda houvesse a questão da desincompatibilização a ser resolvida do lado da candidatura oposicionista, ao início de agosto, a campanha pela via indireta caminhava para uma definição. Com expressivo apoio da imprensa e após inúmeras negociações, especialmente nos meses que sucederam a votação da Dante de Oliveira, a campanha pelas *Diretas* teria o *Já!* transplantado para o *slogan Muda Brasil, Tancredo Já!* Uma das marcas dessa mudança, aliás, é a incorporação do advérbio de tempo nos editoriais d'*O Globo* – vide *Eleição já* (10.08.1984). “Desde logo uma campanha de cinco meses, em regime de eleição indireta, constitui algo sem o menor sentido político ou lógico” – acreditavam os dirigentes à frente do jornal, refletindo o desejo de apressar o desfecho anunciado. A urgência encontra sua razão na tentativa de conter “setores oposicionistas interessados em manter a chama da radicalização, ou ao menos da emocionalidade popular”, e que buscariam ocupar o espaço de cinco meses como o chamamento aos comícios ou “tentativas de estímulo à agitação de rua”.

A crise do endividamento também demandava soluções rápidas para garantir a credibilidade governamental perante nossos credores internacionais, desejosos por saber os rumos tomados pelo Brasil em relação aos compromissos assumidos junto à comunidade bancária.

A derrota andreazzista e a conseqüente vitória de Paulo Maluf na Convenção do PDS, abriria espaço naquele mês para uma segunda etapa de realinhamentos políticos, tendo em vista que muitos daqueles que apoiaram a candidatura de Andreazza descartavam a possibilidade de aderir à campanha de Paulo Maluf. A confirmação de Sarney na disputa pela vice-presidência através da chapa da Aliança Democrática contribuía ainda mais para atrair importantes lideranças pedessistas em torno da candidatura Tancredo-Sarney. Diante da tese de que haveria impeditivos legais à candidatura de Sarney, *O Globo* se lança contra a *Explosão de juridicismo* (3.08.1984), marcada pela subordinação “ao império do bacharelismo político, com seus labirintos, seus truques e as suas armadilhas de ocasião”. Estava em xeque o princípio da fidelidade partidária no Colégio Eleitoral. A “batalha jurídica” anunciada caminhava, portanto, contra “a nova consciência nacional” que respaldava o processo de redemocratização.

Perspectivas de reconstrução da história, o que não é prerrogativa de um único jornal, estão expressas no editorial *Ciclo ultimato* (6.08.1984), onde independente do nome “Revolução” ou “Movimento”, defende-se que “a nova página que se escreveu na história do País a partir de abril de 1964” já havia cumprido suas finalidades, esgotando “seus objetivos estratégicos”, deixando “os frutos que poderia produzir” e devendo ser vista “somente à luz dos ciclos políticos encerrados no tempo e no espírito”. Daí justifica-se a condição posta para formação da Aliança: “A Revolução de 1964, portanto, não está nem poderia estar em jogo no atual processo sucessório” – afirmava o jornal, referindo-se à concordância da opinião palaciana manifestada pelo porta-voz presidencial, Carlos Átila, à opinião do candidato único das oposições e da Aliança Liberal, o governador Tancredo Neves.

Destoando do tom adotado aos primeiros meses do ano, *O Globo* reconhecia ter sido “uma grande concessão a abertura suportar a experiência final do voto indireto para a Presidência da República”, de forma que não seria correto, depois disso, “passar do voto indireto para o voto jurídico, até reduzir-se a fonte de vontade popular a um simples produto sintético do nosso tumultuado laboratório de casuísmos.” Ao considerar a fonte da vontade popular em outro lugar que não no próprio povo, o jornal mantém, contudo, uma coerência argumentativa interna. A aparência de democracia representativa é mantida.

Como já vinha ocorrendo anteriormente, os dois jornais analisados convergem ao criticar a interferência do governo Figueiredo no processo sucessório àquela altura, em favor do candidato pedessista, inclusive ao ponto de caracterizar ações clientelísticas. Ao contrário do que ocorrera à época da votação das *Diretas*, a transmissão das indiretas não chega a mobilizar muitos esforços argumentativos da *Folha*, ao passo que *O Globo* imbuído do espírito da transparência, “às claras”, defende o *Voto a descoberto* (16.08.1984):

“... sabe-se agora que por sugestão de determinados grupos políticos se pretende cercar a atividade do rádio e da TV, proibindo a cobertura “ao vivo” da histórica sessão do Colégio Eleitoral.

Isso ocorre ainda no clima de extraordinária repercussão pública produzida pela transmissão das Convenções do PDS e do PMDB, quando milhões de brasileiros puderam acompanhar passo a passo, voto a voto, palavra por palavra dos candidatos, os dois grandes acontecimentos partidários. Somente assim o espetáculo democrático de Brasília atingiu a dimensão institucional e cívica que de fato correspondia à sua importância nos destinos do País”.

Enquanto para *O Globo* o processo de redemocratização caminhava *Por linhas tortas* no sentido da “conciliação possível” – “... o Governo e o PDS salvaram heroicamente a eleição indireta em benefício da Oposição, fornecendo a esta um caminho mais cômodo e mais módico de acesso ao poder” – a *Folha* dedicava-se a evidenciar ações em torno da *Aliança de Cúpula* (3.08.1984).

Com *Os princípios da Aliança* (9.08.1984) a *Folha* demonstrava a opinião de que o acordo formalizado entre PMDB e Frente Liberal confirmava o “caráter nitidamente conservador das forças políticas que se uniram para disputar com o PDS, por meio do Colégio Eleitoral”. Destacava-se, entre outras coisas, a exclusão de todas as demais agremiações oposicionistas e a ausência de referências à Lei de Segurança Nacional, abrandada meses antes, mas que preservava seu “conteúdo autoritário”. A invasão do terreno do Legislativo pelo Executivo através do uso de decretos-leis e as medidas de emergência baixadas à revelia do Congresso Nacional também estavam entre os temas mencionados pelo jornal paulista. Quanto à previsão da convocação da Constituinte para 1986 e o restabelecimento das independências e prerrogativas do poder Legislativo e do poder Judiciário, a *Folha* questionava o fato de, pelo menos durante dois anos, o futuro governo oriundo da *Aliança Democrática* conservar em suas mãos “todas as armas antidemocráticas da lentidão [então] em vigor”.

O editorial apresentava ainda críticas ao nível de generalidades dos compromissos assumidos na maior parte do acordo escrito, não havendo plataformas claras entre os seguintes pontos colocados: defesa da retomada do desenvolvimento, reprogramação da dívida externa, combate à inflação, reforma tributária, prioridade ao Nordeste, luta contra a fome e o desemprego, redistribuição de renda, desburocratização, apoio à livre iniciativa, revisão da política salarial, atendimento prioritário das necessidades básicas da população, reestruturação da Previdência Social e do sistema financeiro de habitação, política de preços mínimos para a agricultura e até mesmo a reforma agrária mediante o cumprimento do Estatuto da Terra. “Se se nega à sociedade o direito de escolher diretamente seus governantes, ao menos que lhe seja dito com clareza e de forma concreta o que deseja fazer quem queira a governar em seu nome” – concluía a *Folha*.

Abaixo, alguns dos editoriais e manchetes publicados em agosto de 1984:

DATA	O GLOBO	Folha de S. Paulo
01/08/1984	Por linhas tortas	
<b>02/08/1984</b>	<b>Manchete d'O Globo: SARNEY CONFIRMADO VICE DE TANCREDO</b>	
		O voto e o veto
03/08/1984	Explosão de jurisdicção	Aliança de cúpula
<b>05/08/1984</b>	<b>Manchete da Folha: 45, 9% DOS PEEMEDEBISTAS RECUSAM VICE DA FRENTE</b>	
	Fidelidade ao real	O eleitor e as convenções
06/08/1984	Ciclo ultimato	De onde vem o dinheiro
07/08/1984	A chave da transigência	Ao Colégio, sem mudanças
08/08/1984		Clientelismo envergonhado
09/08/1984		Os princípios da Aliança
10/08/1984	Eleição já	
<b>11/08/1984</b>	<b>Derrota andreezista e vitória de Paulo Maluf na Convenção do PDS</b>	
<b>13/08/1984</b>	<b>Manchete da Folha: O PMDB HOMOLOGA TANCREDO-SARNEY</b>	
	<b>Manchete d'O Globo: TANCREDO DIZ QUE PRESIDIRÁ O GRANDE ACORDO NACIONAL</b>	
14/08/1984		Por plataformas claras
15/08/1984		Redemoinho de compromissos
16/08/1984	Voto a descoberto	Cipóal de contradições
19/08/1984	Sob o signo da mudança	Gesto mais amplo
20/08/1984		Diretas lá
21/08/1984	Os desafios da oposição	
22/08/1984	Compromissos com futuro	O planalto e seu candidato
28/08/1984	Espaço imaginário	Por um debate mais profícuo
29/08/1984	Pedras no caminho	Direto ao debate
31/08/1984	A falsa libertação	São Paulo pede diretas

Na visão d'O Globo, os problemas do processo sucessório eram de outra ordem: "radicalização" oposicionista e malufismo. A primeira estava expressa por grupos peemedebistas e os sucessivos entraves apresentados: vetar o nome do Senador José Sarney ou as condições da Frente Liberal; impugnar a legitimidade e aceitação do Colégio Eleitoral; exigir inclinação maior ou mesmo uma radicalização para a esquerda; desfraldar "bandeiras extravagantes do tipo "mandato-tampão" ou renúncia imediata do Presidente eleito em nome da eleição direta e da convocação da Constituinte". O jornal identificara nominalmente "as pedras no caminho de Tancredo Neves": "O PT de Lula, o PDT de Brizola, os petebistas não se sabe exatamente de quem, o Grupo Só-Diretas do PMDB, os antitancredistas por motivos pessoais como o Senador Itamar Franco"; tais grupos e pessoas estariam provocando "as dores de cabeça da estratégia sucessória

da Oposição” e perturbando “o seu cálculo de votos seguros no Colégio Eleitoral”<sup>272</sup>. No âmbito do malufismo preocupavam manobras, como a maliciosa estratégia de uma parcela dos participantes do jogo político que se encarregava de povoar o *Espaço imaginário* com ameaças de “esquerdização do Brasil”<sup>273</sup>.

A *Folha*, por sua vez, continuava a imprimir expectativas de uma significativa parcela da sociedade. *Diretas lá*<sup>274</sup> aborda a peculiaridade uruguaia da transferência de poder aos civis em vias de consumir-se antes mesmo da etapa preliminar da anistia, que no Brasil, “foi um marco da liberalização do regime”. A paradoxal situação permitia que estivesse em andamento uma campanha pública com vistas às eleições presidenciais, enquanto o líder e candidato natural do Partido Blanco, Wilson Ferreira Aldunate, continuava preso e com seus direitos políticos cassados. Enquanto milhares de pessoas participavam de um comício pela libertação de Ferreira no centro de Montevideú, observara a *Folha*, o líder *blanco* tentara romper com o impasse, renunciando à sua candidatura. “Não é por certo o quadro ideal para um pleito livre e democrático”, concluía o jornal, acrescentando que diante da impossibilidade de continuar no poder, numa situação de completo isolamento, a saída digna encontrada pelo regime ditatorial foi negociar uma transição cujo “selo de legitimidade seria dado pelas eleições diretas, inclusive para a chefia do Estado”.

A respeito do processo brasileiro, a *Folha* afirma que, embora criticada por manter algumas restrições e não beneficiar de início a todos os atingidos pelas punições do regime, seria forçoso reconhecer na Lei de Anistia a grandeza de um ato histórico que “propugnando o esquecimento do passado permitiu à nação reencontrar-se no presente numa luta comum para traçar ela própria seus destinos.”<sup>275</sup> Reconhecidas sequelas restantes do processo de anistia, como a ausência de explicações sobre o “desaparecimento” de opositores do regime, o jornal valoriza novamente o fato de a sociedade brasileira globalmente ter superado ressentimentos, afastando em definitivo quaisquer perspectivas “revanchistas”. Por fim, na visão impressa, a “escolha soberana do próximo presidente da República” faria com que o marcante avanço de 1979 alcançasse seu objetivo maior.

---

<sup>272</sup> O Globo, 21 de agosto de 1984, editorial *Os desafios da Oposição*.

<sup>273</sup> Idem, 28 de agosto de 1984, editorial *Espaço imaginário*.

<sup>274</sup> Folha de S. Paulo, 20 de agosto de 1984, editorial *Diretas Lá*, p.2

<sup>275</sup> Folha de S. Paulo, 30 de agosto de 1984, editorial *Anistia, cinco anos*, p.2

### ***Projeto Folha: um mandato para a vanguarda***

Após a votação da Emenda Dante de Oliveira, em junho de 1984 um documento produzido pelo Conselho Editorial anunciava as mudanças editoriais que vinham sendo delineadas. O texto *A Folha depois das Diretas-já* abordava problemas da estrutura jornalística, a preocupação com o cumprimento de cronogramas industriais, reclamava da falta de mecanismos de controle da produção e, entre outras coisas, exigia o desenvolvimento de um maior *profissionalismo*:

“... há um número considerável de jornalistas cuja qualificação profissional não está à altura das exigências colocadas pelo Projeto da **Folha**. Não há tempo nem condições materiais para adestrá-los e prepará-los adequadamente; terão que ser substituídos. A empresa terá que investir para viabilizar essas substituições e para remunerar melhor a maioria que permanecerá”<sup>276</sup>.

Sob o título *Credibilidade exige Responsabilidade* apresentava-se uma retrospectiva da ação do jornal até aquele momento: “[A *Folha*] Impôs-se, ao país inteiro, como uma das principais forças formadoras de opinião pública. Conquistou um importante crédito de confiança junto à sociedade civil. Antes da campanha, era difícil ignorar a *Folha*; depois dela, tornou-se impraticável”<sup>277</sup>.

O jornal edificava as bases para (re)construção de sua própria história e memória, conferindo significado político à sua atuação durante a Campanha Nacional pelas *Diretas*, de forma quase imediata aos fatos. Colocara-se numa postura de *vanguarda*, inclusive jornalisticamente, e exibia o respaldo da sociedade a esse posicionamento: “Temos em nosso favor a ausência de preconceito, uma posição política aberta e que encontra ampla ressonância na opinião pública, uma disposição para crescer e mudar e ainda a relativa estagnação em que se acha a maioria dos demais grandes jornais”.

Ocorre que, segundo Otávio Frias Filho, a aproximação da “democracia representativa”, trouxera “a preocupação com que o jornal não viesse a se transformar, com o tempo, numa mera correia de transmissão desses grupos organizados na antiga oposição ao regime militar”<sup>278</sup> – dentre os quais figurava o PT. Por meio do *Projeto Folha* “repleto de postulados editoriais, normas e condutas de comportamento”, buscou-se a revalorização “de aspectos mais técnicos, mais profissionais do jornalismo, em

---

<sup>276</sup> Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/projetos-1984-1.shtml>

<sup>277</sup> *A Folha depois da campanha das diretas-já*, capturado em 10 de junho de 2009 na página eletrônica [http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj\\_84\\_1parte.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/proj_84_1parte.htm)

<sup>278</sup> FRIAS FILHO, Otávio. Entrevista concedida a Carlos Alberto Furtado de Melo em 11/03/1996.

detrimento da ideologização, ou da politização”<sup>279</sup>. Após um período de “politização”, o diretor de redação tentava contornar o ambiente “pré-revolucionário” da redação: “Havia uma mobilização muito grande, um clima de grande liberdade interna (...) e as pessoas achavam que o próximo passo seria a autogestão”. Segundo relatos de Otávio Frias Filho, a implementação do *Manual geral da redação*, “sem consulta prévia”, em setembro de 1984, era uma resposta ao clima de “forte organização interna, comitês e assembleia geral” – algo prejudicial ao *negócio* da família. As resistências ao *Manual* resultaram, segundo Frias, em cerca de 50 demissões no começo de 1985. “Aí, não havia como temporizar. Fizemos uma série de demissões de caráter político” – afirma. No documento *A Folha e alguns passos que é preciso dar* (1981) já estavam os pontos cardeais das mudanças realizadas anos depois, inclusive uma espécie de “ultimato”:

“Sugerimos que todos os que exercem cargos de chefia ou funções de confiança façam uma opção permanente, disponham-se a abraçar em definitivo o projeto do jornal como uma missão a ser cumprida a cada dia, com afinco, aplicação e responsabilidade ou desista do cargo, por discordância ou inapetência” (*apud* Lins da Silva: 2005; 102)

A fim de esclarecer a atitude do Conselho Editorial expressa no documento citado, no sentido mais amplo e extenso aos demais jornalistas discordantes das alterações implantadas com o *Projeto Folha*, Lins da Silva compara: “Não se trata de adesão político-ideológica, mas de adesão técnica. Um operário da Volkswagen que não aceite os padrões de qualidade da empresa não pode trabalhar ali” (2005; 119).

Frias Filho que, entre 1976-77 redigia alguns editoriais, “sempre sob a orientação do Cláudio [Abramo]”, em 1984 enfrentou dentro da redação a oposição de “um pessoal petista, com forte ligação com o Sindicato de Jornalistas de São Paulo”. Tendo o *Manual* como seu grande estandarte, o *Projeto Folha* ganhou bastante ressonância sobre a comunidade jornalística. De um lado, o processo de reforma foi considerado como o paradigma da modernização do jornalismo brasileiro na década de 1980; de outro, a atuação do Sindicato de Jornalistas Profissionais de São Paulo, é descrita como tendo um caráter puramente reativo a esse processo e por isso movida pela tentativa de evitar demissões, perdas salariais, bem como recuperar a autonomia profissional experimentada por jornalistas de *gerações* passadas (Silva: 2007).

---

<sup>279</sup> Entrevista de Otávio Frias Filho. In: ABREU, Alzira A.; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dara. (orgs.) Eles mudaram a imprensa. Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

As normas e padrões da sociedade de mercado, segundo observou Lins da Silva (ex-secretário de redação e ex-*ombudsman*), não podiam mais ser evitados numa cidade como São Paulo. O autor do livro *Mil dias...* atribuíra a herança cultural dos brasileiros em geral e dos jornalistas em particular a aversão ao método e à disciplina, bem como a valorização da intervenção ideológica, o improvisado e a intuição (Silva: 2007; 67)<sup>280</sup>. A presença nas redações de uma liderança centralizadora e personalista seria um empecilho à institucionalização de uma estrutura sistêmica calcada na organização impessoal e racional. Para Lins da Silva, o projeto era o mais democrático do ponto de vista empresarial e o jornal seguia as regras de qualquer empresa capitalista.

Em sua tese de doutoramento, *Jornalistas Pra quê? Militância Sindical e o Drama da Identidade Profissional*, Marco Antonio Roxo da Silva (2007) observa que, na visão de Frias Filho, a liberdade de mercado seria o fundamento principal da profunda renovação das práticas jornalísticas. Estas práticas, para melhor atender aos interesses dos leitores, deveriam ser libertadas do atraso representado pelos valores da missão e do favor. Roxo registra um saldo de 447 demissões ao longo de três anos e a quase eliminação da categoria de revisores, que levou o jornal a uma série de atritos com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo<sup>281</sup>. Considerando o que seria uma postura contraditória, já que o jornal porta-voz da democracia passara a praticar uma política autoritária de rígido controle industrial e tecnológico, o jornalista José Arbex Jr. (ex-editor da Folha) vai ainda mais longe em sua crítica, ao afirmar que a

---

<sup>280</sup> Esta informação consta da tese de doutorado de Marco Antonio Roxo Silva: *Jornalistas Pra quê? Militância Sindical e o Drama da Identidade Profissional*. Universidade Federal Fluminense. Orientador: Afonso Albuquerque. 2007. 280p.

<sup>281</sup> Em nota, Roxo observa que o caráter autoritário das reformulações era expresso de três modos pelo Sindicato: 1. pelas justificativas do jornal para demitir 28 jornalistas alegando falta de competência profissional dos mesmos para se enquadrarem à filosofia do projeto e não a contenção de custos, argumento mais comumente utilizado pelas empresas; 2. a introdução selvagem das novas tecnologias, fator responsável pela demissão sumária de 70 revisores; 3. Método de avaliação dos repórteres. Os critérios (domínio da linguagem, empenho, confiabilidade técnica, exatidão, rapidez, senso crítico, concisão, disciplina, formação cultural, iniciativa, criatividade e identificação com o projeto) eram avaliados por 21 jornalistas como chefes de redação e editores “que não tinham preocupações em diferenciar os trabalhos de editoriais diferentes como a de política e de esporte. Segundo o Sindicato, a alegação de incompetência estava entre os fatores que feriam a dignidade dos profissionais. *O Caso Folha* in *Unidade*, nº 75, fevereiro de 1975, pp.4-5. (Apud Silva: 2007; 211). Lins da Silva, então secretário de redação da *Folha*, afirma que a reportagem de capa do jornal do Sindicato sobre *O caso Folha* foi considerada “facciosa e incorreta” por muitos personagens envolvidos. Além disso, afetou relações pessoais na Redação, dividida entre os que assinaram e os que não assinaram um abaixo-assinado contrário às medidas impostas a partir do Projeto *Folha*. Haveria ainda, segundo o jornalista, aqueles que se arrependeram de assinar o documento. Quatro pessoas que ocupavam cargos de confiança e assinaram foram demitidas. Clóvis Rossi, por sua vez, foi afastado do Conselho Editorial (Lins da Silva: 2005; 117).



*Folha* “apenas adotou a estratégia de transformar a luta pela democracia em *marketing*” (Arbex Jr: 2002, p.144). E nisso o autor inclui a intensa cobertura da campanha *Diretas Já!*. O presente estudo não possui bases para ratificar essa crítica, embora os acréscimos sucessivos aos números de circulação demonstrem nitidamente os bons frutos colhidos pelo “jornal das Diretas”.

Aqui, longe de aprofundar a questão das divergências surgidas<sup>282</sup> a partir do Projeto *Folha*, vale enquadrar o discurso em torno de sua implementação, ressaltando a convergência dos significados atribuídos ao novo posicionamento editorial com o sentido do *slogan Um jornal a serviço do Brasil*.

Em tese, buscava-se aprimorar as condições de produção de um jornal “movido pela conjuntura”, “sensível às mudanças que ocorrem a cada dia”; mais útil aos seus leitores por se modificar “à medida que a disposição deles, leitores, vai se modificando”<sup>283</sup>. A reconstrução da identidade da *Folha* consistia principalmente na valorização da correspondência entre jornal e leitor. O exemplo disso é encontrado na primeira versão do *Manual* (1984), particularmente no verbete “mandato do Leitor”: “Nas sociedades de mercado cada leitor delega, ao jornal que assina ou adquire nas bancas, a tarefa de investigar os fatos, recolher material jornalístico, editá-lo e publicá-lo. Se o jornal não corresponde às exigências, o leitor suspende esse mandato” (*apud* Albuquerque e Holzbach: 2008; 160). Aí encontra-se definida uma versão particular do contrato representativo, de forma que um contrato comercial seria substitutivo mais confiável para o mandato representativo clássico, tendo em vista a garantia de um “jornalismo crítico, apartidário e pluralista”<sup>284</sup>. Destaco abaixo as palavras de Frias Filho em entrevista concedida à época:

“Eu acho que jornal não é partido político, jornal não é grupo teórico, não escola ideológica. Eu acho que jornal tem que ser movido pela conjuntura mesmo. E a *Folha* faz

---

<sup>282</sup> Dedicado em seu trabalho a identificar o modelo de jornalista profissional que emergiu no cenário jornalístico após 1980, Marco Roxo reconhece vertentes interpretativas que estavam em disputa na luta por uma dada conformação do campo jornalístico. Estas são organizadas em polarizações dualistas, as quais o autor questiona por representarem rupturas e não a convivência tensa – e ambígua até – que caracterizou o período: recorte geracional (*novos X antigos*), de classe (*patrões X empregados*), vocacional (*militante X burocrata*) e funcional (*carreirista X missionário*). Como solução metodológica ele propõe uma solução metodológica amparada em tipos ideais de jornalista, de forma que o conflito é analisado em torno do “intelectual”, do “trabalhador” e do “profissional”. Ver: SILVA, Marco A. Roxo. 2007.

<sup>283</sup> A “*Folha*” e as *Diretas* - Entrevista de Otávio Frias Filho. Em: Revista Lua Nova, Cultura e Política, vol.1, nº2, julho/setembro de 1984 (pp.31-36).

<sup>284</sup> Entre os inúmeros textos que seriam publicados na *Folha* apresentando e, nos anos seguintes, reforçando os princípios do Projeto *Folha*, Otávio Frias publicou, no dia 1º de setembro de 1984, *Por um jornalismo apartidário* (página 4, 1º Caderno, Política). Ver ANEXOS 18.

isso. O nosso compromisso é com os nossos leitores, Quando esses leitores tinham uma atitude politicamente neutra, quando eles tinham uma atitude até de endossar o regime, a *Folha* tinha uma atitude correspondente nessa linha e, quando os leitores se deslocam para uma posição mais crítica, mais reivindicante, a *Folha* se desloca também. Eu acho que se por um lado isso pode ser visto como oportunismo, por outro lado, também com a mesma razão eu posso chamar de fidelidade ao grupo social para quem a gente trabalha e a quem a gente está servindo” (Frias Filho: 1984).<sup>285</sup>

Como contraponto ao discurso exposto nos parágrafos acima, lanço mão de reflexões apresentadas por alguns autores e especialmente no estudo monográfico *Jornalismo e linha editorial: construção das notícias na imprensa partidária*, de Rafael Duarte de O. Venâncio (2009). Em sua análise do conteúdo de quatro jornais com linhas editoriais bastante distintas (*Brasil de Fato, Granma, Folha de S. Paulo, USA Today*) e sob diferentes macro-temáticas, o autor buscou no arcabouço leninista conceitos como o de *jornalismo partidário* e a *Teoria da vanguarda jornalística*<sup>286</sup>. Na identificação do “jornal como andaime” ou como “organizador coletivo” buscou-se a caracterização e teorização dos vínculos entre veículo de imprensa e leitorado.

Primeiramente, a confluência entre órgãos de comunicação e partidos é analisada segundo quatro áreas: ideologia, comunicação (propaganda), organização e representatividade. Nas opiniões de Lênin sobre a imprensa, a última daria lugar à “agitação das massas” (Genro Filho: 1987; 217). Para Perseu Abramo devido às circunstâncias de produção e propriedade dos jornais, estes podem ser sim considerados partidos políticos, que entram em conflito com outras instituições (sindicatos, igrejas, partidos políticos etc.), buscando legitimação de seu papel de representatividade social. Eis os pontos de convergência entre partidos e imprensa, respectivamente, apresentados pelo autor: manifestos de fundação ou programas/ projetos e linhas editoriais; regimentos internos e regulamentos/ manuais de redação; aparato material; hierarquização entre integrantes dos quais é exigida adesão e fidelidade (militantes e

---

<sup>285</sup> Idem.

<sup>286</sup> Considerando a concepção de “vanguarda” como crucial para a concepção leninista de jornalismo, recorre-se à leitura Lars T. Lih, comentarista leninista que, por sua vez, refere-se às ideias de Karl Kautsky. Segundo Lih o a concepção leninista esteve altamente influenciada pelo “renegado Kautsky”. Lih, citado por Venâncio, refere-se aos “ciclos de consciência” de Kautsky, mediante os quais o movimento dos trabalhadores (“vanguarda”) viraria uma porção maior e maior de todo o proletariado de forma que vários círculos concêntricos se transformariam único círculo a partir de um movimento vanguardista centrífugo. Da analogia entre o esquema Lih-Kautsky e o contexto da “imprensa como partido” conclui-se que “o jornal puxa os anseios de sua linha editorial para os círculos externos na busca que tudo seja único círculo, ou seja, a sua sociedade futura buscada”. Ver: VENANCIO, R. D.O. *Jornalismo e linha editorial: construção das notícias na imprensa partidária e comercial*. Rio de Janeiro: E-papers, 2009 (p.216).

dirigentes sindicais/ repórter e editor); normas disciplinares internas; pontos de referência para segmentos sociais (simpatizantes, eleitorado/ leitorado, telespectadores); *projeto histórico relacionado com o poder*; representatividade em maior ou menos grau, exprimem interesses e valores de segmentos sociais/ *mandato* popular validado pelo consumo de produtos ou índices de audiência (Abramo: 2003; 45-6). Da analogia feita, o autor conclui: “Se os órgãos não são partidos políticos na acepção rigorosa do termo, são, pelo menos, agentes partidários, entidades parapartidárias, únicas, *sui generis*”.

Através do estudo detalhado dos conteúdos jornalísticos (e não opinativos) publicados por cada veículo em período mais recente, Venâncio identifica um ponto de convergência entre os veículos por ele analisados, a despeito de destoantes linhas editoriais: “os jornais acreditam que são representantes localizados na linha de frente de toda a sociedade, contudo, defendem, tal como cão-de-guarda, a sua própria visão de mundo e seus próprios anseios de uma sociedade futura” (2009; 215). Num fragmento publicado em 2007, Venâncio enfatiza a identificação do seu próprio leitor, pela *Folha*, como sendo aquele que está “no topo da pirâmide da população brasileira: 68% têm nível superior (no país, só 11% passaram pela universidade) e 90% pertencem às classes A e B (contra 18% dos brasileiros). A maioria é branca, católica, casada, tem filhos e um bicho de estimação” (FOLHA DE S. PAULO 2007d: A16 *apud* Venâncio: 2009; 186).

A descrição, segundo Venâncio, sugere que o referido “mandato” é válido apenas aos compradores do jornal e não para todos os brasileiros, consistindo um contrato comercial: “a *Folha de S. Paulo* se mostra como um andaime de uma sociedade futura do “topo da pirâmide da população brasileira”. Um instrumento de construção da vanguarda daqueles que podem – mercadologicamente falando – mais” (2009; 186). Segundo Lins da Silva, não haveria uma intenção tão definida de interferir na sociedade como um todo: “A lógica não é ética nem política. É apenas mercadológica” – afirma o jornalista e ex-secretário de redação da *Folha*. E continua: “O jornal não pretende falar em nome de toda a sociedade ou da “opinião pública”, mas somente falar a todos os grupos que constituem seu leitorado. Se, em decorrência disso, a sociedade melhorar, tanto melhor para todos” (2005; 130).

A imagem metafórica do andaime é retirada do libelo *Por onde começar*, que Lênin publicara na revista *Iskra* em maio de 1901:

“O papel do jornal não se limita, no entanto, a difundir ideias, a educar politicamente e a ganhar aliados políticos. O jornal é não só um propagandista e um agitador coletivo, senão também um *organizador coletivo*. Neste último sentido, pode comparar-se com o *andaime* levantado em um edifício em construção, que marca seus contornos, facilita o contato entre os

diversos grupos de operários, ajudando-os a distribuir as tarefas e a ver o resultado final obtido graças a um trabalho organizado” (Lenin: 1901)<sup>287</sup>.

A partir da análise do conteúdo jornalístico da *Folha* acerca de diversos temas, Venâncio situa o discurso do jornal no terreno do espírito liberal (ou mesmo neoliberal). Em vista do arcabouço teórico adotado, ressalta-se que, incorporando determinado tipo de ideias econômicas refletidas também na produção jornalística, a sociedade futura imaginada pela linha editorial da *Folha* não previa espaço, por exemplo, aos financiamentos estatais. Fica claro à altura das conclusões apresentadas pelo autor o sobe-desce dos *andaimes* de cada um dos veículos por ele analisados, fazendo emergirem respectivos “horizontes de perspectiva”. Enumero abaixo algumas conclusões a partir da abordagem privilegiada:

1. A *Folha* realizou, através da implementação de seu pioneiro projeto editorial, reformas estruturais consideradas autoritárias por trabalhadores afetados e apenas condizentes com as imperativas regras do *mercado*, segundo seus defensores. A racionalização das reformas – “contribuição do mercado à qualidade técnica da imprensa”<sup>288</sup> – é defendida como necessária para o jornal atender às necessidades da “sociedade de mercado democrática” e produzir o bom jornalismo.
2. Ao exercer sua função democrática *liberal* – jornalismo “crítico, pluralista, apartidário e moderno” – o jornal atinge um conjunto de leitores com os quais busca estabelecer, por meio do consumo, uma espécie de *contrato representativo*.
3. Nesse sentido, a *Folha* – e é possível estender este raciocínio aos demais veículos da *grande imprensa* – busca assumir a condição de “organizador coletivo”, “andaime” que orienta a trajetória de **todos** rumo à sociedade futura desejada.

A edificação revolucionária esquadrihada por Lênin valorizava a importância d'*O plano de um jornal público para toda a Rússia* (1902), de forma a atizar “cada fagulha da luta de classes e da indignação popular, para daí fazer surgir um grande incêndio”<sup>289</sup>. Dentre outras, destaco por meio das palavras de Mattelart uma diferença entre o sentido da *vanguarda revolucionária* e aquele privilegiado pela *grande imprensa*: “É um processo contraditório onde justamente o mediador revolucionário que se constitui em vanguarda, busca a morte da mediação, vale dizer, a negação de seu próprio *status*”. Aos jornais da

---

<sup>287</sup> A metáfora do andaime, como parte do conceito de *vanguarda* em Lênin, é lembrado por Mattelart, no que tange o *processo de consciência*. No caso do jornal do partido, seria aceitável que o operário médio não compreendesse alguns artigos. A despeito disso, considerava Lênin, o jornal deveria elevar o nível de seus leitores e ajudar a selecionar, entre a camada de operários médios, os de *vanguarda* (*apud* Mattelart: 1973; 147).

<sup>288</sup> *Apresentação* de Otávio Frias Filho Em: LINS DA SILVA: 2005; 51.

<sup>289</sup> LENINE, Vladimir Ilitch (1902), fonte: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/>

*grande imprensa* abdicar do *status* de mediadores ou representantes dos interesses da sociedade significaria a perda de leitores – e, portanto, de consumidores.

Celina Duarte Rabelo (1983) nos fala em artigo sobre *Imprensa e redemocratização no Brasil* de uma espécie de movimento pendular dos jornais que, ora se colocam ao lado da burguesia nacional (e internacional), ora defendem os interesses nacionais. Convergem para posições mais liberais para conquistar o leitor ou praticam o puro jornalismo oficial. A despeito do movimento oscilante, a *grande imprensa* continuava servindo prioritariamente aos interesses mais gerais da classe dominante – condizentes com sua própria perspectiva de classe –, sendo relativamente minimizados ou mesmo excluídos da rota pendular os interesses das classes subalternas (1983: 13).

Sob diferentes temáticas (*sistema representativo; questão econômica; sociedade mobilizada...*) busquei demonstrar até aqui os ‘projetos’ de *sociedade futura* d’*O Globo* e da *Folha*. Estes não se apresentam como diretrizes determinadas, mas como projeções e perspectivas evidenciadas a partir de uma interpretação acerca do *passado* (Ex.: o golpe era necessário), de olhares sobre aquele *presente* (Ex.: participação direta *versus* representação), e de perspectivas a respeito do *futuro* (Ex.: posicionamentos anti-estado). Na última parte deste estudo, orientado pela cronologia do período em questão, darei sequência à abordagem centrada nos *eixos temáticos*, enfatizando convergências opinativas entre os jornais como características de uma *visão de classe hegemônica*, impressa a despeito das especificidades de cada veículo.

## Ato final – Os “horizontes” da *grande imprensa* (setembro/84 - janeiro/85)

Povo  
não pode ser o diminutivo de homem.  
O povo, aliás,  
deve estar cansado desse nome,  
embora seu instinto o leve à agressão  
e embora o aumentativo de fome  
possa ser revolução.

(*Que país é este?* - Affonso Romano de Sant’Anna)

Setembro-Outubro – Em setembro de 1984, a esquerdização e o clima de “revanchismo” eram combatidos por opositores da candidatura Tancredo-Sarney, a emenda Theodoro Mendes ainda seria apreciada pelo Congresso Nacional podendo redundar – acreditavam alguns – na aprovação das eleições diretas. A *Folha* expressava a esperança sobrevivente, enfatizando o papel do presidente do Congresso: *Diretas Já nas mãos de Dalla*. Após a vitória na Convenção do PDS. *O Globo* via problemas nas tentativas de trocar *O certo pelo duvidoso* (4.09.1984): “Melhor ouvir o Senador Marco Maciel, um dos líderes da Frente Liberal, que adverte sobre as ameaças diversionistas contidas na emenda Theodoro Mendes” – defendia em editorial.

A ideia inicialmente assentada era a de que a Campanha popular cumprira sua missão: “rendeu frutos bastante visíveis, desde logo imprimindo nova densidade à consciência democrática do País e contribuindo, inclusive, para que o processo sucessório se tornasse mais próximo do sentimento e das aspirações populares” – dizia *O Globo*. Buscava-se, portanto, catalisar aquele sentimento em favor da candidatura da *Aliança*. “Se não chegamos às “diretas já”, pelo menos marchamos para um Colégio Eleitoral liberto dos condicionamentos expressos ou tácitos que automatizavam a escolha do Presidente da República”. Chegada a hora das convicções, *O Globo* argumenta que não seria o momento de tirar-lhes os seus “suportes de racionalidade, realismo e prudência” com a defesa da emenda Theodoro Mendes.

Entre os documentos publicados no livro-reportagem *O complô que elegeu Tancredo*, estão os memorandos da assessoria lidos por Maluf nas manhãs de 1984, após a vitória que balizara na Convenção sua candidatura ao pleito indireto. Com as siglas AP/PP (Ação política/ Papel de posição), a data e o número do memorando ao início, um dos memorandos indicava, por exemplo, que a campanha Tancredo desenvolvia-se sob uma estratégia básica de constranger os que votariam em Maluf: “e

com o “patrulhamento” da imprensa e TV, a campanha oposicionista visa a criar um clima irreversível de vitória, e fazer com que cada adesão próxima a Maluf seja vista publicamente como espúria e produto de aliciamento indébito” (AP/PP, 18.9.184, nº23 *apud* 1985; 195). As orientações do memorando sugerem que não viria “nada de positivo do Palácio do Planalto”, já que o presidente estaria amarrado a um “estado de letargia administrativo-política” que contagiava todo o governo. A assessoria de Maluf indicava ainda que a adesão pública e explícita de Francisco Dornelles à candidatura oposicionista de seu tio (pelo lado materno) servia como senha aos potenciais dissidentes, tendo em vista que o Secretário da Receita Federal (1979-1985) não foi atingido por sanções antes prometidas àqueles que tivessem cargos no governo e se posicionassem a favor de Tancredo. Segundo depoimento do deputado Thales de Ramalho no final de janeiro de 1985, coube ao futuro Ministro da Fazenda – que também possuía parentesco com Getúlio Vargas, primo de seu pai, Ernesto Dornelles – costurar alianças e aproximar o então Ministro Delfim Netto da órbita da candidatura oposicionista, isolando ainda mais o deputado Maluf (1985; 164-5).

Em 13.09.1984, *O Globo* publicou três textos expondo as opiniões do jornal: *A verdadeira Segurança Nacional* (CAPA); *Muita gente, muito voto*; e *Dilema falso*. Os dois primeiros tratam de questões correlatas: (des)nacionalização e (des)estatização. Convém ressaltar aqui três vertentes principais de crítica ao estatismo expostas por Marini (1985), e dentre as quais é possível reconhecer a postura refletida nos editoriais d’*O Globo* e da *Folha*. A primeira é identificada com uma fração do grande capital, com destaque às multinacionais de origem norte-americana, e a burguesia financeira, cujos interesses passaram a ser contrariados pela acelerada expansão da ação econômica do Estado. Esta se deu a partir do “milagre econômico” e da tendência de Geisel a estreitar laços econômicos, financeiros e tecnológicos com a Europa Ocidental e o Japão. A tendência configurava-se no contexto da busca pelo regime militar de afirmação do “subimperialismo”, não encerrando, contudo, uma real ameaça à dependência tradicional do país em relação aos Estados Unidos (Marini: 1985; 26).

A segunda linha crítica era representada por outra fração da grande burguesia, assentada na indústria pesada, em particular a mecânica, metalúrgica e extrativa mineral. Ela não se opunha à abertura que o governo promovia em direção ao capitalismo euro-japonês, mas participava do anseio generalizado de classe de controlar

diretamente a política econômica, sobretudo, as empresas estatais. Marini afirma que esta linha assumira a campanha anti-estatizante pelo viés de uma pregação democratizante e liberal. Afinado com essa perspectiva, o *Autoritarismo e democratização* de Cardoso, é apontado como marca do aumento significativo do processo mediante o qual um grupo da intelectualidade brasileira afinava-se com a ideologia burguesa.

Em *A verdadeira Segurança Nacional* (13.9.1984), o empresário Roberto Marinho expressa opiniões no mesmo sentido, em favor de um programa da tecnologia e contra um “nacionalismo” dos militares considerado como ultrapassado. Ele isenta banqueiros internacionais e as multinacionais de responsabilidades sobre as dificuldades econômicas do país e conecta o nosso destino – não mais como “país do futuro” – com o *Destino Manifesto* alcançado, em tese, pelos Estados Unidos.

“Os argumentos apresentados pela direção da FUNAI e referendados pelo Ministro Mário Andreazza, ao recusar o pedido de demissão do Diretor desse órgão, para coibir a exploração e riquezas minerais nas áreas indígenas alegando o perigo da contaminação de doenças oriundas do branco civilizado, fazem o País retornar às primeiras manifestações “nacionalistas”, contrárias à extração das reservas de ferro de Nova Lima e do Vale do Rio Doce.

(...) O Brasil e os EEUU tem praticamente a mesma idade como nação independente. Todavia, enquanto *os pioneiros americanos conquistaram, sucessivamente, as diversas fronteiras do seu território levando a tecnologia mais avançada de cada época, nós nos contentamos em louvar e cantar as riquezas do nosso solo*. Com isso, a América do Norte chegou ao final do século XX como o maior credor do mundo. E o Brasil como o maior devedor.

(...) O Brasil pretende, nesta altura da história, atribuir as suas dificuldades à malícia dos banqueiros internacionais, e à cobiça das multinacionais, propondo como medida de salvação, barreiras ao programa da tecnologia e deixar os recursos naturais como reserva para as futuras gerações no sentido de assegurar o seu tema de “país do futuro”...

Tudo isso poderia servir de subsídio para um programa humorístico de televisão ou para uma comédia teatral se não estivesse em jogo o destino do País numa das mais dramáticas encruzilhadas da nossa história” [grifos meus] .

Na comparação entre Brasil e Estados Unidos, países de quase mesma idade como “nação independente”, *O Globo* trata as diferenças entre as duas nações sob o prisma daquele ideal de “modernização” abordado no primeiro capítulo. Desconsidera-se, por exemplo, que durante boa parte de nossa história a irracionalidade do desenvolvimento capitalista tenha derivado precisamente da impossibilidade de controlar seu processo tecnológico, sendo expressa uma acelerada concentração de



capital que engendrara, com atuação de grandes unidades nacionais de produção, estruturas de caráter cada vez mais monopolistas (Marini: 1966).

O fato de a “tecnologia mais avançada de cada época” não ter sido desenvolvida no Brasil como nos EUA é justificado pelo jornal como decorrência das limitações dos primeiros em não conseguir superar ideais ligados aos méritos da “vocação agrária”. Prevalece, portanto, a tese do “atraso” como sin nimo de deficiência ou inabilidade. Ignora-se completamente que a tecnologia fosse (e, em alguns casos, ainda  ) um produto de importação, de forma que sua incorpora o passava por condicionamentos aleatórios como a imposi o da balança comercial e os movimentos externos de capital. A compara o que enaltece os EUA como o “maior credor do mundo” e desfavorece o Brasil parece desconsiderar as formas pelas quais foram dribladas as dificuldades de expansão do mercado interno na origem do desenvolvimento industrial e tecnológico daquele país. Numa retrospectiva da influência do poder norte-americano na América Latina, Marcelo Santos destaca as estratégias que permitiram aos EUA expandir seu poder econômico pelo mundo sem carregar os problemas do colonialismo tradicional – a citar o Pan-Americanismo e as interven es militares na América Latina sob retórica democrática.

A terceira posi o crítica ao estatismo   representada pela corrente operária classista que expressava o intuito de romper os mecanismos da legisla o laboral, que subordinava os trabalhadores ao Estado e que o regime militar tratou de acentuar até o limite. Expressava ainda, afirma Marini, o intuito de por fim   política de atrelamento   burguesia industrial, praticada por suas lideranças desde o Estado Novo (1985; 28).

Com *Dilema falso*, publicado no mesmo dia que o editorial anterior, *O Globo* assenta o bin mio progresso-desestatiza o, novamente atribuindo exclusivamente ao Estado (ou   “burguesia de Estado”?), num sentido isolado de agentes econômicos nacionais e estrangeiros, a responsabilidade pela “desnacionalizante” e astron mica d vida externa.

“Ao estabelecer o dilema “estatiza o ou desnacionaliza o”, o candidato Tancredo Neves deixa-se aparentemente seduzir por perigoso sofisma.

A experiência do período autoritário nos tem demonstrado que a estatiza o tem sido irmã da ineficiência, do nepotismo, do desperdício, das falsas prioridades, tudo resultando em prej zos enormes para o País – o que, em última análise, resulta em formas indiretas de desnacionaliza o.

Basta observar o seguinte: haverá por acaso algo mais desnacionalizante do que esta dívida externa astronômica cujo serviço é pago com sacrifícios nunca antes experimentados pelo povo? E quem negará que ela é fruto, sobretudo da megalomania estatal?

É falsa a alternativa proposta pelo candidato da Oposição. A verdadeira seria: “Estatização ou Progresso”.

Ainda no dia 13 de setembro, no editorial *Muita gente, muito voto*, *O Globo* questiona: “Qual o papel da opinião pública numa eleição indireta?” O questionamento foi feito a partir da constatação de uma liderança pedessista que teria declarado: “A opinião pública não vota”. Em contraposição ao partido do governo, o jornal destaca a canalização dos sentimentos expressos às ruas no slogan *Diretas Já* para a alternativa *Muda Brasil, Tancredo Já*. Dando ênfase ao transplante do *Já* de uma campanha à outra, *O Globo* defende: “as convicções da população têm muito a ver com qualquer eleição indireta – a não ser que tenha saído de moda o *princípio da representatividade* – e têm ligação íntima, crucial, com esta eleição indireta” (grifo meu).

O jornal do grupo Marinho buscava demonstrar que não houve mudança em sua postura ao longo do processo sucessório de 1984: “O GLOBO sempre sustentou que o sistema indireto é compatível com a abertura, e justificável, para o efeito de uma transição tranquila. Nada disto foi até hoje desmentido”<sup>290</sup>. O princípio evocado continuava o mesmo, contudo o mês de setembro e o posicionamento pró-Tancredo e anti-Maluf faz com que o jornal passasse a advogar em favor de uma interpretação diferente deste mesmo princípio, como será demonstrado adiante. Buscando costurar com a linha das “dificuldades econômicas” a coerência de suas opiniões, *O Globo* atribui àquelas a mudança de opinião em relação ao Poder Central, que sofria uma “crise de confiança”: “Não cabe discutir aqui se o Governo teria culpa pelo agravamento dessas dificuldades ou se, pelo contrário, mereceria a gratidão nacional por seus esforços para minorá-los”. Evitando polêmicas, o jornal expõe interpretação que incorpora a Campanha pelas *Diretas Já* como elemento catalisador da candidatura Tancredo-Sarney, justificando assim a via indireta: “o descrédito se espalhou como fogo no mato, trazendo o desejo de mudanças que se exprimiu, com surpreendente vigor, na campanha pelas diretas já”.

---

<sup>290</sup> A 2.09.1984 José Sarney, candidato a vice pela chapa aliancista, também tratou de afirmar: “Nunca fui a favor das indiretas”. A frase foi editada com destaque dando título à entrevista publicada pelo jornal *O Globo* (p. 8).

Para *O Globo*, da “rejeição popular ao continuísmo originou-se a Frente Liberal e, com ela, a possibilidade de vitória para a Oposição”. Com “a argamassa da opinião pública”, sem a qual o PDS se esfarelava, obtivera-se a coesão de um “conjunto de forças antes antagônicas” a enfrentar o Governo. “O que vemos neste momento é a opinião pública disciplinando o seu ímpeto mudancista”, conclui o jornal, “e canalizando-o para a solução transitória – mas legal e pacífica – do sistema indireto”. Nos termos expressos, a Nação dava “abrigo ao Colégio Eleitoral, aceitando-o como instrumento de sua vontade”. Por outro lado, e aqui reside a grande mudança em relação à interpretação do princípio representativo oferecida no primeiro semestre: “o eleitor indireto está informado de que não poderá fugir impunemente à sua função de representante daqueles que o elegeram”, ou seja, o povo. Estavam estabelecidas as regras do *mandato imperativo*.

Já na segunda quinzena os argumentos d’O Globo direcionam-se no sentido da defesa de algumas teses sobre o rumo sucessório. Primeiro, a infidelidade partidária de pedessistas que votassem em Tancredo não caracterizava traição (*Conceito de traição*, 15.09.1984): “Não há, portanto, traição. Na política, a coerência com muita frequência se expressa pela mudança de posição; e a única fidelidade real não é a devida a homens ou siglas, mas a princípios, ou mais pragmaticamente, ao eleitorado que o político representa”. Em segundo, dedicava-se a redefinir o próprio posicionamento em relação ao princípio representativo, de forma que as “manifestações populares pela eleição direta” ganham o caráter de reivindicações explícitas pelo “direito de participar” (*Compromisso e participação*, 18.09.1984). E o ato de “participar” é associado diretamente – e até exclusivamente – à democracia representativa. Logo, *tratava-se de participar fazendo garantir sua representação nas esferas institucionais*.

“Isso significa no fundo que vamos ter que praticar novamente a saudável arte da negociação política, única forma democrática de chegar a decisões que, se não forem do agrado de todos e de cada um, refletem o sentimento e o propósito da maioria – no Congresso, nos órgãos representativos da sociedade, no seio do povo”.

Já em *Fidelidade ao mandato* (13.10.1984) fica ainda mais nítida a visão que *O Globo* oferece quanto ao princípio representativo, destoando fortemente de opiniões publicadas anteriormente, quando da aversão à pressão popular que indicava aos seus representantes eleitos o rumo da aprovação da Emenda Dante de Oliveira. “Eleitos pelo voto direto, escolhidos, portanto pelo povo, os governadores estaduais têm os seus

compromissos fundamentais umbilicalmente ligados à natureza e à extensão dessa mandato”. Mais adiante, numa contra-argumentação em relação ao fato de vários dos Governadores de origem pedessista preferirem o candidato da Aliança Democrática à candidatura oficial, *O Globo* oferece explicação amparada naquele princípio defendido: “Por que agem assim? Simplesmente porque não poderiam fugir à captação do sentimento e das inclinações do eleitorado que os escolheu”.

Uma terceira tese, que coadunava com as demais na defesa de determinado rumo para abertura e transição democráticas, é expressa pelos editoriais publicados entre os dias 20 e 23 de setembro: *Os riscos do alarmismo* (20.09.1984); *Fora da democracia não há salvação* (21.09.1984, CAPA); *Sentimentos e anseios comuns* (23.09.1984). Um elemento comum aos três é a ideia de que, contra os temores expressos em função do “perigo das esquerdas”, não haveria possibilidade de influência esquerdista num Governo Tancredo Neves. O último editorial acresce a diluição das divergências, frente à meta de união do país e conquista de objetivos permanentes.

“Tanto em cargos executivos como em mandatos parlamentares, Tancredo nunca deixou de demonstrar, de forma mais concreta, sua fidelidade aos princípios da livre iniciativa e da economia de mercado, somada ao repúdio ao marxismo em todas as suas vertentes” – garante *O Globo*, como numa tentativa de certificar a “coerência ideológica” do ex-governador mineiro. Quanto à falsidade do “perigo das esquerdas”, argumentava-se: “um candidato eleito por uma coligação deverá conceder representatividade no Poder aos integrantes da aliança, não resta dúvida de que a representação será forçosamente equivalente à contribuição política”. Os esforços se multiplicam em editoriais para demonstrar uma irrelevância ilustrada pela reduzidíssima participação numérica das “temidas esquerdas” no Colégio Eleitoral, em nada abalável com a presença de bandeiras vermelhas nos comícios da candidatura Tancredo-Sarney: “nem ao certo se sabe quem as empunha, por ordem de quem”.

Por outro lado, *Os riscos do alarmismo* poderiam ser sentidos no exterior, onde os credores, às vésperas de nova etapa de negociações, estariam sendo informados de que o Governo brasileiro temia um sucessor fortemente influenciado, ou mesmo à mercê, de perigos esquerdistas. “Ou seja, dos que pleiteiam uma moratória drástica e unilateral, dos inimigos do capital estrangeiro”. Daí, uma preocupação imediata orientava as perspectivas sucessórias d’*O Globo*: “Que influências terão essas

informações sobre a atitude dos bancos internacionais?” Para além do grau de dependência político-econômica no Brasil, um posicionamento “realista”, “responsável” ou “racional” exigia atenção aos condicionantes econômicos: “Como se sabe, os empréstimos são onerados não apenas por juros, mas também por taxas de risco, que variam de país para país e são articulados, subjetivamente, em função de previsões quanto ao comportamento futuro dos devedores”. Um candidato “cuidadoso”, dedicado “a novas formas de negociação” e jamais ao “corte brusco nos entendimentos”; assim Tancredo era apresentado ao jornal. O candidato da *Aliança* sustentava a necessidade de mudar o tom dos acordos com o FMI, descartando como tolice a idéia de romper com ele. Em sentido contrário é situada a ação do Palácio do Planalto que, “com seu forçado alarmismo, estaria ameaçando “inviabilizar suas próprias metas econômico-financeiras”.

Em *Fora da democracia não há salvação* (21.09.1984) figura a mesma postura com relação ao “equivocado” receio, manifesto pelo presidente Figueiredo, de que os comícios pudessem perturbar o processo eleitoral. Em defesa da manifestação do povo, *O Globo* evoca a memória de 64, tendo como estratégia argumentativa a *revisão histórica* que vangloriava o regime então decadente:

“A Revolução de 64 desencadeou-se como um atendimento das Forças Armadas aos reclamos de multidões que se reuniam em praça pública nas diversas capitais do País. Naquela época, a democracia estava em risco sob a ameaça de dispositivos governamentais que pretendiam amordaçar a Nação. Justamente para se criarem condições de estabilidade social e respeito à vontade popular é que eclodiu o movimento.

Na hora em que se completa o projeto de abertura que os seus antecessores anunciaram e que o Presidente Figueiredo jurou levar a termo, o povo não pode estar ausente. Não se preocupe o Presidente com eventuais excessos por parte de seus correligionários ou de seus adversários, pois a maioria da Nação está definitivamente solidária com a sua afirmativa de que “fora da democracia não há salvação”.

A ideia de *salvação* possui um sentido aproximado do prognóstico bíblico. Já o editorial *Sufrimentos e anseios comuns* (23.09.1984), publicado dois dias depois na capa do jornal e assinado pelo próprio Roberto Marinho, é dedicado a demonstrar a inexistência de diferenças entre militares e civis (a “massa popular”). Para tanto, o dono d’*O Globo* lançou mão de simbólica referência a um fervoroso católico, advogado e defensor dos direitos humanos. Nada poderia ser mais oportuno como recurso

argumentativo e legitimador da opinião publicada em face da manchete<sup>291</sup> publicada pela *Folha* ao primeiro dia daquele mês:

“No maior comício da nossa história, que reuniu recentemente na Praça da Candelária um milhão de pessoas, o orador mais aplaudido foi o advogado Sobral Pinto. Suas palavras constituíram um preito de louvor às Forças Armadas, reafirmando que no Brasil não há distinção entre militares e civis. A inflação que agrava as condições de vida de comerciários, servidores públicos ou industriais é a mesma cujos pungentes efeitos são suportados pelas famílias dos oficiais.

Também são idênticos os seus anseios de desenvolvimento econômico e social, abertura política e implantação do regime democrático. Todos participam dos mesmos problemas e esperanças. Por conseguinte, acima de quaisquer divergências, impõe-se a união do País na conquista dos seus objetivos permanentes. A farda não é uma fronteira entre classes, mas simboliza, juntamente com a bandeira e o hino nacional, a pátria comum pela qual os sacrifícios e trabalhos se justificam.

O silêncio em que a imensa multidão ouviu aquela mensagem e a vibração com que foi consagrada pelo apoio popular representam uma demonstração inequívoca de que o País não enfrenta riscos de subversão ou luta interna. Evidentemente não estamos livres de tentativas de provocação ou manobras de minorias [...]. A verdade, porém é que tais ardis de embuçados da direita ou exibicionistas da esquerda perderam qualquer significação ante o extraordinário comportamento da massa popular”.

Conjuntura internacional – Esta ganhou espaço em meio aos esforços para demonstrar o empaldecimento do vermelho das bandeiras levantadas pela ‘perigosa esquerda’ de antes. Já em outubro – em *Intenções socialistas* (2.10.1984) e em *Reviravolta ideológica* (18.10.1984) – *O Globo* trata da reunião realizada pela Internacional Socialista no Rio. A organização, observara o periódico, não deveria “inspirar qualquer preocupação real dos adeptos da democracia clássica”, visto que não possuía “tinturas marxistas e outras pretensões além ou à margem dos parâmetros permanentes do regime das liberdades públicas, do pluralismo partidário e da economia de mercado”. Interessava, comparativamente, distanciar um socialismo democrático, que não significava um “perigo consistente para as estruturas liberais bem estabelecidas”, das sucessivas versões da Internacional Comunista, cuja expressão “original leninista acabaria falhando a longo prazo tanto na sua bandeira de internacionalização proletária como no seu objetivo mais pragmático de ser um

---

<sup>291</sup> A manchete BISPOS DEFENDEM DIRETAS E CONVOCAM JEJUM NACIONAL foi publicada pela *Folha* em 1º de setembro de 1984. Já em 12 de outubro de 1984, a respeito da convocação do Conselho Permanente da CNBB, expressa em manchete do mês anterior a *Folha* publicou o editorial *Velhos ritos, novos temas*, criticando a proposta de jejum nacional como “... fenômeno ilustrativo do grau de dificuldades que a Igreja enfrenta como instituição na tentativa de conciliar suas funções espirituais com uma realidade social cambiante.”

instrumento da hegemonia do férreo comando do PC Soviético”. A expressão política da primeira – em países como França, Espanha, Portugal, Suécia, Grécia, Alemanha, Itália e Inglaterra – era contrastada com os reflexos da segunda na “defecção iugoslava”, na “dissensão chinesa”, na “rebeldia dos países eurocomunistas”.

A crítica ao ‘socialismo real’ tinha como alvo a URSS. Ressaltava-se que “a doutrina e a estratégia revolucionárias dos fundadores ideológicos” havia sido substituída “pelo expansionismo imperialista à sombra das armas e da intimidação”. A crítica, contudo, passava ao largo da contextualização de uma conjuntura internacional caracterizada pela imposição da hegemonia norte-americana no mundo pós-guerra, constituindo uma nova fase imperialista, cujas sustentações ideológicas não conseguiram esconder violências e barbarismos comumente citados como exclusividades do mundo soviético e comunista.

As “experiências intervencionistas [da social-democracia] em direção ao Estado providenciário, paternalista, não raro expropriatório em seus avanços no controle dos meios de produção”, são também destacadas pelo jornal como fontes de “prejuízos para o interesse social e nacional”. Em *Reviravolta ideológica*, a França de Mitterrand e o “fenômeno do esvaziamento das tendências socialistas no eleitorado e no ânimo popular em geral”, expressos pela pesquisa da revista francesa *L’Express*, sustentam a ideia de que a clivagem direita-esquerda perdia o seu “fatalismo maniqueísta”, “dando lugar a colocações híbridas”. Estaria aí o exemplo a ser seguido pelo Brasil: deixar de “fomentar tensões políticas artificiais em nome de motivos ultrapassados”. Movidos por expectativas de um futuro favorável à conservação de interesses classistas, *O Globo* atribui ao tempo (ultra)passado tensões sócio-políticas e ideológicas pulsantes na sociedade brasileira e no mundo. Como se decretasse o “fim da História” abria espaço em editoriais para as intenções desmobilizadoras e desestatizantes, em favor de um ‘individualismo solidário’:

“Os neoliberais (e eles dominam vários governos no mundo) entendem que a fragmentação da sociedade do nosso tempo, sobretudo em face da revolução tecnológica consubstanciada na microinformática, teria necessariamente que afetar a importância dos partidos de massa, dos sindicatos gigantesco, de todas as instituições ligadas aos parâmetros da decisão coletiva, à força de pressão do grande número. A micromídia por sua vez reforça a cidadela do individualismo já despojado de velha herança egoísta e agora animado com espírito de solidariedade social que dispensa o intervencionismo paternalista (também fiscalista, deficitário) do Estado”.

Fechando o ‘ciclo revolucionário’ - Uma última marca da abordagem d’*O Globo* em outubro é identificada com o julgamento que não houve. A ideia de conclusão do ciclo “revolucionário” aparece em diversos editoriais, demonstrando a postura do jornal em relação ao regime militar. Eis alguns: *Abertura integral* (3.10.1984); *Riscos imaginários* (6.10.1984); *Julgamento da Revolução* (7.10.1984, CAPA); *O primado dos valores morais* (26.10.1984). Assim, *O Globo* enfatiza e justifica as razões de sua adesão desde 64: “Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada”. O calendário da abertura é revisado e valorizado em longo editorial assinado pelo dono do jornal, Roberto Marinho<sup>292</sup>.

O fechamento do ciclo revolucionário seguia um roteiro que passava pela defesa da “obra de 20 anos que tornou o País muito mais desenvolvido e mais complexo”, constituindo “por si só o maior obstáculo a alternativas golpistas”. Dessa forma, contra especulações quanto à chamada “taxa de risco” da sucessão, argumenta-se que própria “Revolução” (sic) teria se incumbido “de instar barreiras antigolpe de toda natureza no terreno da nossa maturidade institucional”<sup>293</sup>. A defesa da enunciação *às claras* e sem do eleito no Colégio Eleitoral ganhava sustentação na própria herança institucional e moral do regime militar. O voto escondido poderia ensejar barganhas ou arranjos ocultos, alertava o jornal, “maculando o Movimento com a prática dos mesmos vícios contra os quais ele se realizara”. Numa aparente tentativa de persuadir setores mais à direita, resistentes à candidatura tancredista, o jornal então sustenta: “O que deu substância à Revolução para realizar a sua obra de reconstrução nacional não foi o seu esquema de segurança, mas acima de tudo, o primado dos valores morais” – afirmara *O Globo*, acrescentando ainda que ao arriar a bandeira de tais valores seria derrubado “um patrimônio construído por sucessivas administrações em vinte anos de fidelidade aos princípios em torno dos quais a Nação se uniu às suas Forças Armadas.”<sup>294</sup>

Portanto, as diversas abordagens detalhadas acima, convergiam para validar o *Compromisso Liberal* (10.10.1984), inclusive perante setores mais resistentes da direita.

---

<sup>292</sup> *O Globo*, 7 de outubro de 1984, editorial *O Julgamento da Revolução*, CAPA. Ver ANEXO 19. Também na capa, vemos o destaque à aprovação do ex-presidente dos EUA, Jimmy Carter, ao exemplo do Brasil: “maior e mais importante País da América do Sul, dará um exemplo de mudança para esta parte do mundo” – declarou.

<sup>293</sup> *O Globo*, 6 de outubro de 1984, editorial *Riscos Imaginários*.

<sup>294</sup> Idem, 26 de outubro de 1984, editorial *O primado dos valores morais*.



Este, firmado por Tancredo em discurso às lideranças empresariais de SP, determinava “a tônica da liberal-democracia moderna – posição ideológica e política que também reclama uma economia socialmente mais justa, propondo porém a sua viabilização fora dos excessos do intervencionismo e do paternalismo estatais”. Deveria ser uma posição que repelisse o “nacionalismo xenóbofo”, aceitando “sem preconceitos a participação de capital estrangeiro no desenvolvimento do País, com a única exigência de que se disponha a enfrentar aqui, em igualdade de condições, os riscos de investimento naturais de toda sociedade democrática”. Em nome da “modernização do capital nacional”, Tancredo Neves, com declarado apoio d’*O Globo*, defendia

“... a limitação da presença do Estado na economia, o corte substancial nas asas da regulamentação e da burocracia governamentais, o ponto final em tudo que no processo estatizante tem significado ineficiência executiva, gastos descontrolados ou que ultrapassem as disponibilidades financeiras existentes ou previsíveis, déficits de custeio e operacionais que geram dívida pública interna e inflação, procedimentos aéticos etc”.

Muito já foi dito nos capítulos anteriores que em termos teóricos permite confrontar determinada ideia de “democracia” que desponta da desestatização para lançar-nos na ideologia do “livre mercado”. Como breve contraponto vale acrescentar observação crucial de Mészáros, para quem o fracasso da modernização capitalista do antes chamado “Terceiro Mundo”, deveria conduzir a questionar-se um defeito estrutural de todo o sistema. O autor húngaro observa que, numa “hibridação” evidenciada também em países “avançados”, o Estado se envolve cada vez mais em assegurar a contínua viabilidade do modo de reprodução metabólica do capital. E isso ocorre apesar de todos os protestos em sentido contrário, de toda fantasia liberal de “fazer retroceder os limites do Estado”. Assim sendo, afirma ele, o sistema capitalista não sobreviveria nem uma semana sem o massivo respaldo que recebe do Estado (Mészáros: 2003; 24).

\*\*\*

No caso da *Folha* os meses de setembro e outubro foram ainda marcados por registros das manifestações em torno do pleito direto, como pode ser visto em *Diretas sempre* (10.09.1984), *Diretas sem trégua* (16.09.1984) e *Diretas, aspiração de todos* (28.09.1984). *De costas para Nação* (11.09.1984) criticava a omissão do presidente do Congresso, o senador Moacir Dalla, por servir a “tecnicidades mesquinhas” e não colocar a emenda Theodoro Mendes em votação, deixando de abrir espaço para

“expressão fiel da vontade popular”; ou seja, ainda as *Diretas Já*. Não bastasse o fato de a eleição indireta ser realizada *De costas para sociedade* (4.10.1984), a *Folha* se posiciona criticamente quanto aos rumos do processo sucessório *Por baixo do pano* (24.10.1984) ou num *Colégio às escuras* (25.10.1984). Estava em questão a decisão da mesa do Senado impondo votação secreta na escolha dos delegados das Assembleias Legislativas para compor o Colégio Eleitoral, o que abriria possibilidades de candidatos pedessistas disputarem com “métodos de aliciamento sem controle da opinião pública” e dos governadores dos Estados que se inclinavam em sua maioria para a candidatura de Tancredo.

A sequência de editoriais segue ao final de outubro com: *Emergência, arma de coação* (26.10.1984); *Escalada de intimidações* (27.10.1984); *Corrupção e impunidade* (28.10.1984); ou ainda *Por uma campanha mais séria* (30.10.1984). A *Folha*, ao contrário d’*O Globo* questiona algumas vezes a ausência de plataformas claras divulgadas pelos candidatos Tancredo Neves e Paulo Maluf – como em *Candidatos sem programa* (10.10.1984). O jornal paulista não concordava com a percepção, advogada pelo jornal *O Globo*, de que “a Nação deu abrigo ao Colégio Eleitoral”. Enquanto o segundo incorporava o discurso do suprapartidarismo contra a tese da infidelidade e em favor de fronteiras fluídas entre partidos (editorial *A República é de todos* – 23.10.1984), o primeiro contrariava a perspectiva de um *consenso* obtido através da candidatura Tancredo-Sarney.

“(…) A despeito da retórica democrática, o raciocínio do candidato pouco contribui para a participação política dos cidadãos. Julga adequado construir um programa pelo acréscimo de sugestões ouvidas em particular até que [este] fique pronto e irretocável, mas por esse processo cumulativo as especificidades tendem a se dissolver antes mesmo de vir a público; a cada novo segmento da sociedade deixando a sua contribuição ao edifício que laboriosa – e secretamente – se ergue, mais a generalidade e as fórmulas vazias articulam um *consenso de fachada*”.

(…) É compreensível que o candidato opositor esteja encontrando dificuldades na elaboração de um programa de governo. O amplo espectro ideológico dos que o apóiam – o qual vai de Armando Falcão a Giocondo Dias, de Antonio Carlos Magalhães a João Amazonas, passando por Olavo Setúbal e Celso Furtado – não propicia facilidades de convívio. O que não pode ser justificado, entretanto é que em nome de uma concessão democratizante da prática política que subtraíam ao povo brasileiro como um todo informações essenciais sobre o que se pretende num próximo governo. Sem isto as contribuições e críticas que é de seu direito fazer estarão por trás da tolerância das generalidades de conveniência, sujeitas a todas as manipulações que a dubiedade favorece.”

Naquele ano, o Sete de setembro tinha seu sentido discutido e atrelado à bandeira das *Diretas*: “Datas como a de hoje são sempre comemoradas no Brasil com o sentimento de que participa menos o entusiasmo patriótico e mais a impressão de que quase tudo ainda está por ser feito”. A perspectiva do momento histórico ainda haveria de ser preenchida por meio da participação “de todos nós”, direito subtraído lembrava o jornal. A *Folha* tratava em *Independência mais uma vez* (07.09.1984) da aprovação da emenda das diretas, cuja possibilidade era cada vez mais remota, como “questão de honra nacional” para um “povo reduzido à condição de minoridade política”. No que tange a questão econômica, o jornal expunha tom mais crítico ao falar do “projeto de Brasil Potência”, que precipitara a economia nos “abismos de uma dívida externa assustadora, maior mesmo que as obras que o desenvolvimentismo dos anos 50 e 70, num esforço fabuloso de dotar o país de uma infra-estrutura moderna patrocinou”. A *Folha* destaca que o crescimento notável do país, construído a uma velocidade que prenunciava previsões triunfais, tivera “como contrapartida enormes massas na miséria que sempre acompanhou nossa vida de país politicamente emancipado”. Diante do quadro de “desencanto”, de problemas como desemprego e dos “sintomas de revolta”, o jornal pregava a necessidade de se criar “nova versão do Brasil”, tendo em vista uma ordem diversificada de questões, supostamente, já equacionadas.

“O crescimento industrial, a modernização agrícola, a urbanização, a diversificação das exportações, a menor dependência quanto às fontes externas de matéria prima e a inserção de grande parte da população nos padrões de uma cultura de massa foram alcançadas e pertencem hoje menos à esfera dos programas a implementar do que dos dados a contar como definitivos.”

Vale atentar que o processo de modernização agrícola não planejada agravou o saldo histórico de problemas no campo<sup>295</sup> e fez acelerar as urbanizações desenfreadas. Já a inserção de boa parte da população nos padrões da cultura de massa não significou na mesma proporção, contudo, o acesso a simples direitos sociais e a bens públicos. Para o jornal, problemas como a dependência tecnológica e financeira exigiriam dali por diante a “participação do homem brasileiro” na redefinição do ato realizado pela primeira vez por D. Pedro I num longínquo Sete de setembro. Mas o aprofundamento de nossa independência,

---

<sup>295</sup> A data oficial de criação do Movimento dos Sem Terra foi em 20 de janeiro de 1984 por ocasião do I Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocorrido em Cascavel/PR.

certamente, ultrapassava os imperativos da *economia de mercado* que os donos da *Folha* demonstravam priorizar na bem sucedida administração da empresa jornalística.

Os militares na política – Dois editoriais demonstram no período analisado as preocupações e opiniões que interessava ao núcleo dirigente da *Folha* refletir em editorial: *Militares sem personalismo* (12.09.1984); *Os militares na transição* (30.09.1984). No primeiro, por ocasião do encontro recente (04.09.1984) do candidato da Aliança com o general Ernesto Geisel, destaca-se o tema tratado na ocasião: um novo padrão da relação entre civis e militares. Por meio de registro jornalístico do encontro, é possível saber que durante a conversa Tancredo Neves lembrara que o irmão mais velho de Ernesto Geisel, General Orlando Geisel (ex-ministro do Exército no governo Médici), evitara a cassação dos seus direitos políticos no passado. Por sua vez, o ex-presidente aconselhou Tancredo “a repelir a tentação de obter apoios isolados entre militares ou cortejar Generais: “Trate as Forças Armadas como instituição”” – teria afirmado (Dimenstein et. alii: 1985; 168). A *Folha*, considerando o prestígio e ascendência moral do ex-presidente, afirmava que o mesmo não detinha qualquer poder para viabilizar ou garantir uma candidatura política. Daí, retomando conjunturas passadas (1945-64), o jornal recorda a expressiva preponderância de alguns líderes militares sobre os destinos e posições do conjunto das Forças Armadas como um dos fatores que mais contribuíram para a fragilidade do sistema político no Brasil. O jornal destaca leis que contribuíram para despersonalizar o papel de militares na política brasileira. A disposição dos militares para manterem-se afastados das querelas político-partidárias convergia com as aspirações da sociedade civil e de lideranças políticas.

A Pesquisa *Folha*, realizada em seis capitais brasileiras, ratificou a opinião publicada em *Os militares na transição* quanto às aspirações da sociedade civil e a atuação política dos militares. Na comparação com *O Globo* ganha destaque a referência explícita às práticas repressivas durante o “longo período de eclipse do poder civil”. Na visão do jornal, o longo período pré-golpe em que setores da sociedade civil – especialmente a grande imprensa, vale acrescentar – demandavam a intervenção dos militares para que as coisas fossem feitas “na lei ou na marra” trouxera consigo o apreço pela forma democrática de governo.

O aspecto mais problemático da indistinção entre o governo militar e as Forças Armadas teria sido, além do cerceamento de direitos políticos e elementares dos

cidadãos, uma verdadeira “guerra secreta, com prisões, tortura e morte de adversários”. Distingue-se, contudo, a situação do Brasil com rupturas mais abruptas como a da Argentina, onde o julgamento dos responsáveis pela “guerra suja” estaria atuando como meio de consolidação do poder civil junto à opinião pública. “Aqui, não houve punidos pelas atrocidades cometidas, o que pode chocar do ponto de vista moral e penal, mas não do ponto de vista político”. A prática de “anistia recíproca” e a inexistência de “revanchismo” são tratados no âmbito do “sucesso político do processo de transição baseado na aceitação de uma espécie de acordo tácito entre oposições e poder militar”. Assim, estaria em curso um processo longo de acomodação da sociedade às normas e práticas da democracia, estas pressupondo a convivência civilizada entre opiniões e forças divergentes. A *Folha* expressa ainda o apoio e reconhecimento da sociedade às seguintes funções militares: defesa nacional; integração territorial; bem como defesa das comunidades carentes e isoladas por meio do preparo técnico característico das Forças Armadas.

Conjuntura internacional – Particularmente a da Argentina aparece novamente no balanço de um ano de governo em *Alfonsín, um ano após* (30.10.1984). Diante de problemas no campo político e financeiro (negociações com FMI, política de austeridade e consequentes problemas com sindicatos peronistas; a questão das Malvinas etc.), o jornal destaca a busca necessária pelo apoio de toda a sociedade, dando ênfase à amplitude do respaldo para além de um grupo restrito de aliados políticos. É nítida, portanto, a alusão à conjuntura brasileira.

Merece citação ainda a comparação feita em *Lá e cá*, onde compara-se a qualidade do debate sucessório nos EUA – entre Reagan e Mondale – e no Brasil, com prejuízo do segundo: “não terá passado despercebido aos que assistiram ao debate dos candidatos à presidência dos EUA, transmitido no domingo pela TV, o contraste entre a discussão política neste país e o tom que tem predominado na campanha política brasileira”. A crítica centra-se na ausência de propostas e troca de acusações ou provocações que seria a marca desta última.

Lideranças no Sistema representativo – A postura de lideranças políticas no processo sucessório continuava sendo tema de editoriais da *Folha*. Em *Montoro e a volta dos comícios* (6.09.1984), destaca-se a reabertura de perspectivas para aprovação das *Diretas Já* – via emenda Theodoro Mendes – já no início de setembro. “Para que a

retomada dessa pressão das ruas readquirira o vigor necessário faz-se mister que a apatia de certas lideranças – e, destacadamente, dos governadores de oposição – ceda lugar ao esforço concentrado visando a um mesmo objetivo”. Segundo o jornal paulista, o engajamento do governo Franco Montoro na eleição de Tancredo não deveria sobrepor-se ao combate pela “devolução à sociedade do direito ao autogoverno”. A *Folha* dizia expressar o desejo do “povo de São Paulo” em relação ao representante do poder executivo, que em passado recente havia correspondido aos sentimentos de seus eleitores: “[que] retorne à praça pública para unir sua voz à da esmagadora maioria dos cidadãos brasileiros”.

Num mesmo sentido, apontava o texto *As indiretas de Tancredo* (14.09.1984), onde o propósito representativo da relação entre eleitor e eleitos aparece enfraquecido pelo fato de os últimos não corresponderem aos anseios dos primeiros:

“Em Belo Horizonte, sem o apoio decidido do governo estadual, a sociedade civil e as forças oposicionistas que ainda rejeitam o Colégio Eleitoral realizaram nova manifestação popular pró-diretas já.

Em Goiânia, com o respaldo firme do governo e da máquina partidária do PMDB, ocorrerá o primeiro comício da campanha presidencial indireta, em defesa da candidatura Tancredo Neves no colégio eleitoral. Sintomaticamente, para esse lançamento, foi escolhida uma das raras unidades da Federação cujo governador tem obtido altos índices de popularidade em pesquisas de opinião.

Coincidência ou não, a simultaneidade desses dois atos públicos, de sinais contrários, reflete muito da atual cena política, em *que a ambivalência e a indecisão das lideranças faz contraponto com a perplexidade e descontentamento das massas populares*.

(...) O povo que, hoje, começa a comparecer em praça pública em Belo Horizonte não estará imbuído de nenhuma ilusão particular em torno de seus líderes ou de confiança exemplar em seus representantes. Manifestará ainda, uma vez, tão somente os anseios nacionais de mudança e repúdio generalizado ao que aí está.

O povo que hoje afluir às praças de Goiânia estará canalizando sua insatisfação, mesmo que o canal utilizado seja tortuoso. Menos do que optar ante o falso dilema - Colégio Eleitoral ou “impasse” –, a mobilização deverá ter como marca o sentimento de desesperança e um apoio desmotivado a um caminho, este sim, pouco promissor.

A presença popular no comício das indiretas não significa aceitação de regras ilegítimas. Revela, sim, a pressão coletiva por transformações inadiáveis, embora no horizonte acanhado, estreito e sufocante da sucessão indireta.” (grifos meus)

Liderança de destaque por conta da candidatura à presidência, o ex-governador mineiro volta a ser tema principal em editoriais do jornal paulista, que com *Tancredo entre sim e não* (23.09.1984) critica o aspecto conciliatório – bastante louvado pelo

concorrente carioca. A propósito de entrevista concedida ao jornalista da *Folha* Boris Casoy e publicada naquele mesmo dia, a conclusão exposta era a de que o candidato oposicionista eximia-se de tomar posições firmes e decididas: “Tantas foram as evasivas, tanto o candidato fez uso de um espírito moderador e conciliatório que pouco sobre de substantivo em seus pronunciamentos”. Indagado sobre a política econômica de seu governo, se tendendo para as ideias de um Olavo Setúbal ou para economistas de oposição, Tancredo manifestara a intenção de conciliar as duas vertentes. Será isso possível? – pergunta a *Folha*. Tancredo responde com um “Vamos ver”, denotando, na visão do jornal “um certo cálculo em se mostrar reticente” e contribuindo para “a imagem no político habilidoso” que Tancredo sabia ser. A postura favorável, porém pessoalmente pouco comprometida com a legalização de partidos clandestinos; o não uso da palavra *feminismo* por ser polêmica; o apoio ao voto de analfabetos apenas em eleições diretas municipais; a adoção do meio termo entre a Igreja tradicional e a Teologia da Libertação; a consideração a respeito da violência policial ser mais exceção que regra; enfim, a *Folha* questiona tais indefinições, evidenciando uma posição enfraquecida e de oscilação do candidato entre compromissos e correntes tão diversas quanto as que compunham a *Aliança Democrática*.

Diante de declaração do candidato da *Aliança*, que atribuía à *Folha* uma “tendência malufista”, o jornal dirige sua *Resposta a Tancredo* (16.10.1984), utilizando-se de argumentos que reforçam os alegados propósitos do *Projeto Folha* em face do processo sucessório. Ou seja, desempenhar uma função pública, sendo uma empresa privada; ser vista como instituição social e “cidadã”, orientada no sentido dos critérios de desempenho ditados pelo mercado: “... o candidato das oposições não demonstra familiaridade com o projeto e os objetivos de um jornal crítico e apartidário”. Ganha espaço, portanto, a função representativa do próprio veículo que, buscando fixar sua própria identidade, opõe as práticas de um ‘novo’ jornalismo às da “velha política”:

“Investidos pelos leitores de uma função de interesse público, não é nosso papel submetê-los a preferências e partidarismos de uma candidatura qualquer que seja, fugindo ao compromisso de informar sobre tudo e criticar tudo. Uma imprensa que participa de forma moderna e viva da convivência democrática, não pode esquivar-se ao pressuposto de manter a todo custo um apartidarismo que o calor dos debates políticos e a vaidade de obter páginas encomiásticas nos jornais querem ver derrotada.”

(...)Falta-lhe [a Tancredo] ainda compreender que publicações como esta **Folha** fazem um jornalismo efetivamente autônomo e crítico; que de nada adianta a velha política, sejam eles suasórios e sussurrantes sejam ameaçadores, para dobrar essas publicações;

que esse jornalismo estabelece compromissos públicos e abertos com leitores e só com eles; que os jornalistas que o praticam podem se simpatizar ou antipatizar com candidaturas; que não se veem no direito de trair o mandato de seus leitores para dirigir suas interpretações e enviesar os fatos neste ou naquele sentido”.

A mobilização por dentro da Igreja – A *Folha*, na pretensa condição de ‘andaime’ da construção de uma sociedade futura, dava ênfase à sociedade civil em geral. Numa concepção gramsciana, esta inclui também a Igreja como um dos já mencionados *aparelhos privados de hegemonia*. Na seleção de editoriais ao longo da pesquisa, duas manchetes se destacam (1) pelo sentido de conclamação e alerta nacional e (2) por se referirem a grupos do alto escalão da Igreja Católica no Brasil. A primeira foi publicada no mês de maio, portanto, após a rejeição da emenda. A conclamação de Dom Avelar Brandão Vilela (irmão do ex-senador Teotônio Vilela) foi expressa na manchete “DIRETAS OU GUERRA CIVIL, ALERTA CARDEAL (6.05.1984)”. A segunda, alguns meses depois, quando o quadro das candidaturas indiretas já se encontrava definido: BISPOS DEFENDEM DIRETAS E CONVOCAM JEJUM NACIONAL (1.09.1984).

A respeito de convocação dessa natureza, o jornal publicou no mês seguinte o editorial *Velhos ritos, novos temas* (12.10.1984), onde ressalta a presença da Igreja como “força social”, sobretudo nos países de “Terceiro Mundo”, considerando ser “forçoso reconhecer uma perda relativa de sua influência espiritual que foi muito maior no passado, tanto no aspecto doutrinário quanto ritualístico”. A *Folha* enxerga um descompasso entre o conteúdo da mensagem dos bispos<sup>296</sup> e a “anacrônica” forma de manifestação escolhida<sup>297</sup>. A receptividade parcial da proposta é então atribuída ao

---

<sup>296</sup> Em documento datado de 26.09.1984, a respeito de convocação para jejum penitencial programado para o dia 11 de outubro, a mensagem da CNBB é a seguinte: “A compreensão de nossa indignação radical diante de Deus revela que somos todos iguais e nos abre para a solidariedade recíproca. (...) O jejum nos prepara para a oração confiante. No meio de graves dificuldades pelas quais passa o povo brasileiro, queremos colocar toda nossa confiança em Deus. É ele quem nos ajudará a recuperar a dignidade nacional e que possibilitará a união de todos para além das injustiças e divisões”. Fonte (Acessado pela última vez em julho de 2010): Pronunciamentos da CNBB (coletânea 1984-1985) <http://www.catolicanet.com/pub/publicacoes/e6415e16a354945b6aa3c893df77a67c.pdf>, (p.18).

<sup>297</sup> Não apenas a imprensa que questiona a atuação política da Igreja, mas o inverso também ocorria em meados de 1984 através da *Carta aos Comunicadores*, da Equipe da Reflexão do Setor de Comunicação da CNBB (São Paulo: Paulinas, 3.06.1984). Um dos ecos da manifestação da instituição católica neste documento foi encontrado na Página 3 da *Folha*. A 9.de junho de 1984, perguntava-se: *Para a CNBB os meios de comunicação social manipulam a opinião pública e defendem exclusivamente as elites no poder. O senhor concorda com esta posição?* Responderam, sob perspectivas diferenciadas, Henry Maksoud (empresário e diretor Revista *Visão*), Ricardo Kotscho (repórter da *Folha* e dirigente sindical), Paulo E. de Souza Queiroz. (prof. Aposentado de Sociologia/ USP; ex-diretor do Instituto de Estudos Sociais da Associação Comercial de SP). Ver ANEXO 27.



trabalho de organização da Igreja junto às CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), especialmente localizadas em paróquias da periferia, onde “o amálgama entre fé e cidadania” estaria mais sedimentado. “Entre velhos símbolos e novos problemas, os brasileiros querem ser donos de seu próprio destino. Não há penitência que aplaque esta fome” – conclui o jornal. Recusava-se, portanto, o uso da moral cristã como base definidora da ação política. Fundamentada no *individualismo*, a ideologia liberal da *Folha de S. Paulo* não comportava a ideia de uma “indigência radical diante de Deus” nos termos propostos pela CNBB. Vale observar que a *grande imprensa*, em vista dos princípios *liberais* que a caracterizam, tenderia mais a colocar o ‘Deus mercado’ e sua *indivisible hand* como tributários dos esforços e ‘penitências’ da sociedade.

Ao final do ano, a instituição religiosa é de novo tema de um dos editoriais do jornal paulista, onde é ressaltada a *Nova ação da Igreja* (7.12.1984). Nos grifos em itálico, busco destacar a alegada intenção do Vaticano de enfatizar sua equidistância ideológica. Em referência ao regime militar-empresarial, convém ainda atentar para a valorização da oposição *Igreja x Estado* ou *sociedade civil x Estado*:

“(…) Segundo pronunciamento de Dom Ivo [Lorscheiter, presidente da CNBB], o trabalho da hierarquia eclesiástica deverá desfocar-se prioritariamente para outras frentes de ação. Entre elas a da formação de lideranças cristãs leigas; com isso, a CNBB pretende confiar à própria sociedade civil as tarefas correspondentes à construção de uma democracia participativa.

*A ênfase numa doutrina cristã amadurecida, equidistante da ideologia marxista e do individualismo (...) capitalista inscreve-se na orientação em que o Vaticano ora tem insistido, em especial nas admoestações a setores do clero latino-americano.*

Ao mesmo tempo, na opinião de vários membros da CNBB, o aparente desengajamento da Igreja propugnado pela entidade não significa necessariamente uma desativação de sua presença oficial como instituição, mas antes uma mudança de agentes e das formas de atuar. Na visão dos bispos, caberia agora em primeiro lugar, *a líderes civis, guiados pela doutrina da fé*, a condução dos *assuntos comunitários e dos movimentos sociais que durante o período autoritário buscaram a proteção do clero e dos símbolos religiosos contra as investidas do Estado.*

*Cessada a fase de maior tensão das relações da sociedade e o poder estatal, a Igreja brasileira tenta adaptar-se aos novos tempos da transição democrática. Isso não deve constituir surpresa, pois a permanência milenar da tradição eclesiástica advém sobremaneira da facilidade de atualização ante mudanças históricas”*

Condizente com seu posicionamento politicamente mais conservador do ponto de vista da mobilização social, a postura d’*O Globo* em relação às vertentes mais progressistas no âmbito da Igreja Católica é percebida em editoriais como *A falsa*

*libertação* (31.08.1984). Publicado logo após o Vaticano condenar os “desvios” da Libertação em agosto de 1984 –, a crítica impressa se sustentava sob o seguinte argumento: “A inconformação com a miséria e a injustiça não aponta obrigatoriamente para a violência como única saída.”<sup>298</sup> Em reportagem do jornal publicada no dia anterior, dava-se ênfase às palavras do então cardeal Joseph Ratzinger, desde 1981, prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé (Antigo Santo Ofício, responsável pela Inquisição): “A luta de classes é um mito que agrava as injustiças”<sup>299</sup>.

Retomava-se algumas críticas expostas anteriormente no editorial *Teologia predatória* (14.06.1983), por exemplo. Neste, com base em palavras do professor Tarcísio Padilha (integrado durante muitos anos ao Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra), destacava-se: “continua brotando com incrível desenvoltura uma certa teologia que faz da práxis o critério absoluto da verdade e funda no sentimento do povo a própria autenticidade da Revelação”. *O Globo* ainda menciona “um clima de ambiguidade teológica, dentro do qual o espaço que antes pertencia ao sagrado, à transcendência do destino humano, passa a ser ocupado por inteiro pelas preocupações de ordem social”. Afirma-se ainda que a teologia latino-americana “dissidente” em sua aplicação brasileira constituiria – o *Globo* reproduz as palavras de Padilha – “a maneira mais correta de promover a escravidão do País a um inconsistente socialismo moreno que mal encobre suas raízes marxistas, em tudo e por tudo inconciliável com a doutrina de Cristo”. Ainda conforme as palavras do professor, não haveria “artifício dialético capaz de transformar o amor a Deus e ao próximo em odiosa luta de classes”. Corroborando a visão exposta, *O Globo* conclui que o Cristianismo não deveria ficar à

---

<sup>298</sup> *O Globo*, 31 de agosto de 1984, editorial *A falsa libertação*.

<sup>299</sup> *O Globo*, 30 de agosto de 1984, *Vaticano condena desvios da Teologia da Libertação*, pp. 6 e 7. O ex-frade Leonardo Boff, brasileiro, um dos expoentes da Teologia da Libertação, teve voto de silêncio imposto por Ratzinger em 1985 devido às suas ‘posições políticas marxistas’. A *Folha*, por sua vez, publicou uma série de reportagens no caderno especial intitulado *A defesa da Teologia da Libertação* (31.08.1984), dando amplo espaço para Leonardo Boff, outros teólogos e integrantes da “Casa dos Redentoristas” (Frei Betto, Márcio dos Anjos, José Oscar Beozzo, Benedito Ferraro...). Naquele especial, o jornal trazia a íntegra do documento da Sagrada Congregação *Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação*. Segundo o repórter da *Folha*, Ricardo Kotscho, que assinou a reportagem de abertura, tal documento seria divulgado alguns dias depois, “mas, pela primeira vez, houve um vazamento com a publicação feita por “O Globo””. Após o ‘furo’, como se diz no jargão jornalístico, a *Folha* apresentava: “com exclusividade, a primeira resposta do “estado-maior” da Teologia da Libertação no Brasil ao documento que visava adverti-los – “para os “desvios e os perigos que os desvios possam causar”. *Folha* de S. Paulo, 31 de agosto de 1984. Caderno Especial *A defesa da Teologia da Libertação*. VER ANEXO 25.

mercê de “facções e tendências que dele se servem para confundir os espíritos, descaracterizando a Igreja como fonte genuína da vontade de Cristo”.

No contexto aqui enquadrado, durante o processo sucessório, a CNBB divulgou seu *Apelo cívico*<sup>300</sup> (25.10.1984) restrito às questões do Colégio Eleitoral, especialmente à condenação dos diversos casos de corrupção noticiados (subornos, “promessas interesseiras”, “pressões injustas e ameaçadoras sobre os participantes do Colégio Eleitoral” etc.). Como resposta, *O Globo* publicou *O apelo da Igreja* (28.10.1984), referindo-se ao “oportuno documento da CNBB sobre a sucessão presidencial”, cujo mérito seria o de refletir, com “extrema fidelidade, o consenso da sociedade brasileira nesta etapa decisiva do processo de abertura e do próprio destino político do país”. O jornal retoma a participação da Igreja no contexto do golpe: “A mesma Igreja que participou da mobilização popular de 1964, quando tudo indicava estar o País à mercê da esquerdização golpista, lança 20 anos depois uma mensagem de advertência e de alerta a propósito de certas manifestações (...) igualmente inassimiláveis”. Mais adiante, citando um trecho do *Apelo*, o jornal afirma: “Os reduzidos bolsões radicais do saudosismo e do inconformismo que se convençam de uma vez por todas de que “uma Nação que se pretender civilizada não pode aceitar golpes”. A aprovação d’*O Globo*, neste caso, foi total: “O documento da alta hierarquia católica atinge em cheio os seus objetivos. Não é a instituição religiosa, no caso, interferindo no processo político ou tomando partido, e sim procurando tornar-se um fator de elucidação cívica e ética a bem do interesse geral”.

Novembro 1984 / Janeiro 1985 – Na segunda semana de novembro, a decisão contrária o princípio da fidelidade partidária nas eleições indiretas contrariava os interesses da candidatura Maluf e daqueles que buscaram erguer uma barreira contra desagregação do PDS. A *Folha*, com *Fidelidade derrotada*, considerou auspicioso notar que o processo de democratização do Brasil possibilitou ao Judiciário tomar sua decisão “sem se curvar às pressões”, de forma que os membros do Tribunal Superior Eleitoral “puderam fazer uma independência em que certamente não confiavam os que foram bater às suas portas”.

---

<sup>300</sup> “A Nação quis e quer eleição direta (...). Não lhe tendo sido devolvido o direito de eleger o supremo chefe da Nação, deve-se agora respeitar intransigentemente as normas estabelecidas para eleição do presidente”. Fonte (Acessado pela última vez em julho de 2010): Pronunciamentos da CNBB (coletânea 1984-1985):<http://www.catolicanet.com/pub/publicacoes/e6415e16a354945b6aa3c893df77a67c.pdf>, (p.20).

No mesmo dia, 8.11.1984, *O Globo* publicou, na capa, o editorial *Decisão histórica*: “... por unanimidade dos juízes-membros, ela [a decisão do TSE] varre radicalmente todo o entulho de casuísmos (...) [contra] a manifestação livre da vontade dos 686 representantes investidos da altíssima responsabilidade de eleger o próximo Presidente da República”. Diante da decisão, portanto, não haveria dúvidas a alimentar quanto à vitória da chapa de candidatos da Aliança Democrática a 15 de janeiro – acreditava o jornal –, fenecendo “pretensões descabidas” como a do Governador Leonel Brizola: “conciliação” em torno da candidatura Tancredo Neves, mas para um mandato de apenas dois anos, o seu insistente madato-tampão. Ou seja, “a conciliação política de curto prazo ao custo da instabilidade política e institucional” – criticava *O Globo*, expressando opinião contrária à da *Folha*. O “pacto” de partidos da oposição em torno da *Aliança Democrática* constituiu novo ponto de divergência entre os jornais analisados, determinando opiniões destoantes na segunda parte do processo sucessório.

**Folha: expondo os empecilhos ao “pacto social” da Aliança**

*Críticas ao “pacto” – Sucessão sem política* (1.11); *Aliança sem comícios* (7.11); *Hipócrita PMDB* (25.11); *O pacto de Tancredo* (16.11); *Aliança surda* (20.11); *Tancredo e os militares* (27.11); *Conservadorismo de elites* (29.11); *Tancredo sem comícios* (13.12).

Reforçando sua crítica à ausência de programa de ambos os candidatos, o jornal aponta tendências “constituístas” no “espectro de alianças” da chapa Tancredo-Sarney:

“Apesar de a polarização das candidaturas estar atingindo nas últimas semanas um nível próximo do paroxismo é interessante notar que isso se deve muito pouco ao seu conteúdo ou às ideologias em disputa. A candidatura indireta de Tancredo Neves, tantos são os compromissos em que se envolveu, não corresponde por idéias ou programas definidos a uma real ruptura com o sistema político vigente. Há tantos “continuístas” em seu espectro de alianças – não podemos senão caracterizar assim o vice-presidente Aureliano Chaves, o senador José Sarney, o ex-Ministro Armando Falcão e o ex-governador Antonio Carlos Magalhães – como opositoristas de primeira e perseguidos pelo regime”<sup>301</sup>.

Com a notícia do pacto entre Tancredo e o ministro do Exército, o general Walter Pires, os compromissos assumidos pelo candidato com os militares são abordados pela *Folha* como sinal de que “a proposta de governo da Aliança Democrática se configura[va] como escassa em alterações substantivas na política e na economia brasileiras”. O jornal enfatiza a influência do respaldo militar no processo

---

<sup>301</sup> Folha de S. Paulo, 1º de novembro de 1984, editorial *Sucessão sem política*

sucessório, referindo-se à nota divulgada pelo Exército, por meio da qual este reiterava “um compromisso com a normalidade institucional várias vezes afirmado pelas Forças Armadas”. Em *Tancredo e os militares* destacava-se o encaminhamento do processo político pelas mãos do próprio PMDB tendendo a “um controle cada vez mais estreito e restritivo das pressões em favor de uma democratização mais profunda do país”. Nesse sentido, “a obstinada recusa às eleições diretas” tornara-se o principal ponto de convergência de interesses. O lado da continuidade do regime ameaçava “preponderar sobre as intenções democratizantes expressas pela maioria dos brasileiros”<sup>302</sup>. O jornal ia além, questionando o *Conservadorismo das elites* presente no “projeto governista de uma abertura progressiva e lenta, sem alteração no esquema hegemônico de poder” que acreditava-se ser muito mais identificado com a Aliança Democrática.

“Dizer que o Colégio Eleitoral” – opinava a *Folha* – “servirá desta vez para viabilizar uma proposta política de renovação é irrealista”. A oposição ao Colégio é expressa até o último momento, revelando as restrições à participação popular nas eleições: “o concurso das massas é tolerado apenas para que assintam com a cabeça às palavras de um candidato em que não votarão”. Destacava-se em editoriais a “dificuldade de atrair número considerável de participantes aos comícios”, o que seria indicativo da insatisfação dos “cidadãos aliados do processo de escolha do presidente e da discussão de suas diretrizes de governo”. Em oposição ao cenário retratado nos editoriais d’*O Globo*, o jornal paulista tratava de uma população que não se sente devidamente representada, de nada adiantando o candidato da *Aliança* buscar “respaldo em atos públicos de massa”: “Seria inútil tentar disfarçá-la [a opção fundamental pelo Colégio] com discursos acalorados em praça pública; pois a maioria da população não se mostra disposta a aplaudi-los”.

No mesmo período, a *Folha* dedicou alguns editoriais ao tema das relações trabalhistas em face do Estado, bem como do sindicalismo “livre e autônomo” no Brasil, “atividade inerente à economia de mercado”. *Por um sindicalismo livre* (5.11.1984) retoma a implantação pelo Estado varguista da “estrutura sindical corporativista”, associando a Legislação Sindical de 1939 com a *Carta del Lavoro* da Itália fascista. Ao descrever a “estrutura vertical e estatizada do tipo corporativo” como uma camisa de força, a *Folha* destaca os efeitos da subordinação sindical. Entre eles

---

<sup>302</sup> Idem, 27 de novembro de 1984, editorial *Tancredo e os militares*.

estão a corrupção e os privilégios garantidos às custas do imposto sindical compulsório; a descaracterização do princípio da representatividade associada ao baixo índice de sindicalização etc. “[Os sindicatos] Deveriam constituir uma livre associação no âmbito da sociedade civil, organizando-se com total autonomia em relação aos Estados e aos partidos políticos” – registra a *Folha*, identificando aquele que deveria ser o “pressuposto básico da metamorfose profunda e indispensável do sindicalismo”, “livre e autônomo”. São ressaltados os novos caminhos da representação classista que estavam atrelados à modernização do aparelho produtivo nacional, a qual determinara uma série de mudanças quantitativas e qualitativas no perfil da força de trabalho. Isso se fez notar em grande parte na própria redação daquele veículo, visto anteriormente. O jornal ainda ressalta a bifurcação entre CUT e Conclat e reforça que a “metamorfose” passaria pela “desvinculação completa das entidades de classe – empresariais e trabalhistas – do aparelho do Estado”, condição *sine qua non* para as almejadas “liberdade e autonomia”.

No decorrer do período analisado, em outros três editoriais aborda-se o tema à luz das questões sucessórias, expondo incoerências e contradições nas palavras e propostas do ex-governador mineiro: *Tancredo trabalhista* (10.11); *O pacto de Tancredo* (16.11); *Tancredo e os trabalhadores* (16.12). As “severas restrições ao capitalismo” em discurso a líderes trabalhistas contrastavam na visão valorizada pelo jornal com a proclamação dos “méritos do sistema capitalista” e com o “comprometimento de modo categórico com a defesa da livre empresa” dirigido dias antes pelo líder aliancista a cerca de dois mil empresários reunidos num almoço em sua homenagem no Rio de Janeiro. O contraste, evidenciado pela *Folha* no editorial do dia 10.11.1984, transmitia a “impressão de que o orador, conhecido por suas posições conservadoras, não resistiu à tentação de passar por trabalhista diante de trabalhistas”. O jornal ainda buscava explicações na herança política do candidato: “Admirador da personalidade de Vargas, a cujo governo pertenceu, terá recorrido a um dos artifícios do arsenal político getulista consistente na fórmula de fazer um discurso populista, porém um governo conservador”. Esta seria, segundo o jornal, “uma tentativa [de Tancredo] de atrair as lideranças da classe trabalhadora para assim poder fechar o círculo de apoio em torno de seu nome”. Os diferentes sentidos apontados nos discursos do ex-governador mineiro, para *Folha*, transpareciam a não sustentabilidade do “pacto social”:

“ [Tancredo] Acentuou que não pretende impor ou pedir novos sacrifícios econômicos aos trabalhadores, reclamando em troca “colaboração substancial em termos de assegurar um clima de compreensão e de convivência social” que permita maior tranquilidade no país.

(...) Em seu discurso, o candidato apontou as condições econômicas dos trabalhadores, declarando-a insustentável, o que demonstra *o irrealismo de sua pretensão de convencê-los a não iniciarem campanhas por melhores salários e a aceitarem a barganha proposta*. A pronta recuperação da economia, que vem ocorrendo desde o início deste ano propicia condições para as reivindicações trabalhistas. (...)

Em todo caso, vale ressaltar: ficou afirmado, em termos inequívocos, que sua preocupação principal no terreno econômico é com a inflação; e, pela primeira vez, formulou com clareza uma proposta de pacto social como forma concreta de combatê-la. Entretanto, seu sucesso nessa estratégia vai depender da adesão dos trabalhadores. *É difícil que logre êxito, porque aderindo ao pacto, seriam eles os que mais teriam a perder e menos a ganhar*” [grifos meus].

No dia 16.11.1984, voltava-se a afirmar que – a propósito do 1º Encontro Nacional de Confederações e Federações de Trabalhadores, que representava mais de 20 milhões de pessoas e lançava “ambicioso documento” com diversas reivindicações trabalhistas – a “factibilidade” do pacto de Tancredo estaria “seriamente comprometida”, sendo previstos “tempos turbulentos para o início de seu governo”. Exatamente um mês depois, em 16.12.1984, a *Folha* novamente questionava o “pacto social” da *Aliança*, mencionando “dificuldades de cooptação de lideranças operárias pelo Presidente a ser empossado” no março seguinte. Considerava-se com certo ceticismo a possibilidade concreta de uma ampla “conciliação interclassista” capaz de compatibilizar “crescimento econômico, combate à inflação e recuperação real de poder aquisitivo das camadas assalariadas”. Tudo isso por conta da reivindicação da Conclat por um assento para a entidade na comissão de assessoria do candidato aliancista, criada para elaboração do seu plano econômico de governo. O descrédito do jornal em relação à “pacificação trabalhista” – defendida, segundo a *Folha*, por “excesso de ilusão ou demagogia” – era alimentado pela dificuldade de serem definidos os porta-vozes de um movimento sindical dividido em diversas tendências. Estas, para além de “setores mais tradicionais e conservadores do sindicalismo”, incluíam duas novas “gerações de trabalhadores assalariados”, aglutinadas em torno da própria Conclat e da CUT.

*Uma alternativa às Diretas Já – Posse e diretas para presidente* (15.11); *Quem tem medo das diretas* (16.11); *Diretas depois da posse* (18.11); *Das diretas à Constituinte* (23.11); *Do referendun às diretas 85* (30.11); *Folha e os candidatos* (2.12).

É interessante notar que após propor *Posse e diretas para presidente* a *Folha* se empenha em demonstrar a sustentação da ‘tese’ defendida em manchetes publicadas nos dias seguintes: TANCREDO AFASTA AS DIRETAS APÓS A POSSE; MALUF DEIXA PARA 86 (16.11); BRIZOLA APÓIA POSSE COM DIRETAS (17.11); POPULAÇÃO APÓIA POSSE COM DIRETAS (18.11); PESQUISA FOLHA CONSTATA ENDOSSO DA POPULAÇÃO AO EDITORIAL (22.11). Note-se que o destaque dado à pesquisa de opinião pública em manchetes serve como legitimação popular à opinião publicada.

Em editorial publicado ao dia 15, o jornal, questionando o “processo antidemocrático” da escolha indireta de Tancredo Neves, abandonava a função referencial para adotar a apelativa. Dirige-se ao candidato aliancista: “Eleja-se presidente pelo povo e para o Brasil terá chegado a hora de ingressar decididamente no plano das nações em que há governo, há república, há democracia, e não a simples reverência às imaginações que tais palavras alimentam.”

No dia 16, o editorial identificava *Quem tem medo das diretas*. A *Folha* ratificara a proposta da véspera, “inspirada na data comemorativa da República”. O jornal paulista exibia ainda o respaldo obtido pela “autoridade do seu papel pioneiro entre os meios de comunicação na batalha pelas diretas já”. Assim, colocando-se em situação privilegiada à frente da “batalha” em curso, a *Folha* sugeria “que o sucessor do presidente Figueiredo ao ser eleito através de um órgão notoriamente ilegítimo – o Colégio Eleitoral” – praticasse “seu primeiro ato de grandeza recorrendo imediatamente à fonte democrática do poder que é o povo”. A convocação do pleito direto poderia consagrar e legitimar a investidura do presidente eleito indiretamente na função de primeiro mandatário.

Os exemplos vizinhos – Em *Democracia no Cone Sul* (27.11.1984) a *Folha* aborda o avanço da luta pela democracia no Uruguai, na Argentina, no Paraguai e no Chile. No caso do primeiro, é destacado “o enorme desejo dos cidadãos em participar dos destinos daquela república, o que se expressou com cerca de 90% de comparecimento às urnas” para eleger o Partido Colorado – agrupamento tradicional de centro-direita – por uma maioria relativa de 38%. Observa-se ainda que a “transição a um regime civil revelou-se mais rápida e mais permeável ao livre embate das forças sociais no Uruguai e na Argentina do que no Brasil”. Ao contrário, a ditadura paraguaia



de 30 anos e a chilena de 11 pareciam, segundo análise do veículo, “não ceder um milímetro ante os processos democratizantes das nações vizinhas”, revelando “complexos fenômenos políticos”, cujos regimes oscilavam de maneira ainda instável “entre os pólos da democracia e da ditadura”.

### ***O Globo em defesa do “pacto”***

Defesa do “pacto” – *Povo e Nação* (8.11); *Últimos fantasmas* (10.11); *Reinaugurar a República* (15.11); *O Brasil de Tancredo Neves* (16.11, CAPA); *Heresias contra a Nação* (17.11); *Confiança* (18.11, CAPA) e *Legitimidade indiscutível* (18.11); *Dignidade já* (19.11); *Mito e irresponsabilidade* (20.11); *Vínculo indissolúvel* (25.11); *Mobilização institucional* (28.11); *Transição , já* (29.11); *Comícios fora de hora* (12.12); *Constituinte a seu tempo* (13.12);

No editorial de 15 de novembro, *Reinaugurar a República*, numa referência ao aniversário da Proclamação da República, *O Globo* evoca o “conceito verdadeiro” de República e democracia. Opondo-se aos exemplos das Repúblicas Populares de governos comunistas e aos regimes democráticos “imatuross e inconsistentes” em que a República passa por desconfigurações, o jornal certificava: “os compromissos constitucionais com a permanência republicana continuam vivos”. E essa sobrevivência, atrelada ao passado das intervenções militares, seria “graças evidentemente à vocação irreconciliável da sociedade civil e do povo em geral para a opção política que os reformistas históricos prepararam ao custo da pregação e do sacrifício e [que] o Marechal Deodoro da Fonseca converteu em palavra de ordem” – defendia *O Globo*. Numa (re)construção histórica, conecta-se dois tempos distintos, desejando que a concretizavam de ideais perdidos no meio do caminho. Diante da “nova redemocratização brasileira ora em fase decisiva”, *O Globo* projetava o seguinte futuro desejado: “a nossa República retoma os caminhos de sua autenticidade e coloca-se diante de perspectivas potencialmente animadoras, quem sabe desta vez podendo alcançar certos objetivos jamais completados ou sempre adiados”. A reinauguração defendida, defendia o jornal, não deveria se restringir “a servir de ponte entre o último governo do regime revolucionário de 1964 [sic] e aquele destinado a retomar o fio interrompido da plenitude democrática”. Cumpria fortalecer o apoio “numa série de mudanças e de reforçados suportes”, a fim de ser obtido “o status da irreversibilidade” à pretendida reinauguração. Tal “status” dependeria mais do “espírito republicano”, um

“dado imaterial” e independente do corpo material das “estruturas formais” (eleições diretas, por exemplo).

“Por isto mesmo é que a opinião pública brasileira encara com horror e repúdio hipóteses de qualquer interrupção ou atraso no processo de transferência de poder. Veleidades casuísticas e golpistas que ainda animam uns poucos espíritos, felizmente isolados na sua paranóia, só podem ser entendidas na exclusiva acepção de constituírem uma atitude criminosa contra a democracia e contra a República em toda a sua extensão histórica.

Sabemos que a República não se assenta apenas em estruturas formais. Uma nova Constituição será obviamente indispensável, desde logo para promover o realinhamento democrático dos três Poderes. Mas além de sistemas sanguíneos, cerebrais e nervosos, o regime em regeneração terá que dotar-se de uma índole adequada, de uma mentalidade capaz de condicionar beneficentemente os procedimentos políticos, administrativos e éticos capazes da rotina republicana de cada dia”.

Ao dia 16 de novembro, o editorial *O Brasil de Tancredo*, apontava o sentido da reinauguração defendida no dia anterior, visto que a “causa republicana e democrática” estava plenamente garantida pelo candidato aliancista. A candidatura do ex-governador mineiro simbolizava um *continuum* “em nome dos imperativos de reordenamento do País – como regime, como Nação e como Estado, civilizado e progressista – e em honra daqueles que inauguram o nosso destino republicano há quase um século”. Eis novamente a conexão com o passado orientando o “horizonte das expectativas” d’*O Globo*. Dentre elas estava incluída a superação do autoritarismo, identificado com a “centralização do poder levada às últimas conseqüências”, com “o aniquilamento dos principais federativos, essenciais à administração racional e ao desenvolvimento equilibrado do País”. Aspectos daquela conciliação figuravam em determinada postura quanto ao chamado “Movimento de 1964”: “Ao longo dos vinte anos (...) os militares brasileiros comprovam a sua desambição política, respeitando o princípio republicano da temporariedade dos mandatos. Agora eles apóiam e avalizam o projeto de abertura, com o tranqüilo retorno do poder civil”. O jornal sustentava assim o pronunciamento feito por Tancredo no dia anterior, no qual o candidato acentuou as várias posições que situavam sua candidatura “na clave da conciliação, da moderação, da prudência, do anti-radicalismo, das preocupações dominantes com a unidade nacional e com o revigoramento dos símbolos e valores fundamentais da República”.

Dias antes, contrapondo-se à declaração do presidente Figueiredo, segundo a qual nem sempre os interesses do povo e da Nação coincidem entre si, *O Globo*

reforçava uma visão do ‘contrato’ representativo, afastada daquela expressa antes da votação da Emenda Dante de Oliveira, quando a incidência da pressão popular sobre o Legislativo foi reprovada. Definidas as candidaturas indiretas e a preferência do jornal por uma delas, dava-se nova ênfase à necessária correspondência entre a vontade do eleitor e a de seu representante no Colégio: “O verdadeiro regime democrático tem como pedra angular o princípio de que todo poder emana do povo. Aos poderes constituídos só cabe acompanhar *pari passu* a vontade e os desejos representados nesse mandato”<sup>303</sup>. Em *Mobilização Institucional*, as divergências são percebidas, por outro lado, como desvios de minorias isoladas sobrepostas institucionalmente: “As instituições da sociedade civil e do regime democrático do País vivem um grande momento no curso final do processo sucessório. Os erros e os desvios têm partido de responsabilidades isoladas, nunca das instituições como um todo”. Nesse sentido, destaca-se o comportamento da Justiça Eleitoral, das Forças Armadas, da Oposição, da Igreja, do empresariado, dos sindicatos trabalhistas. Denotava-se em cada movimento ou decisão dos setores mais influentes na vida da Nação a preocupação de não criar problemas que de algum modo perturbassem o “encaminhamento normal e pacífico da sucessão presidencial”. A “Nação” era ela própria reconhecida como a “instituição maior”, a qual estando “mobilizada por inteiro”, não abriria a guarda “para as ameaças de contrafação do grande reencontro democrático em vias de se consumir”.

Vale notar que, de acordo com Marcos Napolitano de Eugênio, a representação simbólica do “Povo” enquanto categoria política, disseminada pela imprensa e pelos organizadores da festa das *Diretas*, caracterizava a superação de uma decantada *apatia política*. O “Povo”, segundo o autor, aparece em discurso do “porta-voz da ala mais conservadora e conciliatória do movimento”, Tancredo Neves, como calcado à categoria da “Nação”, devendo submeter-se aos seus desígnios e interesses. Sendo portador não mais de direitos tão somente, mas de deveres, um deles seria o de não contribuir para a “desagregação nacional” (1995; pp. 208-210).

Em editoriais como *Confiança*, assinado pelo próprio Roberto Marinho, ou em outros, como *Autodestruição de um grande partido* (22.11.1984; CAPA) e *A inquisição do desespero* (24.11.1984), *O Globo* busca refletir o que seria em sua opinião um anseio popular: “O povo brasileiro confia no discernimento e nas reservas de espírito público

---

<sup>303</sup> O Globo, 8 de novembro de 1984, editorial *Povo e Nação*

do chefe da Nação” – afirmava o dono do jornal, dirigindo-se ao próprio Presidente Figueiredo para que este, correspondendo à confiança depositada em sua pessoa, buscasse conter ações pró-Maluf como aquelas em defesa da “fidelidade partidária” no Colégio ou das ameaças de expulsão de pedessistas caracterizadas como inquisitórias pelo jornal. “Homens públicos ilustres e respeitados com grandes serviços prestados ao País são postos agora no pelourinho” – reprovava *O Globo*.

Sucessão definida – Na visão refletida pelo jornal carioca, o jogo já estava definido, não valendo significativas mudanças. *Senso de responsabilidade* (2.12.1984) e *A reta final* (7.12.1984) – o primeiro publicado na capa e assinado pelo dono do jornal – estavam destinados a demonstrar como as peças do processo se encaixavam “harmoniosamente”. Naquela reta final, estariam encerradas “de uma vez por todas as suspeitas de maquinações com apoio oficial” e “as fórmulas oblíquas e extravagantes tipo mandato-tampão, referendo, eleição dupla e outras ingênuas ou maliciosamente preocupadas com a “legitimação” do futuro Presidente da República”. A “volta aos quartéis” era encarada não “como uma capitulação, mas porque os militares esgotaram o seu papel na missão excepcional iniciada há 20 anos” e precisavam dedicar-se integralmente dali por diante “à tarefa que lhes é específica: a defesa nacional, como parte da segurança nacional (esta um dever de toda a comunidade brasileira)”. Demandando da “classe política” o devido “senso de responsabilidade” para atender às “indeclináveis necessidades de ordem material e moral” do povo brasileiro, Roberto Marinho garantia a pouco mais de um mês da eleição indireta: “Está escolhido o futuro Presidente da República pela maioria incontestável do povo brasileiro, cujo pronunciamento se antecipou ao do Colégio Eleitoral”.

Os exemplos vizinhos – Ao olhar para países fronteiriços, algumas comparações foram feitas, rendendo supostos méritos para a realidade brasileira. *O Globo* escolheu o seu, estabelecido em *Democracia uruguaia* (25.11.1984): “O Uruguai faz as diretas e a Constituinte enquanto mantém 500 presos políticos e cinco mil cidadãos cassados”. Os parâmetros de comparação eram direcionados a favorecer o caso brasileiro: “No Brasil, um Aldunate encarcerado, um [general Líber] Seregni cassado e sem poder concorrer às eleições, as cadeias políticas funcionando, quem poderia admitir?” – questionava *O Globo*. Em 27.11.1984 o jornal publicou entrevista com o recém-eleito Julio Sanguinetti, dando ênfase na capa à seguinte declaração: “A América Latina precisa da vitória de Tancredo”. Na

chamada *O Globo* informava: “Segundo Sanguinetti, Tancredo no Brasil, Alfonsín na Argentina e ele no Uruguai podem constituir “a base de uma nova relação na Costa Atlântica, possibilitando um processo realmente profundo de integração latino-americana”. O editorial publicado naquele dia, *Esquerdas fora*, indicava ao menos uma condição sob a qual ocorreria o “reordenamento institucional e a pacificação política de toda a América Latina”: as esquerdas, lá e cá, deveriam ser mantidas fora do processo de transição.

“(…) Advogado e jornalista, expressão do segmento mais liberal e independente do Partido Colorado, Julio Sanguinetti prometeu na campanha eleitoral empenhar-se por uma “transição em paz”, na base do “entendimento nacional”. Os blancos e os opositores da Frente Ampla, com muitos partidários ainda na cadeia ou cassados nos seus direitos políticos, correspondiam a outro projeto de retomada democrática do país, um projeto que provavelmente tenderia a prolongar o impasse institucional e provocar reações de dimensão imprevisível por parte dos setores vinculados ao sistema militar em retirada.

Situado no mapa comum da crise que envolve a Argentina, o Brasil e outros parceiros latino-americanos, o Uruguai verga ao peso de uma dívida externa de 5 bilhões de dólares, enfrenta uma taxa de desemprego de 16 por cento e não dispõe de qualquer legado da ditadura de 11 anos que signifique uma porta de reencontro com a reativação econômica do país. (...)

(...) Os governantes políticos e analistas brasileiros por sua vez hão de retirar do exemplo uruguaio lições que sirvam para afugentar dos horizontes da transição as últimas sombras e incerteza e os últimos temores anacrônicos”.

Questões econômicas – A necessidade de redefinir as diretrizes econômicas do próximo governo ganhou bastante destaque nos últimos editoriais do ano de 1984. Os dois jornais analisados convergiam especialmente ao defenderem o processo de “desestatização das modernas economias capitalistas”, a “preservação da economia de mercado”, o “fortalecimento da empresa privada nacional” e de uma “estrutura privatista plenamente mobilizada e consciente”.

A *Presença do Estado na economia* (14.11.1984), para a *Folha*, pressupunha um papel estratégico do Estado tanto nos países de “economia planejada” quanto nas “economias de mercado”. Contudo, segundo “paradigmas tradicionais da participação do Estado”, a presença deveria ser limitada: “aos setores onde a iniciativa privada não possa ou não deseja atuar, mas empenhando função de guardião das instituições e de agente econômico complementar ao setor privado”. Numa breve retrospectiva do caso brasileiro, em que a “intervenção estatal vem de longa data”, o jornal citou desde a Convenção de Taubaté e a criação da Companhia Siderúrgica Nacional no primeiro governo de Getúlio Vargas até a participação preponderante do Estado como elemento

fundamental na economia brasileira nos governos militares pós-64. No mesmo editorial são mencionados alguns desafios a serem equacionados: “recuperação das atividades clássicas do Estado, que hoje vem perdendo espaço para o Estado empresário”; “maiores atenções a intervenção oficial nas áreas de educação, saneamento e saúde pública e outras atividades ligadas ao bem-estar social; “aumentar a produtividade do setor público dificultada pela ausência dos incentivos pecuniários que a iniciativa privada pode propiciar”. Tudo isso no sentido de “uma relação mais equilibrada entre o Estado e a economia de mercado”. Diante de tal abordagem creio ser possível inferir que a perspectiva dos jornais analisados desconsidera por completo o caráter de classe do Estado brasileiro, o qual é tratado como *terceiro elemento* na relação entre classes. Como já observei em outro ponto deste trabalho, esta concepção coloca a questão do poder político fora da questão da luta de classes, ratificando “a argumentação presente no pensamento político burguês, sobretudo em sua vertente liberal.”<sup>304</sup>

*O Globo*, por sua vez, incorpora uma tendência ainda mais drástica (ou nítida) de desestatização – vide o rumo apontado já no título de *Desestatização sem conflito* (26.12.1984) – e aliança com o capital estrangeiro, considerando “imperioso colocar o Estado nas funções e nos limites que realmente lhe cabem”, de forma que a privatização passasse “ao nível de regra geral”, enquanto a estatização deveria “cair para a excepcionalidade”. A mudança prevista estava diretamente associada ao processo de redemocratização: “jamais alcançaremos a plenitude democrática sem estender os efeitos e os benefícios da abertura política à economia” – defende *O Globo* em *Aliança para reconstrução* (7.11.1984). No rumo de *Uma nova política industrial* (1.12.1984), a redução significativa da interferência estatal na vida das empresas e no domínio privado em geral, bem como o fim do intervencionismo direto do poder público na economia são destacados como condições para que a indústria brasileira obtivesse “fortalecimento e expansão” que até então lhe haviam sido negados.

Em face de tais argumentos, é importante considerar que num contexto de reestruturação do capitalismo mundial, os ajustes nas economias latino-americanas defendidos pelos EUA, FMI e Banco Mundial se deram sob uma reestruturação político-ideológica, visando atribuir aos próprios Estados dos países latino-americanos a responsabilidade pela crise que os atingira. A excessiva intervenção do Estado na

---

<sup>304</sup> Ver: NEDER, Gizlene. “Modernização conservadora” ou “via prussiana”? – mimetismo e imaginação sociológica no Brasil. Em: Cadernos do ICHF; vol. 57; julho de 1993. 39p.

economia tornou-se alvo de críticas, sendo caracterizada pela existência de muitas empresas estatais, protecionismos, subsídios e regulamentos; criticava-se ainda o “populismo macroeconômico”, diagnosticado pela incapacidade de os governos controlarem o déficit público (Santos: 2007; 97).

É possível afirmar que as concepções destoantes acerca do processo sucessório influenciavam a abordagem econômica dos jornais analisados. A *Folha*, por exemplo, valorizava os impasses gerados internamente entre os defensores do efetivo rompimento com o FMI e os adeptos da continuidade da política econômica desenvolvida pelo governo Figueiredo. A poucos dias da eleição indireta<sup>305</sup>, o jornal enfatizou tais impasses econômicos que fariam a grande aliança PFL-PMDB pró-Tancredo se desfazer, tão logo a expectativa da vitória se concretizasse no Colégio Eleitoral e o presidente eleito tivesse que decidir entre políticas econômicas conservadoras ou progressistas. Meses antes o jornal destacara a importância do “respaldo político da Nação” para negociação de um novo programa de ajustamento econômico, demarcando a “ilegitimidade política” do processo de escolha daqueles que se dispunham a cumprir promessas e acordos firmados com o FMI<sup>306</sup>. Em relação ao seu concorrente carioca, o discurso da *Folha* é mais crítica ao destacar a distribuição desigual dos encargos decorrentes de uma “rigorosa” terapia (grifos meus):

“A orientação tradicionalmente ortodoxa imposta pelo FMI produz, com extraordinária eficiência, grandes excedentes de divisas, a exemplo de países como o Brasil e México, que se submeteram a essa terapia. Criam-se condições para o serviço e a amortização das dívidas acumuladas frente aos bancos internacionais. Não, porém, sem altos custos internos, geralmente suportados pela população assalariada de mais baixa renda.”<sup>307</sup>.

A *Folha*, diante dos efeitos da crise sobre a indústria nacional, também reconhecia *O preço da dívida externa* (2.01.1985): “Não cabe aqui analisar as causas das flutuações dos juros” – afirma o jornal para em seguida apontar que os juros “altos são compatíveis com as metas da política norte-americana, que consegue assim drenar recurso do resto do mundo para financiar o [seu] enorme déficit orçamentário (...) bem como o crescente déficit em conta corrente da balança de pagamentos”.

Em favor da candidatura de Tancredo, *O Globo* dedicava-se, ao contrário, a valorizar alianças firmadas com o empresariado ou o elenco de definições da Comissão

---

<sup>305</sup> Folha de S. Paulo, 10 de janeiro de 1985, editorial *Tancredo terá que decidir*, p.2

<sup>306</sup> Idem. 31 de julho de 1984, editorial *A sucessão e o FMI*, p.2.

<sup>307</sup> Idem, 14 de dezembro de 1984, editorial *FMI sem trégua*, p.2.

para o Plano de Governo, “sem temores indevidos, sem expectativas ilusórias”. Rumo a um “modelo de capitalismo democrático, universalista, socialmente justo e humanizado”, as divergências precisavam ser afastadas: “Os radicais não terão lugar em tal projeto, e foi precisamente o espírito de conciliação e tolerância ao lado da experiência e competência do ex-Governador de Minas (...) uma das razões decisivas do apoio do empresariado à sua candidatura”<sup>308</sup> – afirmara o jornal a propósito de uma homenagem de mais de 1.500 empresários a Tancredo no Rio. Quando da instalação da referida Comissão uma próspera sequência estava prevista: “A retomada do crescimento econômico, com a criação de novos empregos, deverá implicar a recuperação do poder de compra dos assalariados, fortalecendo o mercado interno”. Ao que se acrescentava: “a reversão do processo inflacionário terá de ser conquistada pelo saneamento das finanças públicas e o equilíbrio das contas externas”<sup>309</sup>. Citando palavras do futuro presidente, *O Globo* seguia aprovando suas diretrizes econômicas: “A renegociação da dívida pública orientar-se-á pelo respeito às normas “reguladoras das operações financeiras internacionais”, deixando de lado os procedimentos emocionais...”. Fazendo uso das palavras de Tancredo, o jornal opunha-se aos “resquícios de xenofobia” ao capital estrangeiro. Este deveria, ao contrário, ser considerado “como complemento à iniciativa privada nacional” nos financiamentos de projetos e investimentos que contribuíssem para “a oferta de empregos, o acesso às inovações tecnológicas e o aumento da renda” – conforme palavras do candidato claramente endossadas no editorial. “O velho preconceito contra a remessa de lucros” era colocado em sentido oposto à reativação da economia, a qual, uma vez reconquistada, possibilitaria a “criação de riquezas, de empregos, de bem-estar social e de estabilidade política.”<sup>310</sup> Parece haver convergência, portanto, com a concepção de um capitalismo dependente-associado e de suas potencialidades antes definidas.

Não é demais lembrar que, a partir de 1973, os empréstimos com taxas de juros fixas chegaram ao fim, junto com outras determinações estabelecidas em Bretton Woods. Assim, 70% dos empréstimos feitos pelos países latino-americanos foram tomados com taxas de juros flutuantes. As taxas, que eram bastante reduzidas até 1978, ao sofrerem qualquer alteração sofreriam a elevação brutal nos custos do financiamento

---

<sup>308</sup> *O Globo*, 7 de novembro de 1984, editorial *Aliança para reconstrução*.

<sup>309</sup> *O Globo*, 12 de dezembro de 1984, editorial *O primeiro passo*.

<sup>310</sup> *Idem*. 14 de novembro de 1984, editorial *Dívida e investimento*.



e no serviço da dívida acumulada. Nos anos seguintes, os países latino-americanos endividados se tornaram reféns dos rearranjos da política monetária e financeira dos EUA. A partir de outubro de 1979, o *Federal Reserve* (Banco Central dos EUA), deu início à Política Dólar Forte, que durou até 1985. Além de permitir aos EUA atraírem excedentes financeiros da Europa e do Japão, que passaram a financiar os déficits norte-americanos, levou também à explosão das dívidas dos países devedores latino-americanos, que, de receptores de recursos financeiros externos, se transformaram em remetentes de recursos para o exterior, particularmente para os EUA, a uma taxa de juros exorbitante (Santos: 2007; 91)

A *Folha*, afastando-se do clima mais otimista que marcava os editoriais d'*O Globo*, imprimia algumas preocupações com *O orçamento da transição* (15.12.1984), as metas austeras do Conselho Monetário Nacional e o reflexo destas sobre o crescimento da economia, comprometido pela dosagem da austeridade: “Cortar despesas do governo equivale à contenção das importações, e destinar o excedente para atenuar o endividamento interno corresponde a usar o superávit comercial para enfrentar os compromissos do endividamento externo” – afirmava a *Folha*, denotando incongruências da sequência avalizada pelo *O Globo*, como visto acima. Cerca de um mês depois, o jornal paulista já considerava como seria a *Renegociação com Tancredo* (13.01.1985): “Não há como evitar, sob risco de deterioração das relações econômicas e sociais internas, a realocação do problema do endividamento em termos mais justos” – considerava a *Folha*, tendo em vista a “enorme sangria de recursos” destinados ao pagamento de juros – US\$ 12 bilhões ao ano. Em favor de um “desenvolvimento auto-sustentável” posicionara-se contra a maior compressão dos salários, que prejudicaria a recuperação do mercado interno. Este deveria ser reativado urgentemente por meio de um “programa de obras públicas”, cujo objetivo seria criar grande número de empregos nas periferias dos centros urbanos. Primeiro, no entanto, seria necessário que o novo governo afrouxasse ao menos a “camisa de força” dos orçamentos e da programação das autoridades monetárias, já que estas impeliam o governo a comprimir suas despesas (salários, custeio e investimentos) e elevar carga tributária<sup>311</sup>.

Com seus breves *Apontamentos sobre a dívida externa na América Latina*, Carlos Eduardo Martins observou que o exercício de uma liderança contra-hegemônica

---

<sup>311</sup> Folha de S. Paulo, 15 de janeiro de 1985, editorial *Exportação e mercado interno*

nos países dependentes seria fundamental para alcançar um grau de desvalorização e redução da dívida. Em sentido oposto, o autor afirma que a debilidade das lideranças nacionais e regionais e o seu alinhamento aos interesses do grande capital internacional minimizam a desvalorização e transferem o ônus da insustentabilidade da dívida aos países da região, promovendo a desnacionalização e o aprofundamento da superexploração do trabalho (Martins: 2008; 60).<sup>312</sup>

*Opiniões publicadas a caminho da “Nova República”*

Questão partidária - *O futuro do PDS* (15.12.1984); *PDS à deriva* (19.12.1984) *Aliança, vago futuro* (28.12.1984); *Caminhos da esquerda* (13.01.1984). Estes são alguns dos editoriais que a *Folha* dedicou à abordagem do cenário político-partidário nos últimos dias de 1984. Foram abordados diferentes aspectos e prováveis rumos após o “esfacelamento” do partido governista. Entre eles, a ideia de que a tentava-se “viver a comédia do triunfalismo”, uma “espécie de reino da ficção” em contraposição aos “efeitos devastadores da dissidência” interna. Crítica ao processo sucessório aliancista, a *Folha* refere-se ao “blefe permanente da vitória”, observando que o “braço parlamentar do regime” pesava pouco nas decisões de relevo nacional. Em vista do “patrimônio” dos quatro mil diretórios municipais do partido, “sesmaria a ser retalhada pelos seguimentos em luta”, o jornal alerta para o “vício do caciquismo político” e a importância de alterações na legislação partidária. *O futuro do PDS* deveria ser o de representar “um conservadorismo moderno e arejado, capaz de travar um diálogo fértil e consequente no debate político” que se anunciava.

Como num saldo de todo o processo eleitoral, o jornal expunha o caráter conservador da vitória tancredista: “... passa despercebido que um programa nítido de hegemonia conservadora articulou-se dentro da Aliança Democrática; a transição não assume, à primeira vista, (...) sua marca de nascença, o fato de ser uma solução entre elites, refreadora da participação dos cidadãos”. Em relação à Campanha pelas *Diretas*, afirma-se que o “impulso popular pela democracia e por mudanças reais na sociedade” havia sido “repentinamente domesticado, asfixiado num pacto em que o lado conservador prepondera[va], com facilidade insuspeita”.

---

<sup>312</sup> MARTINS, Carlos Eduardo. Apontamentos sobre a dívida externa na América Latina. Revista Comum- Rio de Janeiro, v.13, janeiro/junho 2008 (pp.59-65).

Fonte: <http://www.facha.edu.br/publicacoes/comum/comum30/Artigo3.pdf>

A fim de identificar atos e argumentos favoráveis à *Aliança*, utiliza-se a expressão “otimismo conservador” que serviria para caracterizar a postura assumida pelo jornal *O Globo* no mesmo período. Pairava, contudo, a ameaça não só de um desempenho econômico aquém das expectativas, como de um crescente padrão de exigências sociais – vide “a experiência reivindicatória vivida durante o processo de abertura” – que poderia não se deixar controlar com facilidade desejada<sup>313</sup>.

Quanto aos *Caminhos da Esquerda*, a *Folha* destacou o *hibridismo* do chamado “bloco parlamentar progressista”, formado para além de fronteiras partidárias, por peemedebistas e por opositores da nova administração. As forças de esquerda no Brasil – acreditava o jornal – “mostram-se divididas e hesitantes”. Na visão impressa, isso refletia “o caráter híbrido da própria situação brasileira, que conjuga extremas desigualdades sociais com a circunstância de estar entre as dez maiores potências econômicas do mundo capitalista”. Nosso “hibridismo”- destacado por mim em itálico – era menos uma especificidade brasileira e mais o traço da lógica dependente de nossa inserção no sistema internacional capitalista.

A mensagem d’*O Globo*, publicada na capa do jornal no histórico do dia 15.01.1985, reproduz a mesma percepção de um descompasso incompreensível, mas justificado pelo nosso “índice [nacional] do desperdício capaz de anular a força de trabalho e produção que conseguiu acumular”. A motivação para o “empobrecimento generalizado” repousaria, nestes termos, sobre inabilidades e insuficiências nacionais.

“Não se compreende que um País que atingiu a capacidade de produção da oitava renda do mundo esteja sofrendo um processo de empobrecimento generalizado. Evidentemente os fatores disponíveis devem estar sendo utilizados de uma forma descoordenada redundando em multiplicação de investimento, aumento de custos e improdutividade”<sup>314</sup>.

A *Folha* observara que, em face dos dois pólos da realidade nacional, haveria espaço tanto para um “neopopulismo como para uma social-democracia moderna, tanto para uma esquerda cooptada pelo Estado como para movimentos de mais potencial explosivo.” A ideia de “cooptação” reflete a valorização da relação *sociedade x Estado* presente na *grande imprensa* em geral. Além disso, parece reforçar, equivocadamente, a

---

<sup>313</sup> Folha de S. Paulo, 28 de dezembro de 1984, editorial *Aliança, vago futuro*, p.2

<sup>314</sup> O Globo, 15 de janeiro de 1985, editorial *O signo da confiança*, capa.

concepção do Estado como o terceiro elemento na relação *capital-trabalho*. Assume-se ao final uma postura pessimista em relação às possibilidades de ação dos grupos de esquerda: “não só Aliança Democrática perde-se em seus múltiplos programas conflitantes (...) também a esquerda, mesmo num eventual crescimento que venha a obter, ao que tudo indica, [será] mais conduzida pelos fatos do que capaz de interferir de forma unívoca sobre eles enquanto força social de relevo”.

Em *A montagem do PFL* (23.12.1984), editorial d’*O Globo*, encontra-se nitidamente expresso, sob argumentos saneadores da prática político-partidária, o desejo de restringir a participação de grupos à época minoritários do ponto de vista da representatividade parlamentar, mas não em relação à expressiva base popular que os caracterizava.

“Ora, os partidos num regime genuinamente democrático devem ser expressões exclusivas da sociedade aberta e plural e não emanações do Estado. (...)”

No atual sistema, o PDT de Brizola, o PT de Lula e o PTB de variados autores *nada fizeram de edificante, notabilizando-se pelo contrário por exibições de mixórdia ideológica, fragmentarismo, fisiologismo, radicalismo irracional etc.* Muito melhor, entretanto, é que esses agrupamentos minoritários procurem meios de atuação autônoma do que preferirem se incrustar nos grandes partidos, onde a *sua vocação ativista tende a exercer influência superior àquela compatível com a sua expressão numérica e representativa*. Nesse sentido, afigura-se providencial para Tancredo Neves não ter recebido o apoio de Lula, livrando-se assim o seu Governo de uma presença ao mesmo tempo altamente reivindicante e obsessivamente desajustada”.

Outras campanhas – Duas campanhas jornalísticas estiveram em curso nos últimos dias em que o país esteve sob um governo militar. *O Globo*, a exemplo de demais veículos da *grande imprensa*, engajou-se firmemente na campanha em favor da candidatura Tancredo-Sarney . O auge dessa campanha impressa – previamente vitoriosa – se deu no dia 14.01.1984, véspera da votação no Colégio, com a publicação de um caderno especial intitulado: *Tancredo Neves – Um liberal na presidência*.<sup>315</sup> Na CAPA, a simbólica imagem de Tancredo junto ao memorial JK, em Brasília. Entre mensagens de apoio dos governos de diversas unidades estaduais e de algumas empresas nacionais, as reportagens do caderno apresentavam os postulantes à presidência e vice-presidência. Breves frases destacadas resumiam os perfis políticos e pessoais de cada um:

---

<sup>315</sup> Ver ANEXOS 20 e 21. O especial foi dividido em várias partes: *O homem, O político, A Aliança, A biografia, A história do partido, A formação, A família, O administrador, A candidatura*

Tancredo Neves: “A estirpe liberal dos Neves começou a ser construída na Monarquia, com as pregações pela proclamação da República”; “As amigas garantem que era um moço insinuante sem ser bonito e que nenhuma escapava de seus galanteios”; “Raramente demite alguém. Prefere deixar o tempo passar para que as coisas aconteçam com naturalidade, sem alarde”; “Na família, Risoleta governa absoluta. E pergunta: “Diga-me qual é a casa que a mulher não comanda”; “Só não se tornou oficial da Marinha porque a Maria-fumaça que o levou ao Rio chegou atrasada e ele perdeu a inscrição”;

José Sarney: “Ao contrário de Tancredo, Sarney não tem medo de gato preto, mas acha que “dá um azar danado” ter animal empalhado em casa”; “Já vinculado ao Movimento de 1964, é reconhecido por ter feito o governo mais produtivo da história do Maranhão”; “Hábitos estranhos para um jovem estudante: era sisudo, circunspecto, não ia a festas e estava sempre cedo em casa”; “Durante o Estado novo, o interventor chega ao teatro e Sarney puxa o coro: Abaixo a ditadura! É preso imediatamente”<sup>316</sup>;

A *Folha*, por sua vez, lançara desde o mês anterior (16.12.1984) outra campanha cujo desfecho viria apenas em 1988. Tratava-se da mobilização em favor da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte “livre e soberana”, proposta reforçada através de reportagens e em vários editoriais ao final de 1984 e início de 1985: *Constituição 85* (17.12.1984), *Diretas/ Constituinte 85* (20.12.1984); *Constituinte/ 4 vícios* (30.12.1984), *Constituição de todos* (06.01.1985) e *Campanha pela Constituinte* (11.01.1985). O jornal enfatizara a representação desigual dos estados na Câmara, alertando para que tal “distorção” não se repetisse na Constituinte; defendia que candidatos sem partido pudessem disputar a vaga na Constituinte, sendo necessário um número mínimo de assinaturas em favor dos mesmos; afirmava que aqueles contrários à

---

<sup>316</sup> Em *As origens do jornal O Estado do Maranhão*, Francisco G. da Conceição e Ramon B. Costa analisam o histórico do fortalecimento político-econômico do grupo Sarney amparado pelo multimidiático Sistema Mirante de Comunicações ao qual o jornal *O Estado do Maranhão* (OEM) está diretamente ligado. José Sarney chegou ao governo do estado em 1966 e dois anos depois adquiriu parte das ações do *Jornal do Dia* (futuro OEM) até, posteriormente, tornar-se o único proprietário. Segundo os autores, a aquisição do jornal foi motivada por interesses políticos, como reconheceu José Sarney: “Eu criei o jornal porque eu tinha que ter um instrumento político (...). O jornal não era de empresário, não era um negócio que nós estávamos precisando, era uma inspeção do processo político” (Brasília, 18.12. 2002). O golpe de 64 é apontado como um dos principais elementos que influenciaram na eleição do “pai” do OEM para o governo estadual, visto que a repressão advinda do recém chegado regime às lideranças de esquerda possibilitara a José Sarney assumir uma posição mais centrista e se consolidar como a liderança em favor de um “Maranhão Novo”. O ex-udenista se elegeu com o apoio de setores populares, de políticos civis e dos militares, “selando o início de uma longa relação que conferiria grandes ganhos ao político maranhense, especialmente na expansão do seu Sistema de Comunicações”. Com um discurso de “modernização” e desenvolvimentista, o patriarca da família Sarney foi gradualmente implantando sua estrutura monopólica de comunicação e consolidando a oligarquia no estado. Os grandes investimentos no jornal OEM, com o intuito de torná-lo o maior diário do estado e firmá-lo como empresa, surgiram um ano antes do início do processo da *abertura* gradual do regime militar. Em 1973, o impresso foi reestruturado no sentido da construção de um verdadeiro Sistema de Comunicações: “ao encerrar-se a etapa de construção deste jornal – uma universidade impressa – vou partir para outra: a Universidade Tecnológica do Maranhão” (trecho de editorial de apresentação do jornal *O Estado do Maranhão*). Artigo disponível em: (acessado em julho de 2010): [http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos10\\_b.htm](http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos10_b.htm)

campanha *Constituinte 1985*<sup>317</sup>, incluindo as principais lideranças aliancistas, agiam como se os cidadãos fossem uma “força secundária, que só convém suscitar em ocasiões especiais, e transitórias, ou então num mecânico respeito ao calendário”. No dia 11.01.1985, o jornal informa sobre o lançamento da campanha pró-Constituinte em SP e acerca da formação de um comitê pró-Constituinte – sob inspiração da OAB<sup>318</sup>, de sindicalistas ligados ao PMDB e ao PT, bem como de setores da Igreja. Ressalta-se também a formação, no RJ, do Movimento Nacional pela Constituinte, formado por setores da Igreja e da sociedade civil. A Pesquisa *Folha*, que passara a se chamar *Data-Folha*, comprovou de antemão o apoio da população “de maneira amplamente majoritária”: 62,2% dos entrevistados em seis capitais eram partidários de uma constituinte a ser convocada tão logo o novo presidente tomasse posse em março de 1985.

Por outro lado, *O Globo* defendia: *Constituinte a seu tempo* (13.12.1984). O jornal carioca se colocava contra “pressões irrealistas ou oportunistas” para convocação da Assembléia Constituinte “instantaneamente com urgência típica da correria, da precipitação, do escasso senso de responsabilidade”. Na visão d’ *O Globo* tudo indicava que “o caminho adequado consistiria na elaboração de anteprojeto por comissão de juristas filiados a diversas correntes, para daí resultar, em 1986, o projeto constitucional do Executivo”. Indo de encontro à proposta apoiada pela *Folha*, a opinião publicada apontava que “a atribuição de poderes constituintes ao próximo Congresso, juntamente com as suas funções legislativas ordinárias”, tendia a representar “a fórmula de maior equilíbrio e realismo”. Às vésperas da eleição considera-se que, investido na chefia do Estado e do Governo, Tancredo Neves estaria apto a “desviar ao Congresso projeto de emenda constitucional”, podendo definir “as alterações constitucionais que houver por mais urgentes para que o seu programa governamental em todos os pontos capitais entre imediatamente em ação”. Tal providência, argumenta o jornal, permitiria ao novo Presidente examinar, “a salvo de pressões incômodas e algumas vezes tendenciosas, a tese da convocação da Assembléia Constituinte e, sobretudo a da sua oportunidade”<sup>319</sup>.

Participação e representação: as últimas impressões – No dia da eleição de Tancredo Neves pelo voto indireto, *O Globo* publicou a Manchete: TODO O PAÍS CELEBRA A

---

<sup>317</sup> Ver em ANEXO 26 *logo* da campanha publicada pelo jornal *Folha* de S. Paulo, 16 de dezembro de 1984, na CAPA, ao lado do editorial.

<sup>318</sup> *OAB ACHA POSSÍVEL CONSTITUINTE-85* – manchete publicada pela *Folha* de S. Paulo em 18 de dezembro de 1984, capa.

<sup>319</sup> *O Globo*, 12 de janeiro de 1984, editorial *A Reforma Constitucional*, p.2.

ELEIÇÃO DE TANCREDO. Abaixo, com o editorial sob *O signo da confiança* associava-se aquele momento com outro de quase 21 anos atrás: “A conjugação da sociedade brasileira em torno de Tancredo Neves só é comparável àquela que ocorreu em 1964, quando a consciência de que tornava inadiável uma mudança de métodos e objetivos de governo determinou uma transferência de poder que se consumou sem qualquer resistência”. A tese da não resistência busca apagar as ameaças, torturas e demais formas de repressão que marcaram o ano de 1964, consistindo nos “violências e excessos” que motivariam a chamada *Missão Geisel* – “compromisso liberal do governo” que, “em vez de desarticular a tortura, perdoou-a”, redundando na “conciliação de setembro de 1964” (Gaspari: 2002; 150). *O Globo* destacava em seu editorial uma única diferença entre as conjunturas: “A diferença está em que ao invés de um caminho traçado por atos institucionais, abre-se a nossa frente o pleno restabelecimento do estado de direito.”

Mais adiante, assentava-se o elemento “popular” como protagonista da sucessão conciliada: “Houve uma pressão inexorável da opinião pública de tal modo que, neste momento, o Colégio Eleitoral se reúne menos para eleger o Presidente do que para homologar o pronunciamento popular”. Na página quatro, no mesmo dia, o jornal opinava *A serviço da democracia*, ressaltando seu próprio papel no processo sucessório: “Através de algumas dezenas de editoriais O GLOBO defendeu a tese de que a própria dinâmica da abertura se encarregaria de democratizar o Colégio Eleitoral, colocando-o ao nível dos sentimentos e das aspirações populares”. Valorizava-se assim a adequação do posicionamento do jornal ao próprio desejo da sociedade civil: “Os fatos demonstraram exaustivamente que estávamos no caminho certo. O Colégio Eleitoral acabou pacífica e tranquilamente absorvido pelo julgamento da sociedade civil”.

A *Folha*, por sua vez, em *O último Colégio Eleitoral* (15.01.1985), colocava-se mais uma vez ao lado da sociedade civil e contra uma instituição considerada ilegítima. O avanço rumo à democracia era reconhecido na escolha de um presidente civil da oposição e no significado simbólico da última reunião do Colégio Eleitoral. Em face do fim de um ciclo na vida política brasileira, o jornal expressava o seguinte desejo: *Que seja uma democracia melhor* (16.01.1985). Parecia indicar outro caminho que não aquele priorizado em editoriais anteriores pela tese do indesejado “revanchismo”: “não se trata, contudo, de simplesmente virar uma página na História do País, na recusa a encarar, de frente, o que foi o período autoritário e a avaliá-lo com maturidade”. E

complementava: “Sua memória não pode desaparecer na cômoda impressão de que, hoje, os desmandos e práticas condenáveis que o caracterizaram não seriam mais concebíveis, ou de que são felizmente coisa do passado”.

\*\*\*

A ênfase sobre as opiniões publicadas permitiu observar quanto os jornais expressam de si e do *lugar social* de onde são emitidas suas ‘vozes’ despersonalizadas. Cada jornal se autodefinia também por aquilo/ aquele designado como seu “outro”, alheio às práticas defendidas e praticadas. No caso da *Folha*, podemos depreender a valorização do comprometimento com o ‘mandato’ e da coerência política reafirmada através da opinião publicada, bem como a legitimação da própria representatividade junto ao seu leitorado. Já no caso d’*O Globo* a aversão à emergência do elemento *popular* na esfera decisória transpareceu como valorização da *ordem*. Além disso, evocava-se a própria racionalidade, realismo e pragmatismo “revolucionários” por meio da contraposição à pressão popular (*perigo das maiorias sem ‘filtros’ representativos*); aos “radicalismos”; ao “passionalismo”; à influência de agrupamentos minoritários incompatível com sua expressão numérica e representativa (*defesa das maiorias ‘filtradas’*); à luta de classes, greves etc. Contudo, muitos dos princípios e valores democráticos evocados pelos jornais nem sempre condiziam com as posturas empresariais e políticas assumidas por seus donos num passado bem recente.

Por fim, como dialogismo bakhtiniano determina, observe-se a importância dos *interdiscursos* que perpassam o *texto*. Não apenas em referências explícitas, mas também nas omissões e silêncios. As reconstruções elaboradas nos editoriais da *grande imprensa* fazem emergir, portanto, representações de um grupo que se outorga o papel de espelho da sociedade, mas reflete a própria condição de classe, com suas ambiguidades e contradições. A principal talvez resida justamente na pretensão de expressar os interesses de uma totalidade (da Nação, do povo, da opinião pública...), priorizando visões restritas, não tanto a serviço de todo o Brasil ou de todos “anseios nacionais”. Até mesmo porque estes são demasiado plurais e diversificados para serem envolvidos por uma única *linha editorial*.



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

*Quando o passado avança sobre o presente...*

Ao longo deste trabalho busquei identificar “horizontes de expectativa” delineados pelos dois veículos selecionados (*O Globo* e a *Folha de S. Paulo*) em determinado “espaço de experiência” caracterizado pela transição de um regime militar ditatorial a outro civil e democrático. Busquei demonstrar mecanismos argumentativos da *grande imprensa* em favor de projeções para o futuro e representações do passado, as quais delimitavam os caminhos válidos para redemocratização. Procurei evidenciar não apenas aspectos que caracterizam ideologicamente as empresas familiares em questão, mas também quis abordar perspectivas desqualificadas como irrealistas, irresponsáveis, inadequadas ou como ultrapassadas, sobrepostas pelo movimento em direção ao “futuro novo” (Koselleck: 2006; 326).

A análise comparativa entre *O Globo* e a *Folha* proporcionou certa variedade opinativa em face do período de *abertura* e *transição* democrática. A *Folha*, por motivos diversos, avançou bem mais que *O Globo* ao denunciar, já nos anos 70, os arbítrios do regime militar e o crescente descompasso entre a estrutura de repressão autoritária e a intensa mobilização da sociedade civil e dos setores mais populares – muitos dos quais abrigados sob a proteção da instituição católica, ela própria em processo de disputas internas, redefinições de identidade e do papel social exercido.

No âmbito das convergências, resaltei as formas pelas quais ambos os jornais sustentaram a versão saneadora do “movimento de 64”, compartilhando a mesma percepção acerca do pré-golpe. Imprimiu-se repetidas vezes que o “movimento” ou a “Revolução” de 64 havia sido deflagrada com o intuito de controlar a “desordem” e a excessiva interferência do Estado com suas intenções “populistas” de “manipulação das massas”.

A “confusão conceitual” acerca do “populismo” foi diagnosticada em crítica de Nelson Werneck Sodré como artifício para estigmatizar a “aliança” de classes estabelecida a partir do trabalhismo varguista. Se essa “aliança”, na verdade, representou uma espécie ‘integração forçada’ em via paternalista, não podemos ignorar que a inserção social e a composição – ainda insipiente – do movimento popular brasileiro cumpriram papéis destacados no governo de João Goulart. Mais ainda: se hoje vemos aquelas articulações como subjugadas a um objetivo histórico ainda limitado e a formas precárias de organização, é igualmente verdadeiro que a evolução no sentido de

uma transformação social mais profunda foi abortada em função do golpe civil-militar instigado e apoiado pela própria *grande imprensa*.

Como observado, argumentos foram utilizados pelos jornais já ao longo da *abertura*, de forma a valorizar a instrumentalização das “massas” pelo Estado no pré-golpe como justificativa para a reação conservadora de 64. Com base nessa leitura, o impulso para redemocratização e a valorização da participação popular se deu com um simultâneo deslocamento de sentido, através do qual a luta contra o regime militar passou a ser uma luta contra o próprio Estado – e uma das trincheiras foi certamente a *grande imprensa liberal* e seus fartos argumentos desestatizantes. As organizações e movimentos populares, na verdade, demandavam ‘mais Estado’, de um tipo essencialmente participativo, que estivesse sob a vigilância dessas mesmas organizações e de demais órgãos de representação das comunidades.

A *grande imprensa* defendia o enquadramento da intensa mobilização trabalhista em fins de 1970 nos limites de um acordo de acionistas, cujas fatias são necessariamente desiguais na partilha do sistema capitalista. Ao ignorarem as relações de *dependência* que caracterizam a presença do Brasil no cenário econômico mundial, as condições da superexploração do trabalhador foram interpretadas como contingências de uma crise conjuntural que, portanto, demandavam o sacrifício “responsável” e “realista” de todos os envolvidos. Enquanto o discurso estava orientado no sentido de fazer prevalecer uma relação mais harmônica entre as classes sociais, os trabalhadores testavam suas capacidades de organização política. A conquista do poder político estatal possibilitaria a imposição de limitações ao poder de exploração e dominação capitalista. Após quase oito anos de governo do presidente Lula, caberá a historiadores, cientistas políticos, sociólogos, economistas e pesquisadores de outras áreas o esforço conjunto para refletirem acerca dos “horizontes de expectativa” delineados, adaptados ou de outros tantos projetados.

Neste estudo, sinalizei também referências que colocavam o Estado como *terceiro elemento* na relação *capital x trabalho* e não, como de fato foi, um elemento para expressão de interesses conservadores hegemônicos na sociedade; ou seja, os da (alta) burguesia nacional e aqueles vinculados ao capital estrangeiro. O recorte temporal em torno da *abertura* e da *transição* (1974-1984) abrangeu não apenas um momento de redefinições políticas internas, mas também de significativas reestruturações do sistema

capitalista em crise, do qual nossa “oitava economia” fazia parte mantendo, contudo, sua condição de *dependência*.

O novo cenário já não comportava as ditaduras antes estimuladas e a *grande imprensa* passou a usar os mesmos argumentos liberais que deram origem ao regime para promover sua dissolução. As inúmeras críticas aos militares, recaindo num vago conceito de *autoritarismo*, não atingiram os setores empresariais que apoiaram a ruptura institucional, sendo – se não diretos colaboradores – cúmplices e omissos em relação às estratégias repressivas. O que dizer, aliás, dos próprios empresários de comunicação? No Capítulo 2 tentei retomar alguns estudos que demonstram a tensão/conciliação entre a *grande imprensa* e regime militar.

“Da opinião pública, o terror só recebe repúdio”, defendeu Octavio Frias no editorial *Banditismo*<sup>320</sup> (22.09.1971), publicado por ocasião do incêndio e destruição de dois carros do jornal em represália ao posicionamento julgado como sendo pró-regime militar. Neste estudo procurei ressaltar que, seja pela censura ou em cumprimento do “acordo forçado” com os militares, a *grande imprensa* silenciou acerca do *terrorismo de Estado* vigente no passado. Já no período de *abertura* valorizou-se o discurso “anti-revanchista” como diretriz para lidar com o passado da tortura institucionalizada dos aparelhos de repressão. A estratégia de pacificação nacional previa tratar aquele passado como algo ultrapassado e, portanto inerte.

Recentemente, o jornal paulista ainda teve a infelicidade de utilizar o termo *ditabranda* em relação ao regime militar brasileiro. O termo, usado em editorial contrário ao governo do presidente venezuelano Hugo Chávez, rendeu críticas e manifestos, particularmente da historiadora Maria Victória de M. Benevides e do jurista Fábio Konder Comparato. A estes em especial a *Folha* referiu-se nos seguintes termos: “figuras públicas que até hoje não expressaram repúdio a ditaduras de esquerda, como aquela ainda vigente em Cuba, sua “indignação” é obviamente cínica e mentirosa.”<sup>321</sup>

Na reportagem *Punição a tortura divide opiniões no país* (7.06.2010) foi noticiado que, segundo o *Datafolha*, uma “leve maioria” do grupo entrevistado era contrária ao julgamento de crimes realizados durante o regime militar, tese que prevaleceu em decisão recente do STF acerca da possibilidade de revogação da Lei de Anistia de 1979. Um

---

<sup>320</sup> Folha de S. Paulo, 22 de setembro de 1971, editorial *Banditismo*. Fonte: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos\\_cruciais-02c.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-02c.shtml)

<sup>321</sup> Folha de S. Paulo, 20 de fevereiro de 2009, *Painel do Leitor*, p.2 . Contra-resposta referente ao editorial *Limites a Chávez*, publicado em 17 de fevereiro de 2009.

desenho ilustrou a matéria de meia página<sup>322</sup>: dois homens extremamente enraivecidos; um aponta o dedo indicador no sentido do rosto do segundo, enquanto este tenta afastar a mão de seu ‘acusador’. A partir dos editoriais analisados e de abordagens recentes, concluo que as medidas para levar a público os agentes do Estado responsáveis pela tortura de civis, assunto que neste ano voltou às páginas dos jornais, foi e continua sendo tratada, equivocadamente, como uma questão de “revanchismo” e não de *justiça*, responsabilização ou de valorização/ reconstrução da *memória*. *O Globo*, por sua vez, manifestou-se contra a “proposta revanchista” do *Plano Nacional de Direitos Humanos*<sup>323</sup> no editorial *Contrabando* (9.01.2010). No bojo dos argumentos utilizados, a elaboração do PNDH-3 foi tachada como um verdadeiro atentado ao *espírito das leis* da democracia liberal:

“A democracia direta reflete a intenção de destruir o sistema de representação política, assentado na independência entre os Poderes, com criação de um regime a ser conduzido caudilhesicamente por um líder carismático todopoderoso, manipulador das vontades ditas populares a serem expressas em plebiscitos e referendos”.

Em *Erro de avaliação* (13.01.2010), o jornal defendeu que a *Comissão da Verdade* – destinada a apurar casos de violação de direitos humanos ocorridos no período da ditadura militar – estava “encharcada de revanchismo”. Caracterizou-se como “inadmissível” a revogação da anistia a favor de um lado, para com isso “reabrir um capítulo já encerrado da história”. Os novos elementos aqui acrescentados, certamente, requerem reflexões mais aprofundadas. Não havendo, contudo, a pretensão de esgotar este que foi um dos subtemas destacados ao longo deste trabalho, apenas

---

<sup>322</sup> Ver ANEXO 29.

<sup>323</sup> Em vista da pressão feita por representantes da sociedade civil, particularmente pela Igreja (contra as garantias aos homossexuais e a revisão da proibição ao aborto), e enfatizada pela *grande imprensa* em editoriais, a presidência revogou inúmeros itens do Anexo do Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, que aprovara o PNDH-3. Dentre as *Ações Programáticas* do decreto nº 7.037/10 excluídas ou revogadas pelo Decreto nº 7.177, de 2010, destaco os seguintes: elaborar critérios de acompanhamento editorial a fim de criar *ranking* nacional de veículos de comunicação comprometidos com os princípios de Direitos Humanos, assim como os que cometem violações (Revogado pelo decreto nº 7.177, de 2010); identificar e sinalizar locais públicos que serviram à repressão ditatorial, bem como locais onde foram ocultados corpos e restos mortais de perseguidos políticos; desenvolver programas e ações educativas, inclusive a produção de material didático-pedagógico para ser utilizado pelos sistemas de educação básica e superior sobre o regime de 1964-1985 e sobre a resistência popular à repressão; acompanhar e monitorar a tramitação judicial dos processos de responsabilização civil ou criminal sobre casos que envolvam atos relativos ao regime de 1964-1985; propor legislação de abrangência nacional proibindo que logradouros, atos e próprios nacionais e prédios públicos recebam nomes de pessoas que praticaram crimes de lesa-humanidade, bem como determinar a alteração de nomes que já tenham sido atribuídos. Fonte: (Acessado pela última vez em junho de 2010): [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm)

busco reforçar aquilo que explorei nos capítulos anteriores: a relação com o *passado* expressa em editoriais, a despeito de divergências na abordagem, constituiu um importante ponto de convergência entre os jornais analisados.

No intuito de compreender melhor o caráter autoritário da *grande imprensa* em 1964 e sua reinterpretação no período de transição democrática, adotei embasamento teórico que permitisse analisar *liberalismo* e *autoritarismo* como dois lados de uma mesma moeda: a matriz do pensamento político burguês. Reconheço a validade de um futuro aprofundamento dessa perspectiva a qual recorri para embasar uma visão do conteúdo autoritário expresso pela *grande imprensa* – e pela burguesia como um todo – em conexão com os marcos liberais individualistas e de defesa da propriedade privada; bem como das diretrizes de valorização do *mercado* como principal regulador das relações sociais.

“A burguesia tem uma teoria absolutamente própria da opinião pública”, diz Mattelart (1973: 214). Na relação jornal/leitor, chamei atenção para o artifício discursivo de falar em nome de instâncias últimas para defender e legitimar *visões de classe* – a cosmovisão burguesa e liberal. ‘Matizes’ mais progressistas reconhecidas no caso da *Folha* foram analisados no âmbito das mudanças vividas por aquele jornal na busca pela própria identidade política e jornalística. O jornal paulista através da Pesquisa *Folha* (atual *Datafolha*) apresentou, ao longo do cenário sucessório, a afinidade de suas propostas com os desejos da maioria da população aferidos “objetivamente” em pesquisas de opinião pública.

*O Globo*, por sua vez, em descompasso com estes mesmos desejos, tratou de evocar princípios representativos clássicos em favor de suas teses contrárias à mobilização social pró-*Diretas Já*. Meses depois, já em meio à candidatura Tancredo-Sarney, esforçou-se em argumentos para associá-la àquela mobilização antes frontalmente reprovada. Após o ‘transplante do *Já*’, o jornal da família Marinho advogou repetidas vezes em favor do *mandato imperativo* – quando o representante não decide por si próprio, mas atendendo a vontade expressa de seu eleitorado. Assim, a questão *participação direta/ representação* foi equacionada nos seguintes termos pelos periódicos analisados: a *Folha*, ao cumprir o ‘mandato’ supostamente concedido pelo seu eleitorado, ganhou *status* e uma maior fatia do mercado no decênio em questão ao conjugar o verbo “participar” na primeira pessoa do plural, *Cai a emenda, nós não* – dizia no título do editorial publicado a 26.04.1984. Já *O Globo*, numa linha mais conservadora e de forma bastante restritiva às manifestações

populares, submetia o *direito de participar* ao *direito de ser representado*. A ‘perigosa cooptação das massas’, que viria da ampliação de mecanismos de participação mais direta, foi tratada como uma ameaça a ser combatida em benefício da democracia representativa.

A *questão econômica* ganhou espaço neste estudo tendo em vista a centralidade da crise da dívida externa nos editoriais analisados. Daí, a compreensão da perspectiva adotada pelos jornais demandou o conhecimento de outras que estiveram em disputa no contexto sucessório e ao longo da *abertura*. Em meio à análise da opinião publicada e da literatura pertinente, identifiquei nas diferentes abordagens em torno da *teoria da dependência* um dos possíveis subsídios para compreender os (des)caminhos do longo processo em curso entre os anos 70 e 80.

Numa perspectiva histórica da ação política d’*O Globo*, da *Folha* e dos outros veículos consultados sem um maior aprofundamento (*JB e OESP*) pude constatar a valorização de um desencontro entre parâmetros externos de “modernidade”, “desenvolvimento” e “civilização” e a nossa deficitária formação sócio-econômica. Vale lembrar que, também no âmbito jornalístico, nossa herança cultural foi usada como explicação para a dificuldade dos jornalistas brasileiros em aceitarem a *objetividade* como método. A primazia da técnica em meio ao sistema de produção capitalista foi cada vez mais incorporada ao jornalismo, representando a adoção de uma perspectiva ideológica refletida na *mercadoria* produzida. Vale retomar a perspectiva oferecida por Mattelart, segundo a qual “dogmas” e “paradigmas” (da velocidade, da objetividade, etc.), inerentes à tecnologia de gestão simbólica das relações sociais, foram naturalizados por um modelo de comunicação empresarial difundido no conjunto da sociedade como o único eficaz.

A *Folha* chega aos anos 80 usufruindo do prestígio conquistado num período em que, contra o regime militar, os interesses de parte da burguesia se associaram aos dos movimentos populares. “A *Folha* chegou mesmo a ser instrumentalizada em situações específicas por alguns desses movimentos por meio de jornalistas com concepções políticas revolucionárias”, observou Lins da Silva (2005, 129). Neste caso, a *Folha* destacava-se da abordagem dos demais jornais por abrir as páginas do jornal, especialmente a página *Tendências/ Debates*, para as principais discussões em relevo na sociedade. E, dessa forma, reconhecidos intelectuais favoráveis ao “novo sindicalismo” e defensores da criação do Partido dos Trabalhadores, imprimiram naquela ‘tribuna’ preocupações, esperanças, críticas, análises, explicações, defesas. Há que se reconhecer,

neste sentido, a intensa formulação e divulgação do *discurso petista* pela *Folha de S. Paulo*, o que correspondia ao papel progressivamente assumido pelo jornal de tornar-se veículo das crescentes manifestações presentes em meio à sociedade civil. PT e *Folha* convergiram na posição crítica em relação ao pleito indireto, após a imensa aposta feita no movimento pelas *Diretas*. Assim apresentava importante diferencial ao consumidor em relação a seu principal concorrente no Estado: *OESP*, que se referia ao partido como “PT: Partido Totalitário”<sup>324</sup>

Por um lado, o jornal paulista deu grande visibilidade às demandas sociais e políticas da época, abrindo espaço para diferentes grupos políticos se expressarem e imprimirem suas reivindicações e perspectivas. Por outro, após o ápice do engajamento na Campanha pelas *Diretas Já*, projetou-se a redefinição do *modus operandi* da produção jornalística, com drásticas mudanças internas rumo à consolidação de uma “mentalidade capitalista moderna da racionalidade produtiva”. O jornal paulista viveu em 1984 a experiência de implantação do *Projeto Folha*, amparado por determinadas concepções de ‘bom jornalismo’ e da ‘boa sociedade’.

As propagadas “apartidarização” e “desideologização” se traduziram, na verdade, no aprofundamento da visão que se hegemonizou como alternativa ao capitalismo monopolista de Estado: o *mercado*, e não mais as *paixões ideológicas*, ganhava destaque como regulador das relações sócio-econômicas no emergente cenário da democracia representativa de caráter liberal. Tanto o ritmo de produção da *notícia* – uma espécie de “taylorismo”, segundo Frias Filho – quanto as *questões trabalhistas* deveriam passar pelo filtro da lógica de *mercado*. Em estudo anterior sobre as relações de trabalho dos profissionais da *grande imprensa* brasileira, Márcia Lisboa destacou a substituição do discurso da responsabilidade social pelo da responsabilidade profissional. Profissionalismo passa a ser sinônimo de desengajamento político. Além disso, com o fechamento do mercado de trabalho e a recessão econômica dos anos 80, o poder dos jornalistas em relação às empresas, bem como de seus sindicatos, ficou

---

<sup>324</sup>*OESP*, 10 outubro de 1984, em editorial *O PT, totalitário; e, pois, reacionário*. *OESP* primava por desqualificar o esforço de construção do partido, como por exemplo em 1984, quando o partido decidiu não participar do colégio indireto que elegeria Tancredo Neves como presidente da República e José Sarney, vice. A postura que se alterou só quando após numa profunda reforma editorial — que inclusive lhe acrescentou cores na primeira página — o concorrente da *Folha* passou a abrir espaço para opiniões “mais à esquerda”, afirma Carlos Alberto F. de Melo (1994: 191).



bastante reduzido (Lisboa: 1994, p. 158)<sup>325</sup>. A maior individualização do trabalho, o aumento da competitividade, das novas ‘exigências do mercado’ para melhoria da qualidade do *produto* e mudanças gerais nas relações políticas e sociais no Brasil pós-*abertura* figuram entre as variáveis responsáveis pela aproximação político-ideológica entre jornalistas e empresas, não constituindo uma adesão pura e simples.

A abordagem da *opinião publicada* aqui privilegiada fez com que este trabalho convergisse para a ideia de jornal como partido. A questão foi abordada em 84 por Francisco Weffort que reconheceu a semelhança de ambos, mas destacou diferenças: os leitores seriam mais consumidores que adeptos de uma causa; a opinião do jornal não determina o compromisso com a ação. “Em que pese a tradição liberal dos partidos de opinião, partidos não são apenas ideias” (1984; 38). Para Weffort, a “continuidade da opinião na ação é, portanto, coisa de rotina na vida dos partidos”. Nos jornais, porém, seria “um fato excepcional”, como o envolvimento d’*OESP* em 1964 ou da *Folha* em 1984. Ao contrário, a partir das análises aqui desenvolvidas, defendo que as opiniões já constituem numa ação, ainda que menos concreta, mais silenciosa, diariamente diluída na construção de sentidos, ressignificações do passado, silenciamentos, projeções etc.

Não creio que a equação ideológica seja a “mais débil” – como disse Weffort – para se compreender a ação d’*OESP* e de demais jornais como *O Globo* em 64, ou da *Folha* na Campanha pelas *Diretas Já*. De fato o *liberalismo* expresso pelos jornais parece refletir, em conjunturas específicas, tonalidades diferentes, mais ou menos conservadoras. No entanto, considere-se a *ambiguidade* e a “dialética da volubilidade” que caracterizam a incorporação do ideário liberal no Brasil acoplado ao *favor* – “dominação pelo alto” – na trama do *padrão paternalista*. A partir daí torna-se mais compreensível a variação entre “tipos” de liberalismo impressos nos jornais das grandes empresas familiares de comunicação.

Para desenvolver a ideia de jornal como partido, utilizei-me da ideia de “organizador coletivo” presente nos escritos revolucionários de Lênin. Se os editoriais são ‘a voz do jornal’, posso dizer que cada um dos jornais, sempre no sentido de representar anseios, demandas e insatisfações majoritárias, imprimiu representações de

---

<sup>325</sup> LISBOA, Márcia Rodrigues. *Jornalista: profissão passageiros - As relações de trabalho dos profissionais da notícia na grande imprensa brasileira atual*. 1994. 170f. Dissertação (Mestre) – Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

si próprio (instituição jornalística burguesa e liberal) ao desenvolver a pretendida conexão entre o social e o sistêmico, a sociedade em geral e as estruturas do Estado. A metáfora do “andaime” e o conceito de *vanguarda* contribuem para compreensão dos propósitos e justificativas depositados diariamente nos espaços opinativos – ora com maior destaque, ora num canto de página diluídos em meio à própria *notícia*.

“Assim, não há associação democrática que possa prescindir de um jornal” – garantiu Alexis de Tocqueville em seu *A democracia na América*, acrescentando que um jornal só poderia sobreviver se reproduzisse uma doutrina ou sentimento comuns a um grande número de pessoas, sua *base* de sustentação. Daí a válida aproximação com os partidos políticos, sugerida por Perseu Abramo. Tocqueville ainda afirma: “Um jornal, portanto, sempre representa uma associação cujos membros são os leitores”. Neste caso, não significará, contudo, que todos os leitores sejam contemplados e beneficiados como membros daquela ‘associação’ que sustenta (até financeiramente) o jornal. Isso, aliás, é bastante natural. A caracterização e crítica de determinada *visão de mundo* dos jornais ao longo do período de transição não se destina à reivindicação de alterações.

Afinal, é concebível que o “pluralismo” da *Folha* seja limitado como em última instância é limitada a própria ideia de *liberdade* no âmbito do sistema capitalista. Devemos questionar, contudo, que a pluralidade do jornalismo esteja ela própria restrita às limitações do pluralismo oferecido pelos veículos destacados nos cenários nacional e internacional. Isso vale tanto para os veículos impressos como aos meios de comunicação de massa.

Nesse sentido, percebo que um dos principais desafios no sentido do aprimoramento das instituições democráticas passa pela democratização do acesso à informação e dos meios para produção e difusão da mesma.

Se as observações de Lênin acerca das fraquezas dos jornais locais em detrimento de *um jornal para toda a Rússia* estão bastante desatualizadas com as fortes e cada vez mais nítidas potencialidades do *online* – com a emergência das redes sociais – após mais de 100 anos, não creio que seja o caso de ignorar a resistência dos grandes jornais como *lugares de poder*. A *ideologia da competência* a que se refere Marilena Chauí não perdeu sua potência, de forma que, a despeito de importantes iniciativas contra-hegemônicas, “o discurso competente [ainda] determina de antemão quem tem o direito de falar e quem deve ouvir, assim como predetermina os lugares e as

circunstâncias para tal, definindo ainda conteúdo e forma do que será dito e ouvido” (Chauí: 2006; p. 76).

A conclusão deste trabalho inspira a continuação de abordagens pouco exploradas aqui ou de outras que fogem ao tema, mas acabaram margeando este estudo. É o caso das questões que envolvem as práticas de *favor* e os meios de comunicação de massa – vide as pesquisas que exploram o conceito de *clientelismo eletrônico*, por exemplo. Embora tenha incluído a *ideologia do favor* no arcabouço teórico deste trabalho, não foi possível aprofundar a análise de sua expressão que não pelos posicionamentos autoritários ‘suavizados’ na associação com o liberalismo. O farto material empírico selecionado ao longo da pesquisa não foi totalmente explorado, deixando espaços para novos estudos. As reproduções aqui citadas podem suscitar questionamentos não desenvolvidos. E, definitivamente, estou ciente de que não foram esgotadas as reflexões inspiradas por esta dissertação. O ‘recorte’ de um espaço restrito do jornal, dedicado ao gênero opinativo, excluiu outras páginas, dedicadas ao conteúdo jornalístico de fato – as reportagens.

Estas pendências revelam, sobretudo, a importância de inserir os meios de comunicação nos estudos de Ciência Política, de forma que os aportes de outras disciplinas possibilitem converter produção teórica em *políticas públicas* para incentivo à novas fontes de informação e difusão cultural. A disputa que Gramsci situou na arena dos *aparelhos privados de hegemonia* é em grande parte uma disputa pelo simples direito de comunicar-se, de falar e ser ouvido. E, sendo ouvido, possibilitar a conversão das ideias convergentes em ações políticas. Ao invés de um *Já!*, necessariamente uníssono, perspectivas conflitantes e processos de disputa mais democráticos. Apesar do que se avançou desde 1984 na criação de mecanismos de participação democrática das forças populares, há que se abastecer a construção de outro(s) edifício(s), ampliando o número de “andaimos” e, portanto, as capacidades comunicativas e informativas daqueles que, com a redemocratização, ainda não conseguem ocupar destacados espaços para organização e livre manifestação de pensamento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Claudio. As regras do jogo – O jornalismo e a ética do marceneiro. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

ABRAMO, Perseu. Padrões de manipulação na grande imprensa. 1ª Ed. São Paulo: Editora: Fundação Perseu Abramo, 2003. 63p.

ABREU, Alzira Alves. A participação da imprensa na queda do governo Goulart. Em: Seminário 40 anos do Golpe de 1964: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, pp. 15-25.

\_\_\_\_\_; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dara. (orgs.) Eles mudaram a imprensa. Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

ALBUQUERQUE, Afonso e HOLZBACH, Ariane Diniz. Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais da redação da Folha de S.Paulo. Em: Comunicação, Mídia e Consumo. Escola Superior de Propaganda e Marketing. V.5, n.14 (novembro 2008). São Paulo, ESPM, 2008.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Tomando partido, formando opinião: cientistas sociais, imprensa e política. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.

AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

ARBEX, José. Showrnalismo: a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001. 294p.

ARAYENA, Francisco Rojas. A detenção do general Pinochet e as relações civis-militares. D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. Democracia e Forças Armadas no Cone Sul. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000. 336p.

BAMBIRRA, Vania. Teoría de la dependencia: una anticrítica. 2ªEd. México, DF: Ediciones Era, S.A. 1983. 115p.

BOBBIO, Norberto (et alli). Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13ª Ed, 2007. Vol.2 (656p.).

BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. Em: B, F. Escritos sobre a história. São Paulo: Editora Perspectivas, 1969. (pp. 41-89). (*Annales, E.S.C. n° 4*, out-dez, 1958, *Débats et Combats*, pp. 725-53).

CALIGARIS, Contardo. Hello Brasil!: notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil. São Paulo: Escuta, 1991.

CAPELATO, Maria Helena. Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1988. 258p.

\_\_\_\_\_; MOTA, Carlos Guilherme. História da Folha de S. Paulo: 1921-1981. São Paulo: Impres, 1981. 416p.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Associated-dependent Development: Theoretical and Pratical Implications*. Em: STEPAN, Alfred (org.). *Authoritarian Brazil: origins, policies and future*. New haven and London: Yale University Press: 1973.

\_\_\_\_\_. Da caracterização dos Regimes Autoritários na América Latina. Em: COLLIER, David. *Resumo do modelo autoritário-burocrático*. Em: *O Novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento associado-dependente e a teoria democrática. Em: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. (pp. 443-482)

\_\_\_\_\_; SERRA, José. *Crítica a Ruy Mauro Marini*. Em: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (compiladores). *La teoría social Latinoamericana. Textos escogidos*. (Tomo II - La Teoría de la dependência). México, D.F.: UNAM, 1994 (pp. 347-375).

\_\_\_\_\_. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1975. 240p.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A Ideologia do Favor e a Ignorância Simbólica da Lei*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial/ RJ, 1993.

\_\_\_\_\_; NEDER. G. *Brasil violência e conciliação no dia a dia*. Porto Alegre: Fabris, 1987.

\_\_\_\_\_. *Marx e a ideologia*. KONDER, Leandro; CERQUEIRA FILHO, Gisálio; FIGUEIREDO, Eurico de Lima (orgs). *Por que Marx?* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

\_\_\_\_\_. *Autoritarismo afetivo – A “Prússia” como sentimento, onde Cerqueira Filho (2005)*

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHIRICO, Selva López. *URUGUAI: Forças Armadas e democracia: um olhar para o passado recente a partir do final do século*. Em: D'ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000. 336p.

COLLIER, David. Resumo do modelo autoritário-burocrático. Em: COLLIER, David (coord.). O Novo autoritarismo na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CONTI, Mario Sergio. Notícias do Planalto. A imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 718p.

COTLER, Julio. Estado e regime: notas comparadas sobre o Cone Sul e as Sociedades “Enclave”. Em: COLLIER, David. O Novo autoritarismo na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COUTO, Ronaldo Costa. Memória viva do regime militar – Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Record, 1999. (Entrevistas).

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 1996.

CUEVA, Augustín G. *Entre la ira y la esperanza y otros ensayos de crítica latinoamericana*. 1ª Ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Clacso; Prometeo Libros, 2007; 192p.

D’ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. Democracia e Forças Armadas no Cone Sul. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000. 336p.

DEBRUN, Michel. A “conciliação” e outras estratégias. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

DIMENSTEIN, Gilberto (et. alii). O complô que elegeu Tancredo. Rio de Janeiro: Ed. JB, 1985. 248p.

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

DOS SANTOS, Theotonio. A teoria da dependência: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 175p.

\_\_\_\_\_. *La teoría del desarrollo y su crisis*. Em: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (compiladores). *La teoría social Latinoamericana. Textos escogidos*. (Tomo II - La Teoría de la dependência). México, D.F.: UNAM, 1994 (pp. 37-46).

\_\_\_\_\_. *El nuevo carácter de la dependencia*. Em: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (compiladores). *La teoría social Latinoamericana. Textos escogidos*. (Tomo II - La Teoría de la dependência). México, D.F.: UNAM, 1994 (pp. 95-123).

\_\_\_\_\_. Democracia e socialismo no capitalismo dependente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991. 288p.

\_\_\_\_\_. O caminho para o socialismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 176p.

\_\_\_\_\_ e SOUZA, Herbert. *Las relaciones Estados Unidos-Brasil bajo la Administración Carter*. México, D.F.: Cuadernos Semestrales – CIDE, 1979. (pp. 185-192)

DUARTE, Celina R. Imprensa e redemocratização no Brasil. In: Dados, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 26, nº 2, 1983, pp.181-195.

FAORO, Raimundo. Constituinte: a verdade e o sofisma. Em: Constituinte e democracia no Brasil hoje. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. (pp.17-43).

EUGENIO, Marcos Francisco N. de. Representações políticas no Movimento Diretas-Já. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.15, nº 29, 1995. (pp. 207-219).

FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. 200p.

GALEANO, Eduardo. *La dictadura y después. Las heridas secretas*. Em: Em: Revista *Nueva Sociedad (30 años de Nueva Sociedad)*. Caracas, Venezuela: jul-ago/set-out, 2002 (pp. 108-113).

GARRETÓN, Manuel Antonio. *Política, cultura y sociedad en la transición democrática*. Em: Em: Revista *Nueva Sociedad (30 años de Nueva Sociedad)*. Caracas, Venezuela: jul-ago/set-out, 2002 (pp.199-210).

GASPARI, Elio. Ditadura envergonhada. . São Paulo: Companhia das Letras (Coleção As Ilusões Armadas) 2002.

\_\_\_\_\_. A ditadura encurralada. São Paulo: Companhia das Letras (Coleção As Ilusões Armadas)2004.

GENRO FILHO, Adelmo. O segredo da pirâmide. Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê Editora Ltda, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4ª Ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

\_\_\_\_\_. *Concepção Dialética da História*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira, 2ª Ed. 1978.

\_\_\_\_\_. *Maquiavel e a Política do Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1976.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [2009].

KOSCTHO, Ricardo. Explode um novo Brasil – Diário de Campanha das Diretas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos A. Pereira. Revisão de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo Editorial; Fapesp. 2004. 404p.

LAFER, Celso. Análise das possibilidades diplomáticas de um governo Tancredo Neves. Em: HIST, Monica (org). Brasil-Estados Unidos na transição democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LAMOUNIER, Bolívar. *Authoritarian Brazil* revisitado: o impacto das eleições na abertura política brasileira, 1974-1982. *Dados*, v. 29, n. 3, p. 283-317, Rio de Janeiro, 1986.

\_\_\_\_\_. De Geisel a Collor: o balanço da transição. São Paulo: Editora Sumaré Ltda., 1990.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Mídia e transição democrática: a (des)institucionalização do pan-óptico no Brasil. In: ABREU, A. A.; LATTMAN WELTMAN, F. e KORNIS, M. Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2003.

\_\_\_\_\_. *Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”*. In: ABREU, Alzira Alves de (org). A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 13-58.

LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. *Diretas Já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. A transição e a consolidação da democracia – a experiência do sul da Europa e da América do Sul. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *The future of Authoritarian Situation or the Institucionalization of an Authoritarian Regime: The case of Brasil*. Em: STEPAN, Alfred (org). *Authoritarian Brazil: origins, policies and future*. New haven and London: Yale University Press: 1973.

LISBOA, Márcia Rodrigues. Jornalista: profissão passageiros - As relações de trabalho dos profissionais da notícia na grande imprensa brasileira atual. 1994. 170f. Dissertação (Mestrado) – Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.



LÖWY, Michel (org). Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina (Introdução). Em: O marxismo na América Latina. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

MADISON, James. Utilidade da União como preservativo contra facções e insurreições. In: HAMILTON, Alexander; JAY, John; MADISON, James. O Federalista. Coleção *Os pensadores*. São Paulo: Victor Civita Editor, 1985, p. 98.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Número 29, ano 10, 1995 (pp.5-34).

MARCONI, Paolo. A censura política na imprensa brasileira (1968-78). São Paulo: Global Editora, 1980. 312p.

MARINI, Ruy Mauro. *La integración imperialista y América Latina*. Em: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (compiladores). *La teoría social Latinoamericana. Textos escogidos*. (Tomo II - La Teoría de la dependência). México, D.F.: UNAM, 1994. (pp. 15-19)

\_\_\_\_\_. A nova democracia latino-americana. Em: Revista Humanidades 13. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: maio-julho de 1987; ano IV. (pp. 5-11)

\_\_\_\_\_. *Los fundamentos de la dependência. El ciclo del capital em la economia industrial*. Em: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (compiladores). *La teoría social Latinoamericana. Textos escogidos*. (Tomo II - La Teoría de la dependência). México, D.F.: UNAM, 1994. (pp. 231-272)

\_\_\_\_\_. *Intercambio desigual y superexploración. Marxismo e sociologismo*. Em: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Mária (compiladores). *La teoría social Latinoamericana. Textos escogidos*. (Tomo II - La Teoría de la dependência). México, D.F.: UNAM, 1994. (pp. 363-375)

\_\_\_\_\_. *Dialéctica de la dependencia* (1973). Em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/04dialectica2.pdf> (Extraído de Ruy Mauro Marini, *Dialéctica de la dependencia*, México: Ediciones Era, 11ª reimpressão, 1991, pp. 9-77)

\_\_\_\_\_. *La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil* (1966). Em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/critico/marini/03dialectica.pdf>. (Texto extraído de Ruy Mauro Marini, *Subdesarrollo y revolución*, México, Siglo XXI, 12ª edição, 1985, pp. 2-105).

\_\_\_\_\_. Possibilidades e limites da Assembleia Constituinte. Em: Constituinte e democracia no Brasil hoje. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. (pp.17-43).

\_\_\_\_\_. A nova democracia latino-americana. Em: Revista Humanidades 13. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: maio-julho de 1987; ano IV. (pp. 5-11)

MATTELART, Armand. *La comunicación masiva en el proceso de liberación*. Buenos Aires, Argentina: Siglo Veintiuno editores, S/A., 1973. 263p.

MELO, José Marques de. A opinião no jornalismo brasileiro. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

MELHEM, Celia e RUSSO, Sonia. Dr. Ulysses. São Paulo: Arteemios, 2004. (Entrevistas)

MÉSZÁROS, István. *El siglo XXI ¿Socialismo o barbarie?* Buenos Aires: Ediciones Herramienta, 2003.

MIGUEL, Luiz Felipe. *Um ponto cego nas teorias da democracia: os meios de comunicação*. BIB, Rio de Janeiro, nº49. 1º semestre de 2000, pp. 51-77.

MORAES, Denis de. A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009. 272p.

\_\_\_\_\_. O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 149p.

MORETZSOHN, Sylvia. Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002. 192p.

NEDER, Gizlene. “Modernização conservadora” ou “via prussiana”? – mimetismo e imaginação sociológica no Brasil. Em: Cadernos do ICHF; vol. 57; julho de 1993. 39p.

\_\_\_\_\_. Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda. 1979.

O’DONNELL, Guillermo. Tensões do Estado Autoritário-burocrático e a questão da democracia. Em: COLLIER, David. Resumo do modelo autoritário-burocrático. Em: O Novo autoritarismo na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_ e SCHMITTER, Philippe C. Transições do regime autoritário. Primeiras conclusões. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. O movimento operário em São Paulo – 1970-85. Em SADER, Emir (orgs). Movimentos sociais na transição democrática. São Paulo: Cortez, 1987.

OLIVEIRA, Francisco. Ditadura militar e crescimento econômico: a redundância autoritária Em: REIS, D.A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R.P.S. (orgs.). O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.334p.

OSAKABE, Haqira. Argumentação e discurso político. São Paulo: Martins Fontes, 1999

POLLACK, Michel. *Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro (1989): 3 -15.

PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. Tradução de Argelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 142p.

QUINTANA, Juan Ramón. Bolívia - Cultura estratégica, democracia e Forças Armadas Em: Democracia e Forças Armadas – entre a subordinação militar e os “defeitos” civis. Em: D’ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. Democracia e Forças Armadas no Cone Sul. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000. 336p.

RAGO FILHO, Antonio. Os ensinamentos de Samuel Huntington para o processo de autoreforma da autocracia burguesa bonapartista. Em: Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

REIS, D. A. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. Em: REIS, D.A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R.P.S. (orgs.). O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.334p.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura – armadilhas para pesquisadores. Em: REIS, D.A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R.P.S. (orgs.). O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)

RODRIGUES, Alberto Tosi. Diretas já – O grito preso na garganta. 1ªed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROUANET, Sergio Paulo. Contribuição, salvo engano, para uma dialética da volubilidade. Em. ROUANET, S.P. Mal-estar na modernidade: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. (pp. 304-338).

SARLO, Beatriz. Não esquecer a Guerra das Malvinas – sobre cinema, literatura e história. Em: Paisagens imaginárias: Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação. Trad. Rubia Prates e Sérgio Molina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. (Ensaio Latino-americanos; 2) pp. 43-54.

SADER, Emir. Nós que amávamos tanto o capital – fragmentos para a história de uma geração. Em: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, nº 14, jul/dez 2005, p. 150-177. (Texto originalmente publicado in: *Praga – revista de estudos marxistas*, nº 1, São Paulo, Boitempo, 1996).

SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1988.

SAIN, Marcelo Fabián. Democracia e Forças Armadas – entre a subordinação militar e os “defeitos” civis. Em: D’ARAUJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000. 336p.

SANTANA, Marco A. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980 e 1990. Em: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura militar: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003.

SANTOS, Marcelo. O poder norte-americano e a América Latina no pós-Guerra Fria. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007. 256p.

SCHMITTER, Philippe C. e O’DONNELL, Guilherme. *Transições do Regime Autoritário – Primeiras Conclusões*, S. Paulo, Ed. Vértice, 1988.

\_\_\_\_\_. *The portugalization of Brazil?* Em: STEPAN, Alfred (org). *Authoritarian Brazil: origins, policies and future*. New haven and London: Yale University Press: 1973.

SCHWARZ, Roberto. Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

\_\_\_\_\_. *Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro* São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 566p.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Mil dias: seis mil depois*. São Paulo: Publifolha, 2005. 2ª. Ed. 243p.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. “Crise da ditadura militar e o processo da abertura política no Brasil, 1974-1985”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo da ditadura militar: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003.

SILVIANO, Santiago. As raízes e o labirinto da América Latina. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. 249p.

SMITH, Anne-Marie. Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Tradução Waldívia M. Portinho. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 264p.

SOUZA, Alessandro C. Da política de bastidores à festa das Diretas: razão, emoção e transação na transição democrática brasileira. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal Fluminense, Orientação Prof. Dr. Gisálio Cerqueira Filho.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

\_\_\_\_\_. O populismo. A confusão conceitual. Impresso pela Qualigraf Ltda, 1989(?).

SOARES, Glaucio Ary Dillon; CASTRO, Maria Celina D'Araujo. A volta aos quartéis. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. (pp. 7-41)

\_\_\_\_\_(org). Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. (Vários autores)

VENANCIO, R. D.O. Jornalismo e linha editorial: construção das notícias na imprensa partidária e comercial. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

VIANNA, Luiz Werneck. O problema da cidadania na hora da transição democrática. Rio de Janeiro: Revista de Ciências Sociais, Dados. Volume 26, nº3, 1983. Pp. 243-264.

WALLERSTEIN, Immanuel (coord.) *Abrir las ciencias sociales*. México, D.F.: Siglo Veintiuno Editores, 1996.

#### **Outras fontes:**

ARAUJO, Adriana Santiago. JORNAL IMPRESSO.COM: O desafio da participação on-line no fazer jornalístico em tempos de convergência. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia - Ano VII Nº 1 - Janeiro a Junho de 2010, ISSNe 1984-6924. Fonte: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo>

CERQUEIRA FILHO, G. e NEDER, G. “A Teoria Política no Brasil & O Brasil na Teoria Política”. Fonte: [http://www.historia.uff.br/artigos/gizlene\\_4encontro.pdf](http://www.historia.uff.br/artigos/gizlene_4encontro.pdf). Artigo apresentado no 4o Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política, 21-24 de julho de 2004 (PUC/ RJ)

Entrevista de Otávio Frias Filho. A “Folha” e as Diretas. Em: Revista Lua Nova, Cultura e Política, vol.1, nº2, julho/setembro de 1984 (pp.31-36).

FONSECA, Francisco César Pinto da. A imprensa liberal na transição democrática (1984-87): projeto político e estratégias de convencimento (Revista Visão e Jornal O Estado de São Paulo). Dissertação de mestrado, sob orientação do prof. Dr. Reginaldo Carmello Correa de Moraes. São Paulo, Campinas: Unicamp/ Depto. de Ciência Política. 1994. 419 p.

GRABOIS, Mario Almada. A luta desarmada: a esquerda revolucionária e o debate da questão democrática nos anos 1970. Dissertação de mestrado. Sob orientação do Prof. Dr. Aluizio Alves Filho. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007.

LENINE, Vladimir Ilitch. Por onde Começar. Fonte:

[http://www.necobrasil.org.br/htdocs/Oficina%20Leitura/por\\_onde\\_comecar.pdf](http://www.necobrasil.org.br/htdocs/Oficina%20Leitura/por_onde_comecar.pdf)

\_\_\_\_\_ (1902). Que fazer? Fonte:  
<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/>

LISBOA, Márcia Rodrigues. *Jornalista: profissão passageiros - As relações de trabalho dos profissionais da notícia na grande imprensa brasileira atual*. 1994. 170f. Dissertação (Mestre) – Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

MARTINS, Carlos Eduardo. Apontamentos sobre a dívida externa na América Latina. Revista Comum- Rio de Janeiro, v.13, janeiro/junho 2008 (pp.59-65). Fonte: <http://www.facha.edu.br/publicacoes/comum/comum30/Artigo3.pdf>

MELO, Carlos Alberto Furtado de. Imprensa e democracia: a transformação da Folha de S. Paulo e a criação do Partido dos Trabalhadores. Dissertação de mestrado. Orientação do prof. Dr. Miguel Wady Chaia. São Paulo: PUCSP, 1996.

MUNIZ, Maria Luiza de Castro. Entre a militância e a profissão: memórias de jornalistas sobre a produção da informação e a repressão durante o regime militar. Monografia. Sob Orientação de Icleia Thiesen. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), 2006, 114p.

OTTOLENGHI, Franco. Jornalismo. Fonte: (Acessado pela última vez em 13 de abril de 2010). <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=651>

RICO, Álvaro. *Los usos de la dictadura en la democracia posdictadura y las formas de dominación por el consenso*, trabalho apresentado no Colóquio Internacional Sociabilidades, Poder e Cultura Política: Circulação de Ideias e apropriação cultural na

Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 27 a 29 de maio de 2009. Texto disponível em: <http://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v1n2a32009.pdf>

ROXO, Marco Antonio. Os jornalistas e sua greve: consciência de classe e debate político (2004). Artigo apresentado no 2º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Fonte: (acessado em 18 de julho de 2007)  
<http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd/gtjornalismo.htm>

SILVA, Marco Antonio Roxo. *Jornalistas, Pra quê? Militância Sindical e o Drama da Identidade Profissional*. Tese de Doutorado - Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

WEFFORT, Francisco. Jornais são partidos? Em: Revista Lua Nova, Cultura e Política, vol.1, nº2, julho/setembro de 1984.

### **Outras fontes citadas (periódicos)**

#### **Jornal O GLOBO**

O Globo, 1º de maio de 1978, editorial *Dia do trabalhador*, Capa.

O Globo, 2 de novembro 1978, editorial *A reavaliação das greves*, Capa

O Globo, 1º de maio de 1979, editorial *Responsabilidade Sindical*, página 2.

ANO LIX/ LX – Todos editoriais 1984/85

#### **Jornal Folha de S. Paulo**

Folha de S. Paulo, 8 de abril de 1979, editorial *No fio da navalha*, p. 2.

Folha de S. Paulo, 3 de maio de 1979, editorial *Duro e inábil*, p.2.

Folha de S. Paulo, 1º de maio de 1980, editorial *Hoje versus ontem*, p.2

ANO 64/ 65 – Todos editoriais 1984/85

#### **Jornal O Estado de S. Paulo**

O Estado de S. Paulo. Ano 100 – Nº 31, 940. Terça-feira, 01 de maio de 1979.

Editoriais – Notas e informações – Página 3: “A lei e o 1º de Maio” e “Salário mínimo e política salarial”.

O Estado de S. Paulo. Ano 101 – Nº 32, 248. Quinta-feira, 01 de maio de 1980.

Editoriais – Notas e informações – Página 3: “Deve prevalecer a razão”.

**Jornal do Brasil** - Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. Quinta-feira, 1 de maio de 1980. Ano XC. Nº 23. 1º caderno. Página 10: “Novas relações”.

# **ANEXOS**

**Folha de S. Paulo**

**O Globo**



## **ANEXO 1**

Editorial – Folha de S. Paulo, 24 de abril de 1980.

Fonte: [http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil\\_24abr1980.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_24abr1980.htm)

### **Igreja e ABC**

O fato de a Igreja Católica ser a mais antiga instituição em atividade no Brasil, e sobretudo a circunstância de que essa sua atividade está sólida e tradicionalmente enraizada em nosso meio social e na própria consciência popular, já justificam que a hierarquia eclesiástica intervenha, por palavras e atos, nas situações que a nacionalidade enfrenta. Trata-se de um direito que a Igreja Católica, ao longo de uma militância evangélica repleta de acertos e erros cujo mérito não cabe analisar aqui, adquiriu em nosso País.

Direitos correspondem a deveres, e no caso um destes é o de não se omitir diante de acontecimentos que interessam diretamente à opinião pública. É louvável, portanto, a atitude da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ao divulgar nota oficial onde oferece a sua visão da crise do ABC paulista.

Entre as considerações agudas desenvolvidas na nota, há algumas que parecem elogiáveis pela correção e pela oportunidade. Ressalta a CNBB, por exemplo, a necessidade de se ter olhos para ver o que está para além da legalidade formal e o reconhecimento dos direitos de centenas de milhares de pessoas que, afetadas pela política social, dela desejam participar.

Mas ao animar a mensagem evangélica, retirando-a das escrituras sagradas para procurar colocá-la em prática, a atividade religiosa não apenas se dignifica pela preocupação real com a vida e os destinos do homem na terra, como chama a si todas as tremendas responsabilidades inerentes à intervenção no espaço público e próprias da existência política.

Parece correto que a Igreja participe ativamente da vida social e comunitária, fazendo-o de acordo com os postulados de fraternidade e justiça em que crê. Mas ela não se pode eximir das responsabilidades que os atores em cena devem compartilhar entre si.

Os riscos e as ameaças contidas no impasse do ABC são por todos conhecidos; cabe também à Igreja não agravá-los e, pelo realismo e pelo bom senso, contribuir para que se dissipem.

## ANEXO 2

O Globo, 14 de maio de 1980 – CAPA.

# Igreja sem partido

**SEJA COMO** a ciência dos fenômenos referentes ao Estado, como arte de bem governar os povos ou como atividade para a conquista do poder, a política é assunto privativo da temporariedade terrena.

**NADA TEM** a ver com a missão espiritual da Igreja, que se dirige à alma da criatura de Deus para salvá-la na eternidade e não à sua passageira condição sócio-econômica ou ao minuto mortal de suas preferências político-partidárias.

**INSTADO** a pronunciar-se sobre a participação de sacerdotes nos movimentos políticos e sindicais do Brasil e dos EUA, o papa João Paulo II foi de uma clareza fulminante: 1) a militância política é da responsabilidade dos leigos, enquanto o sacerdote deve ficar adstrito às suas tarefas eclesiais e pastorais; 2) a Igreja desempenha um papel social e ético na sociedade, mas a politização é outra coisa e há que ser evitada pelo clero; 3) a liberdade e o dever do cristão de participar da ação social e política não se aplicam ao padre, a quem cabe apenas dar assistência espiritual aos envolvidos nesse ativismo.

**AS DECLARAÇÕES** do Santo Padre, em seguida à viagem

que fez à África, reiteram pontos já sobejamente conhecidos de sua linha contrária às extrapolações político-ideológicas do papel secular da Igreja, posição de resto já firmada no Congresso de Puebla. A chamada Teologia da Libertação e a intromissão de sacerdotes em movimentos políticos sempre receberam a formal condenação do Sumo Pontífice.

**ENTRETANTO** a afirmação se torna de grande oportunidade no Brasil, tendo em vista a ampla e intensa participação de importante setor da Igreja na greve dos metalúrgicos paulistas. Contrariando em toda a extensão a doutrina do Vaticano, o que se viu em São Paulo foi a alta hierarquia do clero introduzir-se a fundo no movimento operário para lhe dar cobertura, sustentação, ânimo, prestígio, e induzi-lo aos caminhos enganosos de cujas conseqüências nefastas acabaram vítimas não somente as empresas e a economia nacional mas os próprios trabalhadores (perda de salário e de emprego, processos etc.).

**NÃO FOSSE** o apoio ostensivo e incondicional da Igreja no ABC paulista e nem a greve teria demorado tanto tempo nem teria

tomado certos rumos lamentáveis a que foi levada pela radicalização dos comandos do movimento.

**DIFICILMENTE** podemos esperar que bispos de piquete se disponham a interpretar ao pé da letra a sentença de João Paulo II, e algumas vozes do chamado "clero progressista" já se entregaram a exercícios de elasticidade interpretativa, expediente através do qual pretendem continuar no mesmo lugar.

**TODAVIA** não custa fazer votos para que essas mesmas personalidades ilustres da Igreja, que tanto zelo demonstraram em levantar adesões, apoio e recursos em favor de uma greve ilegal e inutilmente prolongada, transfiram agora suas energias para o socorro de numerosos brasileiros que sofrem atualmente a tragédia da seca no Nordeste ou passam por dificuldades semelhantes em outros lugares do País.

**O PLURIPARTIDARISMO** hoje vigente no Brasil dispensa perfeitamente o acréscimo de uma Igreja partidária. Sobram entretanto aflições espirituais e sociais no Brasil para a assistência de uma Igreja entregue às suas verdadeiras finalidades evangélicas.







# Maluf venceu o primeiro "round" na luta pelo espólio pedessista

ROBERTO STEFANELLI

Com a luta sucessória definida ainda nos "rounds" intermediários, inicia-se agora a briga, que no caso promete ser a sua, para ver quem fica com a estrutura partidária do PDS. Na primeira troca de tapas e chutes, ganhou o deputado Paulo Salim Maluf, que se antecipou a uma rasteira mostrando que domina o atual diretório do partido, podendo, no sabor da briga, expulsar dissidentes. Isso apressa a Frente Liberal a reanunciar a idéia de formação de um novo partido. O argumento público dos frentistas é que "a sigla PDS é irreperável" e ainda mal afamada entre os eleitores.



Maluf precisa da sigla PDS

Ná fama ela pode ter, mas isso não resume uma avaliação da sua importância para os interesses políticos. Pôssui, especialmente, maior estrutura partidária do País, um trabalho facilitado pelo tucão, dinheiro e artilharia jurídica dos últimos 18 anos de governo. São nada menos que 4.114 diretores espalhados por todos os municípios brasileiros. Um espólio considerável acompanhado de perto apenas pelo PMDB, com 3.640 diretores. Os partidos mais recentes dão, mais ou menos, um panorama do que será para os dissidentes formar uma nova legenda tendo que enfrentar eleições diretas em 1986. O PT, apesar de nascido de dois anos de lutas sindicais, greves vitoriosas e muita militância política de base, possui hoje 510 diretores. O PDT, que herou muito do trabalhismo, tem 776 e o PTB, que acabou deserdado por este mesmo trabalhismo, apenas 9.

Continuando ainda na base política, que está longe de ser ideológica mas existe concretamente, o PDS conta hoje com 24.804 vereadores, contra 14.439 do PMDB, 553 do PDT, 209 do PTB e 118 do PT. Possui ainda 2.533 prefeituras, distante das 1.377 do PMDB, 22 do PDT, 7 do PTB e 2 do PT. Nos deputados estaduais os números são estes: PDS, 476; PMDB, 326; PDT, 38; PTB, 18; e PT, 13. O PDS possui um alcance nada desprezível que estimula ambições várias, a começar de Maluf passando pelos frentistas mas incluindo também atuais ministros.

Complicado... Mas, deixando os números e ponderando com as argumentações da Frente Liberal, toda essa estrutura

está desgastada e não resistiria a um desmembramento na medida em que os governadores frentistas, principalmente no Nordeste, onde o PDS é mais forte, integrassem a nova legenda. Com os poderes que detêm atrairiam com um iná essas bases para a nova sigla. E possível, mas não é muito provável. A dificuldade está na situação dos próprios governadores. Passando para uma nova sigla, estariam ameaçados de ficar em minoria nas Assembleias Legislativas. O mesmo ocorreria nas prefeituras. Com as eleições de 1986 batendo à porta, seria desastroso.

No próximo dia 19, o vice-presidente, Aureliano Chaves, reúne frentistas para um estudo da cronologia de lançamento do PFL, ou PLP, ou PRL. Depois de amanhã o novo partido deve receber a adesão de quatro governadores: Genagui Maia, do Ceará; Roberto Magalhães, de Pernambuco; Divaldo Siqueira, de Alagoas; e João Alves, do Maranhão. São acontecimentos políticos que não devem alterar em substância o quadro atual. Mesmo que, no dia 19, estabeleçam-se programa e estatuto, os frentistas não pretendem lançar seu manifesto antes de maio.

Existe um motivo oficial e uma data interessante para retardarem tanto esse processo. O primeiro é a lógica, que já foi repetida várias

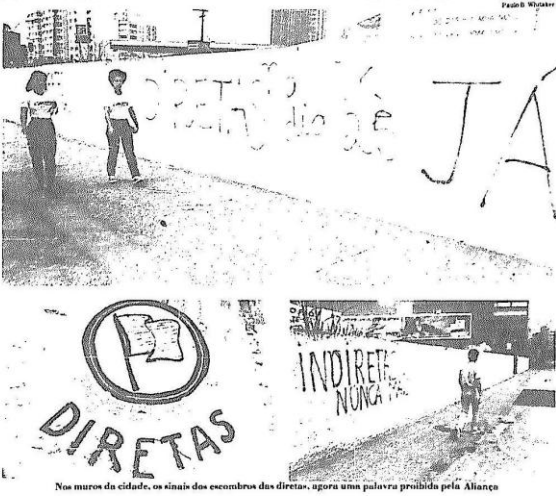
vezes durante este longo período de dissidência, de que o partido precisa engrossar com adesões de desconentes de várias siglas. A data talvez explique mais. Em abril, um mês antes, o PDS elegeu seus diretores municipais, o que pode se constituir a primeira medida de força entre malufistas e frentistas dentro de próprio partido.

Os integrantes da Frente Liberal ainda estendem a data possível para o lançamento e registro do partido para julho. A lógica é a mesma: a data que pode desmentir, outra. Nesse mesmo mês, o PDS elegeu seus diretores regionais. Caso eles derrubem os malufistas nessas duas etapas, a lógica das adesões poderia mudar com a rapidez das nuvens políticas de que fala o deputado Magalhães Pinto. Em agosto elegerá o Diretório Nacional. O grupo que ganhar será o todo poderoso do PDS. Quem tiver vencido nas bases detém a cúpula. Maluf pode se manter, ou tomar possivelmente seu último lombro político. Pelo clima de hoje, que, como as "nuvens" muda de maneira espantosa, seria simplesmente expulso do partido que até então dominava.

Ainda no timão deste barco, que, apesar de avariado conta com uma tripulação agredida de 2.059.918 filiados, Maluf tem medo de dirigir-ale a sua marinha particular. Ele — que não pretende ficar em cargos de muita notoriedade pois reconhece sua má imagem pública — com o Diretório Nacional a mão até agosto de 1985 pode distribuir punições, excluindo adversários mais perigosos. Os que não se quiserem jogar fora, já que se reconhece o jogo eleitoral perdido e se transformará numa execução política em massa, poderão ser punidos a partir de março de 1985 quando a única palavra estranha na política brasileira, promete tirar férias prolongadas.

A força malufista no Congresso Nacional não será desprezível caso ele mantenha as redes. Chegando até 15 de janeiro com sua candidatura, mesmo que arrasada, formará um bloco, reconhecido até por frentistas, acima de 100 parlamentares.

O que aconteceu como uma luta de combates previstos e regulamentados pela posse do gabinete de seu andar do Palácio do Planalto, promete se transformar numa briga de rua a entre os que sempre passaram por ali com alguma desventura.



Nos muros da cidade, os sinais dos escumbos das diretas, agora uma palavra proibida pela Aliança

## Das diretas, só sobraram velhas pichações, camisetas e adesivos

RICARDO KOTSCHO

De nosso equipe de reportagem

Algumas pichações em muros, velhas camisetas, adesivos esquecidos nos para-brisas de automóveis: são os únicos sinais visíveis que restam da campanha das diretas, um ano depois do primeiro comício e uma semana antes da manifestação da Aliança Democrática em São Paulo. Parece que, de repente, virou uma coisa feia, proibida e perigosa falar em eleições diretas. Nos cartazes de promoção do comício da Aliança Democrática, nenhuma referência. "Folha 83 com Tancredo e Sarney", anunciam os pequenos cartazes da Aliança Democrática nas ruas e postes. Das diretas, restou apenas a cor amarela, mera questão de marketing.

José Richeo, do PMDB, quem defende Figueiredo, enquanto outro governador peemedebista, Irls Resende, de Goiás, garante que o último general presidente sairá do Palácio do Planalto carregado nos ombros do povo. Quem alaca o presidente de honra do PDS é o malufista Nelson Gibson. Há apenas um ano, oposição era oposição, governo era governo, e o Brasil inteiro estava unido em torno da mesma bandeira: diretas já. As ruas do Brasil de ponta a ponta ficaram coloridas de verde e amarelo, o povo perdeu o medo depois de vinte anos de regime militar, os líderes políticos de oposição — todos, naquela época — juraram em praça pública defender até o fim o direito de todos elegerem o próximo presidente da República.

Nos bastidores, porém, já se começava a tecer o grande acordo das diretas entre os adversários de ontem, mais tarde batizado de Aliança Democrática. Velhos e novos demônios, recém-converteis da Frente Liberal, estavam igualmente assustados com um elemento novo que aparecia no jogo político: o povo nas ruas, exigindo seus direitos, em manifestações pacíficas mas cada vez mais vigorosas.

Ante pouco, a Frente Liberal foi tomada por certos palhaques da Aliança Democrática, cada vez engrossando mais, incorporando quase

todos os notáveis do antigo regime, enquanto o tempo se encarregava de apagar pichações de muros e antigos juramentos. O projeto agora estava mais para Antônio Carlos Magalhães, o "Tominho Malvadão", que virou "Terra", do que para Ulisses Guimarães, o "Sr. Eleições Diretas" do PMDB, maior partido de oposição do Ocidente, que acabou ficando no papel de figurante no fim da história. "Até Francisco Pereira, o ex-presidente do maior partido governista do Nordeste, que dia dia perguntou "que País é esse?" acabou convertido ao aliancismo democrático.

Agora, só falta a adesão de Paulo Salim Maluf, o fantasma que serviu de bombo para todas as alianças, natos e acalou se alongando na praia solzinho. Bem, para que não digam que este redator de nostalgias só vê aspectos negativos em tudo, pode-se afirmar que, pelo menos por isso, todo o burburilo das diretas valeu. Cientes, recém-converteis da Frente Liberal, estavam igualmente assustados com um elemento novo que aparecia no jogo político: o povo nas ruas, exigindo seus direitos, em manifestações pacíficas mas cada vez mais vigorosas.

Agora, é o governador do Paraná,

que quiser ter um comportamento ético irreprochável nos padrões que se exige de um cidadão exemplar estará se candidatando a um epíteto horrível e quase nenhum poder nas mãos. A História está recheada de exemplos de paladinos da moral que nunca conseguiram ganhar uma eleição.

O moralismo exacerbado restringe a possibilidade de fazer acordos, diminui o raio de ação do grupo que o pratica, isola-se do conjunto de forças que se dividiriam pelo poder. Mas cair no extremo oposto, mais ou menos na linha de que para chegar a uma política de justiça, que será melhor para toda a população vale tudo, também é um caminho perigoso: pode ampliar a margem de acordos de elites, mas com certeza exige a intensidade da adesão de cidadão comum.

## A incoerência dos políticos e do público

CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA

Secretário de Redação do jornal

Grande parte dos brasileiros está perplexa com a mudança de comportamento de alguns de seus líderes políticos. Homens públicos de respeito, que pareciam pular-se por uma linha de coerência independente dos assédios da ambição, começam a dar mostra de um oportunismo que escandaliza muitos de seus admiradores.

que quiser ter um comportamento ético irreprochável nos padrões que se exige de um cidadão exemplar estará se candidatando a um epíteto horrível e quase nenhum poder nas mãos. A História está recheada de exemplos de paladinos da moral que nunca conseguiram ganhar uma eleição.

A indignação das pessoas expressa-se sobretudo em fundamentos de ordem moral. O raciocínio é mais ou menos o seguinte: "Como é que o político que há seis meses me dizia em praça pública que só um presidente eleito pelo povo poderia resolver os problemas do País me vem dizer agora que só deve haver eleições diretas, pelo menos por enquanto?"

O moralismo exacerbado restringe a possibilidade de fazer acordos, diminui o raio de ação do grupo que o pratica, isola-se do conjunto de forças que se dividiriam pelo poder. Mas cair no extremo oposto, mais ou menos na linha de que para chegar a uma política de justiça, que será melhor para toda a população vale tudo, também é um caminho perigoso: pode ampliar a margem de acordos de elites, mas com certeza exige a intensidade da adesão de cidadão comum.

O cidadão comum julga a moral dos políticos de acordo com seus padrões de ética individual. E, no fim das contas, é desse julgamento que depende a sorte dos homens públicos. Mesmo porque, é ele quem, ao longo de um processo social denotado e complexo, fornece as bases do que acaba por ser considerada aceitável ou não para o comportamento dos seus líderes. É a chamada "opinião pública", suma operação quase imperceptível, que define os ténues limites do que é abaso e do que é tolerável em termos de moral política.

O grande erro estratagico do sr. Paulo Maluf em sua vida política foi ter ignorado a opinião desse cidadão

comum, na convicção de que o importante era chegar ao poder. Levou ao extremo máximo na história recente do País o forismo de que os meios estão organicamente subordinados ao fim. Está pagando o seu preço.

Os líderes do PMDB que se aliamam ao Fronte Liberal para eleger o sr. Tancredo Neves correm o mesmo risco. Não devemos desprezar o julgamento moral que os cidadãos fazem de seu procedimento. Quando mais não seja, por razões políticas: se perderem a confiança desses senhores, podem deixar de ganhar os seus votos.

**CONTINUANDO A MALDADE DO JINHO JELEIRO**

Compreta Espiritual em um momento de Natal no Jundu Etnico. Continuar a sua vida com o Jundu Etnico. Continuar a sua vida com o Jundu Etnico. Continuar a sua vida com o Jundu Etnico.

**AINDA RESTAM CHEVYS MAIS 8 PRÊMIOS DE UM ANO DE SUPERMERCADO GRATIS**

**Geladeira Brastemp 320 litros.**

Com porta reversível. Congelador superdimensionado. Maior espaço interno e isolamento térmico total. Prateleiras deslizantes e reguláveis. Gavetas especiais para frutas, legumes e verduras a para carnes. Coroa: bogo mediterrâneo, marrom slonma, azul e branco. Gotas atô total. Brastemp de um ano e assistência técnica permanente.

**A VISTA 600.000.**

A sucessão pelas urnas

# Revanchismo, palavra fora do dicionário oposicionista

ROLAND M. SIERRA

As figuras mais expressivas das oposições brasileiras recusam o revanchismo de cunho político como uma das metas de um governo eleito de suas fileiras, na hipótese de eleições presidenciais diretas. Seja por convicção, seja por tática apoiada na realidade, nem dirigentes partidários nem parlamentares aceitam a expectativa de que um governo oposicionista promova uma espécie de "acerto de contas" ou a convocação de militares para que se sentem no banco dos réus. Repetem, assim, os rumores correntes de que sua vitória eleitoral, na hipótese de a sucessão presidencial pela via direta, poderia transgredir para o campo da oposição fenômenos que estão ocorrendo na Argentina do presidente Alfonsín, e que causam preocupação em largos setores das Forças Armadas brasileiras e em especial à sua chefia.

A grande maioria dos oposicionistas entende que a lei de anistia aprovada no governo Figueiredo, deve ser preservada, considerando superado tudo que ocorreu ao longo dos últimos 30 anos de governos militares, notadamente no campo da repressão política. Mas não se afasta a ideia de que eventuais desmandos administrativos, configurando corrupção de alguma natureza, possam ser investigados, dentro da lei e pelo caminho da justiça comum, atingindo militares ou civis.

Depoimentos colhidos pela "Folha", nos últimos dias, dão a medida exata dessa tendência da primeira linha oposicionista. Com raríssimas exceções, como o presidente nacional do PT, Luis Inácio Lula da Silva, para o qual "quem não deve não teme", a expressão "revanchismo" é repelida pelos opositores.

Para o governador Leonel Brizola, do Rio, a circulação de versões de uma "argumentação" caso as oposições vençam as eleições presidenciais (pelo voto direto, é claro), está dentro de um "convênio nacional contra o restabelecimento da ditadura. Segundo ele, há um propósito de alguns setores contra as diretas de difundir "falsos rumores nas Forças Armadas brasileiras".

O presidente nacional do PMDB, deputado Ulisses Guimarães, afirma que, "se não estamos propondo isso (realizar o passado, em todos os sentidos), não há razão para se aventar essa possibilidade". É fazendo curso com a grande maioria de seus companheiros de oposição, não vê semelhança entre o que ocorreu na Argentina e o que ocorreu no Brasil, nos últimos tempos.

Franco Montero e Tancredo Neves são mais explícitos. O governador de São Paulo diz que a anistia brasileira foi um caminho de dias mais. A anistia — acrescenta ele — virou uma possibilidade numa página da história brasileira.

O governador de Minas vai mais longe: um pouco "a anistia no Brasil é definitiva, irretirável e irrevogável".



Ulisses: "O caso argentino é diferente". Tancredo elogia as Forças Armadas.



Para Lula, "quem não deve não teme".



Monitore: "Anistia beneficiou a todos".

## Preocupação dos políticos da oposição é com o futuro

O presidente nacional do PMDB, deputado Ulisses Guimarães, aponta-o a um fato, para descartar qualquer hipótese de revanchismo político no caso de uma vitória eleitoral oposicionista na sucessão presidencial.

"Já afirmei — diz ele — que nós lutamos pela anistia e a anistia foi votada, de modo que não temos nenhuma proposta revanchista. Se tivéssemos, isto estaria na nossa proposta. Aquilo que desejamos fazer no governo, que vamos fazer como compromisso, decorre do apelo que a sociedade vai nos dar. Então, se não estamos propondo isso, não há razão para se inventar a possibilidade".

Diz ainda que as situações brasileira e argentina são diversas, não havendo entre nós condições para a repetição do que o governo Alfonsín está fazendo com relação a chefes militares e ex-presidentes também em "chamados para responder judicialmente por desmandos e irregulridades cometidas".

"Lá, o Congresso esteve fechado, enquanto aqui, com a preponderância das instituições democráticas, com todas as dificuldades, fizemos até uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre terroristas", acrescenta.

Essas histórias — diz mais o governador do Rio — de ficar difundindo falsos rumores nas Forças Armadas brasileiras, a partir de um pressuposto de que se a oposição ganhasse aqui, se repetiria o que ocorre com os militares argentinos agora processados, está dentro de um contexto que visa a intrigar o sistema contra a anistia nacional pelo restabelecimento das eleições diretas.

Afirma que "o procedimento no Brasil seria necessariamente outro, a começar que o povo da nossa terra não nutre, do ponto de vista histórico, o vício da vingança. É um povo intrinsecamente generoso e muitas vezes, por seu mesmo, tripulado pelas forças dominantes. Não revanchista, mas não se revanche, o ódio imperdável, a inteligência coletiva".

Todos os problemas atuais e passados precisam ser devidamente esclarecidos, para que a consciência nacional os repudie e não permita que se repitam no futuro, como certos cartéis internacionais, lesivos aos verdadeiros interesses do povo brasileiro. Tudo mediante processos abertos e jurídicos. Isso é democrático e nada tem a ver com revanchismo".

Francisco Pinto

O governador de São Paulo, Franco Montero, considera a anistia ocorrida no governo Figueiredo um ato completo e um capítulo de dias mais, beneficiando todos os lados politicamente.

"Por isso — diz ele — devemos considerar os episódios anteriores a ela uma página virada na história brasileira. Não há por que voltar a esta página e ninguém deseja isto. A anistia virou definitivamente uma página de nossa história".

Declara com muita ênfase que "a campanha pelas diretas está totalmente fora de qualquer matiz revanchista".

Sugere, a propósito, que o recém formado Conselho Nacional Pro-diretas, que reúne os partidos de oposição, elabore e divulgue um documento que "poderá ser o embasamento para um pacto de fidelidade à democracia" na linha do que foi feito na Espanha (pacto de Moncloa).

Monitore defende um pacto de fidelidade ao regime democrático

Daniel de Andrade

O presidente nacional do PDT, o ex-deputado Casado Dutra de Andrade, afirma que "não há entre as lideranças responsáveis das oposições qualquer sentimento de revanchismo, mas apenas a vontade de implantar uma democracia plena e real, que começa pela restituição ao povo do direito de escolher seu presidente".

Já com relação à aprovação de eventuais atos legislativos de natureza de corrupção, Daniel faz uma colocação mais formal:

"Os ilícitos que se enquadrarem nos leis e forem denunciados serão examinados pela Justiça, pois é assim que se procede em todos os regimes democráticos, o que não significa confrontos ou ajuste de contas violento ou passional".

Para Tancredo, anistia elimina possibilidade de qualquer represália

Indagado sobre a possibilidade de investigação de responsabilidades na adoção de programas de governo anteriores e lidos como dispensáveis, em outras administrações (citam-se como exemplos a Transamância e o programa nuclear), afirma o moderado governador mineiro:

"Esses empreendimentos podem ter sido resultado de uma visão administrativa da época, mas não chegaram a constituir de maneira alguma um deslize administrativo no seu conjunto e na sua concepção. Tais atos não foram resultado de uma decisão unilateral dos governantes do então e tiveram a aprovação do Congresso, pela aprovação das contas de governo pelo Congresso".

A seu ver, uma vitória oposicionista no Brasil, neste momento, não produziria os mesmos efeitos que está produzindo na Argentina, sob o novo governo. Lembra que as Forças Armadas brasileiras, no entrincheiro das Américas, são formadas basicamente por contingentes da classe média, "com as virtudes mais nobres de nosso povo, a honradez e a opeidade, que fazem das nossas Forças Armadas uma força permanente de conciliação e estabilização". Entende ele que há uma despre-

Monitore defende um pacto de fidelidade ao regime democrático

Francisco Pinto

Mais agudo, o deputado federal Francisco Pinto, ex-secretário-geral do PMDB e representante da Bahia, entende que seria uma "omissão imperdoável" a oposição silenciar sobre as denúncias já feitas no passado.

"O espírito público — acrescenta Casco Pinto — não aceitará esse silêncio de apagar o passado. Apesar aqueles fatos denunciados não a revanchismo, mas o crescimento natural das denúncias do período ditatorial".

Ele conclui:

"Os militares se beneficiaram do regime fechado e autoritário, mas a grande maioria aqui apenas dentro das regras das corporações à espada e que se liquidaram e a eles devem ser julgados na aparição de responsabilidades".

Monitore defende um pacto de fidelidade ao regime democrático

Rogé Ferreira

"Se chegarmos ao poder, há tanta coisa a fazer que não sobrá tempo para voltar a um passado tenso. Será perda de tempo", é a colocação que faz o presidente do PDT de São Paulo, e ex-deputado, Rogé Ferreira, que perdeu seu mandato na primeira eleição de abril de 1984.

Diz que a lei de anistia do governo Figueiredo "me ajudou por crimes que não cometi, mas a História anda para a frente e eu não sou revanchista".

"Se o revanchismo nos desbesse o Rubens Paiva, o Manoel Fiel Filho e o Herói, entre outros, eu seria revanchista. Mas não nos devolvê", afirma o dirigente petedista, concluiu.

"O caso do Argentina é bem diverso do nosso e, afinal, os ex-presidentes desse período de autoritarismo não foram os únicos mas administradores de nossa História. Lá, na Argentina, o arbítrio vem de longa data".

Para Tancredo, anistia elimina possibilidade de qualquer represália

Indagado sobre a possibilidade de investigação de responsabilidades na adoção de programas de governo anteriores e lidos como dispensáveis, em outras administrações (citam-se como exemplos a Transamância e o programa nuclear), afirma o moderado governador mineiro:

"Esses empreendimentos podem ter sido resultado de uma visão administrativa da época, mas não chegaram a constituir de maneira alguma um deslize administrativo no seu conjunto e na sua concepção. Tais atos não foram resultado de uma decisão unilateral dos governantes do então e tiveram a aprovação do Congresso, pela aprovação das contas de governo pelo Congresso".

A seu ver, uma vitória oposicionista no Brasil, neste momento, não produziria os mesmos efeitos que está produzindo na Argentina, sob o novo governo. Lembra que as Forças Armadas brasileiras, no entrincheiro das Américas, são formadas basicamente por contingentes da classe média, "com as virtudes mais nobres de nosso povo, a honradez e a opeidade, que fazem das nossas Forças Armadas uma força permanente de conciliação e estabilização". Entende ele que há uma despre-

Monitore defende um pacto de fidelidade ao regime democrático

Francisco Pinto

Mais agudo, o deputado federal Francisco Pinto, ex-secretário-geral do PMDB e representante da Bahia, entende que seria uma "omissão imperdoável" a oposição silenciar sobre as denúncias já feitas no passado.

"O espírito público — acrescenta Casco Pinto — não aceitará esse silêncio de apagar o passado. Apesar aqueles fatos denunciados não a revanchismo, mas o crescimento natural das denúncias do período ditatorial".

Ele conclui:

"Os militares se beneficiaram do regime fechado e autoritário, mas a grande maioria aqui apenas dentro das regras das corporações à espada e que se liquidaram e a eles devem ser julgados na aparição de responsabilidades".

Monitore defende um pacto de fidelidade ao regime democrático

Rogé Ferreira

"Se chegarmos ao poder, há tanta coisa a fazer que não sobrá tempo para voltar a um passado tenso. Será perda de tempo", é a colocação que faz o presidente do PDT de São Paulo, e ex-deputado, Rogé Ferreira, que perdeu seu mandato na primeira eleição de abril de 1984.

Diz que a lei de anistia do governo Figueiredo "me ajudou por crimes que não cometi, mas a História anda para a frente e eu não sou revanchista".

"Se o revanchismo nos desbesse o Rubens Paiva, o Manoel Fiel Filho e o Herói, entre outros, eu seria revanchista. Mas não nos devolvê", afirma o dirigente petedista, concluiu.

"O caso do Argentina é bem diverso do nosso e, afinal, os ex-presidentes desse período de autoritarismo não foram os únicos mas administradores de nossa História. Lá, na Argentina, o arbítrio vem de longa data".

Para o governador Leonel Brizola, do Rio, a circulação de versões de uma "argumentação" caso as oposições vençam as eleições presidenciais (pelo voto direto, é claro), está dentro de um "convênio nacional contra o restabelecimento da ditadura. Segundo ele, há um propósito de alguns setores contra as diretas de difundir "falsos rumores nas Forças Armadas brasileiras".

O presidente nacional do PMDB, deputado Ulisses Guimarães, afirma que, "se não estamos propondo isso (realizar o passado, em todos os sentidos), não há razão para se aventar essa possibilidade". É fazendo curso com a grande maioria de seus companheiros de oposição, não vê semelhança entre o que ocorreu na Argentina e o que ocorreu no Brasil, nos últimos tempos.

Franco Montero e Tancredo Neves são mais explícitos. O governador de São Paulo diz que a anistia brasileira foi um caminho de dias mais. A anistia — acrescenta ele — virou uma possibilidade numa página da história brasileira.

O governador de Minas vai mais longe: um pouco "a anistia no Brasil é definitiva, irretirável e irrevogável".



Neste carnaval, ninguém vai ficar apertado no semáforo que vem para indicar tudo o que acontece nos 4 dias de alegria.

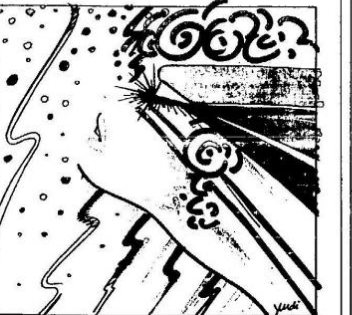
A Folha vai seguir de perto todos os fatos desta noite. E vai dar cobertura aos eventos, com atenção especial nos incidentes do Rio, São Paulo, Salvador, Recife e Santos. De noite mais alegre e estróide.

Desde as preparações, as clubes mais badalados, as festas, os concursos de fantasia, até as escolas de samba, blocos, as personalidades de destaque do ano. E também as músicas mais sonoras.

Você vai encontrar ainda nos cadernos especiais de Domingo, Segunda, Terça e Quarta-feira, as vitórias de todos os coletores e as lutas do ano de cada um, para escolas de samba.

Quando o samba sair o caminho de perito. Leia o Folha de S. Paulo. No grande impressionismo, os jornais cariocas não circulam na Segunda e na Terça. Folha de S. Paulo, só o Folha estará presente no Sábado.

Cobertura especial em São Paulo e Rio. Quando o Folha põe o bloco no ar, é por valer!



CARNIVAL 84  
COBERTURA EXCLUSIVA  
CADERNOS ESPECIAIS  
4, 5, 6 E 7 DE MARÇO

FOLHA DE S. PAULO  
O destaque do carnaval.

Monitore defende um pacto de fidelidade ao regime democrático

Francisco Pinto

Mais agudo, o deputado federal Francisco Pinto, ex-secretário-geral do PMDB e representante da Bahia, entende que seria uma "omissão imperdoável" a oposição silenciar sobre as denúncias já feitas no passado.

"O espírito público — acrescenta Casco Pinto — não aceitará esse silêncio de apagar o passado. Apesar aqueles fatos denunciados não a revanchismo, mas o crescimento natural das denúncias do período ditatorial".

Ele conclui:

"Os militares se beneficiaram do regime fechado e autoritário, mas a grande maioria aqui apenas dentro das regras das corporações à espada e que se liquidaram e a eles devem ser julgados na aparição de responsabilidades".

Monitore defende um pacto de fidelidade ao regime democrático

Rogé Ferreira

"Se chegarmos ao poder, há tanta coisa a fazer que não sobrá tempo para voltar a um passado tenso. Será perda de tempo", é a colocação que faz o presidente do PDT de São Paulo, e ex-deputado, Rogé Ferreira, que perdeu seu mandato na primeira eleição de abril de 1984.

Diz que a lei de anistia do governo Figueiredo "me ajudou por crimes que não cometi, mas a História anda para a frente e eu não sou revanchista".

"Se o revanchismo nos desbesse o Rubens Paiva, o Manoel Fiel Filho e o Herói, entre outros, eu seria revanchista. Mas não nos devolvê", afirma o dirigente petedista, concluiu.

"O caso do Argentina é bem diverso do nosso e, afinal, os ex-presidentes desse período de autoritarismo não foram os únicos mas administradores de nossa História. Lá, na Argentina, o arbítrio vem de longa data".

Os 20 anos do Movimento de 64

Processo político leva muitos a mudar de lado

CARLOS BRICKMANN

Dois histórias que ocorreram logo no início do regime revolucionário, em março e abril de 1964. O principal personagem de uma é Petrônio Portela, na época membro da UDN e governador do Piauí, mais tarde presidente da Arena e ministro da Justiça. O principal personagem da outra é Ulisses Guimarães, na época deputado federal pelo PSD, mais tarde "antecandidato" à Presidência da República pelo MDB e presidente nacional do MDB e PMDB.

1 - Na noite de 31 de março, um de nossos personagens prestou integral solidariedade ao presidente João Goulart, ameaçado de deposição, e exortou-o a "esmagar a sedição". Suas palavras: "Estou solidário com o Presidente para o que der e vier; estou contra ele, que em desespero, pretende defender pelas armas interesses inconfessáveis".

2 - Na primeira semana de abril, um grupo de políticos - entre os quais o nosso personagem - redigiu um projeto de Ato Institucional para legitimar a Revolução e dar poderes excepcionais - inclusive o de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos - ao Presidente da República.

3 - Na primeira semana de abril, um grupo de políticos - entre os quais o nosso personagem - redigiu um projeto de Ato Institucional para legitimar a Revolução e dar poderes excepcionais - inclusive o de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos - ao Presidente da República.

4 - Em 11 de maio de 1964, um de nossos personagens prestou integral solidariedade ao presidente João Goulart, ameaçado de deposição, e exortou-o a "esmagar a sedição". Suas palavras: "Estou solidário com o Presidente para o que der e vier; estou contra ele, que em desespero, pretende defender pelas armas interesses inconfessáveis".

5 - Em 11 de maio de 1964, um de nossos personagens prestou integral solidariedade ao presidente João Goulart, ameaçado de deposição, e exortou-o a "esmagar a sedição". Suas palavras: "Estou solidário com o Presidente para o que der e vier; estou contra ele, que em desespero, pretende defender pelas armas interesses inconfessáveis".

6 - Em 11 de maio de 1964, um de nossos personagens prestou integral solidariedade ao presidente João Goulart, ameaçado de deposição, e exortou-o a "esmagar a sedição". Suas palavras: "Estou solidário com o Presidente para o que der e vier; estou contra ele, que em desespero, pretende defender pelas armas interesses inconfessáveis".

7 - Em 11 de maio de 1964, um de nossos personagens prestou integral solidariedade ao presidente João Goulart, ameaçado de deposição, e exortou-o a "esmagar a sedição". Suas palavras: "Estou solidário com o Presidente para o que der e vier; estou contra ele, que em desespero, pretende defender pelas armas interesses inconfessáveis".

8 - Em 11 de maio de 1964, um de nossos personagens prestou integral solidariedade ao presidente João Goulart, ameaçado de deposição, e exortou-o a "esmagar a sedição". Suas palavras: "Estou solidário com o Presidente para o que der e vier; estou contra ele, que em desespero, pretende defender pelas armas interesses inconfessáveis".

9 - Em 11 de maio de 1964, um de nossos personagens prestou integral solidariedade ao presidente João Goulart, ameaçado de deposição, e exortou-o a "esmagar a sedição". Suas palavras: "Estou solidário com o Presidente para o que der e vier; estou contra ele, que em desespero, pretende defender pelas armas interesses inconfessáveis".

10 - Em 11 de maio de 1964, um de nossos personagens prestou integral solidariedade ao presidente João Goulart, ameaçado de deposição, e exortou-o a "esmagar a sedição". Suas palavras: "Estou solidário com o Presidente para o que der e vier; estou contra ele, que em desespero, pretende defender pelas armas interesses inconfessáveis".

11 - Em 11 de maio de 1964, um de nossos personagens prestou integral solidariedade ao presidente João Goulart, ameaçado de deposição, e exortou-o a "esmagar a sedição". Suas palavras: "Estou solidário com o Presidente para o que der e vier; estou contra ele, que em desespero, pretende defender pelas armas interesses inconfessáveis".

12 - Em 11 de maio de 1964, um de nossos personagens prestou integral solidariedade ao presidente João Goulart, ameaçado de deposição, e exortou-o a "esmagar a sedição". Suas palavras: "Estou solidário com o Presidente para o que der e vier; estou contra ele, que em desespero, pretende defender pelas armas interesses inconfessáveis".

ÁLBUM DE FIGURINHAS

A promessa que esbarra na única emenda melhor do que o soneto

É foi então que Figueiredo assumiu, prometendo prender e arrebanhar quem se opusesse ao seu juramento de fazer deste País uma democracia. De fato, houve momentos em que isso quase aconteceu. A bomba no Rio-Grande, por exemplo, arrebanhou um dos, mas ninguém foi preso. Os exilados voltaram com a ansiedade primária por uma radical modernização. Acentuaram as eleições para



Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



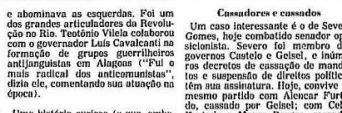
Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



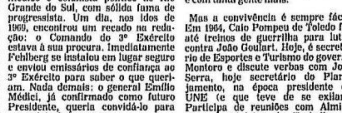
Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



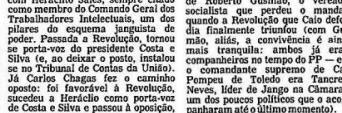
Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



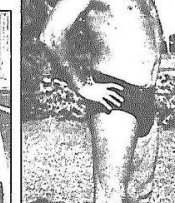
Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



Três meses depois da posse a Presidência ainda não era um peso



Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



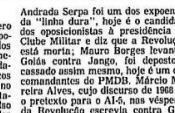
Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



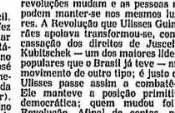
Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



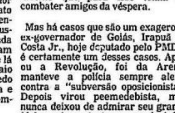
Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



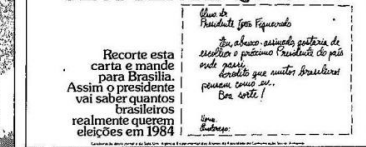
Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



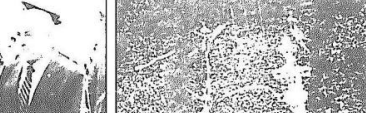
Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



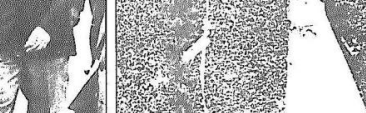
Com Andrézaca amigo, simplesmente, nada mais



Corrente pela direita quem a quebra, terá um Maluf na Presidência



Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



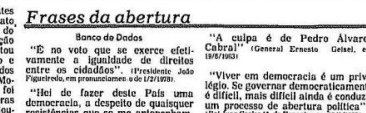
Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



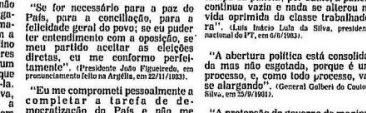
Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



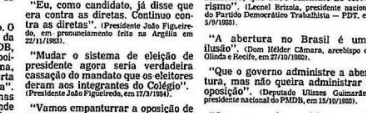
Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



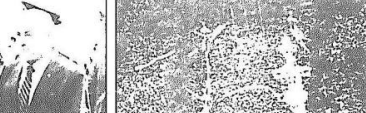
Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



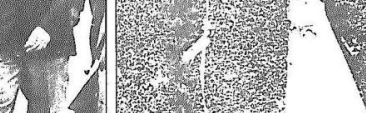
Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa

O PRESIDENTE DISSE QUE AS ELEICOES SERAO DIRETAS SE A GENTE QUIZER. Recorte esta carta e mande para Brasília. Assim o presidente vai saber quantos brasileiros realmente querem eleições em 1964.

Corrente pela direita quem a quebra, terá um Maluf na Presidência



Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



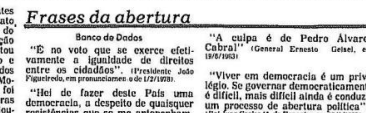
Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



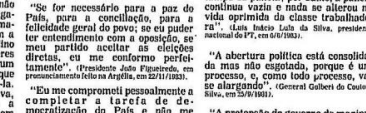
Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



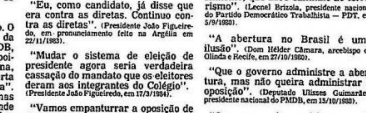
Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa



Com Aurélio de Azevedo em alguma coisa

abominava as esquerdas. Foi um caso interessante o de Severo Gomes, hoje combatido senador oposicionista. Severo foi membro dos governos Cavalcanti e Geisel, e inúmeros decretos de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos foram assinados por ele. Hoje, convive no mesmo partido com Alcener Figueiredo, casado por Geisel, com Celso Furtado e Mauro Borges, casados por Castelo; com Marcelo Gato e Nelson Follmann, casados por Geisel, e com tanta gente mais.

Mas a convivência é sempre fácil. Em 1964, Celso Pompeu de Toledo fez até trechos de guerrilha para lutar contra João Goulart. Hoje, é secretário de Esportes e Turismo do governo Montoro e discute verbas com José Serra, hoje secretário do Planejamento, na época presidente da UME (e que teve de se exilar). Participa de reuniões com Almino Afonso, ministro do Trabalho de Jango, e Paulo de Tarso, seu ministro da Educação e obediência ao comando de Roberto Gusmão, o vereador socialista que perdeu o mandato quando a Revolução que Celso defendia finalmente triunfou (com Gusmão, aliás, convidado e ainda se mantinha no tempo do PP - e já o comandante supremo de Celso Pompeu de Toledo era Tancredo Neves, líder de Jango na Câmara e um dos poucos políticos que acompanharam até o último momento).

Nada estranho: Hélio Peranduz apoia a Revolução, hoje a combatendo. Andréa Serpa foi um dos exponents da "linha dura", hoje é o candidato, dos opositores à presidência do Clube Militar e diz que a Revolução está morta; Mauro Borges levantou Góias contra Jango, foi deposto e cassado assim mesmo, hoje é um dos comandantes do PMDB; Marcelo Moreira Alves, cujo discurso de 1964 foi o pretexto para o AI-5, nas vésperas da Revolução escreveu contra Goulart. O caso é que a História muda, as revoluções mudam e as pessoas não mudam nem os mesmos lugares. A Revolução que Ulisses Guimarães apoiava transformou-se, com a cassação dos direitos de Juscelino Kubitschek - um dos maiores líderes populares que o Brasil já teve - num movimento de outro tipo: é justo que Ulisses passe assim a combatala. Ele manteve a posição primitiva, democrática, quem mudou foi a Revolução. Afinal de contas, nem todos mudam por oportunismo: alguns se mantêm fiéis a princípios, mesmo que para isso tenham de combater amigos da véspera.

Mas há casos que são um exagero. O ex-governador de Goiás, Inácio de Costa Jr., hoje deputado pelo PMDB, é certamente um desses casos. Apoiou a Revolução, foi da Arena, mandou a polícia sempre alerta contra a "subversão opositora". Depois virou peemedebista, mas nunca deixou de admirar seu grande ídolo, cujos retratos, segundo informações nunca desmentidas, ostenta na parede: Adolf Hitler.

Frases da abertura

Banco de Dados "É no voto que se exerce efetivamente a liberdade de direitos entre os cidadãos". (Presidente João Figueiredo, em pronunciamento de 12/12/63). "Hei de fazer deste País uma democracia, a despeito de quaisquer resistências que se me antepõem, venham elas de onde vierem". (General João Figueiredo, em pronunciamento de 12/12/63). "Se for necessário para a paz do País, para a conciliação, para a felicidade geral do povo; se eu puder entender entendimento com a oposição, se meu partido aceitar as propostas, eu me conformo perfeitamente". (Presidente João Figueiredo, em pronunciamento feito na Argélia, em 25/11/63). "Eu me comprometo pessoalmente a cumprir a tarefa de democratização do País e não me afastarei desses objetivos". (Presidente João Figueiredo, em pronunciamento feito em Assis, em 17/11/63). "Eu, como candidato, já disse que era contra as diretas. Continuo contra as diretas". (Presidente João Figueiredo, em pronunciamento feito na Argélia, em 25/11/63). "Mudar o sistema de eleição de presidente agora seria verdadeira cassação do mandato que os eleitores deram aos integrantes do Colégio". (Presidente João Figueiredo, em 12/11/63). "Vamos empanturrar a oposição de democracia, a tal ponto que eles vão ter uma indigestão". (Presidente João Figueiredo, em 11/11/63). "A culpa é de Pedro Álvares Cabral". (General Ernesto Geisel, em 10/11/63). "Viver em democracia é um privilégio. Se governar democraticamente é difícil, mais difícil ainda é conduzir um processo de abertura política". (Deputado João Carlos, em 10/11/63). "A abertura foi apenas por cima, na tampa da panela; por baixo, a panela continua vazia e nada se alterou na vida oprimida da classe trabalhadora". (Deputado João Carlos, em 10/11/63). "A abertura política está consolidada de mas não esgotada, porque é um processo, e como todo processo, vai se alargando". (General Geisel de Costa e Silva, em 25/9/1963). "A pretensão do governo de manipular a abertura gera este clima de insegurança, de incerteza e de pessimismo, que abre caminho ao terrorismo". (General Geisel, presidente nacional do Partido Democrático Trabalhista - PDT, em 25/9/1963). "A abertura no Brasil é uma ilusão". (Deputado João Carlos, em 10/11/63). "Quem o governo administra a abertura, mas não quer administrar a oposição". (Deputado Ulisses Guimarães, presidente nacional do PMDB, em 12/11/63). "O processo democrático se apertura nas urnas". (Vice-presidente Aurélio Chaves, em 25/9/1963).

# O PRESIDENTE DISSE QUE AS ELEIÇÕES SERÃO DIRETAS SE A GENTE QUISE.

Recorte esta  
carta e mande  
para Brasília.  
Assim o presidente  
vai saber quantos  
brasileiros  
realmente querem  
eleições em 1984

Olho de  
Presidente João Figueiredo

Seu, abaixo-assinado, gostaria de  
escolher o próximo Presidente do país  
onde quer.  
Acredito que muitos brasileiros  
pensam como eu.  
Boa sorte!

Nome:  
Endereço:

Colaboração de desta revista e de São Paulo - Agência Especializada dos Assuntos de Fomento do Conselho Administrativo de Recursos Econômicos

**Corrente pelas diretas: quem a quebrar,  
terá um Maluf na Presidência**



Os 20 anos do Movimento de 64

Estudos sobre os militares são poucos mas essenciais

Por razões óbvias (e estratégicas), os "brasilianistas" frequentaram com assiduidade, tanto antes como depois de 1964, o campo de estudos das Forças Armadas. Só recentemente a estrutura militar brasileira, sua organização e ideologia, passou a interessar alguns brasileiros civis como objeto de estudos, mas a produção intelectual, de origem brasileira, sobre o assunto, ainda que escassa é valiosa. Eliezer Rizzo, professor da Unicamp, com experiência na Esite de Ciências Políticas de Paris, pode não ser o protótipo de "brasilianista" interessado na organização militar, mas seguramente é um dos pioneiros na área. Seu livro "As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964/69)" data de 1976. Ele continua trabalhando com o tema, e observa sobre a implantação da doutrina de Segurança Nacional, que substituiu no pós-64 o conceito de Defesa Nacional, "apesar de menos referida nos discursos do atual presidente", continua vigente. E aponta sua falha estrutural: — Chegamos a uma situação paradoxal: como a doutrina de Segurança Nacional não abre as portas a possibilidade de definição de interesses, os interesses do povo só passam a existir de fato, e politicamente, na medida em que são interpretados pela "elite", em nível do Estado. Do contrário, permanecem como aspirações latentes da nacionalidade. Se não forem traduzidas pela "elite", encontrando porta-vozes em outro grupo social, serão passíveis de suspeita da ação dos inimigos internos. Correlatamente, em nome do bem comum, do interesse coletivo, os interesses contraditórios das diferentes classes sociais são amalgamados em objetivos que correspondem, de fato, aos interesses da "elite", ainda que em nome da Nação. Para o professor Eliezer Rizzo há 10 anos, um consenso majoritário de tudo aquilo que foi feito, nos últimos 20 anos, em nome da Nação, sobretudo no tocante à vida política e ao empobrecimento popular, não tem fundamento de legitimidade a não ser em, círculos sociais, econômicos e (talvez) militares. Não se tendo criado mecanismo de desenvolvimento de legitimidade, o regime buscou-a no futuro: o Brasil Político-A. Aceite-se que agora se sabe que o Brasil não será uma grande potência no prazo almejado, e muito provavelmente não atingirá o nível das grandes potências atuais. Outro fenômeno detectado pelo professor da Unicamp, de seu ângulo de observação do processo histórico dos últimos 20 anos, é a extrema centralização de poder e dos recursos nacionais e a presença preponderante do sistema militar na gestão desse poder centralizado. "Ao nível da Presidência da República, criou-se mais uma estrela à estrela presidencial para os generais, visto que este nível máximo de poder de Estado passou a ser privativo de generais do Exército, embora o processo atual possa levar à eleição de um presidente sem esta qualificação". Sobre o momento atual do processo, argumenta o professor Rizzo: — O SNI não faz parte da estrutura militar mas não poderia ter a importância que tem se não expressasse, ao seu modo, parte do poder daquela estrutura. Do seus filiações saíram dois presidentes (Médici e Figueiredo) e um (no momento) ex-presidente, general Otávio Medeiros, que representa um temor de retrocesso político. Eliezer Rizzo acredita que "a sua configuração efetivamente de-

e se preocupa com o fato de que o assunto "não tenha sido abordado nem discutido pois ainda é tabu no Brasil". Com ironia diz: "Economicamente o que está claro é que a produção brasileira de armamentos gera lucros e cria empregos, traz divisãs e projeta o País no exterior. Desse ponto de vista ela pode ser considerada como uma receita para ninguém botar defeito". Mas Alexandre Barros chama atenção para "as implicações políticas do desenvolvimento desse tipo de parque industrial". Explica o professor da Uferj: "Desde o fim da Segunda Guerra; "Mundial há houve no mundo mais de dez guerras que mataram mais de 25 milhões de pessoas, todas elas no Terceiro Mundo e todas elas utilizando o armamento convencional e não armamento nuclear. O desenvolvimento da indústria bélica brasileira introduz o País no clube dos fornecedores e este aspecto da questão não faz parte do debate político no Brasil. A tendência do debate político é centrar-se em torno da nuclearização ou não do Brasil, e é mais ou menos a postura de incomodar-se com o cisco sem ver a trave". Volta aos quarteis- Também o professor Renato Dagnino, da Unicamp, com experiência chilena, se preocupa com a temática militar, embora a enfoque através da tecnologia. No momento ele trabalha sobre a indústria bélica e sua relação com o modelo político-econômico implantado há 20 anos: — O regime que se instala em 64 tem como objetivo fundamental reconduzir o País à ordem capitalista, ameaça pelas tendências reformistas então atuantes. O modelo econômico que se implementa em função dele determina a abertura ao capital estrangeiro, a reconcentração de renda em favor das classes média e alta e em detrimento do operariado. Essas características, por si só, já explicariam o crescimento verificado no orçamento das Forças Armadas e a necessidade de contar com maiores quantidades de equipamento militar. Renato Dagnino observa uma contradição interessante: "Por que não foi adotada para a satisfação da demanda por equipamento militar uma estratégia semelhante a de quase todos os outros setores industriais implantados ou consolidados no período? Por que não se recorreu ao investimento e capacidade empresarial estrangeiros? Porque não se permitiu o controle pelo capital multinacional das indústrias montadoras em termos como no caso da indústria automobilística, reconhecidamente menos sofisticada do ponto de vista tecnológico? O pesquisador da Unicamp acredita que deve ter havido duro embate no interior das Forças Armadas em relação a estas decisões mas acha que "os elementos ligados à segurança nacional, à geopolítica e ao projeto do Brasil-Potência devem ter sido determinantes". O professor Dagnino assim percebe o atual momento de um processo histórico de 20 anos: "Por maior que seja o questionamento da atuação dos militares na política nunca foi colocada em questão pela oposição seu papel enquanto militares. A palavra de ordem 'volta aos quarteis' implicitamente lhes outorga uma função específica na situação imediata posterior a que estamos vivendo. Talvez por uma simples concessão táctica, mas provavelmente por representar um denominador comum no seu precário consenso, há uma reconhecida, por parte da oposi-

CARLOS BRICKMANN Do nosso arquivo de reportagem

Cena real: Em volta da Universidade, 900 homens armados de metralhadoras, pistoletes e fuzis, uniforme de combate, rastejavam lentamente. O comandante das tropas de assalto, rádio em punho, transmitia as notícias para a radiogarda: "Estamos ganhando terreno", "o inimigo não oferece resistência". Finalmente, os soldados chegaram à porta da Universidade de Brasília, onde foram recebidos por um cortês advogado: "Pois não, cavalheiros. O que os senhores desejam?". Dessejaram dar uma busca em regra na Universidade, em busca de provas de subversão. Após a busca, foram apreendidos os seguintes objetos subversivos: uma bandeira japonesa (utilizada no ano anterior, numa exposição de gravuras de artistas do Japão); um facão de matou do professor de Linguística (utilizado quando entrava floresta adentro para estudar dialetos indígenas); um revólver do século passado, pertencente à coleção de um professor de Arte. Aconteceu em 1964. E verdade, sim; e foi filmado por uma equipe da TV americana, para apresentação em rede nacional. Não era só isso: o filme "Sete dias de maio", uma ficção política sobre uma tentativa de golpe militar nos Estados Unidos, foi proibido em todo o Brasil; o filho do embaixador de Serra Leoa em Brasília foi preso pelos órgãos de segurança, sob suspeita de subversão; um jogo da seleção brasileira de futebol contra a seleção soviética foi suspenso, por que o comunismo não se propagasse. Houve mais: num teatro do Rio, policiais tentaram prender o dramaturgo Bertold Brecht — que se só vivia na Alemanha como fízcra a descortesia de morrer uns vinte anos antes — em casa sobre o cubão, mas não foram apreendidos, por suspeitas de vinculações com Cuba; "O vermelho e o negro", clássico de Stendhal

sobre um cidadão indesejo entre a carreira eclesiástica e a militar, sofreu o mesmo destino (e muito justamente, pois não é vermelho a cor dos comunistas?). Ridículo. Mas foi o ridículo a principal característica das primeiras punições revolucionárias (mais tarde, a partir do Ato Institucional nº 5, crimes bem mais graves seriam cometidos). O cronista da época foi Stanislaw Ponte Preta; que celebrou os acontecimentos do período com o nome de Febreap, o Festival de Boateiros que Assola o País. Foi nesses tempos que o vice-governador do Paraná foi acusado de ligações com células comunistas (a propósito, o nome deste vice-governador era Afonso Camargo Neto — o próprio, ministro publicado no Ilustração pelo presidente Ernesto Geisel e é hoje secretário-geral do PMDB). Um anúncio publicado no Ilustração em 29/9 — foi investigado pelo DOPS, para apurar por que a conta estava errada. E até o vereador Glória Jr. foi preso para averiguações sobre subversão — justo ele, fervoroso protestante! A atriz Maria Della Costa foi intimada a depor para explicar os motivos pelos quais visitara a União Soviética e a China Comunista. O DOPS enviou à Câmara dos Vereadores de São Paulo uma lista de 19 vereadores e suplentes "participantes de ações comunistas ou de ordem subversiva". Entre eles, João Carlos Meirelles (que mais tarde seria presidente da conservadoríssima Associação dos Empresários da Amazônia) e Roberto Gusmano. Este mesmo.

determinou à Assembléia Legislativa de São Paulo que expurgasse os elementos enquadrados no Ato Institucional. Em Neves, Minas Gerais, 195 pessoas ficaram presas por mais de dois meses, para averiguações, até que seus depoimentos fossem comprovados. E, embora a tortura não fosse procedimento comum na época, ficar na prisão não é propriamente um programa dos mais agradáveis. Ser comunista era considerado um crime em si (embora importantes juristas, como Sobral Pinto, relembrassem constantemente que não existe delicto de opinião). O caso de Salim Miguel, preso em Florianópolis, é exemplar: diante do pedido de habeas-corpus, o Ministério da Marinha (chefiado por um almirante das mais liberais, Ernesto de Melo Bastos) informou que ele era "comunista ativo, sendo um dos signatários da petição de registro do PCB junto ao TSE". Por isso, havia sido demitido da Agência Nacional, preso e sujeito a inquérito policial-militar. O caso do ex-deputado Carlos Mari-glietta é mais grave: ele foi baleado e preso num cinema sob a acusação de ser comunista (e só mais tarde a luta armada entraria em sua vida). Foi a época de ouro da delação. O deputado Amaral Neto pediu a cassação do senador José Ernirio de Moraes (pai de Antônio Ernirio) e de todos os ex-ministros de Jango que haviam sido punidos: Jair Dantas Ribeiro, Wilson Fadal, São Thiago Dantas, Oliveira Brito, Oswaldo Lima Filho, Wilson Fadal, Expedito Machado. O deputado João Calmon pediu a instalação no País de um grande tribunal, como o de Nuremberg (que julgou os nazistas após a Segunda Guerra Mundial), para impedir que os comunistas se estabelecessem no Brasil. O deputado Arnaldo Cerdeira pediu o estado de sítio, "porque os militares o julgam necessário". Havia vozes sensatas, como a do senador Josafá Marinho: "Resistam ao desvario das paixões". Mas não eram ouvidos. Em Brasília,

muitos deputados que sobreviveram às cassações se precipitaram vorazmente sobre os apartamentos de seus colegas cassados — e so foram criticados por Almyr Gajardoni, colunista da "Folha" em Brasília. A fuga dos cérebros Na primeira fase da Revolução, as cassações atingiram deputados cuja votação somada alcançava 55% dos votos dados à bancada da Guanabara, 30% de Pernambuco, 10% de São Paulo. Mas, mais que deputados e senadores, as perseguições políticas da primeira fase da Revolução atingiram um dos pontos mais sensíveis da Nação: seus cérebros. O físico Mário Schenberg, que Einstein apontara como seu sucessor, foi preso; professores foram demitidos nas principais universidades do País; 180 inquiridos sobre infiltração comunista; professores cientistas e pesquisadores na Universidade de Brasília. O professor Isaias Raw, diretor do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, IBEC, foi preso (ver matéria ao lado); cientista como Moyses Nussenzweig e Luis Hildebrandt preferiram deixar o País. No dia 5 de junho de 1964, pouco mais de dois meses após a vitória da Revolução, a "Folha" publicou uma lista de 22 cientistas importantes que haviam deixado o Brasil — uma boa parte com destino aos Estados Unidos, que lá a ideologia é menos importante que a produção científica. Um problema sério — mas ridículo. Por problemas políticos, os professores Ruth e Viktor Nussenzweig descobriram a cura da malária nos Estados Unidos, não no Brasil (seus estudos estão bastante avançados). Por problemas políticos, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso deram em Paris aulas que poderiam ter dado no Brasil. Por problemas políticos, um País pobre transferiu para países ricos sua reserva de cérebros — e isso é uma indelével marca na história da Revolução.

Perseguição invade o terreno da galhofa

Logo depois de sua prisão, chegou ao Brasil o diretor do Departamento de Ciências da Unesco, que tinha um trabalho a realizar com Raw. Inicialmente, não acreditou que ele estivesse preso; deveria ser outro, esse que ele procurava era um eminente cientista, professor de fama internacional. Era esse mesmo. Pediu então sua libertação; não foi possível atendê-lo. Um grupo de cientistas,

liderado por três Prêmio Nobel, enviou carta ao presidente Castelo Branco, solicitando que fosse solto. Nada feito. A única solução foi a seguinte: o diretor da Unesco foi também para a cadeia. Todos os dias, ao oito da manhã, entrava no xadrez, trabalhava até às seis da tarde e voltava para o hotel para dormir. Raw enfrentava outros problemas no xilindro. Por determinação superior, os carcereiros não deveriam conversar com os presos, todos perigosíssimos subversivos. Mas, condeido daquele maço tão magriño, um cubo criou coragem e, um dia, tentou iniciar uma conversa: "O senhor é corrupto ou subversivo?". A "Folha" assumiu também a defesa de Raw. Em 26 de julho, num memorável editorial — "Dedo-duro na Universidade" — apontou o motivo real por trás da prisão: se Raw passasse um determinado tempo afastado das aulas, não poderia concorrer à cadeira. E outros concorrentes, com menos títulos e trabalhos de menor valor, teriam oportunidades maiores. No fim, Isaias Raw foi libertado. Mas decidiu passar alguns anos fora do Brasil. Reportagens, sim; mas também

Na reação aos excessos, a posição da "Folha"

A reação aos excessos revolucionários começou simultaneamente em dois grandes jornais: o "Correio da Manhã", do Rio, e a "Folha". O "Correio" protestou contra as arbitrariedades em editoriais, notas, artigos de Carlos Heitor Cony, Otto Maria Carpeaux, Alcino Moreira Alves; a "Folha" preferiu a reportagem. Em 28 de abril, menos de um mês após a vitória da Revolução, a "Folha" publicava sua primeira grande denúncia: uma reportagem de Ewald Dantas Ferreira. "Do que foi preso o Joaquim Romão". Uma história fantástica: Romão era pescador de uma aldeia que na época vivia isolada do mundo, Tabatinga, entre Caraguatuba e Ubatuba. Há muito tempo não se dava com o delegado de Ubatuba. Um dia, surgiu em Tabatinga uma missão da Supra, Superintendência da Reforma Agrária, e fundou na aldeia um sindicato rural. Joaquim Romão, o único que sabia assinar o nome, foi por isso feito seu presidente. Dias depois, veio a Revolução. O delegado aproveitou a oportunidade e prendeu o pescador como subversivo. Pois bem: Joaquim Romão ficou 27 dias preso e só foi possível soltá-lo porque a "Folha" se empenhou na

campanha. Quando ele voltou a sua praia, Ewald mandou um bilhete ao secretário de redação, Wotie Guimarães, que o jornal decidiu publicar. Sua última frase: "O Joaquim Romão é mesmo um símbolo. E o Brasil está cheio de Joaquim Romão por aí". As vezes o Joaquim Romão era importante e mobilizava a opinião pública internacional. Por exemplo, Isaias Raw (esse foi o título de uma das reportagens reunidas sob o título "Universalidade: a Revolução posta à prova", também de Ewald Dantas Ferreira). Raw era diretor do IBEC-C, regente da cadeira de Bioquímica da Faculdade de Medicina da USP, criador da Fetr de Ciências e dos Cientistas de Amahã; e chefiara a elaboração do Plano de Ciências da Aliança para o Progresso. Veio a Revolução, Isaias Raw foi preso. Logo depois de sua prisão, chegou ao Brasil o diretor do Departamento de Ciências da Unesco, que tinha um trabalho a realizar com Raw. Inicialmente, não acreditou que ele estivesse preso; deveria ser outro, esse que ele procurava era um eminente cientista, professor de fama internacional. Era esse mesmo. Pediu então sua libertação; não foi possível atendê-lo. Um grupo de cientistas,

Tendências / Debates

Os artigos publicados com assinatura dos autores não traduzem necessariamente o opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

Democracia sem direito de greve?

LUIS INACIO LULA DA SILVA
O escritor Pedro Nave, que há pouco nos deixou, abrindo um grande vazio no paisagem cultural e humana deste País, conta, em um de seus livros de memória, que quando ouvira pela primeira vez, muito criança ainda, a palavra greve, ela foi dita com um cuidado e discrição que ele teve a impressão de estar ouvindo o maior palavrão de sua vida.

Ainda hoje, no Brasil, greve continua sendo, em muitos setores, uma expressão proibida e, quando dita, cercada dos maiores cuidados e precauções. Tal comportamento inverte algumas considerações. O exercício regular do direito de greve vem sendo reivindicado pelos trabalhadores desde os anos que se seguiram à Revolução Industrial. Proibido inicialmente a greve e considerando os grevistas como criminosos, a legislação, na grande maioria dos países do chamado mundo Ocidental, sofreu uma lenta mas constante evolução no sentido de considerar a greve como um direito dos operários. Assim, a Constituição de vários países assegura o direito de greve sem qualquer restrição e sem que a norma constitucional fique na dependência de regulamentação através de leis com caráteres ordinárias. É o que ocorre, por exemplo, em Portugal.

Esta mudança no enfoque jurídico e político da greve não aconteceu isoladamente. Foi uma conquista dos trabalhadores, cujas lutas sensibilizaram parcelas majoritárias da opinião pública e importantes correntes de pensamento. Surgiram novas linhas doutrinárias que se propunham a justificar, com fundamentos no campo do direito, o reconhecimento e a legalização da greve. A greve como instrumento de luta de legítima defesa dos trabalhadores. A greve como forma de se obter, no contexto de uma sociedade injusta e

A pergunta da "Folha" Qual o papel e os limites do instrumento de greve numa sociedade democrática?

discriminatória, maior igualdade social. Todos reconheciam, e reconhecem, que a greve em si mesma não é desejável, como não desejável por exemplo a separação ou extinção do emprego, o repouso remunerado e outras conquistas. Ela é simplesmente indispensável no quadro de uma sociedade profundamente injusta e hierarquizada, onde o capital visa a ampliar a fatia dos seus lucros e o trabalho procura ampliar a margem da sua dignidade e dos seus direitos. Porém, os excessos do exercício do direito de greve significa a garantia absoluta do capital, a manutenção do "status quo" e a marginalização dos trabalhadores, que têm na greve a sua forma de lutar e resistir sem recorrer à violência.

A greve caracteriza uma situação de conflito, não de violência. O conflito é próprio da vida e das relações sociais. Negá-lo é estabelecer a imposição de a hierarquia, criando as condições para a opressão e para a exploração, recriando as situações de injustiça e exploração. Na medida em que o conflito é reconhecido e seu escoamento através de formas mais justas e humanas, a busca de solução dos problemas sociais.

No Brasil, a Constituição vigente, não obstante a sua origem espúria e os seus rumos autoritários, assegura, em tese, o livre exercício da greve. A Lei que regulamenta o direito constitucional, agravada pelo

Decreto 1832, estabelece, entretanto, tantas e tão profundas restrições a esse direito assegurado pela lei maior, que acaba na prática por negá-lo. Oportunista a observação do dr. Evaristo de Moraes Filho, de que no Brasil só podem fazer greve as manufaturas, pedreiras e congêneres. Quanto, as demais profissões, todas são consideradas como atividades essenciais.

O artigo 162 da Constituição Federal, além de reneter à legislação complementar a caracterização das atividades ditos essenciais, o que na prática torna letra morta a garantia constitucional, proíbe expressamente a greve nos serviços públicos. A rigor, os servidores públicos são duplamente penalizados, no texto constitucional e na legislação ordinária, impedidos de organizar sindicatos, indultos no seu direito de greve, além, ainda, à margem das restrições senestrais automáticas e de outros benefícios mínimos.

Nada justifica tais privilégios que o Estado se concebe por fora de leis que não expressam os sentimentos da maioria da população. Os interesses básicos e elementares dos servidores públicos. A greve não é um direito desta ou daquela categoria, mas de qualquer grupo social. A greve é um direito básico, elementar e inalienável, de todos os associados. Numa sociedade capitalista, o Estado, enquanto empregador, deve dentro das normas e dos parâmetros do capitalismo. Não há porque, então, o escudo do conflito sempre presente nas sociedades democráticas, de que se fala, a ser usado para impedir que o Estado esteja à margem ou acima dos conflitos sociais e deslembre a realidade e a insistir, com novos argumentos no velho e sempre frágil engodo do corporativismo fascista.

LUIS INACIO LULA DA SILVA é o presidente nacional do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Têxtil em São Paulo.

A Palavra do Leitor

"Edilidade amesquinhada"

"Li, surpresa, na edição do dia 23 deste mês, a matéria opinativa intitulada Edilidade amesquinhada, na qual esse jornal faz considerações que não condizem com a verdade. Somente podemos atribuir a matéria à mesquinha ou precária informação que esse matutino tem a respeito da Câmara Municipal de São Paulo, suas atribuições, como Poder Legislativo do Município de São Paulo, e suas atividades parlamentares, pois a 'Folha' há muito tempo deixou de manter junto à Sala de Imprensa da Edilidade Paulista um jornalista devidamente credenciado. Antes, porém, o fazia, e seu noticiário a respeito era a luz do que ocorria."
"Assim, solicitamos que seja designado um de seus repórteres para cobrir os fatos desta Câmara, especialmente das reuniões e quadricênios, quando se realizam as sessões ordinárias. Esta medida evitará que o bem conhecido matutino paulista evasivas e faça comentários equivocados, como o constante daquela edição."
Alino Lima, presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

A pergunta da "Folha" Qual o papel e os limites do instrumento de greve numa sociedade democrática?

tu di co co Pe. bi do co de Ar. bi. si. rit. de do ru. bi. fu. ma.
O que é que se podia notar 'entem', ou seja, no dia anterior à publicação do editorial? Quais são as discussões e debates eventuais ocorridos na edilidade paulista na referência dada e que inspiraram o comentário editorial?
"Ministro completo, já que nem o próprio editorial, nem o noticiário interno da 'Folha' o esclarecem."
"Diria ainda o editorial: 'Por motivos que não têm a ver com o interesse público ou proposto do grupo de servidores burocráticos sistematicamente as propostas do prefeito e transformo o assunto em matéria de interesse público'."
"Novas dúvidas, ante acusação tão grave: quantos e quem são estes veredores? É quais são os seus interesses? É qual não são, segundo a 'Folha', os interesses públicos que são as propostas do prefeito que são bloqueadas? Serão sempre os interesses de 'interesses públicos'?"
"Preocupação seriamente que o prestígio adquirido na incontestável postura democrática deste jornal possa ser abalado por equívocos e parcialidades que, tendo certeza, serão sempre eventuais e intencionais. E preocupo-me também a falta de rigor nas críticas ao Legislativo — certamente necessárias, mas excessivamente criteriosas — possa se confundir, na página da 'Folha', com o rigor autoritário que por largos anos deu corpo ao funcionamento do Executivo em detrimento das atribuições do Legislativo, em todos os níveis."
"Costaria de terminar com um pedido: que a 'Folha', único jornal que na campanha eleitoral de 1982 abriu espaço aos candidatos e vereadores, restabeleça seu setorista no Palácio Anchieta, se exemplo dos muitos que mantêm no bairro. Porque achamos que a democracia começa com a discussão dos problemas da cidade e que apenas a vigilância constante da imprensa imparcial poderá evitar os 'momentos de ópera bufa', que precisamos ser revelados no público quando ocorrerem, não se restringindo ao órgão de imprensa ao impresso. O que, aliás, não é, e temos certeza nunca será, o caso do jornal da 'Folha'."
Vereador Luiz Teodoro de Lima.

LUIS INACIO LULA DA SILVA é o presidente nacional do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Têxtil em São Paulo.

LUIS INACIO LULA DA SILVA é o presidente nacional do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Têxtil em São Paulo.

Nota da Redação — A 'Folha' procura dedicar à Câmara Municipal de São Paulo o espaço jornalístico que a lei lhe concede. Não considera necessário manter um jornalista dedicado a despejar dos senhores vereadores.

Culinária política
"Depois de ter lido em 'Opinião' Cláudio Abramov, Ruy Mauro de Carvalho, Joaquim Falcão e outros, e, no edição de 21/05, o Tarso de Castro, depois de ler lido, também, as notícias sobre o assassinato sofrido pelos 'obras-frias', como gesto de ser sucinto não que poderíamos resumir tudo em uma simples frase: 'Folha-assada'."
Salvio Th.B. Araújo (São Paulo — 237)

Queremos liberdade sindical

Qual os limites do direito de greve em uma sociedade democrática? A rigor, pode dizer-se que se a sociedade é realmente democrática — isto é, se todos estão convencidos de que deve vigiar a lei legítima, votada pelos representantes do povo, e de que o governo não é pessoal, nem de grupos, mas o chamado "governo da lei", os limites do direito de greve são o direito de trabalhar. A greve é um instrumento legítimo de luta contra os empregadores; seu exercício, no entanto, não pode conflitar contra o outro direito — mais sagrado ainda — se pode dizer — que é o de trabalhar. Quando há uma categoria profissional ou que querem trabalhar, o que é legítimo fazer greve? Se a situação é essa, qual o direito que os mais valiosos? O de parar o trabalho, ou o de ele comparecer? Em meu entender, se a sociedade é democrática, ambos os direitos são sagrados e os dois devem ser respeitados — porque do contrário se estará criando uma situação em que o trabalho passa a ser desrespeitado.

Se há dúvida alguma, o reconhecimento do direito de trabalho não deve chegar ao absurdo de situações frequentes em outros países, de empregadores contratar em fora-greva; para essa eventualidade, aliás, a legislação brasileira (especialmente a Lei combatida Lei 4330/64) já prevê remédios. Em seu artigo 19, 4º, a Lei 4330 proíbe ao empregador admitir empregados em substituição aos grevistas. Não

Queremos liberdade sindical

se diga que é uma lei subversiva — foi feita pelo marechal Castelo Branco, e era ministro do Planejamento o sr. Roberto Campos.
Esse é um dos pontos principais. Outro, é o do exercício do direito de greve nas atividades essenciais fundamentais. É evidente que deve ser exercido uma fórmula não jurídica, mas política, decorrente de entendimento amplo entre associações livres dos empregadores e empregados, para definir o que seja o exercício do direito de greve nas atividades fundamentais. Dado um exemplo simplificado para mostrar a complexidade do problema: quando se faz greve nos serviços de transportes urbanos em São Paulo, ou Rio de Janeiro, todos os trabalhadores de todas as demais empresas de todos os outros ramos ficam prejudicados e são privados, pela violência de seu direito de trabalhar. Sem dúvida, a greve é a maneira de exercer pressão contra os legítimos interesses legítimos também o lock-out. Não deve, porém, só por isso, ser instrumento que consigne quem não é parte na disputa salarial. Isso para não falar da greve nos estabelecimentos de ensino, nos hospitais, etc., e, da greve pela greve, que anda por aí.
Essas considerações mostram o quanto difícil é chegar ao chamado consenso em torno dos limites do direito de greve numa sociedade democrática — que não é, absolutamente, a sociedade em que todos os direitos e ninguém tem deveres, se ninguém tem deveres, a sociedade deixa de ser democrática, porque a

Queremos liberdade sindical

le, legítima, impõe sempre um dever, uma coisa qualquer a fazer ou deixar de fazer.
Há outro problema, entretanto. É o direito de delatar greves? Em meu entender, o direito de greve, para ser legitimamente exercido, deve ser praticado por sindicatos livres e autônomos — isto é, que não dependam do governo. Hoje em dia é moda chamar-se autônomos as organizações que se constituem em oposição à intervenção do Ministério do Trabalho nas organizações sindicais, etc. Não se ouve uma única voz, no entanto, contra o chamado "direito de greve" que amarra os sindicatos ao Estado e alimenta a burocracia, transformando os sindicatos em "curiosos" de alguns privilégios, que, servindo-se do imposto, mantem suas "médulas".
Só o término do imposto sindical se livra os trabalhadores das organizações sindicais e legitimar em meu sentir, mais amplo o direito de greve. Com o que pode dizer-se em resposta à pergunta inicial: o limite do direito de greve numa sociedade democrática está na liberdade real e efetiva que os sindicatos gozam diante do Estado. Quem, no Brasil, pode dispensar o Imposto Sindical e livre? As Associações Comunitárias podem — e isso porque não dependem do governo e lutam contra a legislação de origem fascista e corporativista que oprime a liberdade das organizações de classe.

GUILHERME AFIF DOMINGOS é empresário e presidente do Conselho de Administração do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Têxtil em São Paulo.

Democracia e direito de greve

ALMIR FAZZIANOTTO PINTO
Tudo as suas origens históricas, a greve não mais seria, com o específico do termo luta trabalhista, passando a ser usada também pela sociedade civil no fortalecimento de reivindicações, manifestações e protestos. Como escreveu Jean-Pierre Triaud, ao estudar a sociologia do trabalho, "a palavra designa hoje a violação de ritos, costumes, usanças que nada têm a ver com o trabalho: greve dos alugados, greve dos impostos, greve dos sacramentos, greve da fome, etc. A greve consiste, pois, em desmarcar não mais o patrão, mas o proprietário, o preceptor, o carcereiro, o príncipe: significa também fraudar expectativas, subverter hábitos, desarrumar o tabuleiro de xadrez social".

Aparição universal de todos os trabalhadores livres, o direito de paralisar, ou de greve, pode regulamentar por parte do Poder Legislativo, mediante lei simples, que, dotada de flexibilidade e equilíbrio, resguardando os interesses dos trabalhadores, sem se esquecer dos outros que se encontram com eles interligados, e em cuja participação política, entretanto, que a greve trabalhista releva apenas aspectos exteriores e o forte impacto emocional, não se admira, não hoje, previsto legal que fosse além da clássica garantia constitucional do direito de reunião pacífica, ordenada, e cúctio.

incompatíveis com as superiores interesses da produção nacional". Apesar de sua curta duração material — menos de nove anos — a carta de 1932 sobreviveu a seus autores, penetrando, ainda hoje, no mundo das relações de trabalho através de pelo menos duas das suas concepções fundamentais: a organização corporativa dos trabalhadores, em sindicatos desligados de autonomia frente ao Estado, e as restrições ao exercício da greve.

Nesta ordem de idéias, nota-se que a Constituição democrática de 1946, embora houvesse consagrado amplamente o direito de greve em seu artigo 158, jamais conseguiu fazer romper as barreiras grevoviolamente erguidas pelo Decreto-Lei 3.070, de 1945. Aliás, a tardia regulamentação desse dispositivo somente aconteceu em 1964, quando um Congresso Nacional perplexo e vacilante diante do movimento militar fez aprovar a Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964, conhecida pelos trabalhadores como greve, através de complexa série de exigências, inflexões e direitos, reduzindo as possibilidades do seu exercício às greves por falta de pagamento em empresas em situação prefallimentar.

A regulamentação do País no Brasil autoritário fez com que o rigor da Lei 4330 fosse exacerbado pela Constituição de 1977, posterior à promulgação da Carta de 1977, mantida pela Emenda nº 1/81, ainda hoje vigente. Compostas com a prática adotada pela Constituição de 1946, a 1967 proibiu expressamente a greve nos serviços públicos e atividades essenciais, hoje definidas pelo Decreto-lei nº 1822/74.

A movimentação da classe trabalhadora, posterior a 1977, e as críticas ferrenhas de acordo excepcionadas pelas partes, capazes de por em perigo a estabilidade, mesmo sob situação adversa, revelou a inutilidade da proibição da greve e da manutenção de exigências muito rigorosas para o seu exercício. Com o cabimento do acordo Marguerite Yourcenar, as leis "quando demasiadamente duras, são transgressidas com razão" e quando muito complicadas, "o engenho humano encontra o meio de escapar por entre as malhas dessa rede frágil e corrompida".

ALMIR FAZZIANOTTO PINTO é deputado estadual (PSDB) e secretário do Trabalho do governo de São Paulo.





## Tendências / Debates

Os artigos publicados com assinatura dos autores não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação tem por propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

### A Globo é nossa?

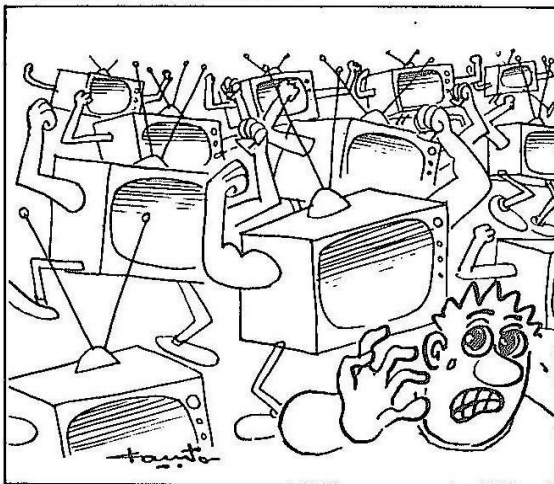
MURILO CÉSAR RAMOS  
VENICIO ARTUR DE LIMA

Em 29 de novembro passado, o presidente João Figueiredo outorgou ao pastor Nilson Fanini, dirigente da "maior igreja Batista da América Latina", sediada em Niterói, a concessão do canal 13, antiga TV-Rio. Concorreram com o pastor grupos poderosos, como Makssoud, Abril, Capital, entre outros. De acordo com o próprio outorgado, sua vitória "foi o reconhecimento de um trabalho evangélico que venho realizando há muito tempo", admitindo também que "foi uma decisão pessoal do Presidente".

O fato evoca questão da maior relevância, neste momento em que começa a existir entre nós um questionamento amplo sobre nosso sistema de radiodifusão, a partir das distorções que emissoras de televisão vêm deliberadamente praticando na cobertura do processo sucessório. A sociedade civil, finalmente, se dá conta de que a exploração comercial de canais de rádio e televisão, embora formalmente concedida a particulares para servir ao interesse, à conveniência e a necessidade do público, na realidade, serve principalmente aos interesses dos concessionários.

Assim sendo, não obstante as declaradas intenções evangélicas do pastor Fanini, é preciso questionar esse processo centralizado, pessoal até, de concessão de um serviço público de tamanha significação política na sociedade contemporânea. O público, os seus representantes legítimos, não pode continuar à margem deste tipo de decisão. O próprio ministro das Comunicações, Haroldo de Matos, tem insistido em seus pronunciamentos que concessão é "ato de ceder seu direito em favor de outro, privilégio concedido pelo governo a uma empresa para que explore serviços de utilidade pública". Só que o ministro fala em "privilégio concedido pelo governo", sem explicar que esse privilégio pertence de fato ao público que, em última instância, é o verdadeiro poder concedente.

Consolidando dispositivo oriundo da regulamentação das radiocomunicações de 1931, foi o Código Brasileiro de Telecomunicações, promulgado em 1962 (lei nº 4.177), que centralizou no presidente da República a outorga de concessões de radiodifusão, à exceção dos serviços de caráter local. Todavia, o Presidente teria que ouvir primeiro o Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel). Esse conselho, no entanto, viria a desaparecer em 1972, quando suas atribuições foram incluídas na competência geral do ministro das Comunicações (decreto nº 70.598), assessorado por um Conselho Nacional de Comunicações (CNC). Decreto posterior (nº 78.921/76), ampliou de 8 para 17, os membros do CNC e detalhou suas atribuições em relação à radiodifusão. Competiria, então, ao Conselho Nacional de Comunicações assessorar o ministro "na formulação e execução das políticas nacionais de radiodifusão"; na "promoção, orientação e coordenação do desenvolvimento" deste serviço; e na realização de "estudos com vistas ao estabelecimento de contínua atualização de diretrizes e orientação relativas ao nível e conteúdo da programação de radiodifusão". O que se constata na prática, porém, é que o CNC está longe de cumprir suas finalidades. Ele raramente se reúne, fazendo com que as decisões sobre concessões não escapem de um círculo fechado, restrito às figuras do presidente da República e do ministro das Comunicações, burlando



inteiramente o espírito da própria legislação em vigor e os interesses maiores do público.

Não bastasse essa centralização, outro dispositivo legal afasta ainda mais o público da possibilidade de interferir nas outorgas de concessões. Enquanto nos Estados Unidos, de onde importamos o modelo de radiodifusão, o período normal de concessão é de 3 anos, e nos demais países das Américas esse tempo varia de 5 anos para o rádio e 10 anos para a televisão, no Brasil permite-se o privilégio da concessão de 10 anos para rádio e 15 anos para televisão. Na prática, o que era uma "concessão" passou a ser virtualmente uma "propriedade". Esse prazo inédito é mais do que suficiente para que os concessionários consolidem um tal poder — característico, aliás, da capacidade de manipulação do real, própria dos meios de comunicação — usado junto ao Estado para a renovação, por igual período, da sua concessão. Chega-se, portanto, ao absurdo de se transformar a radiodifusão em atividade eminentemente privada, abandonando-se inteiramente a noção consagrada da radiodifusão como serviço público.

Mas o desvirtuamento do Sistema Brasileiro de Radiodifusão vai além dos pontos até agora tratados, sempre em flagrante prejuízo do público que, como argumentamos, é o verdadeiro poder concedente. Representante da CNBB, em recente seminário sobre política de concessões, realizado em São Paulo, denunciou as pressões que as emissoras católicas vêm sofrendo desde que a Igreja passou a atuar "de uma forma política mais progressista". Ele citou como exemplo o fato de que, em 1951, 20% das estações de rádio brasileiras eram concessões exploradas pela Igreja católica, percentual hoje reduzido a apenas 8%. O próprio secretário de Serviços de Radiodifusão declarou recentemente que o Ministério das Comunicações tem evitado conceder canais a municipalidades, "ante as mudanças de elites políticas regionais", eufemismo empregado para evitar dizer claramente que não é interesse do regime conceder canais de rádios a municípios, hoje em mãos das oposições que, vale ressaltar, lá chegaram através do voto direto. Esses fatos nada mais fazem do que confirmar a "política" de radiodifusão embutida na já célebre frase do ministro Haroldo de Matos — "preferida por ocasião de concorrência para os

canais liberados pelo espólio da antiga TV Tupi — de que as novas redes de televisão deveriam ser concedidas a empresas que não tivessem compromissos com um "jornalismo crítico". O resultado é de todos conhecido: foram privilegiados com as concessões os notórios empresários Senor Abranavel (ou Silvío Santos) e Adolfo Bloch, o primeiro mais conhecido pelo seu "Bail da Felicidade" do que por algum compromisso com qualquer tipo de jornalismo e o segundo por sua multicolorida revista, exemplo já clássico de antijornalismo.

Diante dessa triste realidade, agravada hoje pelo evidente desrespeito com que os concessionários vêm tratando o público na cobertura do processo sucessório, torna-se imperativa uma ação decidida da sociedade civil para democratizar as decisões sobre política de radiodifusão no Brasil.

A Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, desde o seu congresso de setembro de 1981, decidiu lutar para que a concessão de canais de rádio e televisão passe a ser competência do Congresso Nacional. É este, aliás, o ponto central de três projetos de lei — todos de iniciativa de parlamentares na oposição —, atualmente tramitando no Legislativo. E preciso, pois, que todos se conscientizem cada vez mais de que a radiodifusão é um serviço público e exijam dos seus representantes no Congresso a aprovação imediata daquele projeto que melhor atender seus interesses, conveniências e necessidades.

O caráter público dos serviços de radiodifusão não pode ficar sujeito ao perigo constante de uma "privatização" não declarada. As emissoras de rádio e televisão só existem porque nós, o público, cedemos através do Estado nossos direitos. Assim, se por um lado não podemos ainda afirmar, como gostaríamos, que "a Globo é nossa", por outro não podemos continuar permitindo que empresários, com a cumplicidade do Estado, se apropriem de concessões públicas, transformando-as em instrumento eternos dos seus nem sempre louváveis interesses particulares.

MURILO CÉSAR RAMOS é jornalista, professor do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília e doutor pela Escola de Jornalismo da Universidade de Missouri-Columbia EUA.  
VENICIO ARTUR DE LIMA é sociólogo, professor do Departamento de Comunicação da UNB, doutor pela Escola de Comunicação da Universidade de Illinois, EUA, e autor de "Comunicação e Cultura no Ideário de Paulo Freire" Paz e Terra, 1981.

## A Palavra do Leitor

### Moção de solidariedade

"Jesus, ao ver a multidão, teve compaixão dela, porque estava cansada e abatida como ovelhas sem pastor." (Mt. 9, 36)

"Os professores e representantes dos alunos do Instituto de Teologia e Ciências Religiosas da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Pucamp) vêm expressar sua solidariedade às vítimas e familiares do acidente de Cubatão.

"Vítimas não de um acontecimento ocasional. Vítimas permanentes da violência que constitui o cotidiano dos pobres e estrutura sua vida. Violência que atinge sua culminância em acidentes como este, transformado pelos poderes competentes em simples acidente, fruto de fatalidade.

"A participação solidária na sua dor se traduz em nosso compromisso de lutar sempre e em todo lugar pela eliminação da situação geradora da morte do povo pobre: 'Eu vim para que todos tenham vida e tenham vida em abundância' (Jo. 10, 10)."

Sr. Júlio Magalhães e professores e representantes dos alunos do Instituto de Teologia e Ciências Religiosas da Pucamp.

### "Dar na canga para o burro entender"

"A propósito da nota dos ministros militares, de solidariedade de ao presidente João Figueiredo, e de repulsa aos ataques que lhe têm sido dirigidos, disse o presidente da Câmara dos Deputados, Flávio Marçílio, que 'a nota é clara e fixa a posição das Forças Armadas, de maneira a não gerar nenhuma falsa interpretação.

"E para o senador Aloísio Chaves, 'a nota é, sem dúvida alguma, documento que deve ser levado em consideração atentamente pela ala mais radical de alguns partidos, que não demonstram apreço à continuidade do processo democrático'.

"Mas, para mim, de longa data modesto observador do desenrolar do tumultuado sistema político brasileiro, a referida nota tem grande semelhança com aquilo que provêrbio, ainda do tempo do meu avô, hoje praticamente esquecido, mas que contém revelação interessante: 'Dar na canga para o burro entender'..."

Sr. Mário Moraes Filho (Campinas, SP).

### "Eu não me senti ameaçado"

"Acusam Millôr Fernandes de 'pregar a revolução' e de 'atingir a honorabilidade e a respeitabilidade' do general Newton Cruz. Mas, se eu não me senti ameaçado com o que Millôr disse, por que querem enquadrá-lo na Lei de Segurança Nacional?"

"Ninguém veio me perguntar se eu me senti ameaçado e se eu acho que ele deveria ser enquadrado na LSN. Afinal, como brasileiro, eu não faço parte da Nação? Se eu não faço parte da Nação, e se a Lei é de 'Segurança Nacional', então as palavras de Millôr deveriam também conter ameaças a mim. Mas — saibam, já que ninguém me perguntou — eu não me senti ameaçado.

"Será que os outros 130 milhões de brasileiros se sentiram? Que tal o general Newton Cruz perguntar a cada um deles e somente depois, com base em 130 milhões de respostas, ver se é mesmo o caso da LSN? Mas eu acho que ele não vai perguntar..."

P.S.: Use amarelo pelas diretas.  
Sr. João Baptista Cintra Ribas (Capital, SP).

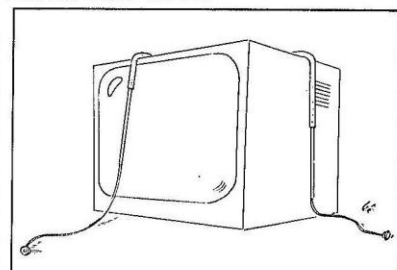
### "Será realmente difícil esquecer"

"Embora tente, não consigo deixar de ler a coluna do Sr. Jarbas Passarinho, às quartas-feiras, na 'Folha'. Outro Nuremberg de 1949 deixou terríveis

Tendências / Debates

Os artigos publicados com assinatura dos autores são traduzidos necessariamente a pedido do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências da pensamento contemporâneo.

Meio & Massa



Há décadas, pode-se dizer, os estudos, observações e palpites sobre os meios de massa — a televisão, em especial — são vinculados por uma tática maniqueísta: a massa é boa, os meios de massa são maus. Vai-se mais longe: a televisão é intrinsecamente má, independentemente de quem detenha no ocasião o poder de manipulá-la. A abordagem usual é de natureza mais ou menos sociológica: estuda-se o "conteúdo" do veículo, para chegar-se à conclusão de que ele é alienante (mas esse tipo de abordagem jamais é feito em relação ao livro, por exemplo, o que não deixa de ser, pelo menos, curioso: partimos do princípio de que a leitura do livro é sempre positiva, independentemente do seu "conteúdo"). Na verdade, no

Meio & Massa
deu? Oh espanho, oh surpresa: as massas manipularam os meios! Em lugar de os meios observarem as massas, as massas passaram a observar (e a controlar) os meios! As cidades se transformaram nos grandes meios de comunicação. Nos comícios da praça da Sé, no comício da Candelária, como distinguir entre a forma e o fundo? O "conteúdo" de todos os veículos de comunicação estava nas ruas e praças, sob a forma de gente politizada, cidadãos na verdadeira acepção. E gente politizada sempre será superveículo, metaveículo.
As emissoras de rádio e tv e as empresas jornalísticas que tentaram ignorar os eventos, ou minimizar a sua importância, deram o maior passo em falso da história da comunicação coletiva do Brasil (e este

fenômeno extraordinário ainda deverá merecer muitos e variados estudos). Compromissadas com o poder central e confiantes no seu próprio poder — e quem sabe iludidas com a festança popular do Carnaval — julgaram que o povo do "País do Carnaval", do País que não é sério havia de querer mais pândega. Enganaram-se. O povo não queria mais entretenimento: queria mais informação. Caíram o Ibope e as vendas dos mais avaliadores — e eles tiveram de voltar atrás. Daí que o melhor registro deste momento histórico que acabamos de presenciar, verbal e icônico, está na imprensa da "Folha", tendo acertado a mão desde o início, não precisou lavá-la depois. Em compensação, num segundo momento, quando a votação da emenda Dante de Oliveira, Brasília silada e censurada, rádio e televisão (questão de rapidez e distância) fizeram muita falta.

Resumindo: a) A palavra escrita está em expansão no Brasil; b) o telejornalismo está em expansão no Brasil; c) o radijornalismo precisa expandir-se; d) o jornalismo leve do aprender com a televisão, agora está vai ter de aprender com o jornalismo.

DECIO PIGNATARI é jornalista, ex-diretor do FCP e ex-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

A pergunta da "Folha"

Que modificações a campanha diretas-já introduz na relação entre os meios de comunicação e a opinião pública?
...procede do jornal, aproveitável e útil-ameri- que uma so, para de televi- do raras: os é antes lo que de

...procede do jornal, aproveitável e útil-ameri- que uma so, para de televi- do raras: os é antes lo que de

...procede do jornal, aproveitável e útil-ameri- que uma so, para de televi- do raras: os é antes lo que de

...procede do jornal, aproveitável e útil-ameri- que uma so, para de televi- do raras: os é antes lo que de

...procede do jornal, aproveitável e útil-ameri- que uma so, para de televi- do raras: os é antes lo que de

...procede do jornal, aproveitável e útil-ameri- que uma so, para de televi- do raras: os é antes lo que de

...procede do jornal, aproveitável e útil-ameri- que uma so, para de televi- do raras: os é antes lo que de

...procede do jornal, aproveitável e útil-ameri- que uma so, para de televi- do raras: os é antes lo que de

...procede do jornal, aproveitável e útil-ameri- que uma so, para de televi- do raras: os é antes lo que de

...procede do jornal, aproveitável e útil-ameri- que uma so, para de televi- do raras: os é antes lo que de

...procede do jornal, aproveitável e útil-ameri- que uma so, para de televi- do raras: os é antes lo que de

...procede do jornal, aproveitável e útil-ameri- que uma so, para de televi- do raras: os é antes lo que de

...procede do jornal, aproveitável e útil-ameri- que uma so, para de televi- do raras: os é antes lo que de

...procede do jornal, aproveitável e útil-ameri- que uma so, para de televi- do raras: os é antes lo que de

...procede do jornal, aproveitável e útil-ameri- que uma so, para de televi- do raras: os é antes lo que de

...procede do jornal, aproveitável e útil-ameri- que uma so, para de televi- do raras: os é antes lo que de

...procede do jornal, aproveitável e útil-ameri- que uma so, para de televi- do raras: os é antes lo que de

...procede do jornal, aproveitável e útil-ameri- que uma so, para de televi- do raras: os é antes lo que de

...procede do jornal, aproveitável e útil-ameri- que uma so, para de televi- do raras: os é antes lo que de

A voz do dono pode ser voz do povo

ALBERTO DINES
Está em curso o que pode vir a ser a legítima Revolução Brasileira: pacífica, gradual, alegre, inéscusa. E, como em toda revolução, estão sendo modificados drasticamente a essência do regime, natureza do Estado, relações de poder, estruturas convencionais, comportamento social e valores individuais. Uma sociedade inteira põe-se em movimento, avançada por uma cor, um adérbio e uma idéia-força.

A imprensa foi instrumento e está sendo objeto desta revolução. Como moldadora inicial — carregadora destes ventos de mudança — e motivada para operar no seu âmbito as transformações que preconiza para o corpo social e que serve.

De início, estimulada pela cruzada solitária desta "Folha", depois, por exigência das forças liberadas ao longo do percurso libertador, os meios de comunicação redescobriram na jornada diretas-já o vocábulo até então perdid, porém fundamental na democracia, passando à sociedade e de ser por confundida. Reencontraram os legítimos estrus, seus instintos naturais estão sendo reacendidos, sua ação como um todo — circulador de riquezas e de idéias — está sendo, enfim, validada.

Se em 1964 a imprensa e os meios de comunicação foram comandados de cima para baixo, se em 1968 foram cercados na intenção reparadora e se, a partir daí, foram marginalizados pela censura e a indefectível autocensura que sempre a acompanha, agora vemos fluente e espontânea o sabor daquelas necessidades que só eles podem atender, para operar as mudanças que só eles podem propiciar, para estabelecer uma conscientização que só eles têm condições de firmar.

Necessidade, mudança e consentimento, a voz do dono poderá ser, finalmente, a voz do povo.

ALBERTO DINES é jornalista, ex-diretor do Jornal do Brasil, ex-diretor do Exarcado do "Estado" e atualmente secretário nacional do Ecléto.

Meios mostram poder

SAID FARHAT
Para começo de conversa, os meios de comunicação foram a campanha das diretas-já. Quer dizer: como proposição política, a forma e o data da eleição do presidente da República não são assunto de empolgar multidões, como as vistas em Belo Horizonte, Rio e São Paulo. Nem seria suficiente a capacidade de mobilização dos governadores e seus parciais, mesmo com o reforço e o eventual know-how das partidos comunistas e do M.L.B. Nem os ônibus e metrô gratuitos. Nem o "ponto facultativo" nas repartições estaduais e municipais teria sido bastante.

Como proposição política, o conceito de "eleições diretas-já", é vazio de conteúdo. A frase contém um substantivo, "eleições", um adjetivo, "diretas" e um adérbio "já". A ser esse apelo suficiente, então o comprometimento humano teria sido governado por uma proposição advérbial, que seria um absurdo filosófico. Que aconteceu então?

Duas coisas. Em primeiro lugar, a proposta de diretas-já serviu de ponto de fixação das instâncias populares. Foi a válvula de pressão contra a carestia, as dificuldades de vida e o desemprego. Todos esses fatos dizem mais de perfo à vida de cada um do que a idéia essencialmente impossível, sobre a maneira de eleger o próximo ocupante do Planalto. O segundo, esse sim, decisivo para cristalizar nas diretas-já o sentimento popular foi o envolvimento — mala que isso, a liderança — dos meios de comunicação.

Os jornais, as rádios, a televisão, os atletas, enfim todos os meios de comunicação e as idéias imaginadas mobilizaram-se em uníssono, para o mesmo lado.

Nunca, até então, houvera coisa parecida. As multidões de 1964 foram reunidas em pouco tempo. Eram a classe média em demonstração de natureza conservadora. Agora, o sentimento permeou todas as camadas sociais. Quem conseguia não foi o presidente do PT, do PMDB, ou os governadores. Foi a mídia. Tanto assim que, quando a história foi feita, a Rede Globo de televisão, a campanha aumentou exponencialmente de intensidade.

SAID FARHAT é jornalista, ex-diretor do jornal "Voz" e ex-ministro da Comunicação Social do governo Figueiredo.

A palavra do Leitor

"A luta continua: diretas-já"

"Avante brasileiros deserdados da cidadania! A luta continua, até a vitória da grande maioria do povo. A derrota da emenda Dante de Oliveira já retemperou as nossas energias, estamos nos preparando para novas mobilizações e outras formas de luta, pois sabemos que os inimigos do povo são inúmeros e qual uma hidra têm várias cabeças, que estão aí evidentes a desafiar o povo e sua paciência. São eles: FMI, Deifim Neto e cia., entreguismo, infúscio e corrupção. Mas o povo brandirá e brandirá a longa espada da mobilização democrática e não hesitará em cortar estas cabeças envenenadas. Sr. Adnan El Kadri (Capital SP)

"Nossa luta não terminou, nem há de terminar, pois o que nós propomos como nação e o direito de eleger aquele que nos irá representar. Os canais que no dia 25/04 votaram contra as diretas-já estão festejando, crendo ter derrubado a vontade do povo. Mas nossa luta começou, mostrando a eles que não é por ter votado na Câmara a emenda Dante de Oliveira que se desistimos. Diretas-já corre em nossas veias. Já nos corajosos que querem e exigem a eleição. Diretas-já tornou-se para esta nação o sentido maior de liberdade. Frei José A. Pimentel — OFM conv. (Caçapava—SP)

"Passados 190 anos, notamos com tristeza que o Colégio Eleitoral está lotado de Joaquina Silveiros dos Reis. "Aquí em Bauru mesmo há um delto. Seu nome é Alcides Francisco, o mesmo que declarou ser engenheiro e não saber se expressar. Ora, para ser filho de um engenheiro pode ser até mudo. Seu enterro simbólico já foi feito. O ajuste de contas com o clero já vai ser breve. Eu nunca votei nele, mas tenho a certeza de que os que o elegeram sentem mágoas em ouvir falar em seu nome. Os outros traidores também sentirão o peso do eleitorado, que está em estado de polêmica neste País. "Sr. Aparecido de Oliveira (Bauru—SP)

"Vamos, quero ver quem vai buzinar agora. "Estou esperando que nascera um homem pra me enfrentar. "As frases acima não me pareceriam tão ridículas se sítas não fossem do tom de, mas não por aquele que vem. "Vejam a que ponto chegou esse nosso Brasil: a quem tem o "direito legal" de proibir que se buzine e que se use uma determinada cor (tomado) em peças do vestuário. A pessoa domina as mentes de pessoas que com o poder de bombas e uzias impedem que o povo ao menos deseje alguma coisa. " "Vá proibir que se buzine, que use amarelo e que se desaje votar, mas dentro da sua casa ou de um manicômio, pois a página não é divertimento para neuróticos. " Sr. Carlos Magno P. Souza — (Capital—SP)

Os dois Brasis
de Cabral e o de Dante de Oliveira. "Vá, descobertos por acaso. " Sr. Carillo Maia (Capital, SP).

"Para o Brasil"
"No artigo do dia 03/05/84, publicado na seção "Tendências/Debates" desta "Folha", o ilustre filósofo Paulo Elymar de Souza Queiroz, enleado nas suas reflexões, perguntou: diretas-já para onde? "Ora, é simples responder: diretas-já para o Brasil de 120 milhões de brasileiros, que exigem o direito de eleger o seu presidente. "Quanto ao 'seu' engenheiro, capax, caracax, que se tem habilitação, conhecedor dos problemas nacionais, não entrará mais, a partir do momento em que ele tiver a coragem de subir a um palanque na Sé ou no Anhangabau para falar da grande governança que fez em São Paulo, principalmente, daquela festa que prometia a queda da ditadura. Ali, ele explicaria à população em festa cívica, com bandeiras e falhas, que a corrupção foi apenas uma fantasia de suas "bocas deserdadas". "Concordo com o articulista. Já está na hora de se ter mais seriedade e acabar de vez com escândalos como Rincentro, Coroa/Brasil, e o partido de B. A. pemi, e tantos outros que pipocam pelo País agora, assim como, o espírito Colégio Eleitoral. "Seriedade com duas palavras que uma Nação inteira, pacientemente, pede: diretas-já. Sr. Moacir Beggo (Capital, SP).





A marcha da decepção

# Governadores dizem que manterão a intransigência

CLÓVIS ROSSI

Enviado especial a Brasília

O governador Franco Montoro anunciou ontem, em nome dos nove governadores da oposição, que a luta das oposições não pode cessar se não com a conquista das eleições diretas — reafirmado de público o compromisso assumido na esperança de renúncia entre os líderes e as lideranças partidárias, do não arriar as bandeiras que mobilizaram a Nação.

Ulisses Guimarães confirmou à "Folha" os resultados positivos da reunião, traduzidos no apoio unânime dos governadores ao discurso que pronunciara anteontem. De fato, a renúncia dos governadores — cuja disposição inicial era a de partir para a negociação — acabou tendo um desfecho completamente diferente: a palavra negociação foi riscada do mapa, a não ser que ela se refira exclusivamente ao estabelecimento das diretas-já.

E como vai continuar a luta pelas diretas, no caso da rejeição da emenda Dante de Oliveira? Responde Montoro: por meio de subemenda à própria emenda do governo (que joga as diretas para 1988), admitindo-se até um mandato de transição desde que ele seja preenchido por meio do voto popular.

A rejeição ao Colégio Eleitoral é enfática por parte dos governadores e da oposição em geral. "Será uma derrota", comentou Roberto Casares, supersecretário do governo paulista, em conversa com a

"Folha" ao chegar ao Congresso. Enrredado Montoro no discurso em nome dos governadores: "Se a unidade das oposições for mantida, não há como impedir que o sucessor do presidente figure no Colégio Eleitoral, pelo voto e não por manipulação do, que se desmoroniza a cada dia".

### Luta interna

Tancredino Neves, chefe de fila dos negociadores em potencial, parece ter perdido a batalha inicial da surtida interna que se trava no PMDB, entre os que querem negociar e os que preferem continuar na luta pelas diretas-já. E o MDB governador mineiro aparentemente assumiu bem o golpe: tanto que foi o primeiro a abraçar Ulisses, na noite de anteontem, depois que o governador Getúlio Carneiro, do Espírito Santo, terminou a leitura do discurso que o presidente do PMDB fizera da tribuna da Câmara.

Essa derrota não é, entretanto, definitiva. O senador Severo Gomes observava ontem que a disposição de continuar na luta pelas diretas-já estava consagrada, mas apenas retoricamente. "Resta saber como será na prática", completou. A prática ainda não está definida. Montoro admite que não há um plano organizado para assegurar na batalha pelas diretas-já, ao mesmo tempo em que reconhece que a mobilização popular já está feita e não há como desmanchá-la. Mas há, também, recato de que as lideranças oposicionistas (especialmente o PMDB) percam o controle das ruas se, derrotada a emenda Dante, continuar a promoção de comícios e manifestações para obter o pleito direto por meio de alguma outra emenda.



(Os representantes do PMDB chegaram ao Congresso às 10h, numa demonstração da unidade do movimento democrático, segundo Ulisses





Resultado da Pesquisa "Folha" realizada em seis capitais mostra a impopularidade do ex-governador paulista

Mais de 60% são contra Maluf

EDITORIAL

Diretas contra as sombras do futuro

Depois da derrota parlamentar da emenda Dante de Oliveira que restabeleceria a eleição direta para a Presidência da República, falava-se em negociar. Não houve negociação porque o problema estava colocado em termos irredutíveis. A pressão da sociedade civil não foi suficiente para que o governo e as forças conservadoras a ele vinculadas cedessem no essencial, aceitando a sucessão democraticamente competitiva, que apenas o voto popular livre pode garantir, em lugar da sucessão autocrática hoje em andamento. Cabe ao presidente Figueiredo e aos indiretistas de seu partido a imensa responsabilidade por esse resultado, inaugurada sob a forma de uma das maiores frustrações políticas a que os brasileiros foram alguma vez submetidos, tal responsabilidade ainda está por desdobrar-se nas sombras do futuro próximo. As oposições, particularmente ao PMDB, toca a responsabilidade pela desmobilização intencional da pressão popular. Recusos em seus palácios, que a crise social ronda, os governadores oposicionistas abandonaram a única estratégia política que se mostrou atrevida e eficaz: amplas manifestações de rua, pacíficas e ordeiras. Aproxima-se agora uma segunda batalha parlamentar. Ela consistirá certamente a

última oportunidade de aprovar as diretas-já para a atual sucessão. Apesar das resistências de um governo que se obstina contra a vontade da maioria dos cidadãos, e a despeito da atitude dos oposicionistas que tergiversam entre o aplauso popular e as tentações da política sigilosa, é imprescindível retomar com rapidez e energia a campanha pela aprovação das diretas. Todos sabem o que essa aprovação significa para o País e que é necessário pressionar os políticos, para fazê-los agir e agir adequadamente. Os partidos oposicionistas já se inclinam para mais temeraria das operações caso as esperanças ainda voltadas para o Congresso sofram um revés definitivo e as diretas não passem. Sua estratégia de uma candidatura única e ambivalente contempla dois momentos. Apresentando-se inicialmente como postulante no pleito popular, numa reverência à ideologia e ao zelo da opinião pública, tal candidatura se prestará em seguida a legitimar a escolha do futuro Presidente, seja em que for, no Colégio Eleitoral sem representatividade. São estes os resultados da alternativa que se articula fora e além das diretas-já: legitimação de um mandato presidencial legítimo e a consequente legitimação que recairá, aos olhos da sociedade, sobre os políticos e sobre a política.



A maior parte da população de seis capitais brasileiras se posiciona contra a figura do deputado Paulo Maluf. Esse é o resultado da Pesquisa "Folha" desta semana, realizada em São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e Rio de Janeiro. Os números mostraram que, na média ponderada, 49,4% dos entrevistados estão totalmente contra Maluf, acompanhados de 11,8% moderadamente contra, o que totaliza 61,2% de rejeição ao seu nome. Apenas 4,2% do universo pesquisado disseram ser totalmente a favor do candidato, seguido de 6,6% que se declararam moderadamente favoráveis. Em entrevista ao analista político Cláudio Abramo, o candidato indireto Paulo Maluf se diz mais à esquerda do que Tancredino Neves, afirma ser necessário mudar o perfil da dívida externa, adverte a fazer um governo de conciliação nacional se for eleito. Sobre a pesquisa, reage com ironia: "Farei o máximo de meu esforço físico e mental para chegar a índices melhores quando for ex-presidente". PÁGS. 6 e 10

Opinião da "Folha"

Leto na P&G e as solturas Maluf não são... "Folha" que analisa o resultado da Pesquisa "Folha", e critica a candidatura indireta de Paulo Maluf e o governo de Tancredino Neves, considerando a rejeição de Maluf e a possibilidade de converter empréstimos externos em capital de risco.

Tancredino Neves em "Tenderinas/Debutos"

No seio "Tenderinas/Debutos" o governo de Tancredino Neves... o governador Tancredino Neves, da que a concessão de uma diretoria de vendas é mais importante que a eleição direta para a Presidência da República. O governador Tancredino Neves... que sempre se opõe às diretas indiretas.

O Parlamento Europeu no Dossê "Folha"

El-dossê de dez países... Parlamento Europeu em votação que tem caráter de referendo... Em outros quatro países a votação foi realizada no quôdruplo... todo será dividido a partir de hoje. O relatório da Itália está sendo enviado às eleições no Dossê "Folha".

Empresas paulistas dão reajustes acima do INPC

Num universo de 118 empresas que empregam 10 mil pessoas no Estado de São Paulo, 29% dos reajustes propostos ultrapassam o índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Nos últimos seis meses, 69% das empresas concederam reajustes que chegam a até 30% do salário. E que mostra o impacto da inflação. Anúncio em São Paulo para a Ural, seção São Paulo. PÁG. 12

O Formalismo Russo no "Folhetim"

Um século de revolução... o chamado Formalismo Russo, o "Folhetim" e dedicado a essa importante corrente crítica. Boris Shostakovitch fez um perfil do debate em torno de Formalismo, enquanto Aurora Bercowski examinou a sua contribuição para o estudo da poesia. Paulo Berra analisou a obra de Proust e a sua influência e de que se dispõe sobre a literatura e a ficção literária. Outros, no suplemento, também, trataram de temas de poemas novos por Assis Brasil.

A recente moda do termo "Mulher"

No suplemento "Mulher" desta semana, o relacionamento de moda do termo, das colunas de Manhattan para o jornal da Folha. E, mais, uma reportagem de serviço para as leitoras que se aproximam. As dicas e as dicas são apresentadas através de um suplemento especializado em mantendo as leitoras de agir e investigar.

No "Folhinha", imagens sobre o ritmo que inserirá

Uma vez que se diz que "O ritmo que inserirá" é uma nova forma de vida... e não se trata de uma simples mudança de ritmo, mas de uma mudança de vida. O ritmo que inserirá é uma nova forma de vida, e não se trata de uma simples mudança de ritmo, mas de uma mudança de vida.

Índice table with columns: Índice, Valor, Variação. Rows include: A Folha de S. Paulo, Economia, Política, etc.

Previsão do tempo

Bom em São Paulo, com possibilidade de chuva... amanhã, temperatura em São Paulo, 22°C a 28°C. Amanhã, temperatura em São Paulo, 22°C a 28°C.

Aldunate preso ao desembarcar

O líder oposicionista uruguaio Wilson Ferreira Aldunate foi preso pelas autoridades militares imediatamente após desembarcar no porto de Montevideo e transportado de helicóptero para destino desconhecido. Há informações, não confirmadas, de que ele foi levado, juntamente com seu filho Juan Manuel, também detido na ocasião, para um quartel em Paso de los Toros, na província de Tacuarembó, a 250 quilômetros da capital do Uruguai. O navio argentino "Ciudad de Mar del Plata", que transportava Aldunate, atracou às 14h20, em seguida a uma série de peripécias. Ao ingressar em águas territoriais uruguayas, as autoridades militares ordenaram que embarcasse da Marinha de Guerra, que o impediram de aproximar-se do porto de Montevideo, forçando-o a seguir viagem para a base naval de Punta del Este. Oficiais uruguayos subiram a bordo e forçaram Aldunate - com grupo de 40 graus de febre - a permanecer confinado em sua cabine. Uma hora depois, no trajeto para Punta del Este, as autoridades emitiram uma contra-ordem, no sentido de que o "Ciudad de Mar del Plata" retornasse à capital. Aldunate havia deixado Buenos Aires na sexta-feira à noite, após 11 anos de exílio, acompanhado por centenas de políticos e jornalistas, entre os quais o enviado especial da "Folha", Clóvis Rossi. Até o final da tarde, a comitiva permaneceu a bordo do navio, impedindo

permanecer confinado em sua cabine. Uma hora depois, no trajeto para Punta del Este, as autoridades emitiram uma contra-ordem, no sentido de que o "Ciudad de Mar del Plata" retornasse à capital. Aldunate havia deixado Buenos Aires na sexta-feira à noite, após 11 anos de exílio, acompanhado por centenas de políticos e jornalistas, entre os quais o enviado especial da "Folha", Clóvis Rossi. Até o final da tarde, a comitiva permaneceu a bordo do navio, impedindo

permanecer confinado em sua cabine. Uma hora depois, no trajeto para Punta del Este, as autoridades emitiram uma contra-ordem, no sentido de que o "Ciudad de Mar del Plata" retornasse à capital. Aldunate havia deixado Buenos Aires na sexta-feira à noite, após 11 anos de exílio, acompanhado por centenas de políticos e jornalistas, entre os quais o enviado especial da "Folha", Clóvis Rossi. Até o final da tarde, a comitiva permaneceu a bordo do navio, impedindo

permanecer confinado em sua cabine. Uma hora depois, no trajeto para Punta del Este, as autoridades emitiram uma contra-ordem, no sentido de que o "Ciudad de Mar del Plata" retornasse à capital. Aldunate havia deixado Buenos Aires na sexta-feira à noite, após 11 anos de exílio, acompanhado por centenas de políticos e jornalistas, entre os quais o enviado especial da "Folha", Clóvis Rossi. Até o final da tarde, a comitiva permaneceu a bordo do navio, impedindo

Bom tempo ajudou a vacinação

Cerca de 37% das 3,8 milhões de crianças de zero a cinco anos que deveriam ser vacinadas no Estado contra a paratuberculose foram efetivamente imunizadas no meio dia de ontem, conforme balanço efetuado pela Secretaria da Saúde.

O secretário da Saúde, João Yunes, previa que até o fim da tarde de ontem 50% dos objetivos da campanha seriam atingidos, graças ao bom tempo reinante. De acordo com o secretário, no ano passado apenas um caso de poliomielite foi registrado no Estado.

Em São Paulo, a vacinação foi aplicada apenas contra a poliomielite, mas em outros Estados a Campanha Nacional de Multivacinação abrangeu a imunização contra o sarampo, a coqueluche e a difteria. PÁG. 10



Personagens de "Memórias do Cárcere", como da Heloisa (foto), visto de C. Carlos Ramos, relembram a história filmada por Nelson Pereira dos Santos, que estreia nesta quarta-feira em São Paulo - Pág. 63

Seleção tenta reabilitar-se no Morumbi

Com seis alterações em relação à equipe que perdeu no domingo passado para a Inglaterra por 2 a 0 no Maracanã, a seleção brasileira enfrenta hoje, às 18h30, no Morumbi, a Argentina. O maior número de substituições ocorre na defesa, entrando o goleiro Paulo Victor e os zagueiros Edison, Oscar e Vladimir. No meio-campo, Assis ocupa lugar a Tita e, no ataque, Marquinhos substitui Tuto.

Piquet faz pole position Nelson Piquet conquistou com sua Brabham a pole position para o Grande Prêmio do Canadá de Fórmula 1. A seu lado largou o McLaren de Alain Prost, que lidera o campeonato. Ayrton Senna começa na quinta fila, esperando receber o excepcional desempenho da corrida de Mônaco. PÁGS. 25 e 32



Os anarquistas estão de volta, agora no movimento estudantil; a chapa Ficaritas (foto) venceu a eleição na Escola de Comunicações da USP, mas se comporta de modo mais anárquico do que anarquista - Pág. 24

Tancredino é o homem da transição, diz Montoro

Em entrevista aos repórteres Renato Faleiros e Tatiana Petil, o governador Franco Montoro se diz favorável à realização de manifestações simultâneas em todos os Estados pelas eleições diretas-já, na véspera da votação da emenda Leilão pelo Congresso, já com o candidato único definido. Mas antes da votação da emenda, Tancredino Neves, "o homem da transição", Montoro reafirma, ainda que o PMDB não deve participar do Colégio Eleitoral. O deputado Ulysses Guimarães, por sua vez, disse que as diretas já são uma "hipótese cada vez mais próxima". PÁG. 3

Por pouco a Vale não foi privatizada

Por pouco a Companhia Vale do Rio Doce deixava de ser uma empresa estatal e caía sob o controle de grupos privados. No final do mês de maio, interesses particulares conseguiram comprar ações em quantidade suficiente para deter aquele controle, confirmando assim previsões feitas no ano passado, de que a Vale corria risco de virar uma sociedade adotada pelo governo.

Mas o Estado deixou de ser o acionista majoritário da Vale apenas por um dia, uma vez que a direção da empresa recorreu ao Ministério da Fazenda, que autorizou um aumento de capital com o objetivo de neutralizar a compra das ações. O precedente, porém, trouxe preocupação aos dirigentes da empresa, que estudam modos de impedir sua repetição. PÁG. 25

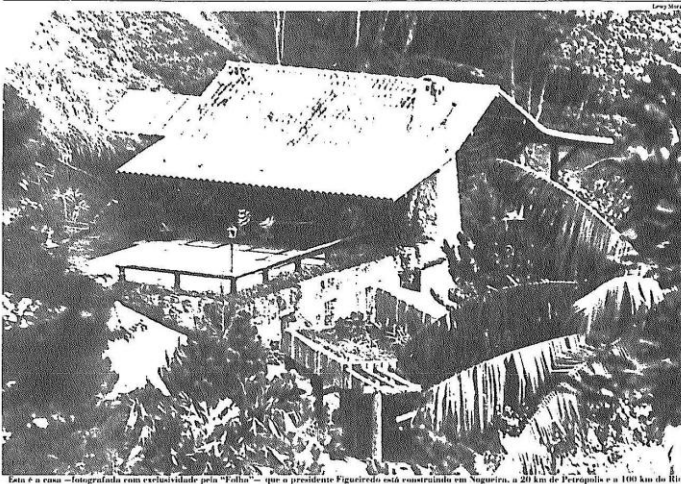
Boa safra nos EUA aliviará inflação aqui

A queda da inflação brasileira receberá um reforço externo no segundo semestre deste ano com as novas colheitas norte-americanas, que já vêm derrubando as cotações internacionais de produtos como a soja, o milho e o algodão. Em 1983, o quadro era exatamente o inverso, pois a redução do plantio nos EUA pressionou os preços mundiais e originou intensa especulação no mercado brasileiro.

O declínio nas taxas de inflação do País é frequentemente encorajado com desregrado, insistindo-se "manipulações" de índices, pelo governo. No entanto, levantamentos dos próprios sindicatos de trabalhadores - através do Dieese - confirmam a tendência. Conforme demonstra análise de Alvaro Bianchi, editor de Economia da "Folha". PÁG. 33

Maioria ignora existência de frentistas

Dos que conhecem a Frente Liberal do PDS, 51,3% julgam que ela foi formada por oportunismo, e não por patriotismo



Esta é a casa — fotografada com exclusividade pela "Folha" — que o presidente Figueiredo está construindo em Nogueira, a 20 km de Petrópolis e a 100 km do Rio

A maioria da população de seis capitais brasileiras desconhece a existência da Frente Liberal, como conclui a Pesquisa "Folha" desta semana. Além disso, aqueles que sabem da sua existência consideram que ela foi formada por "oportunistas". Nada menos do que 66% dos entrevistados disseram desconhecer a existência da Frente Liberal. Dos que afirmaram conhecê-la, 49,8% são de opinião que o candidato à Vice-presidência de Tancredo Neves não deve sair das fileiras frentistas. Entre os que conhecem a Frente, 51,3% opinam que ela surgiu por "oportunistas", só 16,4% acreditam no "patriotismo" de seus líderes.

agregação só será oficializada antes da reunião do Colégio Eleitoral se houver problemas jurídicos para a indicação de Sarney. O empresário Abílio Diniz, diretor-superintendente do grupo Pão de Açúcar, está coordenando a elaboração de plano econômico capaz, segundo assegura, de tirar o País da crise. O plano prevê o crescimento do PIB em 7% ao ano. Em entrevista a Teodoro G. Meisner, Diniz explica que o projeto, para o período 1985/86, prevê o fortalecimento do mercado interno, com uma política de investimentos em áreas de utilização de mão-de-obra intensiva capaz de fazer frente à necessidade anual da criação de 1 milhão e 400 mil novos empregos por ano. A suspensão por cinco anos do pagamento do principal da dívida externa também é sugerida. PÁGS. 4, 5 e 7

'Dragão', o refúgio de Figueiredo

"Dragão". Ao contrário do que pode sugerir, esse é o nome do sítio que o presidente Figueiredo está construindo desde 1979 em Nogueira, município de Petrópolis, Estado do Rio. É neste paraíso de 28 mil metros quadrados, ainda em obras — que terá duas amplas casas, uma pista de equitação, piscina, sauna, churrasqueira, adega, salão de jogos, sala de trêfles, jardins,

gramados, bosque e casa de caçador —, que Figueiredo pretende descansar após deixar a Presidência. Ou melhor, para onde ele irá quando não estiver no apartamento com vista para o mar que está comprando no bairro de São Conrado, Rio.

Calumbé, bosque e casa de caçador —, que Figueiredo pretende descansar após deixar a Presidência. Ou melhor, para onde ele irá quando não estiver no apartamento com vista para o mar que está comprando no bairro de São Conrado, Rio.

seus custos. Seis dos sete lotes da propriedade foram comprados em nome de dois filhos de Figueiredo (Johnny e Paulo Renato) e o sétimo pelo próprio Presidente. Lotes vizinhos do mesmo tamanho são vendidos a Cr\$ 56 milhões, a vista. Alguns corretores de imóveis da área avaliam que o "Dragão" custará, a preços de hoje, entre 500 e 700 milhões de cruzeiros. PÁG. 10

Opinião da "Folha"

Leia na pag. 2 as editoriais "Voto de desconfiança" sobre a maioria parlamentar da Frente Liberal, revivido pelo pessimismo "Folha" desta semana e "Os frentistas de Volker" analisando o desempenho de Sarney na Frente Liberal.

Francisco de Oliveira em "Tendências/Debates"

Na seção "Tendências/Debates" o economista Francisco de Oliveira afirma que a crise atualizada pelo Movimento de 1964 serviu a País nos quadros de capitalismo e que a análise econômica não será mudada pelas forças que atuam no primeiro plano das decisões políticas.

No "Folhetim", gênero literário brasileiro

Das "Memórias do Cárcere" de Graciliano Ramos — cuja versão cinematográfica acha-se atualmente em estúdio —, ao recém lançado "O Verde Vale do Muro" — em que ligamos de Lúcia Brando descreve suas impressões de Alemanha atual —, passando por "A Grande Arte" o último romance de Rubem Fonseca, os artigos do "Folhetim" são dedicados a alguns exemplos de gênero nas letras brasileiras desde o século a contemporâneo, a romance político, a literatura de viagem.

Em "Mulher", o uso da terra era na arquitetura

A arquitetura universal da arquitetura em terra era igualada para a habitação de o assunto de "Mulher". A alternativa racional e a evolução para a construção faz parte de uma experiência que está sendo realizada no LSI, uma alternativa para solucionar o problema de habitação dos mais carentes. E, mais, uma revista especial para você fazer a sua viagem em casa.

Na "Folhinha", três a bordo de um telescópio

A escritora Tatiana Bullyv não para a "Folhinha" a história do gênero que apresenta uma boa leitura para os amantes de um dia, e Sonia Frizon, escreve sobre a história da descoberta de Teófilo, México e Tula a bordo de um telescópio para ver o espetáculo da Terra.

Table with 2 columns: Index and values. Includes categories like Índice, A Cidade de São Paulo, Comércio, Indústria, etc.

Table with 2 columns: Previsão do tempo and values. Includes categories like Nublado em São Paulo, chuvoso em São Paulo, etc.



José Kuntor, ex-proprietário do Nick Bar, tem saudades do famoso ponto de encontro dos anos 50, das animadas noites em que se reuniam figuras destacadas da sociedade e do mundo da arte. Pág. 55

Novo plano do BNH não é o que parece

Uma alternativa infeliz para o impasse do setor imobiliário. Esta é a conclusão do jornalista Luis Nassif, ao analisar na seção "Diálogo Vivo" o Plano de Opção de Compra de Moradia (POC), última novidade do Banco Nacional de Habitação para tentar reativar o mercado de imóveis.

Brasil já estreia hoje nos Jogos

A 23ª Olimpíada começa de fato este domingo, em Los Angeles, com provas em duas modalidades. Disputam-se no primeiro dia 27 medalhas (9 de ouro). O Brasil compete em quatro esportes. No basquete, nossa seleção jogará à meia-noite (horário de Brasília), com transmissão ao vivo pela TV. A partida é difícil, pois a estrela é contra a Austrália, o mesmo adversário que nos eliminou no Mundial de 1982.

6 morrem em acidente na baía de Santos

Séis pescadores morreram quando, no madrugada de ontem, o pesqueiro "Lindo Horizonte", carregado com 30 toneladas de sardinha e com uma tripulação de 15 pessoas, foi colhido por um navio cargueiro, de nome e bandeira desconhecidos, perto do Farol da Moela, em Santos. O impacto da colisão foi tão violento que, em segundos, o pesqueiro se piqueu. Os nove sobreviventes foram resgatados pelos tripulantes do pesqueiro "Maré Mansa", que passava pela local. Assim que o mestre deste último barco, Manoel Caldeira, avisou à Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) do acidente, todo um esquema de emergência foi mobilizado, incluindo as polícias militar e boataria e os mergulhadores da garagem náutica dos bombeiros. PÁG. 21

Banco Itaú ultrapassa Bradesco em depósitos

Mas o conglomerado Bradesco continua, destacadamente, a maior instituição financeira do País

TOMÁS IRINEO PEREIRA. Do nosso equipe de reportagem. A publicação, durante a semana, dos primeiros balanços dos bancos relativos ao exercício financeiro do primeiro semestre do ano, acabou por revelar uma surpresa: o Itaú, com Cr\$ 2,25 trilhões em depósitos totais, superou o Bradesco (Cr\$ 1,77 trilhão) e tornou-se o maior banco comercial privado do País. Considerando as instituições enquanto conglomerados financeiros (ou seja, incluindo-se banco de investimento, financeira e caderneta de poupança), entretanto, o Bradesco continua liderando o sistema financeiro nacional. Ele tem Cr\$ 7,1 trilhões de depósitos totais, contra Cr\$ 4,6 trilhões do Itaú. O destaque é que a Poupança Bradesco já superou em tamanho o

próprio banco comercial do grupo. Como já era esperado, a crise afetou também os bancos e seus lucros estiveram bem abaixo dos obtidos em exercício anteriores, embora se mantenham positivos. Com um lucro líquido de Cr\$ 12,4 bilhões, o Bradesco registrou uma queda de 49% em seus rendimentos reais, enquanto o Itaú perdeu menos — seu lucro, de Cr\$ 5,4 bilhões, significou uma queda real de 10% sobre o obtido há um ano. A perda da primeira posição de seu banco comercial não preocupou o Bradesco, segundo informou seu diretor, Luis Carlos Trabuco. A liderança que possui nas demais instituições "dá ao grupo uma posição tranquila de maior conglomerado financeiro do País", ponderou. PÁG. 33

Fraude contra INPS foi para jogo do bicho

O fraude obtido por meio de dinheiros praticadas contra o INPS por Sebastião Ferreira Leite Filho, o "Tão Pai-Pai", agente administrativo da autarquia, serviu para financiar o jogo do bicho em São Paulo. Conforme apurou o repórter Valério Meinel, o dinheiro foi usado para estabelecer uma sociedade entre seu primo, o detetive policial Osman Pereira Leite, Marcos Correa de Melo, filho do banqueiro do jogo do bicho carioca Raul Correa de Melo, o "Raul Capitão", e o banqueiro paulista Valério Spínelli de Oliveira, o "Marechal". Já o repórter Genilson Cesar investiga o mistério que cerca as redes de contrabandistas e traficantes sediadas na Liberdade. Na defesa de seus interesses, não hesitam: desde 83, três charrões foram mortos em atentados. PÁG. 22

Disputa entre Maluf e Tancredo divide a imprensa

Da reportagem local, Sarcosia e Correspondentes

Na imprensa nacional, a guerra sucessória está empalmeada entre Tancredo Neves e Paulo Salim Maluf...

Por um jornalismo partidário

OAVIO FRIAS FILHO

Jornais e jornalistas sempre se viram tentados no Brasil, a substituir o político...

Em São Paulo, muitas vezes não há uma comunicação partidária está mais comprometida com Tancredo...

Tancredo espera o apoio das Forças Armadas

Do Senado de Brasília

O candidato oposicionista à Presidência da República, Tancredo Neves...



Apoio a posse. Tancredo abraça o novo ministro do STF, Sidnei Nunes

Tancredo espera o apoio das Forças Armadas

Do Senado de Brasília

O candidato oposicionista à Presidência da República, Tancredo Neves...

Por um jornalismo partidário

OAVIO FRIAS FILHO

Dirutor de Redação do "Folha"

forma, objeto de interpretações diferentes e portanto exige um tratamento pluralista.

Jornais e jornalistas sempre se viram tentados, no Brasil, a substituir o político...

Tancredo espera o apoio das Forças Armadas

Do Senado de Brasília

O candidato oposicionista à Presidência da República, Tancredo Neves...

O candidato oposicionista à Presidência da República, Tancredo Neves...

A opinião de quem não vota

"A Folha" prossegue hoje com a publicação das opiniões de ilustres segmentos da sociedade civil sobre a reunião do Colégio Eleitoral...

"Entendemos que entre o mais candidato que se apresentará à disputa das eleições para a Presidência da República no Colégio Eleitoral...

Tancredo espera o apoio das Forças Armadas

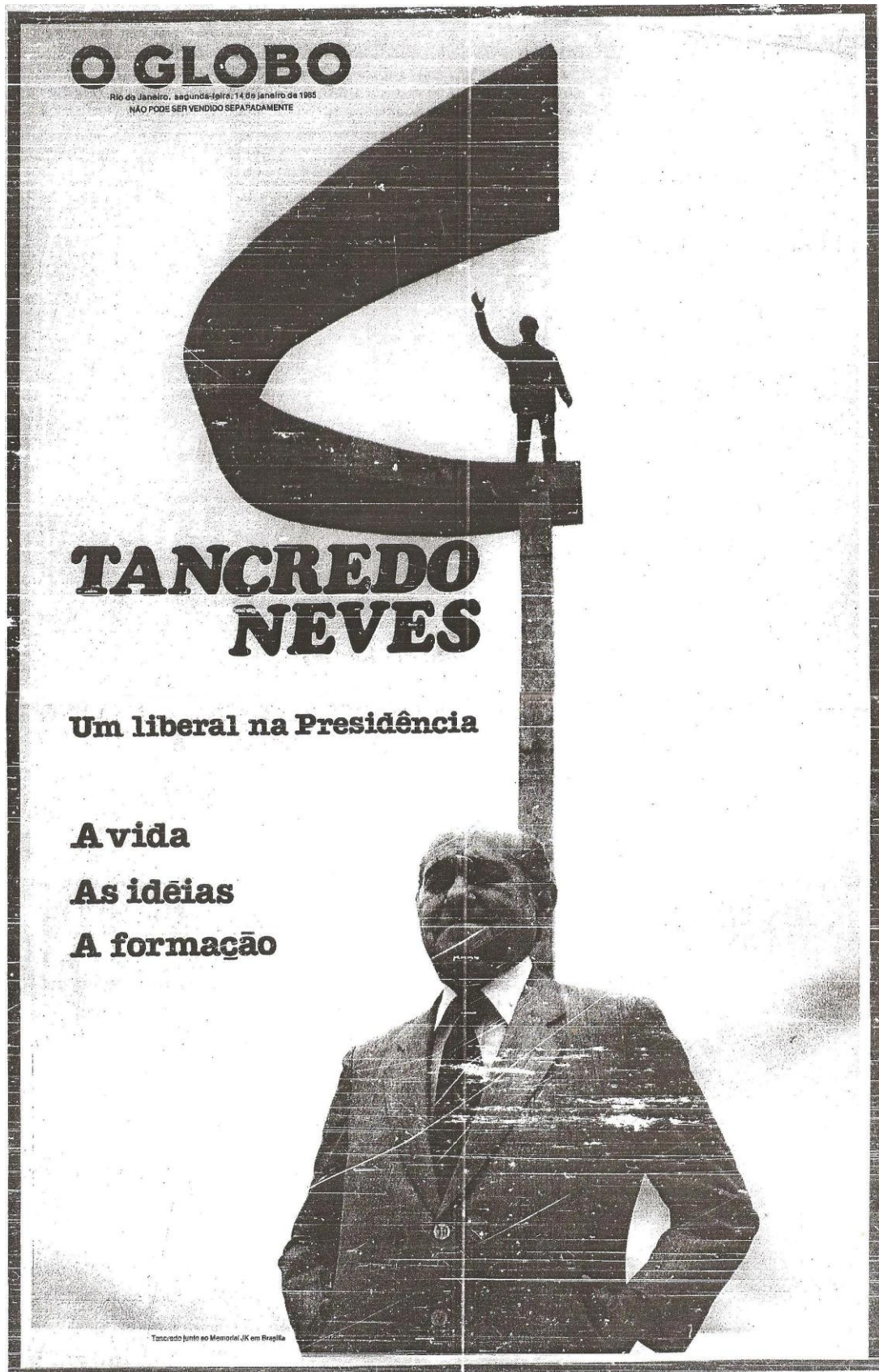
Do Senado de Brasília

O candidato oposicionista à Presidência da República, Tancredo Neves...











# Sarney, o político



Antes de chegar ao poder, uma longa experiência oposicionista que, no Estado Novo, o levou três vezes à prisão

Rompeu com o PDS depois de tentar, através de uma prévia, escolher um candidato popular para disputar a Presidência

## Em 35 anos de vida pública, somente dois insucessos

Dizia o Senador Petrônio Portela que todo homem público, antes de chegar ao poder, deveria fazer um estágio na Oposição. Foi assim que aconteceu com José Sarney, um político de formação liberal e larga experiência de oposicionista. Oposição ao Estado Novo, que o colocou três vezes na cadeia, e depois à máquina pesadista do velho Senador Vitorino Freire, que venceu absoluto no Maranhão durante 20 anos. O pesadismo saiu de cena em 1965, quando Sarney conquistou nas urnas o Governo do Maranhão com o apoio das "Opiniões Coligadas". De lá para cá, começa a sua experiência de chefe de governo, que se estende até 1984. Eleger-se Senador em 1970 (Aracá), foi o Governador em 1971 (Pedro Moreira de Sá e Sousa), e foi seu Secretário da Fazenda, reeligido em 1972 (Aracá), foi o Governador em 19 (João Castello) e Senador, malfeito) e comandou a campanha popular "Atual Governar". Luiz Rocha em 1984.

Insucesso, e não derrotas, nestes "35 anos 20 anos, apenas um. Dada a estranha amizade do Senador Vitorino Freire com o General Ernesto Geisel, Sarney não teve força política suficiente para fazer do Senador Alexandre Costa (o candidato da sua preferência) o sucessor de Pedro Neiva para o Estado Novo. Como "Mentira", foi indicado o então Deputado federal Ovídio da Costa Nunes Freire. Mas mesmo assim ele continuou ligado ao General Castello, e 35 anos incompletos, chega novamente ao poder como Vice-Presidente da República depois de ter largado a Presidência do Partido Democrático Social (PDS) para fundar o Aliança Democrática. Nesse gesto, fez crescer a sua popularidade no seu Estado e em todo o país, e o candidato a continuar sendo o maior líder político do Maranhão ainda por muitos anos.

A história política-parlamentar do virtual Vice-Presidente José Sarney começou efetivamente em 1980. Naquela época, o crítico literário Franklin de Oliveira, maranhense como Sarney, e dono de uma página semanal na revista "O Cruzeiro", voltou ao Estado natal (Paraná no Rio) em busca de uma cadeira na Câmara. Legenda: PSD do "Vitorino Freire. O candidato a governador: "Um nome nacional para o Maranhão". Coordenador do comitê eleitoral; o acadêmico de Direito José Sarney. Como o campo estava estreito os jovens e os intelectuais, o erro cometido foi duplo. Nem os jovens se conformaram com o fato de o Estado ser "governado" por um pernambucano (Vitorino), que chegara ao Maranhão nos dias de 64, mas como secretário do Interventor federal Antonio Martins de Almeida, nem os intelectuais receberam com satisfação o slogan do candidato. Sentiram-se diminuídos pelo contrariedade de Sarney, que acabou não conseguindo a cadeira de Deputado federal.

Veio o eleição seguinte, em 1984, e Sarney descobriu que além da oposição a sua outra paixão era a política. Mas quase impossível conquistar um mandato fora da legenda (PSD) controlado por Vitorino. Junto com Cid Carvalho (atual Deputado federal do PMDB) constituiu o "grupo renovador" do Partido e saiu em busca de um mandato na Câmara, após a última fusão ainda na antiga Capital, o Rio de Janeiro. Foi na quarta suplência; mas algumas vezes chegou a ocupar a tribuna na Câmara por conta de licença dos seus titulares. No ano seguinte, 1985, uma manobra inesperada do comando do PSD nacional provocou uma grave crise no seio maranhense. Sarney discorreu da manobra e junto com outros companheiros passou-se para a UDN, um partido sem nenhuma expressão eleitoral no Estado, mas que começava efetivamente a crescer depois de sua filiação.

A manobra, tipicamente pesadista, foi a seguinte: No eleição de 1984, o jornalista Assis Chateaubriand não conseguiu eleger-se para o Senado pelo seu Estado natal, a Paraíba. Fora derrotado pelo Senador João Arraiz. No ano seguinte, 1985, seria realizado o pleito presidencial, e o PSD necessitava de cobertura jornalística para a campanha. Passou então pela cabeça de Assis Chateaubriand a ideia de apoiar o pleito para o problema: sendo Chateaubriand proprietário de uma empresa nacional de roupas de frio e eletrônica, o Partido deveria tentar de todas as maneiras atrair para as suas bancas, se possível oferecendo-lhe um mandato. Análise e situação, concluiu-se que a renúncia era a melhor maneira de conseguir um mandato em exercício, bem como do seu sa-

plício, para possibilitar (como mandava a lei) a realização de um pleito suplementar. Escolheu-se então o Estado onde o PSD não corria nenhum risco de ser derrotado: o Maranhão, pois o velho Vitorino Freire dominava totalmente a política estadual.

Vitorino ainda protestou, alegando que não poderia sair em campanha com um candidato que fora derrotado no seu Estado natal. Mas acabou se rendendo à exigência do Partido. Vitorino ainda protestou, alegando que não poderia sair em campanha com um candidato que fora derrotado no seu Estado natal. Mas acabou se rendendo à exigência do Partido. Vitorino ainda protestou, alegando que não poderia sair em campanha com um candidato que fora derrotado no seu Estado natal. Mas acabou se rendendo à exigência do Partido.

Depois do PSD, fundado no Maranhão por Vitorino Freire, o partido de maior expressão política no Estado era o PSP (Partido Social Progressista) de Ademar de Barros, chefiado por Clodomir Millet. Quando Sarney filiou-se à UDN, liderada no Estado por Alarico Pacheco, os opositores atravessaram uma fase contrarrevolucionária de crescimento e popularidade. Não o suficiente para vencer a eleição de Governador em 1988, com a candidatura do Brigadeiro Cunha Machado (derrotado por José Mattos Carvalho, o candidato de Vitorino), mas para eleger uma grande bancada estadual, exatamente igual à do PSD — 20 deputados. Para não ficar em minoria na Assembleia Legislativa, Vitorino conseguiu convencer o deputado Theophilus Teixeira a entrar ao Partido de governo, deixando as Opiniões Coligadas (PSP, UDN, PR e dissidentes do PSD) com 18 votos em plenário, contra 21 do PSD.

Esse mesmo Theophilus, 18 anos depois, repete a façanha. Foi um dos dois (o outro foi David Silva) Deputados estaduais que se passaram para as bancas do candidato Paulo Maluf na véspera da eleição dos delegados da Assembleia do Maranhão ao Colégio Eleitoral, deixando o Governador Luís Rorato com minoria na bancada.

Não as oposições não se limitaram com a manobra de Vitorino. Continuaram a combater tenazmente o Governo estadual, sob a direção de que as fraudes eleitorais no interior alcançavam níveis verdadeiramente alarmantes. Tanto estavam certos disso que uma das primeiras providências de Sarney, ao chegar ao governo, em 1965, foi justamente promover uma revisão eleitoral nos cartórios, fato que lhe valeu uma grande popularidade, como também a Revolução de 1964, uma vez que esse saneamento ocorreu ainda no governo do Presidente Castello Branco.

No pleito eleitoral de 1968, já então um dos líderes oposicionistas de maior projeção política no Estado, Sarney conquistou o seu primeiro mandato parlamentar. E de forma brilhante: foi o segundo deputado federal mais votado das "opiniões coligadas", obtendo 15.081 votos. O mais votado fora Henrique de La Rocque, do PSP, que integrou as "Opiniões", com ligeira margem de vantagem sobre José Sar-



Com Petrônio Portela, em agosto de 1970, Sarney rebatê a reforma partidária que extinguiu a Arena e o MDB

Impressionado com seus dotes oratórios, já no ofereceu-lhe a Embaixada de Cuba



Ao assumir o Governo, em 65, tomou medidas para acabar com a fraude eleitoral, o que fez aumentar a sua popularidade

Sem nenhum projeto com vistas ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural do Estado, o "vitorinismo" se desgastava a cada eleição. A filosofia do velho político era o "poder pelo poder". ("Amigo não tem deito e adversário não tem virtude", dizia ele), sendo que para conservá-lo valia qualquer sacrifício, até mesmo o da fraude eleitoral. Foi dentro desse ambiente que cresceu a popularidade de José Sarney, o homem que a partir de 1968 (18 anos após a instalação do Império "vitorinista") passou a encarnar o sentimento oposicionista dos maranhenses. As vésperas das eleições parlamentares de 1962, o projeto de Sarney apresentava-se sério e primeiro reverso. Desentendeu-se com o chefe do PSP (maior partido de Opiniões estaduais), Clodomir Millet, e por conta disso não mais se repetiria a coligação UDN/PSP dos anos anteriores. Sarney preocupou-se muito com esse rompimento, e saiu à caça de candidatos para compor a chapa

da UDN, lembrando que a votação do Partido não fosse sequer suficiente para lhe assegurar a reeleição para a Câmara. Não conseguiu o número de candidatos que pretendia, mas mesmo assim foi, sozinho, o Deputado mais votado das Opiniões (21.294 votos), e ainda conseguiu eleger com as sobras o seu correligionário Pedro Braga. O PSP elegeu apenas Neiva Moreira, e Clodomir Millet, que se desentendeu com Sarney, ficou sem mandato. Foi a partir desses episódios que Sarney chegou à conclusão de que o Partido mais popular da Opinião já não era mais o PSP, e sim a UDN. E começou a preparar para sair candidato a Governador nas eleições de 1965.

De 1964 a 1966, todos os Governadores eleitos do Maranhão foram indicados por Vitorino Freire. O ditador ditou, Nerlino Belo, eleito em 1964, não contribuiu (através de má administração) para desgastar ainda mais a máquina pesadista, como também existiu uma política de independência em relação ao chefe que lhe fora governado. O PSD ainda era forte, posto que o Maranhão era um dos raros Estados membros do Marechal Teixeira Lott conseguia vencer as eleições para Cláudio Quadros (UDN) mas a sua desconfiança eleitoral era visível. Essa desconfiança tornou-se ainda mais acentuada depois que cinco deputados federais do Partido, liderados por Cid Carvalho, ingressaram no PDS. Esta via aberta o caminho para Sarney conquistar o Governo do Estado.

Tendo sido — junto com Neiva Moreira — um dos dois candidatos mais votados pela Opinião para a Câmara Federal, um dos outros necessariamente seria o candidato. Como Neiva foi casado em 1961, no ano seguinte, o eleitor, apenas Sarney estava no páreo. Foi lançado pela UDN, com o apoio das "opiniões coligadas". O PSP indicou o Vitorino e o Deputado estadual Antonio Dileo, hoje falecido. Enquanto isso, o lado do Governo a desarmadura era total. O candidato de Vitorino era o Deputado Renato Archer, e qual, no entanto, era mal visto pela Revolução. O Governador Newton Belo lançou então o Projeto da Capital, Costa Rodrigues, e Vitorino (para se viajar do "maior" arcaico) saiu em busca de uma bancada eleitoral de Sarney, pelas "Opiniões Coligadas", obtendo mais votos do que o lado somado.

Movido pelos interesses da administração cassada e do antigo Governador, Sarney decidiu não se candidatar a Governador, mas sim a Presidente da República, com o então Presidente da República, Castello Branco, não só aproximou-se de Sarney, como também viria a ser, mais tarde, uma das peças-chaves do Partido que deu estabilidade ao Governo e ao regime. Em 1968, com a eleição do AI-2, filiou-se à Arena, que passou a ser no Maranhão um partido efetivamente controlado pelo Governador. Tendo conhecido vários maranhenses de reconhecida competência (residentes em outros Estados) para

Neiva Moreira e Sarney são os políticos mais populares do Estado. Neiva é cassado em 64 e Sarney torna-se Governador em 65

votos. Cafeteria, eleito pela legenda do PR, Prefeito de São Luís no mesmo ano que Sarney elegeu-se Governador, passou 19 anos sem falar com o futuro Vice-Presidente. Nas eleições estaduais, em São Luís, era obrigatória a instauração de dois pleitos: um para o Governador, outro para o Prefeito. A Aliança Democrática se reconciliou em Brasília, no dia 17 de agosto de 64, no gabinete do próprio Cafeteria. Como testemunha do encontro, apenas quatro pessoas: o Senador Marco Maciel e o Deputado federal Jaime Santana (da Frente Liberal) e os Deputados federais Cid Carvalho e Wagner Lago (do PSD) de Maranhão. Nessa primeira eleição para o Senado em 1970, Sarney teve confirmação a sua liderança política no Estado. Conseguiu indicar o seu sucessor, pela via indireta (Pedro Neiva de Santana, pai do atual Deputado Jaime Santana) e em 1973 conseguiu com folga maioria para o Senado. Foi o relator da Emenda Constitucional nº 11, que substituiu o AI-5 pelas "salvaguardas Constitucionais", tornando-se posteriormente Presidente nacional do Partido do Governo, a Arena. Com a reforma partidária, levada a efeito no Governo do Presidente João Figueiredo, Sarney tornou-se o 1º Presidente nacional do PDS (Partido Democrático Social), cargo que exerceu até à revolução de 1964; primeiro, conseguiu a façanha de destruir o Império vitorinista. Em segundo lugar, fez uma administração que ainda hoje é reconhecida como a mais eficiente e produtiva de quantas já se fizeram no Estado, e reconhecida tanto por correligionários, como o Governador Luiz Rocha, com quem colaborou como o Deputado Explicação Cafeteria.

Já vinculado ao Movimento de 1964, é reconhecido por ter feito o Governo mais produtivo da história do Maranhão

Já vinculado ao Movimento de 1964, é reconhecido por ter feito o Governo mais produtivo da história do Maranhão

Já vinculado ao Movimento de 1964, é reconhecido por ter feito o Governo mais produtivo da história do Maranhão

IMBALO SAMPAIO



Sarney levantou-se para deixar o Diretório, após renunciar à Presidência do PDS

O abraço em Nunes Freire, em janeiro de 77: adversários irreconciliáveis



Retomada a mobilização nas ruas

# Lula preocupado com os próximos passos da luta

Janio de Freitas

## Nasce outra hipótese

A aparência de definição do quadro sucessório para o caso de eleição indireta, com Tancredo Neves indicado pelas oposições e Paulo Maluf simbolizando o regime, ainda não é aceita como sólida por milhares e significativos integrantes da Frente Liberal do PDS, mesmo se inviabilizada a candidatura do vice-presidente Aureliano Chaves.

Fraça o governador Tancredo Neves, o apoio da frente pedesista é importante para compensar, o que falta até com salários, os peemedebistas que se recusam a votar no Colégio Eleitoral, como deverá ocorrer com parte do grupo "Só Diretas", ou que já tenham compromisso com Paulo Maluf. Quando o governador mineiro condiciona o lançamento oficial de sua candidatura ao "apoio unânime das oposições", para efeitos públicos ele está se referindo apenas às organizações de direita. Mas, para efeito de sua decisão, não é nas redações representativas da PT e de parte do "Só Diretas" que ele precisa de nos mal denominados dissidentes do PDS.

Ora, muitos integrantes desse grupo estão convencidos a fazer o raciocínio inverso. Entendem que não precisam lançar-se ao apoio de um candidato do PMDB, por desistirem do recurso de lançar um candidato que, embora não pretenda a grande vitória, não se apresente o melhor do que um peemedebista. Para esse candidato, o mesmo raciocínio se aplica: não haveria uma condição básica: sua capacidade de conseguir a maioria do PDS que não aderiu à frente e de uma parcela do PMDB, esta, por quanto que fosse.

Lançado pelo PTB, este concorrente do deputado Paulo Maluf deveria a concentrar os votos dos andrezistas, os votos pedesistas ainda não definidos e também os liberais, até mesmo os dos eleitores indolentes que até aqui têm aguardado instruções do candidato, isto é, claro, além do apoio dos próprios liberais, que esperam chegar ao Colégio Eleitoral levando entre 150 e 180 votos em geral.

Mas, de fato, há outra condição para uma candidatura com tais

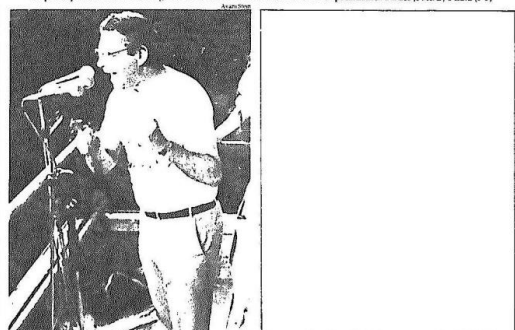
potencialidades: é o nome do candidato. E, se não há recusa a menção a nomes, o primeiro que desponta é de Olavo Setúbal. Mas se encontra referência, também, ao de Antônio Ernirio de Moraes.

Olavo Setúbal comprometer-se com a candidatura de Aureliano Chaves, e o fez de maneira clara e muito enigmática. Qualquer consideração sua a respeito de candidatura estaria, pois, preliminarmente subordinada à inviabilização da candidatura Aureliano Chaves. O que, salvo os desvios surpreendentes no percurso até aqui cumprido pela sucessão, seria obstáculo já contornado.

Nem só a Aureliano, porém, Setúbal está ligado por amizade já antiga e sólida. Também o governador Tancredo Neves ele é amigo, como demonstram as últimas campanhas eleitorais para o governo mineiro. É certo que não se despende de Setúbal, mas em qualquer medida prejudicasse Tancredo.

Confrontados com esta certeza, os liberais em busca de candidatura preferem argumentar com as dificuldades do governador Tancredo Neves, para obter o apoio desse grupo pedesista, não somente do que parece. Ele contaria com a tendência da vice Aureliano Chaves para uma fórmula que encaminhasse a sucessão através de uma comissão política de Minas. Mas não encontraria a mesma tendência por parte dos liberais, que não vêem vantagens resistências em seus Estados para apoiar um candidato do PMDB. E esse grupo se mostrar numeroso, o vice-presidente e seus seguidores não se recusam a preferir a solução de outro candidato, e não Tancredo Neves, a ver dividida a Frente dos Liberais, que assim comparceria entredupada ao Colégio Eleitoral.

Pode ser por acaso, mas não parece, que nestes últimos dias seus dois embaixadores, o galante do ministro Leitão de Almeida para política e jornalista, nos referências a expressões que os leitores há muito conhecem, "candidatura de consenso", e outras que tais.



No palanque na estréia do ato governadores Riche, Brito, Montoro e os presidentes Ulisses (PMDB) e Lula (PT)

## Covas não teve dúvidas quanto ao sucesso do comício

"Eu não disse", exclamou enfurecido o prefeito Mário Covas, ao chegar à praça da Sé e ouvir pelos alto-falantes a previsão de que 10 mil pessoas já tinham atendido, até às 17 horas, a convocação para comparecerem ao grande comício pelas diretas J.

Dúvidas quanto ao sucesso do comício ele não teve durante todo o dia. As 8 horas, na abertura do seminário sobre habitação na Grande São Paulo, do Projeto São Paulo, no Maksoud Plaza, aproveitou-se do tema para convocar os presentes a irem ao comício, não perdendo chance de declarar que o problema habitacional está insistentemente ligado à redemocratização do País. "A conquista do concreto para as populações carentes está vinculada à conquista das liberdades democráticas".

Ainda teve tempo de conversar em particular com a secretária Maria Godinho, da Fapes (Família e Bem Estar Social); e com Arnaldo Madeira, da Habitação, sobre acusações feitas ao secretário pelas vereadoras Iróde Cardoso (PT) e Jamil Achaia (PMDB), publicadas ontem pelo "Folha". E decidiu passar pela praça da Sé, para "sentir o ambiente" e inspecionar palanques, sistema de som e proteção de madeira colocada para proteger os comícios do metrô.

Ai, foi cumprimentado por muita gente: funcionários municipais, desempregados que lhe pediram vaga na Prefeitura e pessoas idosas, que agradeceram o passe gratuito no ônibus, como fez Ivo Maria Correia, que havia perdido o som. Pediu informações de como retirar a rede e não sair, ganhou uma recomendação à CMTU assinada pelo prefeito, que distribuiu ainda outdoors.

Na Prefeitura, Covas reuniu-se com o secretário Gíllio Hunziker, dos Transportes, para decidir a liberação dos ônibus da CMTU para o comício. O anúncio foi feito às 16 horas, com a Prefeitura armando com o cuidado da operação (pagará a CMTU). Uma decisão política, por certo, tomada em meio a boatos de que o demora de liberar os ônibus estaria vinculada à discussão que tivera com o secretário Almino Afonso, dos Negócios Metropolitanos, no Comitê Suprapartidário Pró-Diretas de São Paulo, e correndo o risco de sofrer uma nova ação popular contra o metrô. O advogado José Luis Lo Turco, ex-funcionário graduado no Metrô, ex-funcionário da Prefeitura visando o ajustamento de ação popular contra o prefeito pela liberação de ônibus e funcionários da CMTU no comício do dia 26 de junho.

Antes de deixar a Prefeitura, uma surpresa: foi informado pelos repórteres que o Grupo Tardito estava aumentando o número da tarifa de ônibus, tomando por base para os cálculos o aumento de 30% do óleo diesel.

## Ulisses faz contatos e conta votos

"Hoje de manhã? Tomei café". Depois, teve muitas conversas. Oito e Sertão, com companheiros do partido.

Desembarcando às 16h40 no aeroporto de Congonhas, o deputado Ulisses Guimarães chegou ao Palácio do PMDB, não estava para muitos palanques. Chegou junto com o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e o deputado Jairo Vasconcelos (PMDB-PE) de Brasília, para onde voltou ontem mesmo, no último voo. De lá, onde não sair nos próximos dias, nem para o comício do Rio, hoje. Ao contrário do que diz a programação oficial, o presidente do PMDB não foi para o Palácio Bandeirantes, de onde seguiria para os governadores para o palanque da Sé. Foi para casa acompanhado apenas de sua secretária particular, a avalista Dênis Menezes.

Ulisses Guimarães não quer companhia. "Há dez ou quinze dias não vejo minha família". A repórter insistiu na conversa com o deputado, não via casa. Não houve jeito: "Ele também tem o direito de tratar de seus assuntos particulares, não é?" argumentou Manicard.

De fato, não havia qualquer reunião secreta na residência do presidente do PMDB. Além da família, lá estava seu secretário: "Ele batalha de dia e noite. Também é humano. Será que vocês não impressam não tem com ele?" argumentou Manicard.

De fato, não havia qualquer reunião secreta na residência do presidente do PMDB. Além da família, lá estava seu secretário: "Ele batalha de dia e noite. Também é humano. Será que vocês não impressam não tem com ele?" argumentou Manicard.

## Tancredo prefere os ares do Planalto ao comício de São Paulo

ROLAND MARINHO SIERRA

Uma grife de médias 30 graus foi a razão invocada pelo governador Tancredo Neves para deixar de comparecer ao comício de São Paulo, onde se realizava o lançamento de sua última campanha, hoje no Rio.

O seu dia, ontem, em Brasília, começou às 6 da manhã e foi tomado por uma série de reuniões.

Um relatório sobre o andamento da campanha eleitoral foi lido e discutido. Também foi discutido o andamento da campanha eleitoral. Também foi discutido o andamento da campanha eleitoral.

## Participação entusiasma Montoro

Montoro, o governador Riche poderia: "Essa é uma demonstração de que o povo está consciente do que quer e está mobilizado para isso".

Tentativa inutil

Contrafeito, o governador Franco Montoro não teve a oportunidade de levar à praça da Sé o governador mineiro, Tancredo Neves. De nada valeu o último apelo feito durante um telefonema na manhã de ontem do Palácio dos Bandeirantes para Ielch Horowitz. Montoro insistiu com Tancredo sobre a importância estratégica de sua presença, mas inutilmente.

"O governador Tancredo Neves não compareceu ao comício do Planalto, não veio a São Paulo e não foi ao Rio. Ele está fortemente gripado, mas pediu que eu tentasse que ele fosse o governador que compareceu ao maior número de comícios pelas eleições diretas".

Esse mesmo empenho teve o governador José Ielch. Segundo seu relato, ele e Tancredo conversaram no dia 26, ontem, por telefone. Mas uma vez a grife foi confirmada. E se não abrir qualquer flanco que possibilite a presença de Tancredo, toda luta deve ser concentrada na luta pelas diretas.

Essa depois da votação da emenda, Montoro Riche, deve-se iniciar o debate sobre o que fazer e, então, o projeto de lei sobre o plebiscito. Entretanto, há um ponto a manifestar sua preferência por o outro. De seu lado, o

## Espaço para a foto de Tancredo, que não veio ao comício

regimentar na votação na sessão Leitura durante a qual todo poder "autoritário" será dado à mesa, o que vai dificultar a votação dos decretos, inclusive os das diretas J.

O deputado Ulisses Guimarães acha que a sessão do Congresso começa hoje, dia 27, e talvez se estenda até sexta-feira. E se as diretas J não passaram" O caminho é o Colégio Eleitoral? O deputado preferiu "não especular" sobre a questão: "Isso é assunto para depois do dia 27".

no momento, para não ser confundido com entendimentos e desentendimentos em torno da votação da emenda constitucional que restabelece as diretas para 1990 ou para já. Para não se cometer injustiças, não vamos entrar em qual das hipóteses Tancredo Joga o peso de sua experiência de longo século de político, político "ao estilo antigo", como dizia ontem o secretário dos Negócios Metropolitanos, Almino Afonso, no palanque.

Como uma Rebelião redutiva, ele foi forçado a sair de casa e a ir para o comício de São Paulo, mas não conseguiu ir além de raras algações. O senador Severo Gomes foi um dos que ficaram só nos 30 graus. Fernando Henrique Cardoso também não foi além de um "se não podia mesmo vir e não estou aqui".

Para o presidente do Comitê Paulista Pró-Diretas a ausência de Tancredo foi "lamentável", mas logo acrescentou: "Foi uma decisão de sabedoria, para evitar especulações de um possível lançamento de sua candidatura".

Outros lembravam, porém, que a melhor forma de cortar as especulações de lançamento de sua candidatura era a presença dele para proclamar, alto e bom som, que estava na praça para quem todos os cartuchos pela aprovação da subemenda das diretas J.

Um governador mineiro já teve excelentes encontros com o povo, pois ele chegou a Minas Gerais, derrotando o governador mineiro de governo, poderosa máquina do governo.

E não foi por outro motivo que o círculo com insistência, no São Paulo, com a presença de Tancredo e de outros líderes, e foi por outro motivo que o primeiro e único lançamento de sua nome, pelo leucismo, provocou a primeira vitória do comício de ontem.

## Antes de sair para a Sé ainda houve espaço para receber e cancelar uma carta de D. Paulo contendo parecer de juristas da Comissão Justiça e Paz pelo impugnação do Colégio Eleitoral, e para ouvir, junto com Jair Messias Filho, o secretário de Justiça José Carlos Dias e procurar intervir pelos invasores.

Antes de sair para a Sé ainda houve espaço para receber e cancelar uma carta de D. Paulo contendo parecer de juristas da Comissão Justiça e Paz pelo impugnação do Colégio Eleitoral, e para ouvir, junto com Jair Messias Filho, o secretário de Justiça José Carlos Dias e procurar intervir pelos invasores.

Antes de sair para a Sé ainda houve espaço para receber e cancelar uma carta de D. Paulo contendo parecer de juristas da Comissão Justiça e Paz pelo impugnação do Colégio Eleitoral, e para ouvir, junto com Jair Messias Filho, o secretário de Justiça José Carlos Dias e procurar intervir pelos invasores.

**RESERVA**

**JULHO**

Chalé Hotel

**"Fazenda"**

**VALE DO SOL**

SERRA NEGRA

0192-92.2500

SÃO PAULO

257-3955

**GENIAL**

DIFERENTE

**COMEÇOU**

**LIQUIDAÇÃO**

**PRELUDE**

# População exige que Tancredo restabeleça diretas

## Caso Tancredo Neves seja eleito presidente da República pelo colégio eleitoral, como ele deve proceder em relação ao seu mandato?

CATEGORIAS	CARIÍPAIS							Média ponderada %
	São Paulo %	Rio de Janeiro %	Belo Horizonte %	Salvador %	Porto Alegre %	Curitiba %		
1	34,7	29,2	31,8	16,0	39,3	26,7	31,6	
2	7,5	24,7	17,7	17,3	8,3	13,0	14,3	
3	15,2	16,7	14,0	20,0	13,7	19,5	15,9	
4	9,8	12,1	10,0	11,7	5,3	5,3	10,2	
5	7,1	4,3	5,3	5,7	1,4	6,0	5,7	
6	3,8	3,5	9,2	18,3	18,3	12,5	6,2	
7	21,9	9,5	12,0	11,0	13,7	17,0	16,1	
<b>Número de entrevistados</b>	<b>(1.000)</b>	<b>(600)</b>	<b>(600)</b>	<b>(300)</b>	<b>(300)</b>	<b>(400)</b>	<b>100,0</b>	

- 1) Conhecendo imediatamente eleições diretas, a renúnciando ao seu mandato e seu mandato
- 2) Conhecendo imediatamente uma Assembleia Nacional Constituinte para elaborar sobre o seu mandato
- 3) Enviar mensagem ao Congresso Nacional propondo a redução de seu mandato para dois anos, seguida de eleições diretas
- 4) Enviar mensagem ao Congresso Nacional propondo a redução de seu mandato para quatro anos, seguida de eleições diretas
- 5) Exercer seu mandato de seis anos conforme texto do atual Constituição
- 6) Não optar não ocorrer a possibilidade Tancredo Neves
- 7) Não sabe

(1) número índice dos que preferem imediatamente ao diferentes siglas a governar foi adotado em Terna, Wapre, 39, 37.

Departamento de Pesquisa de "Folha"

Se for escolhido pelo Colégio Eleitoral para a Presidência da República, Tancredo Neves deve convocar imediatamente eleições diretas e renunciar ao mandato. É o que pensa a maior parte da população. Entre os entrevistados, 34,7% preferem imediatamente eleições diretas e renunciar ao mandato. Por dois anos, depois dos quais haveria diretas. E ainda há 7% que exigem que a extensão do mandato presidencial de Tancredo Neves seja deliberada por uma Assembleia Nacional Constituinte.

Estas são as respostas mais frequentes à pergunta: "Folha" realizou em seis das principais capitais do País. Do total de entrevistas, 31,6% preferem diretas imediatamente e a renúncia do presidente. Somadas a estes os que simplesmente não sabem a possibilidade de manter 32,6% das respostas são desfavoráveis ao exercício da presidência pelo atual governador de Minas Gerais.

Por outro lado, parte da população admite Tancredo presidente por períodos que variam de dois a quatro anos, a partir do momento em que se tornarem eleições diretas. A maioria, 15,9%, e 10,2% das respostas. Há uma minoria (2,7%), que acredita no mandato de seis anos, como dita a atual Constituição. Somadas aquelas que, de um modo ou de outro, reafirmam uma Tancredo presidente por dois anos, o total da maioria, ou seja, aquelas que desistem não mais de uma Assembleia Nacional Constituinte e a possibilidade de extensão do mandato de Tancredo Neves, são 11,9% das respostas. Há ainda 7% que simplesmente não sabem.

### Governador se inicia a 'fúria' ao chamamento

Do Secreat de Belo Horizonte

O governador de Minas, Tancredo Neves, capitaneado no Colégio Eleitoral, afirmou ontem não estar previsto com contar quantos votos terá. "Sucesso ou não, presenciar em, Santa Cruz, porque quando entro em Brasília como está, não quero chegar até lá, asseguro."

Talvez os próximos dias, porém, não seja presidente da República, como governador de Estado. Por isso, recebido como logo de artilheiro e a bordo do voo de lançamento e lançamento, Tancredo, que não poderá, em suas primeiras manifestações, mostrar sua posição.

Em seu agendamento, ele não poderá exercer, sem alterações, em certos aspectos, chamamentos de "ação" e encaminhamentos que recebe de todos os segmentos da sociedade. Entretanto, não me deixam o direito de falar a meu respeito e de falar a favor da Minas Gerais.

Se realmente for do meu desejo, sair de Minas, não quero, porque eu quero a dedicação que tenho pela família e pelo meu destino, ter o apoio, a ajuda e o respeito dos mineiros. Não quero, de Minas Gerais, sair sem despedir-me, com o carinho e carinho.



## Tendências / Debates

### ANEXO 24

Um artigo publicado com assinatura dos autores não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

## Legitimidade e participação popular

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Os analistas políticos em geral reconhecem que a campanha das diretas-já deu novo impulso no processo de democratização no País. Mas reconhecem também que, a despeito da força da opinião pública, não foi possível alterar substancialmente o esquema de poder vigente.

Por que não se atingiu este objetivo? Alguns creem que "faltou audácia", outros, mais severos e mais comprometidos com seus próprios objetivos partidários (e às vezes até sectários) acreditam que houve interesse, por parte do comando das oposições, indolentemente do PMDB em aceitar uma situação mais cômoda, de assalto ao poder, via Colégio Eleitoral.

Não quero, mesmo porque não teria elementos para isto, julgar intenções, nem fazer, o que torna-se freqüente, o "processo das intenções", acusando e condenando pessoas por suas supostas motivações. Tal procedimento não se coaduna com uma análise correta da política.

Em termos objetivos é fácil verificar que, fossem quais fossem as intenções e qualquer que tenha sido o nível de audácia, as sucessivas emendas das diretas não passaram e não passarão porque nunca houve, no Senado, qualquer coisa que se aproximasse da maioria de 2/3 de votos favoráveis, que seriam necessários para mudar a Constituição.

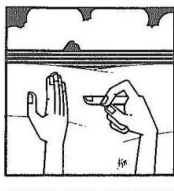
Não obtivemos os 2/3 na Câmara para aprovar a Dante de Oliveira. E não obtivemos os 50% que, através de manobras regimentais, alguns pensaram (ingenuamente) que seriam suficientes para mudar o regime, se o Senado votasse a emenda Figueiredo.

Aquela altura — junho deste ano — o governo retirou a emenda Figueiredo não porque temesse a derrota, mas porque não queria, por um lado, definir regras e prazos sucessórios, e por outro queria evitar a desmoralização de seus parlamentares que deveriam, pela segunda vez, dizer não à aspiração nacional pelas eleições diretas.

De para cá todas as tentativas de votação de emendas favoráveis às diretas (lutas e senado — importante — de desgastar politicamente o governo e o regime autoritário) não tiveram o devido instrumento efetivo para, através do Congresso, regenerar o sistema político.

Fé até hoje, no Senado, as oposições som, na Frente Liberal e no PMDB, os votos dos LPS apenas roçam a maioria dos votos, sem alcançá-la com tranquilidade.

Assim, não tendo sido possível abalar mais a fundo a trinchira autoritária, coube às oposições e à sociedade civil continuar a guerra de cerco ao núcleo autoritário do poder. Tivemos



### A pergunta da Folha

É necessário o voto popular para legitimar o mandato do próximo presidente da República?

força para impedir que, através dos vários experimentos tentados, o cerco fosse rompido. Mas não tivemos força para assaltar a fortaleza institucional do autoritarismo.

Deixei, portanto, um processo de transformação político em aberto, no qual houve uma mutação interna no sistema de poder (através das sucessivas dissidências no PMDB em função da questão sucessória) sem que houvesse a ruptura constitucional do Estado. Nem houve (e não há) desmoronamento das Forças Armadas, nem houve a debandada completa dos instrumentos institucionais de controle das decisões no Congresso.

E esta a peculiaridade da transição democrática brasileira: a força da sociedade ampliou a base parlamentar do renovo democrático, eletrizou a opinião pública, transformou os meios de comunicação de massa em instrumentos da transformação política e ampliou a base social de apoio à mudança. Basta ver a posição dos sindicatos, dos empresários, das associações profissionais, dos líderes religiosos etc., a favor da candidatura Tancredos Neves.

Assim, o Colégio Eleitoral, de exercício do instrumento de perpetuação do autoritarismo, transformou-se em arena de luta para a transição democrática.

Diante dessa situação, a pergunta

liberal-burguesa (e eu sou partidário de incorporação dos avanços liberais à prática democrática) sobre se é necessário legitimar a escolha do Tancredo é abstrata: não capta o movimento do real.

Por certo, o fato de eventualmente o Colégio Eleitoral permitir a eleição de um presidente da oposição não torna aquele instituto menos aberrante nem legítima formalmente a eleição.

Mas quem acredita que seja votado Tancredo estará correndo a democracia? Apenas, consolidada a posse, dar-se-ão as condições para a criação de um espaço democrático cuja profundidade e extensão vão depender das forças sociais e políticas que se organizarem para assegurar a transição.

A questão real não é, portanto, a da formalidade do ato que se praticará, mas a de saber até que ponto, substancialmente, o País avançará no rumo de uma nova Constituição que seja votada por parlamentares eleitos livremente.

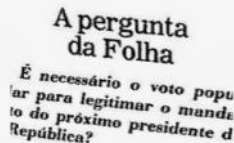
De que valerá, agora, um simulacro de eleição popular, entre, por exemplo, Tancredo e Maluf? De quem seria Maluf candidato, do PTB? Mas qual PDS: o da Frente Liberal? O de Antônio Carlos? O dos malufistas? E os outros eventuais candidatos, como Brizola, interromperiam seus mandatos? E Aurélio Ficharia de fora?

Tudo isso parece-me que seria demagogia artificial para devolver à democracia a legitimidade democrática.

Acredito que, assegurado o Colégio, que chameia mas não reconstrói o povo e o sentido, sendo exercido favor, sim, dar mais fé, sentimentalidade Colégio, não dá ao processo de

Por isso, agora em um mandato. Haveria, portanto, convocação Outro depeção, como o presidente. E deverá estar. Mas por que, além de participação popular, quando o País estiver de fato sob o controle das forças democráticas — até precipitar?

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO é senador do Parlamento da União de São Paulo, Sócio do Conselho de Administração do Instituto de Pesquisas de Administração Superior no Brasil e nos Estados Unidos.



## A legitimidade está na fonte

SAID FARHAT

Do ponto de vista etimológico, o adjetivo "legítimo" tem a mesma origem que sua prima "lei". Ambos vêm do latim *legis* — pelo latim *legimus*. Os juristas de fins sabem gostam de explicar as delicadas diferenças entre as conceituais conexas dessas duas palavras. Não é o caso, agora e aqui. Mesmo porque, do ponto de vista jurídico, legítimo é o que conforma a lei, o legal, o fundado na lei, na razão ou na justiça. E os ingleses admitem legítimo o legal, próprio, regular. Os americanos também acham legítimo o sancionado por lei ou costume; os franceses vão mais longe e chamam de legítimo o que é "consagrado ou admitido pela lei". (Eu confesso a covardia: à justiça, à razão).

Tudo conceito de "legitimidade" está ligado, portanto, a fazer conformar-se à lei, à razão, à justiça, à equidade, ou tornar legal, próprio e regular o que não o for. Quer dizer: o ato a legitimizar deve nascer de voto ou consenso. Não ser legal. Não ser consagrado ou admitido em lei. Ser desconforme à razão etc. A legitimidade, portanto, é anterior ao fato, para poder ser corrigida. Como deve ser o ato legítimo a legitimar? Por certo, deve ser claramente ilegal, desconforme, mandado em lei.

Sob esse ângulo, como poderia legitimar-se o mandato do próximo presidente da República? É legítimo fosse, quem o legitimaria? Todos os poderes constituídos no Brasil da atualidade têm uma só origem: a Constituição que já está. Nenhum poder existe mais alto que o do Congresso Nacional, no momento em que se utiliza dos seus poderes constitucionais — não sujeitos, sequer, a veto do presidente da República. Portanto, se se considerar o

mandato do próximo presidente da República corrente de legitimidade (ou de legitimação), então igualmente corrente seriam os demais mandatos e não o mais, se se fez e faz em nome legal neste país.

Desde a primeira anterior, qualquer forma de consulta popular, para o fim de "legitimizar" — ou legitimar — o mandato do presidente da República dependeria de emenda constitucional do Congresso. Como é o caso, na sucessão de apóstolos dos bispos, a legitimidade — a contrário senso, a legitimidade — se propaga de um para o outro, até S. Pedro. Legitimizar, legitimar todos.

No meu entendimento, a legitimidade da eleição do próximo presidente da República pelo Colégio Eleitoral, inquestionavelmente a sugestão da Folha, em um recente editorial, é implícita na pergunta de hoje, de o próximo presidente tornar posse, e imediatamente convocar eleições diretas, e simpatiza. Mas incongruente com um sistema constitucional e formal. E, como exposto, o futuro presidente imediatamente incurriria o exercício de um mandato, não seu. E questionável se até mesmo uma Assembleia Constituinte poderia deixar de respeitar o respeito aos mandatos em curso — fatos jurídicos perfeitos e cabíveis. Na sequência do mandato do presidente Eurico Dutra, de seis para cinco anos, em 1960, os constituintes tiveram o cuidado de obter o assentimento prévio do próprio Dutra.

Do ponto de vista crítico, como os problemas que nos afligem, a primeira tarefa do novo presidente seria lembrar as redes do governo firmemente em suas mãos, e começar a governar. Combater a inflação. Fazer a reforma tributária. Dar nova política salarial. Resolver os grandes impasses da dívida pública interna e externa. Acabar com a burocracia e os excessos de intervenção

do Estado na economia e na vida das pessoas.

Uma campanha eleitoral para presidente da República, ainda em 1965, ou mesmo o mais, seria desnecessária para o Brasil. Poderia servir aos que invertem os anos, sua estrutura oportuna. Mas não conviria aos 130 milhões de nós outros, que desejamos paz e progresso.

Para mim, portanto, a resposta à pergunta da Folha é: não, porque o voto popular para legitimar o mandato do próximo presidente da República. Vou mais longe, seria inconstitucional o ato que é exigido. E cogitaria em aquecer todo o edifício jurídico sobre o qual assenta a Nação.

Podem-se perguntar: haveria conveniência política em o futuro presidente da República solicitar o voto popular em plebiscito para confirmar ou infirmar a eleição indireta. Isto é, sobrepor-se a uma eventual Assembleia Constituinte ávida de poder ou não? Julgamos que não sobram e não há, porque dos seus poderes que nem se veria obrigada a respeitar situações perfeitamente constituídas? Bem. Isso já já seria outra história. Outra pergunta. Outra resposta.

SAID FARHAT é jornalista e membro do Conselho Social do governo Figueiredo e diretor do revista "Voz".

## Transição em transe

OTAVIO FRIAS FILHO

Depois de construído em cima da eleição direta, nos primeiros meses deste ano, um consenso que atingiu o exergo da unanimidade, scripsit rotundamente, além de consensu, insulsi aqui na tese. O que faz sentido agora não é discutir se deve haver eleição direta e Constituinte no ano que vem, mas sim por que tantos não querem mais que haja.

Para os políticos, eleição é assim como alfinete para os contrabandistas: algo que se deve evitar a todo custo e a ser ultrapassado de todas as formas, quando inevitável, por artimanhas que vão de látila ao subterfúgio. Não estranha, portanto, se quase ninguém se dispõe a votar o certo pelo menos certo — e isso vale tanto para os malufistas quando julgavam segura a sua vitória no Colégio Eleitoral, quanto para os partidários que neste particular hoje trocam de papel com eles, como também, para os parlamentares de ambos os lados que ainda têm um resto de mandato para servir.

Mas não há só interesse, há argumentos contra as eleições presidenciais e constituintes logo após o 15 de março. Vamos descartar os descartáveis, como esse de que o futuro governo terá problemas graves a enfrentar na área econômica e social. Organizar-se eleições em dois meses, se tanto, quem as organiza não é o governo mas a Justiça Eleitoral, uma vez aprovada emenda no Congresso, e de resto, se vallesse o argumento, deveriam ser suspensas as eleições quando há guerra, problema nem mais grave do que qualquer outro, coisa que não ocorre em nenhum dos países que costumamos chamar de democráticos.

Existe também o argumento de que o

estado de espírito da opinião popular já teria legitimado a candidatura Tancredos Neves. A ideia assumiu a sua feição de cartilagem na palavra de Franco Montoro, que acrescentou, às três legitimidades consagradas por Max Weber, uma quarta: a dos comícios e pesquisas de opinião, que para o governador de São Paulo agora substituem o voto popular. Nem à dilatação falamos tanta inanição e sobrevoamos legitimidade.

A legitimidade de que o ex-governador de Minas é depositário é uma legitimidade negativa, assim como se dita do então MDB que era mandado de um ato eleitoral. Na sua candidatura, o que há por enquanto de legítimo é que ele é contra o regime, cuja sobrevivência já se dilata há dez anos, e política não se vota pela opinião pública como o sepulcro do Mal, a diluição da ideia dessa ditadura que não impulsiona, nem foi derrubada, mas que mesmo na morte foi peculiar, desdobrando com o tempo de seu ex-governador happy-end de melancolia a que estamos tentados a chamar de "transição".

Mas o que será daquela legitimidade negativa quando a sua origem revelar-se efêmera ou enganosa, a saber, assim que Maluf não for mais que a Jetrabete de um pesadelo quando acordamos de manhã e lá-olgo o poder, for clarificado entre os adversários do dia e abril (e de 31 de março, ca va sans dire) para além, desde então, o apelo aureoloso dessa Frente Liberal, que todo mundo se apressou em notar que não é liberal seja, que ninguém lembrasse que tampouco é frente?

Em poucos meses o futuro governo estará atormentado pelas forças que resultam em estado entre interesses de modo conflitantes que a paralisia será mais que um religio, uma tentação,

além a gesto da "miserabilidade" que dá o tom da Aliança Democrática, se a falta de apoio eleitoral (vide Maluf), o apó em excesso salafita. As expectativas mobilizadas em volume maior do que a capacidade de atendê-las cedo poderão transformar-se de decisões em dissidências e ditas em oposição. E que prazo mover oposição a um governo vinculado ao regime, estragado nos compromissos, corrompido pelo tempo, que terá sob os pés a caldeira social agora deslaminada e livre para ferver, sobre a cabeça a guilhotina da restrição do mandato?

A estabilidade que os aliancistas geraram no ano que vem é o espelho de tudo que se viveu até agora, porque poderá amargar não os estatutos da política mas os da própria sociedade — que estão plantando para os demais anos do mandato.

As rupturas que houve na nossa história institucional sempre significaram uma ruptura política. Não há nada de estabilidade política que não seja o resultado de uma ruptura política. Não há nada de "romantismo" neste raciocínio que, pelo contrário, mais nos faz concreto quanto concretas podem ser as coisas na política.

OTAVIO FRIAS FILHO é jornalista e atualmente vive as funções de diretor de Redação do Folha.

## Transição em transe

OTAVIO FRIAS FILHO

**D**epois de construído em cima da eleição direta, nos primeiros meses deste ano, um consenso que atingiu o exúterio da unanimidade, seria redundante, além de consultivo, insistir aqui na tese. O que faz sentido agora não é discutir se deve haver eleição direta e Constituinte no ano que vem, mas sim por que tantos não querem mais que haja.

Para os políticos, eleição é assim como alfindega para os contrabandistas: algo que se deve evitar a todo custo e a ser ultrapassado de todas as formas, quando inevitável, por artilharias que vão da lãbia ao suborno. Não estranha, portanto, se quase ninguém se dispõe a frisar o certo pelo menos certo — e isso vale tanto para os militares quando julgavam segura a sua vitória no Colegio Eleitoral, como para os lance-distas que neste particular hoje trocam de papel com eles, como, também, para os parlamentares de ambos os lados que ainda têm um resto de mandato para usufruir.

Mas não há só interesse, há argumentos contra as eleições presidenciais e constituintes logo após o 15 de março. Vamos descartar os descartáveis, como esse de que o futuro governo terá problemas graves a enfrentar na área econômica e social. Organizam-se eleições em dois meses, se tanto, quem as organiza não é o governo mas a Justiça Eleitoral, uma vez aprovada emenda no Congresso, e de resto, se valesse o argumento, deveriam ser suspensas as eleições quando há guerra, problema bem mais grave do que qualquer outro, coisa que não ocorre em nenhum dos países que costumamos chamar de democráticos.

Existe também o argumento de que o

estado de espírito da opinião popular já teria legitimado a candidatura Francisco Neves. A ideia assumiu a sua feição de cartadura nas palavras de Franco Montoro, que acrescentou, às três legitimidades consagradas por Max Weber, uma quarta: a dos comícios e pesquisas de opinião, que para o governador de São Paulo agora substituem o voto popular. Nem a ditadura faltou tanta imaginação e sobrou tanta levandade.

A legitimidade de que o ex-governador de Minas é depositário é uma legitimidade negativa, assim como se dizia do então MDB que era mandatário de um não eleitoral. Na sua candidatura, o que há por enquanto de legítimo é que ela é contra o regime, cuja sobrevivência já se diluiu há dez anos, e contra Malu, visto pela opinião pública como o sepulcro do Mal, a última trincheira dessa ditadura que não implodiu, nem foi derrubada, mas que mesmo na morte foi peculiar, deslizando com o tempo até se esvanecer no happy-end de melancolia a que estamos tendo o privilégio e a honra de assistir.

Mas o que será daquela legitimidade negativa quando a sua origem revelar-se efêmera ou enganosa, a saber, assim que Malu não for mais que a lembrança de um pesadelo quando acordamos de manhã e lá-ílogo o poder for chaqueado entre os adversários do 25 de abril (e do 31 de março, ça va sans dire), para atender, desde início, o apêlido aureliano dessa Frente Liberal, que todo mundo se apressou em notar que não é liberal sem que ninguém lembrasse que tampouco é frente?

Em poucos meses o futuro governo estará atormentado pelas forças que reuniu e entalado entre interesses de lei modo conflitantes que a paralisia será mais que um refúgio, uma lentidão,

além a gosto da "municipalidade" que dá o tom da Aliança Democrática. Se a falta de apoio desisti (vide Malu!), o apoio em excesso sufoca. As expectativas mobilizadas em volume maior do que a capacidade de atendê-las cedo poderão transformar-se de decepções em dissidências e delas em oposição. E que prato mover oposição a um governo viciado na origem, estragado nos compromissos, corroido pelo tempo, que leni sob os pés o caldeirão social agora destimpado e livre para ferver, sobre a cubeca a guilhotina da redução do mandato!

A estabilidade que os aliancistas pensam assegurar ao impedir eleições gerais no ano que vem é o espelho da instabilidade — esta sim grave, porque poderá ameaçar não os estatutos da política mas os da própria sociedade — que estão plantando para os demais anos do mandato.

As rupturas que houve na nossa história institucional sempre significaram uma circulação e frequentemente uma ampliação das forças que participam do establishment político — nada além disso. O que está em jogo hoje é saber qual será a medida da ampliação que agora se avizinha. Sem eleições no ano que vem, com uma Constituinte adada para daqui a dois anos (à maneira de Vargas em 30), estamos imitando o regime com a sua abertura de dez anos e fazendo uma transição tão esticada no tempo quanto estreita na profundidade. Não há nada de formalista ou de "romântico" neste raciocínio que, pelo contrário, me parece tão concreto quanto concretas possam ser as coisas na política.

OTAVIO FRIAS FILHO é jornalista e atualmente exerce as funções de diretor de Redação do Folha.

Teólogos da Libertação dão resposta ao atacano, em SP

EXCLUSIVO

RICARDO KOTSCHO

O documento da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé sobre a Teologia da Libertação...

Embora este documento não traga a assinatura do Papa...

Neste caderno especial, "Folha" publica com exclusividade a primeira resposta do "estado-maior" da Teologia da Libertação no Brasil...

Foi uma coincidência: sete dos mais importantes teólogos da libertação estavam reunidos em São Paulo...

No mesmo tarde de quarta-feira, Hoff seria surpreendido com uma cópia do documento que lhe foi levada por "O Globo"...

Fuê ler o documento com aquela ansia, mas quando terminei de ler o livro de lido e eu escrever um artigo para a Revista Família Cristã...

Hoff e seus amigos teólogos ligados à Teologia da Libertação acham, porém, que é difícil avaliar a repercussão do documento...



FERRARO



FREI BETTO



LEONARDO BOFF



MÁRCIO DOS ANJOS



JOSÉ OSCAR BEOZZO

Teólogo aponta polêmica que estará em julgamento

No trecho do livro "Igreja, Carisma e Poder", que reproduzimos abaixo, está, segundo o próprio Leonardo Boff, a raiz da polêmica entre ele e a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé...

"Com referência à doutrina, a prática da Igreja vem sobrecarregada por um longo, persistente e manifesto cercamento de direitos fundamentais da pessoa humana..."

os outros documentos da Igreja, esse vai ter tantas leituras quanto outros teólogos e pastores existem..."

publicado o regulamento para o exame de doutrinas. Especificamente na Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé...

"O processo é aberto atendendo a acusações sem que o próprio acusado o saiba. Numa fase posterior, quando já se tomaram decisões dentro da própria Congregação, o acusado é informado e solicitado a responder aos distintos quesitos em questão..."

CARISMA E PODER

Carisma e Poder

Leonardo Boff

Para começar, ele não terá direito a defender os princípios da Teologia da Libertação, mas apenas de responder ao que lhe for perguntado...

Então, para que ir ao Vaticano? "Sabê, isso pertence aos segredos arcaicos da Igreja..."

DEFESA 1

Libertação como teoria ou como ação prática?

LEONARDO BOFF

A perspectiva latino-americana da teologia da libertação parte de outro pólo. Verifica o fato das práticas dos oprimidos, quais são suas angústias, quem são seus aliados; pergunta-se qual é a participação dos cristãos, de segmentos das Igrejas e das comunidades eclesiais de base neste processo maior de libertação...

Uma leitura centro-europeia da libertação parte do tema em si. Libertação é um conceito fundamental da teologia bíblica e da tradição emancipatória da cultura moderna...

ligado a Deus, o cristão se dá conta de que a libertação é uma realidade aberta para frente e para cima; para frente no sentido de não fechar-se sobre as conquistas alcançadas...

por vezes, irracional sagrada, e sentido de praticidade. Há um interesse objetivo por eficácia, porque finalmente os povos não é tanto a reflexão teológica, mas a libertação concreta dos povos...

procedimento. Apenas constatamos, inicialmente, a diferença entre esta forma de pensar e a forma de pensar latino-americana. Ela não é sem consequências...

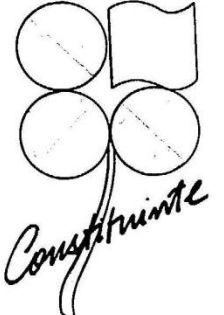
As outras seis defesas da Teologia da Libertação serão nos dias 1, 2 e 3.



Pesquisa em seis capitais revela desejo da população; Tancredo volta a defender outra Constituição, mas só em 86
Maioria quer Constituinte em 85

1985
Posse, Diretas e Constituinte

Tantos têm sido os compromissos e condicionamentos a servir de contraponto para a transição vivida pelo País rumo à democracia...



Assembliã Nacional Constituinte, pronta a dar forma acabada, clara e permanente a um real impulso da sociedade rumo à democracia.

autoritário. Não se pode manter o povo brasileiro frustrado em sua expectativa de democracia...

A maioria da população brasileira quer uma Constituinte; já em 1965, para alterar de forma substancial a Constituição...

SNI vetaria até o cidadão Tancredo

O cidadão Tancredo Neves, candidato à sucessão do presidente Figueiredo, encontrará muitas dificuldades para ter seu nome aceito...

Opinião da Folha
Leia na pág. 1 as editoriais "Tancredo e a burocracia"...

Dez filmes franceses esta semana na Folha

A Folha e a Companhia Brasileira Cinemas apresentam, no auditório desse jornal...

Personagens de Maurício percorrem o mundo todo
O desenhista Maurício de Sousa prepara o livro do ano...

No Folhetim, conversa com Raduan Nassar
Folhetim entrevista Raduan Nassar, um dos maiores escritores brasileiros...

Faça os cartões de Natal com as dicas do Mulher
Anote o tempo para evitar as Boas Festas...

"Eco-eco-eco", tema de hoje na Folhinha
Sylvia Ortali, premiada escritora e autora de peças de teatro...

Sudene faz 25 anos; contraste é o mesmo

Table with 2 columns: Índice and values for various cities like Recife, Belo Horizonte, etc.

Previsão do tempo
Nublado em São Paulo, com chuvas esparsas...

Ações dispararam com recuperação da economia

Consagrado como a melhor opção de investimento em 1984, o mercado de ações deixou longe todos os seus competidores...

África e AL compram mais do Brasil

Os países da América Latina e da África destacam-se cada vez mais como parceiros comerciais do Brasil...

Retornam os chapéus masculinos



Nos invernos norte-americano e europeu, a mania já conquistou multitudes. No Brasil, com o verão começando, ela promete repetir o êxito...

Índia atribui tragédia à negligência

O chefe de polícia da cidade indiana de Bhopal, Swraj Puri, afirmou que o vazamento de isocianato de metila...

Novo Código Penal nasce sob críticas

No dia 13 de janeiro, entra em vigor a parte geral do novo Código Penal, que dispõe sobre aplicação e cumprimento das leis...

O Fla-Flu da decisão, hoje pela TV

Flamengo e Fluminense decidem hoje, às 17 horas, no Maracanã, o campeonato estadual do Rio de Janeiro...

Cargas químicas perigosas transportadas com desleixo

Uma fiscalização feita em novembro de 1983, revelou que 76% das cargas transportadas em caminhões...

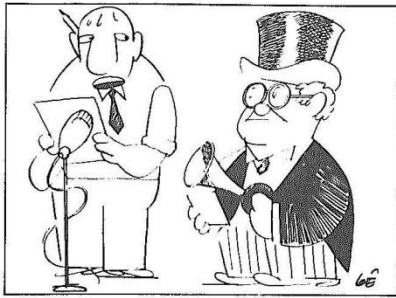
Os artigos publicados com assinatura dos autores não tratam necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

ANEXO 27

Será um equívoco eclesial?

HENRY MARSDUD

Comunicadores de todos os países, uni-vos! Esta poderia ser a frase-síntese da "Carta aos Comunicadores", da CNBB, de 3/6/84. A semelhança com Marx não pretende insinuar que a Igreja esteja socialista ou que bispos seus sejam comunistas, mas sugere que a linguagem utilizada no documento é panfletária no melhor padrão marxista. Os dezesseis profissionais do Setor de Comunicação da CNBB (treze são bispos, padres e freiras), signatários do documento, denunciam em estilo repetitivo, ao longo do escrito, que os meios de comunicação social "curvam-se diante dos interesses e das pressões de proprietários e financiadores"... que esses meios são "controlados e manipulados pelos poderes políticos e econômicos que se empenham em manter a situação"... que o modelo imperante no Brasil "não está a serviço da superação das injustiças sociais, mas sim da promoção de uma sociedade de consumo"... que os meios "não são utilizados como um bem social, mas como empresas comerciais, pertencentes a uma minoria"... e que através deles "a voz do povo brasileiro não se faz ouvir"... mas que "apenas uma minoria privilegiada faz ouvir a sua voz, como se fosse a voz de todos" etc. O documento ataca também as novas tecnologias "como satélites, computadores, vídeo-cassetes, vídeo-textos e outras que não estão sendo destinadas a servir a uma melhor compreensão entre as nações nem às prioridades das classes populares". Ao mesmo tempo que acusa as empresas privadas de comunicação de opressão contra o povo, a "Carta" conclui que "a comunicação humana deve realizar-se a partir dos pobres assumindo seu projeto libertador", propõe a adesão de todos à luta por uma Nova Ordem Mundial e recomenda e conclama os comunicadores do Brasil a se unirem todos à luta em favor de "mergulharem na cultura popular", "trabalharem em função das lutas populares" e "rompam com a comunicação dominante, que está a serviço dos poderosos e é utilizada para manter a situação atual e algumas das 'tarefas solidárias' que fazem parte do que seria um 'Projeto de Libertação dos Pobres pela Comunicação'". A "Carta aos Comunicadores" é, infelizmente, mais um documento misturado de ambiguidades e retórica. Mistura uns poucos fatos reais sobre a miséria, algo de análise e algumas conclusões da Conferência de Puebla, com bastante incompreensão sobre o que realmente é um meio de comuni-



A pergunta da "Folha"

Para a CNBB os meios de comunicação social manipulam a opinião pública e defendem exclusivamente as elites no poder. O senhor concorda com esta posição?

ção livre e independente, para propor um projeto de superação da pobreza, todo ele comprometido com um só partido, que os comunicadores da CNBB chamam eufemisticamente de Igreja. Há pena de falar que mais parece o discurso de um demagogo. Entretanto, prefiro dizer que a visão dos autores desse documento talvez esteja abalada por interpretações equivocadas dos verdadeiros valores da humanidade e da própria cristandade. O principal valor da natureza humana é a liberdade individual, e a propriedade legitimamente adquirida é o meio mais coerente da civilização livre. E quando nossa moral cristã trata da solidariedade humana não se refere a uma caritatividade, em que a solidariedade é tornada compulsória por algum tipo de lei ou vontade ou arbítrio dos homens, dos sindicatos, ou dos comunicadores. Quando a Igreja diz que se deve lutar pelos pobres, é preciso

compreender, em primeiro lugar, que a referência não é generosa para os relativamente mais pobres (não é uma pregação igualitarista) mas é específica aos relativamente carentes, que se encontram impossibilitados de prover por si próprios; e, em segundo lugar, que a caridade advinda de Cristo é um ato voluntário de fraternidade. A invocação cristã pressupõe não uma resposta compulsória mas sim a liberdade de escolha e, portanto, uma atitude voluntária, como destacou o próprio João Paulo 2º em seu discurso aos vocacionados em Porto Alegre em 3/7/83: "A resposta depende da generosidade do coração de quem é chamado, pois Aquele que chama deixa sempre a liberdade de opção: 'se quiser...' (cf. Mt. 19,21)". E, quanto à visão da Comunicação "sob a ótica dos pobres", contrária à livre iniciativa, é também o Papa que reitera, em sua fala sobre os oito bem-aventurados, na favéola do Vaticano II em 2/7/60, que embora a Igreja queira servir a Igreja dos pobres, essa opção preferencial pelos pobres não é um convite a exclusivismos, nem justificaria que um bispo se omitisse de proclamar todo o Evangelho a tal ou qual grupo de pessoas sob o pretexto de que não são pobres; pois, se não se refere a todos os pobres, o Evangelho dá ao termo 'pobre' seu não de que todos sejam 'pobres em espírito'.

HENRY MARSDUD é empresário no campo de engenharia industrial brasileira e também diretor responsável do revista "Vozes".

RICARDO KOTSCHIO

Como jornalista e dirigente sindical, gostaria muito de discordar do documento da CNBB e defender a imprensa, que já anda com sua credibilidade tão abalada. Como repórter, porém, não posso brigar com os fatos. Os bispos apenas constatarem o óbvio, a dura realidade: nossa imprensa, com raríssimas exceções, espelha apenas o Brasil oficial dos gabinetes de arrefrigeração, fechando os olhos para o Brasil real, dos grotões de miséria e injustiça social. Isso não é de hoje, sabemos todos, seria justo creditar unicamente ao regime pós-64 o esfrangulamento da instituição — como, de resto, ocorreu com outras instituições. Para não perder este precioso espaço relacionando as causas mais imediatas desde a implantação da imprensa no Brasil, vamos ver o que acontece nos dias que correm, razão do documento da CNBB. É público e notório que as empresas de comunicação, nestes últimos vinte anos, cresceram como os gigantes em termos industriais e tecnológicos. Ironicamente, quanto mais a censura enfraquece a imprensa, maior era o progresso. Alguns dos nossos grandes jornais e redes de televisão têm hoje prédios e equipamentos mais sofisticados e sofisticados do que seus congêneres europeus, por exemplo. Isso, naturalmente, tem um preço. Na hora de pagar quem financiou estes mastodontes, os agentes públicos ou privados — quem está perdendo é a independência jornalística destas empresas amarradas por compromissos. Acrescentando-se a este quadro todo o arsenal de leis anti-imprensa e o controle econômico exercido indiretamente pelo generoso boia do publi-

A crise é de caráter

cidade oficial, sem o qual boa parte da imprensa simplesmente morreria de inanição, vamos ver que não é nada fácil uma notícia chegar ao leitor e que o fato acontecido no caso das emissoras de rádio e televisão, então, o desafio é ainda maior. Há de se lembrar que as concessionárias do governo central. O fato jornalístico, quer dizer, a notícia de interesse público, tem de vencer uma verdadeira corrida de obstáculos para chegar ao seu objetivo. Há de se lembrar que o teleespectador, primeiro, há os limites impostos pelo governo e pelos poderes político e econômico; depois, há os limites impostos pelas próprias empresas para o atendimento dos seus interesses. Finalmente, há que se levar em conta, também, o papel de cada jornalista no cumprimento da sua missão.

A primeira vista, pode parecer que o jornalista, neste contexto, não passa de um instrumento passivo, também ele manipulado e, portanto, sem qualquer responsabilidade pelo que sai ou deixa de sair no produto final. Não é bem assim. Se assumi fosse, melhor seria vender maçãs na feira ou plantar batatas, já que, como é sabido, não se trata de atividade das mais bem remuneradas, sem falar nos riscos que correm os que se recusam a aceitar este jogo de acordo com as regras dos interesses estabelecidos. Claro há mais trabalho. As vezes é doloroso e não compensa, mas não vejo outro jeito: cabe aos próprios jornalistas, no limite das suas forças e do seu talento, lutar sempre para vencer estes obstáculos, seja nas redações ou nas suas entidades representativas, em vez de ficarem esperando que a democratização cida sobre nossas cabeças para, só então, exercerem a tão desejada liberdade

de imprensa que nada mais é do que o direito da sociedade de saber o que está acontecendo. Romper este círculo de silêncio que abafia o Brasil real para que a imprensa possa estar ao lado dos interesses da maioria da Nação brasileira e não das elites que o regime estrebutante, como esta "Folha" fez e faz na Campanha das Diretas, é uma tarefa para todos os jornalistas precisam, mas o que ninguém, estar à frente da luta pelo restabelecimento do direito social à informação. Conventionalmente diz-se que a imprensa, especialmente a televisiva, "faz a cabeça" da opinião pública. Pois na Campanha das Diretas, que contou no início com o decidido apoio apenas deste jornal, o que se viu o contrário: foi a pressão da opinião pública levando jornais, rádios e televisões a abrir espaço para as manifestações que ninguém mais podia ignorar. Não digo isso apenas porque trabalho na "Folha". É exatamente o contrário: só trabalho na "Folha" porque aqui posso escrever o que penso, e eu sei, sem ter que negociar princípios. No dia em que todas as empresas descobrirem que a liberdade compensa mais do que qualquer arrebatado, a sociedade e a imprensa mais confiável e o mercado jornalístico se ampliará. Como em todo o mais, creio que a grande crise da nossa imprensa não é nem tanto econômica ou ideológica, mas de caráter — e isso vale tanto para os dirigentes destas empresas como para nós, jornalistas.

RICARDO KOTSCHIO é repórter de "Folha", diretor de imprensa da Federação Nacional dos Jornalistas, autor do trabalho dos jornalistas "Folha" e membro do Conselho de Justiça e da Associação de Trabalho em Meio Rural — Direção de Campanha das Diretas.

A cartesiana tática

unha e destes as prerrogativas de sua autonomia e o seu caráter de opinião pública de formação secular, altamente qualificada, funciona como o sistema aglutinador desse conceito britânico? Ou, finalmente, de povo visto como o proletariado em uma sociedade de classes que se prepara, revolucionariamente, para superar-se a si mesmo numa "espontânea" abolição de todas as classes? A irreflexão de reflexo da CNBB não o diz. Parece adotar a cartesia do "Larvatus prodes". Escande-se. Deus realiza um diálogo com os homens por intermédio de Jesus Cristo, para restabelecer a igualdade fundamental no meio de nós", afirma o papa João Paulo 2º. Maria de Nazaré "percebeu que Deus entrou na história dos homens através de uma mulher, para trazer a comunicação salvadora com o povo... (Ela, Maria) percebeu que a vida de Jesus Cristo era o caminho de Deus para a libertação do povo". Daí o Cristo libertador que precede e anuncia o homem por intermédio da CNBB. E por tudo isso, talvez, que a Cúria paulista, poucos anos atrás, quando os santos foram apresentados para que vinham, enviou como observador à Nicarágua o não insuspeito quanto intelectualmente pobre Frei Belo, para interpretar o que ali se passava. De volta, o intrépido hermenêuta fez, então, estampar o seu relatório em página inteira do jornal da Cúria — "O São Paulo" — encimado, em

letras gurrallias, pelo título magistral: "Nicarágua é o modelo". O papa João Paulo 2º, citado furtivamente uma única vez na "Carta", ficou, certamente, embevecido com esse relatório, tão edificante para os padres renegados Cardinal e Escoto da cúpula sandinista. A CNBB, tudo o indica, adotou para com o marxismo a tática magistral: "Se a montanha não vem a Maomé, Maomé vai à montanha". E foi ao marxismo, oferecendo-lhe, contrária, um magistral Carval de Trávia: a Teologia da Libertação. A fúria revolucionária que devastou a América Central salvada ventre dessa estupenda almiria. Estudou o que disse, a propósito, o jesuíta padre a Pellicer numa entrevista ao Fígaro Magazine, traduzida e publicada na revista "O Digesto Econômico" de dezembro de 1982, n.º 292. O padre Luiz Eduardo Pellicer (F.S.S.), que se empenhara a fundo nos caminhos da subversão religiosa, arrendeu-se a bom tempo para denunciar o que se passava na América Central. O mundo enlouqueceu depois da última guerra. O Brasil transformou-se neste mar pulchro de sandinista para o qual os dignos purpúras da CNBB contribuíram generosamente com a sua sandice religiosa.

PAULO EDUARDO DE SOUZA QUEIROZ é professor associado de Sociologia do Faculdade de Economia e Administração de São Paulo e autor do livro "O Poder Social da Associação Comercial de São Paulo".

O cristianismo "progressista" brasileiro que, em 1980, lançou o seu lamentável documento — "Igreja e Problemas da Terra" —, solta, agora, a "Carta aos Comunicadores" — não menos lamentável que o documento anterior.

A imprensa capitalista, segundo a CNBB, tolhe a ampla comunicação com os pobres. Não obstante sua afirmação peremptória, ou tomei conhecimento integral da "carta" através de um dos principais órgãos da mais lida imprensa nacional. A "Carta" em questão, faz do Cristo o comunicador por excelência, cuja mensagem se sobrepõe, agora, à de Cristo guerrilheiro, imagem tão querida do bispo Casaldaliga. A comunicação verdadeira — diz a "carta" — deve o anseio do povo. Realiza um diálogo com ele. Amplia essas aspirações por toda a sociedade. A que povo se referem os reflexivos membros da CNBB? Nada mais equívoco do que esse conceito. Trata-se de povo entendido como a Nação que germina da Revolução francesa, nos escombros de uma aristocracia decapitada? Ou do povo concebido como processo dinâmico de homens que se expressam na evolução coerente de uma cultura integrada, através de chefes naturais? Ou ainda, do povo da concepção inglesa, conglomerado de grupos humanos, capazes de defender com

O cristianismo "progressista" brasileiro que, em 1980, lançou o seu lamentável documento — "Igreja e Problemas da Terra" —, solta, agora, a "Carta aos Comunicadores" — não menos lamentável que o documento anterior.

crianismo "progressista" brasileiro que, em 1980, lançou o seu lamentável documento — "Igreja e Problemas da Terra" —, solta, agora, a "Carta aos Comunicadores" — não menos lamentável que o documento anterior. A imprensa capitalista, segundo a CNBB, tolhe a ampla comunicação com os pobres. Não obstante sua afirmação peremptória, ou tomei conhecimento integral da "carta" através de um dos principais órgãos da mais lida imprensa nacional. A "Carta" em questão, faz do Cristo o comunicador por excelência, cuja mensagem se sobrepõe, agora, à de Cristo guerrilheiro, imagem tão querida do bispo Casaldaliga. A comunicação verdadeira — diz a "carta" — deve o anseio do povo. Realiza um diálogo com ele. Amplia essas aspirações por toda a sociedade. A que povo se referem os reflexivos membros da CNBB? Nada mais equívoco do que esse conceito. Trata-se de povo entendido como a Nação que germina da Revolução francesa, nos escombros de uma aristocracia decapitada? Ou do povo concebido como processo dinâmico de homens que se expressam na evolução coerente de uma cultura integrada, através de chefes naturais? Ou ainda, do povo da concepção inglesa, conglomerado de grupos humanos, capazes de defender com





# Punição a tortura na ditadura divide opiniões no país

Datafolha mostra leve maioria para grupo que é contra julgar crimes, tese que prevaleceu em decisão do STF

**45% são contra punir torturadores, e 40% se dizem favoráveis; em abril, tribunal rejeitou revisão da Lei de Anistia**

BERNARDO MELLO FRANCO DE SÃO PAULO

Vinte e cinco anos após o fim da ditadura militar (1964-1985), os brasileiros se dividem sobre o perdão aos agentes do regime que torturaram presos políticos. Pesquisa feita pelo Datafolha revela que 40% defendem a punição, enquanto 45% se declaram contrários. Outros 4% são indiferentes, e 11% não sabem opinar.

"Há uma diferença pequena, mas o resultado aponta

mais para equilíbrio do que para apoio a um dos lados", afirma Mauro Paulino, diretor-geral do instituto.

Em 29 de abril, o STF (Supremo Tribunal Federal) rejeitou, por 7 votos a 2, ação da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) que pedia a revisão da Lei de Anistia, de 1979, para permitir a punição de crimes de agentes públicos.

O Datafolha também ouviu os brasileiros sobre o tratamento a pessoas que praticaram atos terroristas contra o governo no período.

Neste caso, o apoio ao perdão é maior: 49% se dizem contra qualquer tipo de punição, e 37%, a favor. Outros 3% são indiferentes, e 11% não sabem opinar.

O levantamento revela equilíbrio também entre os

que pretendem votar em Dilma Rousseff (PT) e os partidários de José Serra (PSDB).

Dos eleitores da petista, 48% se declaram contra a punição aos torturadores, e 41%, a favor. No eleitorado tucano, o resultado é quase idêntico: 47% a 40%.

Para Mauro Paulino, isso indica que a opinião sobre o assunto não deve influenciar a corrida presidencial. "Não me parece que isso será um tema da campanha", avalia.

Dilma foi presa e torturada na ditadura. Serra, que presidia a UNE, também foi perseguido e se exilou no exterior depois do golpe de 1964.

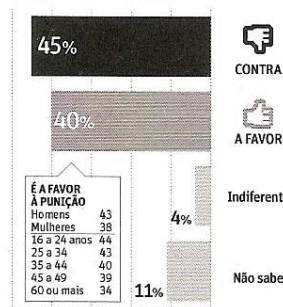
O levantamento foi feito em 20 e 21 de maio, com 2.660 eleitores e margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

## PUNIÇÃO DE TORTURADORES DE PRESOS POLÍTICOS E TERRORISTAS NA DITADURA

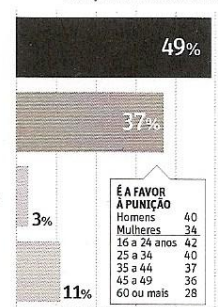
Resposta estimulada e única, em %



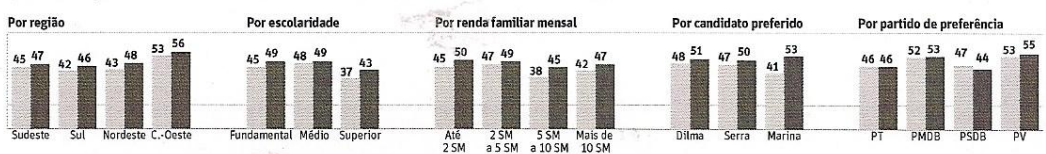
### PUNIÇÃO DE TORTURADORES



### PUNIÇÃO DE TERRORISTAS



### CONTRA A PUNIÇÃO Em %



Fonte: pesquisa Datafolha realizada nos dias 20 e 21 de maio e registrada no ISE com o número 12044/2010; foram ouvidos 2.660 pessoas em 152 cidades de todo o país e a margem de erro é de dois pontos percentuais para mais e para menos.

